

ANUÁRIO BRASILEIRO DE MONITORAMENTO DE ENTIDADES DE ACOLHIMENTO ATUANTES EM ÁLCOOL E DROGAS - 2025

2025

ANUÁRIO BRASILEIRO DE MONITORAMENTO DE ENTIDADES DE ACOLHIMENTO ATUANTES EM ÁLCOOL E DROGAS

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)
TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 01/2024**

**DEPARTAMENTO DE ENTIDADES DE APOIO E
ACOLHIMENTO ATUANTES EM ÁLCOOL E DROGAS (Depad)**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E
ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS)**

GOVERNO FEDERAL

**Niterói - RJ
2025**



**Universidade
Federal
Fluminense**

**MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME**



EXPEDIENTE

Governo Federal

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

**MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA
SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME**

José Wellington Barroso de Araújo Dias

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Osmar Ribeiro de Almeida Júnior

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENTIDADES DE APOIO
E ACOLHIMENTO ATUANTES EM ÁLCOOL E DROGAS**

Sâmio Falcão Mendes

**COORDENADORA-GERAL DE
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO**

Danielle Andrade de Oliveira

**COORDENADOR-GERAL DE ARTICULAÇÃO E
PROJETOS ESTRATÉGICOS**

Diego Mantovaneli do Monte

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Estevão Melo de Sousa

**COORDENADOR DE ARTICULAÇÃO E
PROJETOS ESTRATÉGICOS**

Alexandre Drummond Kuroiva

Universidade Federal Fluminense

REITOR

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

VICE-REITOR

Fábio Barboza Passos

COORDENADOR-GERAL DO PROJETO

Marco Aurélio Sanfins

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Anuário brasileiro de monitoramento de entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas:
2025 [livro eletrônico] / [organização Aldo Gonçalves de Oliveira, Jessica Kubrusly, Jony Arrais
Pinto Junior ; coordenador Marco Aurélio Sanfins]. -- 1. ed. -- Niterói, RJ : Conted Tech, 2026.
PDF

Bibliografia

ISBN: 978-65-6129-052-4

1. Acolhimento 2. Anuários 3. Alcoolismo 4. Álcool - Abuso 5. Alcoólatras - Reabilitação
6. Dependência química 7. Drogas - Abuso 8. Drogas Abuso - Tratamento 9. Políticas públicas
10. Serviço social I. Oliveira, Aldo Gonçalves de. II. Kubrusly, Jessica. III. Pinto Junior, Jony
Arrais. IV. Sanfins, Marco Aurélio.

26-332958.0

CDD-362.2918

Índices para catálogo sistemático:

1. Dependência química : Acolhimento : Problemas sociais 362.2918
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO

Aldo Gonçalves de Oliveira
Jessica Kubrusly
Jony Arrais Pinto Junior

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO PROJETO

Reinaldo Azevedo

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PROJETO

Sabrina Souza

COORDENAÇÃO DE ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E COMPLIANCE

Elaine Batalha Martins
Roberto Miranda Pimentel Fully

COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Pedro Ivo Rodrigues

COORDENAÇÃO DA EQUIPE DE MONITORAMENTO E APOIO TÉCNICO

Claudia Valéria da Silva Pimentel

EQUIPE DE MONITORAMENTO E APOIO TÉCNICO

Ana Cláudia Ramos Moreira
Daniel Cavaliere
Daniel Nicola Lima Castelo Branco
Jéssica Raposa Rocha
Jóice Azeredo Silva
Leonardo Batalha Martins
Luiz Felipe Melo de Menezes
Marlon Vinícius Alves de Araújo

COLABORAÇÃO

Ana Paula de Oliveira Alves Fernandes
Pamela Alves Batista

EDITORIA

Conted • Tech

DIRETOR EXECUTIVO

Hikaro Queiroz

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

João Guedes

Sumário

Prefácio	32
Introdução.....	33
Mapa 1: Distribuição espacial dos municípios, por estado da federação, que abrigam entidades que participaram do 1º Monitoramento de Entidades de Acolhimento Atuentes em álcool e drogas.....	40
Mapa 2: Distribuição espacial dos municípios, por estado da federação, que abrigam entidades que participaram dos dois monitoramentos de Entidades de Acolhimento Atuentes em álcool e drogas.....	41
Mapa 3: Distribuição espacial dos municípios, por estado da federação, que abrigam entidades que participaram apenas do 2º monitoramento de Entidades de Acolhimento Atuentes em álcool e drogas.....	42
Figura 1: Modelo da matriz de transição entre os monitoramentos 1 e 2.....	46
1. Análises comparativas das entidades monitoradas nos dois ciclos anuais	48
1.1 Perfil.....	49
Figura 2: Gráfico de barras da UF das entidades que participaram dos dois monitoramentos	49
Figura 3: Mapa da quantidade de entidades de acolhimento por UF que participaram nos dois monitoramentos	50
Figura 4: Gráfico em barras das 7 cidades com maior número de entidades que participaram dos dois monitoramentos.....	50
Tabela 1: Distribuição do número de acolhidos que participaram da roda de conversa no 1º e no 2º monitoramentos.....	51
Figura 5: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para o número de acolhidos que participaram da roda de conversa	52
1.2 Financiamento	52
Tabela 2: Distribuição da quantidade de acolhidos com conhecimento sobre a existência de financiamento do poder público	53
Figura 6: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para o conhecimento sobre a existência de financiamento do poder público para as comunidades terapêuticas	53
1.3 Voluntariedade	54
Tabela 3: Distribuição da quantidade de acolhidos que estão na entidade de forma voluntária.....	54
Figura 7: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos que estão nas entidades de forma voluntária	55
1.4 Participação no PIA/PAS	55
Tabela 4: Distribuição da quantidade de acolhidos que participaram da elaboração do PIA/PAS.....	56

	Figura 8: Fluxo de mudança entre o 1º o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos que participam/participaram do PIA/PAS.....	57
1.5	Conhecimento das normas e regulamentos.....	57
	Tabela 5: Distribuição da quantidade de acolhidos que conhecem as normas e regulamentos da entidade.....	57
	Figura 9: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos que conhecem as normas e regulamentos da entidade.....	59
1.6	Existência de sanção coletiva.....	59
	Tabela 6: Distribuição da existência de sanção coletiva quando alguma norma é quebrada	59
	Figura 10: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a existência de sanção coletiva	60
1.7	Exigência de contrapartidas financeiras de acolhidos financiados pela União	61
	Tabela 7: Distribuição da quantidade de acolhidos com financiamento da União/MDS que oferecerem algum tipo de contrapartida financeira à instituição.....	61
	Figura 11: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos com financiamento da União/MDS que oferecerem algum tipo de contrapartida financeira à instituição	63
1.8	Presença de acolhidos com Financiamento da União/MDS.....	63
	Tabela 8: Distribuição da variável que indica a presença de todos os acolhidos com financiamento do União/MDS	64
	Figura 12: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a presença de todos os acolhidos com financiamento do União/MDS	64
1.9	Doação Voluntária.....	65
	Tabela 9: Distribuição da quantidade de acolhidos com financiamento da União/MDS que doam financeiramente de maneira voluntária	65
	Figura 13: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos com financiamento da União/MDS que doam financeiramente de maneira voluntária	66
1.10	Qualidade da Alimentação	66
	Tabela 10: Distribuição da quantidade de acolhidos que acham a alimentação adequada	67
	Figura 14: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos que acham a qualidade de alimentação adequada	68
1.11	Quantidade de Refeições	68
	Tabela 11: Distribuição do número de refeições oferecidas por dia	69
	Figura 15: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de refeições oferecidas diariamente	69
	Tabela 12: Distribuição da quantidade de acolhidos que acham a quantidade de alimentação adequada	70

Figura 16: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade dos acolhidos que acham a quantidade de refeições adequadas.....	70
Tabela 13: Distribuição conjunta entre a quantidade de refeições e quantidade de acolhidos que acham a quantidade de refeições adequada para o 1º monitoramento	71
Tabela 14: Distribuição conjunta entre a quantidade de refeições e quantidade de acolhidos que acham a quantidade de refeições adequada para o 2º monitoramento	71
1.12 Acolhimento e trabalho.....	71
Tabela 15: Distribuição da quantidade de acolhidos que em algum momento saíram para vender em vias públicas algum produto para entidade	73
Figura 17: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para quantidade dos acolhidos que saíram para vender em vias públicas algum produto para entidade.....	73
1.13 Execução de serviços particulares pelos acolhidos	74
Tabela 16: Distribuição da quantidade de acolhidos que em algum momento já saíram da entidade para executar serviços particulares.....	74
Figura 18: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para quantidade dos acolhidos que já saíram da entidade para executar serviços particulares.....	75
1.14 Contenção Física e/ou por Medicamento	75
Tabela 17: Distribuição da quantidade de acolhidos que em algum momento já foram contidos fisicamente ou por medicamentos.....	76
Figura 19: Fluxo de mudança entre o 1º para o 2º monitoramento para quantidade dos acolhidos que já saíram da entidade para executar serviços particulares.....	77
1.15 Atendimento Psicológico.....	77
Tabela 18: Distribuição da quantidade de acolhidos que recebem atendimento psicológico (dentro ou fora da entidade).....	77
Figura 20: Fluxo de mudança entre o 1º para o 2º monitoramento para quantidade dos acolhidos que receberam atendimento psicológico.....	79
Tabela 19: Distribuição da frequência de atendimento psicológico aos acolhidos, considerando as entidades onde tal serviço é oferecido.....	79
Figura 21: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a frequência dos atendimentos psicológicos	80
1.16 Atendimento Social.....	80
Tabela 20: Distribuição da quantitativo de acolhidos que recebem atendimento social..	80
Figura 22: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para quantidade dos acolhidos que receberam atendimento social	81
Tabela 21: Distribuição da frequência de atendimentos sociais aos acolhidos	82

	Figura 23: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a frequência dos atendimentos sociais.....	83
1.17	Privacidade e acomodações na entidade de acolhimento	83
	Tabela 22: Distribuição da quantidade dos acolhidos com direito à privacidade garantido	83
	Figura 24: Fluxo de mudança entre o 1º para o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos com direito à privacidade.....	84
1.18	Visitas durante o acolhimento	85
	Tabela 23: Distribuição da quantidade dos acolhidos que recebem visita de familiares e amigos.....	85
	Figura 25: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos com direito à privacidade.....	86
	Tabela 24: Distribuição da frequência das visitas de familiares ou amigos	87
	Figura 26: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a frequência das visitas de familiares e amigos.....	88
1.19	Religião.....	88
	Tabela 25: Distribuição da variável que indica se os acolhidos sentem que têm liberdade religiosa na entidade de acolhimento.....	88
	Figura 27: Fluxo de mudança entre o 1º para o 2º monitoramento quanto à liberdade religiosa na entidade de acolhimento	89
1.20	Reincidência	90
	Tabela 26: Distribuição da quantidade de acolhidos que estão na entidade pela segunda vez ou mais.....	90
	Figura 28: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos que estão na entidade pela 2ª vez ou mais.....	91
	Tabela 27: Distribuição da quantidade de acolhidos que passaram por duas ou mais entidades de acolhimento nos últimos 5 anos.....	92
	Figura 29: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos que passaram por 2 ou mais entidades nos últimos 5 anos.....	93
1.21	Distribuição de vagas	93
	Tabela 28: Distribuição da quantidade de vagas para mães nutrizes	93
	Figura 30: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas para mães nutrizes	94
	Tabela 29: Distribuição da quantidade de vagas para o público adulto masculino	95
	Figura 31: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas para o público adulto masculino	95
	Tabela 30: Distribuição da quantidade de vagas para o público adulto feminino.....	96
	Figura 32: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas para o público adulto feminino	96

Tabela 31: Distribuição da capacidade total para o público adulto feminino	97
Figura 33: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a capacidade total de adulto feminino na entidade	98
Tabela 32: Distribuição da quantidade de vagas para adulto feminino contratadas/ocupadas por órgão: União (Depad)	98
Figura 34: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas pela União	99
Tabela 33: Distribuição da quantidade de vagas para o público adulto feminino contratadas/ocupadas por órgão: Estado	99
Figura 35: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas pelo Estado	100
Tabela 34: Distribuição da quantidade de vagas para adulto feminino contratadas/ocupadas por órgão: Município	101
Figura 36: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas pelo Município	101
Tabela 35: Distribuição da quantidade de vagas para o público adulto feminino contratadas/ocupadas de forma particular	102
Figura 37: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas de forma particular	103
Tabela 36: Distribuição da quantidade de vagas ociosas para o público adulto feminino	104
Tabela 37: Distribuição da quantidade de vagas para o público adulto masculino	105
Figura 38: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a capacidade total de adulto masculino na entidade	106
Tabela 38: Distribuição da quantidade de vagas para o público adulto masculino contratadas/ocupadas por órgão: União (Depad)	106
Figura 39: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas pela União	107
Tabela 39: Distribuição da quantidade de vagas para o público adulto masculino contratadas/ocupadas por órgão: Estado	107
Figura 40: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas pelo Estado	108
Tabela 40: Distribuição da quantidade de vagas para o público adulto masculino contratadas/ocupadas por órgão: Município	109
Figura 41: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas pelo Município	109
Tabela 41: Distribuição da quantidade de vagas para o público adulto masculino contratadas/ocupadas de forma particular	110
Figura 42: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas de forma particular	111

Tabela 42: Distribuição das vagas ociosas Depad para o público masculino - 2º monitoramento	112
Tabela 43: Distribuição da quantidade de vagas para o público de mães nutrizes	112
Figura 43: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a capacidade total de mães nutrizes na entidade	113
Tabela 44: Distribuição da quantidade de vagas para mães nutrizes contratadas/ocupadas por órgão: União (Depad)	113
Figura 44: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas pela União	114
Tabela 45: Distribuição da quantidade de vagas para mães nutrizes contratadas/ocupadas por órgão: Estado	114
Figura 45: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas pelo Estado	115
Tabela 46: Distribuição da quantidade de vagas para mães nutrizes contratadas/ocupadas por órgão: Município	115
Figura 46: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas pelo Município	116
Tabela 47: Distribuição da quantidade de vagas para mães nutrizes contratadas/ocupadas de forma particular	116
Figura 47: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas de forma particular	117
Tabela 48: Distribuição de quantidade de vagas ociosas para o público de mãe nutriz ..	118
1.22 Características da Instituição	118
Tabela 49: Localização da entidade de acolhimento.....	118
Figura 48: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a localização das entidades.....	119
Tabela 50: Distribuição da variável que indica sobre o acesso à internet banda larga	119
Figura 49: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para o acesso à internet de banda larga.....	120
Tabela 51: Distribuição do tipo de controle administrativo da entidade: automatizado, parcialmente automatizado ou manual	120
Figura 50: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para o tipo de controle administrativo: automatizado, parcialmente automatizado ou manual	121
Tabela 52: Distribuição da variável que indica a existência de alvará sanitário.....	121
Figura 51: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a situação do alvará sanitário	122
Tabela 53: Distribuição da variável que indica existência do alvará de funcionamento ..	123
Figura 52: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a situação do alvará sanitário	123

Tabela 54: Distribuição da variável que indica a situação do alvará do Corpo de Bombeiros	124
Figura 53: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para o alvará do Corpo de Bombeiros	125
Tabela 55: Retenção de documentos pessoais e/ou cartões de benefícios dos acolhidos pela entidade	125
Figura 54: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a retenção de documentos pessoais e/ou cartões de benefícios dos acolhidos pela entidade	126
Tabela 56: Distribuição da variável que indica a existência de um pedido formal do acolhido para retenção de documentos ou cartões, considerando as entidades que realizam a retenção.....	126
Tabela 57: Distribuição da variável que indica a existência de cronograma das atividades diárias afixado em local visível.....	127
Figura 55: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de cronograma das atividades diárias afixado em local visível ..	128
Tabela 58: Distribuição da variável que indica a existência de inscrição em conselho estadual/municipal de políticas sobre drogas	128
Figura 56: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de inscrição em conselho estadual/municipal de políticas sobre drogas.....	129
Tabela 59: Distribuição da variável que indica a existência de inscrição em outros conselhos	129
Figura 57: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de inscrição em outros conselhos	130
1.23 Comprovantes, Declarações e Documentos da Entidade.....	130
Tabela 60: Distribuição da variável que indica se foram encontrados os comprovantes de doação	131
Figura 58: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de comprovantes de doação	132
Tabela 61: Distribuição da variável que indica se foram encontrados os comprovantes de contrapartida financeira	132
Figura 59: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de comprovantes de contrapartida financeira	133
Tabela 62: Distribuição da variável que indica a situação da declaração assinada pelos acolhidos concordando com o tratamento e sua permanência voluntária.....	134
Figura 60: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a situação da declaração assinada pelos acolhidos concordando com o tratamento e sua permanência voluntária	135
Tabela 63: Distribuição da variável que indica a situação de projetos terapêuticos	135

Figura 61: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a situação do projeto terapêutico	136
Tabela 64: Distribuição da variável que indica a existência de Estatuto Social	137
Figura 62: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de Estatuto Social	137
Tabela 65: Distribuição da variável que indica a existência de ata de eleição da diretoria	138
Figura 63: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência da ata de eleição para diretoria.....	139
1.24 Recursos Humanos	139
Tabela 66: Distribuição da variável que indica a existência de responsável técnico de nível superior	139
Figura 64: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica existência de responsável técnico de nível superior.....	140
Tabela 66 (a): Curso superior dos responsáveis técnicos no 1º monitoramento.....	140
Figura 65: Gráfico de Frequência dos cursos superiores dos responsáveis técnicos no 1º Monitoramento	141
Tabela 66 (b): Gráfico de Curso superior dos responsáveis técnicos no 2º monitoramento	142
Figura 66: Gráfico de Frequência dos cursos superiores dos responsáveis técnicos no 2º Monitoramento	143
Tabela 67: Distribuição da variável que indica a existe substituto de responsável técnico de nível superior	143
Figura 67: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica se existe substituto de responsável técnico de nível superior	144
Tabela 67 (a): Curso superior dos substitutos dos responsáveis técnicos no 1º monitoramento	144
Figura 68: Gráfico de Frequência dos cursos superiores dos substitutos dos responsáveis técnicos no 1º Monitoramento	145
Tabela 67 (b): Curso superior dos substitutos dos responsáveis técnicos no 2º monitoramento	145
Figura 69: Gráfico de Frequência dos cursos superiores dos substitutos dos responsáveis técnicos no 2º Monitoramento	146
Tabela 68: Distribuição da variável que indica a existência de profissionais que respondem pelas questões operacionais.....	147
Figura 70: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de profissionais que respondem pelas questões operacionais..	147
Tabela 69: Distribuição da variável que indica se o profissional que responde pelas questões operacionais tinha curso superior	148

Figura 71: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica se o profissional que responde pelas questões operacionais tinham curso superior	148
Tabela 69 (a): Curso superior dos profissionais que possam responder pelas questões operacionais durante todo o seu período de funcionamento da CT, podendo ser o próprio responsável técnico ou pessoa designada para tal fim no 1º monitoramento.....	149
Tabela 69 (b): Curso superior dos profissionais que possam responder pelas questões operacionais durante todo o seu período de funcionamento da CT, podendo ser o próprio responsável técnico ou pessoa designada para tal fim no 2º monitoramento, para aqueles que informaram possuir curso superior.....	149
Tabela 70: Distribuição da variável que indica se a entidade dispõe de equipe multidisciplinar e com formação compatível às atividades oferecidas no programa de acolhimento	150
Figura 72: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica se a entidade dispõe de equipe multidisciplinar e com formação compatível às atividades oferecidas no programa de acolhimento	151
Tabela 71: Distribuição da variável que indica a qualificação permanente da equipe com ênfase na função exercida	151
Figura 73: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a qualificação permanente da equipe com ênfase na função exercida.....	152
Tabela 72: Distribuição da variável que indica se a entidade dispõe de escala de serviço ou outro mecanismo de controle da permanência dos profissionais na entidade	153
Figura 74: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica se a entidade dispõe de escala de serviço ou outro mecanismo de controle da permanência dos profissionais na entidade.....	154
Tabela 73: Distribuição da variável que indica a manutenção de ficha de registro de empregados	154
Figura 75: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a manutenção de ficha de registro de empregados	155
1.25 Plano de Atendimento Singular (PIA/PAS)	155
Tabela 74: Distribuição da conformidade do registro referente à existência de PIA/PAS individualizado para cada acolhido, com o registro periódico do atendimento dispensado, bem como se eventuais intercorrências clínicas são observadas, ressalvadas as de natureza sigilosa constantes no art. 8º, da Portaria MDS nº 926, nos monitoramentos 1 e 2	156
Figura 76: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Cada acolhido possui PIA/PAS com o registro periódico do atendimento dispensado, bem como eventuais intercorrências clínicas são observadas, ressalvadas as de natureza sigilosa constantes no art. 8º da Portaria MDS nº 926.....	157

Tabela 75: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. No PIA/PAS, constam dados pessoais do acolhido nos monitoramentos 1 e 2	158
Figura 77: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. No PIA/PAS, constam dados pessoais do acolhido	159
Tabela 76: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. No PIA/PAS, constam indicação dos familiares ou pessoas indicadas pelo acolhido, os respectivos contatos, bem como a evolução do vínculo familiar durante o período de acolhimento nos monitoramentos 1 e 2.....	160
Figura 78: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. No PIA/PAS, constam indicação dos familiares ou pessoas indicadas pelo acolhido, os respectivos contatos, bem como a evolução do vínculo familiar durante o período de acolhimento.....	160
Tabela 77: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. No PIA/PAS, consta histórico de acompanhamento psicossocial, incluindo eventuais internações, acolhimento e outras formas de tratamento, nos monitoramentos 1 e 2.....	162
Figura 79: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. No PIA/PAS, consta histórico de acompanhamento psicossocial, incluindo eventuais internações, acolhimento e outras formas de tratamento.....	162
Tabela 78: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. No PIA/PAS, consta indicação do profissional de referência da equipe da instituição para acompanhamento do acolhido nos monitoramentos 1 e 2.....	163
Figura 80: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. No PIA/PAS, consta indicação do profissional de referência da equipe da instituição para acompanhamento do acolhido	164
Tabela 79: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. No PIA/PAS, consta(m) qual(is) a(s) substância(s) psicoativa(s) de que faz uso o acolhido e que o levou/levaram ao tratamento nos monitoramentos 1 e 2	164
Figura 81: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. No PIA/PAS, constam qual(is) a(s) substância(s) psicoativa(s) de que faz uso o acolhido e que o levou ao tratamento	165
Tabela 80: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. No PIA/PAS, consta motivação para o acolhimento nos monitoramentos 1 e 2.....	166
Figura 82: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. No PIA/PAS, consta motivação para o acolhimento	167

Tabela 81: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. No PIA/PAS, constam, conforme os monitoramentos 1 e 2, todas as atividades a serem exercidas pelo acolhido, dentre aqueles do art. 12 da Resolução 01/2015 - Conad, e a frequência de suas realizações, de desenvolvimento da espiritualidade e de promoção do autocuidado.....	167
Figura 83: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. No PIA/PAS, constam todas as atividades a serem exercidas pelo acolhido, dentre aqueles do art. 12 da Resolução 01/2015 - Conad, e a frequência de suas realizações de desenvolvimento da espiritualidade e de promoção do autocuidado.....	168
Tabela 82: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. No PIA/PAS, constam todos os encaminhamentos do acolhido aos serviços da rede do SUS, SUAS e demais órgãos nos monitoramentos 1 e 2.....	169
Figura 84: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. No PIA/PAS, constam todos os encaminhamentos do acolhido aos serviços da rede do SUS, SUAS e demais órgãos.....	170
Tabela 83: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. No PIA/PAS, constam todos os encaminhamentos, visando à reinserção social, incluídos os projetos de educação, capacitação profissional e geração de trabalho e renda?.....	170
Figura 85: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. No PIA/PAS, constam todos os encaminhamentos visando à reinserção social, incluídos os projetos de educação, capacitação profissional e geração de trabalho e renda.....	171
Tabela 84: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. No PIA/PAS, constam evolução do acolhimento, seus resultados e o planejamento de saída do acolhido.....	172
Figura 86: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. No PIA/PAS, constam evolução do acolhimento, seus resultados e o planejamento de saída do acolhido	173
Tabela 85: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades com os acolhidos em vagas da União com previsão de saída em até três meses.....	174
Figura 87: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Acolhidos em vagas da União com previsão de saída em até três meses.....	174
Tabela 86: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades quanto aos critérios de admissão, permanência e de saída. O programa de acolhimento da instituição e o PIA/PAS têm a anuência prévia, por escrito, do acolhido e, quando houver, de seu familiar ou pessoa por ele indicada.....	175

Figura 88: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Os critérios de admissão, permanência e saída, o programa de acolhimento da instituição e o PIA/PAS têm a anuência prévia, por escrito, do acolhido e, quando houver, de seu familiar ou pessoa por ele indicada	176
Tabela 87: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. O acolhido e seu familiar ou pessoa por ele indicada participam na construção e no cumprimento do PAS, observados o protagonismo do acolhido, o respeito, os diálogos e os princípios norteadores do acolhimento	177
Figura 89: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. O acolhido e seu familiar ou pessoa por ele indicada participa na construção e no cumprimento do PAS, observados o protagonismo do acolhido, o respeito, os diálogos e os princípios norteadores do acolhimento	178
Tabela 88: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. Elaboração do PIA/PAS no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do acolhimento, considerando as entidades responsáveis pelas questões operacionais durante o funcionamento da entidade	179
Figura 90: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Elaboração do PIA/PAS no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do acolhimento, considerando as entidades responsáveis pelas questões operacionais durante o funcionamento da entidade	180
1.26 Processo de acolhimento na Entidade	180
Tabela 89: Distribuição da conformidade do registro referente à admissão do acolhido mediante avaliação médica diagnóstica	180
Figura 91: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Admissão do acolhido mediante avaliação médica diagnóstica	181
Tabela 90: Distribuição da conformidade do registro sobre responsabilidade do técnico da instituição pelos medicamentos prescritos aos acolhidos	182
Figura 92: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Responsabilidade do técnico da instituição pelos medicamentos prescritos aos acolhidos	183
Tabela 91: Distribuição da conformidade do registro. Todos os medicamentos sujeitos a controle especial estão guardados em armário fechado com chave	184
Figura 93: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Todos os medicamentos sujeitos a controle especial estão guardados em armário fechado com chave	184
Tabela 92: Distribuição da conformidade do registro. Todos os medicamentos possuem receita e/ou prescrição médica	185

Figura 94: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Todos os medicamentos possuem receita e/ou prescrição médica	186
Tabela 93: Distribuição da conformidade do registro referente ao respeito à pessoa e à família, independente da etnia, credo religioso, ideologia, nacionalidade, orientação sexual, antecedentes criminais ou situação financeira	187
Figura 95: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Respeito à pessoa e à família, independente da etnia, credo religioso, ideologia, nacionalidade, orientação sexual, antecedentes criminais ou da situação financeira	187
Tabela 94: Distribuição da conformidade do registro referente à orientação clara ao usuário e a seu responsável sobre as normas e rotinas da instituição, incluindo: critérios relativos a visitas e à comunicação com familiares e amigos; à linha de espiritualidade seguida pela instituição; às atividades de autocuidado e às atividades práticas inclusivas; bem como se o acolhido foi admitido com concordância formal por escrito	188
Figura 96: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Orientação clara ao usuário e ao seu responsável sobre as normas e rotinas da instituição, incluindo: critérios relativos a visitas e à comunicação com familiares e amigos; à linha de espiritualidade seguida pela instituição; às atividades de autocuidado e às atividades práticas inclusivas; bem como se o acolhido foi admitido com concordância formal por escrito	189
Tabela 95: Distribuição da conformidade do registro referente à permanência voluntária	189
Figura 97: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Permanência voluntária.....	190
Tabela 96: Distribuição da conformidade do registro referente à possibilidade de o acolhido interromper o acolhimento a qualquer momento.....	191
Figura 98: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento: Possibilidade de o acolhido interromper o acolhimento a qualquer momento	192
Tabela 97: Distribuição da conformidade do registro referente ao sigilo segundo normas éticas e legais, incluindo o anonimato	192
Figura 99: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. O sigilo segundo normas éticas e legais, incluindo o anonimato	193
Tabela 98: Distribuição da conformidade do registro referente à divulgação de informação a respeito da pessoa, imagem ou de outra modalidade de exposição somente se ocorrer previamente autorização, por escrito, pela pessoa ou seu responsável	194

Figura 100: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. A divulgação de informação a respeito da pessoa, imagem ou de outra modalidade de exposição somente se ocorrer previamente autorização, por escrito, pela pessoa ou seu responsável	195
Tabela 99: Distribuição da conformidade do registro referente ao cuidado com o bem-estar físico e psíquico da pessoa, proporcionando um ambiente livre de álcool e outras drogas, bem como de violência	195
Figura 101: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Cuidado com o bem-estar físico e psíquico da pessoa, proporcionando um ambiente livre de álcool e outras drogas e violência	196
Tabela 100: Distribuição da conformidade do registro referente ao fornecimento de alimentação (quantidade de refeições diárias) nos monitoramentos 1 e 2.....	197
Figura 102: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Fornecimento de alimentação (quantidade de refeições diárias)	198
Tabela 101: Distribuição da conformidade do registro referente ao cuidado de higiene	198
Figura 103: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Cuidado de higiene.....	199
Tabela 102: Distribuição da conformidade do registro referente à proibição de castigos físicos, psíquicos ou morais	200
Figura 104: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Proibição de castigos físicos, psíquicos ou morais.	201
Tabela 103: Distribuição da conformidade do registro referente à aplicação de sanções pelo descumprimento de regras na comunidade terapêutica	201
Figura 105: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Aplicação de sanções pelo descumprimento de regras na comunidade terapêutica	202
Tabela 104: Distribuição da conformidade do registro referente ao registro de reingresso de acolhidos na entidade	203
Figura 106: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Registro de reingresso de acolhidos na entidade	203
Tabela 105: Distribuição da conformidade do registro referente à prevenção de exposição do acolhido a situações de constrangimento ou vulnerabilidade	204
Figura 107: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Prevenção de exposição do acolhido a situações de constrangimento ou vulnerabilidade.....	205

Tabela 106: Distribuição da conformidade do registro referente às atividades de capacitação, de promoção da aprendizagem, de formação e as práticas inclusivas que buscam a inserção e a reinserção social, o resgate ou a formação de novas habilidades profissionais, práticas ou para a vida, bem como o aprendizado de novos conhecimentos, de modo a promover o empoderamento e o desenvolvimento das habilidades sociais do acolhido.....	206
Figura 108: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento quanto às atividades de capacitação, de promoção da aprendizagem, de formação e as práticas inclusivas que buscam a inserção e a reinserção social, o resgate ou a formação de novas habilidades profissionais, práticas ou para a vida, bem como o aprendizado de novos conhecimentos, de modo a promover o empoderamento e o desenvolvimento das habilidades sociais do acolhido	207
Tabela 107: Distribuição da conformidade do registro referente ao ambiente ético e protegido nas atividades práticas	208
Figura 109: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Ambiente ético e protegido nas atividades práticas	209
Tabela 108: Distribuição da conformidade do registro referente à existência de um mecanismo de registro de queixas e sugestões à disposição de cada acolhido e família, em que seja possível expor quaisquer insatisfação e opiniões voltadas à melhoria do serviço	209
Figura 110: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Possui um mecanismo de registro de queixas e sugestões à disposição de cada acolhido e família, em que seja possível expor quaisquer insatisfação e opiniões voltadas à melhoria do serviço.....	210
Tabela 109: Distribuição da conformidade referente à não violação, em nenhuma instância, à correspondência do acolhido, bem como a garantia de as ligações telefônicas serem realizadas com privacidade	211
Figura 111: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Não se viola, em nenhuma instância, a correspondência do acolhido, como também as ligações telefônicas podem ser realizadas com privacidade	212
Tabela 110: Distribuição da conformidade do registro referente à comunicação aos familiares ou representantes legais do acolhido em caso de evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave e falecimento no prazo máximo de 24 horas	212
Figura 112: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Comunicação aos familiares ou representantes legais do acolhido em caso de evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave e falecimento no prazo máximo de 24 horas	213

Tabela 111: Distribuição da conformidade referente a não se utilizar de ações como contenção física, psicológica e medicamentosa, bem como quaisquer tipos de isolamento ou restrição que infrinjam a liberdade da pessoa acolhida.....214

Figura 113: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Não se utilizam ações como contenção física, psicológica e medicamentosa, bem como quaisquer tipos de isolamento ou restrição que infrinjam a liberdade da pessoa acolhida214

1.27 Gestão de Infraestrutura..... 215

Tabela 112: Distribuição da conformidade do registro referente à disponibilidade de alojamento adequado para o número de vagas de acolhimento oferecidas, separadas por público (adulto masculino/feminino).....215

Figura 114: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. O serviço dispõe de alojamento adequado para o número de vagas de acolhimento oferecidas, separadas por público (adulto masculino/ feminino)216

Tabela 113: Distribuição da conformidade do registro referente à quantidade de quartos disponíveis para os acolhidos na entidade217

Figura 115: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Quantidade de quartos disponíveis para os acolhidos na entidade217

Tabela 114: Dispõe de conjuntos (cama/colchão) compatíveis com o número de acolhidos, incluindo área para guarda de roupas e pertences218

Figura 116: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Dispõe de conjuntos (cama/colchão) compatíveis com o número de acolhidos, incluindo área para guarda de roupas e pertences219

Tabela 115: Distribuição da conformidade do registro referente à quantidade de conjuntos (cama/colchão) disponíveis220

Figura 117: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Quantidade de conjuntos (cama/colchão) disponíveis220

Tabela 116: Distribuição da conformidade do registro referente à disponibilidade de banheiro para acolhidos, compatíveis e adequados ao número de pessoas por alojamento, separadas por público (adulto masculino/feminino)221

Figura 118: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Dispõe de banheiro para acolhidos compatíveis e adequados ao número de pessoas por alojamento, separadas por público (adulto masculino/feminino).....222

Tabela 117: Distribuição da conformidade do registro referente à quantidade de banheiros (sanitários) para os acolhidos222

Figura 119: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Quantidade de banheiros (sanitários) para os acolhidos223

Tabela 118: Distribuição da conformidade do registro referente à disponibilidade de 1 banheiro adaptado para portadores de necessidades especiais (ABNT NBR 9050)	224
Figura 120: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Dispõe de 1 banheiro adaptado para portadores de necessidades especiais (ABNT NBR 9050)	225
Tabela 119: Distribuição da conformidade do registro referente a cada entidade. Dispõe de quarto/apartamento com acessibilidade (adaptado) para portadores de necessidades especiais (ABNT NBR 9050)	225
Figura 121: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento: Dispõe de quarto/apartamento com acessibilidade (adaptado) para portadores de necessidades especiais (ABNT NBR 9050)	226
Tabela 120: Distribuição da conformidade do registro referente à existência de quartos, para funcionários noturnos, com dimensões e área para armazenamento de pertences.....	227
Figura 122: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Quartos, para funcionários noturnos, com dimensões e área para armazenamento de pertences	227
Tabela 121: Distribuição da conformidade do registro referente à cozinha.....	228
Figura 123: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Cozinha	229
Tabela 122: Distribuição da conformidade do registro referente a refeitório	229
Figura 124: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Refeitório	230
Tabela 123: Distribuição da conformidade do registro referente a local apropriado para armazenamento de alimentos, bem como os alimentos estão dentro do prazo de validade e bem acondicionados	231
Figura 125: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Local apropriado para armazenamento de alimentos, bem como os alimentos estão dentro do prazo de validade e bem acondicionados.....	232
Tabela 124: Distribuição da conformidade do registro referente a piso, teto, paredes, mobiliários íntegros e de fácil limpeza, bem como a ambientes limpos e organizados e livres de infiltrações e mofo	233
Figura 126: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Piso, teto, paredes, mobiliários íntegros e de fácil limpeza, bem como ambientes limpos e organizados e livres de infiltrações e mofo	234
Tabela 125: Distribuição da conformidade do registro referente à manutenção dos ambientes de uso dos acolhidos livres de trancas, chaves ou grades, admitindo-se apenas o travamento simples	234
Figura 127: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Mantém os ambientes de uso dos acolhidos livres de trancas, chaves ou grades, admitindo-se apenas o travamento simples	235

Tabela 126: Distribuição da conformidade do registro referente à manutenção das instalações físicas dos ambientes externos e internos em boas condições de conservação, segurança, organização, conforto e limpeza	236
Figura 128: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Mantém as instalações físicas dos ambientes externos e internos em boas condições de conservação, segurança, organização, conforto e limpeza	237
Tabela 127: Distribuição da conformidade do registro referente à presença de sala de atendimento individual	237
Figura 129: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Sala de atendimento individual	238
Tabela 128: Distribuição da conformidade do registro referente à presença de salas de visitas adequadas	239
Figura 130: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Sala de visitas	239
Tabela 129: Distribuição da conformidade do registro referente à existência de sala de atendimento coletivo	240
Figura 131: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Sala de atendimento coletivo	241
Tabela 130: Distribuição da conformidade do registro referente à área para realização de oficinas de trabalho	241
Figura 132: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Área para realização de oficinas de trabalho.....	242
Tabela 131: Distribuição da conformidade do registro referente à sua área para realização de atividades de práticas inclusivas	243
Figura 133: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Área para realização de atividades de práticas inclusivas	244
Tabela 132: Distribuição da conformidade do registro referente à área para prática de atividades desportivas.....	244
Figura 134: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Área para prática de atividades desportivas.....	245
Tabela 133: Distribuição da conformidade do registro referente à sala administrativa ...	246
Figura 135: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Sala administrativa	247
Tabela 134: Distribuição da conformidade do registro referente à existência de área para arquivo das fichas (PIA/PAS) dos acolhidos que permita a manutenção do sigilo das informações, seja física ou eletronicamente.	248
Figura 136: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Área para arquivo das fichas (PIA/PAS) dos acolhidos que permita a manutenção do sigilo das informações, seja física ou eletronicamente ..	248

	Tabela 135: Distribuição da conformidade do registro referente à sanitários para funcionários/visitantes (ambos os gêneros)	249
	Figura 137: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Sanitários para funcionários/visitantes (ambos os gêneros)	250
1.28	Indicador de protagonismo do acolhido no tratamento	250
	Tabela 136: Indicador de protagonismo do acolhido: 1º e 2º monitoramentos	251
	Figura 138: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de protagonismo do acolhido nos dois monitoramentos	251
1.29	Taxa de reacolhimento	251
	Tabela 137: Taxa de reacolhimento na entidade de acolhimento - 1º e 2º monitoramentos	252
	Figura 139: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de reacolhimento nos dois monitoramentos	252
1.30	Taxa de múltiplos acolhimentos nos últimos 5 anos	253
	Tabela 138: Taxa de múltiplos acolhimentos nos últimos 5 anos - 1º e 2º monitoramentos	253
	Figura 140: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de múltiplos acolhimentos nos dois monitoramentos	254
1.31	Indicador de acesso a cursos e capacitações	254
	Tabela 139: Indicador de acesso a cursos/capacitações	254
	Figura 141: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de cursos/capacitações nos dois monitoramentos	255
1.32	Indicador de participação da entidade em conselhos de políticas sobre drogas	255
	Tabela 140: Indicador de participação da entidade em conselhos de políticas sobre drogas	256
	Figura 142: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de participação em conselhos de políticas sobre drogas nos dois monitoramentos	256
1.33	Indicador de ações de reinserção social do acolhido	256
	Tabela 141: Indicador de ações de reinserção social	257
	Figura 143: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de ações de reinserção social nos dois monitoramentos	257
1.34	Indicadores de capacidade institucional	257
1.35	Indicador de gestão técnica e de recursos humanos	258
	Tabela 142: Indicador de capacidade institucional. Gestão técnica e de recursos humanos	258
	Figura 144: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de capacidade institucional. Gestão técnica e de recursos humanos nos dois monitoramentos	259

1.36	Indicador de estrutura e infraestrutura da entidade de acolhimento	259
	Tabela 143: Indicador de capacidade institucional. Estrutura e infraestrutura.....	260
	Figura 145: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de capacidade institucional. Estrutura e infraestrutura nos dois monitoramentos.....	260
1.37	Indicador de condições de alojamento da entidade de acolhimento.....	260
	Tabela 144: Indicador de capacidade institucional. Condições de alojamento	261
	Figura 146: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de capacidade institucional. Condição de alojamento nos dois monitoramentos	261
1.38	Indicador de conservação da infraestrutura e instalações	261
	Tabela 145: Indicador de capacidade institucional. Conservação da infraestrutura e instalações	262
	Figura 147: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de capacidade institucional. Conservação da infraestrutura e instalações nos dois monitoramentos.....	262
2.	Análise dos dados coletados em entidades monitoradas apenas da segunda rodada anual	263
2.1	Perfil das Instituições.....	264
	Figura 148: Gráfico das instituições por estados da Federação.....	264
	Figura 149: Mapa da distribuição espacial das entidades de acolhimento monitoradas ...	265
	Figura 150: Gráfico dos municípios com maior número de entidades de acolhimento...	265
	Tabela 146: Distribuição do número de acolhidos que participaram das rodas de conversa	266
2.2	Financiamento	266
	Tabela 147: Conhecimento dos acolhidos sobre a existência de financiamento do Poder Público para as entidades de acolhimento.....	266
	Tabela 148: Acolhimento voluntário dos acolhidos na entidade	267
	Tabela 149: Participação dos acolhidos na elaboração do PIA/PAS.....	267
	Tabela 150: Conhecimento das normas e regulamentos pelos acolhidos.....	268
	Tabela 151: Sanção coletiva por quebra de normas da entidade	268
	Tabela 152: Exigência de bens ou contrapartida financeira ao acolhido com financiamento da União/MDS	269
	Tabela 153: Presença da totalidade dos acolhidos com financiamento da União/MDS na roda de conversa	269
	Tabela 154: Acolhidos com financiamento da União/MDS que realizam doações financeiras voluntárias	270
2.3	Alimentação	270
	Tabela 155: Qualidade da alimentação para os acolhidos	271
	Tabela 156: Frequência de refeições diárias oferecidas	271

■ Tabela 157: Quantidade de refeições oferecidas aos acolhidos	272
■ 2.4 Trabalho	272
■ Tabela 158: Acolhidos que venderam produtos em vias públicas em nome da entidade	272
■ Tabela 159: Acolhidos que realizaram serviços particulares fora da entidade	273
■ 2.5 Contenção Física e/ou por Medicamento	273
■ Tabela 160: Acolhidos contidos fisicamente ou por medicamentos	273
■ Tabela 161: Atendimento psicológico oferecido aos acolhidos (dentro ou fora da entidade)	274
■ Tabela 162: Frequência de atendimento psicológico aos acolhidos, considerando as entidades onde tal serviço é oferecido	275
■ Tabela 163: Atendimento social oferecido aos acolhidos (dentro ou fora da entidade)..	275
■ Tabela 164: Frequência de atendimento social aos acolhidos, considerando as entidades em que tal serviço é oferecido	276
■ 2.6 Privacidade e Acomodações	276
■ Tabela 165: Privacidade dos acolhidos (vestuário, corte de cabelo e objetos pessoais) ...	276
■ 2.7 Visitas	277
■ Tabela 166: Visitas de familiares e/ou amigos aos acolhidos	277
■ Tabela 167: Frequência das visitas de familiares e/ou amigos, considerando as entidades em que os acolhidos recebem visitas	277
■ 2.8 Religião.....	278
■ Tabela 168: Liberdade religiosa dos acolhidos na entidade de acolhimento	278
■ 2.9 Reincidência	278
■ Tabela 169: Acolhidos que estão na entidade pela segunda vez ou mais	278
■ Tabela 170: Acolhidos que passaram por duas ou mais entidades de acolhimento nos últimos 5 anos	279
■ 2.10 Distribuição das Vagas.....	279
■ Tabela 171: Vagas para mães nutrizes	279
■ Tabela 172: Vagas destinadas ao público adulto masculino	280
■ Tabela 173: Vagas destinadas ao público adulto feminino	280
■ Tabela 174: Capacidade total do público adulto feminino na entidade	280
■ Tabela 175: Vagas para o público adulto feminino ocupadas na entidade na data da visita	281
■ Tabela 176: Vagas destinadas ao público adulto feminino contratadas/ ocupadas por órgão: União (Depad).....	281
■ Tabela 177: Vagas destinadas ao público adulto feminino contratadas/ ocupadas por órgão: Estado	282

Tabela 178: Vagas destinadas ao público adulto feminino contratadas/ ocupadas por órgão: Município	282
Tabela 179: Vagas destinadas ao público adulto feminino contratadas/ ocupadas por órgão: Particular	282
Tabela 180: Capacidade total de adultos masculinos na entidade.....	283
Tabela 181: Vagas contratadas para o público adulto masculino na entidade: União (Depad).....	283
Tabela 182: Vagas contratadas para o público adulto masculino na entidade: Estado ...	284
Tabela 183: Vagas contratadas para o público adulto masculino na entidade: Município	284
Tabela 184: Vagas contratadas para o público adulto masculino na entidade: Particular	284
Tabela 185: Capacidade total de mãe nutriz na entidade.....	285
Tabela 186: Vagas contratadas para o público de mãe nutriz: União (Depad).....	285
Tabela 187: Vagas contratadas para o público de mãe nutriz: Estado.....	286
Tabela 188: Vagas contratadas para o público de mãe nutriz: Município	286
Tabela 189: Vagas contratadas para o público de mãe nutriz: Particular	286
2.11 Características da Instituição	287
Tabela 190: Localização da entidade de acolhimento	287
Tabela 191: Acesso à internet banda larga	287
Tabela 192: Forma de controle administrativo na instituição (informatizado ou manual) ...	287
Tabela 193: Alvará de funcionamento	288
Tabela 194: Alvará Sanitário.....	288
Tabela 195: Alvará do Corpo de Bombeiros	289
Tabela 196: Retenção de documentos pessoais e/ou cartões de benefícios dos acolhidos pela entidade	289
Tabela 197: Pedido formal do acolhido para retenção de documentos ou cartões, considerando as entidades que realizam a retenção	289
Tabela 198: Cronograma das atividades diárias visível na entidade.....	290
Tabela 199: Inscrição da entidade em conselho estadual/municipal de políticas sobre drogas.....	290
Tabela 200: Inscrição da entidade em outros conselhos	290
2.12 Documentos institucionais, comprovantes e declarações.....	291
Tabela 201: Comprovantes de doação encontrados na entidade	291
Tabela 202: Comprovantes de contrapartida financeira encontrados nas entidades	291
Tabela 203: Declaração assinada pelos acolhidos, concordando com o tratamento e sua permanência voluntária	291
Tabela 204: Existência do projeto terapêutico da entidade	292

Tabela 205: Contrato ou Estatuto Social	292
Tabela 206: Ata de eleição da diretoria atual ou órgão equivalente	292
■ 2.13 Recursos humanos.....	293
Tabela 207: Manutenção de responsável técnico de nível superior.....	293
Tabela 208: Manutenção de substituto para o responsável técnico de nível superior ...	293
Tabela 209: Profissionais responsáveis pelas questões operacionais durante o funcionamento da entidade.....	293
Tabela 210: Profissionais responsáveis pelas questões operacionais com curso superior	294
Tabela 211: Equipe multidisciplinar compatível com as atividades do programa de acolhimento.....	294
Tabela 212: Qualificação permanente da equipe com ênfase na função exercida.....	294
Tabela 213: Controle de permanência dos profissionais na entidade	295
Tabela 214: Manutenção de ficha de registro de empregados	295
■ 2.14 Plano de atendimento singular (PIA/PAS)	296
Tabela 215: Cada acolhido possui PIA/PAS com o registro periódico do atendimento dispensado, bem como eventuais intercorrências clínicas são observadas, ressalvadas as de natureza sigilosa constante no art. 8º da Portaria MDS nº 926.....	296
Tabela 216: No PIA/PAS, constam dados pessoais do acolhido	297
Tabela 217: No PIA/PAS, constam indicação dos familiares ou de pessoas indicadas pelo acolhido, os respectivos contatos, bem como a evolução do vínculo familiar durante o período de acolhimento.....	297
Tabela 218: No PIA/PAS, consta histórico de acompanhamento psicossocial, incluindo eventuais internações, acolhimento e outras formas de tratamento.....	297
Tabela 219: No PIA/PAS, consta indicação do profissional de referência da equipe da instituição para acompanhamento do acolhido	298
Tabela 220: No PIA/PAS, consta(m) qual(is) a(s) substância(s) psicoativa(s) utilizada pelo acolhido que motivou(ram) sua inclusão no tratamento	298
Tabela 221: No PIA/PAS, consta motivação para o acolhimento.....	299
Tabela 222: No PIA/PAS, constam todas as atividades a serem exercidas pelo acolhido, dentre aquelas do art. 12 da Resolução 01/2015-Conad, e a frequência de suas realizações, de desenvolvimento da espiritualidade e de promoção do autocuidado.....	299
Tabela 223: No PIA/PAS, constam todos os encaminhamentos do acolhido aos serviços da rede do SUS, SUAS e demais órgãos.....	299
Tabela 224: No PIA/PAS, constam todos os encaminhamentos visando à reinserção social, incluídos os projetos de educação, capacitação profissional e geração de trabalho e renda	300

Tabela 225: No PIA/PAS, constam evolução do acolhimento, seus resultados e o planejamento de saída do acolhido	300
Tabela 226: Acolhidos em vagas da União com previsão de saída até três meses após o monitoramento.....	301
Tabela 227: Quanto aos critérios de admissão, permanência e saída, o programa de acolhimento da instituição e o PIA/PAS têm a anuência prévia, por escrito, do acolhido. E, se houver, de seu familiar ou pessoa por ele indicada.....	301
Tabela 228: O acolhido e seu familiar/pessoa por ele indicada participam na construção e no cumprimento do PIS/PAS, observando o protagonismo do acolhido, o respeito e os diálogos, bem como os princípios norteadores do acolhimento	302
Tabela 229: Elaboração do PIA/PAS no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do acolhimento, considerando as entidades responsáveis pelas questões operacionais durante o funcionamento da entidade.....	302
2.15 Protocolo de Admissão	303
Tabela 230: Admissão do acolhido mediante avaliação médica diagnóstica.....	303
Tabela 231: Responsabilidade do técnico da instituição pelos medicamentos prescritos aos acolhidos	303
Tabela 232: Todos os medicamentos sujeitos a controle especial estão guardados em armário fechado e com chave.....	304
Tabela 233: Todos os medicamentos possuem receita e/ou prescrição médica.....	304
Tabela 234: Respeito à pessoa e à família, independente da etnia, credo religioso, ideologia, nacionalidade, orientação sexual, antecedentes criminais ou situação financeira	305
Tabela 235: Orientação clara ao usuário e a seu responsável sobre as normas e rotinas da instituição, incluindo: critérios relativos a visitas e à comunicação com familiares e amigos; à linha de espiritualidade seguida pela instituição; às atividades de autocuidado e às práticas inclusivas; bem como sobre a admissão do acolhido com concordância formal por escrito.....	305
Tabela 236: A permanência voluntária	305
Tabela 237: Possibilidade de o acolhido interromper o acolhimento a qualquer momento	306
Tabela 238: O sigilo segundo normas éticas e legais, incluindo o anonimato	306
Tabela 239: A divulgação de informação a respeito da pessoa, imagem ou outra modalidade de exposição somente pode ocorrer com prévia autorização, por escrito, da pessoa ou de seu responsável	306
Tabela 240: O cuidado com o bem-estar físico e psíquico da pessoa, em um ambiente livre de álcool e outras drogas, assim como de violência.....	307
Tabela 241: Fornecimento de alimentação (quantidade de refeições diárias).....	307
Tabela 242: Cuidado de higiene	308

Tabela 243: Proibição de castigos físicos, psíquicos ou morais.....	308
Tabela 244: Aplicação de sanções pelo descumprimento de regras na comunidade terapêutica.....	308
Tabela 245: Registro de reingresso de acolhidos na entidade	309
Tabela 246: Expõe o acolhido a situações de constrangimento ou de vulnerabilidade, como ações em vias públicas de vendas de produtos ou de arrecadação de recursos, ou outras atividades congêneres para a entidade de acolhimento?	310
Tabela 247: As atividades de capacitação, de promoção da aprendizagem, de formação e as práticas inclusivas, buscam a inserção e a reinserção social, o resgate, a formação de novas habilidades profissionais, práticas ou para a vida, bem como o aprendizado de novos conhecimentos, de modo a promover o empoderamento e o desenvolvimento das habilidades sociais do acolhido?	310
Tabela 248: Ambiente ético e protegido nas atividades práticas.....	311
Tabela 249: Possui um mecanismo de registro de queixas e sugestões à disposição de cada acolhido e família, de modo que seja possível expor quaisquer insatisfação e opiniões voltadas à melhoria do serviço	311
Tabela 250: Não se viola, em nenhuma instância, a correspondência do acolhido, e as ligações telefônicas podem ser realizadas com privacidade.....	312
Tabela 251: Casos de evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave e falecimento deverão ser comunicados os familiares ou representante legal do acolhido, no prazo máximo de 24h	312
Tabela 252: Não se utilizam ações como contenção física, psicológica e medicamentosa, bem como quaisquer tipos de isolamento ou restrição que infrinjam a liberdade da pessoa acolhida.....	313
2.16 Gestão de Infraestrutura.....	313
Tabela 253: O serviço dispõe de alojamento adequado para o número de vagas de acolhimento oferecidas, separadas por público (adulto masculino/feminino)..	313
Tabela 254: Quantidade de quartos disponíveis para os acolhidos na entidade	314
Tabela 255: Dispõe de conjuntos (cama/colchão) compatíveis com o número de acolhidos, incluindo área para guarda de roupas e pertences dos acolhidos	314
Tabela 256: Quantidade de conjuntos de cama/colchão disponíveis para o atendimento do público masculino	315
Tabela 257: Dispõe de banheiros para acolhidos compatíveis e adequados ao número de pessoas por alojamento, separados por público (adulto masculino/feminino).....	315
Tabela 258: Quantidade de banheiros (sanitários) para os acolhidos na entidade	316
Tabela 259: Dispõe de 1 banheiro adaptado para portadores de necessidades especiais (ABNT NBR 9050).....	316

Tabela 260: Dispõe de quarto/apartamento com acessibilidade (adaptado) para portadores de necessidades especiais (ABNT NBR 9050)	317
Tabela 261: Quartos para, funcionários noturnos, com dimensões e área para armazenamento de pertences.....	317
Tabela 262: Infraestrutura da cozinha.....	318
Tabela 263: Instalações de refeitório	318
Tabela 264: Local apropriado para armazenamento de alimentos, bem como os alimentos estão dentro do prazo de validade e bem acondicionados	319
Tabela 265: Piso, teto, paredes, mobiliários íntegros e de fácil limpeza. Ambientes limpos e organizados. Ausência de infiltrações e mofo.....	319
Tabela 266: Mantém os ambientes de uso dos acolhidos livres de trancas, chaves ou grades, admitindo-se apenas o travamento simples	320
Tabela 267: Mantém as instalações físicas dos ambientes externos e internos em boas condições de conservação, segurança, organização, conforto e limpeza	320
Tabela 268: Sala de atendimento individual.....	321
Tabela 269: Sala de visitas	322
Tabela 270: Sala de atendimento coletivo	323
Tabela 271: Área para realização de oficinas de trabalho	323
Tabela 272: Área para realização de atividades de práticas inclusivas	324
Tabela 273: Área para prática de atividades desportivas.....	324
Tabela 274: Sala administrativa	324
Tabela 275: Área para arquivo das fichas (PIA/PAS) dos acolhidos que permita a manutenção do sigilo das informações, seja física ou eletronicamente	325
Tabela 276: Sanitários para funcionários/visitantes (ambos os gêneros)	325
2.17 Indicador de protagonismo do acolhido no tratamento	326
Tabela 277: Indicador de protagonismo do acolhido	326
Figura 151: Gráfico do indicador de protagonismo do acolhido	327
2.18 Taxa de Reacolhimento	327
Tabela 278: Taxa de recolhimento na entidade de acolhimento	327
Figura 152: Gráfico da taxa de recolhimento na entidade	328
2.19 Taxa de múltiplos acolhimentos nos últimos 5 anos	328
Tabela 279: Taxa de múltiplos acolhimentos nos últimos 5 anos.....	328
Figura 153: Gráfico da taxa de múltiplos acolhimentos nos últimos 5 anos.....	329
2.20 Indicador de acesso a cursos e capacitações	330
Tabela 280: Indicador de acesso a cursos/capacitações	330
Figura 154: Gráfico de indicador de acesso a cursos/capacitação.....	330

2.21	Indicador de participação da entidade em conselhos de políticas sobre drogas	330
	Tabela 281: Indicador de participação do entidade em conselhos de políticas sobre drogas.....	331
	Figura 155: Gráfico de indicador de participação em conselhos de políticas sobre drogas.....	331
2.22	Indicador de ações de reinserção social do acolhido	331
	Tabela 282: Indicador de ações de reinserção social	332
	Figura 156: Gráfico de indicador de ações de reinserção social	332
2.23	Indicadores de capacidade institucional	332
2.24	Indicador de gestão técnica e de recursos humanos	333
	Tabela 283: Indicador de capacidade institucional. Gestão técnica e de recursos humanos.....	333
2.25	Indicador de estrutura e infraestrutura da entidade de acolhimento	333
	Tabela 284: Indicador de capacidade institucional – estrutura e infraestrutura	334
2.26	Indicador de condições de alojamento da entidade de acolhimento.....	334
	Tabela 285: Indicador de capacidade institucional – condições de alojamento	334
2.27	Indicador de conservação da infraestrutura e instalações	335
	Tabela 286: Indicador de capacidade institucional – conservação da infraestrutura e instalações	335
3.	Avanços e perspectivas para o monitoramento de entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas.....	336
	Mapa 4: Distribuição espacial dos municípios, por região geográfica, que abrigam entidades que participaram dos dois Monitoramentos de Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas.....	338
	Considerações finais	340
	Posfácio	343
	Referências	345

Prefácio

A colaboração inovadora entre o Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento em Álcool e Drogas (Depad) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) constitui um marco na construção de políticas públicas fundamentadas em evidências, voltadas ao acolhimento de pessoas em situação de dependência de álcool e outras drogas. A partir dessa articulação institucional, ao longo de 2025 foram monitoradas 363 Entidades de Apoio e Acolhimento, distribuídas em dois ciclos de investigação. Desse total, 324 entidades participaram ativamente de ambas as etapas, evidenciando o engajamento das instituições e garantindo a consistência dos dados obtidos e das análises realizadas.

Esses números evidenciam, de forma inequívoca, o engajamento das instituições e fornecem dados robustos que permitem identificar tendências e avaliar a qualidade dos serviços prestados. Além disso, essas informações orientam a implementação de ações corretivas fundamentadas em análise científica, fortalecendo a tomada de decisão institucional. Desse modo, essa integração consolida-se como instrumento estratégico para aprimorar práticas institucionais, fortalecer o acolhimento, bem como qualificar a política pública de acolhimento.

Nesse processo, cumpre dizer, os resultados produzidos vão muito além de meras estatísticas: refletem o compromisso institucional em assegurar dignidade, cuidado qualificado e respeito aos direitos das pessoas que enfrentam Transtornos por Uso de Substâncias (TUS). Sendo assim, essa iniciativa dialoga diretamente com as metas do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2023–2026 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em especial com a Meta 4.57, que prevê o monitoramento contínuo e o aprimoramento da política de acolhimento. Dessa forma, reforça-se o alinhamento às diretrizes da Política Nacional sobre Drogas e do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, reafirmando a responsabilidade social e humanitária do Estado.

Portanto, o Anuário que apresentamos é mais do que um documento técnico. É um instrumento vivo que transforma informação em ação. Em sua elaboração, utilizamos metodologias avançadas de coleta, processamento e análise de dados, a fim de garantir que cada indicador apresentado represente evidências sólidas, capazes de orientar decisões públicas mais eficientes, transparentes e centradas no cidadão. E, ao se estabelecer periodicidade de coleta e monitoramento, fortalecemos a capacidade do Estado de monitorar, aprimorar processos, como também de assegurar o cumprimento das normas legais que garantem a qualidade dos serviços de acolhimento.

Sendo assim, convidamos você a somar a este esforço coletivo, considerando que a participação de todos os atores envolvidos – gestores, entidades, profissionais e sociedade – mostra-se indispensável para a promoção de melhorias efetivas no atendimento. Isso porque esse engajamento contribui para a qualificação e a otimização do uso dos recursos, fortalecendo a eficiência das ações implantadas. Ademais, tal articulação institucional é fundamental para assegurar que cada cidadão em situação de vulnerabilidade seja acolhido com respeito, cuidado e dignidade humana.

Juntos, reafirmamos a importância da cidadania, da solidariedade e da construção de um futuro mais inclusivo e justo para todos.

Sâmio Falcão Mendes

Diretor do Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (Depad).

Introdução

No Brasil, a primeira grande iniciativa de investigação com foco em monitoramento do desempenho das atividades de funcionamento das comunidades terapêuticas foi a pesquisa intitulada *“Censo das Comunidades Terapêuticas no Brasil”*, em 2011, com auxílio de uma metodologia centrada numa enquete telefônica ou *survey*. Esse estudo investigou a dinâmica de 1.795 entidades com oferta, à época, de 51.021 vagas distribuídas por diferentes estados brasileiros.

Seis anos após a realização do Primeiro Censo, foi publicada, em 2017, a Nota Técnica 21. Nela, registrou-se o perfil das comunidades terapêuticas brasileiras, sintetizando a pesquisa realizada pela Diretoria de Estudos e Políticas de Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (DIEST/IPEA). Nesse estudo, além da *survey*, foi desenvolvida uma pesquisa etnográfica a partir do preenchimento de um questionário on-line, com a posterior realização de imersão etnográfica numa amostra das comunidades que, em sua maioria, possuíam financiamento público por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).

Também naquele ano, foram apresentados os resultados de uma inspeção realizada em algumas entidades de acolhimento. Desta vez, com foco em denúncias de violação de direitos em determinadas comunidades terapêuticas. O estudo, desenvolvido pelo Conselho Regional de Psicologia, em parceria com o Ministério Público Federal e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, MNPCT, deu origem ao *“Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas – 2017”*.

Outra grande iniciativa de monitoramento dessas comunidades foi conduzida pelo Núcleo de Pesquisa em Vulnerabilidade e Saúde (NAVES), da Universidade Federal de Minas Gerais, entre os meses de agosto de 2023 e junho de 2024, para o Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Dela/MDS). Esse monitoramento seguiu as diretrizes traçadas pela Portaria 562, de 19 de março de 2019, que criou o Plano de Fiscalização e Monitoramento de Comunidade Terapêutica no âmbito da Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED) (Ministério da Cidadania, 2019a). *“Além das questões objetivas, foram coletados dados de geolocalização e fotos que consubstanciassem a avaliação da documentação apresentada e dos locais visitados das entidades monitoradas”* (Garcia e Carvalho, 2024, p. 23-24).

O estudo em questão ocorreu em 518 entidades de acolhimento a partir da geração de 536 relatórios, considerando que algumas entidades foram revisitadas a partir da solicitação do MDS. E, no que diz respeito à lógica de análise dos dados, Garcia e Carvalho (2024, p. 26) apontam que *“foram analisados utilizando-se a plataforma estatística para a linguagem Python®. Foram calculados percentuais, média e desvios-padrão para as variáveis”*.

Cumprе realçar que esse esforço de monitoramento permite avaliar tanto o impacto das políticas públicas como a produtividade dos modelos de alocação de recursos e aprimoramento da governança institucional. Representa, desse modo, um passo arrojado na implementação de iniciativas direcionadas à melhoria da qualidade de vida da população a partir dos desafios colocados pela contemporaneidade. Destaca-se, nesse sentido, a importância de articular o monitoramento das entidades de acolhimento com o monitoramento de políticas públicas relacionadas à dependência química.

Portanto, deve-se considerar que *“O monitoramento epidemiológico contínuo do uso de álcool e de outras substâncias psicoativas, bem como dos comportamentos aditivos, é fundamental para compreender a dinâmica desses fenômenos, seus determinantes e impactos na saúde pública”*, segundo o **Levantamento Nacional de Álcool e Drogas – Lenad (2025, p. 7)**.

Após esse breve contexto histórico sobre o que já foi desenvolvido no Brasil até o ano de 2024, quanto a expedientes de monitoramento do funcionamento de comunidades terapêuticas, cuja síntese é apresentada em forma de um Anuário Brasileiro de Monitoramento de Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas - 2025.

O presente documento apresenta os resultados das análises comparativas realizadas com base nos dados coletados durante o primeiro e o segundo ciclos de monitoramento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas, previstos para 2025 pelo Termo de Execução Descentralizada (TED) 01/2024, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), por meio do Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (Depad) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). No projeto, há a previsão de desenvolvimento de quatro ciclos de monitoramentos em entidades dessa natureza. E, para o interstício 2025/2026, já foram realizados dois.

Sua análise abrange dados quantitativos e qualitativos coletados em 324 (trezentas e vinte e quatro) instituições que participaram de ambos os ciclos, permitindo avaliar o desempenho institucional, a aderência às normas vigentes, a efetividade das práticas implementadas e os resultados alcançados.

O primeiro ciclo de monitoramento ocorreu no período de 30 de janeiro a 3 de abril de 2025, enquanto o segundo entre 22 de maio e 5 de setembro do mesmo ano. Vale considerar que a realização de dois ciclos consecutivos possibilitou a identificação de avanços, persistências de não conformidades e áreas que demandam aprimoramento, fornecendo subsídios importantes para a indução de melhorias na gestão e na organização dos serviços ofertados.

Além disso, neste documento serão apresentados os resultados das análises referentes a 37 (trinta e sete) instituições que participaram exclusivamente do segundo ciclo de monitoramento. Embora esses casos não permitam comparações longitudinais, contribuem para ampliar o diagnóstico situacional do conjunto das entidades acompanhadas, bem como oferecem informações relevantes para o fortalecimento da capacidade institucional, a melhoria contínua das práticas de acolhimento e a formulação de estratégias de regulação e apoio técnico no âmbito da política pública. Essas análises complementares permitem consolidar uma visão mais abrangente do panorama nacional das entidades de acolhimento, fornecendo subsídios estratégicos para a tomada de decisão, o aprimoramento da governança institucional e o fortalecimento das políticas públicas de atenção às pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

Estruturado para articular produção de conhecimento, avaliação de políticas públicas e subsídio à gestão, este Anuário apresenta-se de forma sistemática, garantindo rigor técnico, clareza expositiva e coerência institucional. Sendo assim, foi organizado em quatro grandes eixos, que refletem tanto o percurso metodológico da pesquisa quanto a análise dos resultados obtidos nos dois ciclos anuais de monitoramento.

Posto isso, inicialmente, apresenta-se um panorama das pesquisas e iniciativas de monitoramento de entidades de acolhimento no Brasil, situando essas ações no contexto das políticas públicas sobre álcool e outras drogas. Essa seção contextualiza o monitoramento como instrumento estratégico de avaliação, regulação e qualificação da oferta de serviços, destacando sua relevância para a indução de boas práticas institucionais, a proteção de direitos, bem como fortalecimento da rede socioassistencial. Desse modo, o panorama apresentado estabelece as bases para compreender o papel do monitoramento como ferramenta central de governança, permitindo identificar avanços, desafios e oportunidades de aprimoramento das práticas institucionais, o que contribui para a efetividade das políticas públicas e para a melhoria contínua da rede de acolhimento no país.

Na sequência, apresenta-se a abordagem metodológica e procedimental do monitoramento, detalhando os referenciais conceituais, técnicos e normativos que orientaram os dois ciclos. São explicitados os critérios de análise, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos de sistematização, assim como o tratamento das informações, assegurando transparência, consistência analítica e confiabilidade aos resultados. Esses critérios permitem a compreensão das limitações e potencialidades do processo de monitoramento como ferramenta de avaliação contínua de políticas públicas.

O núcleo analítico do Anuário organiza-se em dois blocos complementares. O primeiro dedica-se às **análises comparativas das entidades monitoradas nos dois ciclos anuais**, possibilitando identificar permanências, mudanças e tendências no funcionamento institucional e na oferta de acolhimento. São examinadas múltiplas dimensões estratégicas, incluindo perfil institucional, modalidades de financiamento, voluntariedade do acolhimento, participação no Plano de Atendimento Singular (PIA/PAS), observância das normas e regulamentos, práticas institucionais e garantias de direitos.

Dentro desse bloco, são analisados aspectos centrais para avaliação do funcionamento das entidades, como alimentação, quantidade de refeições, trabalho durante o acolhimento, execução de serviços particulares pelos acolhidos, práticas de contenção física e/ou medicamentosa, oferta de atendimentos psicológicos e sociais, condições de privacidade e acomodações, regulamentação de visitas, dimensão religiosa, reincidência e distribuição de vagas. São ainda abordadas características institucionais, regularidade documental, composição e qualificação dos recursos humanos, processos de admissão e acolhimento, como também gestão da infraestrutura.

Além disso, o Anuário apresenta indicadores sintéticos e analíticos, construídos a partir dos dados coletados, que permitem avaliar o desempenho institucional sob diferentes dimensões. Entre essas variáveis, destacam-se o protagonismo do acolhido no tratamento, as taxas de reacolhimento e múltiplos acolhimentos, bem como o acesso a cursos e capacitações. Também são contempladas a participação das entidades em conselhos e instâncias de controle social, as ações de reinserção social, a capacidade institucional, a gestão técnica, os recursos humanos, a infraestrutura e, somado a isso, as condições de alojamento.

Dessa forma, o primeiro bloco analítico proporciona uma compreensão integrada do funcionamento das entidades de acolhimento, bem como permite identificar padrões e avanços observados nas instituições. Ademais, possibilita reconhecer desafios em múltiplas dimensões institucionais.

Por sua vez, o segundo bloco analítico dedica-se à **análise das entidades monitoradas exclusivamente na segunda rodada anual**, oferecendo um diagnóstico situacional do conjunto de instituições. E, apesar de não permitir comparações longitudinais, nesta seção amplia-se o conhecimento sobre a diversidade institucional, subsidiando ações de acompanhamento, apoio técnico e indução de melhorias, com foco na qualificação da oferta de serviços e no fortalecimento das políticas públicas de acolhimento. Essas análises complementares, vale pontuar, permitem consolidar uma visão mais completa do panorama nacional das entidades de acolhimento, oferecendo subsídios estratégicos para decisões gerenciais, aperfeiçoamento das práticas institucionais e aprimoramento das políticas públicas voltadas à proteção e à promoção dos direitos das pessoas acolhidas.

Cumpre também ressaltar que a metodologia desenvolvida integra uma periodização regular dos monitoramentos, possibilitando um espectro multidimensional de coleta e análise de dados a partir da organização de séries temporais que permitem, a partir do rigor científico dos procedimentos investigativos e da diversidade da equipe de pesquisa, uma análise de tendências para um investimento assertivo dos recursos, priorizando os direitos básicos da pessoa acolhida. Nesse sentido, o monitoramento e a pesquisa acadêmica das entidades para implementação de estudos e práticas para reorganização contribuem para a otimização e o aperfeiçoamento da prestação de serviço com base na colaboração e no compartilhamento de ciência e tecnologia entre órgãos do Governo Federal e universidades públicas que atuam no ensino, pesquisa e extensão em nível de excelência.

Nesse contexto, o arcabouço metodológico abrange dimensões quantitativas e qualitativas, com a intenção de criar uma compreensão multidimensional das condições de acolhimento a partir da fiscalização de contratos de financiamento firmados pelas entidades com o MDS e intermediados pelo Depad. Diante disso, para materializar esse rigor metodológico, foram implementados os seguintes procedimentos metodológicos:

- 1. Elaboração de Protocolos Técnicos** para o desenvolvimento de instrumentos padronizados de coleta e análise de dados, em conformidade com as normativas vigentes com fins de aperfeiçoamento do monitoramento de entidades de acolhimento, entendidos como assistência social prestada pelo Governo Federal por meio de contratos de prestação de serviço com as entidades de acolhimento. Nesse anuário, os dados analisados contemplam frequências, cruzamentos e indicadores elaborados a partir da aplicação do formulário instituído pela Portaria nº 926/2023 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Nesse sentido, no período que antecedeu o primeiro monitoramento, a equipe se debruçou sobre a produção do guia orientativo, a partir da concepção e estruturação do documento *“Monitoramento, Fiscalização e Pesquisa em Entidades de Acolhimento: um guia prático”* (Jorge et. al, 2024), que sistematiza os procedimentos operacionais e orienta a práxis em campo, tendo como prerrogativa a adoção de um elevado rigor metodológico durante todo o processo de coleta e análise dos dados. Tal manual, entregue e discutido com cada monitor, tem função de esclarecer temas e conceitos fundamentais sobre as entidades de acolhimento, legislações pertinentes e boas práticas para uma atuação técnica e ética durante as visitas.

- 2. Capacitação da equipe de investigação** a partir da seleção e formação de pesquisadores provenientes de diversas regiões brasileiras, com expertise nas ciências exatas, humanas e sociais, bem como com experiência em procedimentos e instrumentais de pesquisa social, com análises que cruzam dados estatísticos e de conteúdo a partir da análise das descrições dos pesquisadores durante o monitoramento das entidades. Isso justifica os critérios de escolha para seleção da equipe de pesquisa, que deve atender a pré-requisitos básicos, como possuir curso superior completo e experiência prévia em pesquisa e aplicação de questionários.

A partir da análise de currículos e entrevistas, objetivou-se avaliar o perfil dos candidatos que não haviam atuado no primeiro ciclo. Esse processo ocorreu após a divulgação do projeto e da etapa de monitoramento em universidades públicas e privadas localizadas nos estados contemplados nos ciclos de monitoramento.

É importante destacar que os pesquisadores que atuaram em campo como monitores receberam, inicialmente, três capacitações voltadas à coleta de dados in loco, realizadas entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025 para a realização do primeiro ciclo de monitoramento. Como reforço às atividades formativas para o segundo monitoramento, também foram realizados treinamentos presenciais e remotos no mês de maio de 2025, voltados para a atualização da dinâmica do monitoramento, considerando os pontos de atenção verificados na coleta do ciclo anterior.

Esses treinamentos abordaram aspectos éticos, técnicos e metodológicos, incluindo a utilização dos questionários, estratégias de abordagem dos acolhidos, atenção às diretrizes de direitos humanos, conduta ética durante as visitas, além de orientações detalhadas para aplicação dos instrumentos de coleta. Outras capacitações foram realizadas ao longo do processo, por meio de visitas técnicas e da aplicação de testes in loco do formulário nas entidades. Nessa fase, o instrumento foi utilizado como pré-teste e como atividade de treinamento, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, com um grupo de monitores que atuou em campo.

Posteriormente, essa experiência foi ampliada e replicada pela equipe do projeto junto a todos os monitores que atuam nas entidades. Esses profissionais contaram ainda com suporte diário de supervisores do projeto, responsáveis por esclarecer dúvidas e solucionar demandas surgidas durante o cotidiano do trabalho de campo. Assim, os monitores foram acompanhados de forma sistemática e tiveram à disposição uma equipe qualificada para auxiliar na resolução de problemáticas, conferência e envio de endereços, elaboração de planos de ação e disponibilização de documentos necessários ao monitoramento, tais como listagem de vagas, ofícios e ordens de serviço.

- 3. Articulação interinstitucional e planejamento logístico** a partir de uma coordenação sinérgica entre a UFF e o Depad para compartilhamento de dados, validação de procedimentos e otimização da logística de monitoramento, por meio de reuniões de trabalho sistemáticas e de produção textual colaborativa. Nesse sentido, o monitoramento seguiu um cronograma acordado com o Depad, a partir do fornecimento de listas com informações das instituições que possuem contrato de vagas com o órgão. Cabe mencionar que as datas das visitas não foram publicadas, e as entidades foram visitadas sem nenhum tipo de comunicação anterior aos monitoramentos, dando caráter espontâneo à visita, além de permitir um quadro real do

estado das instituições de acolhimento em diferentes dimensões, ou seja, o objetivo central do monitoramento.

Nos expedientes, as bases de dados do Sistema de Cadastro Nacional de Comunidades Terapêuticas (SISCT) foram empregadas como pilar fundamental para a prospecção e contato inicial com as entidades, bem como para a validação metodológica e logística das visitas de monitoramento. Esse processo de testagem de viabilidade garantiu a adequação dos protocolos de campo.

Cumprir dizer que a sinergia entre os sistemas de informação existentes assegurou a rastreabilidade das ações de monitoramento, fornecendo transparência aos processos de investigação e a eficiência na execução das atividades de campo, permitindo inclusive a geração de uma base cartográfica do monitoramento, considerando a distribuição estadual, regional e nacional das entidades monitoradas, o que permite o desdobramento de um conjunto de análises sobre a distribuição das entidades pelo território nacional, considerando diferentes escalas de análise do acolhimento como política pública.. Adicionalmente, essa integração foi crucial para o acompanhamento longitudinal das entidades, permitindo uma análise diacrônica dos resultados ao longo dos ciclos de monitoramento consecutivos.

Quanto ao delineamento estratégico dos ciclos de monitoramento, foi concebido para possibilitar avaliações longitudinais e comparativas das condições de acolhimento de indivíduos em situação de vulnerabilidade. Essa abordagem sistemática permite a identificação de padrões, a verificação de avanços e a análise de desafios persistentes no âmbito das intervenções sociais.

Por sua vez, a equipe de supervisão foi responsável pela elaboração de documentos destinados à padronização do monitoramento, incluindo os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs). Também coordenou a sistematização e a geração dos dados provenientes das visitas realizadas. Além disso, acompanhou as pendências encaminhadas ao Depad, garantindo o correto encaminhamento e o registro das informações.

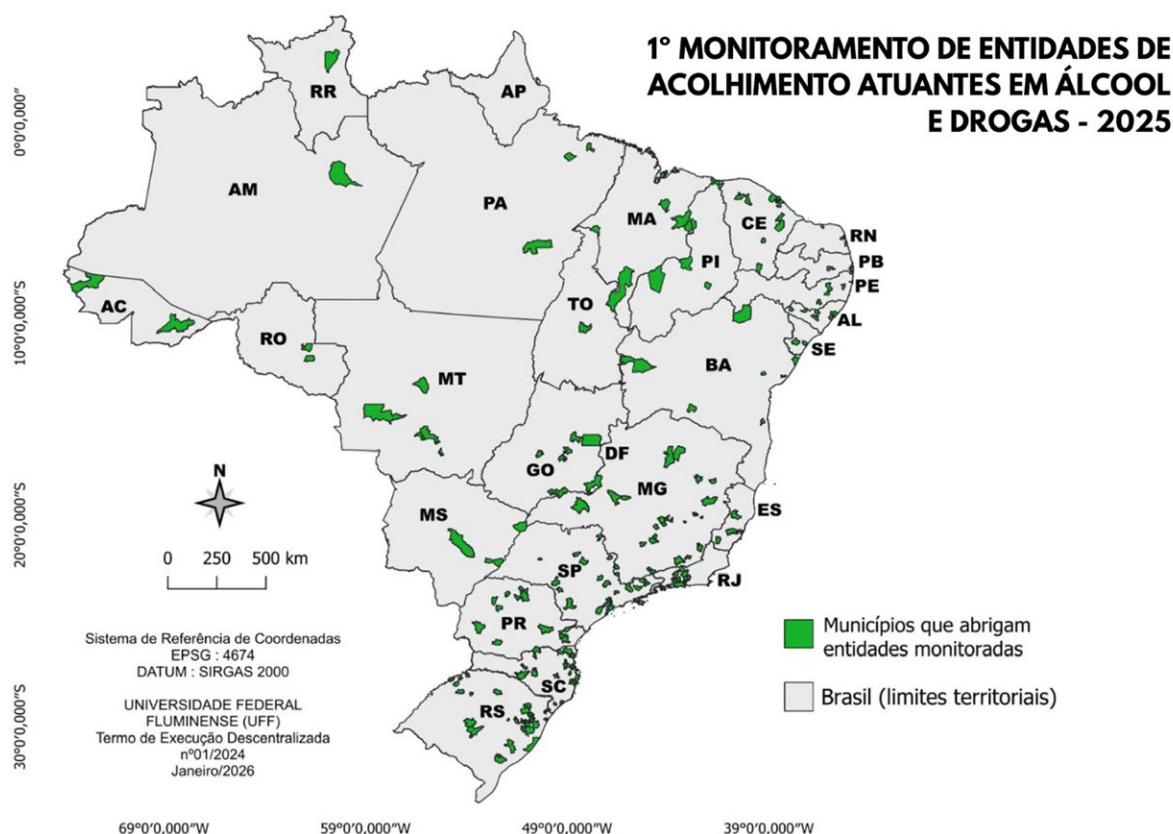
O instrumento utilizado para o monitoramento das entidades, que gerou os dados analisados neste Anuário, foi informatizado por meio do *software* Kobo e aplicado em *tablets* distribuídos aos monitores. O Kobo é uma plataforma digital que permite a coleta de dados mesmo em modo offline, garantindo o preenchimento dos formulários na ausência de conexão com a internet e com dados georreferenciados. Tal formulário utilizado foi composto predominantemente por perguntas fechadas, embora incluía algumas questões abertas distribuídas em diferentes blocos, além de espaços para o preenchimento de relatos dos monitores suscitados durante a coleta de dados, assegurando a captura de informações quantitativas e qualitativas.

Conforme previsto na estrutura do monitoramento, os primeiros dados coletados tiveram origem em uma roda de conversa realizada exclusivamente com acolhidos que ocupam vagas subsidiadas pelo Depad. Essa abordagem permitiu registrar percepções diretas dos usuários sobre a experiência de acolhimento, complementando as informações obtidas junto aos responsáveis técnicos das instituições e fortalecendo a análise integrada das condições institucionais e da efetividade das práticas implementadas.

4. A transversalidade territorial da análise, que caracteriza o monitoramento das entidades de acolhimento, foi materializada na utilização de formulários para coleta de dados, tanto no primeiro quanto no segundo monitoramento, em entidades distribuídas por diversos estados brasileiros.

No primeiro ciclo de monitoramento, espacializado no **Mapa 1**, foram aplicados um total de 328 formulários em entidades distribuídas por diversos estados brasileiros. Sua distribuição espacial pode ser visualizada no **Mapa 1**, que permite a localização dos municípios das entidades monitoradas distribuídas pelo território nacional. Essa análise permite afirmar que os estados com maior número de formulários preenchidos foram, respectivamente, Rio Grande do Sul (46), Minas Gerais (41) e Paraná (29), seguidos por São Paulo (26) e Ceará (26), e, em seguida, Santa Catarina (24) e Rio de Janeiro (18). Entre os estados com aplicação intermediária, destacam-se Piauí (15), Goiás (13), Alagoas (13) e Maranhão (12), enquanto o Distrito Federal, Bahia e Pernambuco registraram 8 formulários cada. Mato Grosso contabilizou 7, e Mato Grosso do Sul, 6.

Mapa 1: Distribuição espacial dos municípios, por estado da federação, que abrigam entidades que participaram do 1º Monitoramento de Entidades de Acolhimento Atuantes em álcool e drogas.

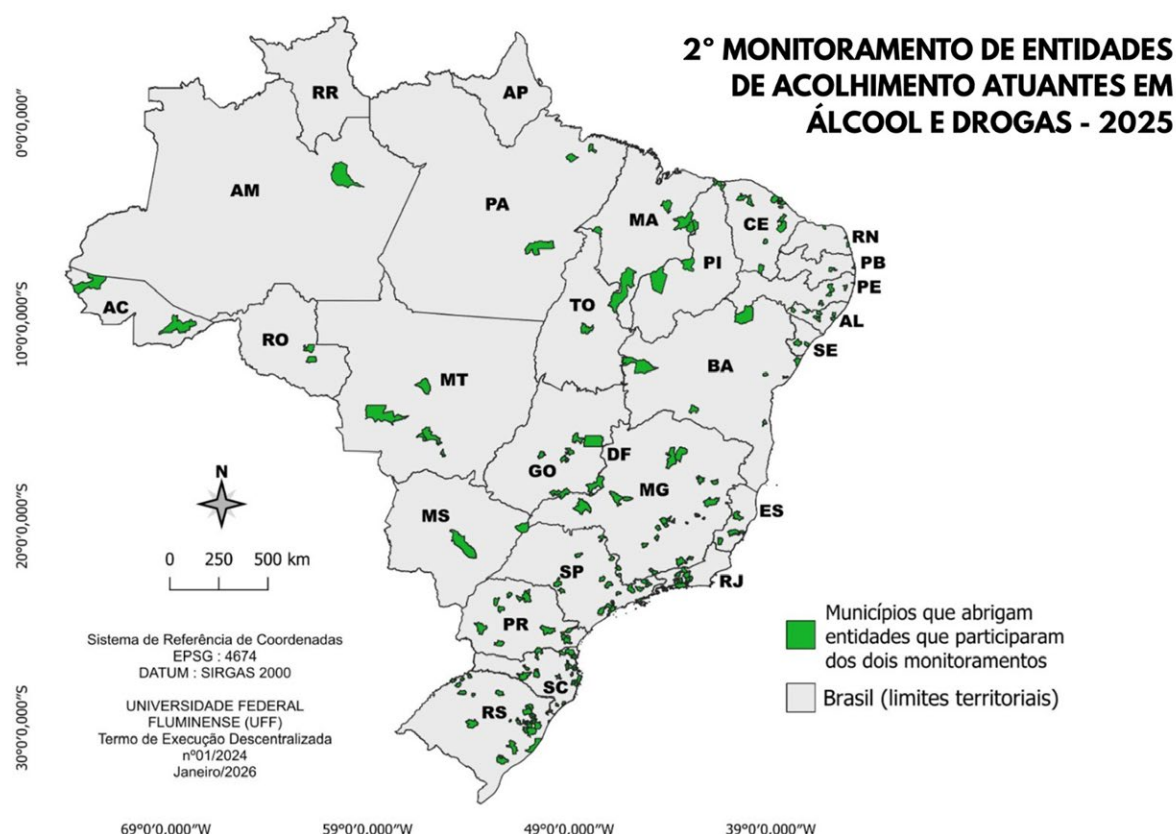


Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Quanto ao segundo ciclo de monitoramento, espacializado no **Mapa 2**, foram coletados dados em 324 entidades de acolhimento. A distribuição espacial desse monitoramento pode ser visualizada no **Mapa 2**, que permite a localização dos municípios das entidades monitoradas distribuídas pelo

território nacional. Essa análise permite afirmar que os estados com maior número de formulários aplicados foram Rio Grande do Sul (44), Minas Gerais (41) e Paraná (29), seguidos por São Paulo (26) e Ceará (26), e, em sequência, Santa Catarina (24) e Rio de Janeiro (18). Entre aqueles com aplicação intermediária, destacam-se Piauí (15), Goiás (14), Alagoas (12) e Maranhão (12), enquanto Distrito Federal, Bahia e Pernambuco registraram 8 formulários cada, Mato Grosso contabilizou 7 e Mato Grosso do Sul, 6. Por sua vez, 4 formulários foram aplicados em cada um dos estados do Rio Grande do Norte, Pará, Espírito Santo e Acre, e 3 na Paraíba. Tocantins, Sergipe e Rondônia registraram 2 formulários cada. Por fim, Amazonas teve 1 formulário aplicado, enquanto Roraima e Amapá não registraram participação neste ciclo.

Mapa 2: Distribuição espacial dos municípios, por estado da federação, que abrigam entidades que participaram dos dois monitoramentos de Entidades de Acolhimento Atuentes em álcool e drogas.

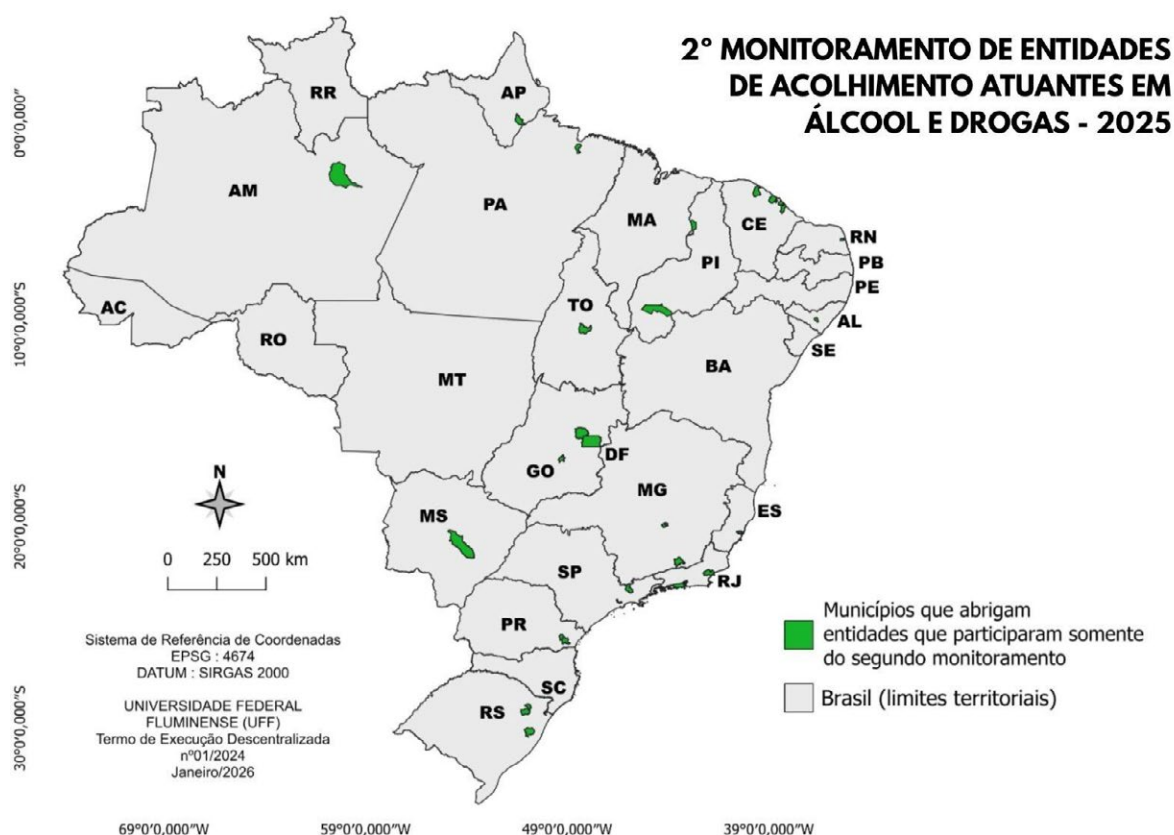


Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Vale destacar que o segundo monitoramento, realizado entre maio e setembro de 2025, contou com a participação adicional de 37 (trinta e sete) entidades de acolhimento distribuídas por 17 estados e pelo Distrito Federal e especializado no **Mapa 3**. Dentre essas, Minas Gerais concentrou o maior número de unidades, com 6 instituições (16,22%), seguido do Ceará, com 5 (13,51%), e de Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo, com 3 unidades cada (8,11%). Esses cinco estados, juntos, representam 54,06% das entidades incluídas neste grupo. Além dessa concentração (mais de 50% das entidades monitoradas nesses cinco estados), o monitoramento permitiu aprofundar as análises na região

Sul-Sudeste, que concentra mais de 43,24% das unidades acompanhadas neste ciclo, ampliando a compreensão da diversidade institucional e do funcionamento das entidades de acolhimento no país.

Mapa 3: Distribuição espacial dos municípios, por estado da federação, que abrigam entidades que participaram apenas do 2º monitoramento de Entidades de Acolhimento Atuentes em álcool e drogas.



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Essa configuração reflete o padrão de amostragem definido pela equipe da UFF, que estabelece como prerrogativa a proporcionalidade entre a quantidade de instituições monitoradas em cada estado e o número de entidades e contratos vigentes com o Depad em cada unidade da federação. Tal critério, vale pontuar, assegura representatividade e consistência na análise dos dados coletados. Desse modo, considera-se, portanto, que essa abordagem seja fundamental para correlacionar padrões estatísticos das entidades com sua distribuição geográfica e a concentração de instituições em cada estado.

Nesse contexto, observa-se a relevância do formulário aplicado em ambos os monitoramentos. Definido pela Portaria nº 926/2023, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e aplicado nas entidades de acolhimento, ele é dividido em dez blocos com os temas relacionados a seguir, compondo o escopo das análises elaboradas para este anuário: i. dados cadastrais da entidade de acolhimento; ii. satisfação do público usuário; iii. vagas na entidade de acolhimento; iv. características da instituição; v. documentação da entidade; vi. recursos humanos; vii. plano de atendimento singular (PAS) - somente acolhidos Depad; viii. mecanismos de

encaminhamento à rede de saúde e assistência; ix. do processo de acolhimento na entidade; x. gestão de infraestrutura.

Nesta etapa, as questões do bloco ii, relativas à satisfação do público usuário, foram estruturadas com o objetivo de realizar um diagnóstico abrangente, contemplando diferentes entidades e distintas condições de acolhimento. Entre os aspectos investigados, destacam-se as condições físicas e emocionais dos acolhidos, a infraestrutura disponível, o acesso a serviços essenciais, o respeito aos direitos humanos e sociais, bem como a conformidade das práticas institucionais com os parâmetros definidos pela política pública de financiamento das entidades de acolhimento.

As perguntas previstas permeiam temas como:

- ▶ **Participação e perfil:** número de participantes; voluntariedade; tempo de acolhimento; reacolhimento; participação no PIA/PAS.
- ▶ **Conhecimento e direitos:** conhecimento sobre financiamento público; normas da entidade; liberdade religiosa; uso de objetos pessoais; visitas íntimas e familiares.
- ▶ **Condições de acolhimento:** acomodações individuais; privacidade; sanções por quebra de regras; formas de comunicação com familiares.
- ▶ **Alimentação:** qualidade, quantidade; número de refeições diárias.
- ▶ **Contribuições financeiras:** exigência de contrapartida; doações voluntárias; cobrança indevida.
- ▶ **Trabalho e atividades externas:** vendas em vias públicas; prestação de serviços particulares.
- ▶ **Atendimento e cuidados:** acesso a atendimento psicológico, social e médico; contenção física ou medicamentosa; cobrança por deslocamento.
- ▶ **Liberdades e violência:** liberdade de crença; situações de intolerância por raça ou gênero.
- ▶ **Formação e reinserção:** acesso a cursos de capacitação; percepção de melhora.
- ▶ **Observações gerais:** considerações da equipe de monitoramento; registros adicionais.

As respostas abertas, bem como determinadas observações registradas pelos monitores, foram devidamente categorizadas e transformadas em informações quantitativas. Já as observações que, em razão de suas características, não puderam ser categorizadas, foram aproveitadas como subsídio qualitativo para complementar a análise, dando robustez aos debates, o que potencializa a tomada de decisões em relação aos pontos de atenção apresentados no monitoramento.

Aqui, denomina-se **relato** o registro elaborado pelo monitor de maneira descritiva e detalhada, no qual são registradas as circunstâncias observadas durante a visita, incluindo justificativas para a eventual impossibilidade de realização do monitoramento no local. Essa situação pode decorrer de diversos fatores, como informações incorretas ou alterações nos endereços fornecidos, ausência do responsável técnico para responder ao formulário ou dificuldades de acesso à instituição devido às condições das vias de circulação para acesso a sede das entidades.

Cumprasse assinalar que todos os acolhidos participantes da roda de conversa foram previamente informados sobre a garantia do anonimato das respostas. Por sua vez, os monitores selecionados pelo projeto receberam orientações específicas para conduzir a atividade de forma independente,

sem a presença ou interferência de outros monitores ou responsáveis técnicos. Além disso, foram instruídos a interromper imediatamente as entrevistas caso algum participante manifestasse o desejo de não prosseguir.

Para os procedimentos relativos à aplicação do formulário, a maior parte das questões originalmente previstas na Portaria nº 926/2023 do MDS, estruturadas como perguntas abertas, foi adaptada para o formato de questões fechadas utilizando a escala Likert, com o objetivo de padronizar as respostas e otimizar o tempo de aplicação. Essa adaptação permitiu maior consistência na análise dos dados, sem comprometer a compreensão das informações coletadas. Contudo, algumas perguntas abertas foram preservadas, de modo a captar especificações adicionais e detalhes relevantes das respostas dos participantes.

É preciso pontuar que as rodas de conversa são um expediente amplamente empregado em pesquisas e práticas desenvolvidas nos âmbitos da educação, da saúde e dos serviços de proteção social básica. Sobre essa prática, estudos acadêmicos qualificam como um instrumento eficaz para levantar demandas e fortalecer o vínculo entre os participantes. Além disso, ela permite avaliar o acesso às políticas públicas e sociais, promovendo a participação ativa e a expressão das vozes dos usuários.

Após a realização da roda de conversa com os acolhidos, foram coletados dados adicionais por meio da aplicação do formulário junto ao responsável técnico da entidade, complementados por observações sobre a infraestrutura e os serviços oferecidos, registros fotográficos e detalhamento das condições observadas nos locais visitados. Essa etapa abrange as questões dos blocos iii ao x do formulário, permitindo confrontar as perspectivas dos acolhidos com as dos responsáveis técnicos e, assim, construir uma visão ampliada e integrada da dinâmica das entidades.

Concluídas as visitas, os formulários foram encaminhados à equipe responsável pela checagem das informações, que posteriormente os remeteu ao Depad. Em seguida, os dados foram organizados em um banco no *software* Excel, garantindo a sistematização necessária para subsidiar a análise detalhada e a produção de indicadores pela equipe de pesquisa.

E, no que diz respeito à análise dos resultados, foi conduzida por meio do *software*, de código aberto, denominado “R”, garantindo rigor técnico e consistência na interpretação dos dados. Ressalta-se que respostas de natureza quantitativa foram categorizadas quando necessárias, permitindo o cálculo de percentuais de faixas ao longo do processo analítico. Esse procedimento possibilitou a elaboração de gráficos e tabelas padronizados para todas as variáveis, oferecendo suporte técnico para a análise detalhada e a tomada de decisões fundamentadas.

Outro aspecto relevante diz respeito ao roteiro de monitoramento publicado na Portaria nº 926/2023, no qual todas as questões da roda de conversa eram originalmente abertas. Para a aplicação informatizada do formulário, algumas dessas questões foram adaptadas para o formato de questões fechadas, estruturadas a partir da escala Likert, instrumento amplamente utilizado em pesquisas sociais para mensurar atitudes, opiniões ou níveis de concordância (Martins e Cornacchione, 2021). Essa adaptação visou padronizar as respostas, conferir maior objetividade, possibilitar a quantificação dos dados, aumentar a eficiência na análise e agilizar o trabalho dos monitores durante a roda de conversa, reconhecendo-se, contudo, as limitações decorrentes dessa escolha.

Na maior parte do bloco ii, proveniente da roda de conversa, as questões foram respondidas utilizando-se opções estruturadas a partir da escala Likert: “*Todos*” (correspondente a 100% das pessoas atendidas), “*Maioria*” (de 51% a 99%), “*Minoria*” (de 1% a 50%) e “*Nenhum*” (ausência de respostas positivas à pergunta). Além da limitação já mencionada quanto à desconsideração da individualidade dos acolhidos, o registro das respostas por meio dessas categorias requer atenção criteriosa por parte dos monitores, dada a relevância desse procedimento para a qualidade e precisão dos dados coletados.

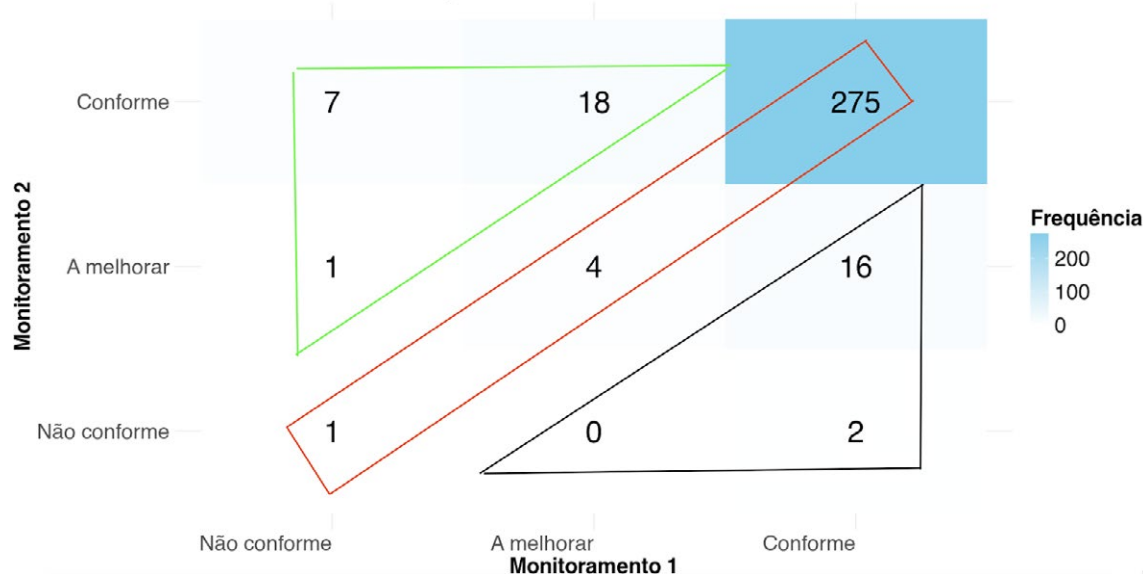
Também é importante destacar que o formulário de monitoramento é direcionado à entidade de acolhimento, e não aos acolhidos ou à equipe técnica. Dessa forma, a unidade de análise é, portanto, a própria instituição. Essa definição reforça a precisão metodológica do levantamento realizado.

Com base nessas considerações, o anuário apresenta os resultados do monitoramento realizado entre maio e setembro de 2025, estruturados em três etapas analíticas: exposição das frequências, cruzamento das variáveis e apresentação dos indicadores construídos a partir das questões do formulário. Essa organização busca proporcionar um panorama consistente dos dados coletados, permitindo compreender os resultados e, simultaneamente, identificar caminhos para o aperfeiçoamento metodológico e o fortalecimento das ações de monitoramento e avaliação das entidades de acolhimento.

A **sistemática de apresentação dos dados** estrutura-se, prioritariamente, por meio de tabelas que consolidam as informações referentes aos dois ciclos de monitoramento realizados. Essa estratégia permite a comparação direta entre os períodos analisados, favorecendo a identificação de padrões, avanços e eventuais retrocessos nos indicadores associados a cada critério avaliado. Por conseguinte, os resultados são apresentados de forma sistematizada, contemplando tanto valores absolutos quanto percentuais, organizados segundo as gradações analíticas definidas no processo metodológico.

De maneira complementar, são utilizados gráficos baseados em matrizes de transição, nos quais os resultados do primeiro monitoramento são dispostos no eixo horizontal, enquanto os do segundo monitoramento, no eixo vertical. Esse instrumento analítico possibilita a visualização sintética da evolução dos indicadores entre os ciclos, evidenciando os movimentos de permanência, melhoria ou piora nas classificações atribuídas às entidades. Nesse procedimento, cada célula da matriz expressa o quantitativo de casos que transitaram entre categorias, sendo a intensidade da coloração proporcional à frequência observada, de modo que tonalidades mais escuras indicam maior concentração de ocorrências.

Figura 1: Modelo da matriz de transição entre os monitoramentos 1 e 2
Respostas dos Monitoramentos 1 e 2



Fonte: Elaboração da equipe de pesquisa para fins de ilustração.

Na **Figura 1**, a diagonal (em vermelho) representa os casos em que não houve mudança entre um monitoramento e outro, ou seja, os indicadores permaneceram na mesma categoria. Já a parte superior da diagonal (em verde) destaca os movimentos de melhoria: situações em que o resultado no 2º monitoramento passou para uma classificação mais favorável do que no 1º. Por outro lado, a parte inferior (preto) da diagonal evidencia retrocessos, quando o desempenho caiu de uma categoria para outra menos satisfatória.

Esse formato permite identificar rapidamente padrões, como por exemplo: concentrações de cor na região superior revelam ganhos de conformidade, enquanto intensidades mais altas na parte inferior alertam para casos que demandam atenção. Assim, o gráfico sintetiza de forma objetiva o fluxo de mudança entre os monitoramentos, facilitando a tomada de decisão e a priorização de ações corretivas ou de manutenção de boas práticas.

Por fim, diante do histórico das iniciativas de monitoramento de entidades de acolhimento no Brasil, o **Anuário Brasileiro de Monitoramento de Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas – 2025** representa um avanço significativo na sistematização de informações sobre a oferta de serviços, a observância de normas e a afetividade das práticas institucionais. Isso porque, ao consolidar dados coletados em dois ciclos de monitoramento, abrangendo 324 institucionais participantes de ambos os ciclos e 37 entidades do segundo, o documento possibilita uma análise comparativa, longitudinal e situacional do funcionamento das entidades, oferecendo subsídios concretos para a avaliação de políticas públicas, o fortalecimento da governança institucional, assim como a promoção de melhorias contínuas na gestão do acolhimento.

Sua metodologia, baseada em instrumentos padronizados, rodas de conversa com os acolhidos, observações de campo e análise estatística robusta, garante transparência, consistência e confiabilidade aos resultados. Além disso, a articulação entre academia e órgãos governamentais assegura que o monitoramento seja conduzido de forma ética, técnica e multidimensional. Esse conjunto de

estratégias, cumpre dizer, permite compreender tanto os avanços quanto os desafios persistentes na prestação de serviços aos acolhidos.

Sendo assim, esta introdução estabelece o contexto, os objetivos e a relevância do Anuário, situando o leitor em relação ao escopo do documento. Em seguida, prepara-o para a análise detalhada que se seguirá, a qual abordará de forma sistemática o desempenho institucional, a conformidade normativa e a efetividade das práticas implementadas. Por fim, destacam-se os indicadores estratégicos que orientam a formulação de políticas públicas e contribuem para a qualificação da rede de acolhimento no país.

Portanto, o Anuário configura-se como **instrumento de monitoramento e avaliação de políticas públicas**, orientado à produção de evidências, ao aprimoramento da gestão e ao fortalecimento das ações de cuidado, acolhimento e reinserção social. Resultante da cooperação institucional entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, por intermédio do Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (Depad), e a Universidade Federal Fluminense, o documento reafirma o compromisso com a transparência, a qualificação da ação pública e a garantia de direitos no âmbito da política sobre álcool e outras drogas.

Prof. Dr. Marco Aurélio Sanfins

Coordenador-Geral do Termo de Execução
Descentralizada 01/2024/UFF/MDS
Universidade Federal Fluminense

1

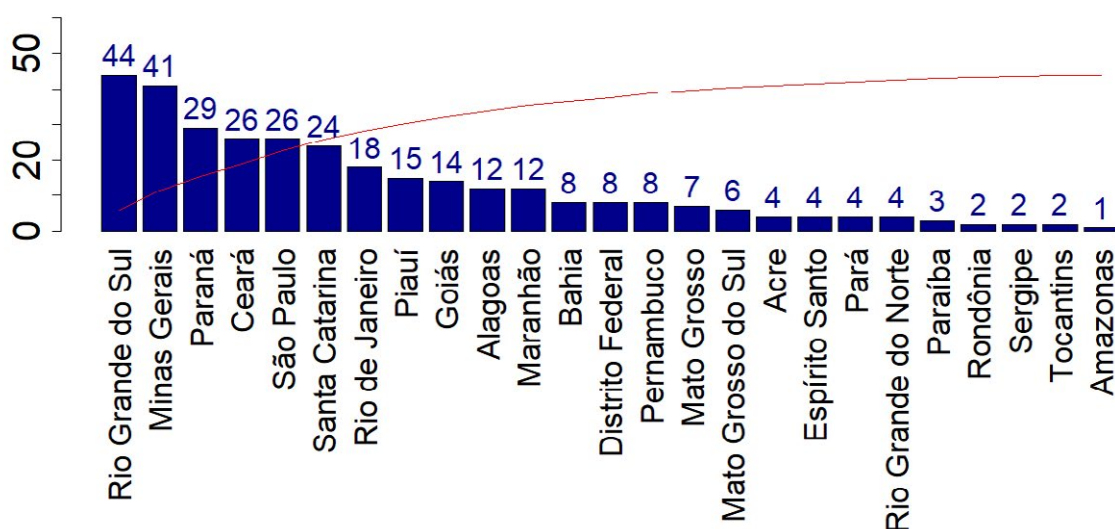
Análises comparativas das entidades monitoradas nos dois ciclos anuais

1.1 Perfil

O primeiro monitoramento foi realizado entre 31 de janeiro a e 03 de abril de 2025, enquanto o segundo entre os dias 22 de maio e 05 de setembro do mesmo ano. No total, 324 entidades participaram, espalhadas por 25 estados e Distrito Federal (**Figura 2**).

Dentre eles, o Rio Grande do Sul foi o estado com mais entidades participantes em ambos os períodos, com 44 unidades (13,6%). Na sequência, Minas Gerais, com 40 unidades (12,4%); Paraná, com 29 (9%); Ceará e São Paulo, com 26 unidades cada (8%). Esses cinco estados representam 51% das entidades de acolhimento do levantamento que participaram nos dois ciclos. Além da concentração da análise (mais de 50% das instituições monitoradas) nesses cinco estados, é possível destacar que esse monitoramento permitiu aprofundar as análises no eixo sul-sudeste, uma vez que o percentual de unidades monitoradas nesse ciclo soma mais de 57% do total.

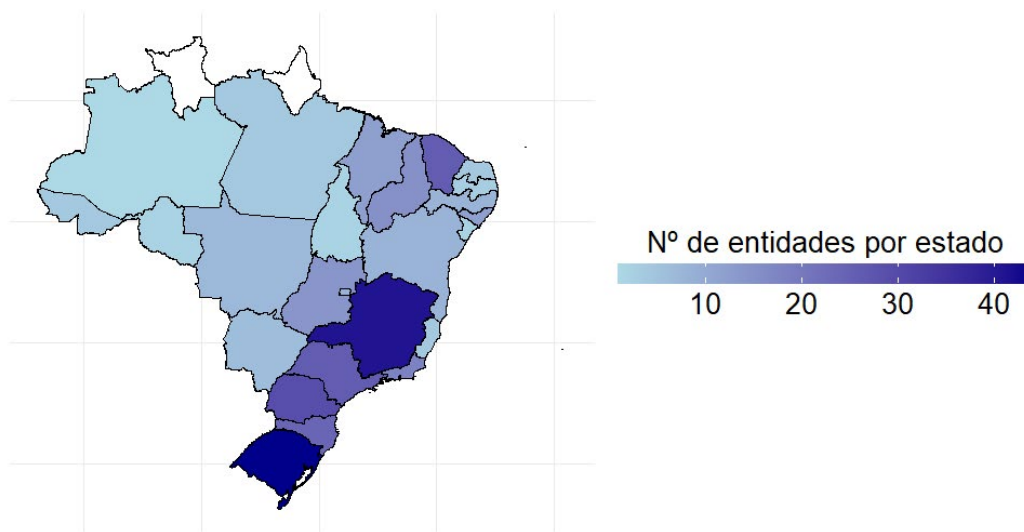
Figura 2: Gráfico de barras da UF das entidades que participaram dos dois monitoramentos



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

A distribuição espacial das entidades de acolhimento por unidade da federação também pode ser visualizada na **Figura 3**. Nota-se que o levantamento aponta para uma descentralização geográfica da análise nas instituições, pois todas que participaram de ambos os monitoramentos estão distribuídas em 215 municípios brasileiros, verificando-se que em 161 deles há somente 1 entidade.

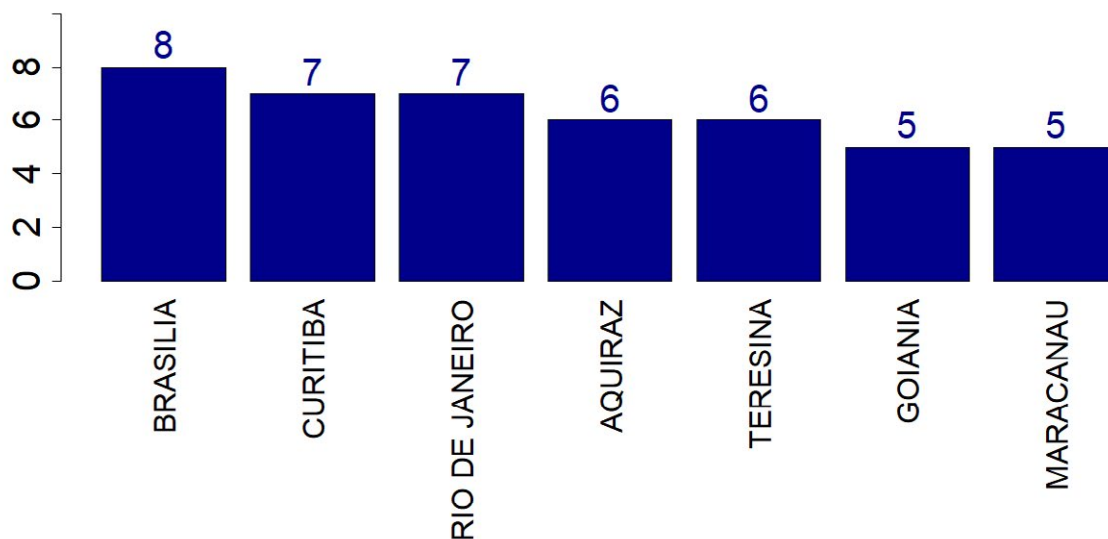
Figura 3: Mapa da quantidade de entidades de acolhimento por UF que participaram nos dois monitoramentos



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Recorrendo à **Figura 4**, é possível observar as 7 cidades com maior número de entidades de acolhimento nos dois períodos, correspondendo a 5 capitais e a dois municípios do interior. Nesse contexto, Brasília (DF) é a cidade com maior número de instituições (8 unidades), seguida de Curitiba-PR e do Rio de Janeiro-RJ, com 7 unidades cada. Aqui, destacam-se os municípios de Aquiraz (6 unidades) e Maracanaú (5 unidades), ambos localizados no Ceará e os únicos entre os que possuem maior número de unidades que não são capitais, embora estejam localizados na região metropolitana de Fortaleza-CE.

Figura 4: Gráfico em barras das 7 cidades com maior número de entidades que participaram dos dois monitoramentos



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Em relação ao número de pessoas acolhidas que participaram das rodas de conversa nas entidades visitadas, observa-se uma variação significativa no número de participantes por entidade, o que pode ser atribuído, em parte, à heterogeneidade das instituições em termos de tamanho e de capacidade de acolhimento, como indica a **Tabela 1**.

Tabela 1: Distribuição do número de acolhidos que participaram da roda de conversa no 1º e no 2º monitoramentos

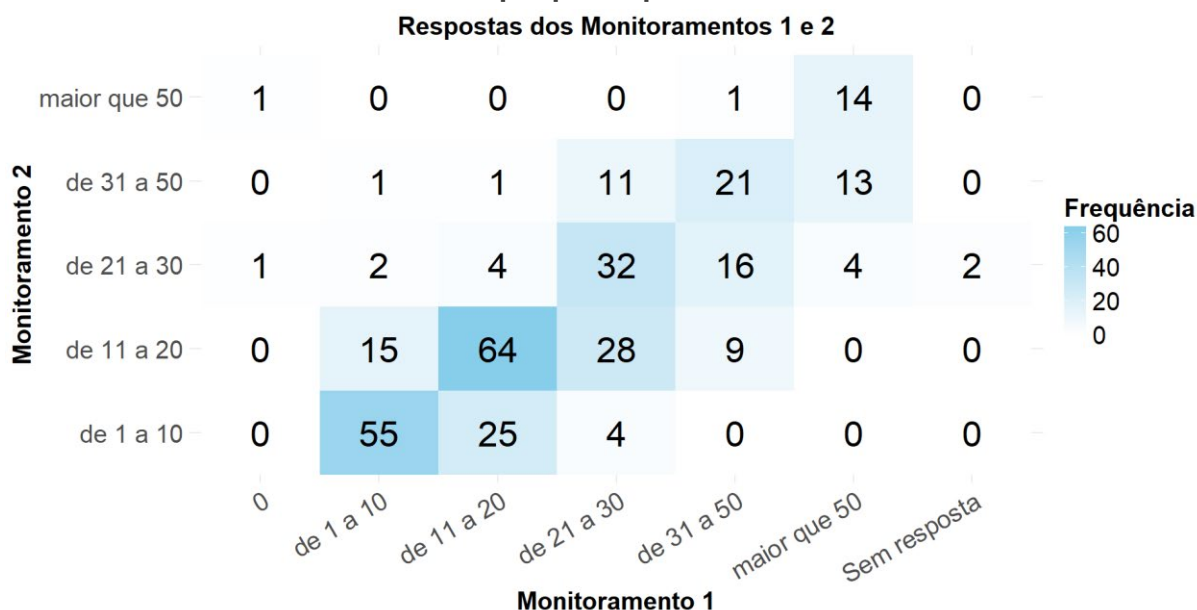
Número de acolhidos que participaram da roda de conversa	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0 (nenhum)	2	0,6%	0	0,0%
De 1 a 10	73	22,5%	84	25,9%
De 11 a 20	94	29,0%	116	35,8%
De 21 a 30	75	23,1%	61	18,8%
De 31 a 50	47	14,5%	47	14,5%
Mais de 50	31	9,6%	16	4,9%
Sem resposta	2	0,6%	0	0,0%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Por sua parte, a **Figura 5** apresenta o fluxo de mudança entre os dois períodos para o número de acolhidos que participaram das rodas de conversa. Nesse sentido, os valores mais escuros, que formam uma diagonal 55, 64, 32, 21 e 14, indicam, respectivamente, a quantidade de entidades de 1 a 10 acolhidos, de 11 a 20, de 21 a 30, de 31 a 50 e com mais de 50 acolhidos, respectivamente, nos dois monitoramentos.

Essas instituições apresentam, em ambos os casos, quantidades similares de acolhidos na roda de conversa. Já os valores abaixo dessa diagonal indicam o número delas em que, no 2º monitoramento, a roda de conversa contou com menos acolhidos do que no 1º. Por sua vez, os valores acima dessa diagonal apontam para a quantidade de entidades que apresentaram mais acolhidos na roda de conversa do 2º em comparação ao 1º.

Figura 5: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para o número de acolhidos que participaram da roda de conversa



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

1.2 Financiamento

O nível de conhecimento das pessoas acolhidas acerca do financiamento público destinado às entidades nas quais estão inseridas constitui um aspecto fundamental para a promoção da transparência, bem como para a garantia do direito à informação e o fortalecimento do controle social sobre as ações estatais. Sendo assim, em prol de uma melhor compreensão, a [Tabela 2](#) apresenta as diferentes situações sobre essa questão para as 324 entidades que participaram de ambos os monitoramentos.

Antes de tudo, vale dizer que, na maior parte das unidades, tanto para o 1º (65,1%) quanto para o 2º (65,1%) ciclo, todos os acolhidos responderam terem conhecimento sobre a existência de financiamento do Poder Público às instituições. Já em 21,3% do 1º, e 27,2% do 2º, a maioria respondeu ter conhecimento. Por sua vez, em 36 instituições (11,1%) do 1º e, em 23 instituições (7,1%) do 2º, uma minoria demonstrou conhecimento. E, por fim, em 8 (2,5%) entidades do 1º, como também em 2 (0,6%) do 2º monitoramento nenhum acolhido demonstrou saber acerca desse financiamento às instituições de acolhimento.

No entanto, mesmo em face de certo desconhecimento, esses números evidenciam que os acolhidos que utilizam o serviço possuem, em sua maioria, ciência sobre o financiamento público para essas instituições.

Tabela 2: Distribuição da quantidade de acolhidos com conhecimento sobre a existência de financiamento do poder público

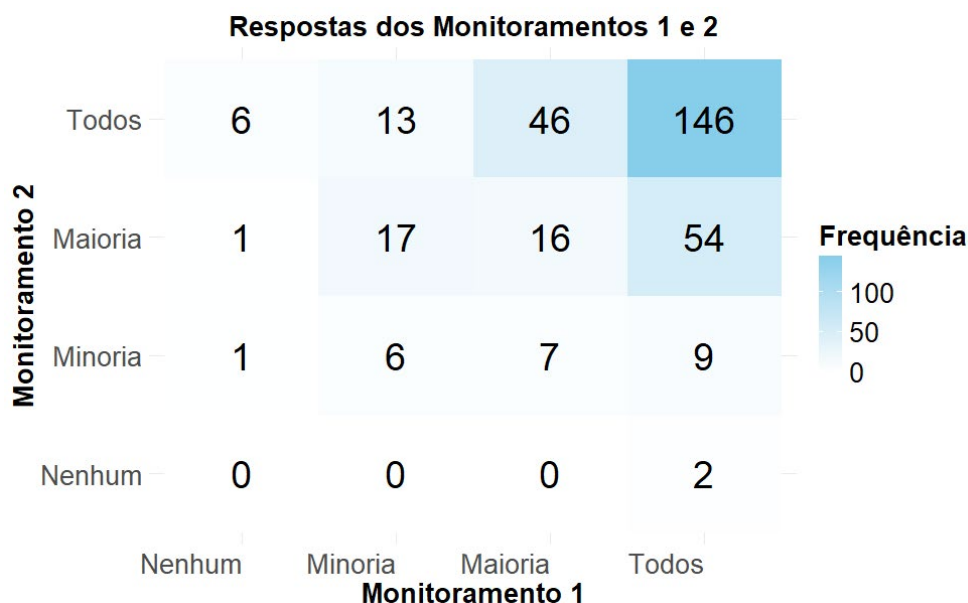
Quantidade de acolhidos com conhecimento sobre a existência de financiamento do poder público para as comunidades terapêuticas	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos	211	65,1%	211	65,1%
A maioria dos acolhidos	69	21,3%	88	27,2%
Uma minoria de acolhidos	36	11,1%	23	7,1%
Nenhum acolhido	8	2,5%	2	0,6%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Em uma primeira análise da **Tabela 2**, percebe-se que o número de entidades onde todos os acolhidos têm conhecimento sobre a existência do referido suporte financeiro reduziu em apenas 1 unidade. De outro modo, houve um aumento do número de onde a maioria apresentou ciência a respeito. Também houve uma redução do número daquelas onde uma minoria dos acolhidos tinha esse conhecimento, assim como uma redução das que nenhum acolhido possuía essa informação.

No que tange ao conhecimento sobre a existência de financiamento do poder público para as comunidades terapêuticas, a **Figura 6** apresenta o fluxo de mudança do 1º para o 2º monitoramento. A partir desses dados, é possível observar que, por exemplo, 146 entidades responderam que todos os acolhidos tinham esse conhecimento nos dois casos. Já em 2, a resposta foi “*todos*” no 1º período e “*nenhum*” no 2º. Por outro lado, 6 entidades responderam que nenhum acolhido tinha ciência disso no 1º, enquanto a resposta mudou para “*todos*” no seguinte.

Figura 6: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para o conhecimento sobre a existência de financiamento do poder público para as comunidades terapêuticas



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

A análise das observações dos monitores permite inferir que a ausência de conhecimento de alguns acolhidos sobre financiamento público está relacionada, em alguns casos, à chegada recente das pessoas atendidas à entidade, aos problemas de adaptação ao espaço comunitário, entre os quais a abstinência e os sintomas correlatos. Ou, somado a esses, à possibilidade de não terem sido informados, de maneira explícita, que sua vaga é financiada com recursos públicos. Logo, tal configuração aponta para a necessidade de incorporar mecanismos mais eficazes de publicização das informações sobre financiamento público das vagas dos acolhidos pelo Depad nas CTs.

1.3 Voluntariedade

A informação acerca da voluntariedade do acolhimento das entidades que participaram dos monitoramentos 1 e 2, coletada durante a realização das rodas de conversa, aponta que, no primeiro caso, em 317 entidades (97,8%) “*todos os acolhidos estão na entidade de forma voluntária*”. Já no segundo, esse número caiu para 315 (97,2%).

E, no que diz respeito ao número de entidades onde “*a maioria dos acolhidos estão na entidade de forma voluntária*”, o resultado foi 6 (1,9%) para o 1º monitoramento, ficando 9 (2,8%) para o posterior. Vale notar que apenas para o 1º observou-se 1 entidade (0,3%) onde “*uma minoria de acolhidos estão na entidade de forma voluntária*”. Esses dados podem ser verificados na **Tabela 3**.

Tabela 3: Distribuição da quantidade de acolhidos que estão na entidade de forma voluntária

Quantidade de acolhidos estão na entidade de forma voluntária	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos	317	97,8%	315	97,2%
A maioria dos acolhidos	6	1,9%	9	2,8%
Uma minoria de acolhidos	1	0,3%	0	0,0%
Nenhum acolhido	0	0,0%	0	0,0%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

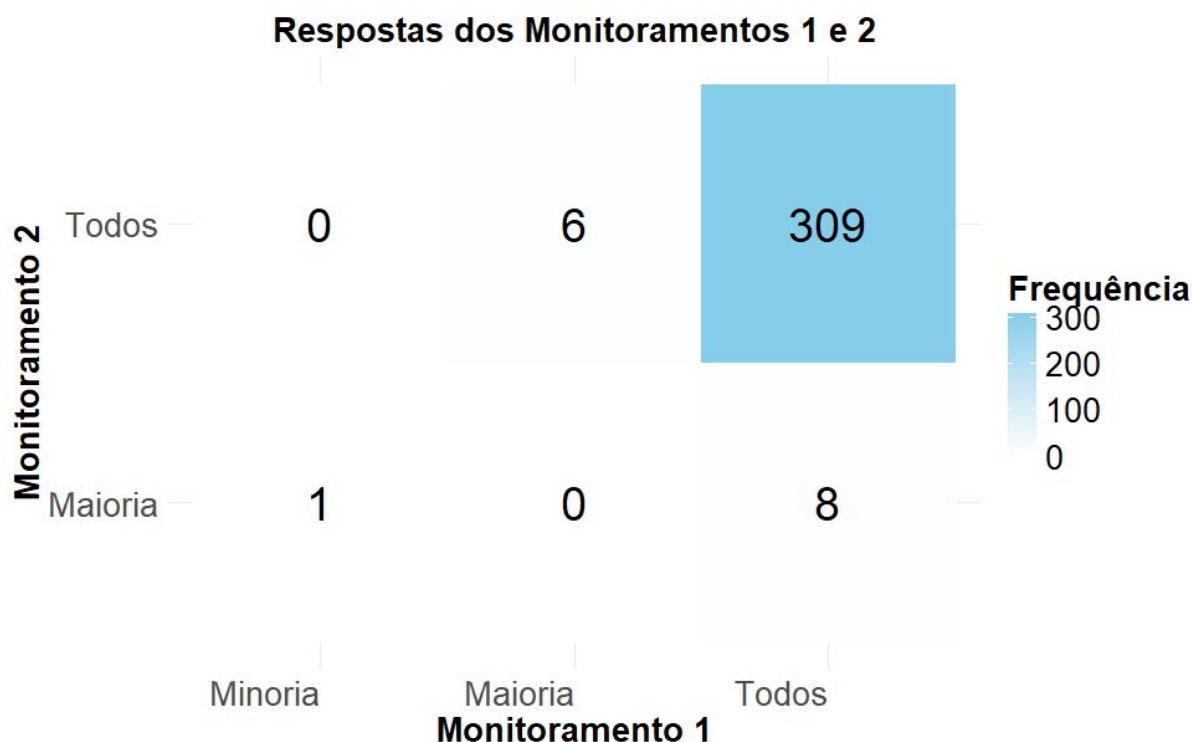
Conforme evidenciado na **Figura 7**, observa-se o fluxo de transição entre o 1º e o 2º monitoramento no que se refere à proporção de acolhidos que declararam estar nas unidades terapêuticas de forma voluntária. Em 309 entidades, manteve-se a informação de que a totalidade dos acolhidos se encontrava em situação de acolhimento voluntário em ambos os períodos analisados. De forma semelhante, em apenas 1 entidade verificou-se estabilidade na resposta de que a maioria dos acolhidos estava nessa condição tanto no 1º quanto no 2º período.

Por outro lado, a análise comparativa revela alterações no padrão de resposta em um conjunto reduzido de entidades. Em 8 casos, observou-se mudança da indicação de que todos os acolhidos estavam em situação de acolhimento voluntário no 1º monitoramento para a informação de que apenas a maioria se encontrava nessa condição no 2º. Em sentido inverso, em 6 entidades foi identificada uma evolução do cenário, uma vez que, no 1º monitoramento, registrava-se que a maioria dos

acolhidos estava em situação voluntária, ao passo que, no 2º, passou-se a indicar que a totalidade dos acolhidos se encontrava nessa condição.

Cabe mencionar que os relatos dos monitores sobre a voluntariedade dos acolhimentos dão conta de explicar que algumas posições marcadas como “*não voluntariedade*”, durante a roda de conversa, foram esclarecidas a partir de questionamentos dirigidos aos responsáveis técnicos sobre a dita voluntariedade. Tais justificativas encontram respaldo em ordens judiciais ou impondo o acolhimento, termos assinados pelos próprios acolhidos, mesmo com posições discordantes sobre o acolhimento emitidas nas rodas de conversa, demonstrando que há uma diversidade de posicionamento sobre a voluntariedade do acolhimento nesses espaços, mas que, do ponto de vista legal, não foram encontrados registros de acolhimentos involuntários ou fora do registro legal previsto. Esse cenário demonstra uma percepção universal das entidades quanto à demarcação legal dos direitos nas CTs.

Figura 7: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos que estão nas entidades de forma voluntária



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

1.4 Participação no PIA/PAS

A comparação entre os monitoramentos 1 e 2 sobre a informação acerca da participação do acolhido na elaboração do PIA/PAS, coletada durante a realização das rodas de conversa (Tabela 4), indica que, para o 1º, em 288 entidades (88,89%) “*todos participam/participaram*” de sua elaboração, enquanto no 2º esse número caiu para 285 (87,9%). Por sua vez, em 20 (6,2%) do monitoramento 1 e em 28 (8,6%) do seguinte, “*a maioria participa/participou*”. Além disso, em 12 instituições (3,7%) do monitoramento 1 e em 8 (2,3%) do posterior “*uma minoria de acolhidos participa/participou*”. Cabe

notar que somente em 4 dessas instituições para o 1º e somente em 3 para 2º (o que corresponde a 1,2% e 0,9%, respectivamente) a resposta foi “nenhum acolhido participa ou participou” da construção do PIA/PAS.

Tabela 4: Distribuição da quantidade de acolhidos que participaram da elaboração do PIA/PAS

Quantidade dos acolhidos que participam/ participaram da elaboração do PIA/PAS	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos	288	88,9%	285	88,0%
A maioria dos acolhidos	20	6,2%	28	8,6%
Uma minoria de acolhidos	12	3,7%	8	2,5%
Nenhum acolhido	4	1,2%	3	0,9%
Total	324	100%	324	100%

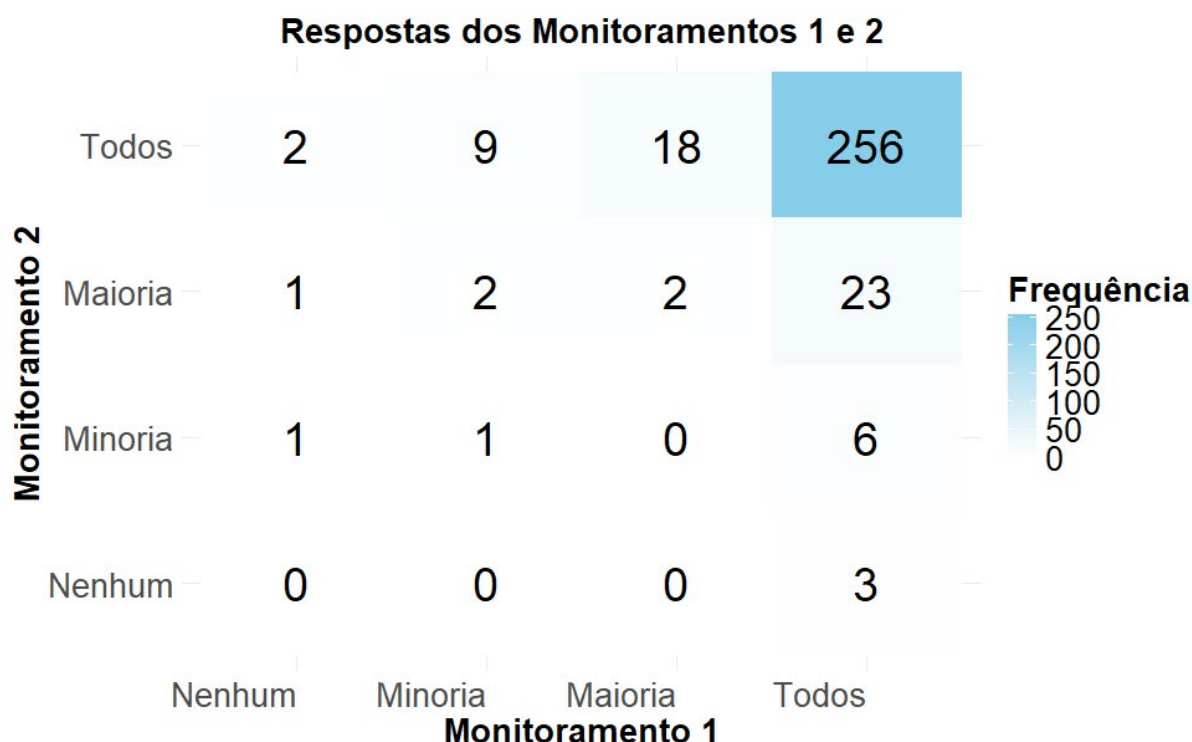
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Na sequência, o gráfico da **Figura 8**. A partir do que consta, será possível compreender o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento quanto à quantidade de acolhidos que participaram/ participam da elaboração do PIA/PAS. Nele, os valores 256, 2, 1 e 0 da diagonal indicam a quantidade de entidades que repetiram a resposta tanto no 1º monitoramento como ainda no 2º. A partir daí, vale destacar que essa figura nos mostra que, antes, em 3 unidades, “todos os acolhidos participaram da elaboração do PIA/PAS”, mas, depois, no 2º monitoramento, esse número mudou “para nenhum acolhido”. Além disso, 6 instituições mudaram a resposta de “todos” para “uma minoria”, enquanto 23 mudaram a resposta de “todos” para “uma maioria” de acolhidos.

Entre os relatos dos monitores sobre a participação dos acolhidos, especialmente para as entidades que responderam que “nenhum acolhido” participou da elaboração do PIA/PAS, foi possível identificar que, em alguns casos, a CT já dispõe de um modelo de planejamento de atendimento, que é apenas conferido e assinado pelo beneficiário. Isso implica que, mesmo tendo conhecimento, ele não participou de forma ativa e protagonista de sua construção, o que merece atenção pelo Depad na orientação das entidades quanto ao seguimento de um rito padrão para elaboração do documento.

Já os demais relatos dão conta de inferir que haja uma borda de desconhecimento dos acolhidos sobre as características e as funções do PIA/PAS para o processo de superação da dependência, o que compromete, como já foi relatado, seu protagonismo, inclusive com a definição das atividades que desenvolverá ao longo do seu internamento na direção de superação da condição de dependência. Dessa forma, é preciso considerar, dentre outras questões, que parte dos casos classificados como “de não participação no PIA/PAS” também esteja relacionada ao fato de que alguns acolhidos ainda não haviam alcançado o prazo necessário para a formalização desses documentos. Faz-se necessário, portanto, reforçar a importância da elaboração de um Guia de Garantia de Direitos e Deveres para o beneficiário, na perspectiva de que ele assuma a corresponsabilidade pelo seu tratamento.

Figura 8: Fluxo de mudança entre o 1º o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos que participam/participaram do PIA/PAS



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

1.5 Conhecimento das normas e regulamentos

Em relação à comparação dos monitoramentos 1 e 2 sobre o conhecimento das normas e regulamentos da entidade por parte dos acolhidos, observa-se que, em 315 entidades (97,2%) do 1º monitoramento e em 320 entidades (98,8%) do 2º, “*todos os acolhidos conhecem*” as normativas da instituição. Em 7 (2,2%) do 1º e em 3 (0,9%) do 2º, “*uma maioria*” dos acolhidos conhece as normativas da instituição. Por fim, em 2 (0,6%) instituições do 1º monitoramento e em 1 (0,3%) do 2º, “*uma minoria*” conhece as normativas da instituição. Esses valores podem ser observados na **Tabela 5**.

Tabela 5: Distribuição da quantidade de acolhidos que conhecem as normas e regulamentos da entidade

Quantidade de acolhidos que conhecem as normas e regulamentos da entidade	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos	315	97,2%	320	98,8%
A maioria dos acolhidos	7	2,2%	3	0,9%
Uma minoria de acolhidos	2	0,6%	1	0,3%
Nenhum acolhido	0	0%	0	0%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Por seu turno, conforme ilustrado na **Figura 9**, observa-se o fluxo de transição entre o 1º e o 2º monitoramento no que se refere ao conhecimento, por parte dos acolhidos, das normas e regulamentos das entidades. O valor 311 disposto na diagonal do gráfico corresponde ao número de instituições que, em ambos os períodos analisados, informaram que a totalidade dos acolhidos possuía conhecimento das normas e regulamentos institucionais, evidenciando estabilidade nesse aspecto.

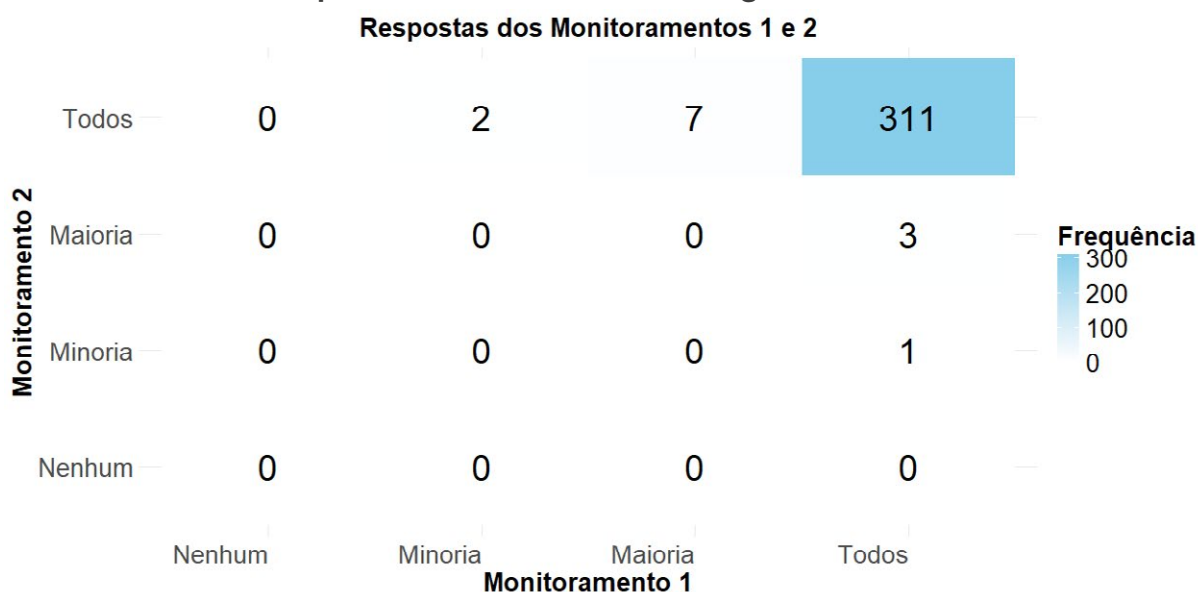
Adicionalmente, a análise do gráfico revela movimentos de mudança positivos em um conjunto restrito de entidades. Em 2 instituições, a resposta evoluiu da indicação de que apenas uma minoria dos acolhidos detinha esse conhecimento no 1º monitoramento para a informação de que todos os acolhidos passaram a conhecê-lo no 2º. De modo semelhante, em 7 entidades observou-se a transição da resposta de que a maioria dos acolhidos tinha conhecimento das normas no 1º monitoramento para a indicação de que a totalidade dos acolhidos passou a apresentar esse conhecimento no 2º.

Em 3 entidades verificou-se alteração, uma vez que, no 1º monitoramento, registrava-se que todos os acolhidos possuíam conhecimento das normas e regulamentos, enquanto, no 2º, a resposta passou a indicar para a maioria somente. Por fim, em 1 entidade observou-se variação mais acentuada, com a transição da resposta de que todos os acolhidos tinham conhecimento das normas no 1º monitoramento para a indicação de que apenas uma minoria apresentava esse conhecimento no 2º.

Cumprе observar que os relatos dos monitores justificam o desconhecimento de “*uma minoria*” dos acolhidos em relação à não disponibilização para os acolhidos das normas ditas “*formais*” de funcionamento das entidades. Esse posicionamento implica no fato de que, embora tenham conhecimento prático das normas de funcionamento dos espaços, não foram disponibilizados instrumentos oficiais, escritos e/ou digitais ou mesmo em forma de endereço eletrônico sobre as regras, normas de conduta, estratégias de tratamento ou acerca dos regulamentos internos das entidades.

Ressalta-se, assim, a necessidade de incorporar, no âmbito dessas instituições, a adoção de um regulamento interno como estratégia formativa. Tal documento deve ser entregue individualmente a cada acolhido, de modo a assegurar o pleno conhecimento das normas e rotinas institucionais. Além disso, recomenda-se sua disponibilização coletiva em local de fácil acesso e ampla visibilidade, com uso de fontes ampliadas, de forma a garantir a adequada compreensão dos regulamentos e normas internas das entidades.

Figura 9: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos que conhecem as normas e regulamentos da entidade.



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

1.6 Existência de sanção coletiva

Durante a roda de conversa, foram coletadas informações sobre a existência de sanções coletivas quando há quebra de regras que norteiam a convivência entre os pares, preceito basilar estabelecido na entidade de acolhimento. Verificou-se que, para o 1º monitoramento, em 100 entidades (30,9%) existem sanções coletivas, enquanto que em 224 (69,1%) não. Já no 2º monitoramento, em 103 (31,8%) ocorrem sanções coletivas, todavia em 221 (68,2%) a resposta foi negativa (Tabela 6).

Tabela 6: Distribuição da existência de sanção coletiva quando alguma norma é quebrada

Existência de sanção coletiva quando alguma norma é quebrada	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Sim	100	30,9%	103	31,8%
Não	224	69,1%	221	68,2%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

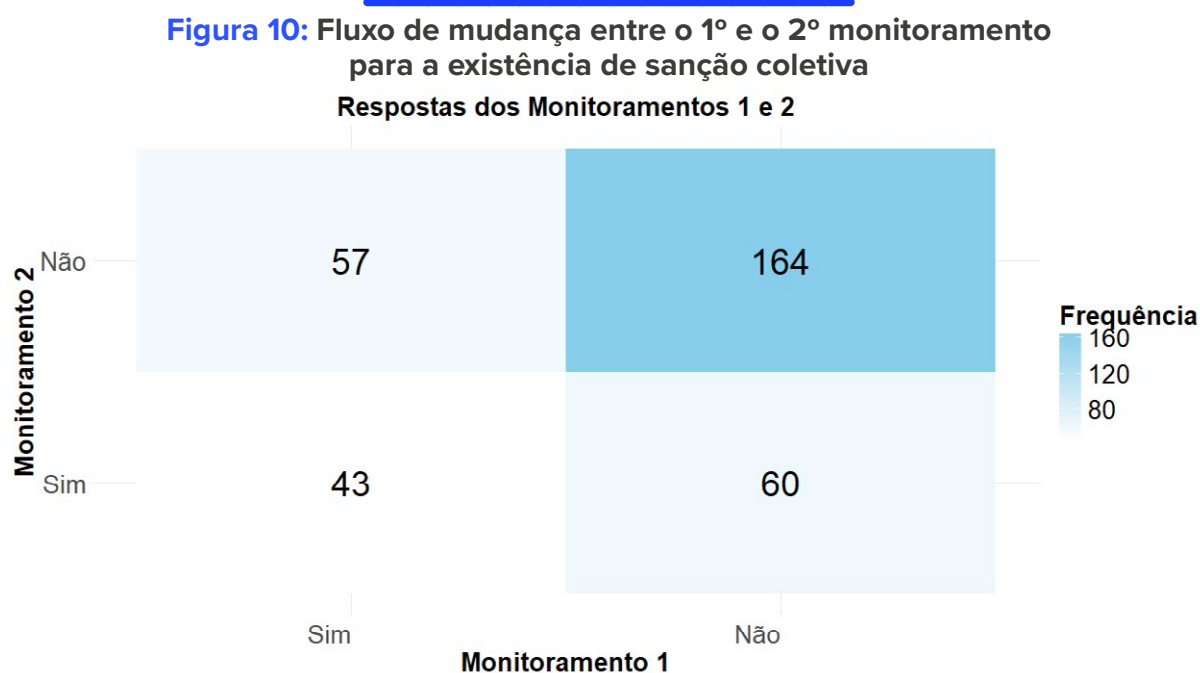
Recorrendo ao gráfico da Figura 10, observa-se o fluxo de transição entre o 1º e o 2º monitoramento no que se refere à existência de sanções coletivas nas entidades. Entre as 324 instituições analisadas, 164 mantiveram a indicação de que tais sanções existem em ambos os períodos, ao passo que 43 permaneceram com a resposta de que não existem práticas desse tipo, evidenciando estabilidade nesses casos.

Adicionalmente, verificaram-se mudanças no sentido de alteração das respostas em um conjunto de instituições. Em 57 entidades, observou-se a transição do registro de existência de sanções

coletivas no 1º monitoramento para a indicação de sua inexistência no 2º. De forma inversa, em 60 instituições a resposta evoluiu da inexistência de sanções no 1º monitoramento para a confirmação de sua existência no 2º, evidenciando variações na percepção ou na implementação dessas práticas ao longo do período analisado.

Ao observar os relatos dos monitores sobre a existência dessas sanções, vale destacar que, dessas entidades, as informações dão conta de punições em forma de conversa, o que pode não ser entendido como uma punição propriamente dita, mas como orientação terapêutica que compõem o PIA/PAS das unidades, tais quais: a) advertência verbal em forma de conversa coletiva, com foco na resolução dos problemas; b) conversa com o líder espiritual que atua na entidade; c) relatos de existirem sanções, mas não vivenciaram na prática.

Entre as principais sanções, relatadas com maior frequência durante as rodas de conversa, destacam-se a suspensão temporária do acesso à televisão, seguida da suspensão da participação em atividades coletivas como futebol e jogos de mesa. Com menos ocorrências, foram registradas também a suspensão do uso da piscina, da academia e/ou da sala de jogos. De forma pontual, com poucas ocorrências, também foram mencionadas a aplicação de tarefas domésticas como lavar louças, pratos e panelas, além de advertências verbais e formais. Por fim, foram registradas situações de restrições ao uso do telefone, escrever regras da instituição repetidamente, praticar o silêncio e limitação do contato familiar.



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

1.7 Exigência de contrapartidas financeiras de acolhidos financiados pela União

Outra questão sensível, que requer atenção em relação à possibilidade de contribuição financeira por parte dos acolhidos às entidades, refere-se à exigência de contrapartidas financeiras de beneficiários com financiamento da União por parte das instituições acolhedoras (excluindo-se, nesse contexto, doações voluntárias). Aqui, considerando as entidades que participaram de ambos os monitoramentos, 295 delas (91,0%) no 1º, e 302 (93,2%) no 2º, responderam que “nenhum acolhido” com financiamento da União/MDS realiza qualquer contrapartida financeira à entidade acolhedora.

Em contrapartida, um pequeno grupo de instituições apresentou variação nesse indicador. Em 16 entidades (4,9%) no 1º monitoramento e em 15 (4,6%) no 2º, os monitores registraram que “uma minoria dos acolhidos” com financiamento da União/MDS realiza algum tipo de contrapartida financeira à instituição, indicando que essa prática permanece restrita a um número reduzido de casos.

Além disso, no 1º monitoramento, em 5 entidades, e no 2º, em 4, registrou-se que a maioria dos acolhidos com financiamento da União/MDS realizou algum tipo de contrapartida financeira à instituição. De forma complementar, constatou-se que, em 8 entidades no 1º monitoramento e em 3 no 2º, todos os acolhidos com o referido suporte financeiro ofereceram algum tipo de contrapartida financeira à entidade acolhedora. A sistematização e a consolidação dessas informações encontram-se apresentadas na **Tabela 7**.

Tabela 7: Distribuição da quantidade de acolhidos com financiamento da União/MDS que oferecerem algum tipo de contrapartida financeira à instituição

Quantidade de acolhidos com financiamento da União/MDS que oferecerem algum tipo de contrapartida financeira à instituição	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos	8	2,5%	3	0,9%
A maioria dos acolhidos	5	1,5%	4	1,2%
Uma minoria de acolhidos	16	4,9%	15	4,6%
Nenhum acolhido	295	91,0%	302	93,2%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Na sequência, o gráfico da **Figura 11** apresentará o Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos, com financiamento da União/MDS, que oferece algum tipo de contrapartida financeira à instituição. A partir dele, será possível notar que nenhum beneficiário oferece qualquer contrapartida dessa natureza em 277 entidades, em ambos os monitoramentos. Em 1, nos dois ciclos, todos os acolhidos oferecem algum aporte.

Além disso, algumas instituições no 1º monitoramento responderam que nenhum acolhido oferece qualquer participação desse tipo. Entretanto, as respostas foram distintas no 2º, levando-se em conta uma minoria dos acolhidos (13 entidades), assim como uma maioria dos acolhidos (4 entidades)

e todos os acolhidos (1 entidade). Por outro lado, em uma das entidades, a resposta para o 1º monitoramento foi sobre a existência de acolhidos com financiamento da União/MDS que oferecem alguma contribuição financeira, enquanto no 2º essas entidades responderam que nenhum beneficiário oferece esse tipo de retribuição.

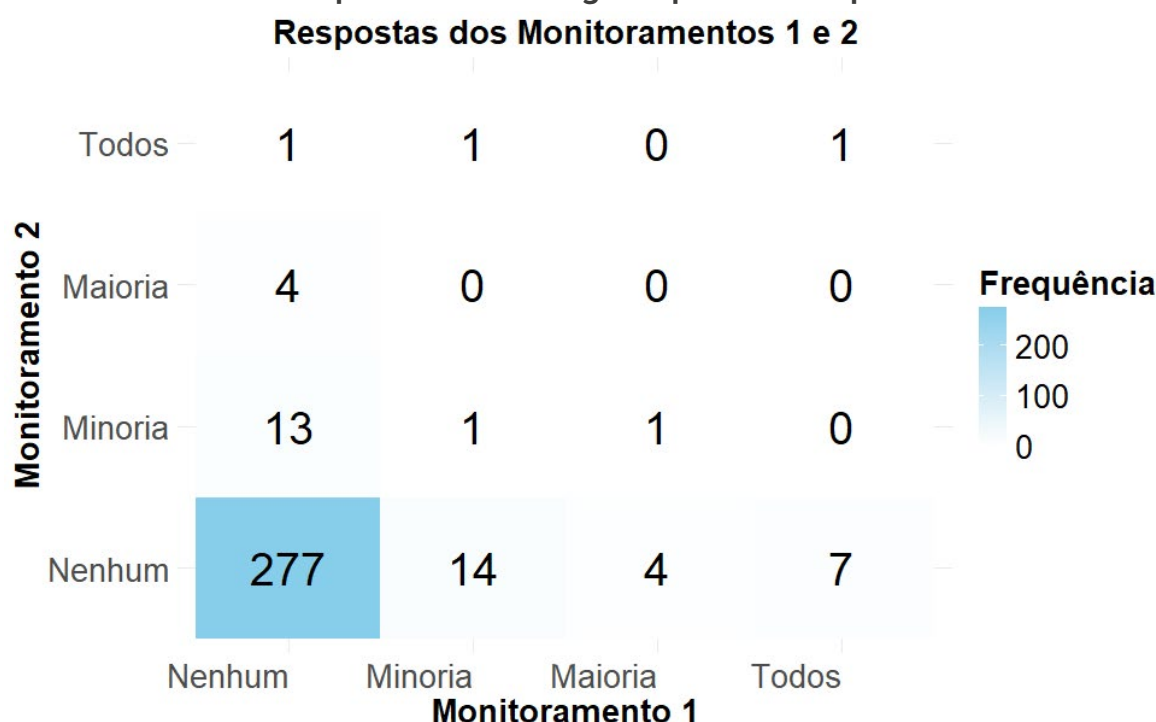
Evidencia-se, a partir da análise das observações coletadas durante os monitoramentos, que as situações de contrapartida financeira interpretadas pelos acolhidos como “*não doação*” variam amplamente entre as entidades, embora com um percentual muito baixo em comparação com o total de instituições monitoradas. Em alguns casos, foi identificada a cobrança de taxas de ingresso quando o acolhido entrou em uma vaga particular, mas deixou de ser cobrada quando conseguiu uma vaga oferecida pelo Depad.

Também foram notadas contribuições mensais assumidas pelos próprios acolhidos ou por seus familiares, entrega de cestas básicas, doações alimentares. Além disso, observaram-se valores cobrados para custear transporte em saídas médicas não emergenciais, taxas para aquisição de cigarros, além de compras diversas, como aquisição de produtos de uso pessoal opcionalmente oferecida na cesta básica.

É importante mencionar que tais situações não configuram obrigação institucional. Logo, não podem ser caracterizadas como contrapartida financeira exigida pela entidade, descaracterizando o duplo financiamento de vagas. Esses gastos, quando ocorrem, dizem respeito a escolhas individuais dos acolhidos ou de seus familiares e não devem ser entendidos como cobrança ou requisito para o acesso às vagas financiadas com recursos públicos. Por sinal, nos casos caracterizados como duplo financiamento de vagas, cabe ao fiscal do contrato aplicar as medidas contratuais.

Essas observações reforçam a necessidade de um acompanhamento mais enfático do Depad junto às entidades, devendo esclarecer as características das vagas ocupadas por cada acolhido. Além disso, deve-se orientar sobre a necessidade, ou não, de contrapartida financeira, de acordo com o tipo de acolhimento.

Figura 11: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos com financiamento da União/MDS que oferecerem algum tipo de contrapartida financeira à instituição



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

1.8 Presença de acolhidos com Financiamento da União/MDS

Uma das questões do formulário aplicado aos acolhidos teve como objetivo identificar se todos os beneficiários de vagas subsidiadas pelo Depad estavam presentes na roda de conversa. Constatou-se que, no 1º monitoramento, em 104 entidades (32,1%) a resposta foi afirmativa, enquanto em 220 entidades (67,9%) foi negativa. Ressalta-se que, conforme estabelece a Portaria nº 926/2023 do MDS, a ausência de acolhidos deve ser obrigatoriamente registrada durante o monitoramento, cabendo, por conseguinte, ao monitor confirmar, junto ao responsável técnico, a devida comprovação do motivo da ausência. Essas justificativas encontram-se registradas no campo 'Observações' do formulário aplicado nas instituições.

Vale dizer que essas ausências, no que diz respeito ao 1º monitoramento, foram devidamente registradas pela equipe, e ocorreram por diferentes motivos. No cômputo, estão altas terapêuticas, desligamentos voluntários ou administrativos e desistências, consultas médicas, odontológicas ou atendimentos de emergência em hospitais, assim como devido a atividades de processos de ressocialização ou reinserção social, como visitas familiares, situações ligadas a compromissos externos (CAPS, CRAS, cursos ou atendimentos bancários). Ademais, frisa-se que as entidades de acolhimento são instituições abertas, que devem interagir, obrigatoriamente, com o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para garantir a prestação de tais serviços, que está diretamente relacionada a eficácia do tratamento.

Já no 2º monitoramento, das 324 entidades desta análise, 76 (23,5%) responderam que todos os beneficiários estavam presentes e, em 248 (76,5%) nem todos. Esses resultados estão apresentados na **Tabela 8**.

Tabela 8: Distribuição da variável que indica a presença de todos os acolhidos com financiamento do União/MDS

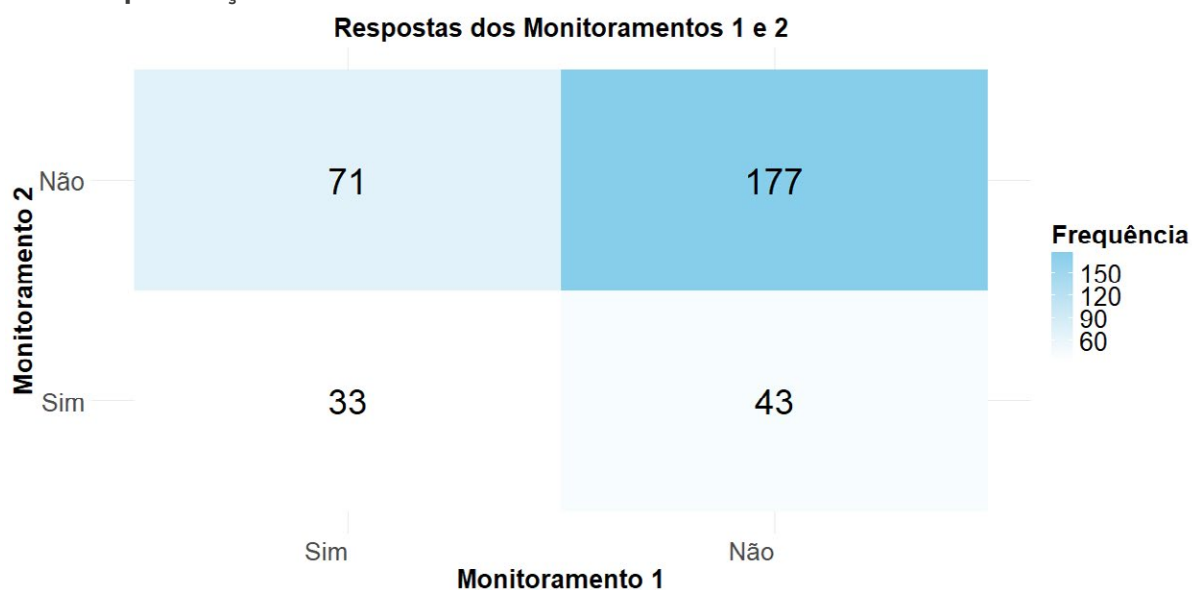
Todos os acolhidos com financiamento do União / MDS estavam presentes?	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Sim	104	32,1%	76	23,5%
Não	220	67,9%	248	76,5%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

O gráfico da **Figura 12** apresenta o fluxo de mudança do 1º para o 2º monitoramento no que tange à presença de todos os acolhidos com financiamento do União / MDS. Em 33 entidades, todos estavam presentes, em ambos os monitoramentos, e em 177 nem todos estavam presentes nas duas situações. Já em 71 entidades, presença para todos no 1º monitoramento, mas nem todos estavam presentes no 2º. E, por fim, em 43, nem todos os acolhidos estavam presentes no 1º monitoramento, diferentemente do 2º, com destaque para este, com a presença de todos.

Considerando as entidades que, no 2º monitoramento, nem todos os indivíduos na lista dos acolhidos com recursos da União estavam presentes, foram registradas observações que, em muitos casos, indicam justificativas como: trabalho, consulta médica, ressocialização, internação hospitalar, abandono ou desistência do acolhimento e alta. Outrossim, em outras situações, o problema era inclusive a lista dos acolhidos que estava desatualizada. Essa configuração tem relação com o caráter flutuante das listas no SISCT, considerando a dinâmica de admissão das entidades, o que implica entradas e saídas quase cotidianas, fazendo-se necessário implementar um fluxo mais eficiente de atualização das planilhas nos momentos que antecedem o monitoramento.

Figura 12: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a presença de todos os acolhidos com financiamento do União/MDS



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

1.9 Doação Voluntária

Como é possível observar, a **Tabela 9** apresenta informações sobre os acolhidos com financiamento do Depad que realizam contribuições financeiras voluntárias às entidades acolhedoras. No 1º monitoramento, em 262 entidades (80,9%), e no 2º, em 273 (84,3%), constatou-se que nenhum acolhido com financiamento da União/MDS efetuou doações voluntárias. Por outro lado, o número de entidades em que todos os acolhidos com financiamento da União/MDS realizaram doações voluntárias foi de 7 (2,2%) no 1º monitoramento e de 1 (0,3%) no 2º.

Em 10 (3%) entidades no 1º e em 8 (2,5%) no 2º, “a maioria dos acolhidos que tem financiamento da União/MDS doa recurso financeiro para a instituição”. Por fim, em 45 (13,9%) no 1º monitoramento e em 42 (13%) no 2º, “uma minoria de acolhidos que têm financiamento da União/MDS doam algum recurso financeiro à instituição acolhedora”. É fundamental destacar a condição socioeconômica do público atendido pelos serviços financiados pela União, composto majoritariamente por pessoas oriundas de contextos diversos, marcados, em muitos casos, por extrema vulnerabilidade e abandono social e vivências em situação de rua. Tal realidade limita significativamente a possibilidade de qualquer contribuição voluntária por parte dos(as) acolhidos(as) e, ao mesmo tempo, demonstra que os recursos públicos federais estão efetivamente sendo direcionados àqueles que mais necessitam.

Tabela 9: Distribuição da quantidade de acolhidos com financiamento da União/MDS que doam financeiramente de maneira voluntária

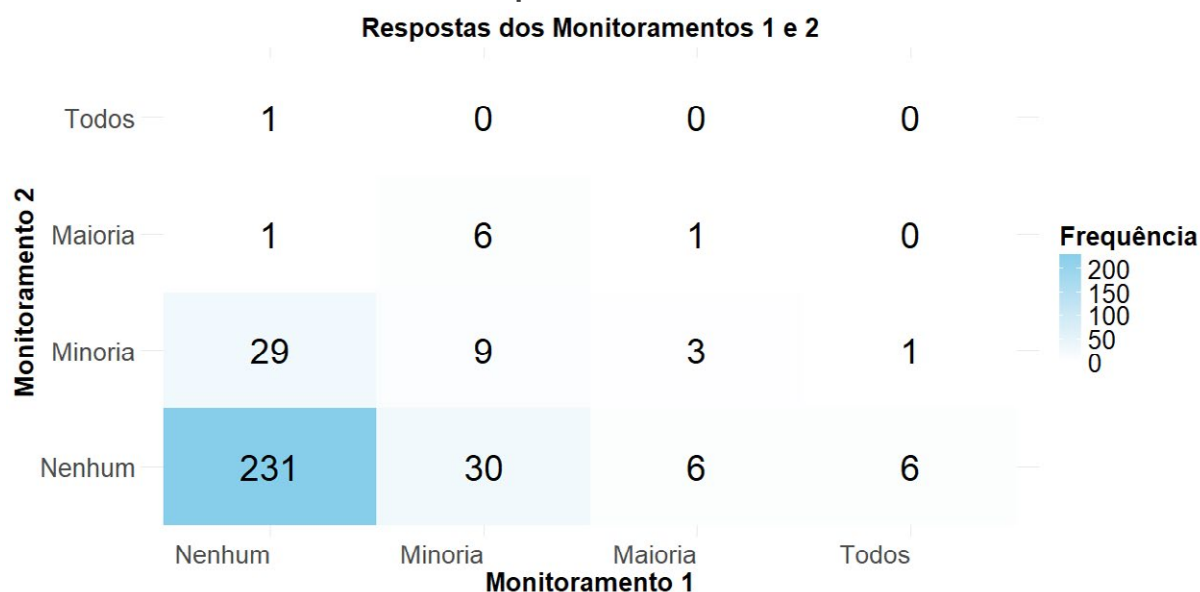
Quantidade de acolhidos com financiamento da União/MDS que doam financeiramente de maneira voluntária	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos	7	2,2%	1	0,3%
A maioria dos acolhidos	10	3,1%	8	2,5%
Uma minoria de acolhidos	45	13,9%	42	13,0%
Nenhum acolhido	262	80,9%	273	84,3%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Na sequência, o gráfico da **Figura 13** apresentará o fluxo de mudança do 1º para o 2º monitoramento. Nele, será possível observar que, em 231 entidades, a resposta foi de que “nenhum acolhido” com financiamento público faz algum aporte financeiro de forma voluntária, tanto no 1º quanto no 2º monitoramento. Em 29 entidades, a resposta foi de que “nenhum dos acolhidos com financiamento público” doa de forma voluntária, enquanto que no 2º monitoramento a resposta mudou, ou seja, de que “uma minoria” realiza doações dessa natureza.

Pode-se ainda observar que, em 30 entidades, ocorreu o movimento contrário. Inicialmente, elas responderam que “uma minoria” realiza tais doações de forma voluntária. Todavia, depois, no monitoramento seguinte, a resposta mudou, isto é, de que “nenhum acolhido” apresenta essa prática.

Figura 13: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos com financiamento da União/MDS que doam financeiramente de maneira voluntária



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Relevante ainda ressaltar a condição socioeconômica do público atendido pelo financiamento da União. Isso porque é preciso considerar que muitos usuários desses serviços provêm de diferentes contextos, incluindo situações de extrema vulnerabilidade, abandono e vivência em situação de rua. Essa realidade representa um fator que limita a possibilidade de contribuição voluntária por parte dos acolhidos. Ao mesmo tempo, evidencia que os recursos da União estão, de fato, alcançando aqueles que mais necessitam.

Cabe pontuar que os relatos dos monitores identificam que a maioria absoluta das contrapartidas voluntárias não são financeiras, mas se referem à doação de itens de higiene, roupas, alimentos e utensílios para uso cotidiano dos acolhidos, tais quais objetos domésticos e aparelhos eletroeletrônicos, como máquina de lavar e liquidificador. Nesse caso, a entidade deve ser orientada a registrar essas doações separadamente daquelas de natureza financeira. Por sua vez, os acolhidos que relatam doações financeiras indicam que elas são feitas de forma voluntária, sendo tão somente estimuladas pelas entidades.

1.10 Qualidade da Alimentação

A **alimentação dos acolhidos é outro tema sensível**, haja vista se tratar de uma questão essencial, notadamente para pessoas que estão na condição de institucionalizada, considerando a dependência de cada uma para ter acesso se acesso diário. Em razão disso, a questão da disponibilidade, da qualidade e da quantidade de refeições diárias foi um tema abordado nas rodas de conversa.

No 1º monitoramento, 281 entidades (86,7%) informaram que “*todos os acolhidos acham a qualidade da alimentação adequada*”, percentual que se elevou para 286 entidades (88,3%) no 2º monitoramento, evidenciando estabilidade e leve incremento nesse indicador. Em 28 instituições (8,6%)

em ambos os períodos, verificou-se que “*uma maioria*” dos acolhidos considera a alimentação adequada, indicando consistência na percepção de boa qualidade.

Por outro lado, em 11 entidades (3,4%) no 1º monitoramento e em 10 (3,1%) no 2º, apenas “*uma minoria*” dos acolhidos avaliou a alimentação como adequada. Por fim, em 4 (1,2%) entidades do 1º monitoramento e em nenhuma entidade do 2º monitoramento, “*nenhum acolhido*” compartilhou dessa opinião. Esses dados encontram-se detalhados e sistematizados na **Tabela 10**.

Tabela 10: Distribuição da quantidade de acolhidos que acham a alimentação adequada

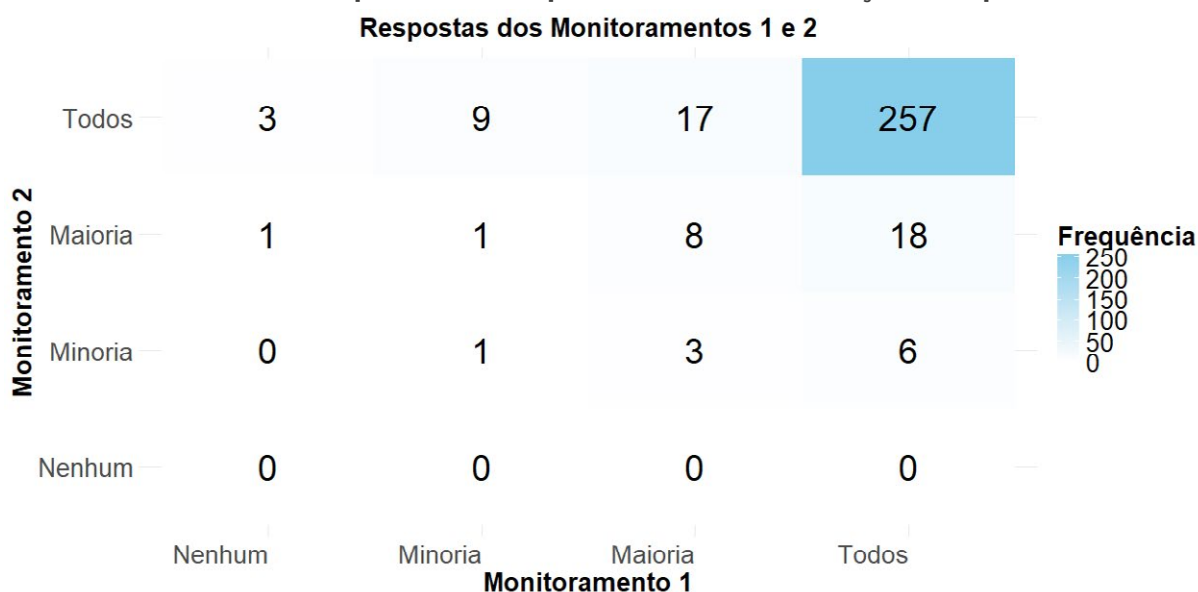
Quantidade de acolhidos que acham a qualidade da alimentação adequada	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos	281	86,7%	286	88,3%
A maioria dos acolhidos	28	8,6%	28	8,6%
Uma minoria de acolhidos	11	3,4%	10	3,1%
Nenhum acolhido	4	1,2%	0	0,0%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Conforme o gráfico da **Figura 14**, na sequência, em 257 entidades, todos os acolhidos consideraram a alimentação adequada, tanto no 1º quanto no 2º monitoramento. Em 3, no 1º monitoramento “*nenhum*” apresentou a mesma percepção, porém essa resposta mudou, levando em conta que “*todos*” passaram a reconhecer a alimentação como adequada no 2º monitoramento.

Já em 9 entidades, no 1º monitoramento “*uma minoria*” dos acolhidos considerava a qualidade da alimentação adequada. Depois, no monitoramento seguinte, essa resposta mudou, isto é, tal percepção passou a ser unânime.

Figura 14: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos que acham a qualidade de alimentação adequada



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Entre a minoria ou nenhum dos acolhidos que percebem a qualidade da alimentação como não adequada, cumpre destacar o alto índice de que todos ou a maioria deles consideram a adequação de sua qualidade. Mesmo assim, os monitores responsáveis pela aplicação do formulário registraram os principais pontos negativos observados pelos usuários, que se restringiram a quatro fatores: a) a qualidade dos produtos; b) a falta de diversidade das refeições com cardápios repetitivos compostos basicamente por arroz, feijão, outros carboidratos; c) a pouca quantidade de proteína; d) a eventualidade no oferecimento de frutas, verduras e legumes. Vale mencionar também que alguns relatos dos acolhidos ressaltam a melhoria nesse acesso quando da existência de hortas locais.

Considerando as entidades onde “uma minoria” e “uma maioria” dos beneficiários entendem a alimentação adequada, as observações registradas pelos monitores indicam queixas de baixa qualidade nos alimentos, baixa variedade e baixo poder nutricional, além da suposta pouca quantidade de alimento. Aliás, alguns relatos funcionam como alertas ao Depad, especialmente os relacionados a mal-estar físico e digestivo causado por alimentos estragados ou sem higiene adequada e até com a validade expirada. Sobre isso, como forma de aperfeiçoar o monitoramento da qualidade, o Depad deve estimular as instituições a apresentarem propostas semanais de cardápios que prezem pela otimização dos valores investidos no fornecimento de alimentação de qualidade.

1.11 Quantidade de Refeições

Segundo o Ministério da Saúde (2014), às necessidades calóricas, bem como o número de refeições de uma pessoa ou de um grupo humano específico divergem segundo uma série de variáveis. Sendo assim, estabelece-se um intervalo de 3 a 6 refeições por dia como quantidades a serem observadas como padrões. E, em prol de uma análise dos atendimentos aqui relatados, a **Tabela 11**

expressa as informações coletadas nas rodas de conversa, a respeito do número de refeições oferecidas diariamente nas instituições de acolhimento.

O 1º monitoramento registrou 2 (0,6%) entidades, enquanto o 2º apontou 6 (1,9%) onde são oferecidas 3 refeições por dia. A maioria delas, nos dois ciclos, oferecem 4 refeições por dia, ou seja, 224 (69,1%) e 215 (66,4%), respectivamente. Foram registrados ainda números significativos de entidades, 98 (30,2%) e 103 (31,8%) em ambos monitoramentos, respectivamente, que oferecem 5 ou mais refeições durante o mesmo período.

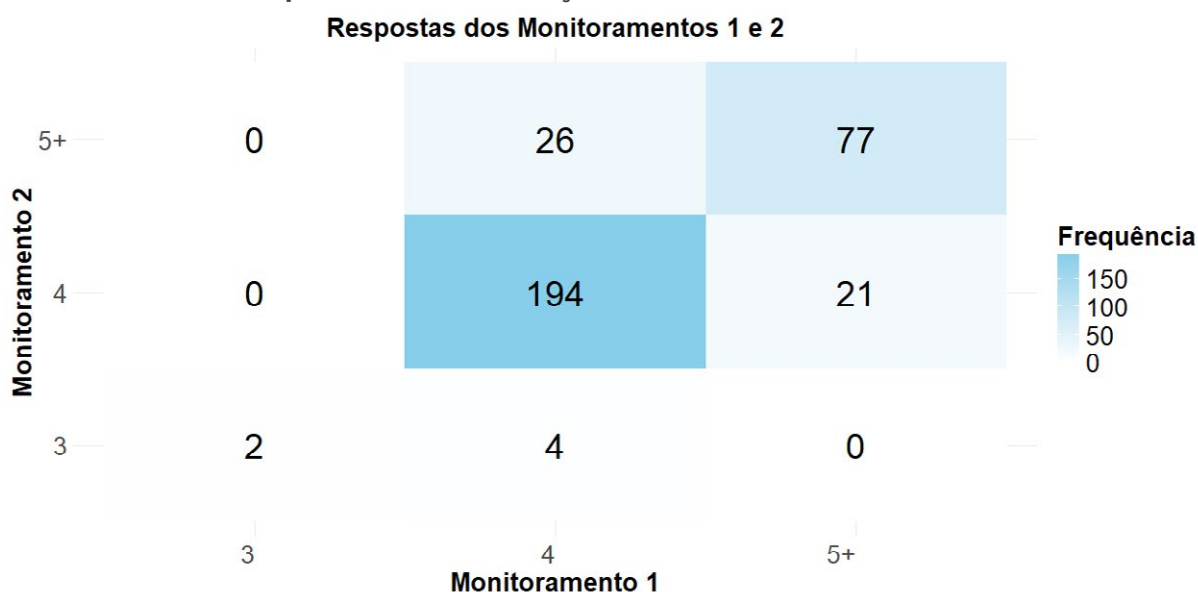
Tabela 11: Distribuição do número de refeições oferecidas por dia

Número de refeições oferecidas por dia	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
3 refeições por dia	2	0,6%	6	1,9%
4 refeições por dia	224	69,1%	215	66,4%
5 ou mais refeições por dia	98	30,2%	103	31,8%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

No gráfico a seguir, está o fluxo de mudança do 1º para o 2º monitoramento no que diz respeito à quantidade de refeições oferecidas diariamente. Nele, é possível observar que a maioria manteve a mesma resposta tanto no 1º quanto no 2º monitoramento, tendo as quantidades representadas na diagonal principal do gráfico: $2 + 194 + 77 = 273$. Em 26 entidades, o número de refeições oferecidas no 1º monitoramento subiu de 3 para 4, enquanto no 2º, isto é, em 25 entidades ($21 + 4$) foi menor, se comparado ao 1º monitoramento.

Figura 15: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de refeições oferecidas diariamente



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Além da informação sobre a quantidade de refeições oferecidas, os acolhidos foram questionados sobre suas opiniões a respeito. Revelou-se que, em 292 (93,%) das entidades no 1º monitoramento e em 293 (90,4%) no 2º, “*todos*” os acolhidos consideram a quantidade de refeições adequada. Em 22 (7,0%) no 1º e em 4 (1,2%) delas no 2º, “*nenhum*” acolhido relatou estar satisfeito. Esses valores são apresentados na **Tabela 12**.

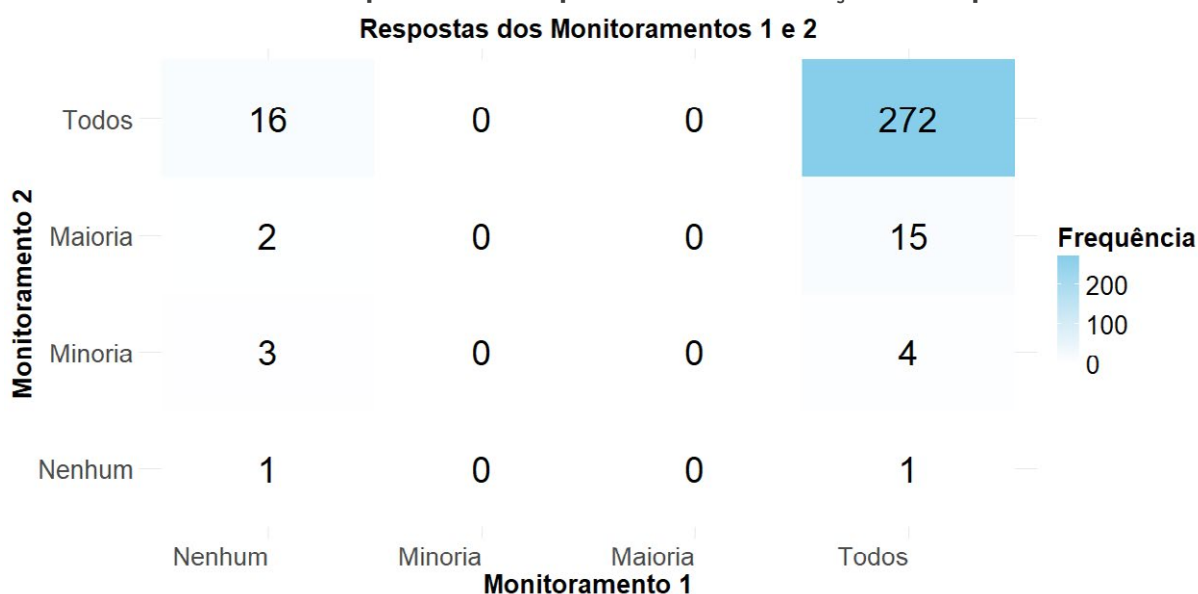
Tabela 12: Distribuição da quantidade de acolhidos que acham a quantidade de alimentação adequada

Quantidade de acolhidos que acham a quantidade de refeições adequada	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos	292	93,0%	293	90,4%
A maioria dos acolhidos	0	0,0%	20	6,2%
Uma minoria de acolhidos	0	0,0%	7	2,2%
Nenhum acolhido	22	7,0%	4	1,2%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Em seguida, na **Figura 16**, o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento no que diz respeito ao número de acolhidos que consideram a quantidade de refeições adequada.

Figura 16: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade dos acolhidos que acham a quantidade de refeições adequadas



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Talvez, mais importante do que analisar o fluxo entre os dois monitoramentos, seja analisar a relação entre a quantidade de refeições oferecidas e o número de acolhidos satisfeitos com essa quantidade. Essa relação poderá ser melhor entendida com os dados encontrados nas **Tabelas 13 e 14**, para o 1º e o 2º monitoramento, respectivamente.

A primeira delas demonstra que, na primeira observação, nas 2 entidades que oferecem 3 refeições por dia, “nenhum” acolhido considera essa quantidade adequada. Já entre as demais entidades, que oferecem 4, 5 ou mais refeições por dia, todos os acolhidos consideram adequada. Porém, em 13 entidades que oferecem 4 refeições e em 7 entidades que oferecem 5 refeições ou mais, nenhum tem a mesma percepção.

Tabela 13: Distribuição conjunta entre a quantidade de refeições e quantidade de acolhidos que acham a quantidade de refeições adequada para o 1º monitoramento

Quantidade de acolhidos que acham a quantidade de refeições adequada	Quantidade de refeições		
	3	4	5 ou +
Todos os acolhidos	0	201	91
A maioria dos acolhidos	0	0	0
Uma minoria de acolhidos	0	0	0
Nenhum acolhido	2	13	7

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

A Tabela 14 apresenta um padrão diferente daquele observado na tabela anterior. Isso porque, entre as 6 entidades que oferecem 3 refeições por dia, em todas elas foi observado pelo menos algum acolhido (uma minoria, uma maioria ou todos) que entende essa quantidade como adequada.

Tabela 14: Distribuição conjunta entre a quantidade de refeições e quantidade de acolhidos que acham a quantidade de refeições adequada para o 2º monitoramento

Quantidade de acolhidos que acham a quantidade de refeições adequada	Quantidade de refeições		
	3	4	5 ou +
Todos os acolhidos	4	196	93
A maioria dos acolhidos	1	14	5
Uma minoria de acolhidos	1	1	5
Nenhum acolhido	0	4	0

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

1.12 Acolhimento e trabalho

O uso terapêutico do trabalho perpassa pelo cuidado de si e pelo processo de reinserção social, ao mesmo tempo que é uma prerrogativa das entidades de acolhimento que visam, quando aplicado como recurso terapêutico, melhorar o bem-estar dos acolhidos. Nesse sentido, o trabalho deve ser feito com técnicas que promovam o resgate ou a formação de novas habilidades profissionais, práticas ou para a vida, assim como o aprendizado de novos conhecimentos, de modo a promover o empoderamento e o desenvolvimento das habilidades sociais do acolhido.

Desse modo, as atividades de ocupação e de terapia deverão ser desenvolvidas em ambiente ético e protegido, não podendo ser realizadas em locais que exponham o acolhido à situação de

constrangimento ou de vulnerabilidade, como ações em vias públicas de vendas de produtos ou de arrecadação de recursos, ou outras atividades congêneres. É vedada, portanto, qualquer forma de exploração do trabalho do acolhido.

Desse modo, o uso terapêutico do trabalho é uma prerrogativa das entidades de acolhimento que visam, quando aplicado como recurso restaurador, melhorar o bem-estar dos acolhidos. Portanto, o trabalho deve ser feito com técnicas que valorizem a promoção da saúde.

Na **Tabela 15**, a seguir, será possível verificar que na grande maioria das entidades, em 311 (96,0%) do 1º monitoramento e em 319 (98,5%) do 2º, nenhum acolhido saiu para vender em vias públicas algum produto para a entidade. Diferentemente disso, em 10 (3,1%) delas no 1º monitoramento e em 3 no 2º, uma minoria dos acolhidos realizou tal prática. Embora em menor número de entidades, cumpre ressaltar que em 1 (0,3%) entidade no 1º monitoramento e em 2 (0,6%) no 2º, “uma maioria” dos acolhidos já desenvolveu essa atividade. Por fim, quanto ao número de entidades onde “todos” já saíram para vender produtos para a entidade, foi 2 (0,6%) no 1º monitoramento e nenhuma no 2º.

Foram relatadas diferentes situações relacionadas à saída de acolhidos para a venda de produtos em nome das entidades. Em algumas instituições, essa prática ocorre em atividades religiosas ou comunitárias, como o acompanhamento de responsáveis ou voluntários em paróquias, ou ainda em saídas para igrejas, onde são comercializados pães, terços e artesanato. Há também registros daqueles que participam de feiras locais, como duas acolhidas que vendem artesanato aos sábados em uma praça, bem como relatos de grupos menores que saíram para vender pães e vassouras, ou de três que afirmaram já terem realizado vendas em algum momento.

Outra situação observada diz respeito à comercialização indireta no espaço da própria instituição. Nesse caso, produtos de horta e padaria são expostos na entrada da comunidade terapêutica, em área rural, para que moradores da região possam adquirir, sem que os acolhidos realizem a venda diretamente em vias públicas, expostos a constrangimentos. Entretanto, também foram registrados relatos de atividades mais estruturadas, apresentadas como medidas de ‘ressocialização’, nas quais acolhidos e monitores saem em carros da entidade para cidades vizinhas, a fim de vender trufas e rapaduras produzidas na entidade.

Essas práticas revelam diferentes arranjos institucionais, que variam de experiências pontuais e voluntárias até iniciativas mais organizadas e sistemáticas que precisam ser acompanhadas pelos órgãos financiadores e de controle. Nesse caso, tal postura, verificada em algumas entidades, precisa ser discutida pelo Depad no intuito de construir outra cultura de rotina para inserção dos acolhidos no mundo do trabalho, com foco na maior qualificação profissional, como base para o resgate da dignidade humana.

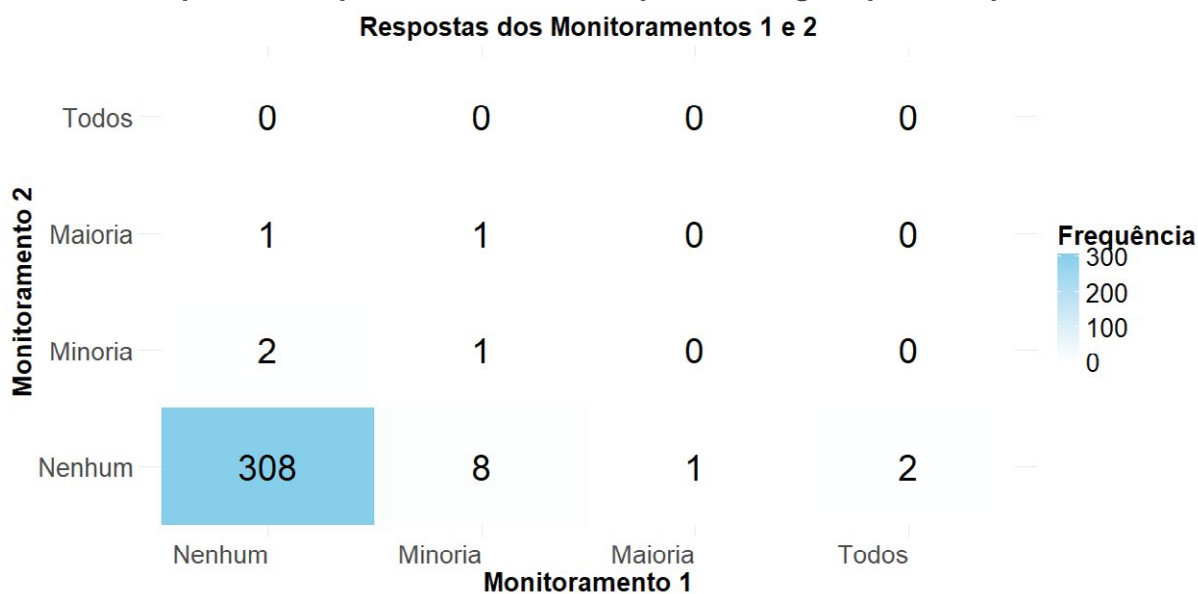
Tabela 15: Distribuição da quantidade de acolhidos que em algum momento saíram para vender em vias públicas algum produto para entidade

Quantidade de acolhidos que em algum momento saíram para vender em vias públicas algum produto para entidade	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos	2	0,6%	0	0,0%
A maioria dos acolhidos	1	0,3%	2	0,6%
Uma minoria de acolhidos	10	3,1%	3	0,9%
Nenhum acolhido	311	96,0%	319	98,5%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

A partir da **Figura 17**, a seguir, é possível analisar o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para quantidade de acolhidos que saíram para vender em vias públicas algum produto para entidade.

Figura 17: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para quantidade dos acolhidos que saíram para vender em vias públicas algum produto para entidade



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Nos dois monitoramentos, que, no 1º, 11 (8 + 2 + 1) entidades tinham pelo menos algum acolhido vendendo na rua produtos, enquanto depois houve o registro de ninguém realizando essa prática. Por outro lado, 3 (2 + 1) entidades relataram no 1º monitoramento que nenhum acolhido já tinha ido às ruas vender produtos para a entidade, e, por sua vez, no 2º há registro de que essas mesmas entidades relataram que houve tal prática com uma minoria ou com uma maioria deles.

1.13 Execução de serviços particulares pelos acolhidos

Ainda no que se refere a outras atividades laborais, especificamente quanto à utilização da força de trabalho dos acolhidos pela entidade para fins externos à instituição, as rodas de conversa identificaram o uso dessa prerrogativa para execução de serviços particulares fora da unidade. No primeiro monitoramento, 289 entidades (89,2%) declararam que “nenhum acolhido, em qualquer momento, saiu da instituição para realizar serviços particulares”, percentual que aumentou para 309 entidades (95,4%) no segundo monitoramento, evidenciando maior restrição a essa prática.

Por sua vez, em 3 entidades (0,9%) no 1º monitoramento e em nenhuma no 2º, registrou-se que “a maioria dos acolhidos, em algum momento, saiu da entidade para executar serviços particulares”. Em complemento, em apenas 1 entidade (0,3%) no 1º monitoramento e em 2 (0,6%) no seguinte, a resposta indicou que “todos os acolhidos, em algum momento, realizaram atividades externas de caráter particular”, evidenciando a ocorrência desses casos de forma restrita e minoritária ao longo do período analisado.

Tabela 16: Distribuição da quantidade de acolhidos que em algum momento já saíram da entidade para executar serviços particulares

Quantidade de acolhidos que em algum momento já saíram da entidade para executar serviços particulares	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos	1	0,3%	2	0,6%
A maioria dos acolhidos	3	0,9%	0	0,0%
Uma minoria de acolhidos	31	9,6%	13	4,0%
Nenhum acolhido	289	89,2%	309	95,4%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Nas 2 entidades onde todos os acolhidos realizaram atividades laborais externas, os registros qualitativos revelam padrões convergentes. No primeiro caso, os acolhidos descrevem a realização de tarefas em propriedades de membros religiosos da comunidade e em plantações próximas, incluindo atividades como manejo de animais, colheita, soldagem, operação de máquinas, manutenção predial, entre outras. De acordo com os participantes, a recusa em executar tais atividades acarreta advertências e pode levar ao desligamento, o que indica um vínculo coercitivo entre permanência no acolhimento e participação laboral.

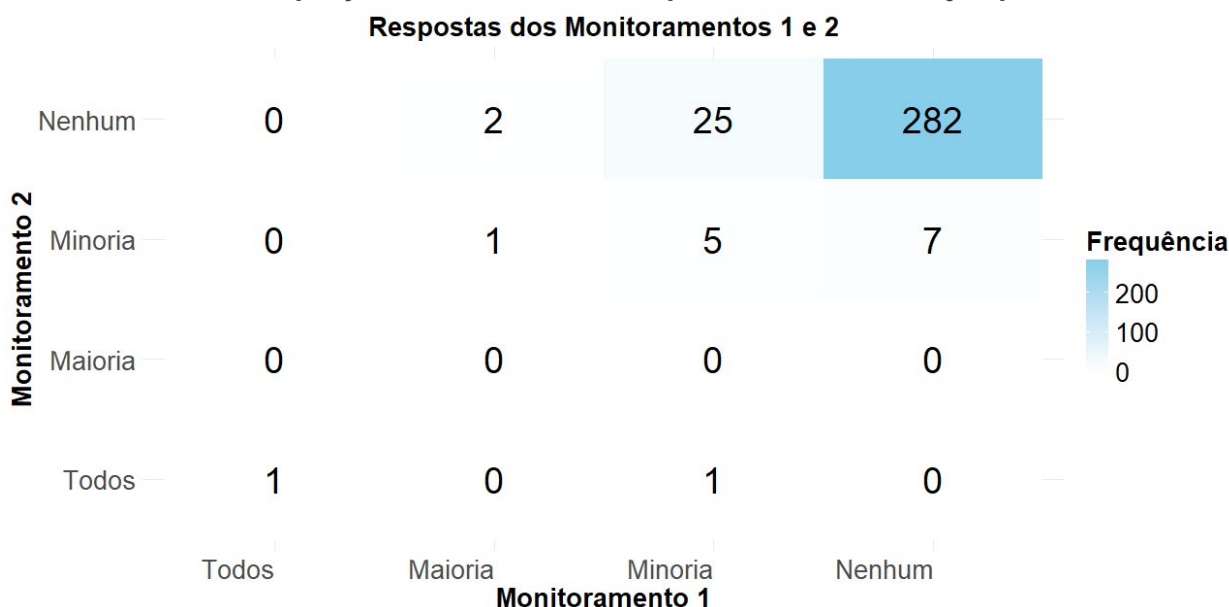
O segundo serviço apresenta dinâmica semelhante. E, apesar de parte dos acolhidos interpretar sua participação nos projetos municipais (limpeza de vias, escolas, parques e praças) como contribuição voluntária à comunidade, outra parcela relata que a não realização das atividades ou o não cumprimento da carga horária resulta em alta administrativa.

Observando a **Figura 18**, verifica-se o fluxo de transição entre os dois monitoramentos no que se refere à quantidade de acolhidos que saíram da entidade para executar serviços particulares. Em 27 entidades, o 1º monitoramento indicou a presença de pelo menos um acolhido realizando essas

atividades externas; já no 2º, as mesmas instituições relataram que nenhum acolhido estava envolvido nesse tipo de serviço, evidenciando a interrupção dessa prática.

Por outro lado, 7 entidades que, no 1º monitoramento, informaram que nenhum acolhido executava serviços particulares, registraram no 2º período que uma maioria dos acolhidos passou a realizar essas atividades externas, indicando a emergência dessa prática em instituições que anteriormente não a apresentavam.

Figura 18: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para quantidade dos acolhidos que já saíram da entidade para executar serviços particulares



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

1.14 Contenção Física e/ou por Medicamento

As informações obtidas nas rodas de conversa indicam que, na grande maioria das entidades, não houve registros de contenção física ou medicamentosa dos acolhidos. No 1º monitoramento, 319 instituições (98,5%) relataram que “nenhum acolhido, em algum momento, foi contido fisicamente ou por medicamentos”, percentual que se elevou para 322 instituições (99,4%) no monitoramento seguinte, evidenciando estabilidade e ampliação dessa prática de não contenção.

Em contraste, em 4 entidades (1,2%) no 1º monitoramento e em 2 no 2º, foi registrado que “uma minoria dos acolhidos, em algum momento, foi contida fisicamente ou por medicamentos”. Esses dados encontram-se detalhados na [Tabela 17](#). Em uma das instituições, no 1º monitoramento, as contradições entre o relato do monitor e a alternativa marcada no questionário invalidaram o dado, implicando na sua exclusão na análise do conjunto.

Tabela 17: Distribuição da quantidade de acolhidos que em algum momento já foram contidos fisicamente ou por medicamentos

Quantidade de acolhidos que em algum momento já foram contidos fisicamente ou por medicamentos	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos	0	0,0%	0	0,0%
A maioria dos acolhidos	0	0,0%	0	0,0%
Uma minoria de acolhidos	4	1,2%	2	0,6%
Nenhum acolhido	319	98,5%	322	99,4%
Total	323	99,7%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Os relatos coletados pelos monitores no 1º monitoramento contribuem para a compreensão do contexto, ainda que não sejam suficientes para um esclarecimento completo, sendo necessária a apuração detalhada pelo fiscal do contrato. Neles, destacou-se que, em um dos casos, com a finalidade de prevenir possíveis riscos de autolesão ou de agressividade, um acolhido foi contido fisicamente por um monitor durante um episódio de crise de abstinência.

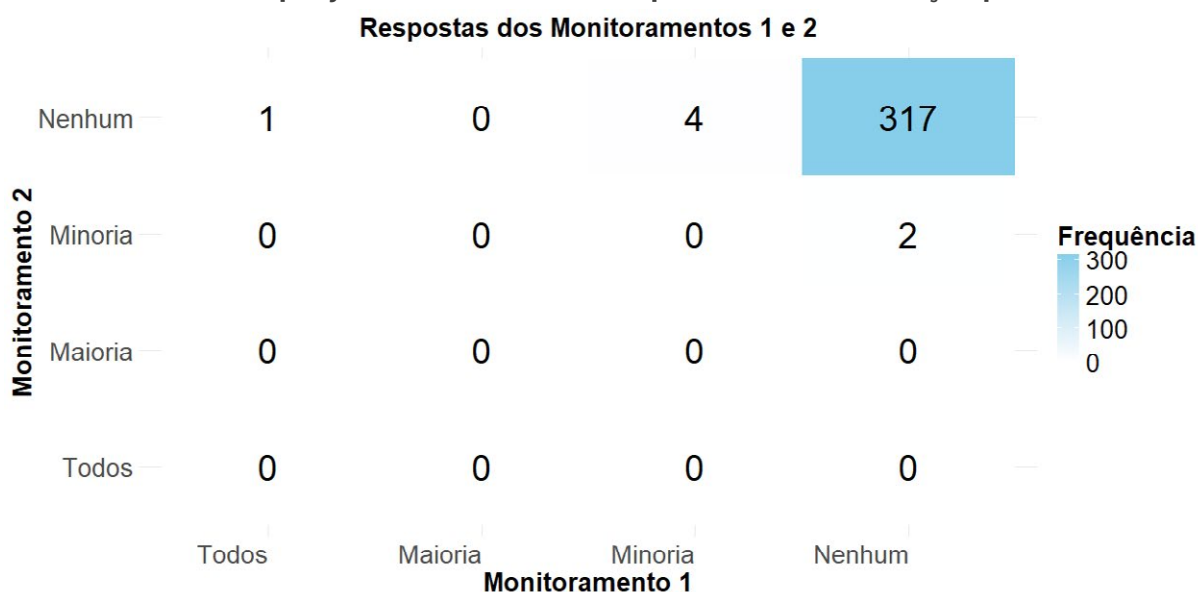
Em outra instituição, uma acolhida, identificando-se como paciente psiquiátrica, relatou ter recebido contenção medicamentosa após apresentar quadro de surto. Também foram mencionados dois episódios nos quais acolhidas, diante de conflitos interpessoais e de forte impacto emocional decorrente da perda de um familiar, receberam medicação com o objetivo de estabilização clínica e emocional. *“As anotações dos monitores não nos permitem esclarecer, se os medicamentos tinham prescrição médica, e se foram ministrados por profissionais da saúde”.*

Nas duas entidades, no 2º monitoramento, em que apenas uma minoria dos acolhidos passou por contenção — seja física ou por uso de medicamentos — os registros qualitativos informam situações pontuais, porém relevantes. No primeiro caso, um acolhido relatou que, em um episódio de ansiedade, a equipe técnica propôs aumentar a medicação sem clareza sobre a autorização médica, sugerindo possíveis fragilidades nos protocolos de prescrição e supervisão clínica. No segundo, as contenções físicas ocorreram exclusivamente em contexto de conflito entre os acolhidos, sendo utilizadas para separar as envolvidas. O relato indica que parte das demais acolhidas considerou a intervenção adequada.

A **Figura 19** apresenta o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento no que se refere à ocorrência de contenção física ou medicamentosa dos acolhidos. Das 324 entidades incluídas nesta análise, 317 mantiveram a resposta de que nenhum acolhido havia sido contido fisicamente ou por medicamentos em ambos os períodos, evidenciando ampla estabilidade nesse indicador. Ressalta-se que a única entidade que, no primeiro monitoramento, indicou que todos os acolhidos já haviam sido contidos, no segundo período respondeu que nenhum acolhido havia sido submetido à contenção.

Além dessa instituição, outras 6 entidades apresentaram alterações nas respostas entre os dois monitoramentos. Em 4 delas, a indicação transitou de “uma minoria” de acolhidos já contidos no 1º monitoramento para “nenhum acolhido contido” no 2º. De forma inversa, em 2 instituições, a resposta evoluiu de “nenhum” no 1º monitoramento para “uma minoria de acolhidos contidos” no segundo, demonstrando variações pontuais na ocorrência de contenções ao longo do período analisado.

Figura 19: Fluxo de mudança entre o 1º para o 2º monitoramento para quantidade dos acolhidos que já saíram da entidade para executar serviços particulares



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

1.15 Atendimento Psicológico

Os dados do monitoramento indicam que a ampla maioria das entidades de acolhimento oferece atendimento psicológico aos acolhidos, como apresenta a Tabela 18. Em 279 (86,1%), no 1º monitoramento, e em 283 (87,3%) no 2º, todos os acolhidos recebem esse acompanhamento, o que representa um resultado positivo e demonstra a centralidade do cuidado em saúde mental no processo. Por outro lado, em 18 instituições (5,6%) no 1º monitoramento e em 14 (4,3%) no 2º, apenas a maioria acessa esse tipo de atendimento. Além disso, em 14 instituições (4,3%) no 1º monitoramento e em 7 (2,2%) no 2º, o acompanhamento atinge somente uma minoria dos usuários. Chama ainda mais atenção o grupo de 13 entidades (4,0%) do 1º monitoramento e 20 (6,2%) no seguinte onde nenhum acolhido recebe atendimento psicológico.

Tabela 18: Distribuição da quantidade de acolhidos que recebem atendimento psicológico (dentro ou fora da entidade)

Quantidade de acolhidos que receberam atendimento psicológico	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos	279	86,1%	283	87,3%
A maioria dos acolhidos	18	5,6%	14	4,3%
Uma minoria de acolhidos	14	4,3%	7	2,2%
Nenhum acolhido	13	4,0%	20	6,2%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Os registros dos monitores dão conta de que nas entidades em que nenhum acolhido declara receber atendimento psicológico, as observações qualitativas revelam um cenário heterogêneo. Em parte delas, verifica-se a ausência estrutural do serviço, com relatos de que há apenas atendimento periódico ou, ainda, substituição do profissional por figuras sem formação específica, como uma líder religiosa que realiza escutas informais.

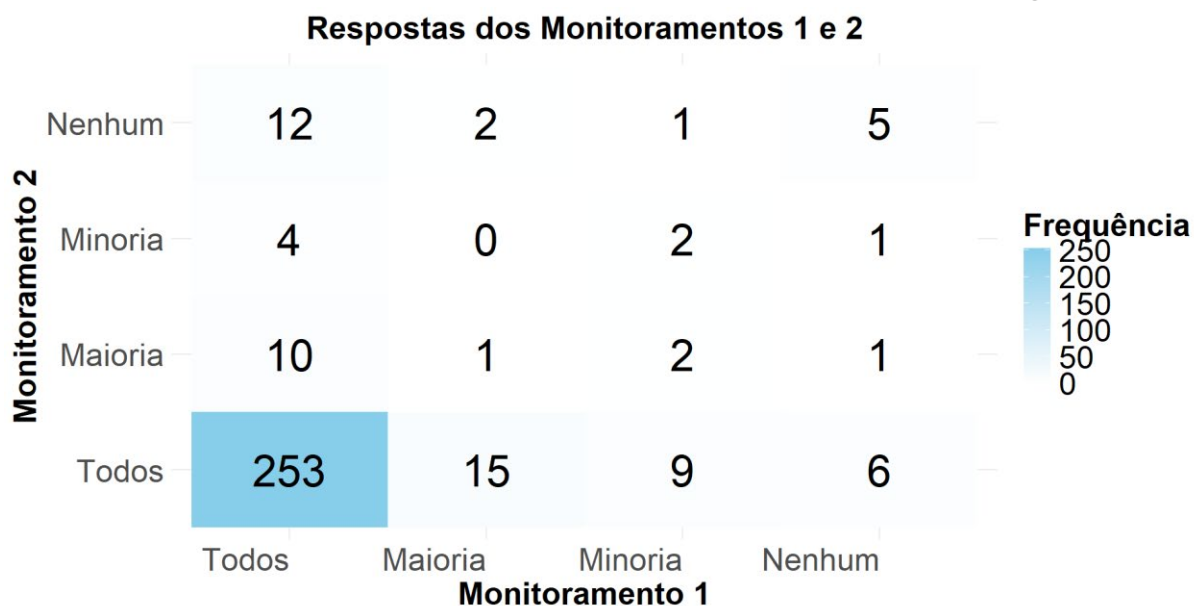
Em outro conjunto de entidades, os registros indicam indefinição ou instabilidade na oferta, com menções a psicólogos recentemente desligados, serviços suspensos ou atendimentos esporádicos e pouco consolidados. Há casos em que os acolhidos afirmam não receber atendimento psicológico, enquanto a documentação institucional aponta a existência de profissional atuante, sugerindo desalinhamento entre práticas formais e a experiência concreta dos usuários. Por fim, aparecem situações em que o atendimento é restrito a subgrupos (como apenas mulheres) ou condicionado à avaliação de severidade dos quadros, geralmente encaminhados à rede externa (UBS ou CAPS).

O monitoramento revela um cenário majoritariamente positivo, com elevado índice de cobertura do atendimento psicológico nas entidades. Contudo, a existência de instituições em que esse serviço é parcial ou inexistente demanda atenção, tanto para estimular a universalização do acesso quanto para articular mecanismos de fortalecimento da rede de saúde no apoio às entidades de acolhimento.

Vale, portanto, observar o que apresenta a **Figura 20** quanto ao fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para quantidade dos acolhidos que receberam atendimento psicológico. O que chama a atenção são os valores da primeira linha, que indicam a quantidade de entidades onde nenhum acolhido recebeu atendimento psicológico no 2º monitoramento, totalizando 20, coerente com valor da **Tabela 18**.

No conjunto das 20 entidades analisadas, a **Figura 19** evidencia que, em 12 delas, a totalidade dos acolhidos recebeu atendimento psicológico no 1º monitoramento. Ademais, em 2 instituições, a maioria dos acolhidos teve acesso a esse tipo de atendimento no mesmo período. Em contrapartida, em 1 apenas uma minoria dos acolhidos recebeu atendimento psicológico no 1º monitoramento, enquanto 5 instituições mantiveram, em ambos os períodos, a situação crítica de inexistência de atendimento psicológico.

Figura 20: Fluxo de mudança entre o 1º para o 2º monitoramento para quantidade dos acolhidos que receberam atendimento psicológico



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Sobre a frequência dos atendimentos psicológicos, vale observar o que apresenta a **Tabela 19**. Nela, constam as respostas das 311 e 304 entidades para o 1º e 2º monitoramentos, respectivamente, que registraram esse tipo de atendimento. Percebe-se que a maioria das instituições, nos dois casos, oferecem o atendimento psicológico pelo menos uma vez por semana, dentro ou fora da entidade de acolhimento.

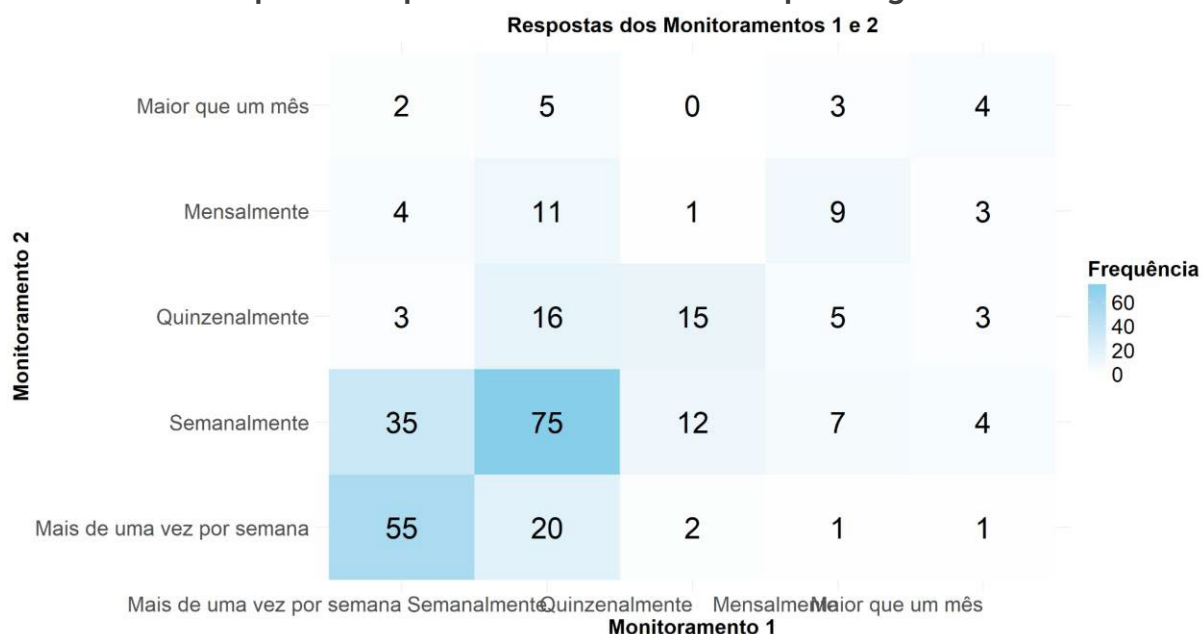
Tabela 19: Distribuição da frequência de atendimento psicológico aos acolhidos, considerando as entidades onde tal serviço é oferecido

Frequência dos atendimentos psicológicos	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Mais de uma vez por semana	100	32,1%	81	26,6%
Semanalmente	135	43,4%	135	44,4%
Quinzenalmente	31	10,0%	43	14,2%
Mensalmente	28	9,0%	31	10,2%
Maior que um mês	17	5,5%	14	4,6%
Total	311	100%	304	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Na sequência, a **Figura 21**. Nela, notaremos o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a frequência dos atendimentos psicológicos. Novamente, será possível perceber a grande quantidade de entidades, nos dois monitoramentos, com atendimentos de pelos menos uma vez por semana.

Figura 21: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a frequência dos atendimentos psicológicos



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

1.16 Atendimento Social

No que se refere ao atendimento social, realizado no âmbito interno ou externo às entidades (Tabela 20), as informações coletadas nas rodas de conversa indicam que, no 1º monitoramento, 247 instituições (76,2%) relataram que todos os acolhidos recebem esse tipo de atenção, percentual que se elevou para 264 instituições (81,5%) no 2º monitoramento. Em 27 instituições (8,3%) no 1º período e em 16 (4,9%) no 2º, foi informado que a maioria dos acolhidos tem acesso ao atendimento social, enquanto em 23 instituições (7,1%) no 1º e em 17 (5,2%) no 2º apenas uma minoria é contemplada com esse serviço. Por fim, em 27 instituições (8,3%) em ambos os monitoramentos, registrou-se a inexistência de atendimento social aos acolhidos.

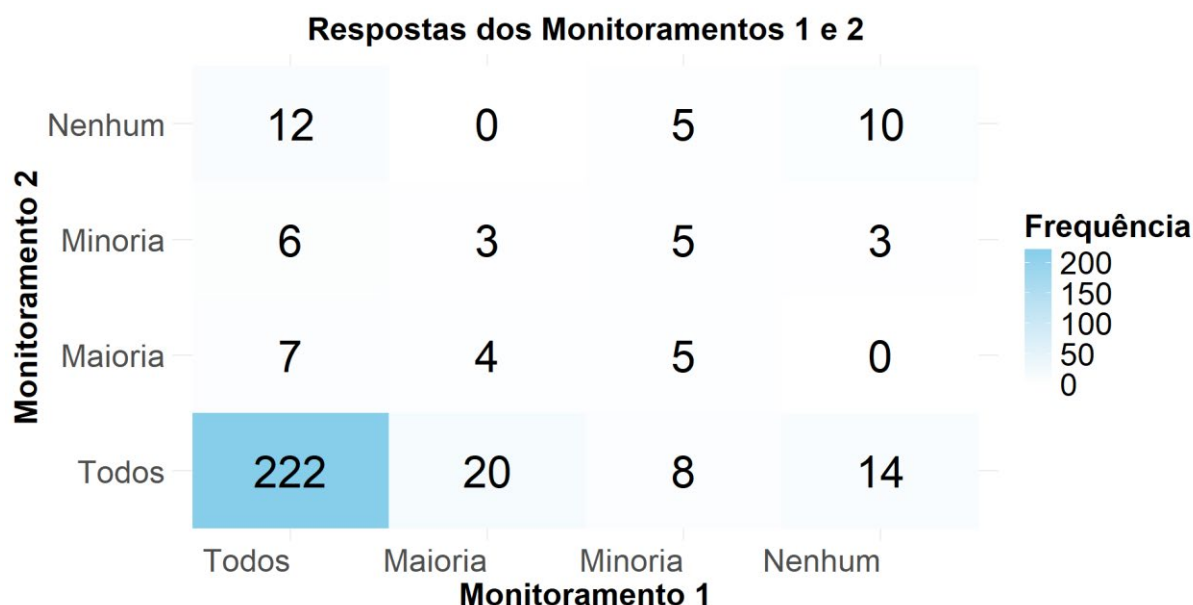
Tabela 20: Distribuição da quantitativo de acolhidos que recebem atendimento social

Frequência dos atendimentos psicológicos	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos	247	76,2%	264	81,5%
A maioria dos acolhidos	27	8,3%	16	4,9%
Uma minoria de acolhidos	23	7,1%	17	5,2%
Nenhum acolhido	27	8,3%	27	8,3%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

E, quanto ao fluxo de mudança entre um monitoramento e outro no que tange ao número de acolhidos que recebem atendimentos sociais, vale examinar o que apresenta a **Figura 22**, a seguir.

Figura 22: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para quantidade dos acolhidos que receberam atendimento social



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

A diagonal principal indica a quantidade de instituições com a mesma resposta para os dois monitoramentos. Percebe-se que em 222 delas, a resposta de que todos os acolhidos recebem atendimento social permanece nos dois casos. Por outro lado, 10 entidades responderam que nenhum acolhido foi contemplado no 1º monitoramento, permanecendo assim até o 2º.

Outro comportamento interessante que pode ser observado na **Figura 21** são os valores 12 (1ª linha e 1ª coluna) e 14 (última linha e última coluna). Eles representam a quantidade de entidades que mudaram a resposta de “nenhum” para “todos”, ou vice-versa, para a quantidade de acolhidos que recebem o referido serviço.

Sobre essa configuração, os relatos dos monitores apontam inicialmente que há, entre os beneficiários, certo desconhecimento sobre o conceito e a abordagem do “atendimento social”, como serviço prestado por profissional de assistência social, com indicações de ausência do profissional de algumas entidades há tempo médio de 3 (três) meses. Nessa entidade, o responsável técnico afirmou e comprovou que a profissional anterior havia sido desligada, e o processo de contratação de outra Assistente Social já estava em tramitação. Além disso, em algumas entidades onde não havia conhecimento sobre a existência desse serviço, os acolhidos informaram que suas demandas eram encaminhadas aos serviços públicos de assistência social e à Defensoria Pública do município.

Quando o tema da pergunta se referia à sua frequência, vale a pena observar a **Tabela 21**, nela, constam as respostas das 297 entidades que registraram esse tipo de atendimento nos dois monitoramentos. Além disso, as informações coletadas nas rodas de conversa apontam que, em 86 (26,5%) delas no 1º monitoramento e em 92 (28,4%) no 2º, o atendimento ocorria mais de uma vez

por semana. Essa frequência ocorria durante o mesmo período em 106 instituições (32,3%) no 1º monitoramento e em 101 (31,2%) no seguinte.

Já em 28 (8,6%) entidades do 1º monitoramento e em 15 (4,6%) do 2º, a frequência era quinzenal. Por sua vez, o intervalo de atendimento mensal foi verificado em 41 instituições (12,7%) do 1º monitoramento e em 37 (11,4%) do 2º. Por fim, em 37 entidades (11,4%) do 1º monitoramento e em 52 (16%) do 2º, a frequência era maior do que um mês. É importante ressaltar que a frequência no atendimento está relacionada com a demanda dos acolhidos.

Tabela 21: Distribuição da frequência de atendimentos sociais aos acolhidos

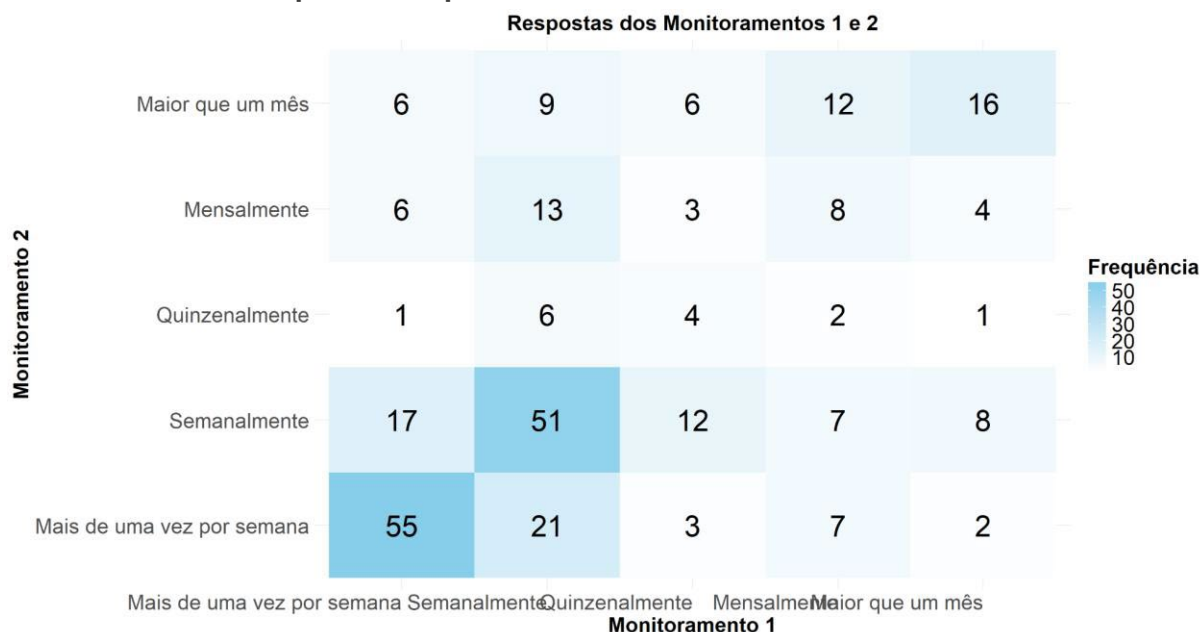
Frequência dos atendimentos sociais	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Mais de uma vez por semana	86	29,0%	92	31,0%
Semanalmente	105	35,3%	101	34,0%
Quinzenalmente	28	9,4%	15	5,0%
Mensalmente	41	13,8%	37	12,5%
Maior do que um mês	37	12,5%	52	17,5%
Total	297	100%	297	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Ainda sobre os atendimentos sociais realizados, agora sobre sua frequência, a **Figura 23** apresenta o fluxo de mudança entre os dois monitoramentos. É possível constatar que a diagonal principal indica a quantidade de entidades que mantiveram a mesma frequência nos atendimentos sociais, ou seja: 55 mais de uma vez por semana; 51 semanalmente; 4 quinzenalmente; 8 mensalmente; e 16 com atendimentos em intervalos maior do que um mês.

Já os valores acima da diagonal principal indicam as quantidades de entidades que diminuíram a frequência no 2º monitoramento quando comparado com o 1º. Analogamente, os valores abaixo da diagonal principal estão para as quantidades de entidades que aumentaram a frequência no 2º monitoramento em comparação ao anterior.

Figura 23: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a frequência dos atendimentos sociais



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

1.17 Privacidade e acomodações na entidade de acolhimento

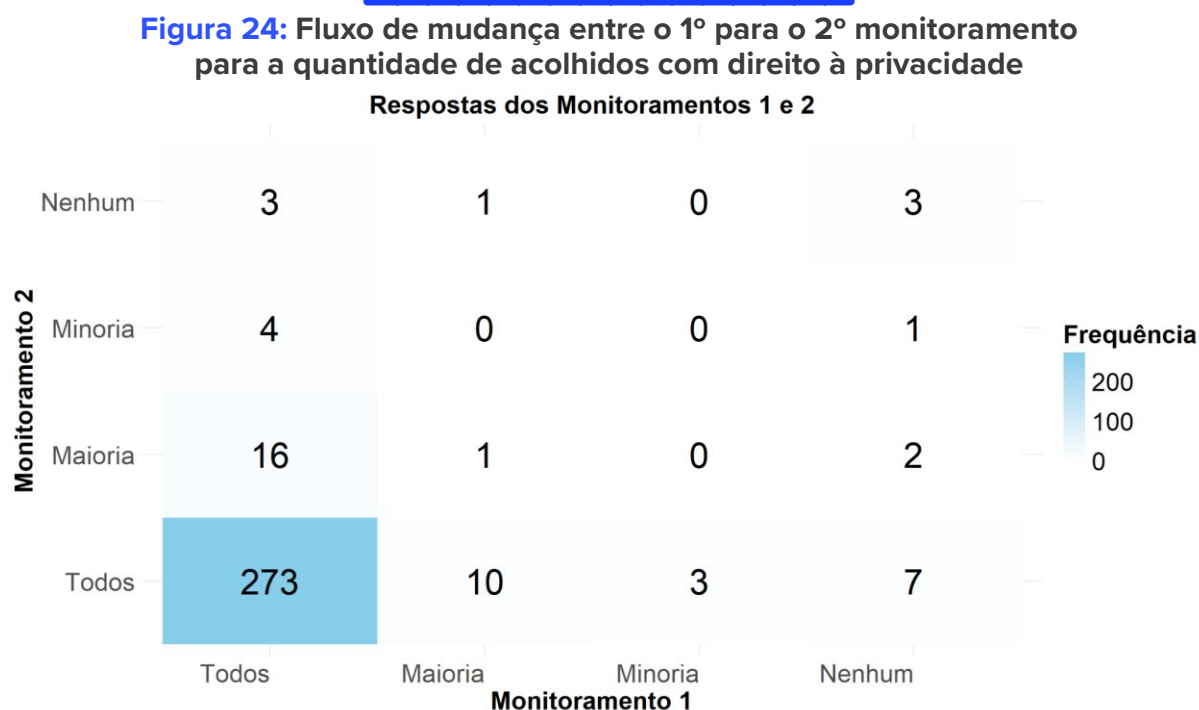
Assim como outros aspectos, o direito à privacidade e à individualidade no ambiente do convívio das unidades acolhedoras foi levantado nas rodas de conversa (Tabela 22). Em 296 instituições (91,4%) do 1º monitoramento, como também em 293 (90,4%) do 2º, é assegurada, entre todos os acolhidos, a privacidade (uso de vestuário, corte de cabelo e objetos pessoais próprios). Já em 12 entidades (3,7%) do 1º monitoramento e em 19 (5,9%) do 2º, é garantida para a maioria dos acolhidos. No entanto, em 3 unidades pesquisadas (0,9%) do 1º monitoramento e em 5 (1,5%) do 2º, essa garantia é apenas para a minoria. Por fim, em 13 unidades (4%) do 1º monitoramento e em 7 (2,2%) do 2º, assegura-se tal direito.

Tabela 22: Distribuição da quantidade dos acolhidos com direito à privacidade garantido

Quantidade dos acolhidos com direito à privacidade garantido	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos	296	91,4%	293	90,4%
A maioria dos acolhidos	12	3,7%	19	5,9%
Uma minoria de acolhidos	3	0,9%	5	1,5%
Nenhum acolhido	13	4,0%	7	2,2%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Na sequência, na **Figura 24**, podemos verificar o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade dos acolhidos com direito à privacidade garantido.



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

É possível observar que, entre as 296 entidades para as quais todos os acolhidos tinham esse direito no 1º monitoramento, esse cenário se manteve no 2º, desta vez em 273 instituições. Já em 16, diminui-se, sendo agora para uma maioria, enquanto em 4 houve a redução para uma minoria deles, e, em 3 entidades, vale pontuar, ninguém informou ter esse direito assegurado.

Entre as 12 entidades que, no 1º monitoramento, a maioria dos acolhidos tinham direito à privacidade, para o 2º apenas 10 delas passaram a garantir para todos os acolhidos. Em 1, pontue-se, foi retirado dos acolhidos.

Cumprir notar que, no 1º monitoramento, as 3 entidades que garantiam o direito à privacidade para uma minoria dos acolhidos passou, no 2º, assegurou a todos.

Por fim, entre as 13 entidades onde no 1º monitoramento nenhum acolhido demonstrara perceber tal garantia, para o 2º monitoramento 7 delas garantiram a todos os usuários, 2 passaram esse direito para uma maioria dos acolhidos, enquanto 1 passou o direito para uma minoria.

E quanto às acomodações individuais (conjunto de cama e colchão), vale destacar que em todas as 324 entidades, em ambos os monitoramentos, verificou-se a oferta a todos os acolhidos.

No que diz respeito ao relato dos monitores, entre as entidades onde nenhum beneficiário tem direito à privacidade, alguns comentários indicam que isso ocorre devido a regras de vestimenta, aparentemente por questões religiosas. Além disso, os relatos apontam também para regras sobre aparência, que vão além da vestimenta, como por exemplo, a imposição sobre o tipo de corte ou cor do cabelo.

Ressalte-se que uma imposição sobre o cabelo vai além do limite da entidade, fazendo com que o acolhido conviva com o imposto em ambientes externos. Aliás, esse ponto necessita de atenção, considerando que a autoestima e a construção de uma imagem mental positiva de si mesmo são ferramentas importantes no seguimento e na conclusão de seu projeto terapêutico.

1.18 Visitas durante o acolhimento

Os dados demonstram que, na grande maioria das entidades, os acolhidos mantêm contato presencial com familiares ou amigos durante o período de acolhimento (Tabela 23). Em 264 (81,5%) no 1º monitoramento e em 250 instituições (77,2%) no 2º, todos os acolhidos recebem visitas, o que reforça a importância atribuída ao vínculo familiar e ao suporte afetivo como parte integrante do processo terapêutico. Inicialmente em 50 delas (15,4%), e, depois, em 72 (22,2%), apenas a maioria dos acolhidos recebe visitas. Enquanto isso, em 9 instituições (2,8%) no 1º monitoramento e em 2 (0,6%) no 2º, esse contato é restrito a uma minoria. Esses percentuais, embora menores, revelam que ainda existem dificuldades pontuais a serem superadas, e, geralmente, estão associadas a fatores geográficos (distância), socioeconômicos, a rompimento dos laços familiares ou à própria dinâmica institucional.

Em uma única entidade (0,3%) no 1º monitoramento, foi informado que nenhum acolhido recebe visitas familiares. A justificativa está centrada no plano terapêutico da entidade, que prevê saídas programadas para o acolhido visitar seus familiares. Trata-se de uma metodologia diferente, mas que garante o direito à convivência familiar.

E, considerando as 2 entidades onde uma minoria relatou receber visita de familiares e amigos, o único comentário registrado pelos monitores indica que o fato de não recebimento não está relacionado às regras da entidade. Diferentemente disso, está para o fato de não existir contato com a família, tendo em vista o contexto de dependência química e as mazelas socioculturais correlatas.

Tabela 23: Distribuição da quantidade dos acolhidos que recebem visita de familiares e amigos

Quantidade dos acolhidos que recebem visitas de familiares e amigos	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos	264	81,5%	250	77,2%
A maioria dos acolhidos	50	15,4%	72	22,2%
Uma minoria de acolhidos	9	2,8%	2	0,6%
Nenhum acolhido	1	0,3%	0	0,0%
Total	324	100%	324	100%

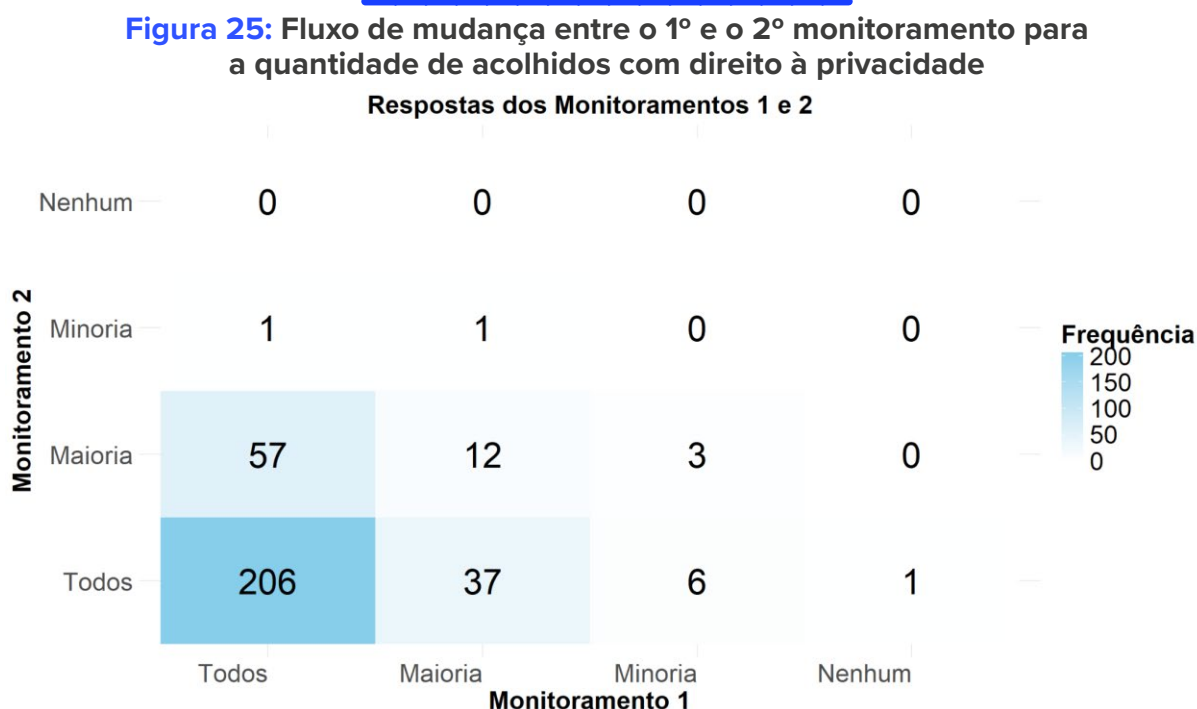
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

De maneira geral, quando verificamos sobre as visitas de familiares e amigos, bem como quanto à frequência delas, os relatos coletados em sua maioria evidenciam grande diversidade de práticas entre as entidades de acolhimento. A modalidade mais comum é a realização de visitas mensais, geralmente em um final de semana fixo, sendo esse momento frequentemente marcado por atividades coletivas, como o almoço em família. Também são relatados casos quinzenais ou semanais, ainda

que, nesses contextos, nem todos os acolhidos recebam efetivamente a presença de familiares, devido a barreiras como distância, a falta de recursos financeiros ou a vínculos familiares rompidos.

Em algumas instituições, o direito de visita é condicionado a regras internas, como a exigência de participação prévia da família em reuniões de orientação ou a progressão no tempo de tratamento (após três ou nove meses de acolhimento). Há também registros pontuais de visitas semestrais, associadas a famílias que residem em localidades muito distantes. Em síntese, embora a maioria das entidades assegure momentos de contato familiar, observam-se algumas limitações que decorrem tanto de dificuldades externas — financeiras, geográficas ou relacionais — quanto de normas institucionais.

Além disso, é relevante analisar a **Figura 25**. A partir dela, será possível constatar o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade dos acolhidos que recebem visitas de familiares e amigos.



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Uma informação que se destaca é o fato de que, entre as entidades para as quais uma minoria ou nenhum acolhido recebia visita no 1º monitoramento, a situação foi alterada. Depois, no 2º período, uma maioria ou todos recebem visitas de familiares ou amigos. Pode-se observar também que em 1 entidade todos eram visitados no 1º monitoramento e, depois, no 2º, apenas uma minoria.

No que concerne à frequência, valores apresentados na **Tabela 24**, destaca-se que, em 56 entidades (17,3%) no 1º monitoramento, e, em 57 entidades (17,6%) no 2º, a periodicidade das visitas era semanal. Antes, em 81 (25,0%) a regularidade era quinzenal, dados bastante parecidos no 2º monitoramento, ou seja, em 82 entidades (25,3%).

Em 179 instituições (55,2%), nos dois monitoramentos, a periodicidade era mensal. Por fim, em 5 entidades (1,5%) no 1º e, em 6 (1,9%), no 2º, aparece a categoria “*outros*”, que se relaciona a outro tipo de frequência quanto às visitas.

Tabela 24: Distribuição da frequência das visitas de familiares ou amigos

Frequência das visitas de familiares ou amigos	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Semanalmente	56	17,3%	57	17,6%
Quinzenalmente	81	25,0%	82	25,3%
Mensalmente	179	55,2%	179	55,2%
Outro	5	1,5%	6	1,9%
Total	324	100%	324	100%

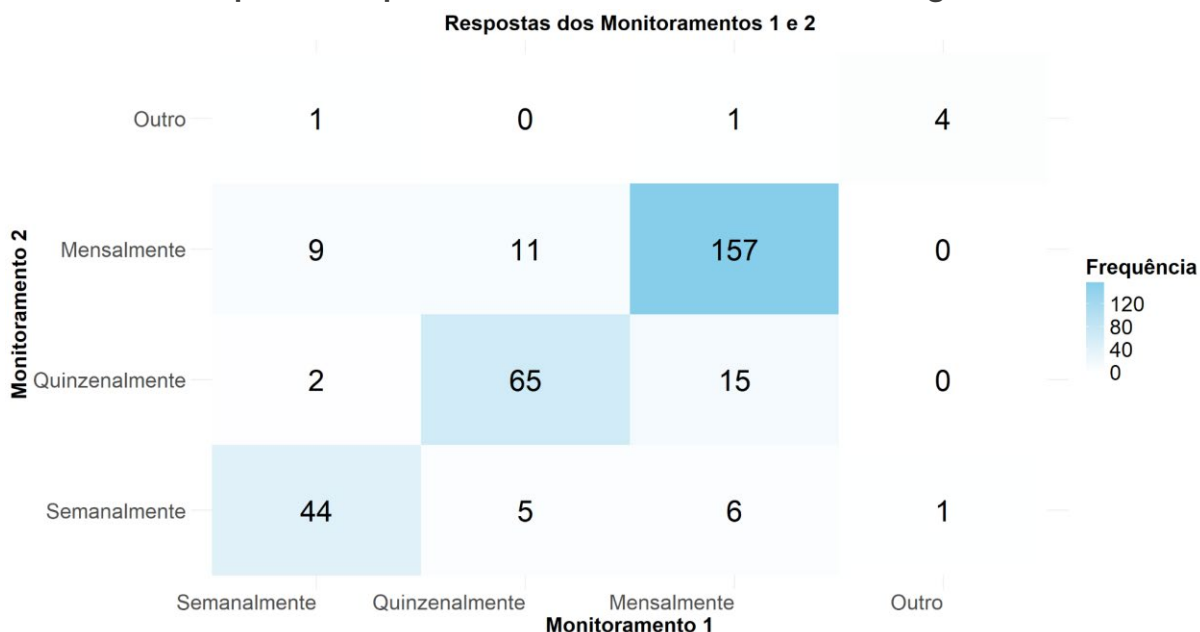
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

De modo sintético, a **Figura 26**, a seguir, apresentará o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a frequência das visitas de familiares e amigos. E, como apresenta valores mais escuros das células na diagonal principal, devido aos maiores valores, isso nos revela que a maioria das entidades não alteraram a resposta entre os dois períodos. Ou seja, em ambos, 44 delas possibilitam visitas semanais, 65 quinzenais, 157 mensais e 4 entidades realizam visitas com outra frequência.

Entre aquelas que alteraram a frequência das visitas entre os dois monitoramentos, a mudança ocorreu de frequência semanal para quinzenal em 2 entidades, e de frequência semanal para mensal em outras 8. Além disso, em 5 unidades houve a mudança de quinzenais para semanais e, em 11 delas a alteração foi de quinzenais para mensais.

Observa-se ainda que nas entidades em que possibilitavam visitas mensais no 1º monitoramento mudaram a frequência no 2º. Essa mudança foi para semanais em 6 entidades, enquanto em 15 para quinzenais.

Figura 26: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a frequência das visitas de familiares e amigos



1.19 Religião

A liberdade religiosa é um tema importante em entidades de acolhimento e em qualquer aparato social que operem com financiamento público, dado o caráter laico constitucionalmente definido para o estado brasileiro. E, recorrendo ao artigo 19, I, da RDC nº 29, de 30 de junho de 2011, da Anvisa, observa-se que o instrumento prevê que o acolhido deve ser respeitado, independente de seu credo religioso. Por sinal, essa questão foi levantada nas rodas de conversa, buscando a percepção dos acolhidos quanto ao tema.

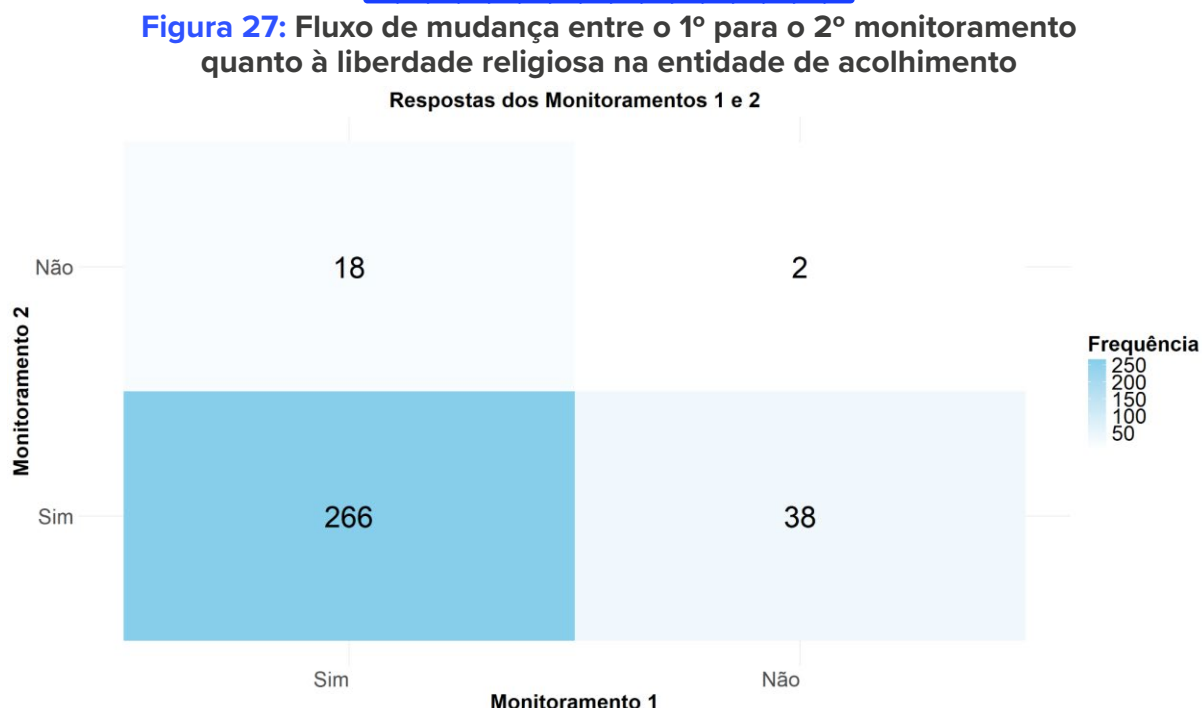
A respeito disso, as informações coletadas e apresentadas na **Tabela 25** apontam que em 284 instituições (87,7%), no 1º monitoramento e em 304 (93,8%) no 2º, há percepção dessa liberdade. No entanto, respectivamente, em 40 entidades (12,3%) e em 20 (6,2%), não há percepção desse direito dentro das instituições, segundo os acolhidos.

Tabela 25: Distribuição da variável que indica se os acolhidos sentem que têm liberdade religiosa na entidade de acolhimento

Os acolhidos sentem que têm liberdade para exercer sua religião na entidade?	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Sim	284	87,7%	304	93,8%
Não	40	12,3%	20	6,2%
Total	324	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Como se apresenta aqui, a **Figura 27** demonstra o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a percepção de liberdade religiosa.



Apesar de a ampla maioria das entidades — 266 das 324 analisadas — ter transmitido aos acolhidos a percepção de liberdade tanto no 1º quanto no 2º monitoramento, identificaram-se exceções relevantes. Em duas entidades, esse direito não foi percebido em nenhuma das etapas avaliativas, o que sinaliza a persistência de fragilidades institucionais no que se refere à garantia desse princípio.

Por outro lado, observa-se um movimento positivo ao longo do período analisado: em 38 entidades, a percepção de liberdade, ausente no 1º monitoramento, passou a ser identificada no 2º, indicando avanços nas práticas institucionais ou nos processos de comunicação e convivência. Em sentido oposto, em 18 entidades verificou-se regressão, uma vez que, embora a liberdade fosse percebida no 1º monitoramento, essa percepção deixou de ser registrada na etapa subsequente, o que demanda atenção quanto à sustentabilidade das ações implementadas.

Em face disso, a análise dos relatos sistematizados sobre liberdade religiosa permitiu identificar diferentes situações vivenciadas pelos acolhidos nas instituições, ainda que algumas delas não estejam totalmente esclarecidas pelos monitores nas observações. Mesmo assim, o maior número de registro aponta que os acolhidos percebem tal garantia dentro das entidades de acolhimento.

E, considerando os relatos dos monitores sobre as entidades onde os acolhidos não sentem que têm liberdade religiosa, alguns comentários indicam que esse sentimento aparece pela imposição das instituições que obrigam o acolhido a participar dos cultos, especialmente evangélicos. Ademais, estão, conforme afirmam, outras atividades de orientação religiosa, como escutas individuais.

A imposição da fé ou da participação involuntária em atividades de cunho religioso que, inclusive, viola sua fé original, é contraproducente do ponto de vista do seguimento do projeto terapêutico do acolhido, sobretudo considerando que a negativa de participação resultaria em punições ou que os artefatos das religiões originárias dos acolhidos teriam sido apreendidos pelos monitores. Nesse sentido, esse aspecto necessita ser retrabalhado entre as entidades, considerando que, boa parte das instituições encontra, na religião, o fundamento da organização para atividades e rotinas com vistas à superação da dependência.

1.20 Reincidência

A passagem pela instituição por mais de uma vez pode revelar as dificuldades da pessoa acolhida em superar as questões relacionadas aos transtornos por uso de álcool e outras drogas, considerando que a recuperação é um processo complexo e desafiador, que envolve não apenas o enfrentamento da dependência em si, mas também a reconstrução de vínculos, identidades e condições de vida frequentemente marcadas por sofrimento e exclusão. Nas rodas de conversa, o tema foi abordado ao se perguntar se os participantes já haviam sido acolhidos naquela entidade que estava sendo monitorada. Sobre isso, os dados apresentados na **Tabela 26** apontam que, em 26 instituições (8,0%) do 1º monitoramento e em 19 (5,9%) do 2º, os acolhidos não haviam passado anteriormente pela entidade.

Outrossim, em 236 entidades (72,8%) do 1º monitoramento e em 265 (81,8%) do 2º, de 1 a 10 pessoas estavam passando pela instituição pela segunda vez ou mais. Em 56 unidades (17,3%) do 1º monitoramento e em 37 (11,4%) do 2º, de 11 a 20 acolhidos estavam nessa situação. Já em 5 (1,5%) do 1º monitoramento e em 3 (0,9%) do 2º, de 21 a 30 deles também estavam passando pela entidade de acolhimento pela segunda vez ou mais. E, por fim, em 1 entidade (0,3%) do 1º monitoramento, de 31 a 50 já haviam sido acolhidos naquela entidade em outra(s) oportunidade(s), mas o 2º monitoramento não apresentou o mesmo contexto, ou seja, não havia nenhuma pessoa reacolhida.

Tabela 26: Distribuição da quantidade de acolhidos que estão na entidade pela segunda vez ou mais

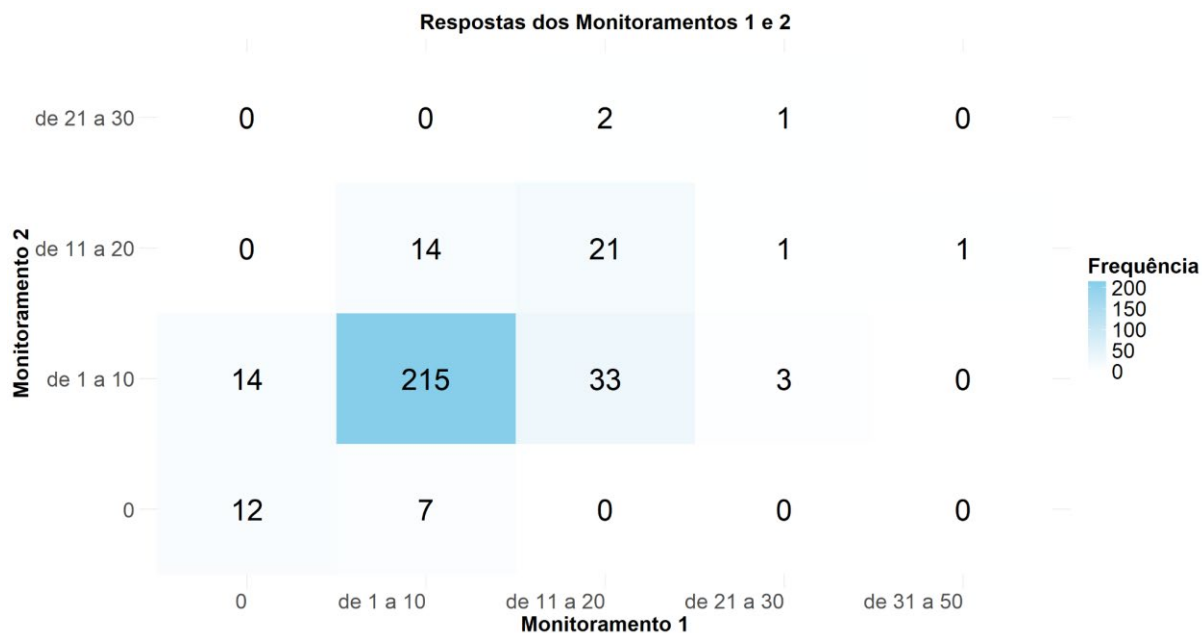
Quantidade de acolhidos que estão na entidade pela 2ª vez ou mais	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0 (nenhum)	26	8,0%	19	5,9%
de 1 a 10	236	72,8%	265	81,8%
de 11 a 20	56	17,3%	37	11,4%
de 21 a 30	5	1,5%	3	0,9%
de 31 a 50	1	0,3%	0	0,0%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Importa frisar, a partir dessa tabela, que tanto no 1º quanto no 2º monitoramento, na grande maioria das entidades, existe pelo menos um acolhido que está, ali, pela 2ª vez ou mais.

Consecutivamente, a **Figura 28** apresentará o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de reacolhidos. Nesse contexto, há uma grande concentração de entidades que apresentaram de 1 a 10 acolhidos pela 2ª vez ou mais em ambos os períodos de observação deste projeto. Destaca-se também 12 entidades com nenhum acolhido pela 2ª vez ou mais, ou seja, todos estavam lá pela 1ª vez tanto no 1º quanto no 2º monitoramento.

Figura 28: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos que estão na entidade pela 2ª vez ou mais



Em relação a passagens por outras entidades de acolhimento (duas ou mais instituições), considerando especificamente o intervalo temporal que compreende os últimos 5 anos (**Tabela 27**), em 5 entidades de acolhimento (1,5%) no 1º monitoramento, e em 8 (2,5%) no 2º, nenhum acolhido estava nessa situação. Diferentemente disso, em 216 entidades (66,7%) no 1º monitoramento e em 239 (73,8%) no 2º, de 1 a 10 já haviam sido acolhidos.

Já em 80 entidades (24,4%) no 1º monitoramento e em 72 entidades (22,2%) no 2º, entre 11 a 20 acolhidos já haviam passado, nos últimos 5 anos, por duas ou mais entidades de acolhimento. Enquanto isso, em 15 instituições (4,6%) no 1º monitoramento e em 5 (1,5%) no 2º, entre 21 e 30 já haviam frequentado duas ou mais nos últimos 5 anos.

E, por fim, em 3 entidades (0,9%) no 1º monitoramento e em nenhuma no 2º, de 31 a 50 acolhidos haviam passado por duas ou mais instituições desse tipo.

Vale ressaltar que das 324 entidades desta análise, em 5 delas (1,5%), não houve informação coletada sobre esse aspecto da entidade para o 1º monitoramento.

Tabela 27: Distribuição da quantidade de acolhidos que passaram por duas ou mais entidades de acolhimento nos últimos 5 anos

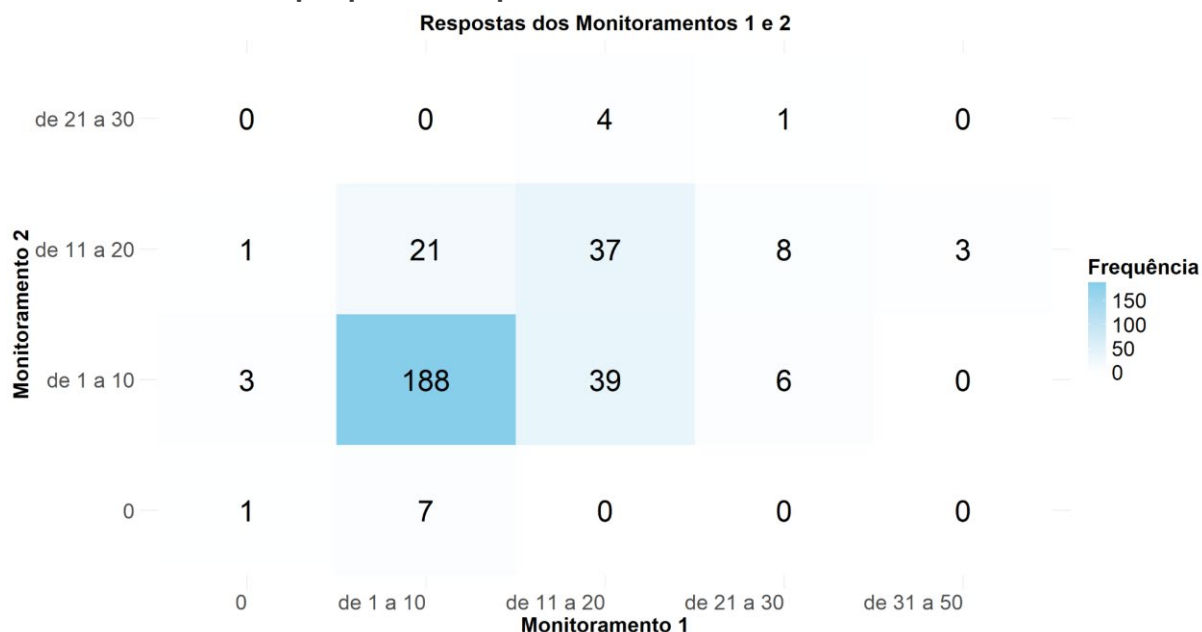
Quantidade de acolhidos que passaram por 2 ou mais entidades nos últimos 5 anos	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0 (nenhum)	5	1,5%	8	2,5%
de 1 a 10	216	66,7%	239	73,8%
de 11 a 20	80	24,7%	72	22,2%
de 21 a 30	15	4,6%	5	1,5%
de 31 a 50	3	0,9%	0	0,0%
s/ informação	5	1,5%	0	0,0%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Para uma melhor compreensão sobre o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos que passaram por 2 ou mais entidades nos últimos 5 anos, é importante observar o que apresenta a **Figura 29**. Como será possível notar, a concentração dos valores nas 2ª e 3ª colunas, assim como nas 2ª e 3ª linhas da figura, indica que na grande maioria das entidades tanto no 1º quanto no 2º monitoramento havia entre 1 e 20 acolhidos que passaram por 2 ou mais entidades nos últimos 5 anos. Em apenas 1, em ambos os monitoramentos, o número, nessa situação, foi zero.

Considerando o caso em que mais de 20 acolhidos passaram por 2 ou mais entidades nos últimos 5 (cinco) anos, os relatos dos monitores indicam abandono do tratamento, justificado pelas condições de infraestrutura das instituições, ou alta administrativa seguida de recaída. É pertinente dizer que alguns acolhidos destacam que as recaídas têm relação com o enfrentamento que situações de tensão pós-acolhimento provocam e, nesse sentido, a perda de parentes, a ausência de vínculos familiares ou um tratamento anterior não eficiente entram como justificativas para os recolhimentos.

Figura 29: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de acolhidos que passaram por 2 ou mais entidades nos últimos 5 anos



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

1.21 Distribuição de vagas

As informações expressas nos próximos blocos foram obtidas por meio do formulário aplicado aos responsáveis técnicos das entidades de acolhimento, logo após o encerramento da roda de conversa com os acolhidos. Além disso, os dados sobre as vagas disponibilizadas nas entidades de acolhimento referem-se à quantidade daquelas oferecidas à quantidade total, bem como à sua distribuição segundo o gênero dos acolhidos e para adultos.

Entre as vagas, uma modalidade refere-se à de “**Mãe Nutriz**”. Ela é destinada ao acolhimento de mães e seus filhos recém-nascidos até um ano de idade, com oportunidade de permanecerem juntos, a fim de que recebam suporte no período de amamentação e cuidados com o bebê. Visa, portanto, proteger a saúde e o bom desenvolvimento da criança, garantindo a amamentação e o cuidado materno.

Quanto à distribuição das vagas dessa natureza, convém notar o que a **Tabela 28** apresenta.

Tabela 28: Distribuição da quantidade de vagas para mães nutrizes

Quantidade de vagas para Mães Nutrizes	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0	277	85,5%	276	85,2%
1	14	4,3%	14	4,3%
2	11	3,4%	12	3,7%
3	8	2,5%	8	2,5%

Quantidade de vagas para Mães Nutrizes	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
4	6	1,9%	6	1,9%
5	6	1,9%	6	1,9%
7	1	0,3%	1	0,3%
8	1	0,3%	1	0,3%
Total	324	100%	324	100%

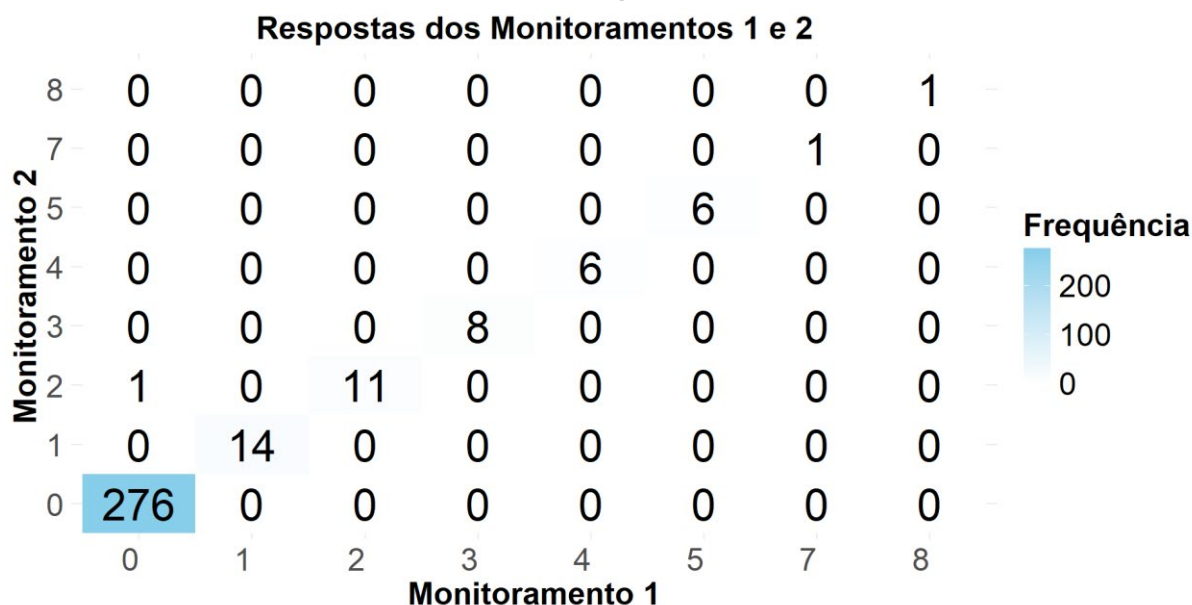
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Em 277 instituições (85,5%) no 1º monitoramento e em 276 (85,2%) no 2º, não havia oferta de vagas pela instituição à modalidade “Mãe Nutriz”. Todavia, em 14 delas (4,3%) de ambos os monitoramentos, havia 1 disponível. De modo semelhante, ocorreu em 11 instituições (3,4%) no 1º monitoramento e em 12 instituições (3,7%) no 2º, ou seja, houve a oferta de 2 vagas desse tipo.

Para ambos os períodos, observaram-se 8 entidades (2,4%) com a oferta de 3 vagas, bem como 6 entidades (1,9%) com a oferta de 4 cada uma. Já outras 6 (1,9%), apresentaram 5 vagas, enquanto em 1 entidade (0,3%) havia 7, uma a menos que em outra instituição (0,3%), esta com 8 vagas.

No que tange ao fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento, conforme **Figura 30**, a seguir, verifica-se que praticamente todas as entidades mantiveram a mesma quantidade de vagas nos dois monitoramentos. Houve apenas a mudança em 1 instituição que, para o 1º monitoramento, não apresentou qualquer oportunidade de acesso desse tipo, mas no 2º ofereceu 2, o que deve ser visto, cumpre ressaltar, como uma observação positiva.

Figura 30: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas para mães nutrizes



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Já em relação às vagas para adulto masculino, os resultados estão apresentados na **Tabela 29**.

Tabela 29: Distribuição da quantidade de vagas para o público adulto masculino

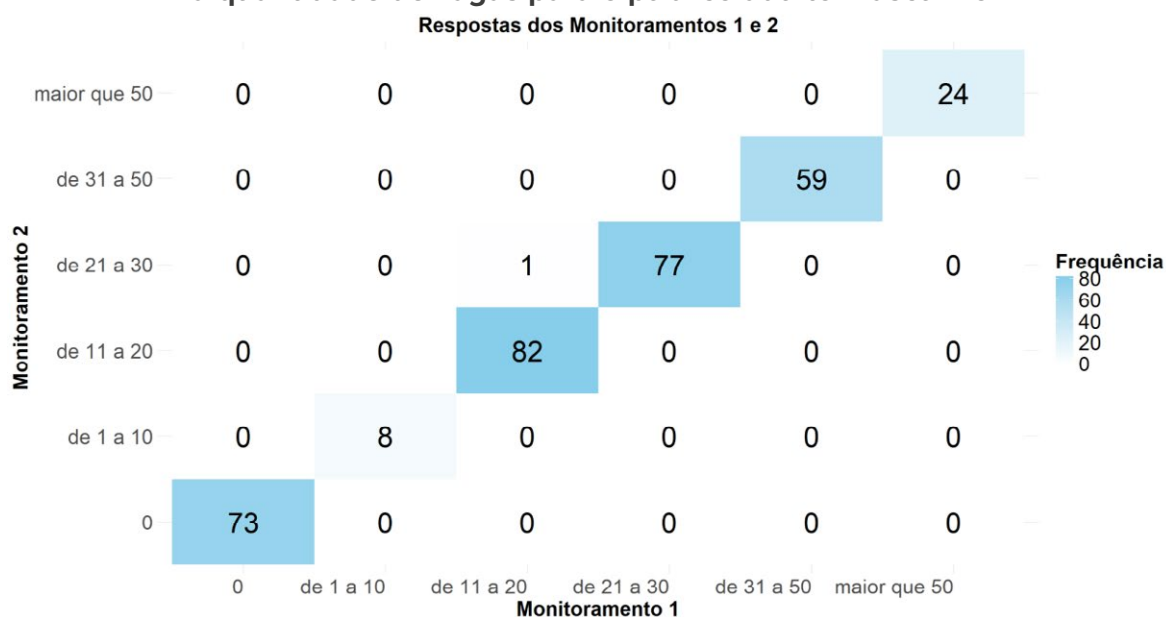
Quantidade de vagas para adulto masculino	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	73	22,5%	73	22,5%
de 1 a 10	8	2,5%	8	2,5%
de 11 a 20	83	25,6%	82	25,3%
de 21 a 30	77	23,8%	78	24,1%
de 31 a 50	59	18,2%	59	18,2%
maior que 50	24	7,4%	24	7,4%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Pode-se observar que 73 instituições (22,5%) não oferecem vagas para esse público. De modo distinto, 8 instituições (2,5%) oferecem de 1 a 10 vagas, enquanto 83 (25,6%) no 1º monitoramento e 82 (25,3%) no 2º ofertam de 11 a 20. Assim como estes últimos, 77 entidades (23,8%) no 1º monitoramento e 78 (24,1%) no 2º, de 21 a 30 vagas, enquanto 24 (7,4%) disponibilizam mais que 50 vagas para o público adulto masculino.

Quanto ao fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento, conforme **Figura 31**, a seguir, praticamente todas as entidades mantiveram a mesma quantidade dessas vagas em ambos os períodos. Houve apenas a mudança em 1 entidade que, para o 1º monitoramento apresentou de 11 a 20 vagas e, depois, no seguinte, essa mesma entidade apresentou de 21 a 30 para esse público.

Figura 31: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas para o público adulto masculino



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

E, no que concerne ao público feminino adulto, a distribuição da quantidade de vagas nas entidades está apresentada na **Tabela 30**.

Tabela 30: Distribuição da quantidade de vagas para o público adulto feminino

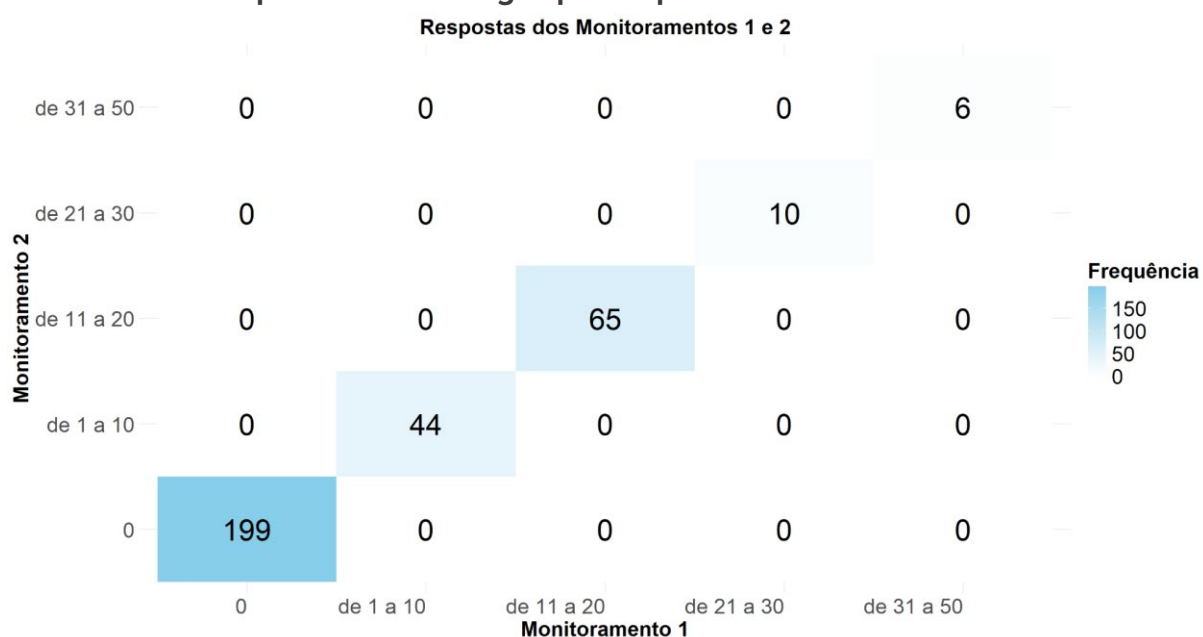
Quantidade de vagas para público feminino	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	199	61,4%	199	61,4%
de 1 a 10	44	13,6%	44	13,6%
de 11 a 20	65	20,1%	65	20,1%
de 21 a 30	10	3,1%	10	3,1%
de 31 a 50	6	1,9%	6	1,9%
Total	324	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Entre as 324 entidades analisadas, tanto no 1º quanto no 2º monitoramento, 199 entidades (61,4%) não oferecem vagas para essa população. Em contraste com isso, 44 (13,6%) oferecem de 1 a 10 vagas, 65 unidades (20,1%) proporcionam de 11 a 20, enquanto 10 (3,1%) oferecem de 21 a 30 vagas. Já um número menor das instituições, ou seja, 6 (1,9%) disponibilizam de 31 a 50.

Na sequência, a **Figura 32**. Nela, será possível notar, no que diz respeito à quantidade de vagas para o público adulto feminino, que não houve mudança alguma nas faixas de quantidade de vagas entre o 1º e 2º monitoramento.

Figura 32: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas para o público adulto feminino



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Outros dados informam, conforme a **Tabela 31**, que do total de 324 entidades, em 202 (62,3%) para o 1º monitoramento, e em 204 (63,0%) para o 2º, não há vagas ofertadas para a população adulta do gênero feminino. Já em 9 (2,8%) para o 1º monitoramento, e em 3 (0,9%) para o 2º, a capacidade total é de 1 a 10.

Em 31 entidades (9,6%) para o 1º monitoramento, e em 35 (10,8%) para o seguinte, a capacidade total de adulto feminino na entidade é de 11 a 20. Por sua vez, em 32 delas (9,9%), em ambos os períodos, a capacidade total de adulto feminino é de 21 a 30.

Já em 39 entidades (12,0%) para o 1º monitoramento, e em 37 (11,4%) para o 2º, a capacidade total de adulto feminino é de 31 a 50. Por fim, em 11 delas (3,4%) para o 1º monitoramento, e em 13 (4,0%) para o 2º, a capacidade total é de mais de 50.

Tabela 31: Distribuição da capacidade total para o público adulto feminino

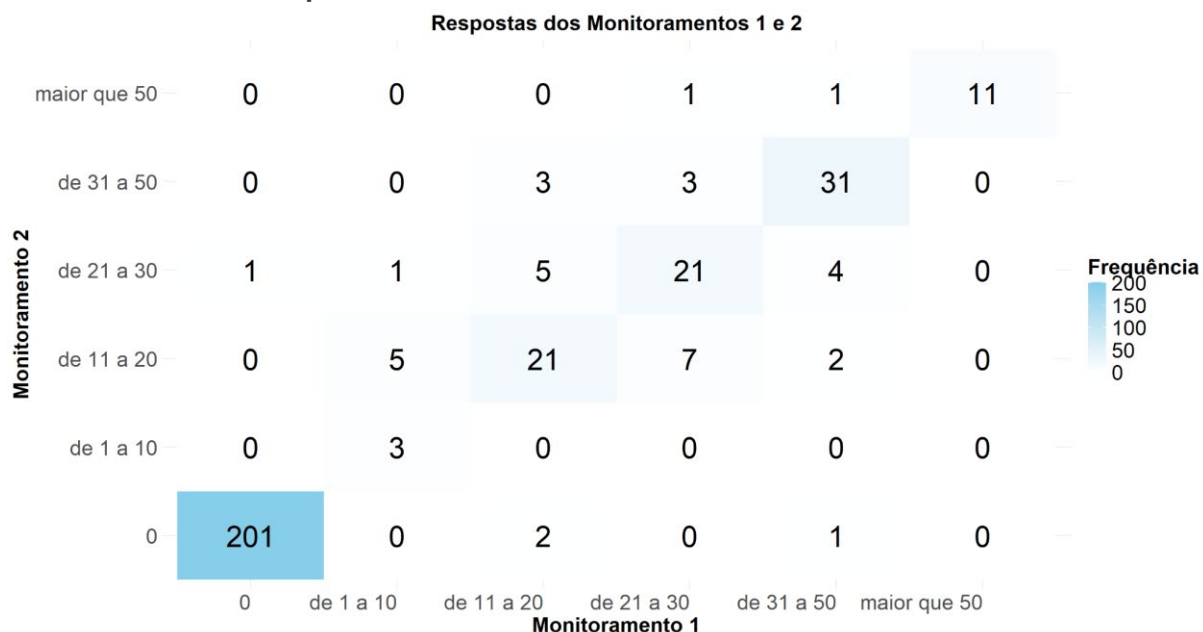
Capacidade total de adulto feminino na entidade	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	202	62,3%	204	63,0%
de 1 a 10	9	2,8%	3	0,9%
de 11 a 20	31	9,6%	35	10,8%
de 21 a 30	32	9,9%	32	9,9%
de 31 a 50	39	12,0%	37	11,4%
maior do que 50	11	3,4%	13	4,0%
Total	324	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

No tocante ao fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a capacidade total de adulto feminino na entidade, apresentado na **Figura 33**, notaremos que a maioria das entidades repetem a mesma situação no 2º ciclo, sobre a capacidade total. Ou seja: 201 têm capacidade total zero para esse público. Enquanto isso: a) para 3 delas, capacidade total de 1 a 10; b) para 21, capacidade total de 11 a 20; c) outras 21 têm capacidade total de 21 a 30; d) outras 31, de 31 a 50; e) e, por fim, 11 delas com um número acima de 50 vagas.

Apesar de minoria, algumas instituições alteraram a sua capacidade total entre o 1º e o 2º monitoramento. Destaque para 1 delas que, no 1º monitoramento, apresentou capacidade total zero e, no 2º, passou a ser de 21 a 30 vagas.

Figura 33: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a capacidade total de adulto feminino na entidade



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Em seguida, apresenta-se a **Tabela 32**, que expõe a distribuição de vagas destinadas à população adulta feminina contratadas e ocupadas pela União, por intermédio do Depad. No que se refere àquelas que realizavam atendimento a esse público, observa-se que apenas 1, tanto no 1º quanto no 2º monitoramento, não dispunha de vagas contratadas ou ocupadas pela União, evidenciando ampla adesão ao modelo de pactuação federal para esse segmento.

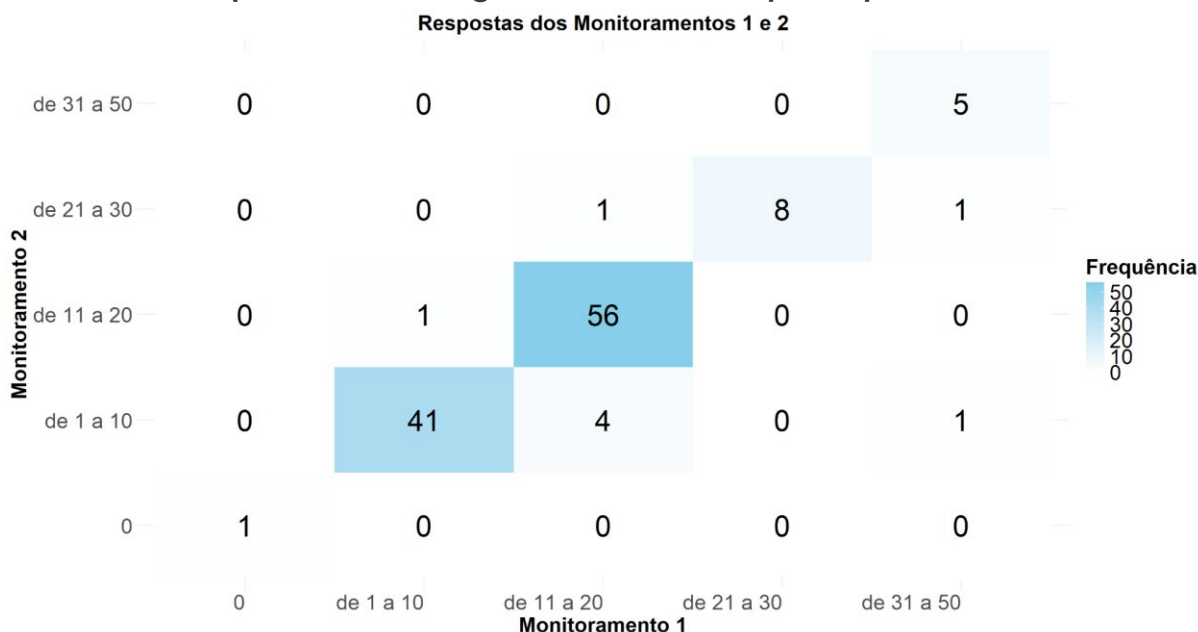
Tabela 32: Distribuição da quantidade de vagas para adulto feminino contratadas/ocupadas por órgão: União (Depad)

Quantidade de vagas para adulto feminino contratadas/ocupadas pela União (Depad)	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0	1	0,8%	1	0,8%
de 1 a 10	44	36,1%	46	38,7%
de 11 a 20	62	50,8%	58	47,9%
de 21 a 30	8	6,6%	10	8,4%
de 31 a 50	7	5,7%	5	4,2%
Total	122	100%	120	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Relativamente ao fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas ao público feminino contratadas/ocupadas pela União (Depad), a **Figura 34** traz algumas informações também importantes.

Figura 34: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas pela União



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

A partir da análise da **Figura 34**, observa-se que poucas instituições apresentaram alterações na quantidade de vagas contratadas para a União entre os dois monitoramentos. Entre essas mudanças, destaca-se o caso de 1 entidade cuja oferta de vagas passou de 1 a 10 para 11 a 20; outra, de 11 a 20 para 21 a 30 vagas; 4 entidades apresentaram redução de 11 a 20 para 1 a 10 vagas; 1 instituição teve queda significativa de 31 a 50 para o nível de 1 a 10 vagas; e, por fim, outra entidade reduziu sua oferta de 31 a 50 para 21 a 30 vagas.

Por sua vez, a **Tabela 33** exibe a distribuição de vagas para a população adulta feminina contratadas/ocupadas pelo Estado. Com relação às entidades que atendiam essa população, 95 no 1º monitoramento, enquanto 92 no 2º não possuem essas vagas.

Tabela 33: Distribuição da quantidade de vagas para o público adulto feminino contratadas/ocupadas por órgão: Estado

Quantidade de vagas para o público adulto feminino contratadas/ocupadas pelo Estado	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0	95	77,9%	92	77,3%
de 1 a 10	14	11,5%	14	11,8%
de 11 a 20	11	9,0%	13	10,9%
de 21 a 30	2	1,6%	0	0,0%
s/ informação	0	0,0%	3	0,9%
Total	122	100,0%	119	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Sobre o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas ao público feminino contratadas/ocupadas pelo Estado, a **Figura 35** demonstrará, na sequência, que a maioria das entidades manteve a quantidade na mesma faixa. Entre aquelas cujos números para o Estado mudaram de faixa, destacam-se 3 onde essa quantidade subiu de zero vaga para o nível de 1 a 10. Esse crescimento também ocorreu em outros casos, como em 1 instituição onde essa quantidade teve um acréscimo de zero para a faixa de 11 a 20, enquanto em outras 2 esses números eram, inicialmente, de 1 a 10, sendo depois de 11 a 20 vagas.

Por outro lado, em 5 entidades observou-se redução na quantidade de vagas contratadas para o Estado. Em um caso, a oferta caiu de 1 a 10 vagas para zero; em outra, de 11 a 20 também para nenhuma vaga, situação semelhante à de uma terceira instituição, que reduziu de 21 a 30 para zero. Em outro caso, a quantidade passou de 11 a 20 para 1 a 10 vagas, enquanto, por fim, uma entidade que inicialmente oferecia de 21 a 30 vagas apresentou redução para a faixa de 11 a 20 no 2º monitoramento.

Figura 35: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas pelo Estado



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Já a **Tabela 34** exibe a distribuição de vagas para a população adulta feminina contratadas/ocupadas pelo Município. Com relação às entidades que atendiam essa população, 95 no 1º monitoramento, enquanto 94 no 2º não possuem vagas contratadas/ocupadas a partir dessa esfera.

Tabela 34: Distribuição da quantidade de vagas para adulto feminino contratadas/ocupadas por órgão: Município

Quantidade de vagas para adulto feminino contratadas/ocupadas pelo Município	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0	95	77,9%	94	79,0%
de 1 a 10	21	17,2%	21	17,6%
de 11 a 20	6	4,9%	3	2,5%
de 21 a 30	0	0,0%	1	0,8%
s/ informação	0	0,0%	3	0,9%
Total	122	100,0%	119	100,0%

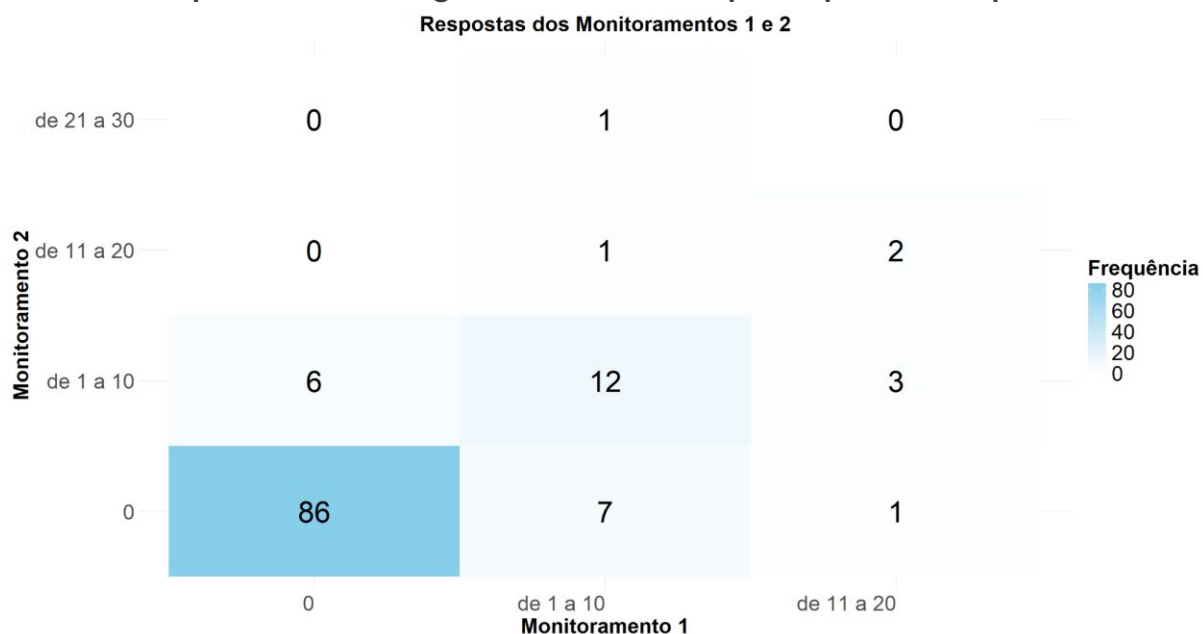
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

A **Figura 36** apresenta o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas do público feminino contratadas/ocupadas pelo Município. Nesse caso, a maioria das entidades manteve a quantidade de vagas para o estado na mesma faixa.

Entre as entidades cujas quantidades de vagas para o Município mudaram de faixa, destacam-se 6 onde esse número subiu de zero para 1 a 10 vagas. Em outra, antes de 1 a 10; depois, de 11 a 20. Semelhantemente, em 1 instituição, de 1 a 10 vagas para outro nível, ou seja, de 21 a 30 vagas.

De modo contrário, em 11 entidades houve diminuição na quantidade de vagas para o Município. Em 7, reduziu-se o número de 1 a 10 para zero. Em outra, de 11 a 20 também para nenhuma. Para finalizar, em 3 instituições, os números eram de 11 a 20, porém depois de 1 a 10.

Figura 36: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas pelo Município



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Agora, concernente à distribuição de vagas para a população adulta feminina contratadas/ocupadas de forma particular, cumpre analisar o que consta na **Tabela 35**, como segue. Com relação às entidades que atendiam essa população, 48 entidades no 1º monitoramento, e 23 no 2º não possuem vagas contratadas/ocupadas de forma particular.

Tabela 35: Distribuição da quantidade de vagas para o público adulto feminino contratadas/ocupadas de forma particular

Quantidade de vagas para o público adulto feminino contratadas/ocupadas de forma particular	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0	48	39,3%	23	19,3%
de 1 a 10	41	33,6%	48	40,3%
de 11 a 20	20	16,4%	34	28,6%
de 21 a 30	10	8,2%	8	6,7%
de 31 a 50	3	2,5%	6	5,0%
s/ informação	0	0,0%	3	0,9%
Total	122	100,0%	119	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

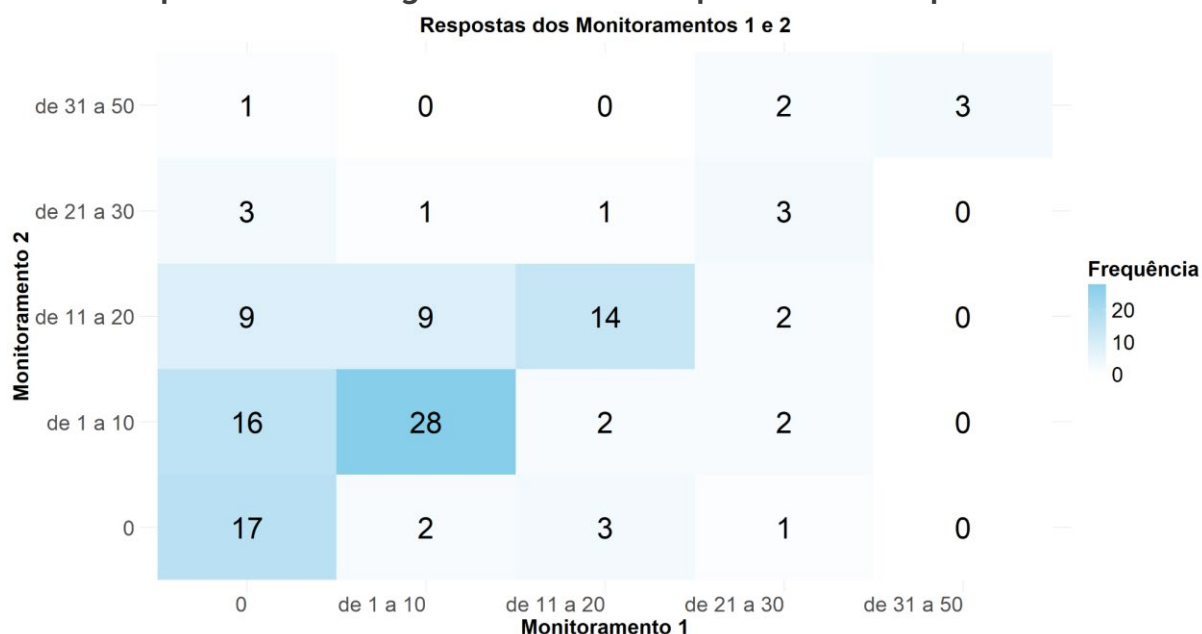
Logo após, na **Figura 37** o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas do referido público. Como se observa, a maioria das entidades manteve a quantidade de vagas para o Estado na mesma faixa.

Entre as entidades cujas quantidades de vagas particulares mudaram de faixa, destacam-se 16. Nestas, o número subiu de zero para o nível de 1 a 10 vagas. Somado a isso, em 9 delas o número era zero, mas depois foi de 11 a 20. O aumento de vagas também ocorreu em 3 instituições, deixando de ser zero e passando a ser de 21 a 30.

Em 1 entidade, a quantidade subiu de zero para a faixa de 31 a 50. Já em 9, antes era de 1 a 10, mas depois de 11 a 20. Também em 1 delas a quantidade subiu, mas desta vez de 11 a 20 para 21 a 30. Em outra, subiu de 11 a 20 para o nível de 21 a 30 vagas.

Por outro lado, em 12 entidades houve diminuição na quantidade de vagas destinadas ao Município. Em 6 delas, por exemplo, havia alguma no 1º monitoramento; no entanto, no 2º, passou para zero.

Figura 37: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas de forma particular



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Antes da análise sobre as vagas ociosas, vale destacar que os registros sobre as vagas ocupadas foram realizados de forma distinta no 1º e no 2º monitoramento. Se antes o registro foi do número de vagas ocupadas pelo público feminino na data da visita, depois o registro foi referente ao número de vagas Depad para adulto feminino ocupadas na data da visita. Diante dessa diferença, nesta seção os dados serão expostos separadamente para cada um dos monitoramentos, e, em razão desse procedimento, não será possível realizar a comparação nem apresentar o fluxo de mudança entre ambos.

Quanto à referida distribuição de vagas ociosas na data da visita do 1º monitoramento, na sequência será apresentada a **Tabela 36**. A quantidade dessas vagas foi calculada pela diferença entre a capacidade total da entidade para o público feminino e a quantidade de vagas ocupadas na data da visita. Veja que, coerente com os valores apresentados na **Tabela 35**, a quantidade de entidades consideradas no 1º monitoramento é 122, equivalente à quantidade cuja capacidade para o público feminino é diferente de zero.

Os dados apresentados na tabela indicam que, entre as 122 entidades com alguma capacidade para atendimento à população feminina no 1º monitoramento, a ocupação das vagas variava de forma significativa. Em 3 (2,5%), não havia vaga ociosa, indicando que toda a capacidade estava ocupada; em 34 (27,9%), havia de 1 a 10 vagas ociosas; em 53 (43,4%), de 11 a 20 vagas; em 19 (15,6%), de 21 a 30; em 10 (8,2%), de 31 a 50; e, por fim, três entidades (2,5%) possuíam mais de 50 vagas ociosas, evidenciando diferentes níveis de utilização da capacidade instalada.

Tabela 36: Distribuição da quantidade de vagas ociosas para o público adulto feminino

(a) Total de vagas ociosas - 1º monitoramento			(b) Vagas ociosas Depad - 2º monitoramento		
Quantidade de vagas ociosas para o público adulto feminino	1º monitoramento		Quantidade de vagas Depad ociosas para o público adulto feminino	1º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem		Frequência	Porcentagem
0	3	2,5%	0	38	31,7%
de 1 a 10	34	27,9%	de 1 a 10	67	55,8%
de 11 a 20	53	43,4%	de 11 a 20	12	10,0%
de 21 a 30	19	15,6%	de 21 a 30	2	2,5%
de 31 a 50	10	8,2%	de 31 a 50	0	0%
maior que 50	3	2,5%	maior que 50	0	0%
Total	122	100,0%	Total	120	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

A **Tabela 36 (b)** apresenta a distribuição da quantidade de vagas Depad ociosas para o público adulto feminino na data da visita do 2º monitoramento. Vale dizer que a quantidade de vagas ociosas foi calculada pela diferença entre a capacidade de vagas Depad da entidade para o público feminino e a quantidade de vagas Depad ocupadas na data da visita.

Veja que, coerente com os valores apresentados na **Tabela 32**, que apresenta a quantidade de vagas para adulto feminino contratadas/ocupadas pela União, a quantidade de entidades consideradas no 2º monitoramento é 120, número equivalente à quantidade cuja capacidade Depad para o público feminino é diferente de zero.

Os valores da **Tabela 36 (b)** mostram que, entre as 120 entidades com alguma vaga Depad para o público feminino no 2º monitoramento: 38 (31,7%) delas têm zero vaga ociosa, ou seja, toda a sua capacidade está ocupada; enquanto 67 (55,8%) têm de 1 a 10 vagas ociosas; 12 (10,0%) têm de 11 a 20; e por fim, 2 (2,5%) têm de 21 a 30 dessas vagas.

Por sua vez, no que se refere à distribuição da quantidade de vagas para o público adulto masculino, a **Tabela 37** observa que, do total de 324 entidades, em 76 entidades (23,5%) para o 1º monitoramento, e em 75 (23,1%) para o 2º, não há vagas ofertadas.

Tabela 37: Distribuição da quantidade de vagas para o público adulto masculino

Capacidade total de adulto masculino na entidade	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0	76	23,5%	75	23,1%
de 1 a 10	1	0,3%	1	0,3%
de 11 a 20	13	4,0%	6	1,9%
de 21 a 30	34	10,5%	36	11,1%
de 31 a 50	72	22,2%	75	23,1%
maior que 50	128	39,5%	131	40,4%
Total	324	100,0%	324	100,0%

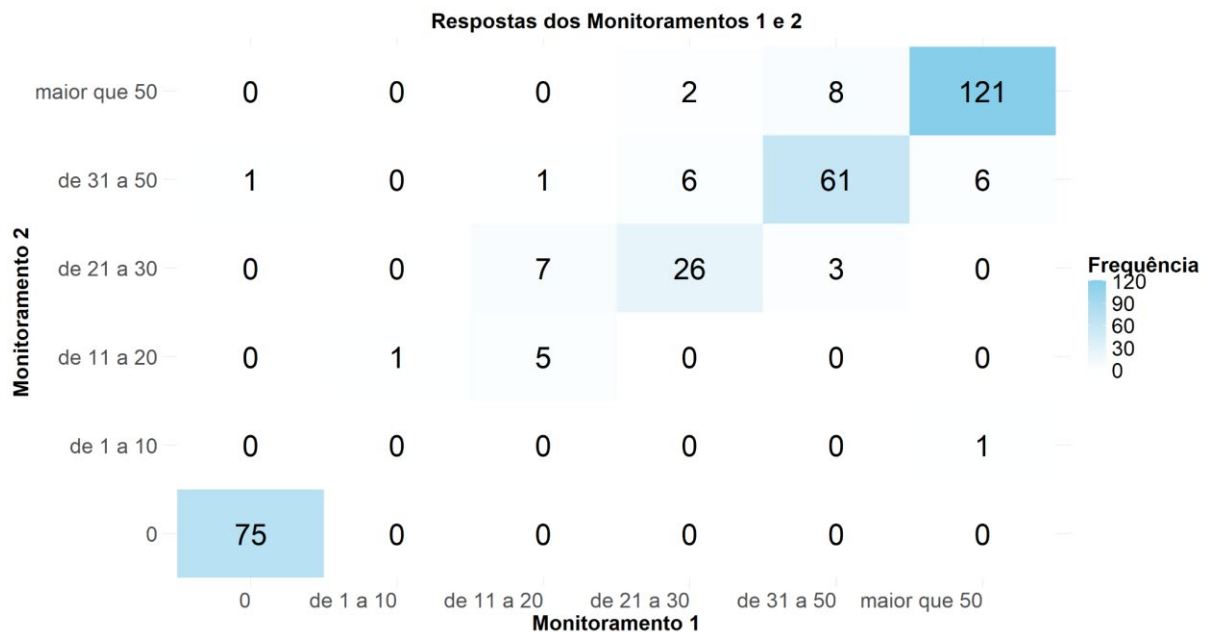
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Em 1 (0,3%), tanto no 1º quanto 2º monitoramento, a capacidade total de vagas para adulto masculino é de 1 a 10. Já em 13 entidades (4,0%) para o 1º monitoramento, e em 6 (1,9%) para o 2º, é de 11 a 20.

Além disso, em 34 entidades (10,5%) para o 1º monitoramento e em 36 (11,1%) para o 2º, a capacidade total de adulto masculino é de 21 a 30 vagas. Em outras 72 (22,2%), para o 1º monitoramento, e em 75 (23,1%) para o 2º, é de 31 a 50. Por fim, uma grande parcela das instituições, isto é, em 128 (39,5%), para o 1º monitoramento, e em 131 (40,4%) para o 2º, a capacidade total é de mais de 50.

Já o fluxo de mudança entre os dois monitoramentos para a capacidade total de adulto masculino na entidade, apresentado na **Figura 38**, demonstra que a maioria dessas instituições repetiu a mesma situação do 1º no 2º período de coleta de dados. Vale destacar que, em 26 entidades, a quantidade de vagas para esse público aumentou de um monitoramento para outro, porém em 10 esse número apresentou um decréscimo.

Figura 38: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a capacidade total de adulto masculino na entidade



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Logo a seguir, a **Tabela 38** apresentará a distribuição de vagas para a população adulta masculina contratadas/ocupadas pela União (Depad). Veja que, coerente aos valores apresentados na **Tabela 37**, a quantidade de entidades consideradas no 1º monitoramento é 248, enquanto no 2º apresenta um leve acréscimo para 249. Esses valores representam o total de instituições em cada monitoramento com capacidade diferente de zero para o público masculino. Cabe assinalar também que, referentemente às entidades que atendiam essa população, apenas 1 no 1º monitoramento, enquanto nenhuma no 2º, não possui vagas contratadas/ocupadas pela União (Depad).

Tabela 38: Distribuição da quantidade de vagas para o público adulto masculino contratadas/ocupadas por órgão: União (Depad)

Quantidade de vagas para o público adulto masculino contratadas/ocupadas pela União (Depad)	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	1	0,4%	0	0,0%
de 1 a 10	8	3,2%	8	3,2%
de 11 a 20	84	33,7%	84	33,7%
de 21 a 30	73	29,3%	75	30,1%
de 31 a 50	60	24,1%	60	24,1%
maior que 50	23	9,2%	22	8,9%
Total	249	100,0%	249	100,0%

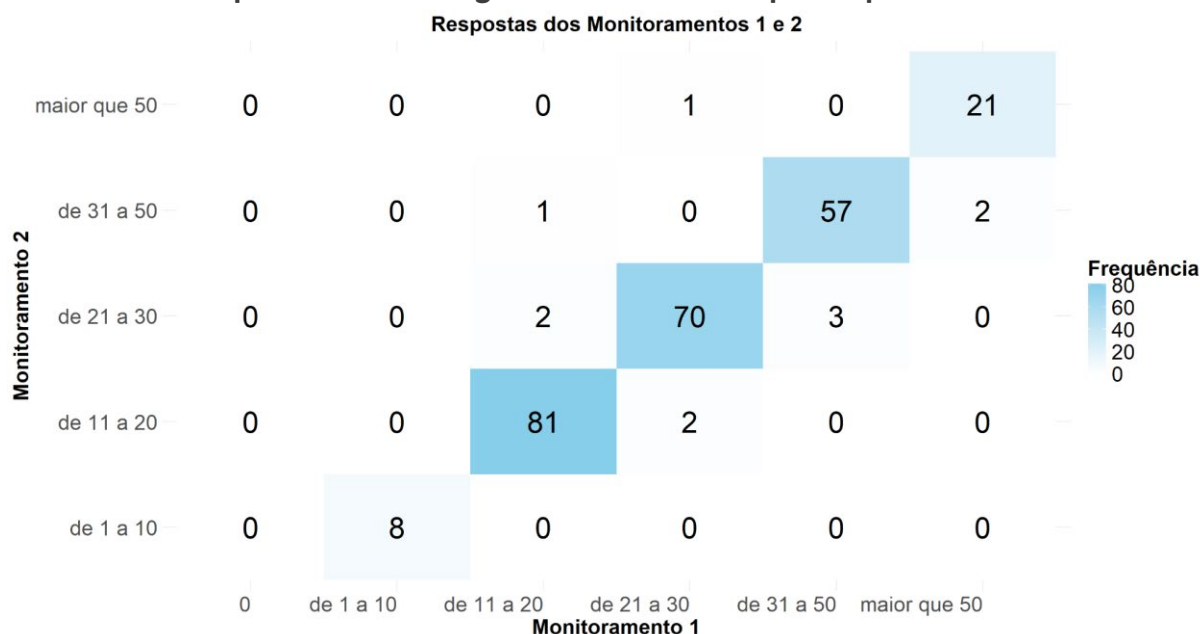
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

A **Figura 39** apresenta o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas do público masculino contratadas/ocupadas pela União (Depad). Percebe-se que poucas

instituições alteraram a quantidade de vagas para a União de um monitoramento para outro. Entre as que mudaram, destacam-se 2 onde essa quantidade subiu para o nível de 21 a 30 (antes, era de 11 a 20), enquanto em outra houve um acréscimo de 11 a 20 para o nível de 31 a 50. Assim como essas, outras também apresentaram aumentos, como em 1 instituição onde subiu de 21 a 30 para maior que 50.

Por outro lado, em 7 entidades a quantidade de vagas para esse público diminuiu. Em 2 delas, se antes a oferta era de 21 a 30, depois passou para o nível de 11 a 20, enquanto em 3 essa quantidade caiu de 31 a 50 para o nível de 21 a 30. Por fim, em 2, houve um decréscimo de maior que 50 para números de 31 a 50.

Figura 39: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas pela União



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Na **Tabela 39**, nota-se a distribuição de vagas para a população adulta masculina contratadas/ocupadas pelo Estado. Com relação às entidades que atendiam essa população, 187 no 1º monitoramento, e 186 no 2º, não possuem vagas contratadas/ocupadas.

Tabela 39: Distribuição da quantidade de vagas para o público adulto masculino contratadas/ocupadas por órgão: Estado

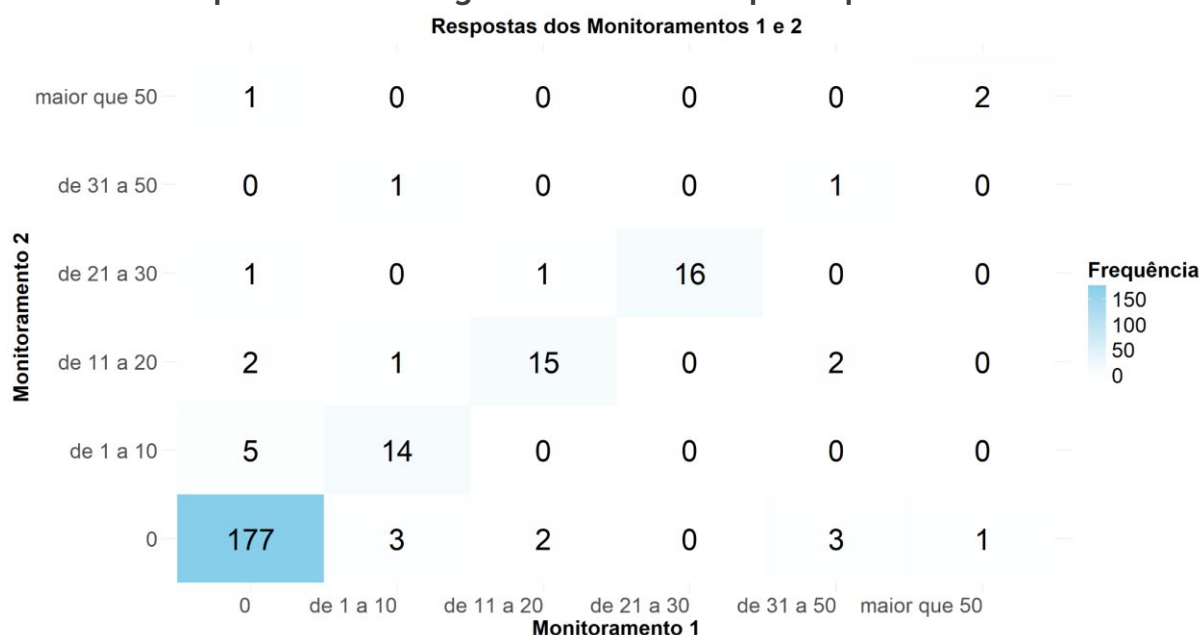
Quantidade de vagas para o público adulto masculino contratadas/ocupadas pelo Estado	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0	187	75,1%	186	75,0%
de 1 a 10	19	7,6%	19	7,7%
de 11 a 20	18	7,2%	20	8,1%
de 21 a 30	16	6,4%	18	7,3%

Quantidade de vagas para o público adulto masculino contratadas/ ocupadas pelo Estado	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
de 31 a 50	6	2,4%	2	0,8%
maior que 50	3	1,2%	3	1,2%
s/ informação	0	0,0%	1	0,4%
Total	249	100,0%	248	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Quanto ao fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas do público masculino contratadas/ocupadas pelo Estado, cabe pontuar que a maioria das entidades manteve a mesma oferta. Entre aquelas cujos números mudaram de faixa, destacam-se 9 onde, no 1º monitoramento, era zero, mas depois passou para alguma vaga no 2º. Por outro lado, outras 9 que ofereciam alguma no 1º monitoramento, já no 2º não ofertaram nenhuma.

Figura 40: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas pelo Estado



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

E, quanto à distribuição de vagas para a população adulta masculina contratadas/ocupadas pelo Município, cabe analisar o que apresenta a Tabela 40. Nesse contexto, com relação às entidades que atendiam essa população, 170 no 1º monitoramento e 175 no 2º não possuem vagas.

Tabela 40: Distribuição da quantidade de vagas para o público adulto masculino contratadas/ocupadas por órgão: Município

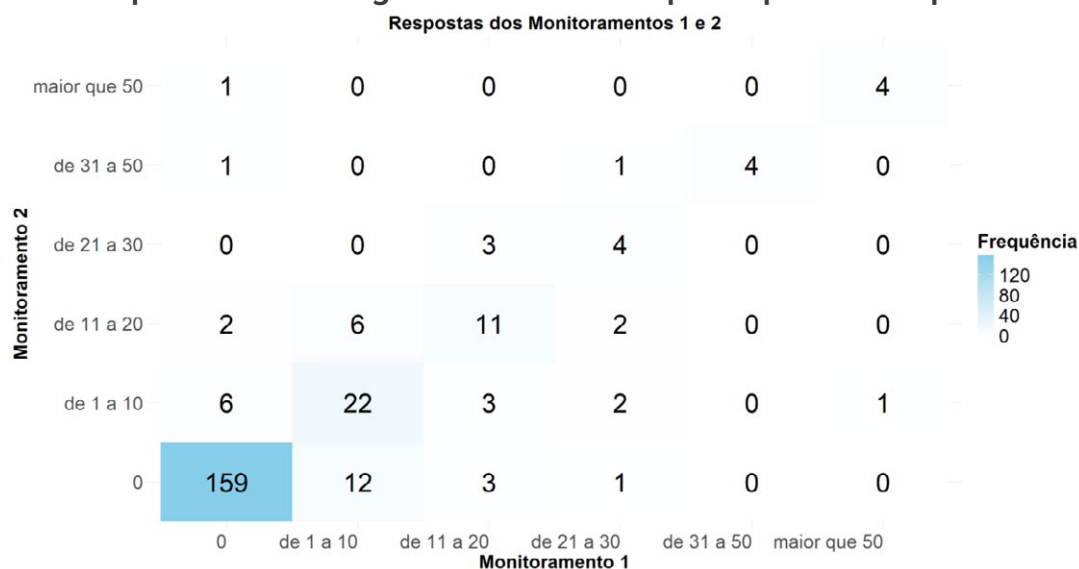
Quantidade de vagas para o público adulto masculino contratadas/ocupadas pelo Município	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0	170	68,3%	175	70,6%
de 1 a 10	40	16,1%	34	13,7%
de 11 a 20	20	8,0%	21	8,5%
de 21 a 30	10	4,0%	7	2,8%
de 31 a 50	4	1,6%	6	2,4%
maior que 50	5	2,0%	5	2,0%
s/ informação	0	0,0%	1	0,4%
Total	249	100,0%	248	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Agora, quanto ao fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas do público masculino contratadas/ocupadas pelo Município (Figura 41), vale, antes de qualquer outra observação, notar que a maioria das entidades manteve a quantidade de vagas para o Estado na mesma faixa.

Entre aquelas cujas quantidades de vagas para o Município mudaram de faixa, destacam-se 10 onde esse número subiu de zero vaga no 1º monitoramento para alguma vaga no 2º. Por outro lado, 16 delas ofereciam alguma vaga no 1º monitoramento, porém nenhuma no 2º.

Figura 41: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas pelo Município



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Já em relação à distribuição de vagas para a população adulta masculina contratadas/ocupadas de forma particular, observemos a **Tabela 41**. Com relação às entidades que atendiam essa população, 109 no 1º monitoramento, e 38 no 2º, não possuem vagas contratadas/ocupadas.

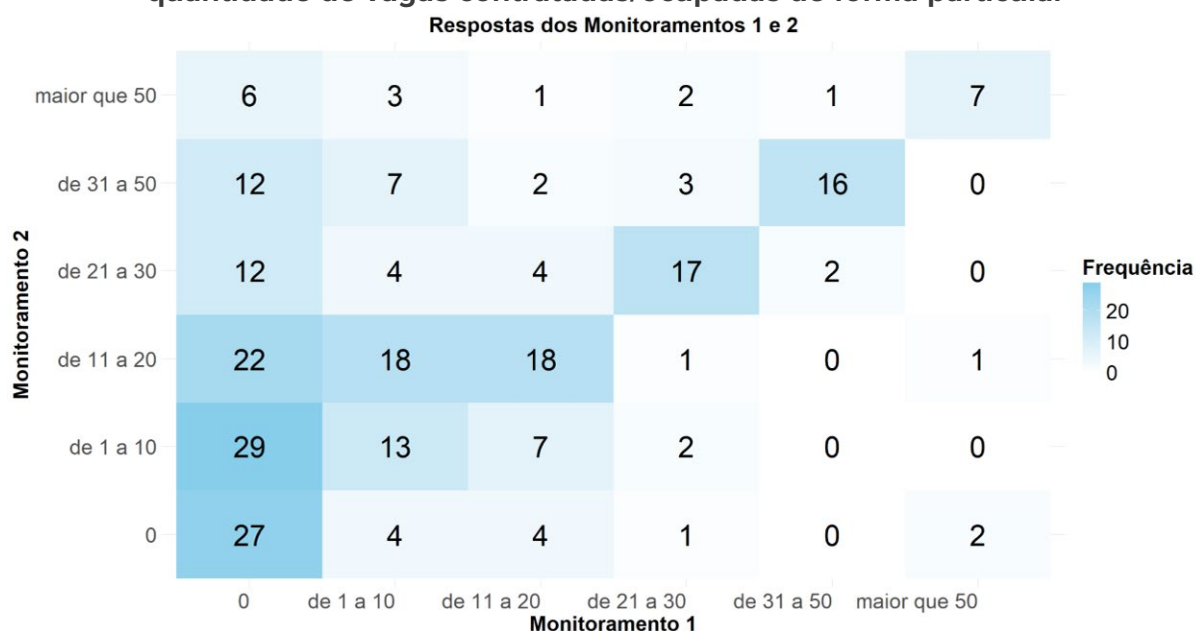
Tabela 41: Distribuição da quantidade de vagas para o público adulto masculino contratadas/ocupadas de forma particular

Quantidade de vagas para o público adulto masculino contratadas/ocupadas de forma particular	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0	109	43,8%	38	15,3%
de 1 a 10	49	19,7%	51	20,6%
de 11 a 20	36	14,5%	60	24,2%
de 21 a 30	26	10,4%	39	15,7%
de 31 a 50	19	7,6%	40	16,1%
maior que 50	10	4,0%	20	8,1%
s/ informação	0	0,0%	1	0,4%
Total	249	100,0%	248	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Na sequência, na **Figura 42**, está o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas do público masculino contratadas/ocupadas de forma particular. Uma informação que se destaca é a grande quantidade de entidades que saíram de zero vaga particular para a oferta de algumas vagas. Por exemplo, 29 mudaram de zero para a faixa de 1 a 10, enquanto em 22 havia nenhuma vaga, mas depois passaram a configurar na faixa de 11 a 20. Além disso, em outras 12, antes zero, depois figuraram de 21 a 30, assim com em outras 12 entidades que mudaram de nenhuma para números de 31 a 50, bem como 6 entidades que no 1º monitoramento não havia vaga particular, mas no 2º o número foi maior do que 50.

Figura 42: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas de forma particular



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Antes da análise sobre as vagas ociosas, vale destacar que, para o 1º monitoramento, não houve registros sobre o número de vagas ocupadas para o público masculino na data da visita. Já para o 2º, temos o registro do número de vagas Depad na data da visita. Diante dessa situação, nesta seção, os dados apresentados referem-se apenas ao 2º monitoramento. E, por conseguinte, não será possível realizar a comparação nem apresentar o fluxo de mudança entre os dois períodos.

Logo à frente, a **Tabela 42** apresentará a **distribuição da quantidade de vagas Depad ociosas para o público masculino na data da visita do 2º monitoramento**. Esse número foi calculado pela diferença entre a capacidade de vagas Depad da entidade para esse público e a quantidade de vagas Depad ocupadas por esse mesmo público na data da visita. Veja que, coerente com os valores apresentados na **Tabela 38**, que apresenta o montante de vagas para o público masculino contratadas/ocupadas pela União (Depad), o número de entidades consideradas no 2º monitoramento é 249, equivalente à quantidade cuja capacidade Depad para o público masculino é diferente de zero.

Segundo os valores da **Tabela 42**, entre as 249 entidades com alguma vaga desse tipo para o público masculino no 2º monitoramento, 14 (31,1%) delas têm zero vaga ociosa, ou seja, toda a sua capacidade está ocupada. Além disso, 22 (48,9%) têm de 1 a 3 ociosa(s), 8 delas (17,8%) têm de 4 a 6, e somente 1 (2,2%) possui de 7 a 9 vagas ociosas.

Tabela 42: Distribuição das vagas ociosas Depad para o público masculino - 2º monitoramento

Quantidade de vagas Depad ociosas para o público masculino	2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem
0	96	38,6%
de 1 a 10	124	49,8%
de 11 a 20	22	8,8%
de 21 a 30	4	1,6%
de 31 a 50	2	0,8%
mais de 50	1	0,4%
Total	249	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

A próxima tabela, ou seja, a 43, revela que do total de 324 entidades, em 282 entidades (87%) para o 1º monitoramento, e em 280 (86,4%) para o 2º, não há vagas ofertadas para a população de mães nutrizes. Em 42 entidades (13%) para o 1º e em 43 (13,3%) para o 2º, a capacidade total de vagas para esse público é de 1 a 10. Em apenas 1 entidade (0,3%) para o 2º monitoramento, a oferta é de 11 a 20, sendo que no 1º monitoramento nenhuma das instituições desta análise apresentou vagas para o referido público.

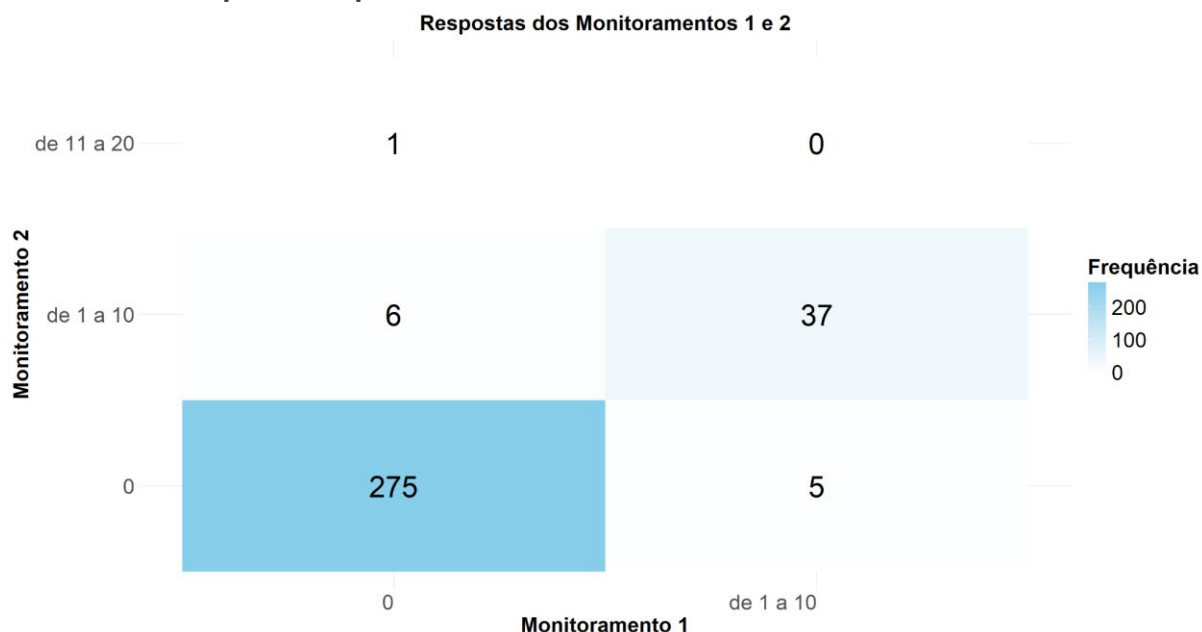
Tabela 43: Distribuição da quantidade de vagas para o público de mães nutrizes

Capacidade total de mães nutrizes na entidade	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0	282	87%	280	86,4%
de 1 a 10	42	13%	43	13,3%
de 11 a 20	0	0%	1	0,3%
Total	324	100%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Acerca do fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a capacidade total de mães nutrizes, apresentado na Figura 43, notem-se as entidades cuja quantidade de vagas mudou de faixa. Em 7 delas, a alteração foi para uma maior oferta para esse público no 2º monitoramento quando comparado com o 1º. De outro modo, 5 fecharam as vagas desse tipo entre o 1º e o 2º período.

Figura 43: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a capacidade total de mães nutrizes na entidade



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

E, no que tange à distribuição de vagas contratadas/ocupadas pela União (Depad) para esse mesmo público, a **Tabela 44** aponta que, com relação às entidades que atendiam essa população, 4 (9,5%) no 1º monitoramento, e no 2º não as possuem. Por sinal, a grande maioria com esse tipo de oferta, 38 (90,5%) no 1º monitoramento e 40 (90,9%) no 2º, reservam de 1 a 10 para a União.

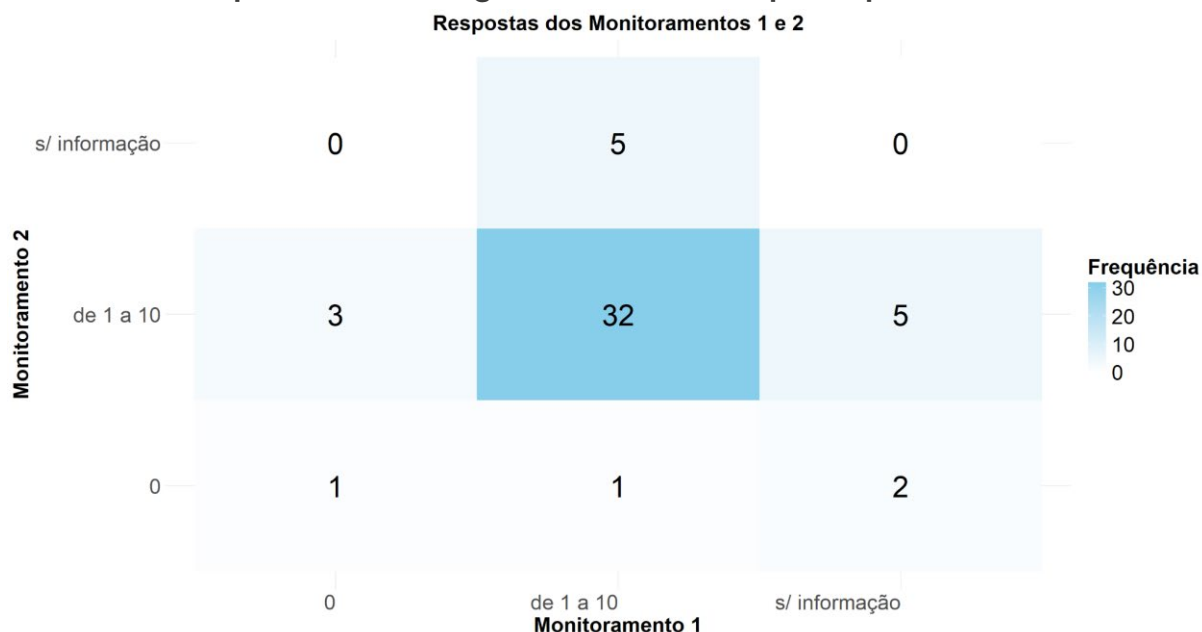
Tabela 44: Distribuição da quantidade de vagas para mães nutrizes contratadas/ocupadas por órgão: União (Depad)

Quantidade de vagas para mães nutrizes contratadas/ocupadas pela União (Depad)	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	4	9,5%	5	9,1%
de 1 a 10	38	90,5%	40	90,9%
s/ informação	7	16,7%	0	11,4%
Total	42	100,0%	45	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Já na **Figura 44**, o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas do público de mães matrizes contratadas/ocupadas pela União (Depad). A maioria delas, isto é, 32 de 49, ofereciam, para a União, em ambos os monitoramentos, de 1 a 10 vagas destinadas a esse público.

Figura 44: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas pela União



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Na **Tabela 45**, vale notar que, com relação às entidades que atendiam essa população, 40 no 1º monitoramento, e 44 no 2º, não possuem vagas contratadas/ocupadas pelo Estado.

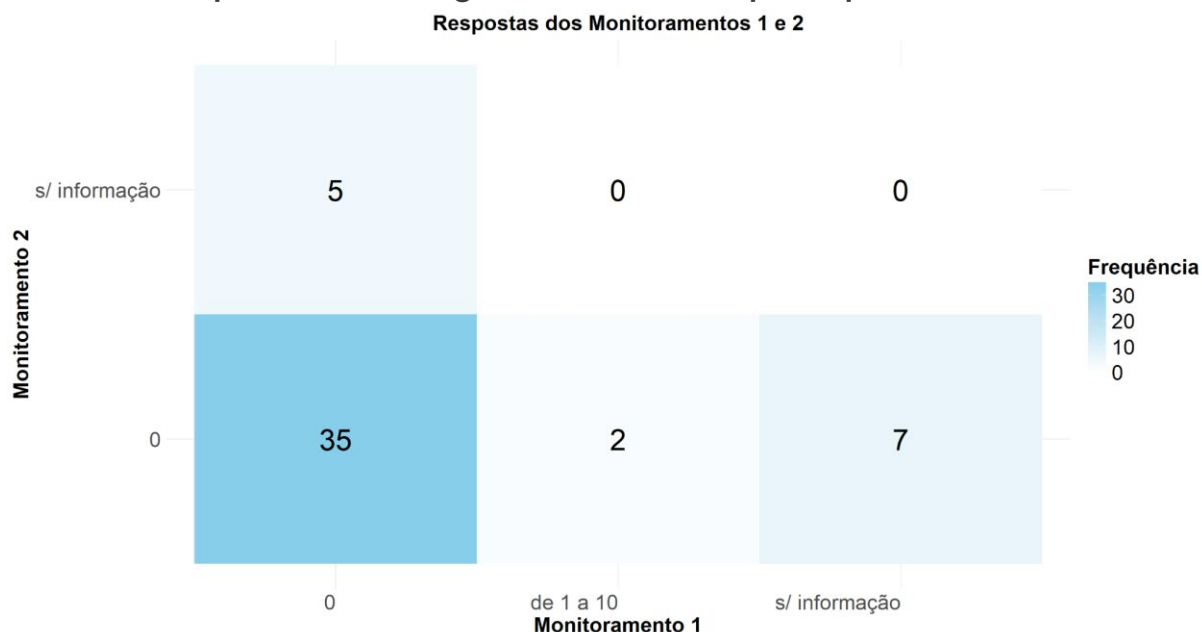
Tabela 45: Distribuição da quantidade de vagas para mães nutrizes contratadas/ocupadas por órgão: Estado

Quantidade de vagas para mães nutrizes contratadas/ocupadas pelo Estado	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0	40	95,2%	44	100,0%
de 1 a 10	2	4,8%	0	0,0%
s/ informação	7	16,7%	5	11,4%
Total	42	100,0%	44	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

E, observando a **Figura 45**, sobre o fluxo de mudança entre dois períodos para a quantidade de vagas do público de mães nutrizes contratadas/ocupadas pelo Estado, percebe-se que a maioria das entidades, ou seja, 35 de 49, não as ofereciam.

Figura 45: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas pelo Estado



Referentemente à distribuição de vagas para a população de mães nutrizes contratadas/ocupadas pelo Município, vale notar o que consta na Tabela 46. Sobre as entidades que atendiam essa população, 40 (95,2%) no 1º monitoramento e 43 (97,7%) no 2º, não possuem vagas contratadas/ocupadas.

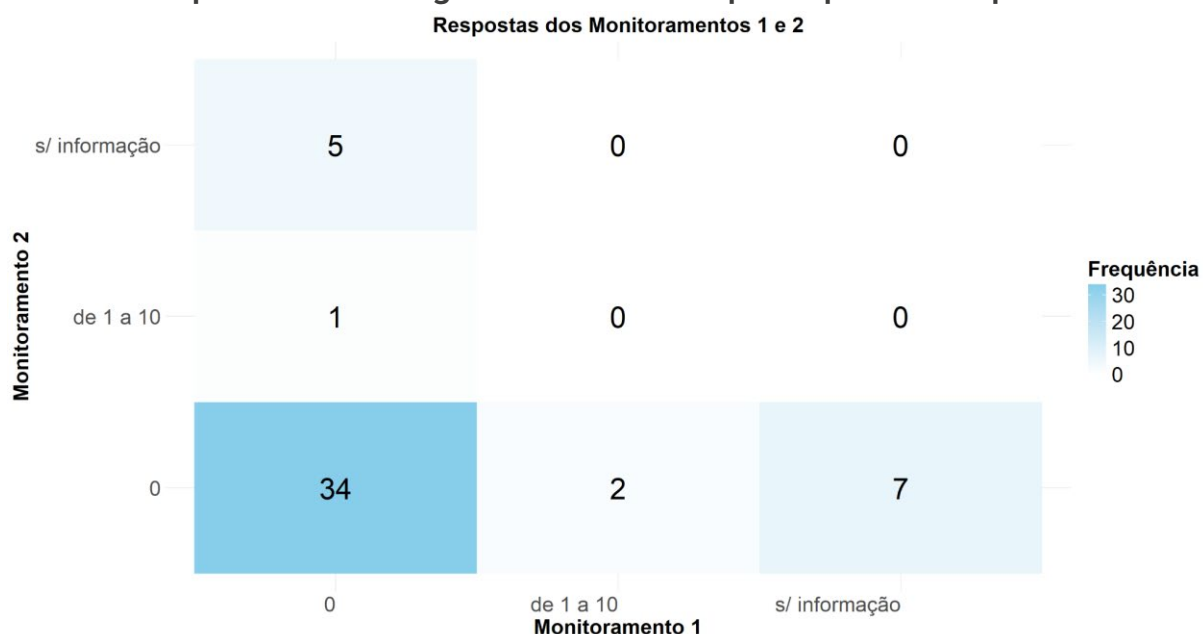
Tabela 46: Distribuição da quantidade de vagas para mães nutrizes contratadas/ocupadas por órgão: Município

Quantidade de vagas para mães nutrizes contratadas/ocupadas pelo Município	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0	40	95,2%	43	97,7%
de 1 a 10	2	4,8%	1	2,3%
s/ informação	7	16,7%	5	11,4%
Total	42	100,0%	44	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Já no que concerne ao fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas, convém analisar o que a Figura 46 apresenta. Entre as 49 entidades consideradas, 34 não possuíam vagas para mães nutrizes destinadas ao Município nos dois períodos. Diferentemente disso, em 1 o número de vagas de subiu de zero, no 1º monitoramento, para a faixa de 1 a 10 no 2º. Por outro lado, 2 entidades reduziram o número entre o 1º e o 2º monitoramento, passando de 1 a 10 vagas ofertadas para nenhuma vaga.

Figura 46: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas pelo Município



E, no que diz respeito à distribuição de vagas para a população de mães nutrizes contratadas/ocupadas de forma particular, segue a **Tabela 47**.

Tabela 47: Distribuição da quantidade de vagas para mães nutrizes contratadas/ocupadas de forma particular

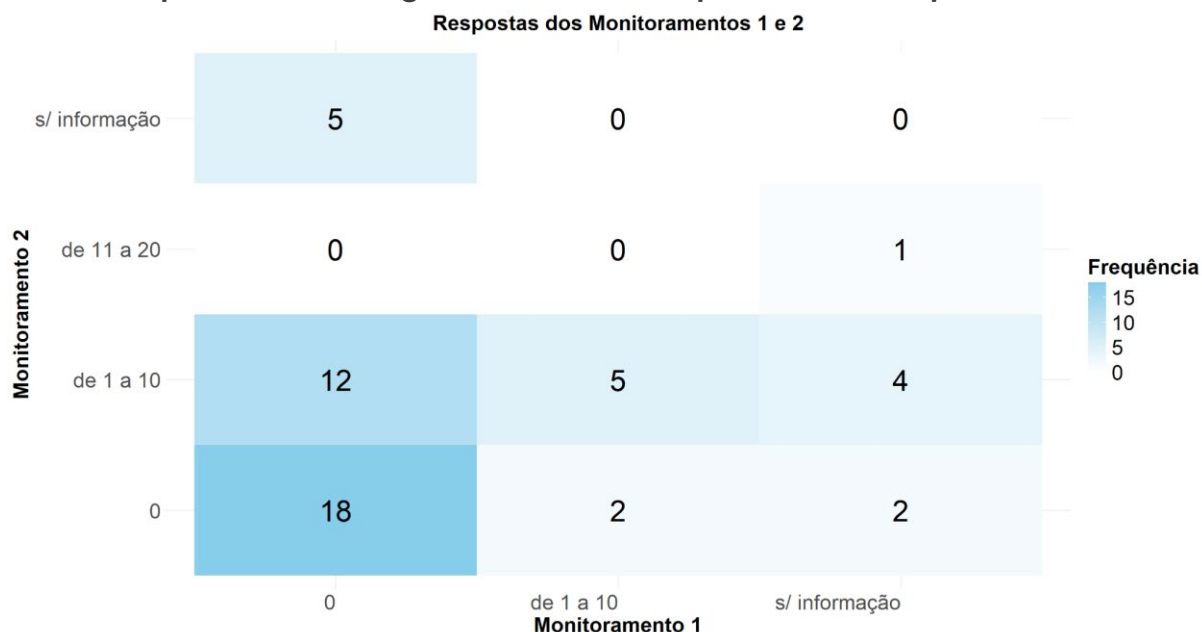
Quantidade de vagas para mães nutrizes contratadas/ocupadas de forma particular	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0	35	83,3%	22	50,0%
de 1 a 10	7	16,7%	21	47,7%
de 11 a 20	0	0,0%	1	2,3%
s/ informação	7	16,7%	5	11,4%
Total	42	100,0%	44	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Com relação às entidades que atendiam essa população, 35 no 1º monitoramento, e 22 no 2º, não possuem vagas contratadas/ocupadas. Destaca-se aqui o aumento do número de entidades de 1 a 10 vagas de mães nutrizes particulares. No 1º monitoramento, eram 7, enquanto isso no 2º triplicou, chegando a 21 que oferecem de 1 a 10 vagas desse tipo.

Sobre o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade dessas vagas contratadas/ocupadas de forma particular, observe-se a **Figura 47**. Aqui, novamente se destaca o fato de uma grande quantidade de entidades sem essas vagas no 1º monitoramento, mas que, depois, no seguinte, passaram a oferecê-las.

Figura 47: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a quantidade de vagas contratadas/ocupadas de forma particular



Antes da análise sobre as vagas ociosas, vale ressaltar que os registros sobre as vagas ocupadas foram realizados de forma diferente no 1º e no 2º monitoramento. Enquanto no 1º se registrou o número de vagas ocupadas pelo público feminino na data da visita, no 2º o registro foi referente ao número de vagas Depad para adulto feminino ocupadas na data da visita. Diante dessa diferença, nesta seção os dados serão expostos separadamente para os dois casos, e, assim, não será possível realizar a comparação ou mesmo apresentar o fluxo de mudança entre os dois períodos.

A **Tabela 48 (a)** apresenta a distribuição da quantidade de vagas ociosas para o público mãe nutriz na data da visita do 1º monitoramento. Esse número foi calculado pela diferença entre a capacidade total da entidade para as mães nutrizes e a quantidade de vagas ocupadas por esse público na data da visita. Veja que, coerente com os valores apresentados na **Tabela 43**, que apresenta a quantidade de vagas para mães nutrizes, o número de entidades consideradas no 1º monitoramento é 42, equivalente à quantidade cuja capacidade para esse público é diferente de zero.

Por sua vez, os valores da **Tabela 48 (a)** demonstram que entre as 42 entidades com alguma capacidade para o público de mães nutrizes no 1º monitoramento: a) 5 (11,9%) delas não tem alguma vaga ociosa, ou seja, toda a sua capacidade está ocupada; b) 21 (50%) têm de 1 a 3 vagas ociosas; c) 12 (28,5%) possuem de 4 a 5; d) 2 (4,8%) têm de 7 a 9; e, por fim, 2 entidades (4,8%) possuem 10 ou mais vagas ociosas.

Tabela 48: Distribuição de quantidade de vagas ociosas para o público de mãe nutriz

(a) Total de vagas ociosas - 1º monitoramento			(b) Vagas ociosas Depad - 2º monitoramento		
Quantidade de vagas ociosas para o público de mãe nutriz	1º monitoramento		Quantidade de vagas Depad ociosas para o público de mãe nutriz	1º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem		Frequência	Porcentagem
0	5	11,9%	0	14	31,1%
de 1 a 3	21	50,0%	de 1 a 3	22	48,9%
de 4 a 6	12	28,5%	de 4 a 6	8	17,8%
de 7 a 9	2	4,8%	de 7 a 9	1	2,2%
a partir de 10	2	4,8%	a partir de 10	0	0%
Total	42	100,0%	Total	45	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Já a **Tabela 48 (b)** apresenta a distribuição da quantidade de vagas Depad ociosas para o público mães nutrizes na data da visita do 2º monitoramento. Esse número foi calculado pela diferença entre a capacidade de vagas Depad da entidade para esse público e a quantidade de vagas Depad ocupadas por esse mesmo público na data da visita. Veja que, coerente com os valores apresentados na **Tabela 44**, que apresenta a quantidade desse tipo de vagas contratadas/ocupadas pela União, a quantidade de entidades consideradas no 2º monitoramento é 45, equivalente ao número de entidades cuja capacidade Depad para mães nutrizes é diferente de zero.

Os valores dessa tabela expõem que, entre as 45 entidades com alguma vaga Depad para o público feminino no 2º monitoramento, 14 (31,1%) delas apresentam nenhuma vaga ociosa, ou seja, toda a sua capacidade está ocupada. Distintamente, 22 instituições (48,9%) têm de 1 a 3 vagas ociosas, enquanto 8 (17,8%) possuem de 4 a 6 e, por fim, 1 (2,2%) apresenta de 7 a 9.

1.22 Características da Instituição

Nesta seção, serão apresentadas algumas características gerais das entidades de acolhimento, a começar por sua **localização geográfica**.

Tabela 49: Localização da entidade de acolhimento

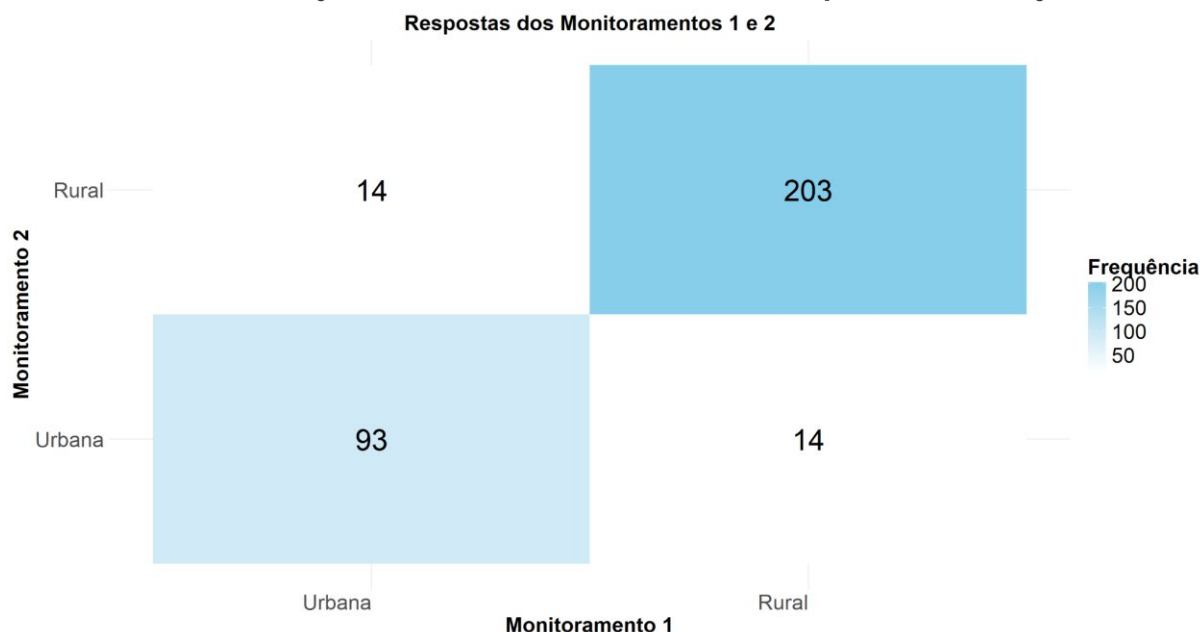
Localização	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Urbana	107	33%	107	33%
Rural	217	67%	217	67%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Como é possível notar, a maioria está localizada na área rural dos municípios (67%).

E, referente ao fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a localização das entidades, conforme **Figura 48**, apura-se que, entre um e outro, 14 entidades mudaram sua localidade de urbana para rural, enquanto outras 14 de modo inverso.

Figura 48: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a localização das entidades



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Em relação ao acesso à internet de banda larga, quase todas as entidades de acolhimento afirmaram, nos dois monitoramentos, possuírem acesso ao recurso, como demonstra a **Tabela 50**. Também é possível concluir que houve uma diminuição do número de instituições com o referido acesso entre um período e outro.

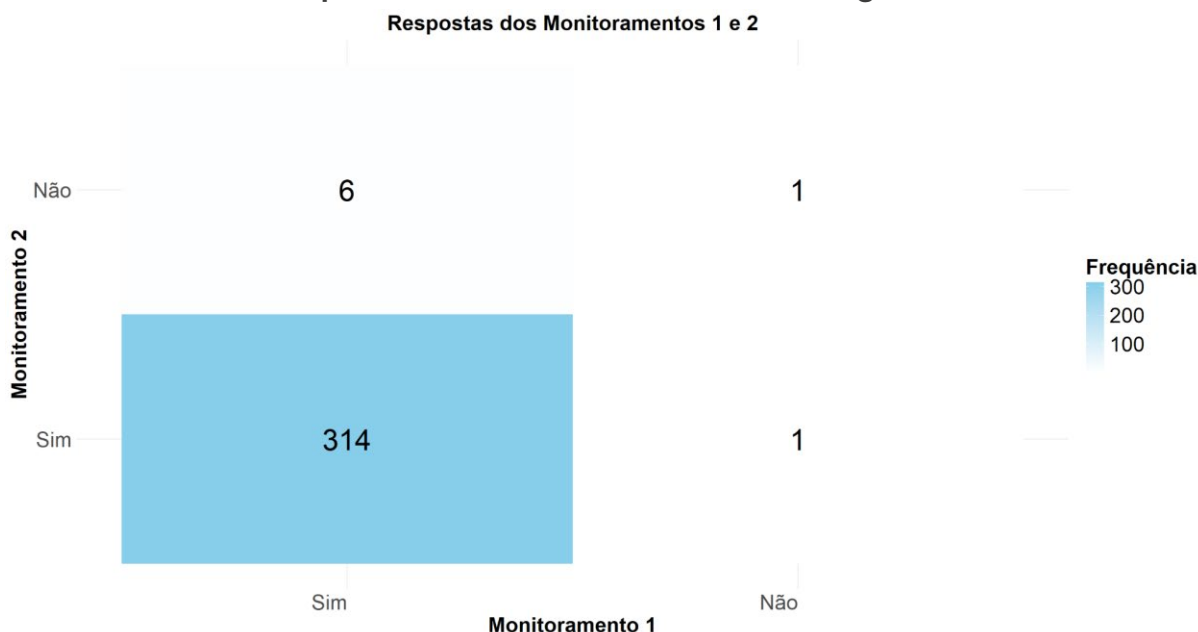
Tabela 50: Distribuição da variável que indica sobre o acesso à internet banda larga

Internet banda larga	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Sim	320	99,4%	317	97,8%
Não	2	0,6%	7	2,2%
Total	322	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Quanto ao fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para o acesso à internet de banda larga, a partir da **Figura 49** é possível notar que 6 entidades deixaram de ter acesso ao recurso entre um monitoramento e outro, enquanto 1 passou a ter acesso ao recurso.

Figura 49: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para o acesso à internet de banda larga



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Na sequência, a **Tabela 51**. Nela, a situação das entidades **sobre o controle administrativo ser realizado de forma informatizada ou manual**.

Tabela 51: Distribuição do tipo de controle administrativo da entidade: automatizado, parcialmente automatizado ou manual

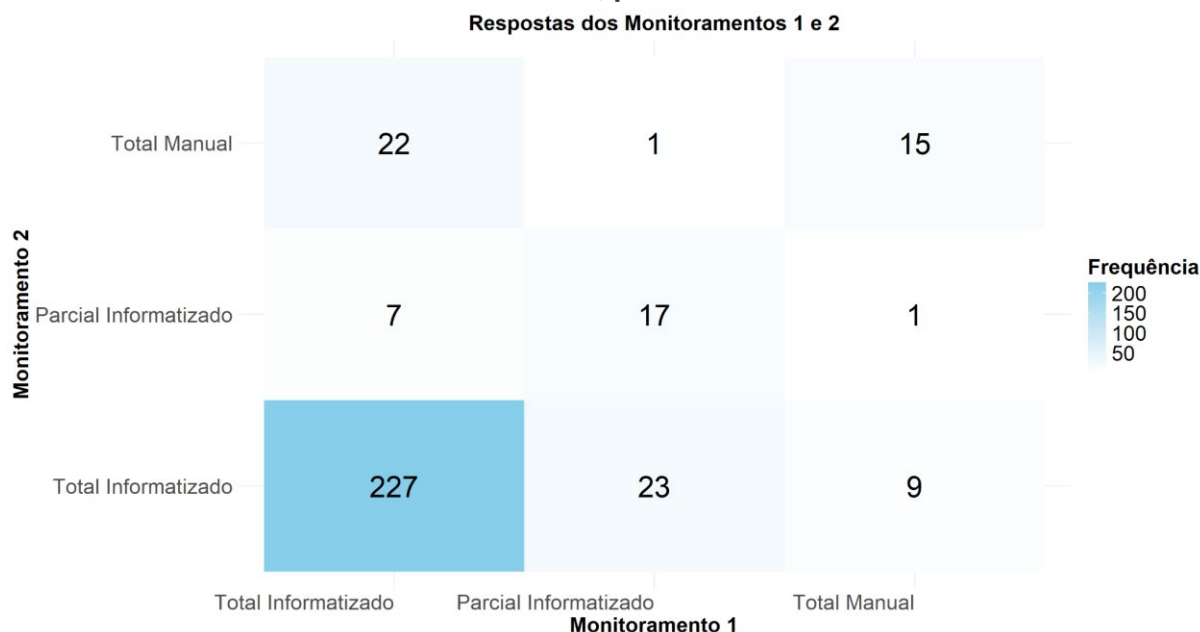
Controle administrativo	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Total Informatizado	256	79,0%	261	80,6%
Parcial informatizado	41	12,7%	25	7,7%
Total manual	25	7,7%	38	11,7%
s/ informação	2	0,0%	0	0,0%
Total	324	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Percebe-se que a maioria das entidades é totalmente informatizada. Nessa situação, estão 256 delas (79%) no 1º monitoramento e 261 (80,6%) no 2º. Porém, ainda existem algumas cujo controle administrativo é totalmente manual, o que ocorre em 25 (7,7%) do 1º monitoramento e em 38 entidades (11,7%) do 2º.

No que se refere ao fluxo de alteração entre o 1º e o 2º monitoramento quanto ao tipo de controle administrativo, observou-se que 22 entidades que, no 1º monitoramento, adotavam controle totalmente informatizado passaram a operar de forma totalmente manual no período subsequente. Por outro lado, 23 entidades com controle parcialmente informatizado e 9 com controle manual no 1º monitoramento passaram a registrar, no 2º, um controle totalmente informatizado. Esses dados evidenciam variações significativas nos processos de gestão administrativa das entidades ao longo do período analisado.

Figura 50: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para o tipo de controle administrativo: automatizado, parcialmente automatizado ou manual



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Outro aspecto observado diz respeito à existência e a vigência do alvará sanitário. Sobre isso, na **Tabela 52** se observou que, no 1º funcionamento, 283 entidades (87,3%) e, no 2º, 297 (91,7%) possuíam o documento dentro da vigência de validade na ocasião da resposta ao formulário. Já 38 entidades (11,7%) no 1º monitoramento, e 19 (5,9%) no 2º, também apresentaram, mas, cumpre dizer, com prazo de vigência expirado. Vale dizer que esse requisito é condição legal e normativa para a formalização dos contratos, de modo que nenhuma instituição pode oferecer vagas financiadas pela União sem apresentar o referido documento com validade.

Atente-se que os casos em que os alvarás se encontravam em processo de renovação, ou foram enviados apenas após a realização do monitoramento, caracterizam irregularidade administrativa, ainda que de forma temporária. Entretanto, essas situações são passíveis de regularização, uma vez que a apresentação do documento ao fiscal do contrato permite a correção da irregularidade, garantindo a conformidade com os requisitos legais e administrativos.

Tabela 52: Distribuição da variável que indica a existência de alvará sanitário

Possui alvará sanitário?	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Sim e vigente	283	87,3%	297	91,7%
Sim e não vigente	38	11,7%	19	5,9%
Não	3	0,9%	8	2,5%
Total	324	100,0%	324	100,0%

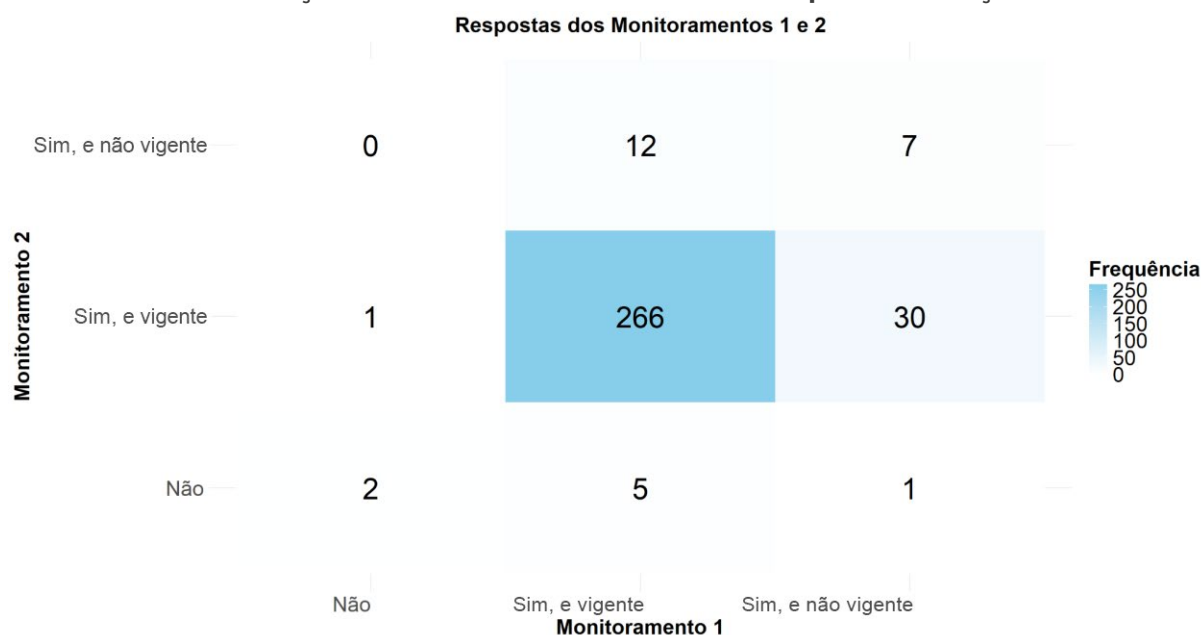
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Entre as 8 entidades que, no 2º monitoramento, não apresentaram alvará sanitário, todas registraram alguma justificativa associada a um processo de regularização em curso. As observações mencionam situações como migração de endereço e necessidade de atualização documental, protocolos já abertos, como ainda pedidos de isenção vinculados à mudança de sede. Observe-se que em todos os casos, a equipe relatou que a documentação está em processamento ou aguardando retorno do órgão competente, o que sugere que a ausência de alvará não decorre de completa inércia institucional, mas de trâmites administrativos em fase de solução.

De modo semelhante, entre as 19 entidades com os alvarás vencidos, 15 indicaram estar em processo de renovação, com apresentação de protocolos, visitas técnicas recentes, pendências documentais ou atrasos atribuídos à própria vigilância sanitária. Alguns relatos descrevem a renovação como praticamente concluída. Outros apontam fatores externos (mudança de nomenclatura de ruas e/ou reestruturação municipal) que retardam a emissão do documento.

Quanto ao fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para alvará sanitário, é possível observar, a partir da **Figura 51**, que 30 entidades para as quais os alvarás não estavam vigentes no 1º monitoramento, estes passaram a estar regularizados no 2º. Por outro lado, 12 apresentaram as autorizações vigentes no 1º monitoramento; porém, no 2º monitoramento, estavam na situação de não vigente.

Figura 51: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a situação do alvará sanitário



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

E, sobre a existência e vigência do alvará de funcionamento, a **Tabela 53** apresenta que, no 1º monitoramento, 279 entidades (86,1%) e, no 2º, 287 (88,6%), apresentaram o documento dentro da vigência de validade na ocasião da resposta ao formulário. Já 36 (11,1%) no 1º e 23 (7,1%) no 2º possuíam a referida autorização para funcionamento, mas com prazo de vigência expirado.

Tabela 53: Distribuição da variável que indica existência do alvará de funcionamento

Possui alvará de funcionamento?	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Sim e vigente	279	86,1%	287	88,6%
Sim e não vigente	36	11,1%	23	7,1%
Não	9	2,8%	14	4,3%
Total	324	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Entre as 14 entidades que, no 2º monitoramento, não apresentaram alvará de funcionamento, as observações qualitativas revelam que a maioria (8 instituições) está em processo formal de regularização ou ainda utiliza documentos do endereço anterior. Os relatos mencionam abertura de protocolos, renovação em andamento e dificuldades administrativas (como problemas na guarda de documentos pela prefeitura), indicando que a ausência do documento decorre principalmente de trâmites burocráticos ainda não concluídos, e não de ausência de iniciativa institucional.

Em 2 instituições, porém, os registros apontam que o documento não seria exigido pelo município ou que a instituição estaria dispensada por legislação específica (Lei nº 13.874/2019). Há, contudo, indícios de inconsistência nessas justificativas, como pareceres que sugerem que o processo de licenciamento não foi solicitado ou está pendente, e referências à irregularidade do imóvel.

A **Figura 52**, a seguir, apresenta o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para alvará de funcionamento. Mostra que 27 entidades para as quais as autorizações de funcionamento não estavam vigentes no 1º monitoramento, estas passaram a estar no 2º. Por outro lado, 18 apresentaram alvarás vigentes no 1º monitoramento; porém, para o 2º, estavam “não vigentes”.

Figura 52: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a situação do alvará sanitário



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Em relação ao alvará emitido pelo Corpo de Bombeiros, constatou-se que 272 entidades (84%) no 1º monitoramento, enquanto 276 (85,2%) no 2º, apresentaram o documento na condição de vigente. Nota-se que o número de instituições sem esse documento, que no 1º monitoramento era de 19 (5,9%), regrediu para 15 (4,6%) no 2º (**Tabela 54**).

No que diz respeito às observações feitas pelos monitores no 1º monitoramento, em relação ao alvará emitido pela referida corporação, foram registradas situações distintas quanto à sua apresentação. Em uma entidade, foi apresentado apenas um documento exibido no celular, sem carimbo, assinatura ou indicação de ano. Posteriormente, a instituição apresentou uma versão impressa, alegando que o documento havia sido corrigido pelo Corpo de Bombeiros. Já em outro caso, a instituição relatou que o processo ainda estava em execução, aguardando a compra de extintores para sua finalização.

Também existem as peculiaridades. Por exemplo, houve entidades que informaram que, na cidade do Rio de Janeiro, o alvará de funcionamento já engloba as exigências do Corpo de Bombeiros, não sendo necessário apresentar documento separado. Além disso, foram registradas situações em que as instituições declararam não possuir o documento ou afirmaram que este “*nunca foi exigido pela prefeitura*”.

Tabela 54: Distribuição da variável que indica a situação do alvará do Corpo de Bombeiros

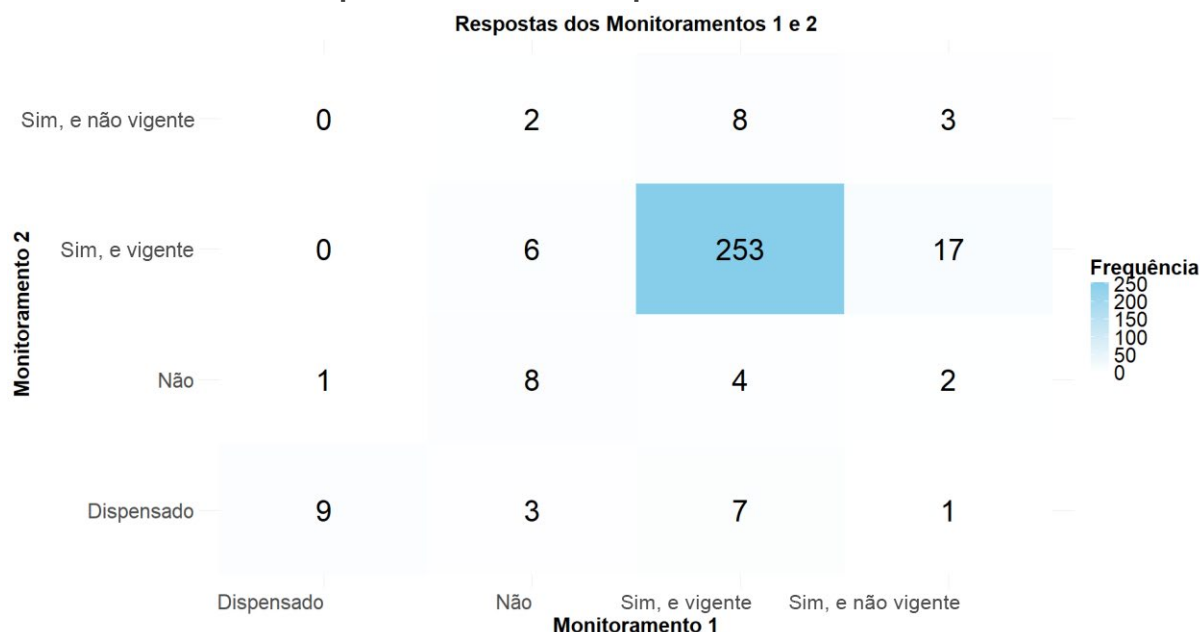
Possui alvará do Corpo de Bombeiros?	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Sim e vigente	272	84,0%	276	85,2%
Sim e não vigente	23	7,1%	13	4,0%
Dispensado	10	3,1%	20	6,2%
Não	19	5,9%	15	4,6%
Total	324	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Entre as 15 entidades que declararam não possuir o alvará do Corpo de Bombeiros no 2º monitoramento, as observações indicam que parte delas (2) afirmou estar dispensada de sua apresentação, seja por entender que o alvará de licenciamento geral já o substituiria, seja por enquadramento legal relacionado ao porte da instituição e ao tamanho do imóvel. Por outro lado, 10 das 15 entidades informaram estar em processo de regularização, com diferentes graus de avanço: protocolos já abertos, projetos em execução, solicitações em análise, vistorias agendadas etc. Há ainda relatos de entraves administrativos, como erro de categorização na vistoria ou exigências adicionais que precisam ser cumpridas antes da liberação do documento.

E, no que tange ao fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento a **Figura 53** apresenta que a grande maioria estava com o documento vigente em ambos os ciclos. Além disso, 17 entidades que possuíam alvará não vigente no 1º monitoramento, apresentaram o documento em situação de vigência no 2º. Por outro lado, 8 antes apresentaram alvará vigente no 1º monitoramento, mas depois, no 2º, a autorização estava com o prazo vencido.

Figura 53: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para o alvará do Corpo de Bombeiros



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Outro aspecto também trazido para análise diz respeito à prática de retenção de documentos pessoais e/ou de cartões de benefícios das pessoas acolhidas. Sobre isso, a **Tabela 55** revela que 151 (46,6%) entidades no 1º monitoramento e 157 (48,5%) no 2º responderam que fazem a retenção de documentos. Por outro lado, 173 (53,4%) no 1º monitoramento, bem como 166 (51,2%) no 2º responderam que não adotam esse procedimento.

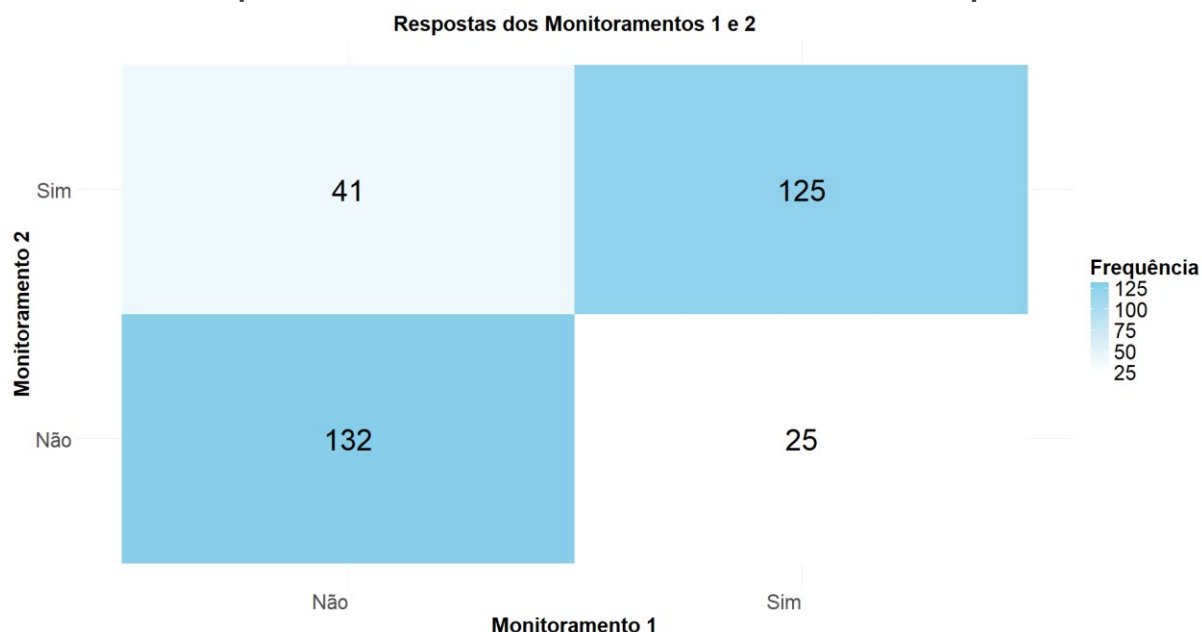
Tabela 55: Retenção de documentos pessoais e/ou cartões de benefícios dos acolhidos pela entidade

Retenção de documentos pessoais e/ou cartões de benefícios dos acolhidos pela entidade	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não	173	53,4%	157	48,5%
Sim	151	46,6%	166	51,2%
s/ informação	0	0,3%	1	0,3%
Total	324	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

E, sobre o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a retenção de documentos pessoais e/ou cartões de benefícios dos acolhidos pela instituição, segue a **Figura 54**. Nela, verifica-se que 41 entidades que não retinham os documentos no 1º monitoramento passaram a reter no 2º. Por outro lado, 25 não mais tiveram esse procedimento entre um período e outro.

Figura 54: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento para a retenção de documentos pessoais e/ou cartões de benefícios dos acolhidos pela entidade



Especificamente, dentre as 151 entidades que apontaram no 1º monitoramento reter documentos ou cartões de benefícios das pessoas acolhidas, 106 (70,2%) afirmaram que essa prática ocorreu a partir de um pedido formal da pessoa acolhida. Porém, 45 (29,8%) informaram que a retenção ocorreu sem formalização de pedido.

Já entre as 166 instituições que apontaram no 2º monitoramento reter documentos ou cartões de benefícios das pessoas acolhidas, 142 (85,6%) afirmaram que a retenção ocorreu a partir de um pedido formal da pessoa acolhida. No entanto 24 (14,4%) alegaram que a guarda ocorreu sem formalização de pedido.

Tabela 56: Distribuição da variável que indica a existência de um pedido formal do acolhido para retenção de documentos ou cartões, considerando as entidades que realizam a retenção

Pedido formal do acolhido para retenção de documentos	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não	45	29,8%	24	14,4%
Sim	106	70,2%	142	85,6%
Total	151	100,0%	166	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Entre as 24 entidades que, no 2º monitoramento, realizaram retenção de documentos sem pedido formal, as observações qualitativas revelam configurações distintas, que ajudam a qualificar a interpretação do indicador. Apenas 1 instituição não realiza retenção, mas sim oferece um espaço individualizado e seguro de guarda, no qual cada acolhido mantém acesso exclusivo aos seus documentos, o que indica uma prática distinta do padrão identificado.

Em 5 delas, a retenção é feita somente a pedido dos acolhidos, mesmo sem registro formal. Cabe pontuar que os relatos indicam tentativas recentes de padronização (como elaboração de termos após a primeira fase do monitoramento), mas a ausência de documentação comprobatória mantém a classificação como “*sem pedido formal*”.

Outras 5 realizam a retenção sem solicitação do acolhido, porém mantêm algum tipo de controle dos itens — listas, formulários ou anotações — ainda que insuficientes para se caracterizar como uma autorização formal. Em geral, os registros não especificam claramente quais documentos são guardados, tampouco apresentam campo de concordância assinada. Além disso, 1 entidade declarou não ter conhecimento da necessidade da formalidade do pedido, evidenciando lacuna informacional sobre o procedimento correto.

Ainda no que se refere às práticas institucionais direcionadas às pessoas acolhidas, constatou-se que, no 1º monitoramento, 302 entidades (93,2%) e, no 2º, 314 (96,9%) mantinham a rotina de atividades cotidianas expressa em cronograma afixado em local visível. Em contrapartida, 22 entidades (6,8%) no 1º monitoramento e 10 (3,1%) no 2º não dispunham de cronograma das atividades diárias disponibilizado de forma visível. Essas informações encontram-se sistematizadas na **Tabela 57**.

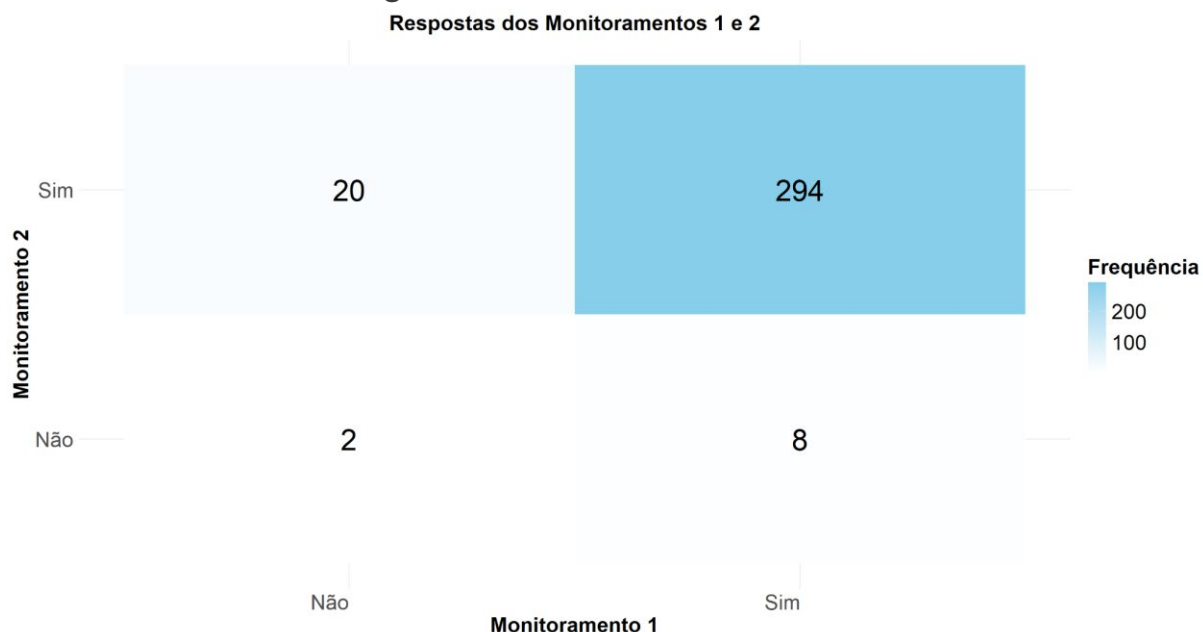
Tabela 57: Distribuição da variável que indica a existência de cronograma das atividades diárias afixado em local visível

Existência de cronograma das atividades diárias afixado em local visível	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não	22	6,8%	10	3,1%
Sim	302	93,2%	314	96,9%
Total	324	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

E, quanto ao fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da referida variável, extraímos a informação de que uma grande maioria das entidades, 294, apresentou os cronogramas das atividades diárias afixadas em locais visíveis em ambos os ciclos de monitoramento. Entre aquelas que mudaram a resposta entre um ciclo e outro, a maioria delas, 20 em 28, respondeu que não atendiam a tal requisito no 1º, porém passaram a atendê-lo no 2º.

Figura 55: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de cronograma das atividades diárias afixado em local visível



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Por fim, no que concerne à participação na esfera pública, 185 instituições (57,1%) para o 1º monitoramento e 194 instituições (59,9%) para o 2º afirmaram possuir inscrição no Conselho Estadual/Municipal de Políticas Sobre Drogas. Além disso, 130 (40,1%) do 1º, enquanto 126 (38,9%) do 2º relataram não estarem inscritas. Para 9 (2,8%) do 1º monitoramento e para 4 (1,2%) do 2º, a resposta foi NS/NR. Esses valores constam na **Tabela 58**, na sequência.

Importante ressaltar que a participação e a inscrição nesses conselhos não possuem exigências legais. Contudo, compreende-se de relevante importância a integração das instituições nesses espaços como mecanismo de fortalecimento democrático, qualificação das práticas institucionais no âmbito das entidades, além de favorecer a transparência, a construção coletiva de diretrizes e a troca de experiências.

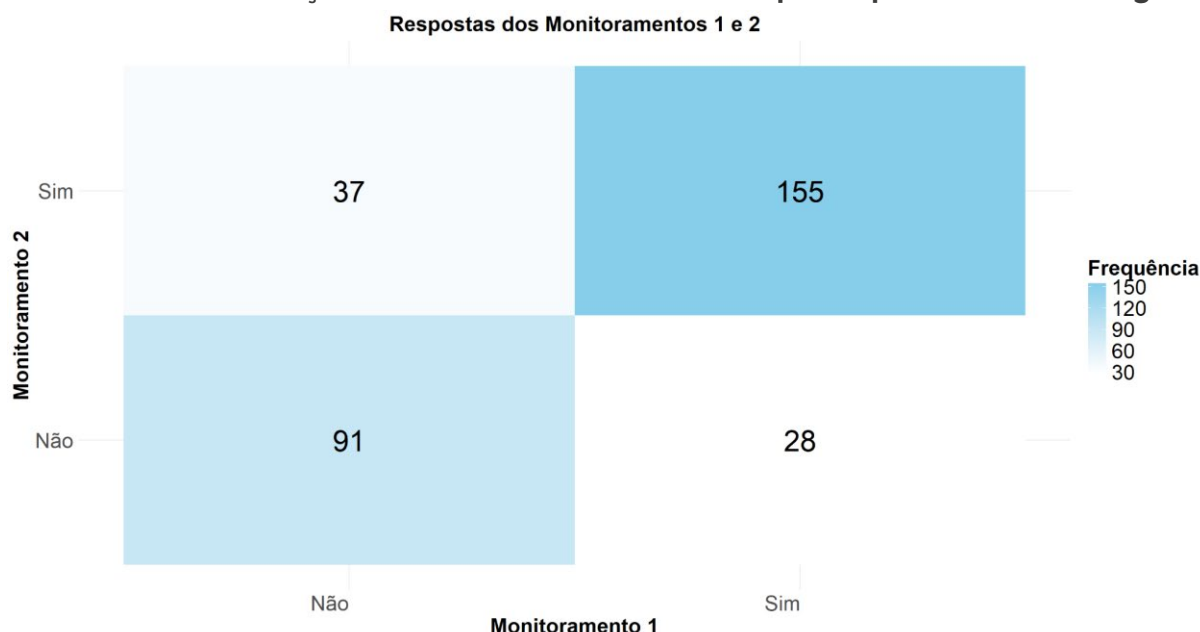
Tabela 58: Distribuição da variável que indica a existência de inscrição em conselho estadual/municipal de políticas sobre drogas

Existência de inscrição em conselho estadual/municipal de políticas sobre drogas	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não	130	40,1%	126	38,9%
Sim	185	57,1%	194	59,9%
s/ informação	9	2,8%	4	1,2%
Total	324	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

A seguir, a **Figura 56** apresenta o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de inscrição em conselho estadual/municipal de políticas sobre drogas. Dela, extraímos a informação de que a maioria das entidades não mudou sua resposta entre o 1º e o 2º período, uma vez que 155 responderam “sim”, e 91 responderam “não”, para os dois períodos observados. Entre as que mudaram de resposta, 37 responderam “não” no 1º monitoramento, mas mudaram para “sim” no 2º. O contrário ocorreu com 28 entidades, que responderam “sim” no 1º, depois, no 2º, “não”.

Figura 56: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de inscrição em conselho estadual/municipal de políticas sobre drogas



Em relação à inscrição da entidade em outros conselhos, 125 entidades (38,6%) no 1º monitoramento e 158 (48,8%) no 2º informaram positivamente quanto à participação. Diferentemente, 193 (59,6%) no 1º e 163 (50,3%) no 2º afirmaram não participar. Já em 6 entidades (1,9%) do 1º e em 3 (0,9%) do 2º não foi coletada essa informação, como informa a **Tabela 59**.

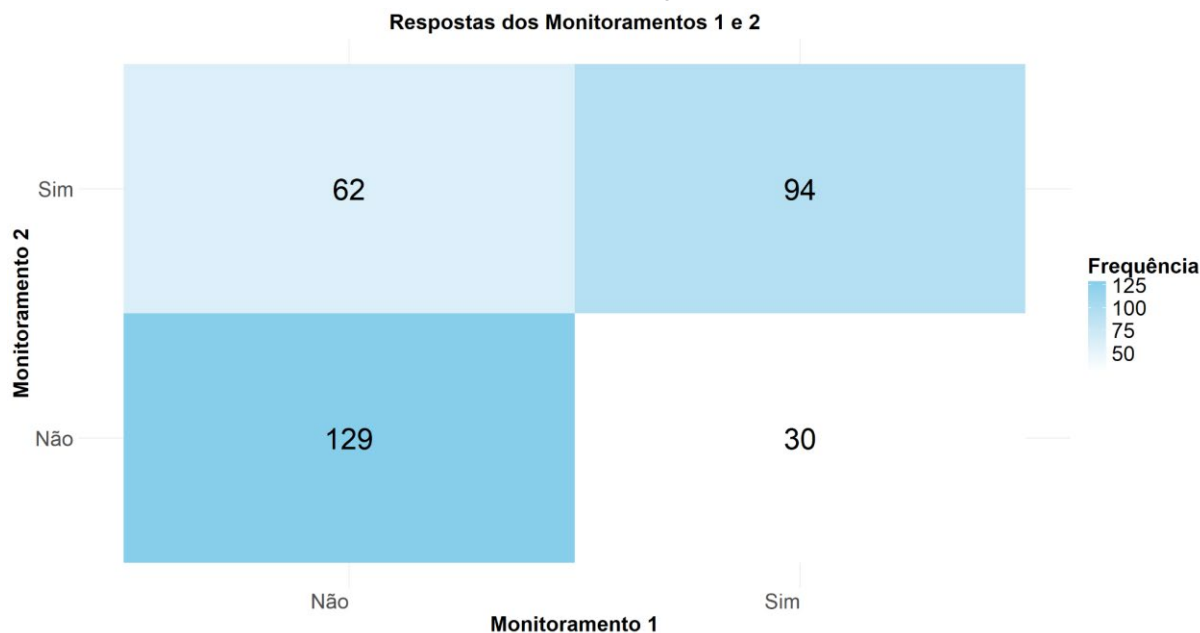
Tabela 59: Distribuição da variável que indica a existência de inscrição em outros conselhos

Existência de inscrição em outros conselhos	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não	193	59,6%	163	50,3%
Sim	125	38,6%	158	48,8%
s/ informação	6	1,9%	3	0,9%
Total	324	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Ainda sobre esse item, a **Figura 57** apresenta o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento. Nela, é possível perceber que 129 entidades deste estudo não participavam de outros conselhos em ambos os períodos. Enquanto isso, 94 responderam positivamente tanto no 1º quanto 2º. Além disso, outras 62 instituições não participavam no 1º monitoramento, porém passaram a participar no 2º. E, por fim, 30 participavam no 1º, mas depois não tiveram mais participação.

Figura 57: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de inscrição em outros conselhos



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

1.23 Comprovantes, Declarações e Documentos da Entidade

Nesta seção, apresentamos dados sobre a existência de comprovantes e declarações de controle de pagamento quando os acolhidos respondiam na roda de conversa sobre doação oferecida à entidade.

Observamos que 62 entidades (19,1%) no 1º monitoramento e 51 (15,7%) no 2º relataram que receberam doações de acolhidos com financiamento da União/MDS. E, quando os monitores questionaram os responsáveis técnicos se havia registro de informação sobre doações voluntárias feitas pelas pessoas acolhidas, foram encontrados registros de comprovantes relativos a doações em 24 das 62 (38,7%) entidades do 1º monitoramento e em 22 das 51 (43,1%) do monitoramento posterior que receberam alguma doação. Além disso, não foram localizados registros em 38 das 52 instituições (61,3%) do 1º monitoramento e em 29 das 51 (56,9%) do 2º, conforme **Tabela 60**.

Tabela 60: Distribuição da variável que indica se foram encontrados os comprovantes de doação

Existência de comprovantes de doação	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não	38	61,3%	29	56,9%
Sim	24	38,7%	22	43,1%
Total	62	100,0%	51	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Nos casos em desconformidade no 1º monitoramento, os monitores relataram diferentes situações. Em 2 entidades, os documentos não foram apresentados durante o monitoramento, pois se encontravam na sala administrativa, conforme informado pelo responsável técnico. Em outra, verificou-se apenas a existência de termos assinados pelos responsáveis, e não pelos acolhidos.

Houve ainda uma situação em que o Regimento Interno estava assinado pelos acolhidos e foi utilizado como se fosse o termo de permanência voluntária. Por fim, em 2 instituições constatou-se a ausência de assinaturas dos acolhidos em alguns dos termos exigidos.

Entre as 29 entidades que, no 2º monitoramento, não apresentaram comprovantes de doação, apenas 1 informou possuir controle formal, mas localizado fora do espaço visitado, o que impossibilitou sua verificação no momento da inspeção. Em 5, os relatos indicam o entendimento de que o comprovante não é necessário, seja porque as doações são voluntárias, esporádicas, destinadas diretamente ao acolhido ou realizadas de forma anônima. Nesses casos, a ausência de registro está associada mais à natureza das doações do que à falta de controle deliberada. Além disso, foram identificados dois relatos segundo os quais as instituições não recebem doações, o que explicaria a inexistência de comprovantes.

Na **Figura 58**, verifica-se o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de comprovantes de doação. Nela, é possível perceber que somente 20 (4+6+8+2) entidades receberam tais doações em ambos os monitoramentos. Entre elas, 2 não apresentaram os comprovantes no 1º, mas no 2º, sim. Outras 4 expuseram os comprovantes no 1º monitoramento, mas no 2º, não. Já 8 delas apresentaram os comprovantes, enquanto 6 não apresentaram em qualquer dos períodos.

Figura 58: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de comprovantes de doação



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Por sua vez, a **Tabela 61** apresenta a distribuição da quantidade de acolhidos com financiamento da União/MDS que oferecerem algum tipo de contrapartida financeira à instituição. Nela, podemos verificar que, entre as 324 deste estudo, 29 entidades no 1º monitoramento e 22 no 2º receberam algum tipo de contrapartida financeira que não foram identificadas como doações.

Para essas instituições, foi indagado sobre a existência de comprovantes de contrapartida financeira. Em 13 (44,8%) do 1º monitoramento e em 9 (40,9%) do 2º, os comprovantes foram apresentados. Por outro lado, em 16 (55,2%) do 1º monitoramento e em 13 (59,1%) do 2º, não houve apresentação desses documentos ao monitor.

Tabela 61: Distribuição da variável que indica se foram encontrados os comprovantes de contrapartida financeira

Existência de comprovantes de contrapartida financeira	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não	16	55,2%	13	59,1%
Sim	13	44,8%	9	40,9%
Total	29	100,0%	22	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Referentemente ao fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de comprovantes de contrapartida financeira, vale conferir a **Figura 59**. Nela, é possível perceber que somente 4 (0+1+1+2) entidades receberam compensações desse tipo nos dois períodos. Entre elas, nos dois períodos, 1 entidade não apresentou os comprovantes. Além disso, entre 4

instituições, 2 não apresentaram os comprovantes no 1º monitoramento, mas, no 2º, sim. Ademais, 1 apresentou o comprovante no 1º monitoramento, mas não apresentou no 2º.

Os relatos dos monitores encontrados para essa variável não foram esclarecedores. Na maioria deles, era de um caso de pagamento da família do acolhido e da não existência de comprovantes. Porém, nada que justificasse esse comportamento das 13 instituições que não apresentaram comprovantes de contrapartida no 2º monitoramento, devendo, portanto, essa questão ser tomada como ponto de atenção pelo Depad.

Figura 59: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de comprovantes de contrapartida financeira



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Ainda no que diz respeito à documentação, foi indagado aos responsáveis técnicos das entidades se possuem registros de declaração das pessoas em situação de acolhimento voluntário, em que conste a concordância com o tratamento. Verificou-se que, em 305 entidades (94,1%) do 1º monitoramento e em 318 entidades (98,1%) do 2º, houve o cumprimento de todas as condutas exigidas sobre esse documento. Já em 14 (4,3%) do 1º monitoramento e em 4 (1,2%) do 2º, verificou-se a necessidade de melhorias quanto à conduta. Além disso, em 5 delas (1,5%) do 1º monitoramento e em 2 (0,6%) do 2º, a situação foi apresentada como “*não conforme*”, ou seja, fora da conduta legal, conforme a [Tabela 62](#).

Tabela 62: Distribuição da variável que indica a situação da declaração assinada pelos acolhidos concordando com o tratamento e sua permanência voluntária

Declaração assinada pelos acolhidos concordando com o tratamento e sua permanência voluntária	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
A melhorar	14	4,3%	4	1,2%
Conforme	305	94,1%	318	98,1%
Não conforme	5	1,5%	2	0,6%
Total	324	100,0%	324	100,0%

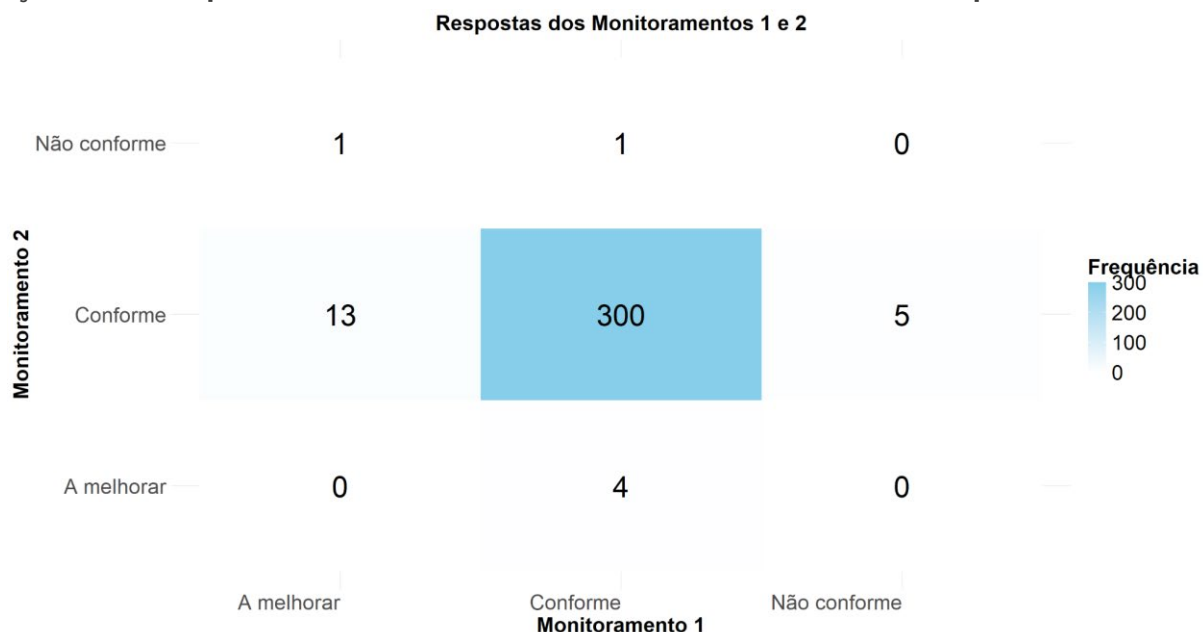
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Entre as 2 entidades em desconformidade no 2º monitoramento, as observações evidenciam problemas estruturais na formalização da permanência voluntária. Em uma delas, não existe termo de acolhimento voluntário, sendo a concordância tratada apenas de forma verbal na entrevista de ingresso. Na outra, as cópias disponíveis estavam sem assinatura, com a justificativa de que os documentos assinados estariam arquivados em outro local, o que impossibilitou a verificação.

Já nas 4 instituições avaliadas como “a melhorar”, os registros indicam falhas pontuais, seja pela inconsistência documental, seja pela ausência de assinatura em casos isolados. Há também situações em que o termo está incorporado ao PTI, mas com lacunas de preenchimento, assim como casos em que algumas pastas estão completas, e outras não. Somado a isso, existem casos em que o documento utilizado não segue modelo padrão ou é escrito manualmente, gerando interpretações distintas sobre seu conteúdo e função.

Na sequência, a **Figura 60** apresenta o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a situação da declaração assinada pelos acolhidos concordando com o tratamento e sua permanência voluntária. Nela, é possível perceber que 300 entidades estão com a situação “conforme” em ambos os monitoramentos. As demais (24) mudaram sua classificação entre os dois períodos. Entre as mudanças, estão: a) de “a melhorar” para “conforme” em 13 entidades; b) de “não conforme” para “conforme” em 5; c) de “a melhorar” para “não conforme” em 1; d) de “conforme” para “a melhorar” em 4; e) por fim, de “conforme” para “não conforme” em 1 entidade.

Figura 60: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a situação da declaração assinada pelos acolhidos concordando com o tratamento e sua permanência voluntária



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

As entidades de acolhimento também foram questionadas sobre a existência de um projeto terapêutico como instrumento institucional que garanta coerências técnica, ética e legal para o seu funcionamento.

Sobre isso, constatou-se que 276 entidades (85,2%) no 1º monitoramento e 292 entidades (90,1%) no 2º possuíam o referido protocolo em conformidade com a legislação. Para 39 (12%) no 1º período e 27 (8,3%) no 2º, o projeto existe, mas precisa de melhorias. Outras 9 (2,8%) no 1º monitoramento e 5 (1,5%) no 2º informaram que o plano não está em conformidade com as exigências legais (Tabela 63).

Tabela 63: Distribuição da variável que indica a situação de projetos terapêuticos

Projeto Terapêutico	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
A melhorar	39	12,0%	27	8,3%
Conforme	276	85,2%	292	90,1%
Não conforme	9	2,8%	5	1,5%
Total	324	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Entre as 5 entidades em desconformidade quanto à existência ou à apresentação do projeto terapêutico, apenas uma relatou possuir o documento. Porém, não o apresentou por estar arquivado no escritório da cidade, impossibilitando sua verificação no momento da visita.

Ademais, entre as 27 classificadas como “a melhorar” quanto aos referidos projetos no 2º monitoramento, em 4 não continham assinaturas obrigatórias, e em 1 o documento sequer estava impresso,

o que dificultou sua verificação. Já 8 entidades apresentaram projetos com descrição insuficiente das atividades terapêuticas, sem detalhamento das ações efetivamente realizadas com os acolhidos.

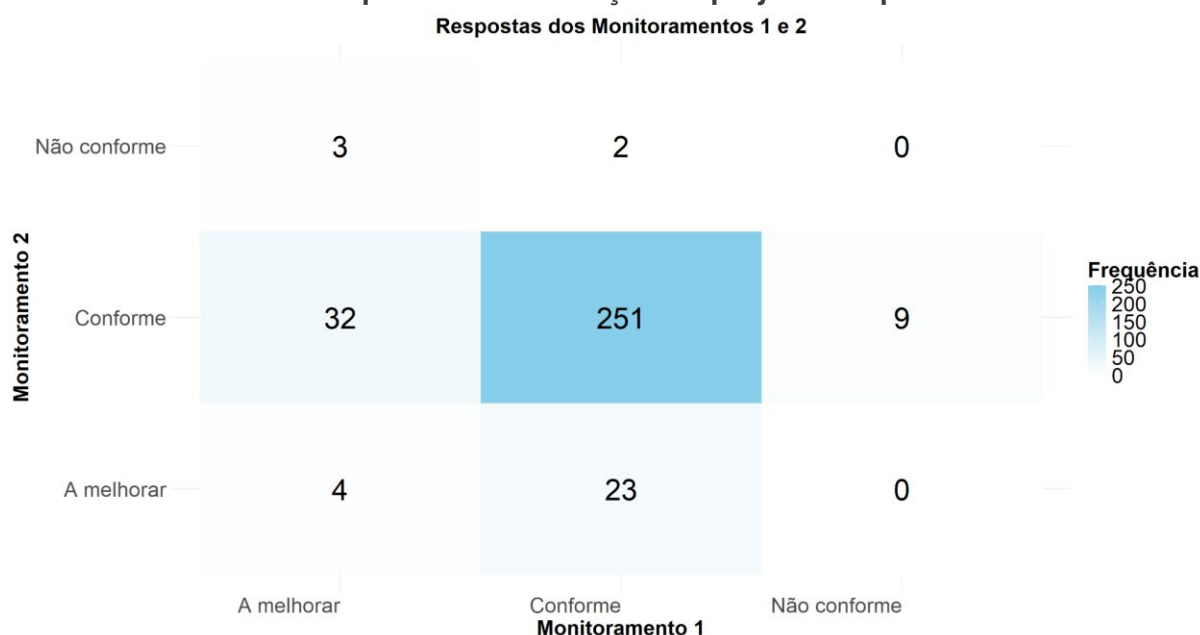
Outras 3 entidades apresentaram carência de quadro de funcionários, e, em mais 3, constatou-se a ausência de cronograma de atividades, o que comprometeu a compreensão da rotina terapêutica. Em 1 entidade, o problema identificado foi a inexistência do sumário.

E, por fim, quanto aos 7 projetos restantes, estavam desatualizados, incompletos ou defasados. Além disso, descreviam atividades que não ocorrem na prática, considerando o contato vivenciado na entidade.

Quanto ao fluxo de mudança, entre os dois períodos, da variável que indica a situação dos projetos terapêuticos, é possível perceber, conforme **Figura 61**, que 251 entidades estão em conformidade, enquanto 4 estão classificadas como “a melhorar” em ambos os monitoramentos.

As demais instituições mudaram sua classificação entre os dois períodos. Essas alterações foram: a) de “a melhorar” para “conforme” em 32 entidades; b) de “não conforme” para “conforme” em 9; c) de “a melhorar” para “não conforme” em 3; d) de “conforme” para “a melhorar” em 23; e) de “conforme” para “não conforme” em 2 entidades.

Figura 61: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a situação do projeto terapêutico



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Quanto ao Contrato ou Estatuto Social da entidade, os dados mostram que, entre as 324 entidades, 300 (92,6%) no 1º monitoramento e 321 (99,1%) no 2º apresentaram a documentação em conformidade com a exigência. Outras 15 (4,6%) no 1º, enquanto 1 (0,3%) no 2º estão em situação “a melhorar”. E, de outro modo, 9 (2,8%) no 1º monitoramento e 2 (0,6%) no 2º apresentam o documento em desconformidade (**Tabela 64**).

Tabela 64: Distribuição da variável que indica a existência de Estatuto Social

Estatuto Social	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
A melhorar	15	4,6%	1	0,3%
Conforme	300	92,6%	321	99,1%
Não conforme	9	2,8%	2	0,6%
Total	324	100,0%	324	100,0%

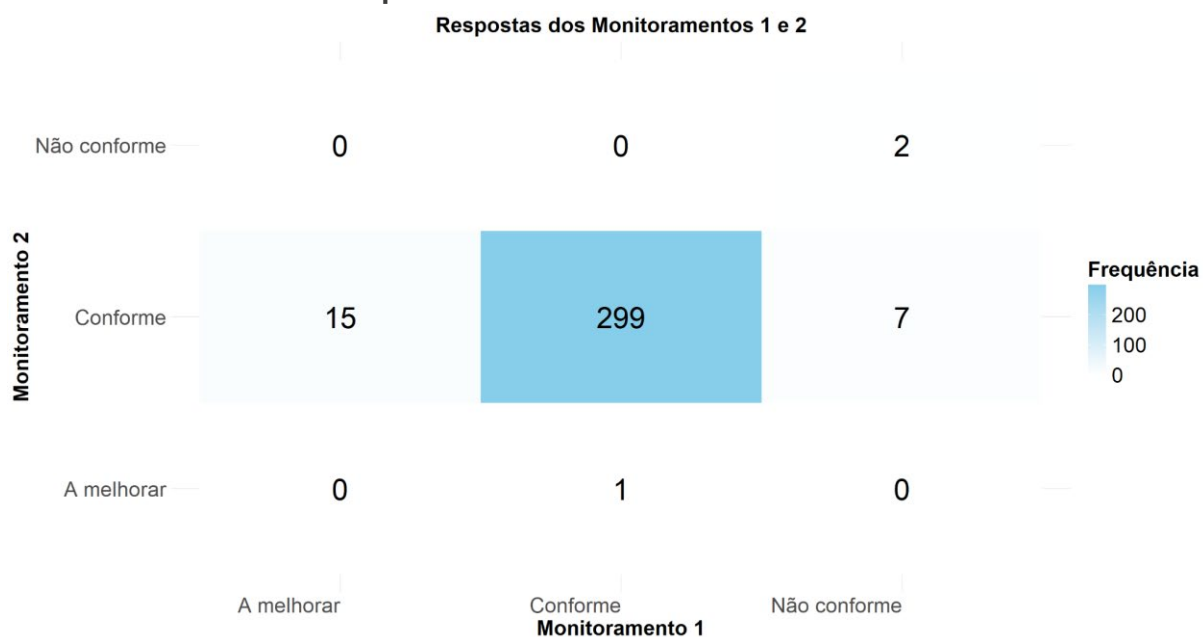
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Entre as 2 entidades classificadas como “*não conforme*” no 2º monitoramento, apenas 1 informou possuir o Estatuto Social, mas declarou que ele se encontra arquivado no escritório fora da entidade. Já na única classificada como “*a melhorar*”, a observação registra que o documento não contempla o tempo de duração do mandato da diretoria, embora essa informação esteja descrita na ata de eleição, indicando uma inconsistência pontual entre documentos institucionais, e não um problema estrutural na existência ou validade do estatuto.

E, no que se refere ao fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência do referido documento, vale observar o que consta na **Figura 62**. Nela, é possível perceber que 299 entidades estão em conformidade, enquanto 2 em desconformidade nos dois períodos.

As demais alteraram sua classificação entre o 1º e o 2º monitoramento. Essas mudanças foram: a) de “*a melhorar*” para “*conforme*” em 15 entidades; b) de “*conforme*” para “*a melhorar*” em 1; c) e de “*não conforme*” para “*conforme*” em 7 outras.

Figura 62: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de Estatuto Social



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Quanto à existência de ata de eleição da diretoria ou outro órgão gestor da entidade de acolhimento, 287 entidades (88,6%) no 1º monitoramento e 317 (97,8%) no 2º responderam que o documento está “conforme” exigido. Enquanto isso, para 24 (7,45%) no 1º e para 5 (1,5%) no 2º, há questões “a melhorar”. Para outras 13 (4,0%) no 1º monitoramento e 2 (0,6%) no 2º, a documentação não está em conformidade (**Tabela 65**).

Tabela 65: Distribuição da variável que indica a existência de ata de eleição da diretoria

Existência de ata de eleição da diretoria atual ou outro órgão equivalente	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
A melhorar	24	7,4%	5	1,5%
Conforme	287	88,6%	317	97,8%
Não conforme	13	4,0%	2	0,6%
Total	324	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

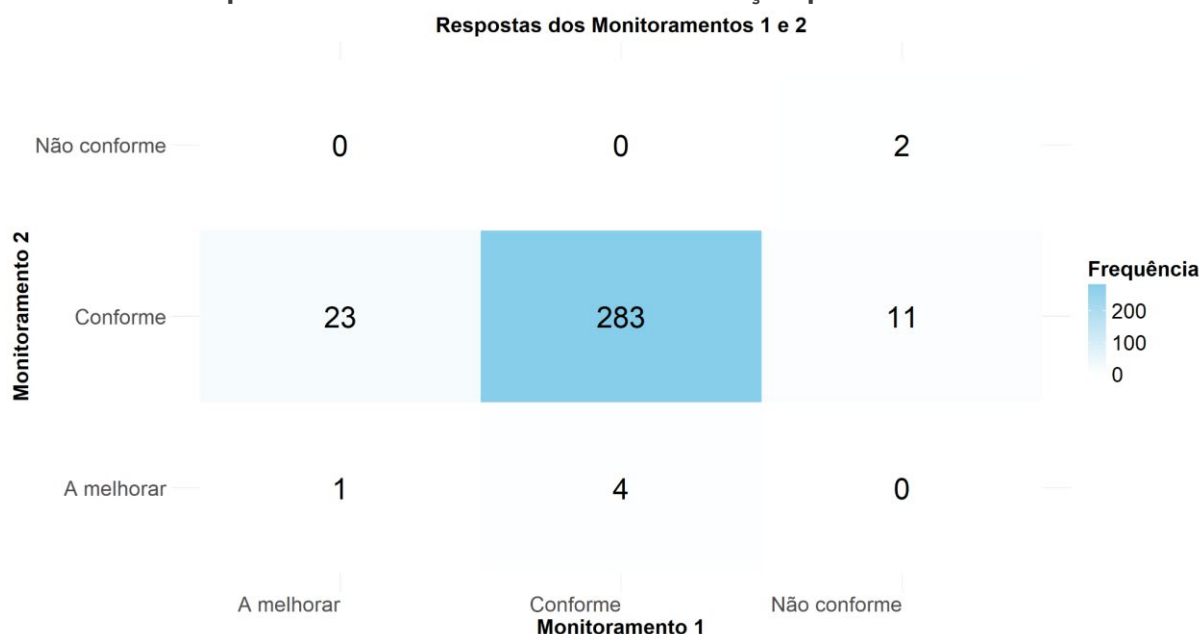
Nas 2 entidades em conformidade, os monitores relataram a não localização das atas. Entre aquelas “a melhorar” quanto à ata de eleição, no 2º monitoramento, as observações qualitativas apontam falhas documentais específicas, distribuídas em três tipos principais de inconsistências.

Na lista, 2 entidades apresentaram problemas relacionados ao CNPJ, seja pela divergência entre a numeração registrada na ata e o informado à equipe, seja pela ausência de sua informação no documento. Em outras 2, a questão estava relacionada aos prazos de mandato, seja pela necessidade de atualização do período vigente, seja pela omissão do prazo na própria ata. Por fim, 1 instituição apresentou falta de registro cartorial, apesar de comprovar que o processo de regularização estava em curso.

Já a **Figura 63** apresenta o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de ata de eleição da diretoria atual ou órgão equivalente. Nela, é possível perceber que 283 entidades estão com a classificação “conforme”, 2 classificadas como “não conforme”, e 1 entidade está a melhorar em ambos os períodos.

As demais alteraram sua classificação entre o 1º e o 2º monitoramento. Essas mudanças foram: a) de “a melhorar” para “conforme” em 23 entidades; b) de “conforme” para “a melhorar” em 4; e) de “não conforme” para “conforme” em outras 11.

Figura 63: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência da ata de eleição para diretoria



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

1.24 Recursos Humanos

Os recursos humanos são indispensáveis para o adequado funcionamento das instituições, inclusive em razão das exigências legais que regem sua atuação. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender de que maneira se dá a distribuição, bem como a qualificação, dos profissionais que atuam nas entidades de acolhimento.

Conforme as informações coletadas, observa-se que a ampla maioria das entidades conta com responsáveis técnicos de nível superior, totalizando 320 (98,8%) no 1º monitoramento e 323 (99,7%) no 2º. Em contraste, apenas 4 entidades (1,2%) no 1º monitoramento e 1 (0,3%) no 2º não dispunham desse profissional, conforme apresentado na **Tabela 66**.

Tabela 66: Distribuição da variável que indica a existência de responsável técnico de nível superior

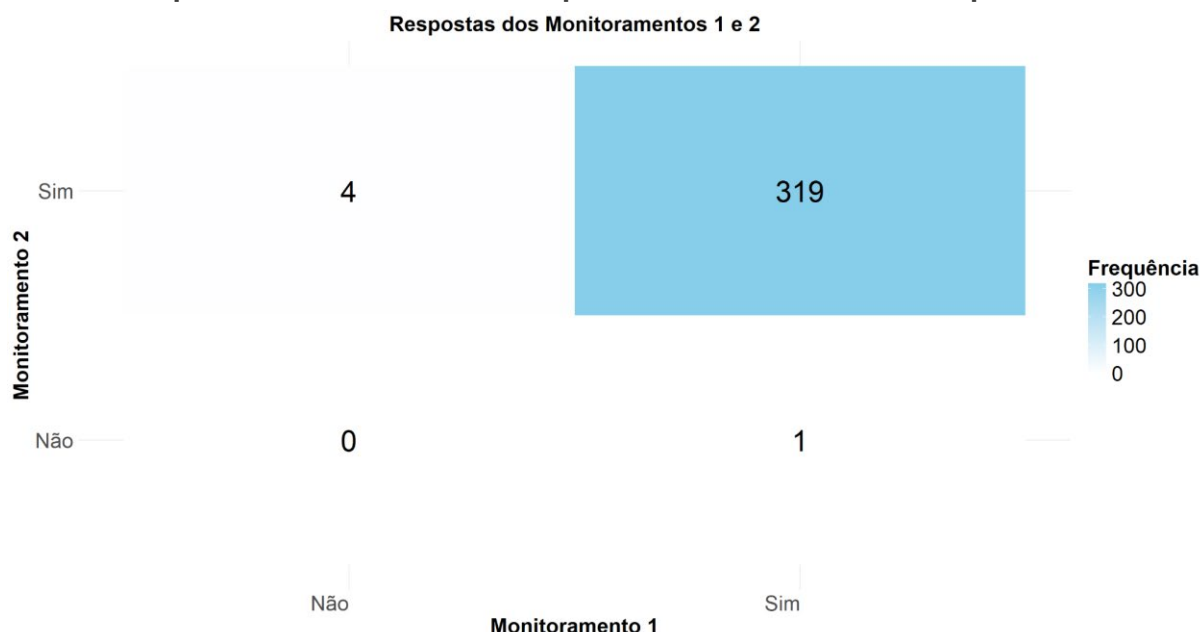
Existência de responsável técnico de nível superior	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não	4	1,2%	1	0,3%
Sim	320	98,8%	323	99,7%
Total	324	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

No que se refere ao mesmo item, a partir da **Figura 64**, observa-se que 319 instituições contavam com esse profissional em ambos os monitoramentos. Em 4 entidades, sua presença não foi

registrada no 1º monitoramento, passando a ser observada no 2º. Ademais, em 1 entidade, o profissional esteve presente no 1º monitoramento, mas deixou de ser identificado no 2º.

Figura 64: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica existência de responsável técnico de nível superior



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Considerando as especificidades das atividades desenvolvidas por esses profissionais nas entidades de acolhimento e as diferentes habilidades e competências demandadas para os mesmos, cabe uma verticalização da análise para descrever a formação acadêmica dos responsáveis técnicos. No primeiro monitoramento, é possível observar na **Tabela 66 (a)** forte concentração em duas áreas: Serviço Social e Psicologia, que juntas representam aproximadamente dois terços das formações profissionais informadas. As demais formações aparecem de maneira mais dispersa, com destaque para Enfermagem, Administração e Pedagogia.

Tabela 66 (a): Curso superior dos responsáveis técnicos no 1º monitoramento

Curso	Frequência	Porcentagem
Serviço Social	107	33,86
Psicologia	103	32,59
Enfermagem	21	6,65
Administração	14	4,43
Pedagogia	13	4,11
Direito	8	2,53
Medicina	6	1,90
Nutrição	6	1,90
Teologia	6	1,90

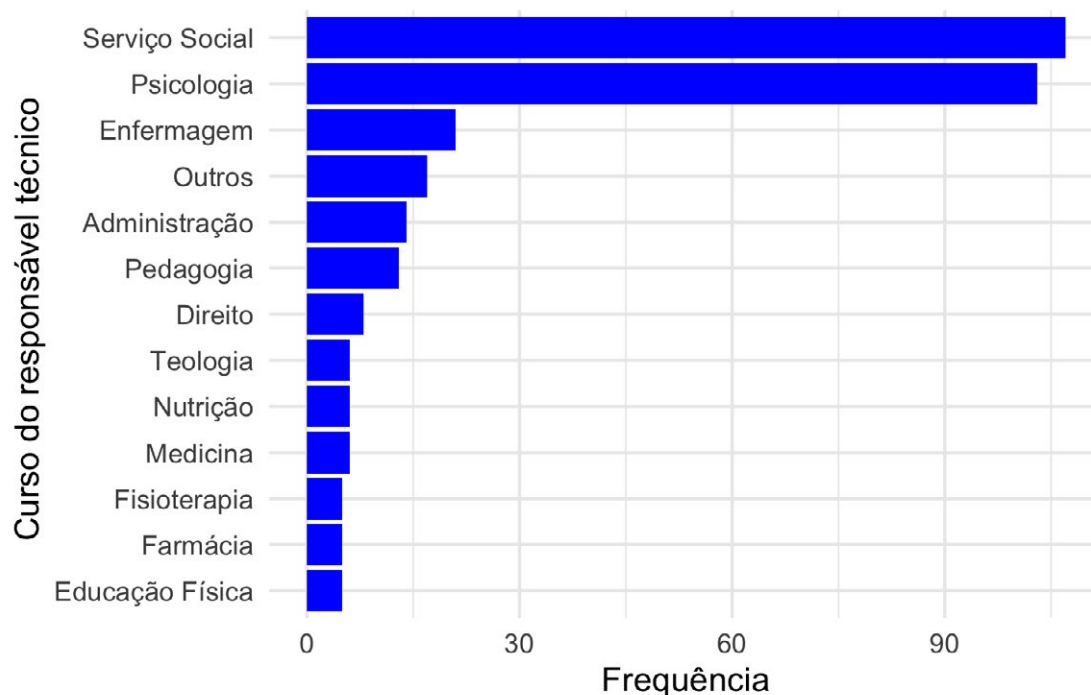
Curso	Frequência	Porcentagem
Educação Física	5	1,58
Farmácia	5	1,58
Fisioterapia	5	1,58
Outros	17	5,38
Total	316	100,00

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Ressalta-se que, dos 320 responsáveis técnicos que declararam possuir nível superior, quatro não informaram o curso de formação, razão pela qual a análise da distribuição dos cursos considera os 316 registros válidos. Para permitir uma visualização mais acurada da distribuição das formações, a **Figura 65** ilustra essa concentração no primeiro monitoramento, tendência repetida no segundo monitoramento (**Figura 66**), e permite inferir que a concentração das formações em Serviço Social, Psicologia e Enfermagem está relacionada, provavelmente, ao caráter multifunção ou multitarefa desses profissionais na rotina das instituições.

Destaca-se, nesse sentido, a centralidade das tarefas exercidas por assistentes sociais, psicólogos e enfermeiros na rotina das atividades das Entidades de Acolhimento desde o ingresso do acolhido, passando pela elaboração do seu PIA/PAS e o desenvolvimento de seu projeto terapêutico. Em função dessa configuração, é imprescindível o fomento, a organização e a implementação de diferentes atividades de aperfeiçoamento e formação continuada para esses profissionais, considerando sua centralidade na concretização do projeto terapêutico do acolhido.

Figura 65: Gráfico de Frequência dos cursos superiores dos responsáveis técnicos no 1º Monitoramento



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

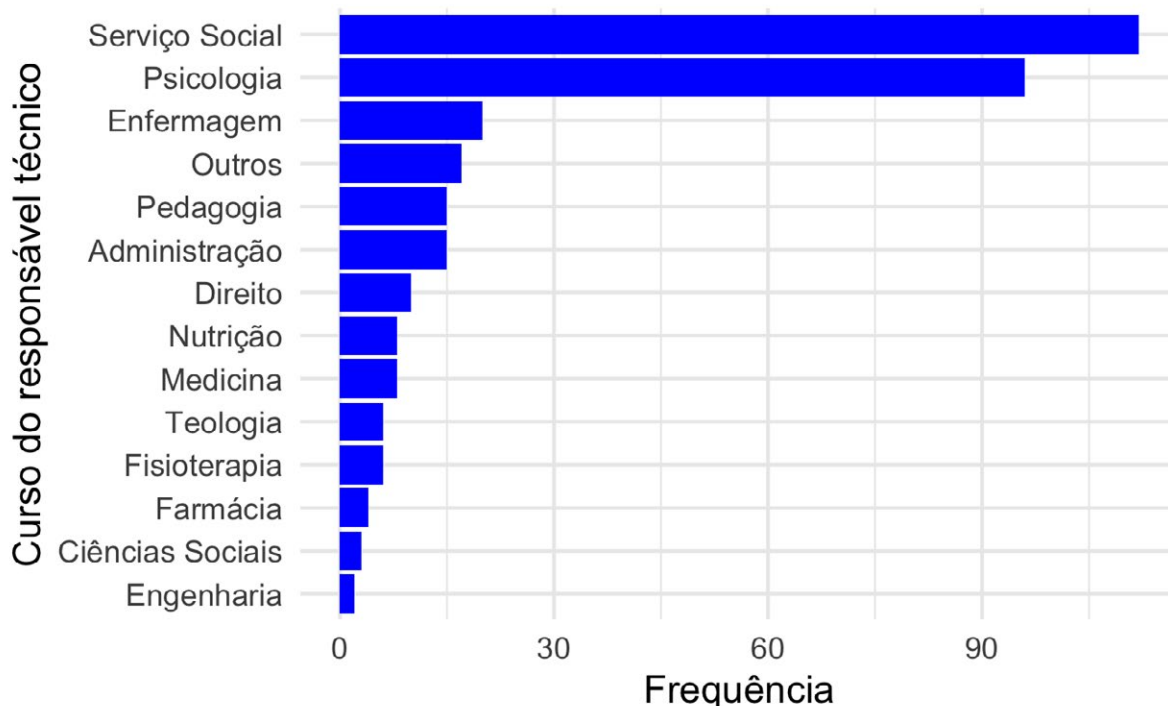
No segundo monitoramento (**Tabela 66 (b)**), mantém-se o mesmo padrão geral de formação acadêmica dos responsáveis técnicos, com predominância de Serviço Social e Psicologia, com uma maior diferença entre as duas áreas. Esse resultado sugere consistência no perfil profissional ao longo do tempo, sem mudanças estruturais relevantes na composição das formações. A **Figura 66**, reforça visualmente esse padrão.

Tabela 66 (b): Gráfico de Curso superior dos responsáveis técnicos no 2º monitoramento

Curso	Frequência	Porcentagem
Serviço Social	112	34,78
Psicologia	96	29,81
Enfermagem	20	6,21
Administração	15	4,66
Pedagogia	15	4,66
Direito	10	3,11
Medicina	8	2,48
Nutrição	8	2,48
Fisioterapia	6	1,86
Teologia	6	1,86
Farmácia	4	1,24
Ciências Sociais	3	0,93
Engenharia	2	0,62
Outros	17	5,28
Total	322	100,00

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Figura 66: Gráfico de Frequência dos cursos superiores dos responsáveis técnicos no 2º Monitoramento



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Do total de 324 entidades, 292 (90,1%) no 1º monitoramento e 301 (92,9%) no 2º mantêm um **profissional substituto como responsável técnico de nível superior**. Enquanto isso, 32 (9,9%) no 1º e 23 (7,1%) no 2º não mantêm um profissional de mesmo nível (**Tabela 67**).

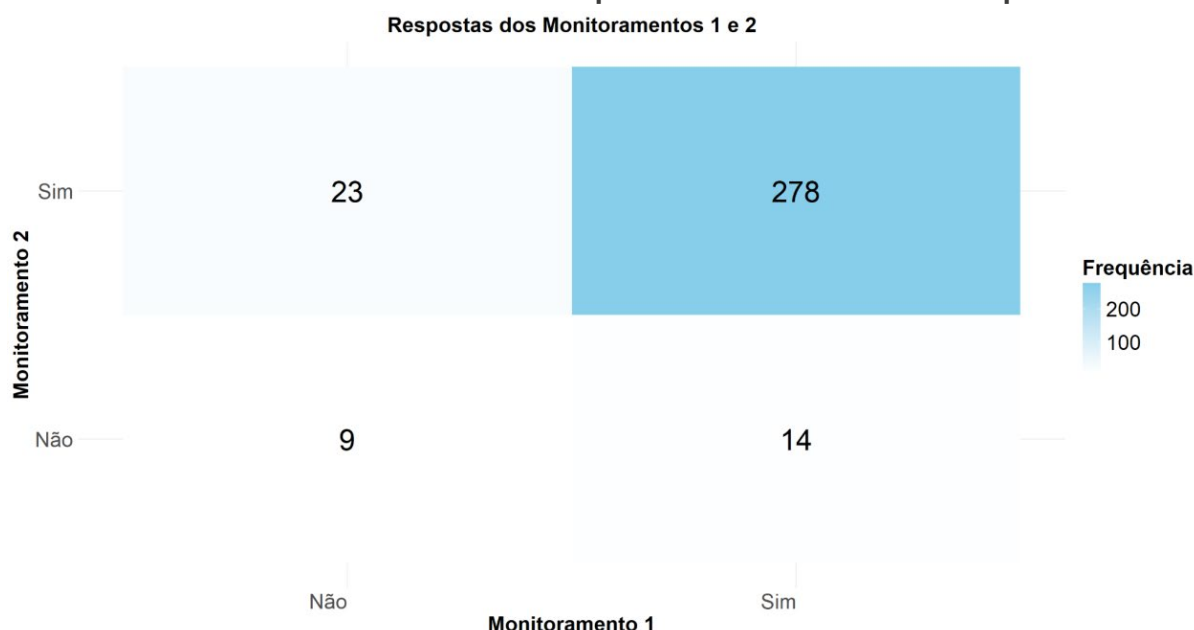
Tabela 67: Distribuição da variável que indica a existe substituto de responsável técnico de nível superior

Existência de substituto de responsável técnico de nível superior	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não	32	9,9%	23	7,1%
Sim	292	90,1%	301	92,9%
Total	324	100,0%	324	100,0

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Quanto ao fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de substituto de responsável técnico de nível superior, é possível perceber, a partir da **Figura 67**, que 278 entidades contam com esse profissional, enquanto 9 não contam em ambos os períodos. Em outras 23, não havia esse profissional no 1º, porém passaram a possuir no 2º. Enquanto isso, 14 apresentaram esse profissional no 1º, mas no 2º não mais.

Figura 67: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica se existe substituto de responsável técnico de nível superior



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Quanto à formação acadêmica dos substitutos no primeiro monitoramento (**Tabela 67 (a)**), observa-se novamente predominância das áreas de Psicologia e Serviço Social, seguidas por Administração e Pedagogia. Esse padrão é coerente com o observado entre os responsáveis técnicos titulares, indicando alinhamento entre os perfis profissionais. Das 289 entidades que informaram possuir substituto com nível superior, três não declararam o curso de formação, motivo pelo qual a análise considera 286 registros válidos.

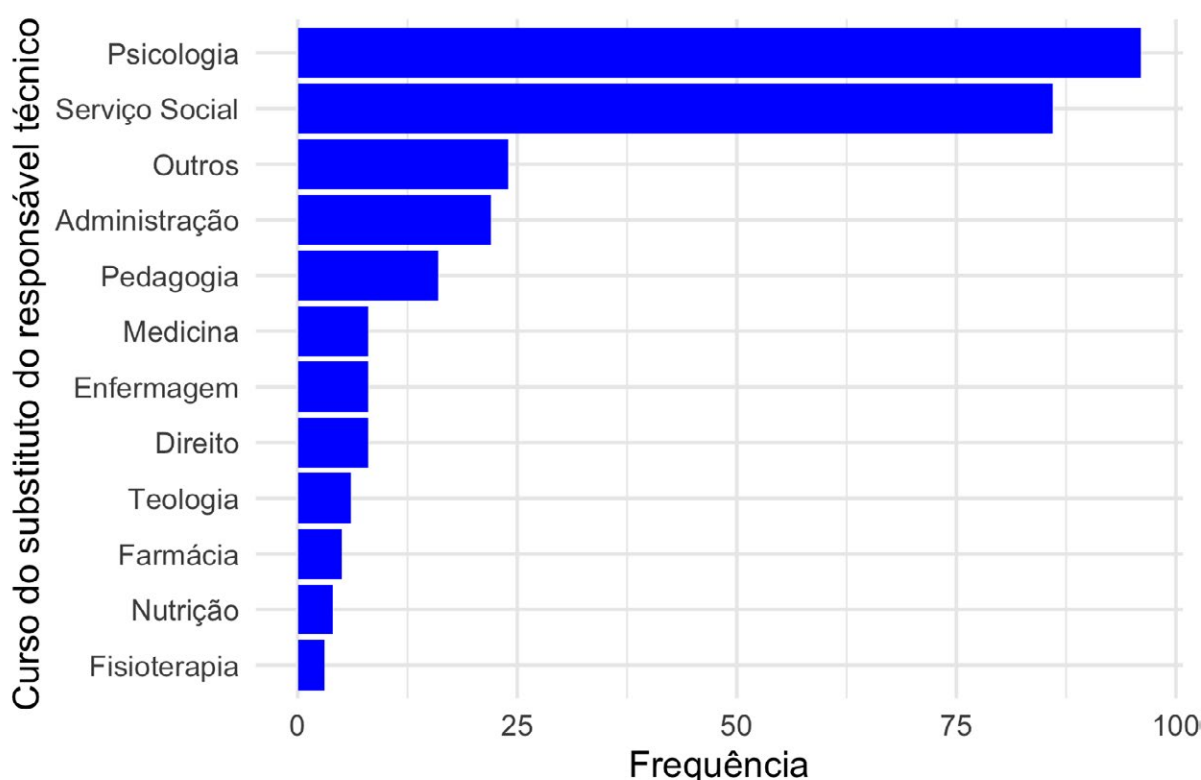
Tabela 67 (a): Curso superior dos substitutos dos responsáveis técnicos no 1º monitoramento

Curso	Frequência	Porcentagem
Psicologia	96	33,57
Serviço Social	86	30,07
Administração	22	7,69
Pedagogia	16	5,59
Direito	8	2,80
Enfermagem	8	2,80
Medicina	8	2,80
Teologia	6	2,10
Farmácia	5	1,75
Nutrição	4	1,40
Fisioterapia	3	1,05
Outro	24	8,39
Total	286	100,00

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

A **Figura 68** ilustra essa concentração, que se repete no segundo monitoramento ilustrado na **Figura 69**, e permite inferir que a concentração das formações dos substitutos dos responsáveis técnicos das entidades nos cursos de Serviço Social, Psicologia e Enfermagem está relacionada, provavelmente, ao caráter multifunção ou multitarefa desses profissionais na rotina das instituições. Essa configuração implica uma centralidade desses profissionais nas rotinas das entidades. Tais quais os responsáveis técnicos titulares, seus substitutos também devem estar em permanente processo de aperfeiçoamento profissional para lidar com as especificidades e complexidades da função.

Figura 68: Gráfico de Frequência dos cursos superiores dos substitutos dos responsáveis técnicos no 1º Monitoramento



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Tabela 67 (b): Curso superior dos substitutos dos responsáveis técnicos no 2º monitoramento

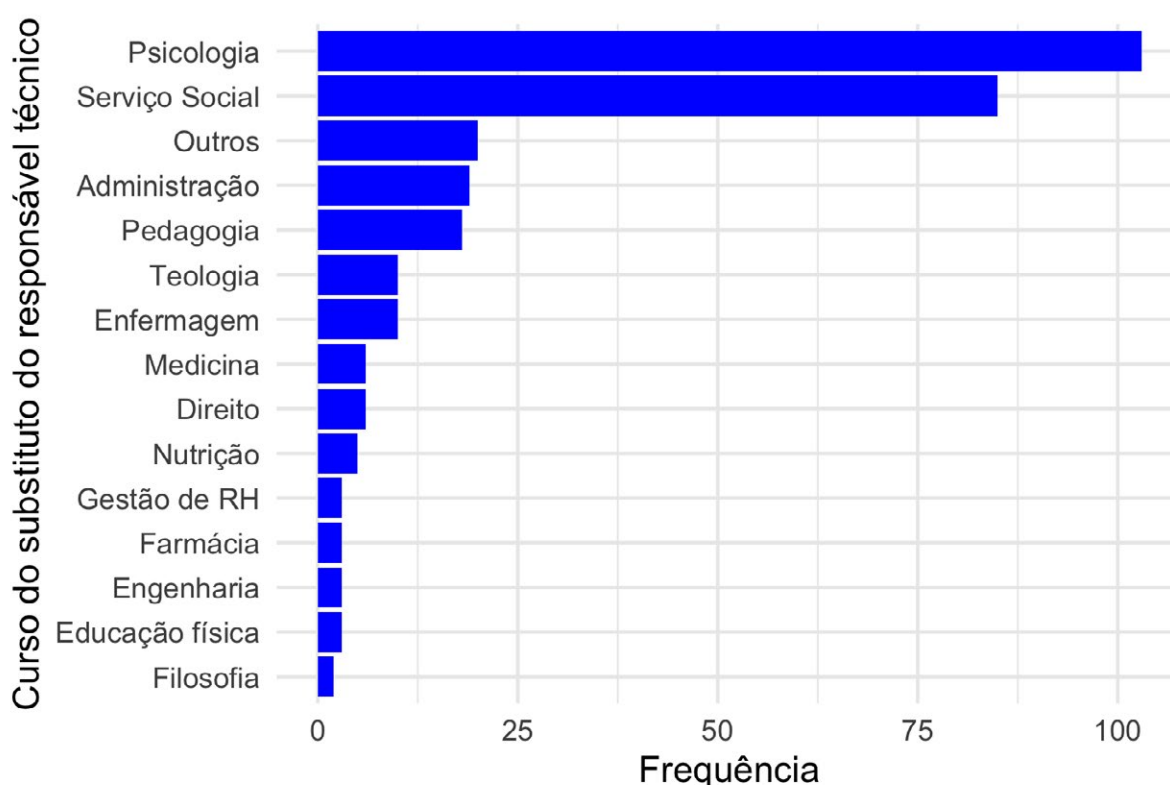
Curso	Frequência	Porcentagem
Psicologia	103	34,80
Serviço Social	85	28,72
Administração	19	6,42
Pedagogia	18	6,08
Enfermagem	10	3,38
Teologia	10	3,38
Direito	6	2,03
Medicina	6	2,03

Curso	Frequência	Porcentagem
Nutrição	5	1,69
Educação física	3	1,01
Engenharia	3	1,01
Farmácia	3	1,01
Gestão de RH	3	1,01
Filosofia	2	0,68
Outros	20	6,76
Total	296	100,00

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

No segundo monitoramento (**Tabela 67 (b)**), a distribuição dos cursos dos substitutos mantém a mesma configuração geral, com Psicologia e Serviço Social concentrando a maior parte dos profissionais, seguidas por Administração e Pedagogia. A presença de cursos adicionais, com baixas frequências relativas, reforça a diversidade de formações, ainda que sem alterar o perfil predominante. A **Figura 69** sintetiza graficamente esses resultados.

Figura 69: Gráfico de Frequência dos cursos superiores dos substitutos dos responsáveis técnicos no 2º Monitoramento



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Quando os responsáveis técnicos foram questionados se a instituição possuía profissionais que respondiam pelas questões operacionais durante todo o período de funcionamento da

entidade de acolhimento, podendo ser o responsável técnico ou outra pessoa designada para tal fim, verificou-se que 322 entidades (99,4%) no 1º monitoramento e 313 (96,6%) no 2º possuíam esse profissional, enquanto 2 (0,6%) no 1º e 11 (3,4%) no 2º, não (**Tabela 68**).

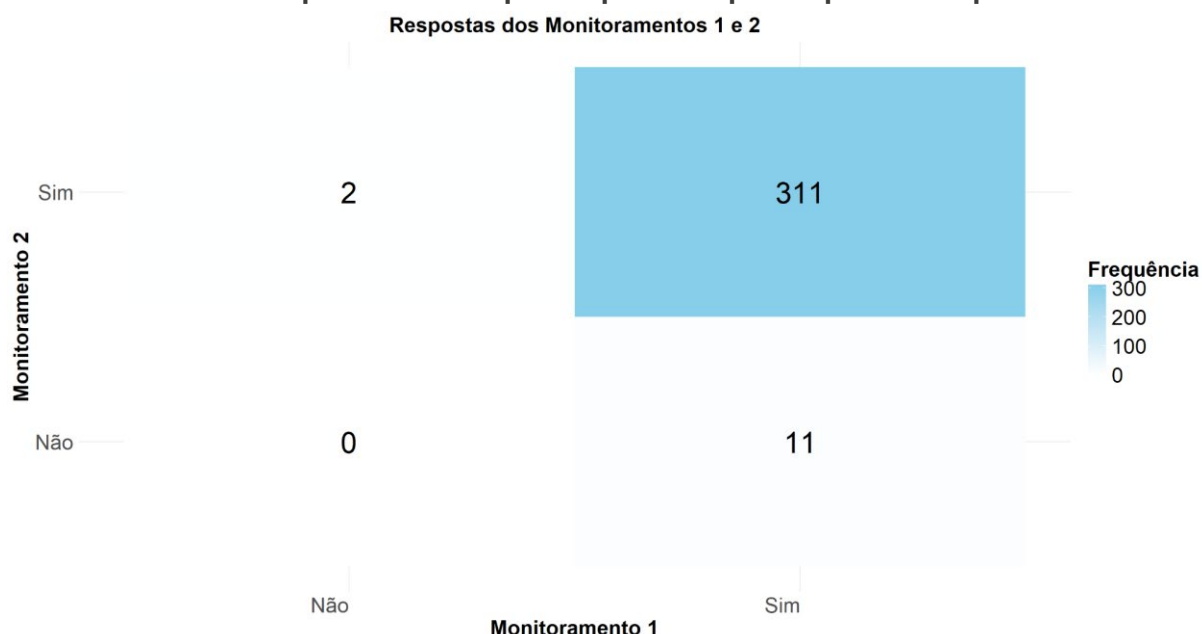
Tabela 68: Distribuição da variável que indica a existência de profissionais que respondem pelas questões operacionais

Existência de profissionais que respondem pelas questões operacionais	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não	2	0,6%	11	3,4%
Sim	322	99,4%	313	96,6%
Total	324	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Quanto ao fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de profissionais que respondem pelas questões operacionais, vale observar a **Figura 70**. Nela, é possível perceber que 311 entidades contam com esse profissional em ambos os monitoramentos. Em 2, não havia no 1º, mas passou a apresentar no 2º. Em outras 11, havia no 1º, porém no 2º, não.

Figura 70: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a existência de profissionais que respondem pelas questões operacionais



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Entre as entidades que mantinham profissionais que respondiam pelas questões operacionais durante todo o período de funcionamento da entidade de acolhimento, em 155 das 322 (48,1%) do 1º monitoramento e em 146 das 313 entidades (46,7%) do 2º possuíam **profissionais detentores de diplomas de nível superior**. De modo distinto, em 167 das 322 (51,9%) do 1º e em 167 das 313 (53,3%) do 2º havia profissional com essa graduação (**Tabela 69**).

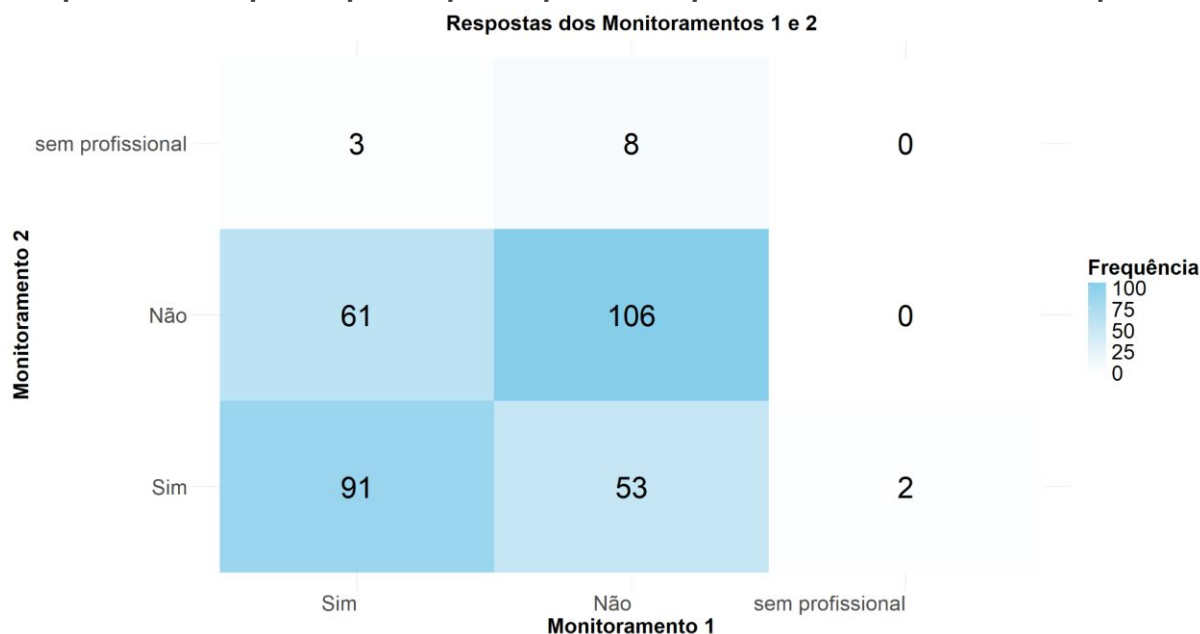
Tabela 69: Distribuição da variável que indica se o profissional que responde pelas questões operacionais tinha curso superior

O profissional que respondia pelas questões operacionais tinha curso superior	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não	167	51,9%	167	53,3%
Sim	155	48,1%	146	46,7%
Total	322	100,0%	313	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Em relação ao fluxo de mudanças entre o 1º e o 2º monitoramento da variável, a **Figura 71** evidencia que 91 entidades contavam com profissionais de nível superior em ambos os períodos, enquanto 106 não dispunham desse quadro. Verifica-se, ainda, que em 61 instituições esses profissionais estavam presentes no 1º monitoramento, mas ausentes no 2º, ao passo que em 53 entidades não constavam no 1º monitoramento, mas passaram a integrar a equipe no 2º, indicando movimentações significativas na composição do quadro ao longo do período analisado.

Figura 71: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica se o profissional que responde pelas questões operacionais tinham curso superior



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Considerando a importância desses profissionais para toda a rotina de atividades que envolvem as entidades de acolhimento, a análise foi verticalizada para descrever a configuração da formação superior desses profissionais. Essa investigação é importante para levantar tendências e indicar as possibilidades de construção de estratégias de aperfeiçoamento profissional para esse grupo profissional. Nesse sentido, a **Tabela 69 (a)** apresenta os percentuais das principais formações superiores indicadas entre os responsáveis pelas questões operacionais em todo o período de funcionamento da CT.

Tabela 69 (a): Curso superior dos profissionais que possam responder pelas questões operacionais durante todo o seu período de funcionamento da CT, podendo ser o próprio responsável técnico ou pessoa designada para tal fim no 1º monitoramento

Curso	Frequência	Porcentagem
Serviço Social	40	27,97
Psicologia	25	17,48
Administração	16	11,19
Teologia	12	8,39
Pedagogia	10	6,99
Direito	6	4,20
Enfermagem	6	4,20
Educação Física	3	2,10
Outros	25	17,48
Total	143	100,00

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

A distribuição dos cursos superiores dos profissionais responsáveis pelas questões operacionais no primeiro monitoramento (**Tabela 69 (a)**) revela predominância da área de Serviço Social, seguida por Psicologia e Administração. Observa-se ainda participação relevante de Teologia e Pedagogia, além de um conjunto diversificado de outras formações com menor frequência relativa. Das 144 entidades que informaram que esse profissional possuía curso superior, uma não especificou qual era a formação, razão pela qual a análise considera 143 registros válidos.

No segundo monitoramento (**Tabela 69 (b)**), a configuração das formações acadêmicas mantém padrão semelhante, com Serviço Social permanecendo como o curso mais frequente, seguido por Administração e Psicologia. Nota-se também aumento relativo da categoria “Outros”, indicando maior diversidade de formações entre os profissionais responsáveis pelas questões operacionais. Embora 143 entidades devessem informar o curso superior, apenas 141 o fizeram, o que explica a diferença entre o total esperado e o total analisado.

Tabela 69 (b): Curso superior dos profissionais que possam responder pelas questões operacionais durante todo o seu período de funcionamento da CT, podendo ser o próprio responsável técnico ou pessoa designada para tal fim no 2º monitoramento, para aqueles que informaram possuir curso superior.

Curso	Frequência	Porcentagem
Serviço Social	40	27,97
Psicologia	25	17,48
Administração	16	11,19
Teologia	12	8,39
Pedagogia	10	6,99
Direito	6	4,20
Enfermagem	6	4,20

Curso	Frequência	Porcentagem
Educação Física	3	2,10
Outros	25	17,48
Total	143	100,00

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

E, no que se refere à presença de equipe multidisciplinar em quantidade adequada e com formação compatível às atividades oferecidas no programa de acolhimento, 274 entidades (84,6%) no 1º monitoramento e 292 (90,1%) no 2º encontravam-se em conformidade. Por sua vez, 43 (13,3%) no 1º e 30 (9,3%) no 2º apresentavam-se “a melhorar”, enquanto 7 (2,2%) no 1º monitoramento e 2 (0,6%) no 2º encontravam-se em desconformidade, conforme demonstra a **Tabela 70**.

Tabela 70: Distribuição da variável que indica se a entidade dispõe de equipe multidisciplinar e com formação compatível às atividades oferecidas no programa de acolhimento

Equipe multidisciplinar	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
A melhorar	43	13,3%	30	9,3%
Conforme	274	84,6%	292	90,1%
Não conforme	7	2,2%	2	0,6%
Total	324	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Entre as duas entidades classificadas em desconformidade no 2º monitoramento quanto à composição e à documentação da equipe técnica, as observações apontam problemas estruturais na formalização e regularidade dos serviços prestados. Em uma delas, embora haja estagiários de psicologia e nutrição, não existe qualquer documentação comprobatória. Somado a isso, o profissional identificado como supervisor não atua de acordo com os requisitos formais esperados para supervisão técnica.

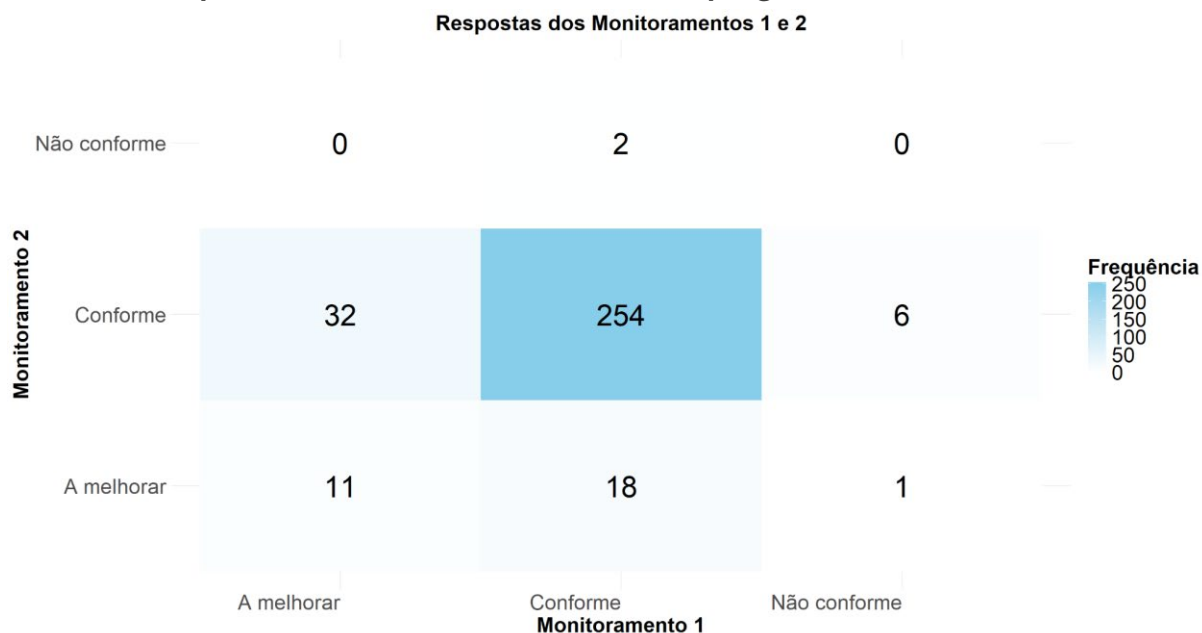
Na segunda entidade, a situação envolve ausência de profissionais responsáveis pelas oficinas e atuação voluntária de um psicólogo sem termo de voluntariado assinado, o que inviabiliza sua formalização no quadro técnico. Nota-se que a responsável técnica presente é habilitada na área da educação, com pós-graduação e mestrado, mas sua atuação não supre as lacunas relacionadas às funções terapêuticas previstas.

Por sua vez, a **Figura 72** apresenta o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica se a entidade dispõe de equipe multidisciplinar e com formação compatível às atividades oferecidas no programa de acolhimento. Nela, é possível perceber que, em 254 entidades, a situação é “conforme”, e em 11 a situação é “a melhorar” em ambos os períodos.

As demais entidades apresentaram alteração em sua classificação entre os dois períodos de monitoramento. Observa-se que 32 instituições, inicialmente avaliadas como “a melhorar” no 1º monitoramento, estavam em desconformidade no 2º; 18, inicialmente em conformidade, passaram para “a

melhorar"; 2 entidades evoluíram de “conforme” para “não conforme”; 1 passou de “não conforme” para “a melhorar”; e, por fim, 6 entidades classificadas como “não conforme” no 1º monitoramento foram reclassificadas como “conforme” no período subsequente, evidenciando variações significativas na adequação às normas e procedimentos avaliados.

Figura 72: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica se a entidade dispõe de equipe multidisciplinar e com formação compatível às atividades oferecidas no programa de acolhimento



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Quando questionadas se promovem, de forma permanente, a qualificação dos membros da equipe que atua no serviço, garantindo formação compatível com a função a ser executada, 285 entidades (88%) no 1º monitoramento e 280 (86,4%) no 2º estão em conformidade. Enquanto isso, 30 (9,3%) no 1º e 34 (10,5%) no 2º estão “a melhorar”. Outras 9 (2,8%) no 1º e 10 (3,1%) no 2º estão como situação de “não conforme”, o que pode ser observado na [Tabela 71](#).

Tabela 71: Distribuição da variável que indica a qualificação permanente da equipe com ênfase na função exercida

Qualificação permanente da equipe	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
A melhorar	30	9,3%	34	10,5%
Conforme	285	88,0%	280	86,4%
Não conforme	9	2,8%	10	3,1%
Total	324	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

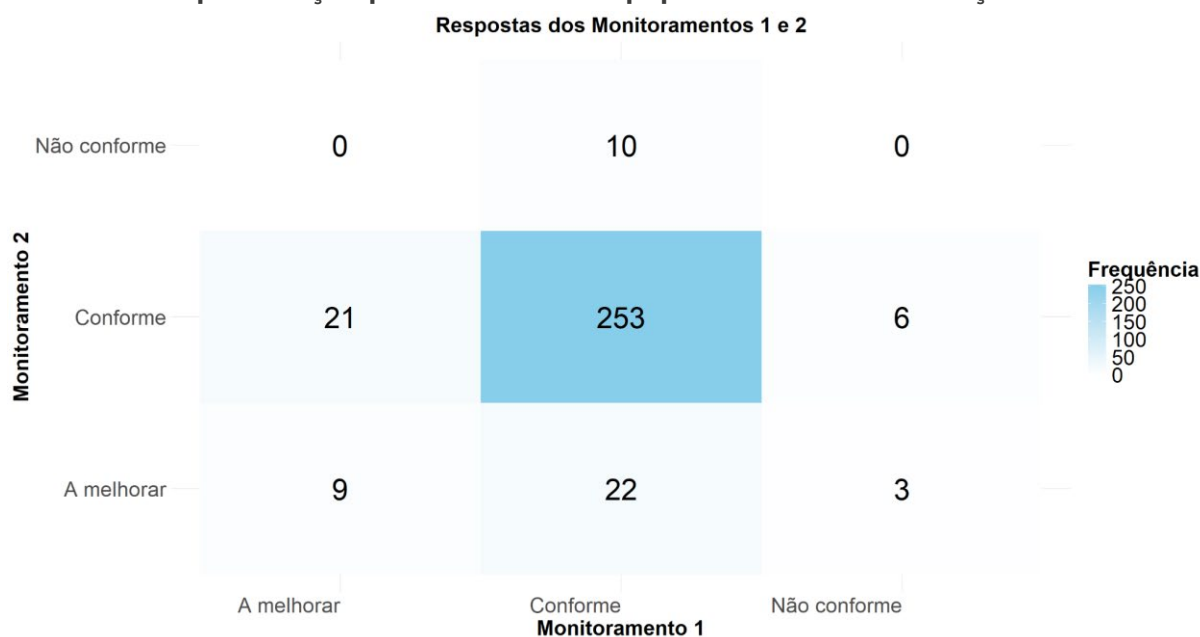
Entre as 10 entidades em desconformidade no 2º monitoramento quanto às capacitações da equipe, em 4 foi relatada ausência total de cursos de capacitação, evidenciando falha estrutural na

formação continuada dos profissionais. Em outras 3, embora os responsáveis tenham afirmado que as capacitações ocorram, não foram apresentados certificados, nem houve clareza sobre os conteúdos ou periodicidade, sugerindo informalidade ou falta de registro das ações formativas.

Sobre o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável relativa à qualificação permanente da equipe, com ênfase na função exercida, a **Figura 73** evidencia que, em 253 entidades, a situação manteve-se “conforme” em ambos os períodos. Por sua vez, em 9 instituições, a classificação permaneceu como “a melhorar” ao longo do mesmo intervalo.

As demais entidades apresentaram alterações em sua situação entre o 1º e o 2º monitoramento, distribuindo-se da seguinte forma: 21 passaram de “a melhorar” para “conforme”, enquanto 22 que eram “conforme” migraram para “a melhorar”. Ademais, 10 entidades classificadas como “conforme” no 1º monitoramento passaram para “não conforme”, 3 que eram “não conforme” passaram para “a melhorar” e 6 entidades migraram de “não conforme” para “conforme” no período subsequente.

Figura 73: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a qualificação permanente da equipe com ênfase na função exercida



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Quando questionadas se dispõem de escala de serviço ou outro mecanismo de controle da permanência dos profissionais na entidade, 270 entidades (83,3%) no 1º monitoramento e 263 (81,2%) no 2º se apresentaram em conformidade, enquanto que 29 (9,0%) no 1º e 33 (10,2%) no 2º “a melhorar”. Outras 25 (7,7%) no 1º e 28 (8,6%) no 2º se apresentaram em desconformidade (**Tabela 72**).

Tabela 72: Distribuição da variável que indica se a entidade dispõe de escala de serviço ou outro mecanismo de controle da permanência dos profissionais na entidade

Dispõe de escala de serviço ou outro mecanismo de controle da permanência dos profissionais na entidade	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
A melhorar	29	9,0%	33	10,2%
Conforme	270	83,3%	263	81,2%
Não conforme	25	7,7%	28	8,6%
Total	324	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Vale notar que, entre as 28 entidades em desconformidade no 2º monitoramento quanto à escala de serviço, as observações registradas convergem amplamente para um mesmo padrão: a inexistência de uma escala formalizada.

E, para uma melhor compreensão sobre o fluxo de mudança desse aspecto entre o 1º e o 2º monitoramento, cabe conferir o que apresenta a **Figura 74**. Nela, é possível perceber que, em 231 entidades, a situação é “conforme”, enquanto em 7 a situação é “a melhorar”. Para outras 9, a situação é “não conforme” em ambos os períodos.

As demais entidades alteraram sua situação entre os dois ciclos de monitoramento de diferentes formas. Observa-se que 19 instituições, inicialmente classificadas como “a melhorar” no 1º monitoramento, passaram para “conforme” no 2º, enquanto 3 mudaram de “a melhorar” para “não conforme”. Entre as entidades inicialmente avaliadas como “conforme”, 23 passaram para “a melhorar” e 16 para “não conforme”.

E, quanto às instituições que estavam “não conforme” no 1º monitoramento, 3 passaram para “a melhorar” e 13 foram reclassificadas como “conforme” no ciclo seguinte. Esses dados evidenciam movimentos significativos, tanto de avanço quanto de regressão, na adequação das entidades às normas e procedimentos avaliados.

Figura 74: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica se a entidade dispõe de escala de serviço ou outro mecanismo de controle da permanência dos profissionais na entidade



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Por fim, em relação à manutenção de ficha de registro de empregados, 254 entidades (78,4%) no 1º monitoramento e 260 entidades (80,2%) no 2º estavam em conformidade, enquanto 39 (12,0%) no 1º e 32 (9,9%) no 2º estavam “a melhorar”. Além disso, 31 entidades (9,6%) no 1º monitoramento e 32 (9,9%) no 2º se apresentaram na condição de “não conforme” (Tabela 73).

Tabela 73: Distribuição da variável que indica a manutenção de ficha de registro de empregados

Manutenção de ficha de registro de empregados	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
A melhorar	39	12,0%	32	9,9%
Conforme	254	78,4%	260	80,2%
Não conforme	31	9,6%	32	9,9%
Total	324	100,0%	324	100,0%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

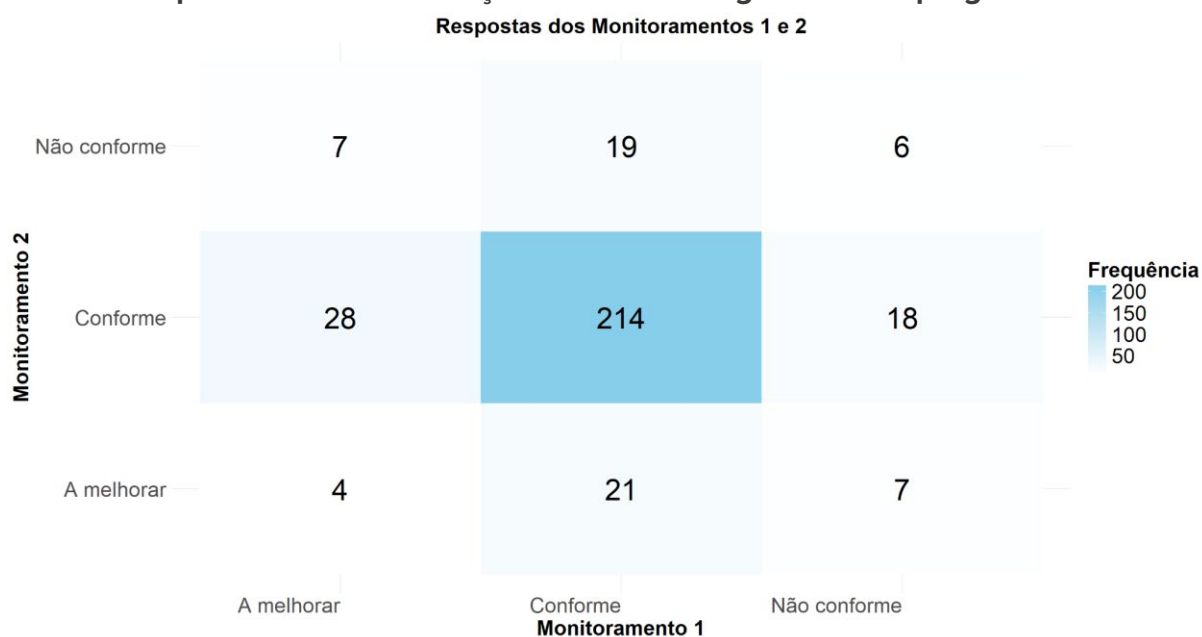
Entre as 32 entidades classificadas como em desconformidade quanto às fichas de registro de empregados no 2º monitoramento, em 16 delas foi relatada a inexistência completa da ficha de registro, indicando falha estrutural nos procedimentos de documentação de pessoal. Outras 8 justificaram a ausência, afirmando que todos os trabalhadores são voluntários, o que, segundo elas, dispensaria o uso desse instrumento. Além disso, 1 entidade informou que toda a equipe é terceirizada, motivo pelo qual não mantém fichas próprias. Outras 4 afirmaram que as fichas existem, mas estão arquivadas em outros locais, como escritórios de contabilidade ou sedes administrativas externas. Por fim, 1 entidade declarou estar implantando o sistema de registro.

É possível perceber, a partir da **Figura 75**, que apresenta o fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável, que em 214 entidades a situação é “conforme”. Em outras 4, a situação é “a melhorar”, enquanto 6 estão para “não conforme” em ambos os períodos.

As demais entidades apresentaram alterações em sua classificação entre os dois períodos de monitoramento, evidenciando movimentos tanto de aprimoramento quanto de regressão no cumprimento dos critérios avaliados. Observou-se que 28 entidades inicialmente classificadas como “a melhorar” no 1º monitoramento evoluíram para a condição “conforme” no 2º, enquanto 7 passaram a ser consideradas em desconformidade. Por outro lado, entre aquelas que haviam sido avaliadas como “conforme” no 1º monitoramento, 21 foram reclassificadas como “a melhorar” no 2º, e 19 passaram à condição de “não conforme”.

Adicionalmente, verificaram-se mudanças relevantes entre as entidades inicialmente classificadas como “não conforme”. Desse grupo, 7 avançaram para a categoria “a melhorar” no 2º monitoramento, ao passo que 18 obtiveram evolução mais expressiva, de “não conforme” a “conforme” no 2º monitoramento. Esses resultados indicam uma dinâmica heterogênea de desempenho institucional de um período a outro de análise, reforçando a importância do acompanhamento contínuo e da adoção de estratégias sistemáticas de qualificação dos serviços.

Figura 75: Fluxo de mudança entre o 1º e o 2º monitoramento da variável que indica a manutenção de ficha de registro de empregados



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

1.25 Plano de Atendimento Singular (PIA/PAS)

O Plano de Atendimento Singular (PAS) e o Plano Individual de Atendimento (PIA) são documentos fundamentais e individualizados que norteiam o tratamento de cada acolhido na entidade. Sendo assim, nesta seção apresentaremos uma comparação dos dados colhidos em ambos os ciclos junto

às entidades de acolhimento em que há vagas para acolhidos por meio da contratação da União, pelo Depad, com o objetivo de compreender as questões concernentes ao PIA/PAS nessas instituições. Cumpre, por fim, assinalar que foram consideradas, nestas análises, somente as entidades que participaram de ambos os monitoramentos.

Para uma melhor compreensão, a **Tabela 74**, a seguir, apresenta a comparação entre o 1º e o 2º monitoramento quanto à existência de PIA/PAS com registro periódico do atendimento dispensado e das intercorrências clínicas. Observa-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 293 (90,0%) para 300 (93,0%). Essa elevação representa uma melhoria de aproximadamente 3 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

Por outro lado, aquelas classificadas como “a melhorar” mantiveram-se praticamente estáveis, com uma leve redução de 6,8% para 6,5%. Enquanto isso, o percentual daquelas em desconformidade diminuiu de 2,8% para 0,9%, evidenciando uma tendência geral de aprimoramento entre os dois ciclos.

Em síntese, os dados dessa tabela sugerem um avanço consistente na adoção de procedimentos adequados para registro e acompanhamento do atendimento aos acolhidos.

Tabela 74: Distribuição da conformidade do registro referente à existência de PIA/PAS individualizado para cada acolhido, com o registro periódico do atendimento dispensado, bem como se eventuais intercorrências clínicas são observadas, ressaltadas as de natureza sigilosa constantes no art. 8º, da Portaria MDS nº 926, nos monitoramentos 1 e 2

Cada acolhido possui PIA/PAS com o registro periódico do atendimento dispensado, bem como eventuais intercorrências clínicas são observadas	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	293	90,0%	300	93,0%
A melhorar	22	6,8%	21	6,5%
Não Conforme	9	2,8%	3	0,9%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

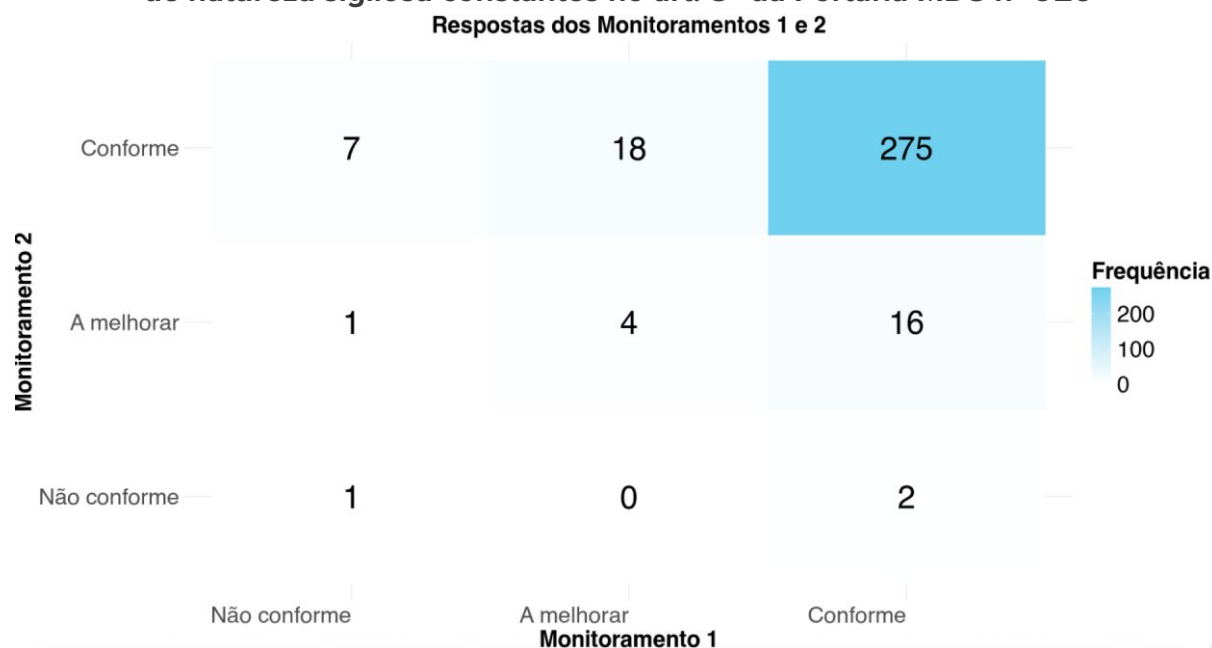
Logo adiante, a **Figura 76** detalha das transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, permitindo observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo. Nota-se que 275 entidades (84,9%) se mantiveram em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas.

Entre as demais, verifica-se que 25 (7,7%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação. Em contrapartida, 18 entidades (5,6%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando casos pontuais de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Além disso, o relato dos monitores no 2º monitoramento apontam que, em diversos casos de desconformidade, existem PIA/PAS com registros incompletos ou não padronizados para todos os

acolhidos, o que pode estar relacionado ao grau de informatização das CTs, à organização dos dados dos acolhidos ou mesmo à capacitação da equipe da entidade para lidar com gestão de dados pessoais. Cumpre dizer que esse elemento deve ser considerado como um dos eixos para aperfeiçoamento do sistema de acolhimento, levando-se em conta a posição estratégica do documento no projeto terapêutico do acolhido.

Figura 76: Fluxo de mudança no *status* de registro do 1º para o 2º monitoramento. Cada acolhido possui PIA/PAS com o registro periódico do atendimento dispensado, bem como eventuais intercorrências clínicas são observadas, ressalvadas as de natureza sigilosa constantes no art. 8º da Portaria MDS nº 926



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

As informações do acolhido presentes no PIA/PAS também foram um ponto de questionamento aos responsáveis técnicos das entidades. Sobre isso, a **Tabela 75** apresenta a comparação entre o 1º e o 2º monitoramento **quanto à coleta dos dados pessoais dos acolhidos nos PIA/PAS das entidades**. Observa-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 315 (97,0%) para 311 (96,0%).

Por outro lado, instituições classificadas como “a melhorar” apresentaram um leve aumento, de 6 (1,6%) para 10 (3,1%). Enquanto isso, as “não conformes” mantiveram-se estáveis em 3 (0,9%).

Pode-se afirmar, por fim, que os resultados indicam estabilidade geral entre os dois monitoramentos.

Tabela 75: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades.
No PIA/PAS, constam dados pessoais do acolhido nos monitoramentos 1 e 2

Nos PIA/PAS, constam dados pessoais do acolhido	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	315	97,0%	311	96,0%
A melhorar	6	1,6%	10	3,1%
Não Conforme	3	0,9%	3	0,9%
Total	324	100%	324	100%

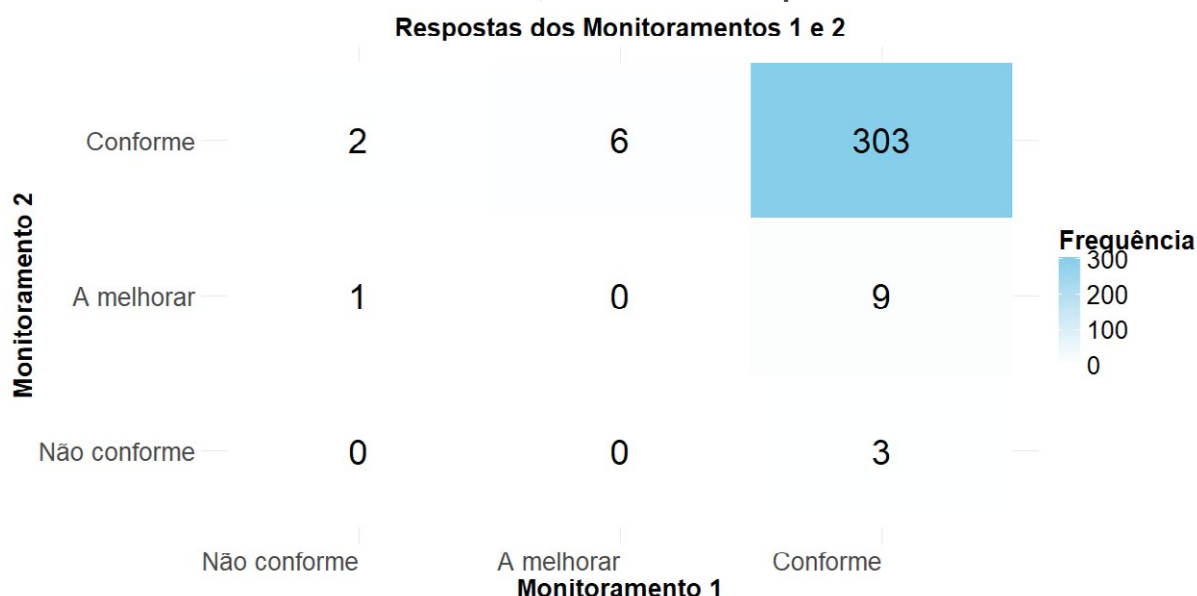
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Sobre o mesmo tópico, a **Figura 77** detalha as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, permitindo observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo. Nota-se que 303 delas (93,5%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as outras, observa-se que 8 (2,5%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação.

Em contrapartida, 12 entidades (3,7%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”. Tal quadro demonstra casos pontuais de descontinuidades nos registros ou no acompanhamento.

Ao observar as anotações dos monitores, nos poucos casos que indicam a “melhorar” ou “não conforme” no que diz respeito ao registro dos dados pessoais do acolhido no PIA/PAS, verificou-se que os dados existem, mas de forma parcial e, muitas vezes, não se encontraram em fichas assinadas, mas em documentos secundários de controle de admissão. Essa configuração também tem relação com as limitações de informatização das entidades e mesmo ausência de padronização do PIA/PAS pelo Depad, objeto que precisa de atenção em relação às estratégias para aperfeiçoamento do sistema de acolhimento.

Figura 77: Fluxo de mudança no *status* de registro do 1º para o 2º monitoramento. No PIA/PAS, constam dados pessoais do acolhido



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Por sua vez, a **Tabela 76** apresenta a comparação entre o 1º e o 2º monitoramento quanto à existência de PIA/PAS com registro da indicação dos familiares ou pessoas indicadas pelo acolhido, os respectivos contatos, bem como a evolução do vínculo familiar durante o período de acolhimento.

Para esse caso, a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 282 (87,0%) para 303 (94,0%). Esses dados demonstram uma melhora de aproximadamente 7 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

Paralelamente, aquelas instituições classificadas como “a melhorar” apresentaram uma diminuição em seus casos, de 36 (11%) para 17 (5,2%). Enquanto isso, as “não conformes” mantiveram-se semelhantes em ambos monitoramentos, com 6 (1,9%) casos no 1º e 4 (1,2%) no 2º.

Em linhas gerais, os dados da **Tabela 76** sugerem uma melhora na adoção de procedimentos adequados para registro de pessoas indicadas pelos acolhidos.

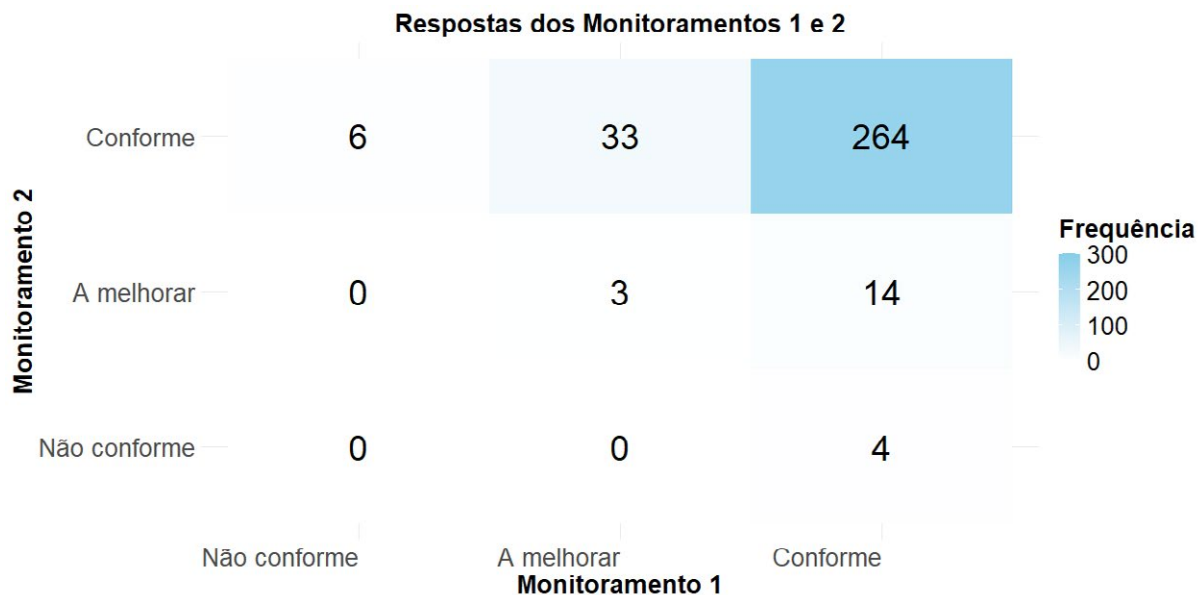
Tabela 76: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. No PIA/PAS, constam indicação dos familiares ou pessoas indicadas pelo acolhido, os respectivos contatos, bem como a evolução do vínculo familiar durante o período de acolhimento nos monitoramentos 1 e 2

No PIA/PAS, constam a indicação dos familiares ou pessoas indicadas pelo acolhido, os respectivos contatos, bem como a evolução do vínculo familiar durante o período de acolhimento	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	282	87,0%	303	94,0%
A melhorar	36	11%	17	5,2%
Não conforme	6	1,9%	4	1,2%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Para uma melhor compreensão, a **Figura 78** detalha as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, permitindo observar a estabilidade ou mudança de situação ao longo de ambos os períodos.

Figura 78: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. No PIA/PAS, constam indicação dos familiares ou pessoas indicadas pelo acolhido, os respectivos contatos, bem como a evolução do vínculo familiar durante o período de acolhimento



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Verifica-se que 264 entidades (81,5%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as demais, observa-se que 39 (12%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação.

Porém, 18 entidades (5,6%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”. Isso demonstra casos pontuais de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

E, segundo relato dos monitores, em alguns casos a informação existia em outros formulários, mas não necessariamente no documento identificado como PIA/PAS. Em outros casos, havia a indicação dos familiares, mas não no campo “contatos”. Enquanto isso, outros relatos dão conta de que o modelo antigo da ficha não possuía esse campo, o que aponta, mais uma vez, para necessidade de padronização e digitalização do formulário PIA/PAS, com foco no aperfeiçoamento da gestão dos dados.

Há de se considerar que nem sempre os beneficiários têm os contatos de seus familiares e/ou amigos, devido ao rompimento dos laços afetivos ao longo da trajetória e à vivência com os transtornos gerados pelas substâncias psicoativas. Tais procedimentos acabam por não ser alcançados pelas instituições de imediato e representam desafios a serem superados. Ressalte-se ainda que não ter contato com os familiares e amigos não pode ser barreira para o ingresso na entidade.

Ainda no que se refere às informações contidas nos PIA/PAS, a Tabela 77 apresenta a comparação entre o 1º e o 2º monitoramento quanto à existência do referido plano, com registro do histórico de acompanhamento psicossocial, abrangendo internações, acolhimentos e outras modalidades de tratamento. Cumpre lembrar, nesse sentido, que as atividades terapêuticas realizadas durante o acolhimento deverão constar no PIA/PAS de cada pessoa, conforme descritas no § 1º, art. 12 da Resolução 01/2015, Conad.

Constata-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 287 (89,0%) para 303 (94,0%). Essa elevação representa uma melhoria de aproximadamente 5 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

Em paralelo, houve o decaimento das entidades classificadas como “a melhorar”, com uma redução de 31 (9,6%) para 14 (4,3%), enquanto as “não conformes” mantiveram-se semelhantes, de 6 (1,9%) para 7 (2,2%). Esse quadro evidencia uma tendência geral de aprimoramento entre os dois ciclos de monitoramento.

Em síntese, os dados da Tabela 77 sugerem um avanço consistente na adoção de procedimentos adequados para registro e acompanhamento do atendimento aos acolhidos.

Tabela 77: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades.
No PIA/PAS, consta histórico de acompanhamento psicossocial, incluindo eventuais internações, acolhimento e outras formas de tratamento, nos monitoramentos 1 e 2

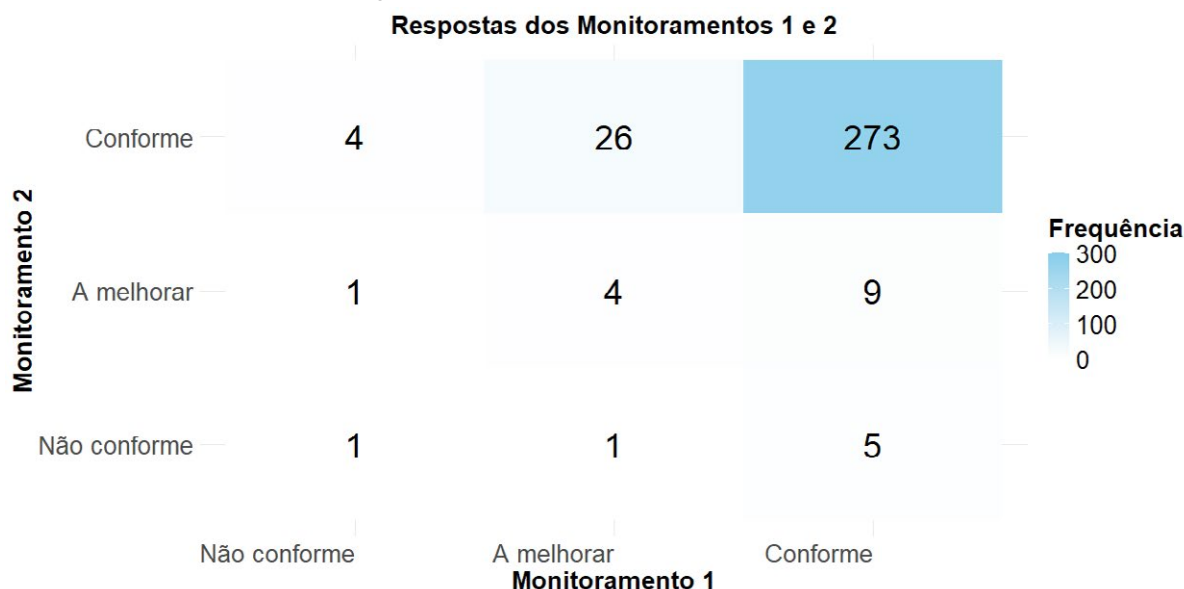
No PIA/PAS, consta: histórico de acompanhamento psicossocial, incluindo eventuais internações, acolhimento e outras formas de tratamento	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	287	89,0%	303	94,0%
A melhorar	31	9,6%	14	4,3%
Não conforme	6	1,9%	7	2,2%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Apesar da prevalência da resposta “conforme” para esse tópico, alguns monitores no 2º monitoramento observaram a inexistência de um campo específico no formulário do PAS para registrar esse tipo de dado e o preenchimento incompleto ou excessivamente genérico dos documentos. Essa situação, de certo modo, pode limitar a qualidade das evidências disponíveis.

Sobre as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, permitindo observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo, cumpre analisar o que apresenta a **Figura 79**.

Figura 79: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento.
No PIA/PAS, consta histórico de acompanhamento psicossocial, incluindo eventuais internações, acolhimento e outras formas de tratamento



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Nota-se que 273 entidades (84,3%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as demais, outras 30 (9,3%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação.

Entretanto, 14 (4,3%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”. Esse cenário demonstra casos pontuais de descontinuidades nos registros ou no acompanhamento.

Também foi levantada junto aos responsáveis técnicos a indicação de profissional de referência da equipe da instituição para o acompanhamento do acolhido no PIA/PAS, o que pode ser verificado na **Tabela 78**, com dados comparativos entre o 1º e o 2º monitoramento.

Tabela 78: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. No PIA/PAS, consta indicação do profissional de referência da equipe da instituição para acompanhamento do acolhido nos monitoramentos 1 e 2

No PIA/PAS, consta indicação do profissional de referência da equipe da instituição para acompanhamento do acolhido	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	278	86,0%	272	84,0%
A melhorar	34	10,0%	23	7,1%
Não Conforme	12	3,7%	29	9,0%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Verifica-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 278 (86,0%) para 272 (84,0%). Essa redução representa uma piora de aproximadamente 2 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas. Em paralelo, houve o decaimento das entidades classificadas como “a melhorar”, com uma redução de 34 (10,0%) para 23 (7,1%). Além disso, aquelas em desconformidade tiveram um aumento de 12 (3,7%) para 29 (9,0%), evidenciando uma tendência geral de piora entre os dois ciclos de monitoramento.

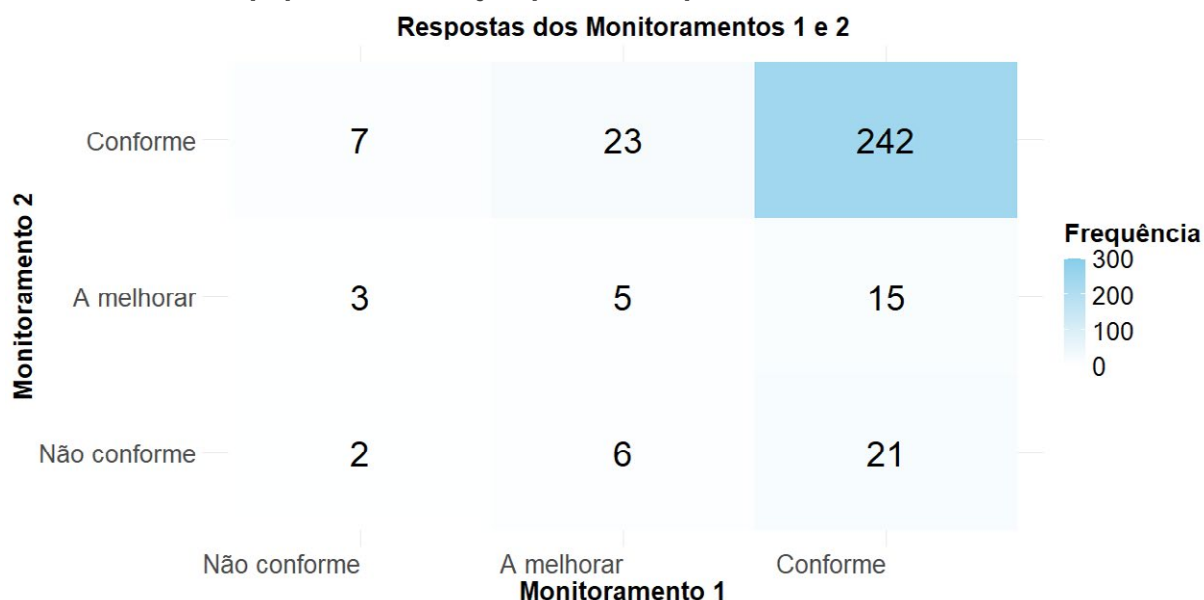
Em síntese, os dados da **Tabela 78** sugerem um retrocesso na adoção de procedimentos adequados para registro e acompanhamento do atendimento aos acolhidos quanto à indicação de profissional de referência da equipe da instituição.

Cumprе mencionar que os relatos dos monitores no 2º monitoramento indicam que a ausência da informação decorre principalmente de duas limitações estruturais. A primeira diz respeito à falta de um campo específico para registro no PIA/PAS, enquanto a outra se refere ao preenchimento incompleto ou inadequado dos documentos existentes.

A partir da **Figura 80**, notaremos que ela detalha as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, permitindo observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo. Verifica-se que 242 entidades (74,7%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas, apesar de um percentual menor do que os indicadores avaliados anteriormente. Entre as demais, observa-se que 30 (9,3%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”. Esse quadro indica um movimento positivo de adequação.

Em contrapartida, 36 (11,1%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”. Essa situação demonstra casos de descontinuidades nos registros ou no acompanhamento.

Figura 80: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. No PIA/PAS, consta indicação do profissional de referência da equipe da instituição para acompanhamento do acolhido



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Por sua vez, a **Tabela 79** apresenta a comparação entre os dois monitoramentos quanto à informação no PIA/PAS sobre quais substâncias psicoativas são utilizadas pelo acolhido que o levou ao tratamento.

Tabela 79: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. No PIA/PAS, consta(m) qual(is) a(s) substância(s) psicoativa(s) de que faz uso o acolhido e que o levou/levaram ao tratamento nos monitoramentos 1 e 2

Nos PIA/PAS, consta(m) qual(is) a(s) substância(s) psicoativa(s) de que faz uso o acolhido e que o levou ao tratamento	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	310	95,7%	314	97,0%
A melhorar	10	3,1%	5	1,5%
Não Conforme	4	1,2%	5	1,5%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Observa-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 310 (95,7%) para 314 (97,0%). Essa elevação representa um acréscimo de aproximadamente 1,3 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas.

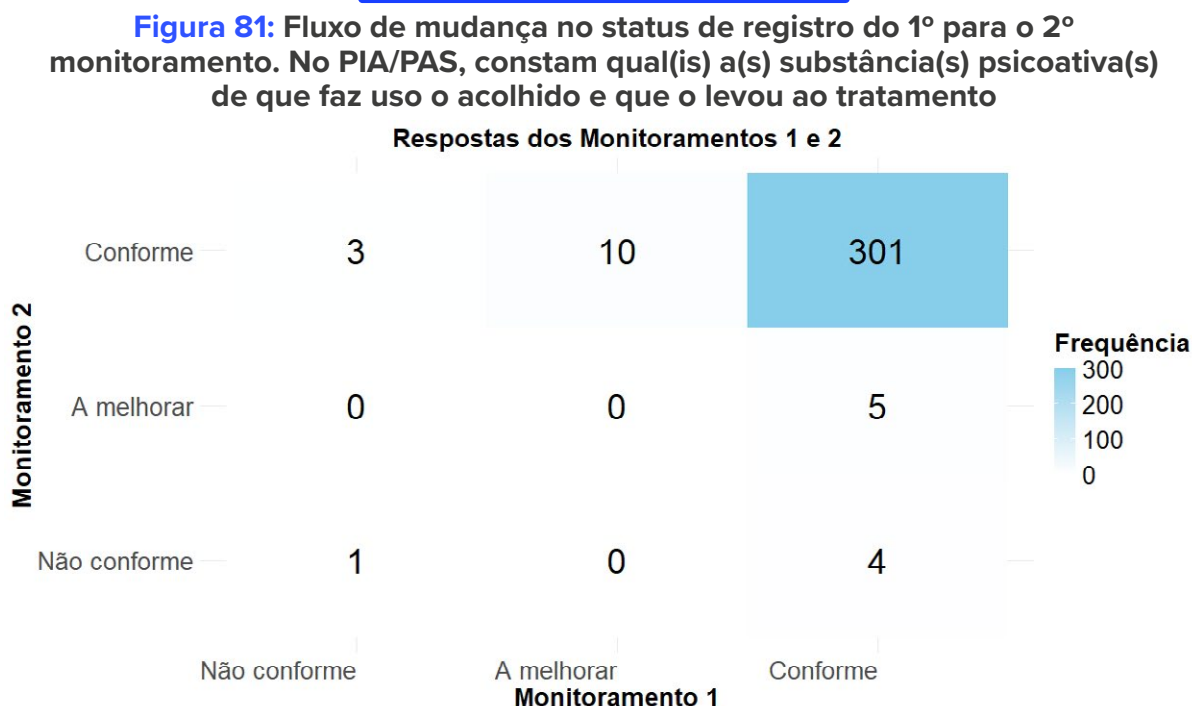
Em paralelo, houve o decaimento das instituições classificadas como “a melhorar”, com uma redução de 10 (3,1%) para 5 (1,5%). Enquanto isso, as “não conformes” tiveram um leve aumento de 4 (1,2%) para 5 (1,5%), evidenciando uma tendência geral de aprimoramento entre os dois ciclos de monitoramento.

De modo resumido, os dados da **Tabela 79** sugerem um avanço na adoção de procedimentos adequados para o registro e o acompanhamento do atendimento aos acolhidos nas instituições.

E, por sua vez, os relatos dos monitores no 2º monitoramento apontam que a ausência do dado está relacionado com a falta do registro no atual modelo do PIA/PAS. Alguns possuem a informação, mas em outra documentação, e não necessariamente no documento PIA/PAS do acolhido.

Quanto à **Figura 81**, detalha as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, permitindo observar a estabilidade ou mudança de situação ao longo do tempo. A partir dela, nota-se que 301 instituições (92,9%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as demais, 13 (4,0%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação.

No entanto, 9 instituições (2,8%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”. De certo modo, isso demonstra casos pontuais de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Outro tópico diz respeito à motivação para o acolhimento. Em uma comparação entre o 1º e o 2º monitoramento quanto à informação no PIA/PAS, conforme a **Tabela 80**, observa-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 277

(85,5%) para 282 (87,0%). Essa elevação representa uma melhoria de aproximadamente 1,5 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas. Em paralelo, houve o decaimento das instituições classificadas como “a melhorar”, com uma redução de 35 (10,8%) para 26 (8,0%), enquanto as “não conformes” apresentaram aumento de 12 (3,7%) para 16 (5,0%).

Resumidamente, os dados da **Tabela 80** indicam uma tendência geral de aprimoramento, marcada pelo aumento das entidades em situação “conforme” e pela redução das classificadas como “a melhorar”, apesar do pequeno acréscimo nas situações de não conformidade.

Tabela 80: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. No PIA/PAS, consta motivação para o acolhimento nos monitoramentos 1 e 2

No PIA/PAS, consta motivação para o acolhimento	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	277	85,5%	282	87,0%
A melhorar	35	10,8%	26	8,0%
Não Conforme	12	3,7%	16	5,0%
Total	324	100%	324	100%

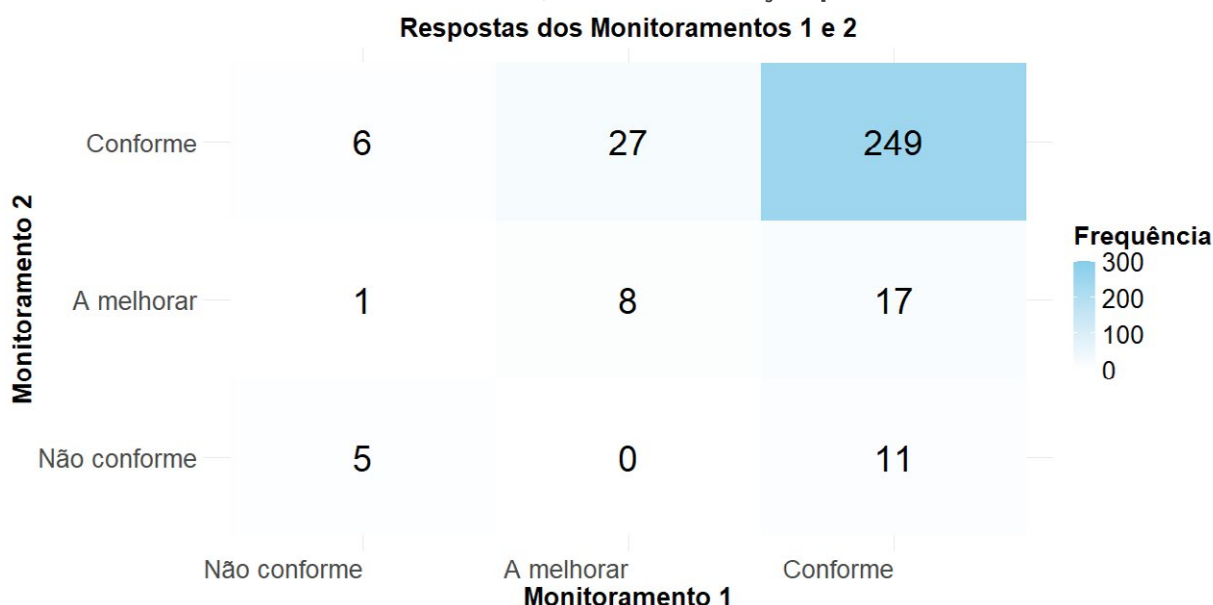
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Os relatos dos monitores no 2º monitoramento apontam justificativa das entidades relacionada à ausência de um campo específico para inserção dessa informação diretamente no modelo de PIA/PAS ou o não preenchimento adequado desse dado. Também foi relatada a presença da informação em outra documentação.

A partir da **Figura 82**, percebe-se que 249 entidades (76,9%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as demais, 33 delas (10,2%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação.

Entretanto, 28 (8,6%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”. Em outros termos, depreendem-se casos pontuais de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Figura 82: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. No PIA/PAS, consta motivação para o acolhimento



Na sequência, a **Tabela 81** apresenta a comparação entre o 1º e o 2º monitoramento quanto à existência de PIA/PAS com registro periódico de todas as atividades a serem exercidas pelos acolhidos, dentre aquelas previstas no art. 12 da Resolução nº 01/2015, Conad.

Constata-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 254 (78,4%) para 264 (81,5%). Essa elevação representa uma melhoria de aproximadamente 3,1 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

Em paralelo, houve o decaimento daquelas classificadas como “a melhorar”, com uma redução de 53 (16,4%) para 42 (13,0%). De outro modo, as “não conformes” tiveram um pequeno aumento de 17 (5,2%) para 18 (5,6%), evidenciando uma tendência geral de aprimoramento entre os dois ciclos.

Portanto, os dados da **Tabela 81** sugerem um avanço na adoção de procedimentos adequados para o registro e acompanhamento das atividades a serem exercidas pelos acolhidos.

Tabela 81: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. No PIA/PAS, constam, conforme os monitoramentos 1 e 2, todas as atividades a serem exercidas pelo acolhido, dentre aqueles do art. 12 da Resolução 01/2015 - Conad, e a frequência de suas realizações, de desenvolvimento da espiritualidade e de promoção do autocuidado

No PIA/PAS, constam todas as atividades a serem exercidas pelo acolhido	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	254	78,4%	264	81,5%
A melhorar	53	16,4%	42	13,0%
Não conforme	17	5,2%	18	5,6%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

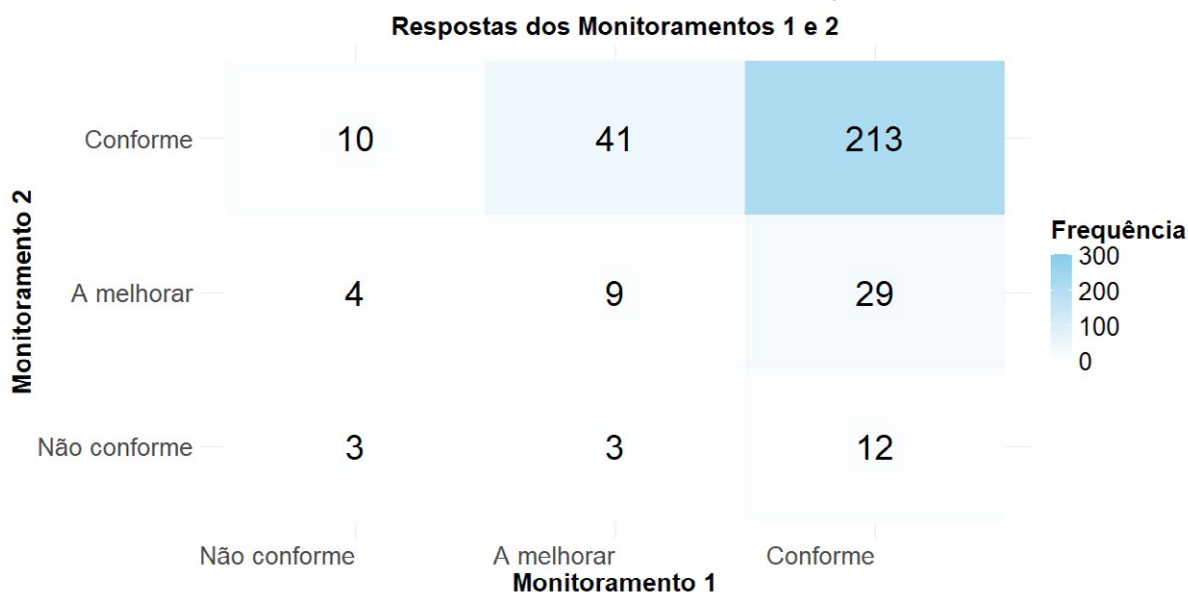
Além disso, os relatos dos monitores no 2º monitoramento apontam a ausência de um campo específico para essa informação, a falta do registro no PIA/PAS ou o não preenchimento adequado desse dado, bem como a inexistência de uma descrição ou enumeração das atividades e os detalhes delas. Ademais, há registro da informação em documentos diferentes do PIA/PAS.

Em relação à **Figura 83**, ali se detalham as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, permitindo observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo. Nota-se, a partir dela, que 213 entidades (65,7%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas.

Entre as outras, observa-se que 51 entidades (15,7%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”. Infere-se, pois, um movimento positivo de adequação.

Em contrapartida, 41 delas (12,7%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”. Isso, de certo modo, demonstra casos de descontinuidades nos registros ou no acompanhamento.

Figura 83: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. No PIA/PAS, constam todas as atividades a serem exercidas pelo acolhido, dentre aqueles do art. 12 da Resolução 01/2015 - Conad, e a frequência de suas realizações de desenvolvimento da espiritualidade e de promoção do autocuidado



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Por sua vez, a **Tabela 82** apresenta a comparação entre o 1º e o 2º monitoramento quanto à existência de PIA/PAS com registro referente aos encaminhamentos dos acolhidos aos serviços da rede do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e outros órgãos.

Tabela 82: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. No PIA/PAS, constam todos os encaminhamentos do acolhido aos serviços da rede do SUS, SUAS e demais órgãos nos monitoramentos 1 e 2

No PIA/PAS, constam todos os encaminhamentos do acolhido aos serviços da rede do SUS, SUAS e demais órgãos	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	252	77,8%	283	87,3%
A melhorar	43	13,3%	33	10,2%
Não conforme	29	8,9%	8	2,5%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Verifica-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 252 (77,8%) para 283 (87,3%). Essa elevação representa uma melhoria de aproximadamente 9,5 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

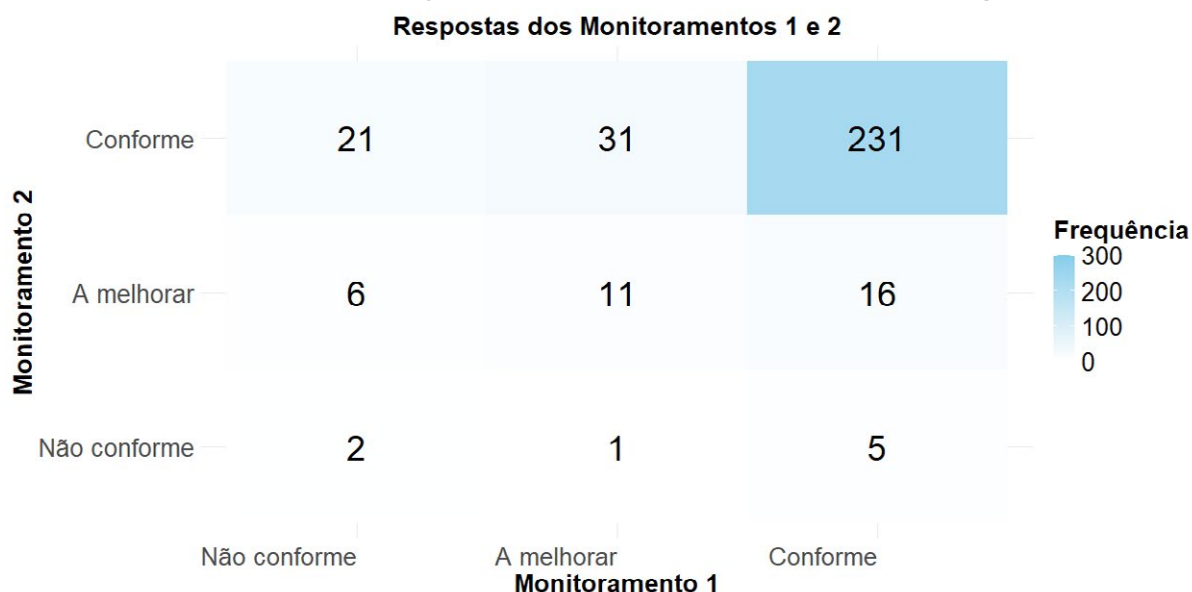
Paralelamente, houve a redução das entidades classificadas como “a melhorar”, de 43 (13,3%) para 33 (10,2%). Por sua vez, as “não conformes” diminuíram de 29 (8,9%) para 8 (2,5%), evidenciando uma tendência geral de aprimoramento entre os dois ciclos.

Logo, os dados da **Tabela 82** sugerem um avanço consistente na adoção de procedimentos adequados para registro e acompanhamento dos encaminhamentos dos acolhidos nas redes de saúde.

Cumprir notar que os relatos dos monitores no 2º monitoramento apontam a ausência de um campo específico para essa informação ou preenchimento. Em muitos casos, é realizado em documentos diferentes do PIA/PAS.

Já a **Figura 84** detalha as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, permitindo observar a estabilidade ou mudança de situação ao longo do tempo.

Figura 84: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. No PIA/PAS, constam todos os encaminhamentos do acolhido aos serviços da rede do SUS, SUAS e demais órgãos



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Constata-se que 231 entidades (71,3%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as demais, 52 (16,0%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, indicando um movimento positivo de adequação.

Porém, 21 delas (6,5%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”. Demonstram-se, assim, como casos de discontinuidades nos registros ou no acompanhamento.

E, sobre a comparação entre o 1º e o 2º monitoramento quanto à existência de PIA/PAS com registro referente aos encaminhamentos visando à reinserção social, incluindo projetos de educação, capacitação profissional e geração de trabalho e renda, vale observar o que a **Tabela 83** apresenta.

Tabela 83: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. No PIA/PAS, constam todos os encaminhamentos, visando à reinserção social, incluídos os projetos de educação, capacitação profissional e geração de trabalho e renda?

No PIA/PAS, constam todos os encaminhamentos visando à reinserção social	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	222	68,5%	243	75,0%
A melhorar	66	20,4%	54	16,7%
Não conforme	36	11,1%	27	8,3%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Constata-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 222 (68,5%) para 243 (75,0%). Essa elevação representa uma melhoria de aproximadamente 6,5 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

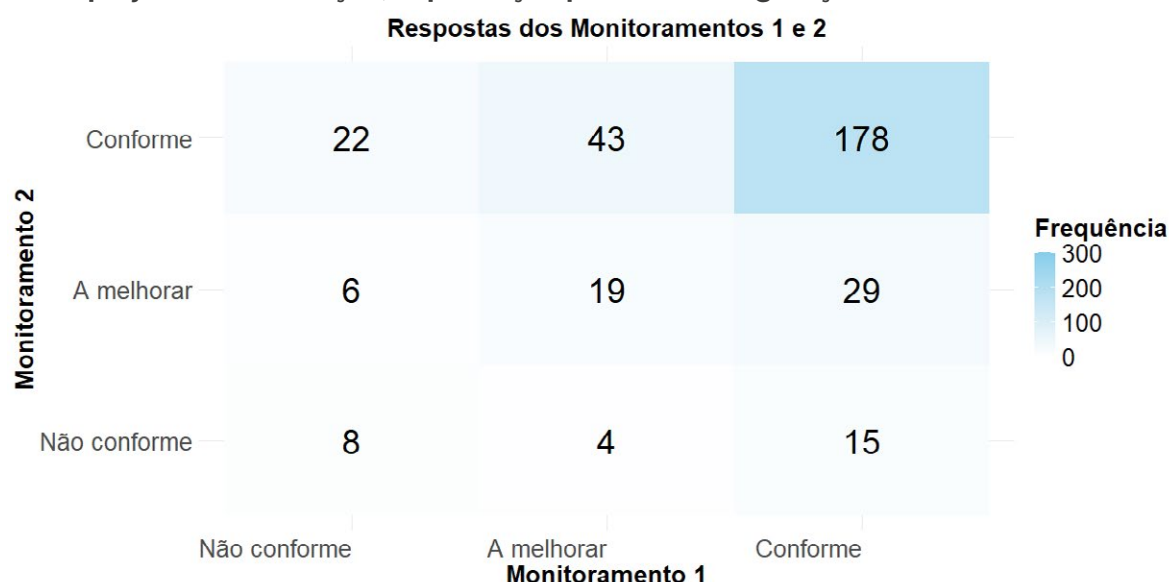
Ao lado disso, houve a redução daquelas classificadas como “a melhorar”, de 66 (20,4%) para 54 (16,7%), enquanto as “não conformes” diminuíram de 36 (11,1%) para 27 (8,3%). Evidencia-se, portanto, uma tendência geral de aprimoramento entre os dois ciclos de monitoramento.

Em resumo, os dados da **Tabela 83** sugerem um avanço consistente na adoção de procedimentos adequados para registro e acompanhamento dos encaminhamentos dos acolhidos nas redes de reinserção social.

E, sobre os relatos dos monitores no 2º monitoramento, estes justificam a ausência da informação em função da não existência de um campo específico para o registro dessa informação, além de, em muitos casos, o preenchimento ter sido realizado em documentos distintos do PIA/PAS. Somado a isso, foram registradas queixas relacionadas aos encaminhamentos feitos pelas entidades para atividades de capacitação profissional, especialmente quanto à ausência de projetos de educação e/ou de capacitação profissional.

Recorrendo à **Figura 85**, notaremos que ela detalha as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, permitindo observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo.

Figura 85: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento.
No PIA/PAS, constam todos os encaminhamentos visando à reinserção social, incluídos os projetos de educação, capacitação profissional e geração de trabalho e renda



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Vê-se que 178 entidades (55,0%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Em contrapartida, 44 (13,6%) regrediram de “conforme” para

“a melhorar” ou “não conforme”. Esse fato demonstra casos de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Vale também conferir uma comparação entre o 1º e o 2º monitoramento quanto à existência de PIA/PAS com registro referente à evolução do acolhimento, seus resultados e o planejamento de saída dos acolhidos, conforme informação da **Tabela 84**.

Tabela 84: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. No PIA/PAS, constam evolução do acolhimento, seus resultados e o planejamento de saída do acolhido

No PIA/PAS, constam evolução do acolhimento, seus resultados e o planejamento de saída do acolhido	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	244	75,3%	275	84,9%
A melhorar	59	18,2%	40	12,3%
Não conforme	21	6,5%	9	2,8%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

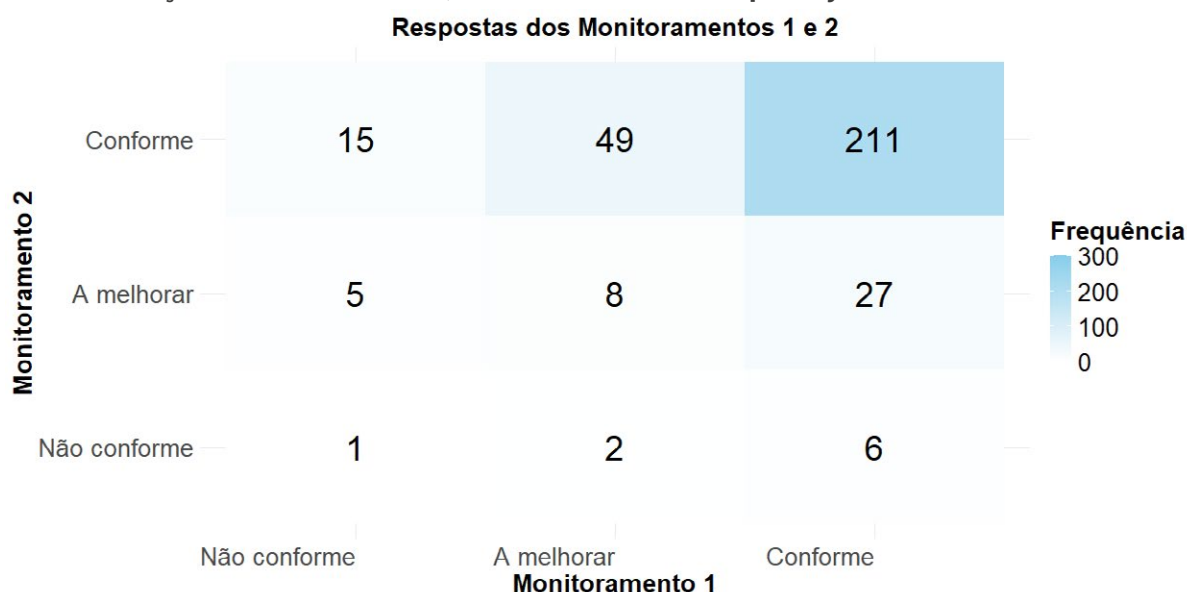
Nesse caso, a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 244 (75,3%) para 275 (84,9%). Essa elevação representa uma melhoria de aproximadamente 9,6 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas. Em paralelo, houve a redução das entidades classificadas como “a melhorar”, de 59 (18,2%) para 40 (12,3%), e daquelas em desconformidade de 21 (6,5%) para 9 (2,8%), evidenciando uma tendência geral de aprimoramento entre os dois ciclos de monitoramento.

Em síntese, os dados da **Tabela 84** sugerem um avanço consistente na adoção de procedimentos adequados para o registro da evolução do acolhimento, de seus resultados e planejamentos.

No que diz respeito aos relatos dos monitores no 2º monitoramento, estes apontam a inexistência de planejamento de saída dos acolhidos no PIA/PAS. Em muitos casos, o preenchimento é realizado em documentos distintos deste ou, ainda, não consta informação sobre o planejamento das saídas.

Por sua vez, a **Figura 86** apresenta de forma pormenorizada as transições individuais das entidades entre os dois ciclos de monitoramento, possibilitando a análise da estabilidade ou das mudanças de situação observadas ao longo do período considerado.

Figura 86: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. No PIA/PAS, constam evolução do acolhimento, seus resultados e o planejamento de saída do acolhido



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Um total de 211 entidades (65,1%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as demais, 64 entidades (19,8%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, indicando um movimento positivo de adequação.

No entanto, 33 delas (10,2%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”. Depreendem-se, a partir disso, casos de descontinuidades nos registros ou no acompanhamento.

Em seguida, a **Tabela 85** compara o 1º e o 2º monitoramento quanto à quantidade de acolhidos em vagas da União com previsão de saída em até três meses. Verifica-se que a maioria das entidades permaneceu na faixa de 1 a 10 acolhidos em ambos os períodos, passando de 260 (80,2%) para 272 (84,0%). Essa elevação de aproximadamente quatro pontos percentuais, acompanhada da redução dos casos com “nenhum acolhido”, de 38 (11,7%) para 29 (9,0%), indica uma melhora nos resultados das práticas avaliadas. Cabe ressaltar que somente no 1º monitoramento foi constatada a presença de entidades que não possuem essa informação (0,9%).

Conjuntamente, as entidades classificadas como de 11 a 20 acolhidos apresentaram um leve aumento, passando de 20 (6,2%) para 22 (6,7%). Diferentemente, aquelas como de 21 a 30, assim como de 31 a 50 acolhidos, registraram redução de um caso entre os monitoramentos.

Sendo assim, os dados da **Tabela 85** indicam um avanço consistente na adoção de procedimentos adequados para a previsão de saída dos acolhidos em até três meses.

Tabela 85: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades com os acolhidos em vagas da União com previsão de saída em até três meses

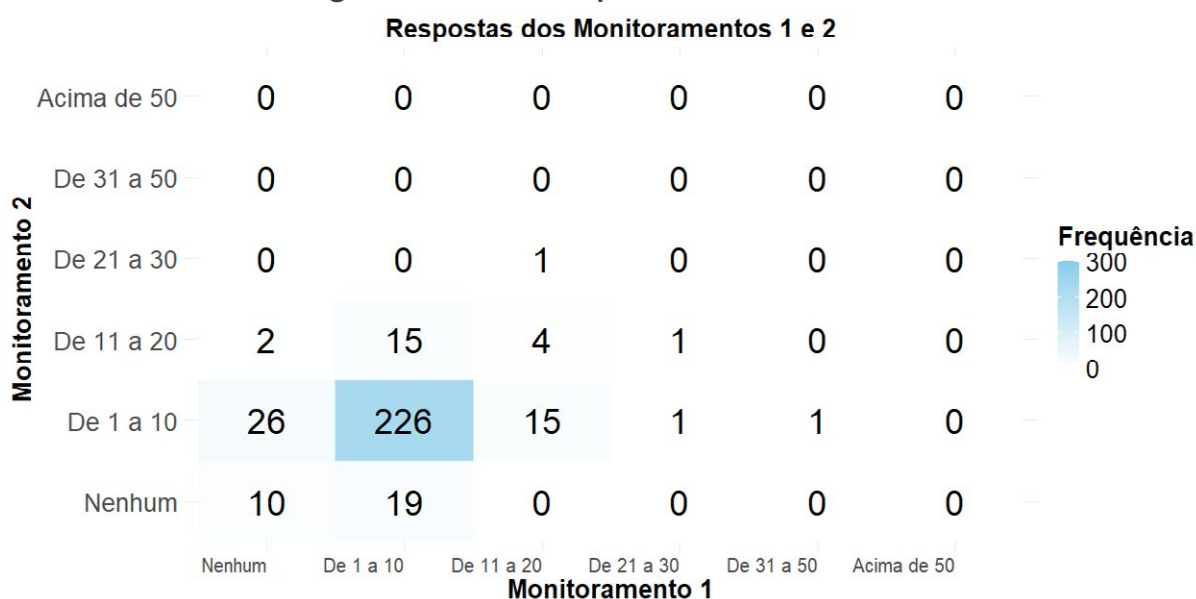
Acolhidos em vagas da União com previsão de saída em até três meses	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0 (nenhum)	38	11,7%	29	9,0%
De 1 a 10	260	80,2%	272	84,0%
De 11 a 20	20	6,2%	22	6,7%
De 21 a 30	2	0,6%	1	0,3%
De 31 a 50	1	0,3%	0	0,0%
Acima de 50	0	0,0%	0	0,0%
Não informado	3	0,9%	0	-
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Cabe pontuar que, para a análise das transições, foram consideradas somente as 321 entidades que possuíam informações sobre o indicador.

Recorrendo à **Figura 87**, será possível verificar o detalhamento das transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, permitindo observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo. Entre as demais, observa-se que 44 entidades (13,7%) aumentaram o número de acolhidos em vagas da União com previsão de saída em até três meses. Em contrapartida, 37 entidades (11,5%) reduziram o número de acolhidos para esse mesmo tipo de vaga.

Figura 87: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Acolhidos em vagas da União com previsão de saída em até três meses



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Também se buscou verificar informações quanto aos critérios de admissão, permanência e de saída, bem como se o programa de acolhimento da instituição e o PIA/PAS possui anuência

prévia, por escrito, do acolhido e, quando houver, de seu familiar ou pessoa por ele indicada. Nesse procedimento, a **Tabela 86** apresenta uma comparação entre os dois monitoramentos.

Tabela 86: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades quanto aos critérios de admissão, permanência e de saída. O programa de acolhimento da instituição e o PIA/PAS têm a anuência prévia, por escrito, do acolhido e, quando houver, de seu familiar ou pessoa por ele indicada

Quanto aos critérios de admissão, permanência e saída, o programa de acolhimento da instituição e o PIA/PAS têm a anuência prévia, por escrito, do acolhido e, quando houver, de seu familiar ou pessoa por ele indicada	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	290	89,5%	312	96,3%
A melhorar	23	7,1%	9	2,8%
Não conforme	11	3,4%	3	0,9%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

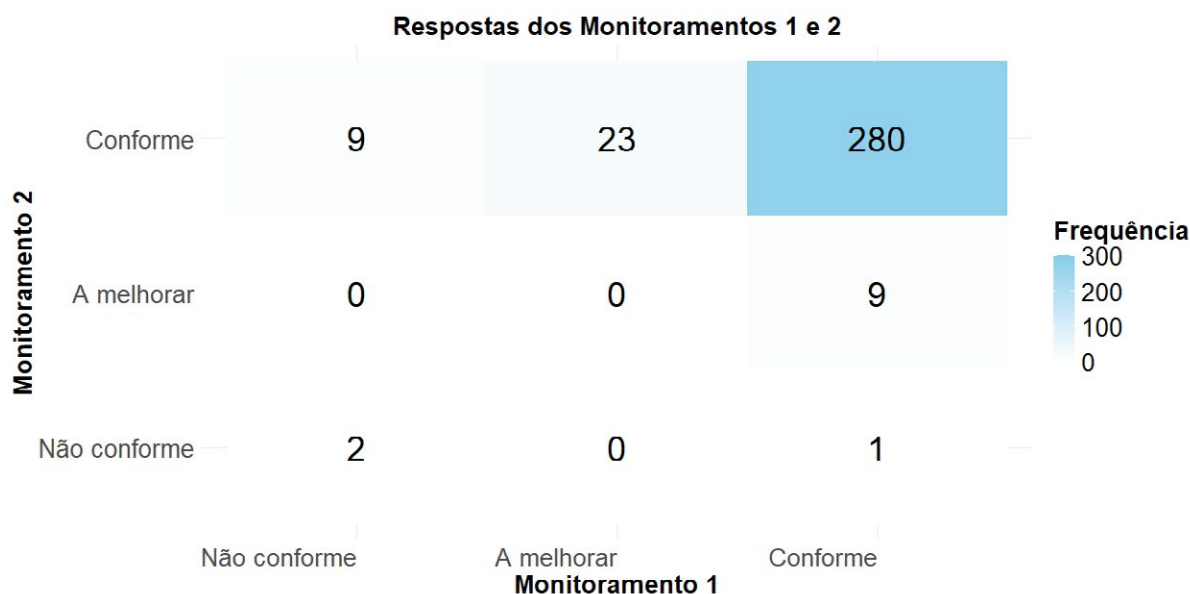
Verifica-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 290 (89,5%) para 312 (96,3%). Essa elevação representa uma melhoria de aproximadamente 6,8 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas. Em paralelo, houve redução das entidades classificadas como “a melhorar”, de 23 (7,1%) para 9 (2,8%), e das “não conformes”, de 11 (3,4%) para 3 (0,9%), evidenciando uma tendência geral de aprimoramento entre os dois ciclos de monitoramento.

Portanto, os dados da **Tabela 86** sugerem um avanço consistente na adoção adequada dos critérios de admissão, permanência e saída, bem como na formalização da anuência do acolhido e de seus familiares.

Já os relatos dos monitores, no que diz respeito às entidades que apresentaram critérios “conforme” ou “a melhorar”, apontam que a ausência da documentação no PIA/PAS, bem como a falta de informações e de assinaturas dos acolhidos nesses documentos.

No que se refere ao detalhamento das transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, a **Figura 88** evidencia esse movimento ao permitir a observação tanto da estabilidade quanto das mudanças de situação ao longo do tempo.

Figura 88: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Os critérios de admissão, permanência e saída, o programa de acolhimento da instituição e o PIA/PAS têm a anuência prévia, por escrito, do acolhido e, quando houver, de seu familiar ou pessoa por ele indicada



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Quanto ao referido tópico, 280 entidades (86,4%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as demais, 32 (9,9%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, indicando um movimento positivo de adequação. Em contrapartida, 10 instituições (3,1%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando casos pontuais de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Por seu turno, a **Tabela 87** apresenta a comparação entre o 1º e o 2º monitoramento quanto à participação do acolhido, de seu familiar ou pessoa por ele indicada na construção e no cumprimento do Plano de Atendimento Singular (PAS). Nesse procedimento, estão em análise o protagonismo do acolhido, o respeito e os princípios norteadores do acolhimento.

Verifica-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 270 (83,3%) para 306 (94,4%). Essa elevação representa uma melhoria de aproximadamente 11,1 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

Além disso, houve redução expressiva das entidades classificadas como “a melhorar”, de 41 (12,7%) para 17 (5,2%), enquanto as “não conformes” diminuíram de 13 (4,0%) para 1 (0,3%). Esse cenário evidencia uma tendência geral de aprimoramento entre os dois ciclos de monitoramento.

Resumidamente, a **Tabela 87** indica um avanço consistente na adoção de práticas que asseguram a participação dos acolhidos, familiares ou pessoas indicadas na construção e no cumprimento do PAS.

Tabela 87: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. O acolhido e seu familiar ou pessoa por ele indicada participam na construção e no cumprimento do PAS, observados o protagonismo do acolhido, o respeito, os diálogos e os princípios norteadores do acolhimento

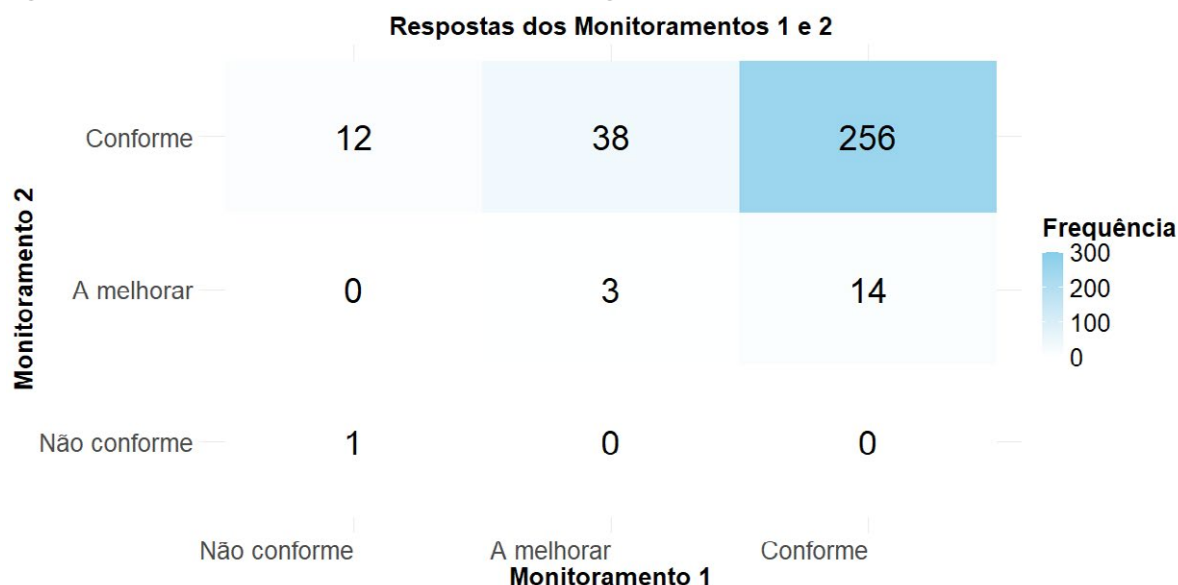
O acolhido e seu familiar ou pessoa por ele indicada participam na construção e no cumprimento do PAS, observados o protagonismo do acolhido, o respeito e os diálogos e os princípios norteadores do acolhimento	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	270	83,3%	306	94,4%
A melhorar	41	12,7%	17	5,3%
Não conforme	13	4,0%	1	0,3%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Sobre esse aspecto, os relatos dos monitores indicam que a participação familiar no PAS é pontual ou ausente, uma vez que o processo é realizado apenas com os acolhidos, sobretudo porque muitos não mantêm vínculos familiares estabelecidos.

Nota-se, a partir da **Figura 89**, que 256 entidades (79,0%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as outras, observa-se que 50 (15,4%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, indicando um movimento positivo de adequação. Em contrapartida, 14 entidades (4,3%) regrediram de “conforme” para “a melhorar”, demonstrando casos pontuais de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Figura 89: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. O acolhido e seu familiar ou pessoa por ele indicada participa na construção e no cumprimento do PAS, observados o protagonismo do acolhido, o respeito, os diálogos e os princípios norteadores do acolhimento



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Por último, a **Tabela 88** apresenta a comparação entre o 1º e o 2º monitoramento quanto à elaboração do PIA/PAS no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data do acolhimento.

Apura-se que, das 324 entidades analisadas em ambos os monitoramentos, 3 não apresentaram resposta para esse item no 1º ciclo. Verifica-se também que a maioria delas encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 292 (90,1%) para 297 (91,7%). Essa elevação representa uma melhoria de 1,6 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas.

Concomitantemente, aquelas classificadas como “a melhorar” mantiveram proporções semelhantes entre um monitoramento e outro, passando de 24 (7,4%) para 22 (6,5%), enquanto as “não conformes” também apresentaram variação discreta, de 5 (1,5%) para 3 (0,9%). Esses resultados evidenciam estabilidade geral entre os dois ciclos.

De modo conciso, os dados da **Tabela 88** indicam manutenção consistente dos níveis de adequação referentes à elaboração do PIA/PAS dentro do prazo máximo de 20 dias.

Tabela 88: Distribuição da conformidade do registro referente à informação das entidades. Elaboração do PIA/PAS no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do acolhimento, considerando as entidades responsáveis pelas questões operacionais durante o funcionamento da entidade

Elaboração do PIA/PAS no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do acolhimento, considerando as entidades responsáveis pelas questões operacionais durante o funcionamento da entidade	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	292	90,1%	297	91,7%
A melhorar	24	7,4%	21	6,5%
Não conforme	5	1,5%	3	0,9%
Não informado	3	0,9%	3	0,9%
Total	324	100%	324	100%

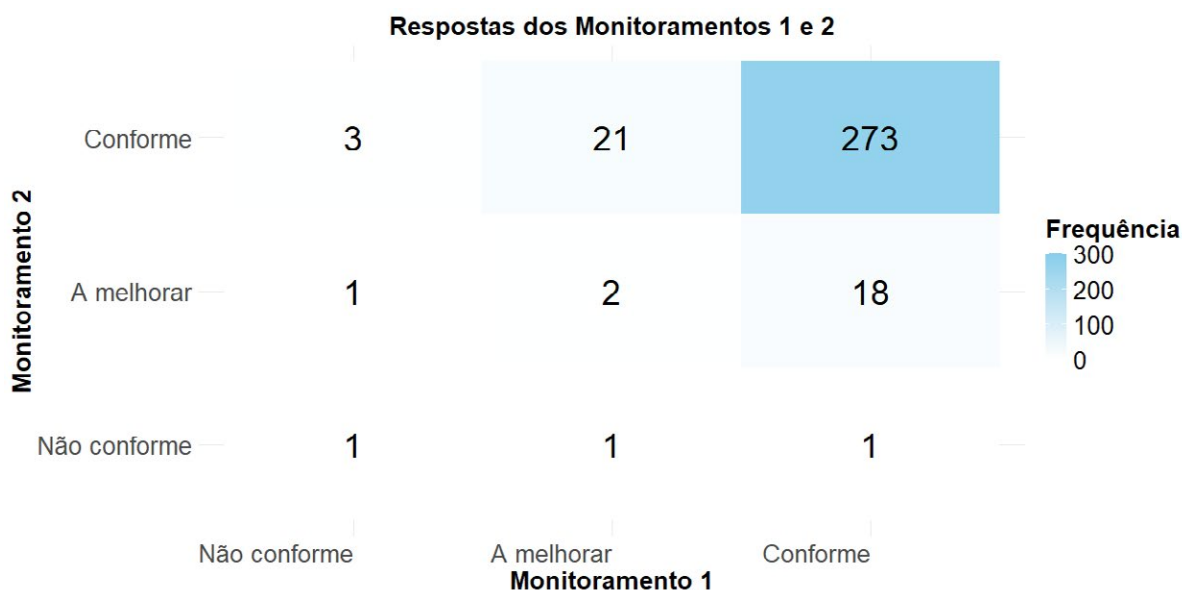
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Ademais, os relatos dos monitores no 2º monitoramento apontam que algumas entidades apresentam PIA/PAS elaborados com atraso, justificando que possuem um prazo interno de até 30 dias para a conclusão desses documentos. Para a análise das transições, foram consideradas somente as 321 entidades que possuíam informações sobre o indicador em ambos os períodos de observação e análise.

Ao detalhar as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, a **Figura 90** possibilita a observação da estabilidade ou das mudanças de situação ao longo do tempo, ao apresentar de forma sistematizada as alterações ocorridas entre os dois períodos analisados. Do total, 273 entidades (85,0%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas.

Entre as demais, 24 (7,5%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação. Em contrapartida, 19 (5,9%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando casos de descontinuidade nos registros ou nos prazos de elaboração.

Figura 90: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Elaboração do PIA/PAS no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do acolhimento, considerando as entidades responsáveis pelas questões operacionais durante o funcionamento da entidade



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

1.26 Processo de acolhimento na Entidade

Os processos operacionais assistenciais da RDC 29/2011, da Anvisa, preveem que cabe ao responsável técnico da instituição a responsabilidade pelos medicamentos em uso pelos residentes. Sendo assim, também é relevante analisar os dados apresentados na Tabela 89, uma vez que indicam a comparação entre o 1º e o 2º monitoramento quanto à admissão do acolhido na entidade ser realizada mediante prévia avaliação médica diagnóstica.

Tabela 89: Distribuição da conformidade do registro referente à admissão do acolhido mediante avaliação médica diagnóstica

Admissão do acolhido mediante avaliação médica diagnóstica	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	287	88,6%	290	89,5%
A melhorar	21	6,5%	26	8,0%
Não conforme	16	4,9%	8	2,5%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

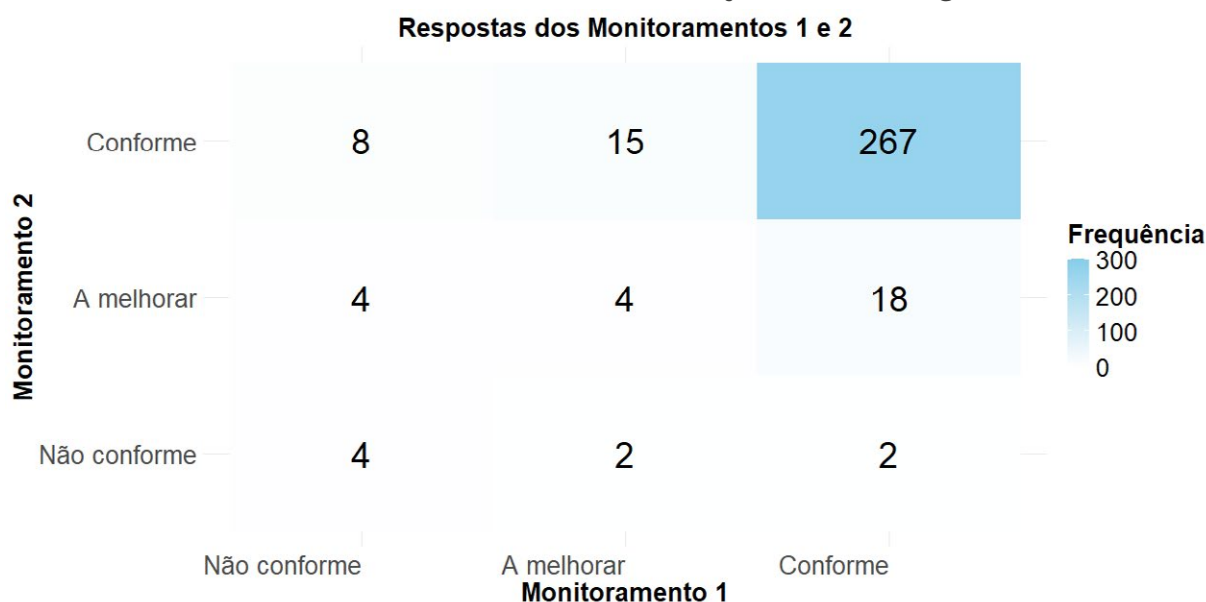
Como se percebe, a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 287 (88,6%) para 290 (89,5%). Essa elevação representa uma leve melhoria, de aproximadamente 0,9 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas.

Por sua vez, aquelas classificadas como “a melhorar” mantiveram-se praticamente estáveis, passando de 21 (6,5%) para 26 (8,0%). Além disso, as “não conformes” diminuíram de 16 (4,9%) para 8 (2,5%), evidenciando uma discreta tendência geral de aprimoramento entre os dois ciclos de monitoramento.

Em linhas gerais, os dados da **Tabela 89** indicam manutenção dos níveis de adequação quanto à realização de avaliação médica diagnóstica prévia à admissão dos acolhidos.

Cumpre ainda pontuar que as observações dos monitores indicam ausência de registro de avaliação médica para todos os acolhidos, conforme o que consta da **Figura 91**.

Figura 91: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento.
Admissão do acolhido mediante avaliação médica diagnóstica



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Nesse caso, 267 entidades (82,4%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as demais, 23 (7,1%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação. Entretanto, 20 delas (6,2%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando casos de descontinuidades nos registros ou nos procedimentos.

Outro aspecto monitorado diz respeito à responsabilidade do técnico da instituição pelos medicamentos prescritos aos acolhidos, o que é previsto na RDC 29/2011. Para uma melhor compreensão, vale recorrer às informações oferecidas na **Tabela 90**.

Tabela 90: Distribuição da conformidade do registro sobre responsabilidade do técnico da instituição pelos medicamentos prescritos aos acolhidos

Responsabilidade do técnico da instituição pelos medicamentos prescritos aos acolhidos	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	311	96,0%	305	94,1%
A melhorar	9	2,8%	11	3,4%
Não conforme	4	1,2%	8	2,5%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Evidencia-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 311 (96,0%) para 305 (94,1%), representando uma piora de aproximadamente 1,9 ponto percentual na adequação da prática avaliada. No entanto, cumpre ressaltar que em ambos os monitoramentos esse percentual é bastante elevado, superior a 94%.

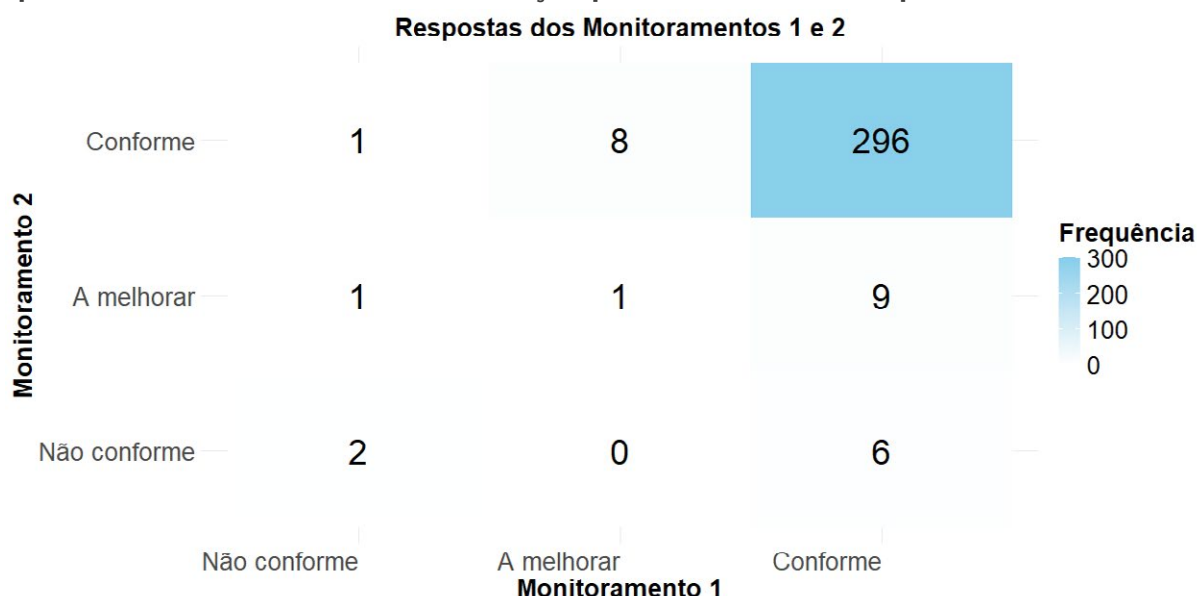
Por outro lado, as entidades classificadas como “a melhorar” mantiveram-se praticamente estáveis, com um leve aumento de 9 (2,8%) para 11 (3,4%), enquanto as “não conformes” cresceram de 4 (1,2%) para 8 (2,5%). Esse comportamento indica uma tendência geral de agravamento entre os dois ciclos de monitoramento.

Em resumo, essas informações sugerem um leve decaimento na responsabilidade do técnico da instituição pelos medicamentos prescritos aos acolhidos.

Já os relatos dos monitores apontam que, embora as instituições mantenham outros profissionais como responsáveis pelos medicamentos, parte delas se encontra em conformidade tanto na prescrição médica quanto no controle especial, com os produtos guardados em armários fechados com chaves. Por sinal, os relatos do 2º monitoramento indicam que, em algumas entidades, a responsabilidade pelo controle e administração de medicamentos é atribuída a pessoas que não integram a equipe técnica da instituição. Isso pode ser justificado em função de que parte dos atendimentos médicos dos acolhidos seja feito na rede pública de saúde, que impõe gestão específica sobre os medicamentos prescritos.

E, recorrendo à **Figura 92**, com o detalhamento das transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, constataremos a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo.

Figura 92: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento.
Responsabilidade do técnico da instituição pelos medicamentos prescritos aos acolhidos



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

A maior parte das entidades, 296 (91,4%), manteve-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Por sua vez, 9 (2,8%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação. Porém, 15 (4,6%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando casos de discontinuidades nos registros ou no acompanhamento.

E, considerando a importância de uma comparação entre o 1º e o 2º monitoramento em relação ao armazenamento de medicamentos sujeitos a controle especial, elaborou-se a **Tabela 91**. Nesse procedimento, questionou-se aos responsáveis técnicos da entidade se os fármacos estão guardados em armário fechado e com chave.

Indica-se, para esta análise, que, das 324 entidades participantes de ambos os períodos, uma delas não apresentou resposta em um dos monitoramentos para esse item. Ademais, observa-se que a maioria delas encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 307 (94,8%) para 298 (92,3%). Essa decréscimo representa um agravamento de aproximadamente 2,5 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

No tocante às instituições classificadas como “a melhorar”, aumentaram de 11 (3,4%) para 25 (7,7%). Enquanto isso, as “não conformes” diminuíram de 5 (1,5%) para 0 (0,0%), evidenciando uma tendência geral de aprimoramento na adequação das práticas.

De modo conciso, pode-se afirmar que os dados da **Tabela 91** sugerem manutenção majoritária das práticas adequadas para armazenamento de medicamentos sujeitos a controle especial, com alguns ajustes positivos entre os ciclos.

Tabela 91: Distribuição da conformidade do registro. Todos os medicamentos sujeitos a controle especial estão guardados em armário fechado com chave

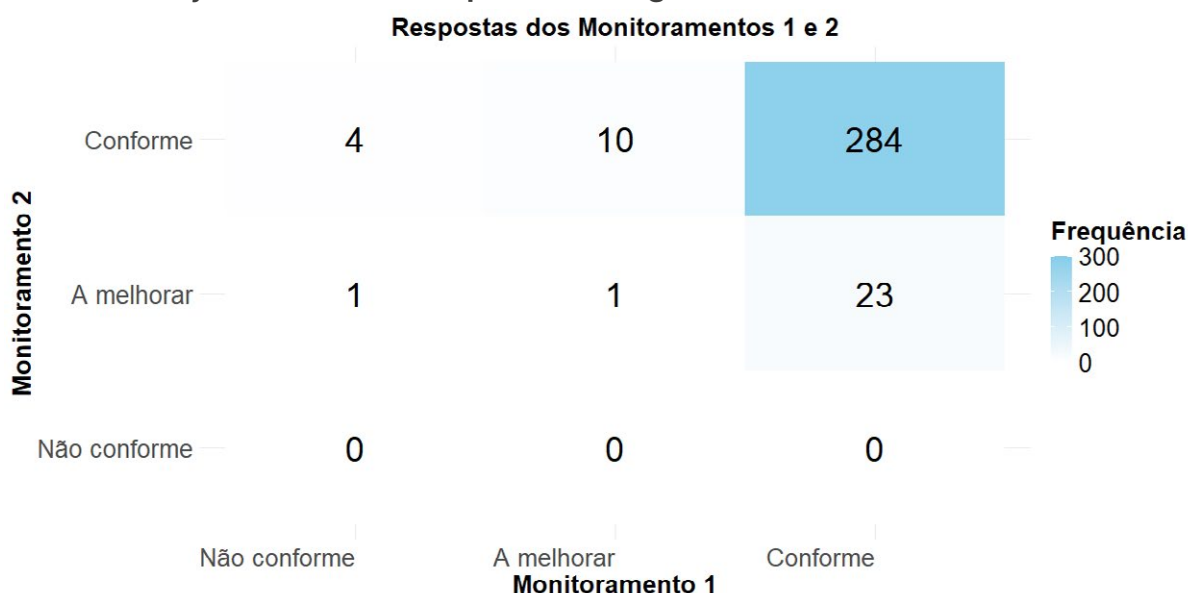
Todos os medicamentos sujeitos a controle especial estão guardados em armário fechado com chave	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	307	94,8%	298	92,3%
A melhorar	11	3,4%	25	7,7%
Não conforme	5	1,5%	0	0,0%
Não informado	1	0,3%	0	0,0%
Total	324	100%	323	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Cabe pontuar que, para a análise das transições, das 324 entidades participantes de ambos os monitoramentos, como 1 não apresentou resposta em um dos períodos, foi excluída dessa avaliação.

E, no que se refere às transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, o que possibilita observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo, a **Figura 93** demonstra que 284 entidades (87,7%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Quanto às outras, 14 (4,3%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, indicando movimento positivo de adequação. De modo distinto, 23 (7,1%) regrediram de “conforme” para “a melhorar”, demonstrando casos de agravamento nas práticas consideradas adequadas.

Figura 93: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Todos os medicamentos sujeitos a controle especial estão guardados em armário fechado com chave



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

E, no que concerne à questão dos responsáveis técnicos da entidade sobre se todos os medicamentos possuem prescrição médica, a **Tabela 92** apresenta uma comparação entre os dois monitoramentos.

Tabela 92: Distribuição da conformidade do registro. Todos os medicamentos possuem receita e/ou prescrição médica

Todos os medicamentos possuem receita e/ou prescrição médica	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	306	94,4%	305	94,1%
A melhorar	15	4,6%	18	5,6%
Não conforme	3	0,9%	1	0,3%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

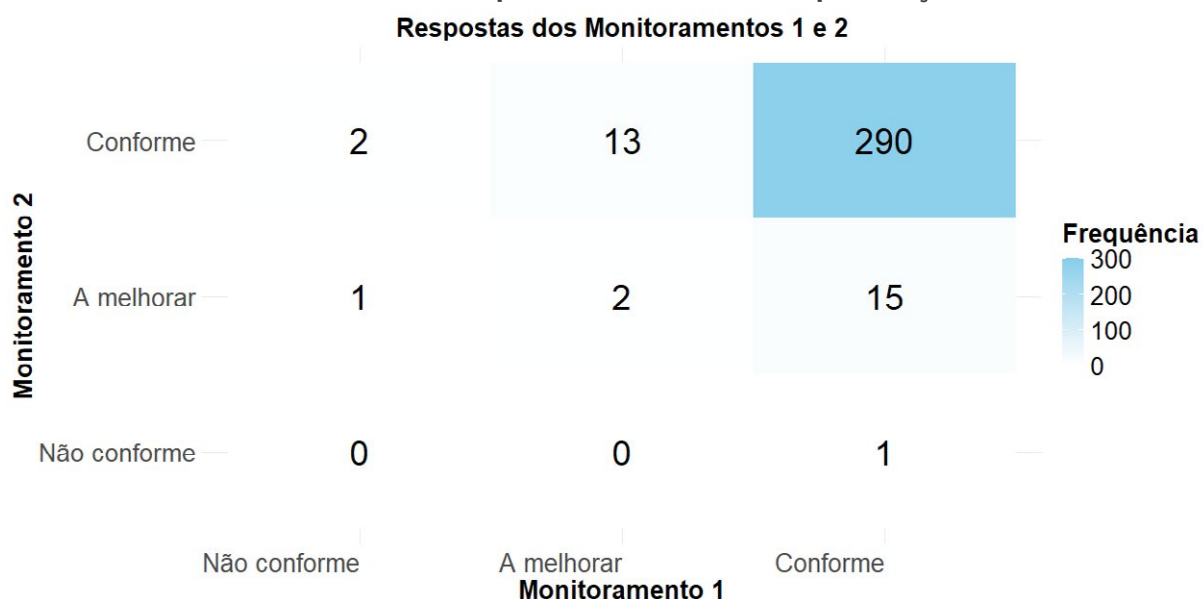
Como se observa, a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, mantendo-se praticamente estável, com leve redução de 306 (94,4%) para 305 (94,1%). Aquelas classificadas como “a melhorar” mantiveram-se praticamente estáveis, passando de 15 (4,6%) para 18 (5,6%), enquanto as “não conformes” diminuíram de 3 (0,9%) para 1 (0,3%), evidenciando estabilidade geral entre os dois ciclos.

Infere-se, portanto, a necessidade da manutenção das práticas adequadas quanto à prescrição de medicamentos.

Para complementar, os relatos dos monitores no 2º monitoramento indicam a presença de medicamentos sem comprovação de receituário. Em contrapartida, algumas entidades justificaram a ausência de receituários, afirmando não haver acolhidos que utilizem medicamentos com necessidade de prescrição médica.

Por sua vez, a **Figura 94** detalha as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, permitindo observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo.

Figura 94: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento.
Todos os medicamentos possuem receita e/ou prescrição médica



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Aqui, 290 entidades (89,5%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as demais, 15 (4,6%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, indicando movimento positivo de adequação. Diferentemente, outras 15 (4,6%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, indicando casos pontuais de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Outro tópico bastante relevante, apresentado pela Tabela 93, refere-se ao respeito à pessoa e à família, independentemente da etnia, credo religioso, ideologia, nacionalidade, orientação sexual, antecedentes criminais ou situação financeira.

Observou-se, a partir de uma comparação entre os dois monitoramentos, que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 316 (97,5%) para 320 (98,8%). Essa elevação representa uma melhoria de aproximadamente 1,3 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas.

Aquelas classificadas como “a melhorar” apresentaram redução de 8 (2,5%) para 3 (0,9%). Por sua vez, as “não conformes” aumentaram discretamente de 0 (0,0%) para 1 (0,3%), evidenciando manutenção de elevado nível de conformidade entre os dois ciclos de monitoramento.

Em resumo, as informações constantes da Tabela 93 sugerem manutenção de alto padrão de respeito às diretrizes estabelecidas.

Tabela 93: Distribuição da conformidade do registro referente ao respeito à pessoa e à família, independente da etnia, credo religioso, ideologia, nacionalidade, orientação sexual, antecedentes criminais ou situação financeira

Respeito à pessoa e à família, independente da etnia, credo religioso, ideologia, nacionalidade, orientação sexual, antecedentes criminais ou situação financeira	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	316	97,5%	320	98,8%
A melhorar	8	2,5%	3	0,3%
Não conforme	0	0,0%	1	0,3%
Total	324	100%	324	100%

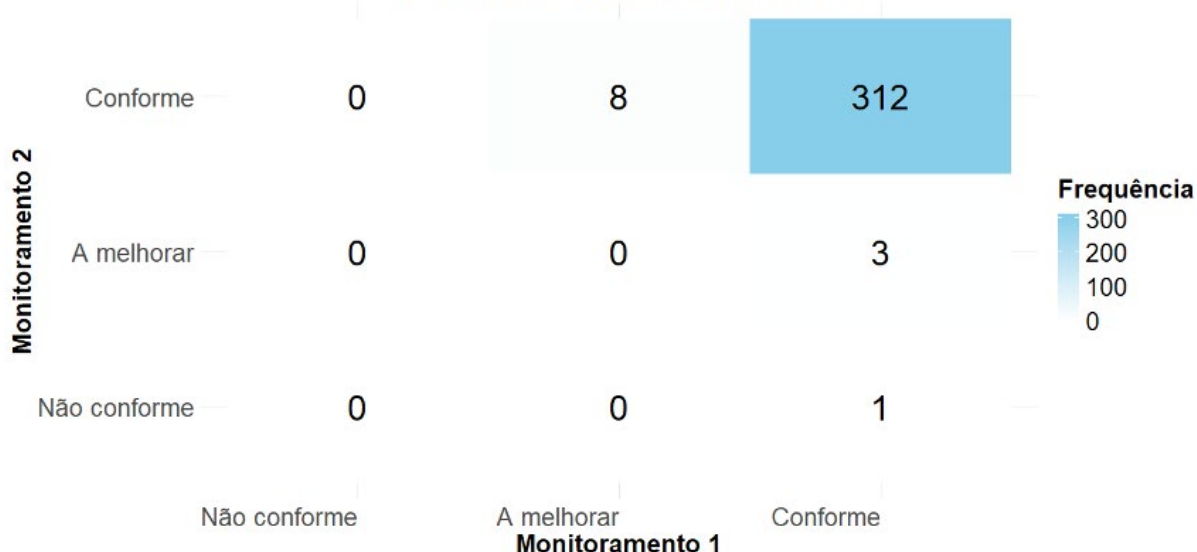
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Cumprir mencionar que os relatos dos monitores no 2º monitoramento apontam situações de imposição de práticas religiosas, acompanhadas de penalidades pela não participação, bem como de restrições ao exercício de outras crenças. Além disso, foram registrados episódios de proibição e perseguição relacionadas à orientação sexual, o que indica ponto de atenção em relação à necessidade de reforço, pelas entidades, dos princípios éticos e democráticos que permeiam a convivência republicana e diversamente organizada.

Buscando detalhar as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, o que possibilita uma análise da estabilidade ou da mudança de situação ao longo do tempo, apresenta-se a **Figura 95**.

Figura 95: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Respeito à pessoa e à família, independente da etnia, credo religioso, ideologia, nacionalidade, orientação sexual, antecedentes criminais ou da situação financeira

Respostas dos Monitoramentos 1 e 2



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Apura-se que 312 entidades (96,3%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Outras 8 (2,5%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” para “conforme”, o que indica movimento positivo de adequação. No entanto, 4 instituições (1,2%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando casos pontuais de descontinuidade nos registros.

A próxima tabela apresenta a comparação entre os dois monitoramentos quanto à orientação ao acolhido ou a seu responsável sobre as normas e rotinas da instituição, incluindo: critérios relativos a visitas e à comunicação com familiares e amigos; à linha de espiritualidade seguida pela instituição; a atividades de autocuidado e a práticas inclusivas; bem como se o acolhido foi admitido com concordância formal por escrito.

Tabela 94: Distribuição da conformidade do registro referente à orientação clara ao usuário e a seu responsável sobre as normas e rotinas da instituição, incluindo: critérios relativos a visitas e à comunicação com familiares e amigos; à linha de espiritualidade seguida pela instituição; às atividades de autocuidado e às atividades práticas inclusivas; bem como se o acolhido foi admitido com concordância formal por escrito

Orientação clara ao usuário e a seu responsável sobre as normas e rotinas da instituição, devendo a pessoa admitida apresentar concordância formal por escrito	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	316	97,5%	319	98,8%
A melhorar	8	2,5%	5	0,3%
Não conforme	0	0,0%	0	0,0%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Como observado, a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 316 (97,5%) para 319 (98,5%). Essa elevação representa uma melhoria de aproximadamente 1 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas.

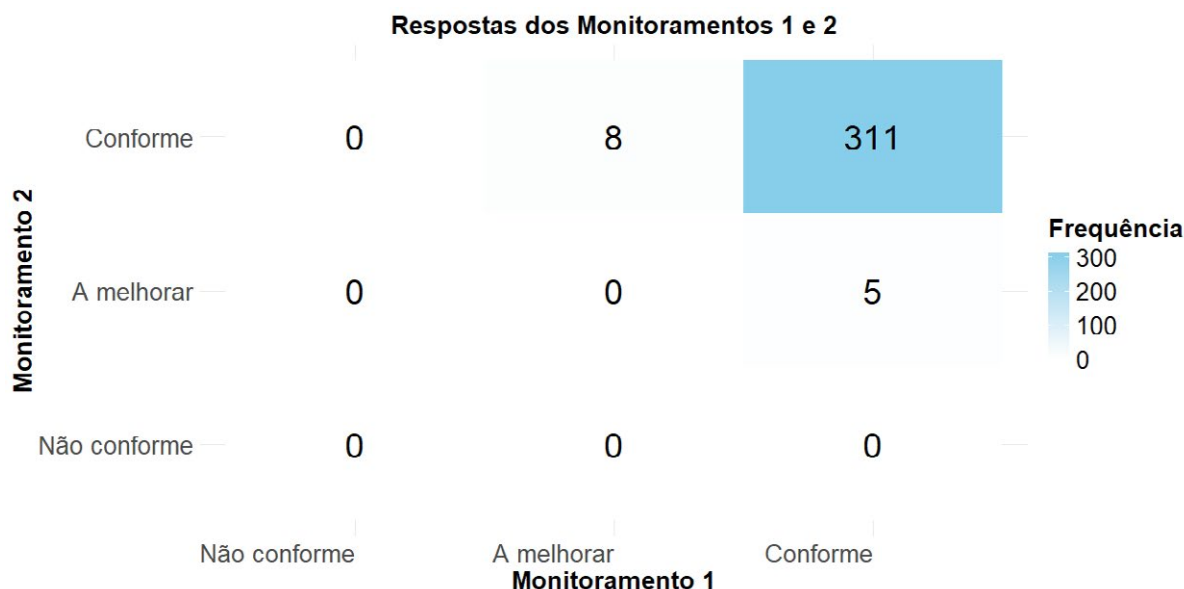
Já aquelas classificadas como “a melhorar” apresentaram redução de 8 (2,5%) para 5 (1,5%), enquanto as “não conformes” não foram observadas em ambos os monitoramentos. Esses fatos evidenciam tendência de aprimoramento.

Portanto, a partir da **Tabela 94**, nota-se uma estabilidade na orientação dos acolhidos quanto às normas e rotinas da instituição.

Ademais, os relatos dos monitores indicam ausência de registros formais das orientações fornecidas aos acolhidos, com falta de documentação escrita que comprove seu conteúdo. Também foram identificadas situações de falta de privacidade nas ligações telefônicas, além de orientações que não abrangem todos os aspectos exigidos no projeto terapêutico do acolhido.

Por sua vez, a **Figura 96** detalha as transições individuais das instituições entre os dois períodos analisados, o que possibilita observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo.

Figura 96: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Orientação clara ao usuário e ao seu responsável sobre as normas e rotinas da instituição, incluindo: critérios relativos a visitas e à comunicação com familiares e amigos; à linha de espiritualidade seguida pela instituição; às atividades de autocuidado e às atividades práticas inclusivas; bem como se o acolhido foi admitido com concordância formal por escrito



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Evidencia-se que 311 entidades (96,0%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Já 8 (2,5%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” para “conforme”, indicando movimento positivo de adequação. Entretanto, 5 (1,5%) regressaram de “conforme” para “a melhorar”, demonstrando casos pontuais de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Outro tópico analisado diz respeito à forma de permanência dos acolhidos nas instituições. Para esse procedimento, a **Tabela 95** apresenta a comparação entre os dois ciclos de monitoramento.

Tabela 95: Distribuição da conformidade do registro referente à permanência voluntária

Permanência voluntária	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	322	99,4%	322	99,4%
A melhorar	2	0,6%	1	0,3%
Não conforme	0	0,0%	1	0,3%
Total	324	100%	324	100%

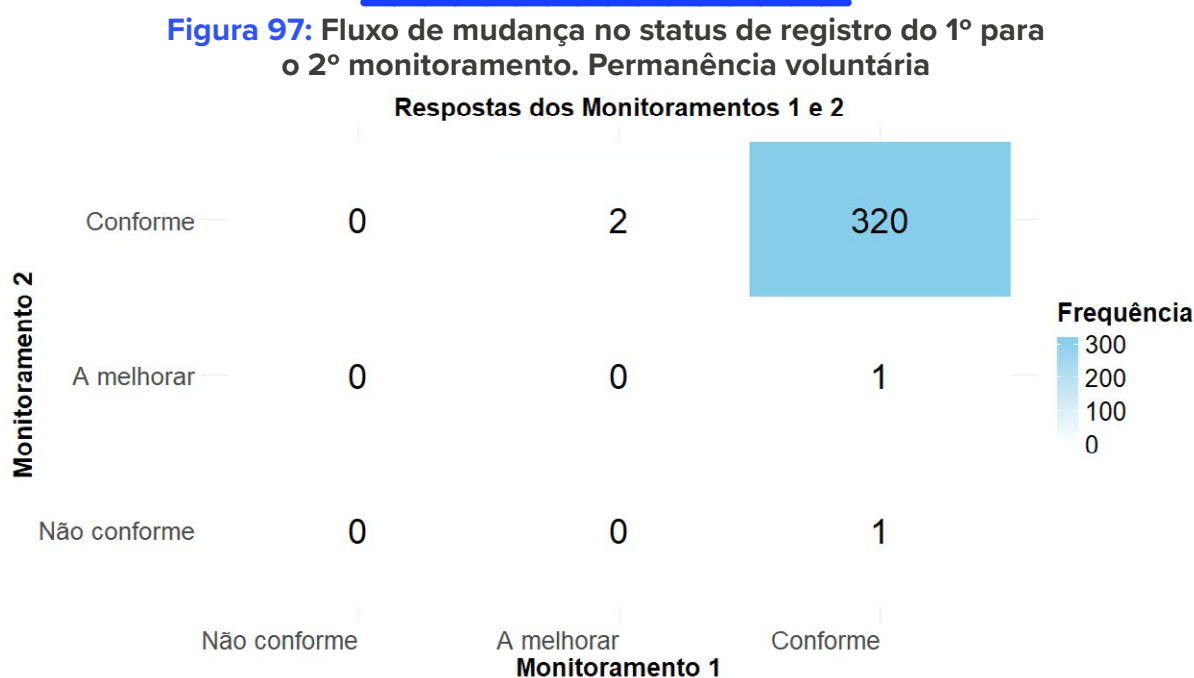
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Para esse tópico, a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” e manteve-se a mesma, com 322 (99,4%) em ambos os períodos. Por sua vez, aquelas classificadas como “a melhorar” mantiveram-se praticamente estáveis, passando de 2 (0,6%) para 1 (0,3%), enquanto as “não conformes” tiveram leve aumento de 0 (0,0%) para 1 (0,3%), evidenciando estabilidade geral entre os dois ciclos.

Logo, infere-se, desse modo, a manutenção da adequação quanto à forma de permanência dos acolhidos.

Outrossim, cabe ainda mencionar que os relatos dos monitores no 2º monitoramento, entre as entidades que apresentam critérios “a melhorar” e “conforme”, apontam a ausência de termo, total ou parcialmente preenchido, de permanência voluntária formalmente assinado pelo acolhido.

E, determinando-se as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, as quais permitem observar tanto a estabilidade quanto as mudanças de situação ao longo do tempo, a **Figura 97** apresenta de forma sistematizada essas alterações.



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Apura-se que 320 entidades (98,8%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as outras, 2 (0,6%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” para “conforme”, indicando casos pontuais de movimento positivo de adequação. No entanto, 2 (0,6%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando casos pontuais de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Sobre o próximo tópico, ou da possibilidade de o acolhido interromper o acolhimento a qualquer momento, a **Tabela 96** apresenta uma comparação entre ambos os períodos de monitoramento.

Tabela 96: Distribuição da conformidade do registro referente à possibilidade de o acolhido interromper o acolhimento a qualquer momento

Possibilidade de o acolhido interromper o acolhimento a qualquer momento	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	320	98,8%	322	99,4%
A melhorar	4	1,2%	2	0,6%
Não conforme	0	0,0%	0	0,0%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Constata-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” e manteve-se semelhante em ambos os períodos, passando de 320 (98,8%) para 322 (99,4%). Essa elevação representa uma leve melhora de aproximadamente 0,6 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas.

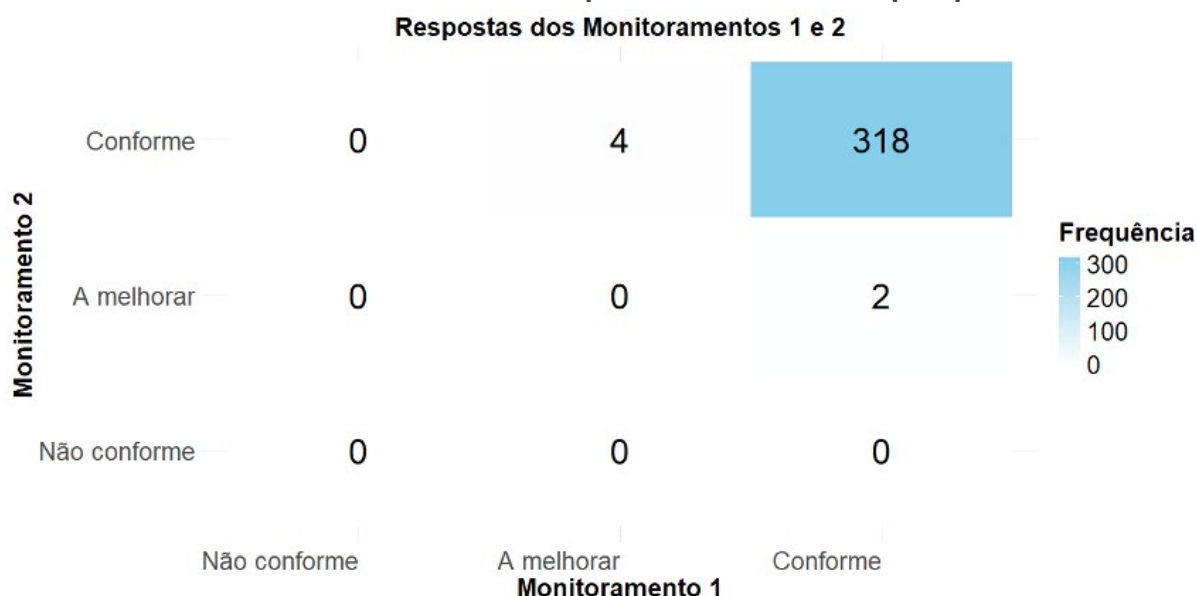
Enquanto isso, aquelas classificadas como “a melhorar” mantiveram-se praticamente estáveis, passando de 4 (1,2%) para 2 (0,6%). Por sua vez, as “não conformes” não foram observadas, o que evidencia estabilidade geral entre os dois ciclos de monitoramento.

De modo geral, infere-se a necessidade de se manter a adequação quanto à possibilidade de interrupção do acolhimento.

Sobre os relatos dos monitores, no que diz respeito à existência de entidades que apresentam o critério “a melhorar”, eles indicam que não há documentação que comprove a ciência do acolhido sobre seu direito de interromper o tratamento a qualquer momento. Além disso, foram registrados diversos relatos de acolhidos que expressaram desejo de sair, mas afirmaram que a comunidade não permite a saída, promovendo a dissuasão dessa decisão em função da necessidade de concretização da totalidade do projeto terapêutico na entidade.

E, analisando a **Figura 98**, nota-se que 318 entidades (98,1%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as demais, 4 (1,2%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” para “conforme”, indicando casos pontuais de movimento positivo de adequação. Em contrapartida, 2 (0,6%) regrediram de “conforme” para “a melhorar”, demonstrando casos pontuais de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Figura 98: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento:
Possibilidade de o acolhido interromper o acolhimento a qualquer momento



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Já no que concerne ao respeito ao sigilo de acordo com as normas éticas e legais, incluindo o anonimato, a **Tabela 97** apresenta a comparação entre os dois períodos.

Tabela 97: Distribuição da conformidade do registro referente ao sigilo
segundo normas éticas e legais, incluindo o anonimato

Sigilo segundo normas éticas e legais, incluindo o anonimato	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	320	98,8%	321	99,1%
A melhorar	4	1,2%	2	0,6%
Não conforme	0	0,0%	1	0,3%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Constata-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” e manteve-se semelhante em ambos os períodos, passando de 320 (98,8%) para 321 (99,1%). Essa elevação representa uma leve melhoria de aproximadamente 0,3 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas.

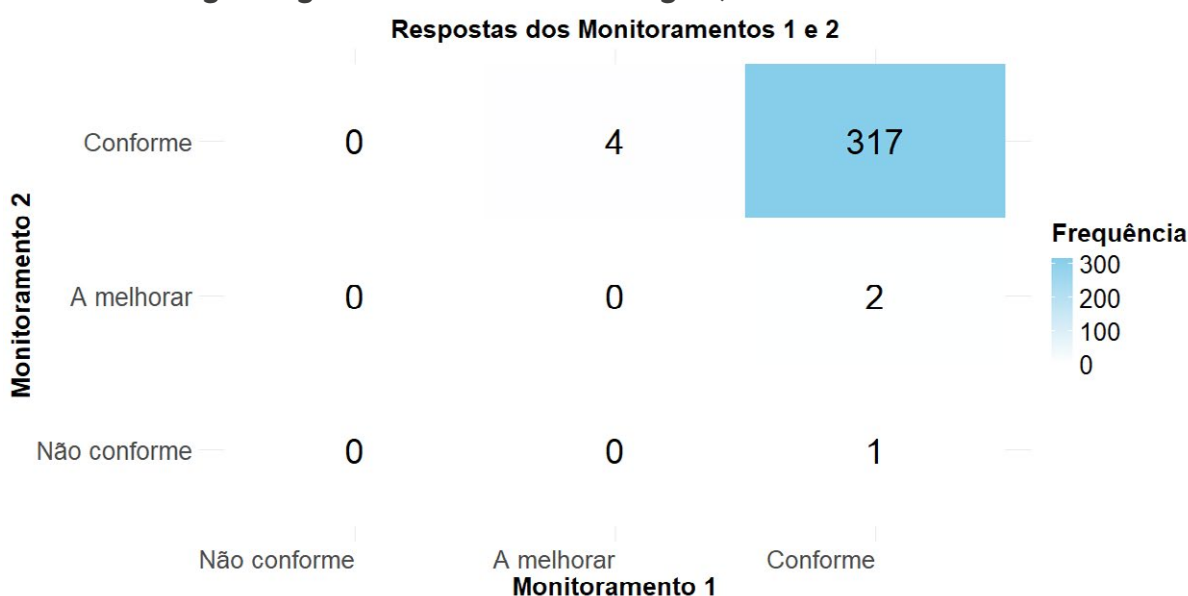
Aquelas classificadas como “a melhorar” apresentaram uma leve redução, de 4 (1,2%) para 2 (0,6%). Quanto às “não conformes”, registraram apenas 1 ocorrência (0,3%) no segundo monitoramento, evidenciando uma estabilidade geral entre os dois ciclos de avaliação.

Em síntese, os dados da **Tabela 97** indicam manutenção do elevado nível de conformidade no que se refere ao cumprimento das normas éticas e legais relacionadas ao sigilo.

Ademais, os relatos dos monitores nos monitoramentos indicam que, entre as entidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme”, em algumas casos, embora os arquivos estejam em salas de funcionários, os armários não possuem tranca. Em um dos casos, a própria sala não dispõe de qualquer mecanismo de segurança, comprometendo o sigilo das informações. Além disso, foi registrado um episódio de vazamento do nome de uma pessoa politicamente exposta atendida na instituição, o que compromete o caráter anônimo dos acolhidos durante e após o tratamento.

A seguir, a **Figura 99** detalha as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, permitindo observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo.

Figura 99: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. O sigilo segundo normas éticas e legais, incluindo o anonimato



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Em síntese, assinala-se que 317 entidades (97,8%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as demais, 4 (1,2%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” para “conforme”, o que evidencia casos pontuais de movimento positivo de adequação. Todavia, 3 entidades (0,9%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando descontinuidades pontuais nos registros ou procedimentos.

Quanto à divulgação de informações a respeito dos acolhidos, incluindo o uso de imagem ou outras formas de exposição, ocorrendo apenas mediante prévia autorização, a Tabela 98 apresenta uma comparação entre o 1º e o 2º monitoramento.

Tabela 98: Distribuição da conformidade do registro referente à divulgação de informação a respeito da pessoa, imagem ou de outra modalidade de exposição somente se ocorrer previamente autorização, por escrito, pela pessoa ou seu responsável

A divulgação de informação a respeito da pessoa, imagem ou de outra modalidade de exposição somente se ocorrer previamente autorização, por escrito, pela pessoa ou seu responsável	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	270	83,3%	283	87,3%
A melhorar	19	5,9%	19	5,9%
Não conforme	35	10,8%	22	6,8%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Constata-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 270 (83,3%) para 283 (87,3%). Essa elevação representa uma melhoria de aproximadamente 4 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

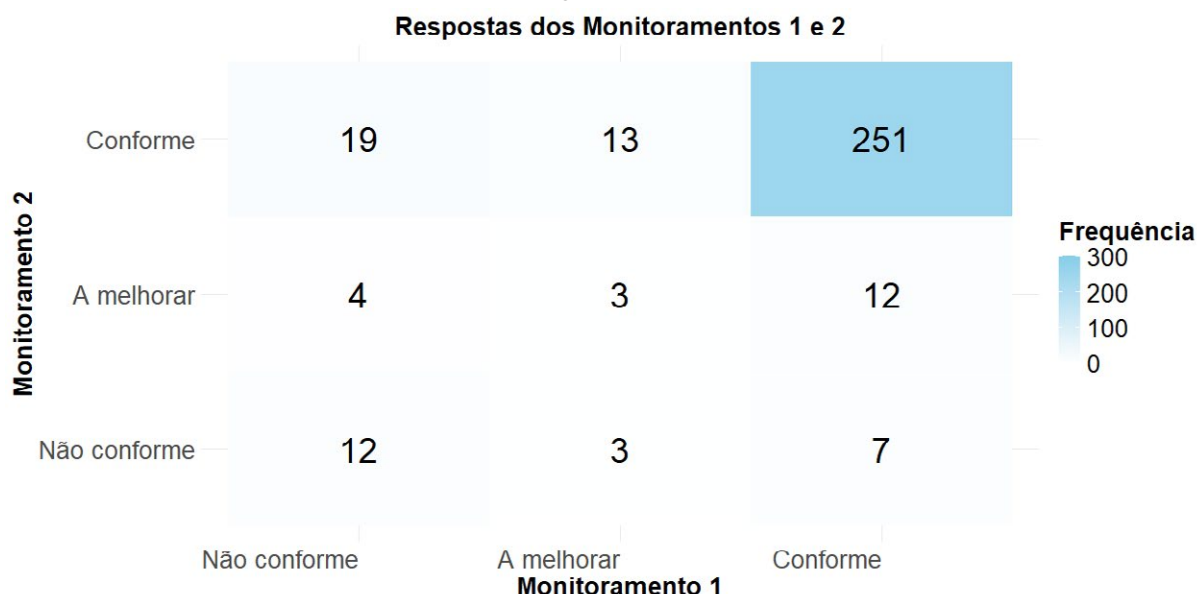
Além disso, aquelas classificadas como “a melhorar” mantiveram-se estáveis, alcançando 19 (5,9%) em ambos os monitoramentos, enquanto as “não conformes” diminuíram de 35 (10,8%) para 22 (6,8%). Esse cenário evidencia uma tendência geral de aprimoramento entre os dois ciclos de monitoramento.

Logo, os dados da **Tabela 98** indicam avanço consistente quanto ao cumprimento dos protocolos de autorização prévia para divulgação de informações sobre os acolhidos.

Sobre os relatos dos monitores nos monitoramentos, estes indicam que, entre as entidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme”, algumas não realizam a autorização de uso de imagem dos acolhidos. Em parte delas, a justificativa é que não utilizam imagens em suas atividades; já em outras, foi constatada a ausência completa de registros assinados, ponto que demanda atenção para controle do Depad, evitando imbróglis jurídicos no que diz respeito ao tratamento atribuído a essa informação.

E, detalhando as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, bem como permitindo observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo, na sequência está **Figura 100**.

Figura 100: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento.
A divulgação de informação a respeito da pessoa, imagem ou de outra modalidade de exposição
somente se ocorrer previamente autorização, por escrito, pela pessoa ou seu responsável



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Depreende-se que 251 entidades (77,5%) se mantiveram em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Também, satisfatoriamente, 32 (9,9%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica movimento positivo de adequação. Em contrapartida, 19 instituições (5,9%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando algumas discontinuidades nos registros ou na aplicação dos procedimentos de autorização.

E quanto ao cuidado com o bem-estar físico e psíquico do acolhido, em um ambiente livre de álcool e outras drogas, assim como de violência, a **Tabela 99** apresenta a comparação entre os dois monitoramentos.

Tabela 99: Distribuição da conformidade do registro referente ao cuidado com o bem-estar físico e psíquico da pessoa, proporcionando um ambiente livre de álcool e outras drogas, bem como de violência

O cuidado com o bem-estar físico e psíquico da pessoa, proporcionando um ambiente livre de álcool e outras drogas, bem como de violência	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	306	94,4%	305	94,1%
A melhorar	18	5,6%	19	5,9%
Não conforme	0	0,0%	0	0,0%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

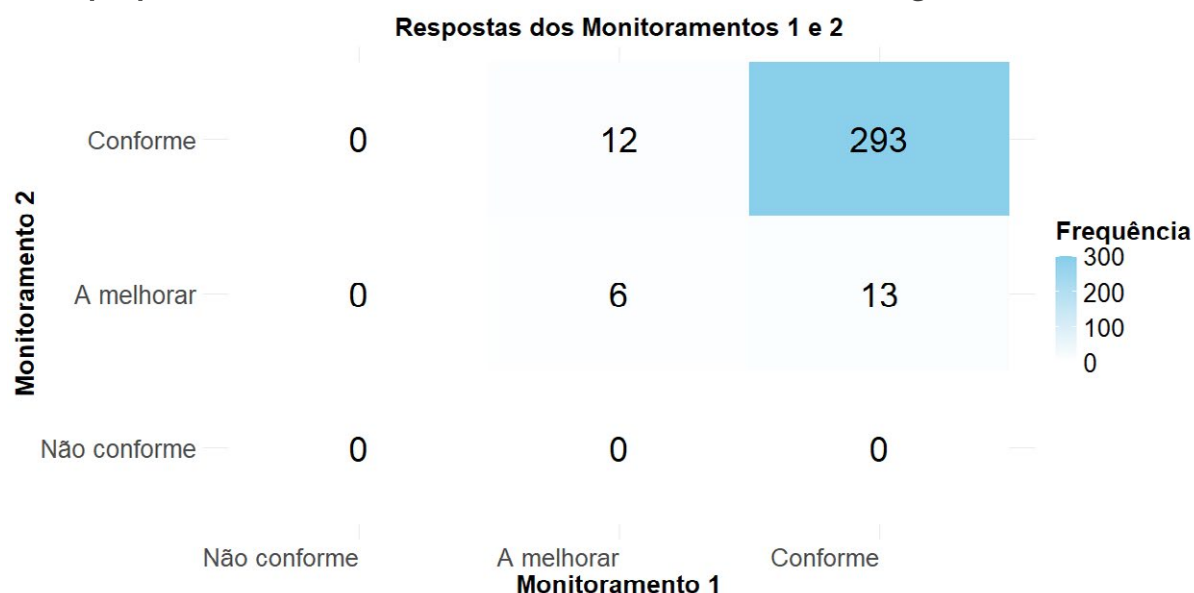
A partir desses dados, entende-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 306 (94,4%) para 305 (94,1%) e mantendo-se praticamente estáveis, com uma leve redução de aproximadamente 0,3 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas. Da mesma forma, aquelas classificadas como “a melhorar” mantiveram-se praticamente estáveis, com um leve aumento de 5,6% para 5,9%, enquanto as “não conformes” não tiveram presença em nenhum dos monitoramentos, evidenciando estabilidade geral entre os dois ciclos.

Resumidamente, os dados da **Tabela 99** sugerem manutenção de práticas adequadas quanto ao bem-estar dos acolhidos.

Quanto às entidades classificadas nos critérios “a melhorar” ou “não conforme”, destaca-se que os registros do 2º monitoramento indicam a permissão do uso de cigarros. Essa prática é adotada como uma estratégia de “redução de danos”, considerando-se a finalidade de apoiar a continuidade e a efetividade do tratamento.

Na sequência, a **Figura 101** apresenta de forma detalhada as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos. Esse detalhamento possibilita a análise da estabilidade das situações ou das mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Figura 101: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Cuidado com o bem-estar físico e psíquico da pessoa, proporcionando um ambiente livre de álcool e outras drogas e violência



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Como é possível notar, 293 entidades (90,4%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as demais, 12 (3,7%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” para “conforme”, indicando um movimento positivo de adequação. Porém, 13 instituições (4,0%) regrediram de “conforme” para “a melhorar”, demonstrando casos pontuais de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Em outro tópico, referente ao fornecimento de alimentação (quantidade de refeições diárias) informado pelas entidades a **Tabela 100** apresenta a comparação entre os dois monitoramentos. Para essa análise, foram desconsideradas 8 entidades (aproximadamente 2,5% do total de 324 entrevistadas), em razão de inconsistências entre as respostas fornecidas pelas entidades e as informações provenientes dos acolhidos.

Tabela 100: Distribuição da conformidade do registro referente ao fornecimento de alimentação (quantidade de refeições diárias) nos monitoramentos 1 e 2

Fornecimento de alimentação (quantidade de refeições diárias)	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Sim, fornece três refeições diárias	2	0,6%	6	1,9%
Sim, fornece mais de três refeições diárias	314	99,4%	310	98,1%
Total	316	100%	316	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

A **Tabela 100** evidencia que a ampla maioria das entidades informou fornecer mais de três refeições diárias em ambos os monitoramentos, totalizando 314 (99,4%) no 1º monitoramento e 310 (98,1%) no 2º monitoramento. Observa-se, ainda, um discreto aumento no número de entidades que declararam fornecer exatamente três refeições diárias, passando de 2 (0,6%) para 6 (1,9%) entre os dois períodos analisados.

De forma sintética, os resultados sugerem que houve poucas alterações no padrão de fornecimento de alimentação ao longo do tempo, indicando elevada estabilidade entre os dois ciclos de monitoramento.

Na sequência, a **Figura 102** detalha as transições individuais das entidades entre o 1º e o 2º monitoramento, permitindo observar a permanência ou mudança de situação ao longo do período. Nota-se que 310 entidades (98,1%) mantiveram o fornecimento de mais de três refeições diárias em ambos os ciclos, o que reforça o predomínio de práticas consideradas adequadas. Entre as demais, 4 entidades (1,9%) apresentaram redução no número de refeições, migrando da categoria “mais de três refeições diárias” para “três refeições diárias”.

Por fim, como transições menos frequentes, 2 entidades permaneceram na categoria “três refeições diárias” em ambos os monitoramentos, o que reforça o elevado grau de estabilidade observado no fornecimento de alimentação ao longo do período analisado.

Figura 102: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento.
Fornecimento de alimentação (quantidade de refeições diárias)



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

E quanto aos cuidados de higiene prestados aos acolhidos, vale observar o que a **Tabela 101** apresenta a partir de uma comparação entre os dois monitoramentos.

Tabela 101: Distribuição da conformidade do registro referente ao cuidado de higiene

Cuidado de higiene	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	314	96,9%	317	97,8%
A melhorar	10	3,1%	7	2,2%
Não conforme	0	0,0%	0	0,0%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

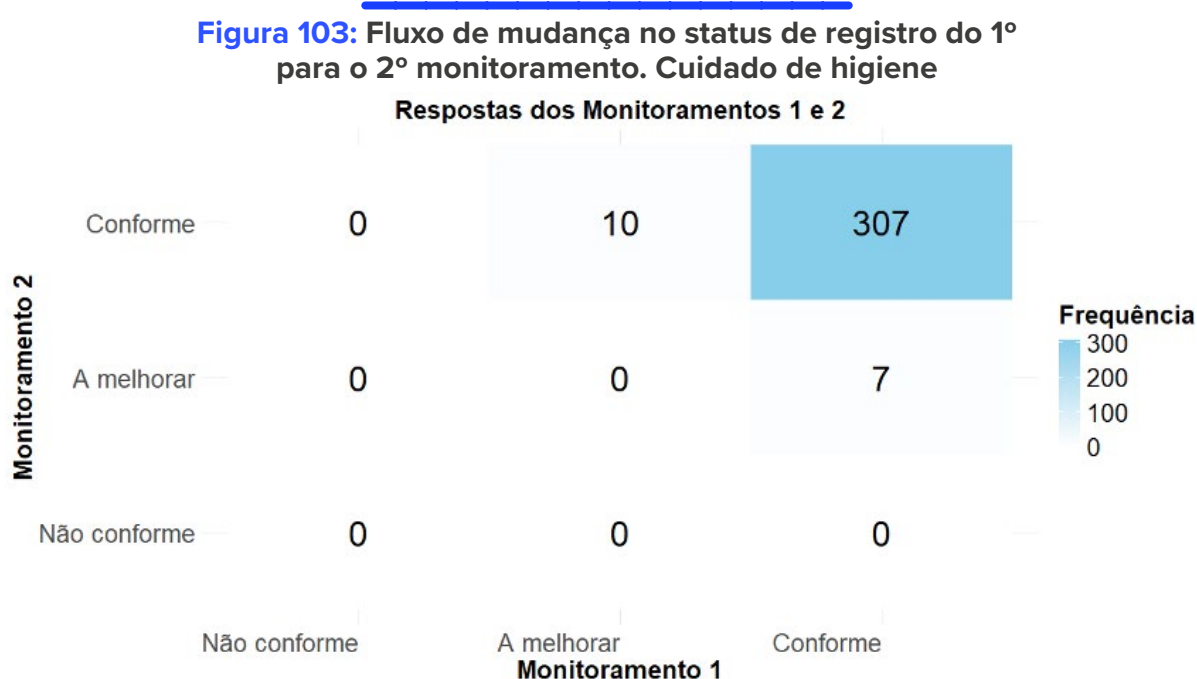
Os dados demonstram que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 314 (96,9%) para 317 (97,8%). Essa elevação representa uma leve melhoria de aproximadamente 1 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas.

Por outro lado, aquelas classificadas como “a melhorar” tiveram uma leve redução, de 10 (3,1%) para 7 (2,2%). Já as “não conformes” não tiveram presença, evidenciando tendência geral de aprimoramento entre os dois ciclos de monitoramento.

Em síntese, os dados da **Tabela 101** sugerem um estabilidade, porém com alta adoção de procedimentos adequados para os cuidados de higiene dos acolhidos.

Ademais, os relatos dos monitores no 2º monitoramento, entre as entidades que apresentam critério “*a melhorar*”, apontam deficiências nas condições de higiene, especialmente relacionadas aos banheiros, que apresentam falta de cuidados e manutenção adequados. Além disso, foram registradas situações em que há dificuldade ou ausência de fornecimento de produtos de higiene pessoal aos acolhidos.

Em prol de um detalhamento das transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, o que permite observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo, a segue a **Figura 103**.



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Aqui, 307 entidades (94,8%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as demais, 10 (3,1%) melhoraram sua situação, migrando de “*a melhorar*” para “*conforme*”, o que indica um movimento positivo de adequação. Em contrapartida, 7 (2,2%) regrediram de “*conforme*” para “*a melhorar*”, demonstrando casos pontuais de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Prosseguindo, agora para uma análise sobre a proibição de castigos físicos, psíquicos ou morais, a **Tabela 102** apresenta uma comparação entre o 1º e o 2º monitoramento.

Tabela 102: Distribuição da conformidade do registro referente à proibição de castigos físicos, psíquicos ou morais

Proibição de castigos físicos, psíquicos ou morais	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	316	97,5%	321	99,1%
A melhorar	7	2,2%	3	0,9%
Não conforme	1	0,3%	0	0,0%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

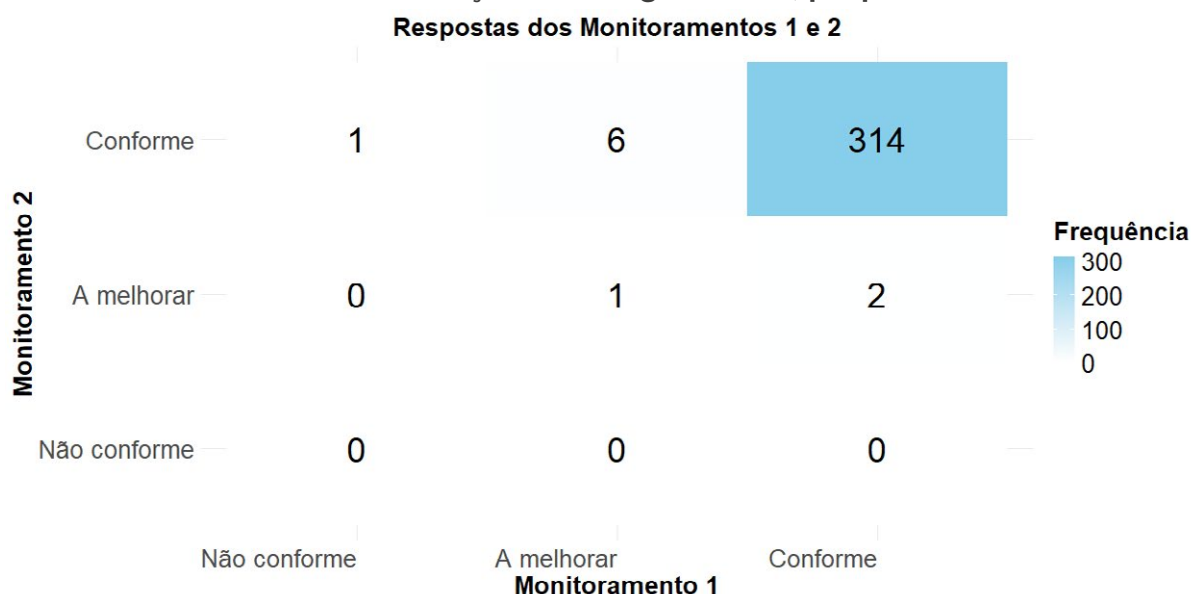
Apura-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 316 (97,5%) para 321 (99,1%). Essa elevação representa uma melhoria de 1,6 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

De outro modo, aquelas classificadas como “a melhorar” tiveram redução de 7 (2,2%) para 3 (0,9%). E, as “não conformes” diminuíram de 1 (0,3%) para 0 (0,0%), evidenciando uma tendência geral de aprimoramento entre os dois ciclos de monitoramento.

Sendo assim, os dados da **Tabela 102** sugerem um leve avanço consistente quanto à proibição de castigos físicos, psíquicos ou morais.

Entre os relatos colhidos pelos monitores, nos dois monitoramentos, a partir da aplicação do formulário com os responsáveis técnicos das entidades, que foram classificadas como “não conformes” ou “a melhorar”, foi possível constatar que a advertência verbal, em caráter individual ou coletivo, foi apontada pelos acolhidos como prática mais utilizada pelas entidades para coibir comportamentos inadequados. Cabe mencionar sua identificação, como forma de constrangimento individual e coletivo, especificamente em uma das entidades de acolhimento monitoradas, que foi qualificada pelo monitor como “não conforme”.

Figura 104: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Proibição de castigos físicos, psíquicos ou morais.



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Assinala-se que 314 entidades (96,9%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as outras, 7 (2,2%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento pontual positivo de adequação. No entanto, 2 entidades (0,6%) regrediram de “conforme” para “a melhorar”, demonstrando casos pontuais de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Outro tópico também analisado se refere à aplicação de sanções por descumprimento de regras nas entidades de acolhimento monitoradas, conforme Tabela 103, esta que apresenta a comparação entre os dois monitoramentos.

Tabela 103: Distribuição da conformidade do registro referente à aplicação de sanções pelo descumprimento de regras na comunidade terapêutica

Aplicação de sanções pelo descumprimento de regras na comunidade terapêutica	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Sim	135	41,7%	170	52,5%
Não	189	58,3%	154	47,5%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

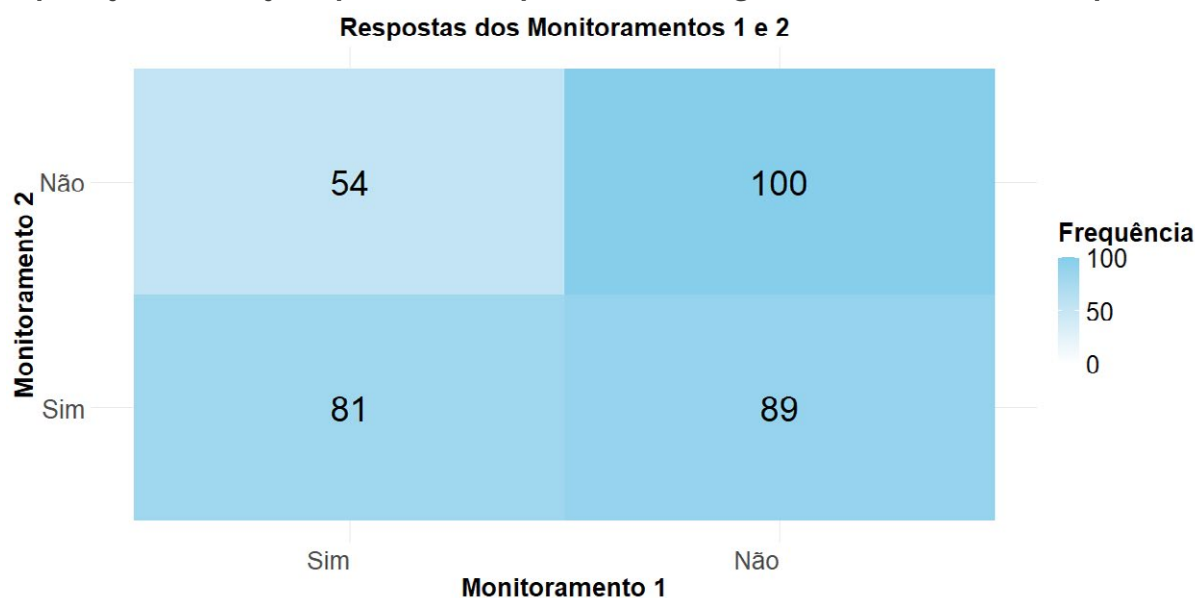
Observa-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação de “não aplicação” no 1º monitoramento, com 189 (58,3%), passando para 154 (47,5%) no 2º. Esse cenário demonstra uma diminuição de 10,8 pontos percentuais na adoção de punições. Consequentemente, houve um aumento nas entidades que adotam sanções ao longo dos períodos, passando de 135 (41,7%) para 170 (52,5%).

De modo geral, os dados da **Tabela 103** sugerem uma transição na adoção de sanções aos acolhidos em caso de descumprimento de regras. Enquanto, no 1º monitoramento, a maioria das entidades não as aplicava, aplicava no 2º. Vale ainda ressaltar que esses percentuais “*de maioria*” não são superiores a 60% em nenhum dos dois períodos.

Quanto aos relatos dos monitores nos monitoramentos, estes indicam que as entidades aplicam advertências verbais como primeira medida disciplinar e, em situações consideradas graves, recorrem ao desligamento do acolhido. Também, como forma de sanção individual e coletiva, foi registrada a retirada temporária do acesso às atividades de lazer.

Por sua vez, a **Figura 105** detalha as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, permitindo observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo.

Figura 105: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Aplicação de sanções pelo descumprimento de regras na comunidade terapêutica



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Como registrado, 100 entidades (30,9%) mantiveram-se sem sanções nos dois períodos. Entre as demais, 54 (16,7%) migraram de “*ter sanções*” para “*não ter sanções*”, enquanto 89 (27,5%) apresentaram um cenário inverso, ou seja, de “*não ter sanções*” para “*ter sanções*”, demonstrando casos de mudança nas situações. Por fim, 81 (25,0%) mantiveram sanções aos acolhidos em ambos os monitoramentos.

Sobre o registro de reingresso de acolhidos, vale atentar para o que assinala a **Tabela 104**, sobre os dois monitoramentos.

Tabela 104: Distribuição da conformidade do registro referente ao registro de reingresso de acolhidos na entidade

Registro de reingresso de acolhidos na entidade	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Sim	155	47,8%	156	48,1%
Não	169	52,2%	168	51,9%
Total	324	100%	324	100%

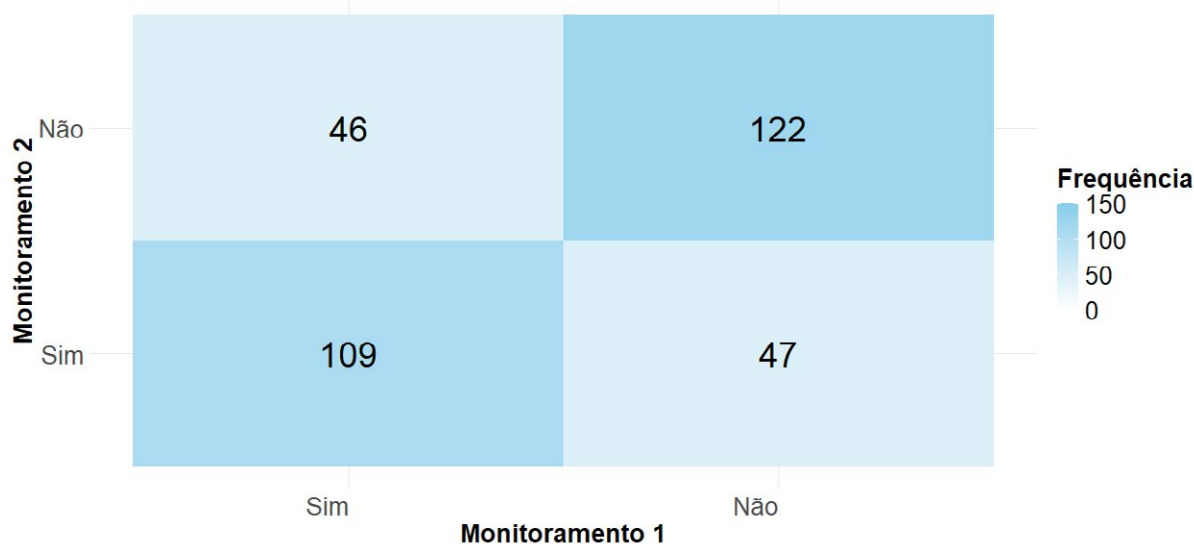
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Evidencia-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação de “*não registrar*” em ambos os monitoramentos, passando de 169 (52,2%) para 168 (51,9%), demonstrando que se mantiveram praticamente idênticas. Da mesma forma, aquelas que adotam o registro de reingresso também mantiveram-se praticamente iguais, com uma leve adição de 155 (47,8%) para 156 (48,1%). Portanto, esses dados sugerem estabilidade entre os monitoramentos em referência ao registro de reingresso dos acolhidos.

Detalhando as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, o que permite observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo, está a **Figura 106**.

Figura 106: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Registro de reingresso de acolhidos na entidade

Respostas dos Monitoramentos 1 e 2



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Como observado, 122 entidades (37,7%) mantiveram-se sem registro nos dois períodos. Entre as outras, 46 (14,2%) migraram de “*tendo registro*” para “*não ter registro*”. Em contrapartida, 47 (14,5%) mudaram de “*não ter registro*” para “*ter registro*” de reingresso, demonstrando casos de mudança nos quesitos. Por fim, 109 (33,6%) mantiveram os registros de reingresso dos acolhidos em ambos os monitoramentos.

E, referente à exposição do acolhido a situações de constrangimento ou vulnerabilidade, conforme **Tabela 105**, verifica-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 313 (96,6%) para 318 (98,1%). Essa elevação representa uma melhoria de 1,5 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas.

De modo distinto, aquelas classificadas como “a melhorar” apresentaram uma leve redução, passando de 7 (2,2%) para 5 (1,5%), enquanto as “não conformes” diminuíram de 4 (1,2%) para 1 (0,3%), evidenciando uma tendência geral de aprimoramento entre os dois ciclos de monitoramento.

Em linhas gerais, os dados dessa tabela sugerem um avanço consistente na adoção de práticas adequadas para a prevenção da exposição dos acolhidos a situações de constrangimento ou vulnerabilidade.

Tabela 105: Distribuição da conformidade do registro referente à prevenção de exposição do acolhido a situações de constrangimento ou vulnerabilidade

Prevenção de exposição do acolhido a situações de constrangimento ou vulnerabilidade	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	313	96,6%	318	98,1%
A melhorar	7	2,2%	5	1,5%
Não conforme	4	1,2%	1	0,3%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

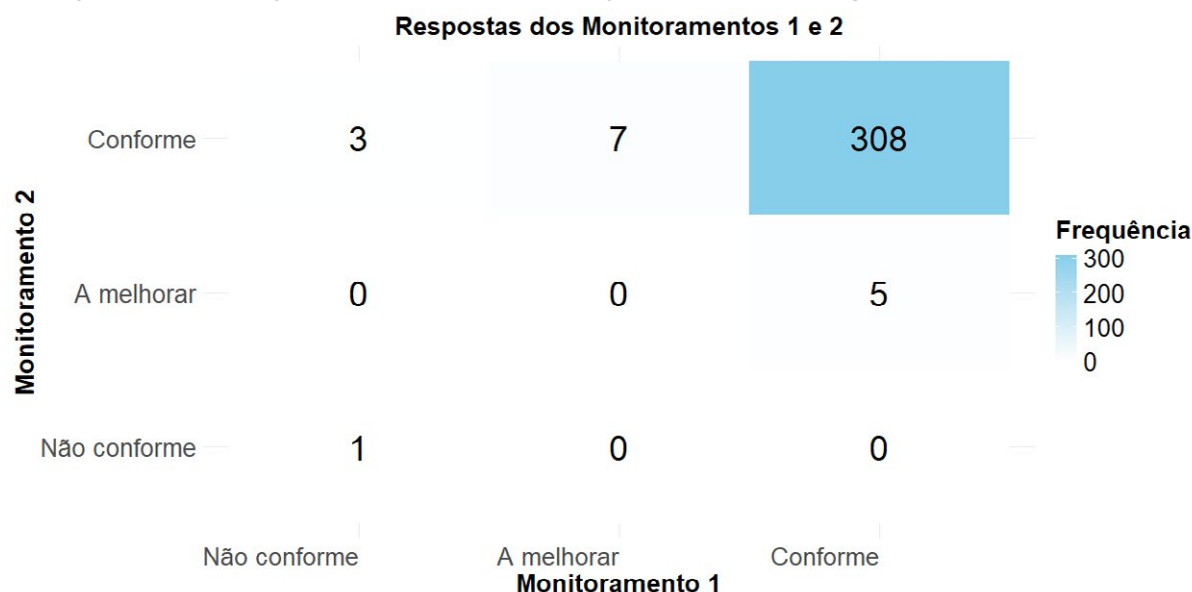
Conforme as observações dos monitores que classificaram as entidades como “a melhorar” ou “não conforme” no 1º monitoramento, as principais incidências estão relacionados a algumas situações. São elas: a) vendas de pães na lojinha da entidade; b) venda de produtos da padaria e da doceria para os acolhidos e seus familiares nos dias de visita (ao montarem kits para uma empresa, tendo sido em uma noite os recursos revertidos em uma alimentação diferenciada para os acolhidos); c) venda de hortaliças na feira. Neste último caso, um dos acolhidos recebeu para si o valor financeiro do aviário, enquanto outro declarou ser voluntário.

No que diz respeito ao 2º monitoramento, os relatos dos monitores indicam que, entre as entidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme”, alguns acolhidos saem para vias públicas com a finalidade de vender produtos. Outro relato menciona que alguns acolhidos trabalham obrigatoriamente dentro da comunidade. Por fim, identificam-se registros de participação voluntária de deles em ações de busca de doações para o funcionamento da própria entidade.

Embora pouco representativos, dentro do universo total das entidades, esses pontos merecem atenção direta do Depad, no sentido de construir uma cultura de acolhimento que priorize a dignidade da pessoa humana como princípio de ressocialização. E, não é demais lembrar que o sucesso dos processos de reinserção social, para os indivíduos com transtorno por substâncias psicoativas, está diretamente ligado à existência de uma rede de suporte contínuo e personalizado, com programas sustentáveis, que disponha de profissionais qualificados e multidisciplinares, além de demandar recursos financeiros para manter programas e ações necessárias.

No detalhamento das transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, o que permite observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo, segue a **Figura 107**.

Figura 107: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento.
Prevenção de exposição do acolhido a situações de constrangimento ou vulnerabilidade



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Nesse ponto, 308 entidades (95,1%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as outras, 10 entidades (3,1%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo pontual de adequação. Em contrapartida, 5 (1,5%) regrediram de “conforme” para “a melhorar”, demonstrando casos pontuais de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

E, no se refere à realização de atividades de capacitação, de promoção da aprendizagem, de formação e de práticas inclusivas que visam à inserção e a reinserção social, ao resgate ou à formação de novas habilidades profissionais, práticas ou para a vida, e ao aprendizado de novos conhecimentos, de modo a promover o empoderamento e o desenvolvimento das habilidades sociais do acolhido, a **Tabela 106**, a seguir, apresenta a comparação entre os dois monitoramentos.

Tabela 106: Distribuição da conformidade do registro referente às atividades de capacitação, de promoção da aprendizagem, de formação e as práticas inclusivas que buscam a inserção e a reinserção social, o resgate ou a formação de novas habilidades profissionais, práticas ou para a vida, bem como o aprendizado de novos conhecimentos, de modo a promover o empoderamento e o desenvolvimento das habilidades sociais do acolhido

As atividades de capacitação, de promoção da aprendizagem, de formação e as práticas inclusivas que buscam a inserção e a reinserção social, o resgate ou a formação de novas habilidades profissionais, práticas ou para a vida, bem como o aprendizado de novos conhecimentos, de modo a promover o empoderamento e o desenvolvimento das habilidades sociais do acolhido	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	257	79,3%	274	84,6%
A melhorar	51	15,7%	38	11,7%
Não conforme	16	4,9%	12	3,7%
Total	324	100%	324	100%

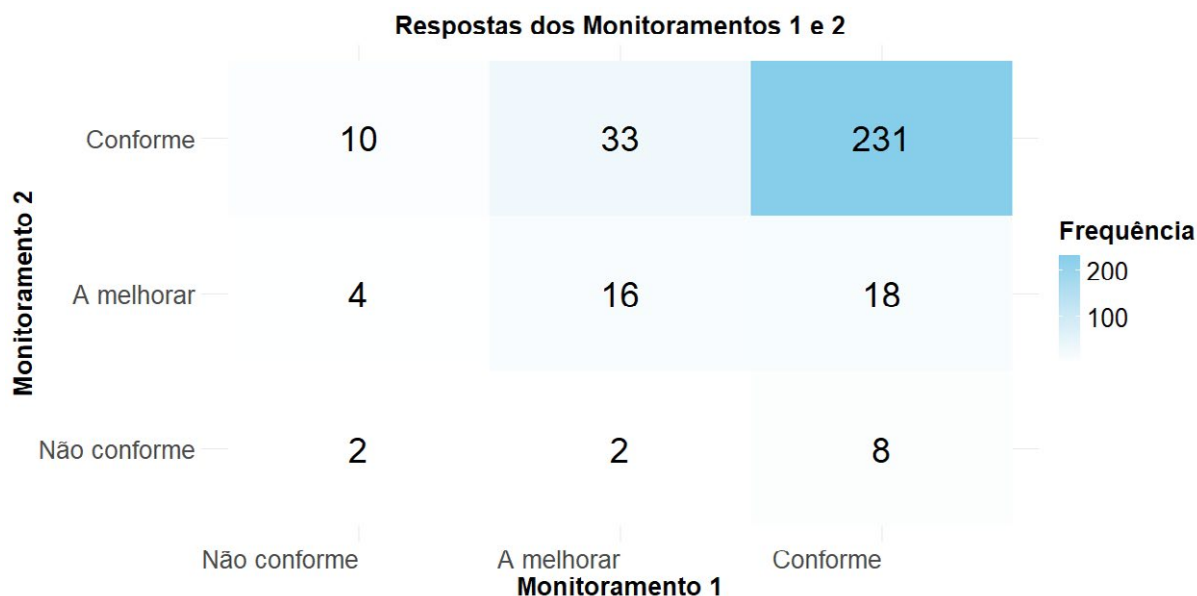
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Essa tabela explicita que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 257 (79,3%) para 274 (84,6%). Essa elevação representa uma melhoria de 5,3 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas. Somado a isso, aquelas classificadas como “a melhorar” apresentaram redução de 51 (15,7%) para 38 (11,7%), enquanto as “não conformes” diminuíram de 16 (4,9%) para 12 (3,7%), evidenciando uma tendência geral de aprimoramento entre os dois ciclos de monitoramento.

Portanto, os dados da **Tabela 106** sugerem um avanço consistente na adoção de práticas voltadas à promoção da aprendizagem, ao desenvolvimento de habilidades, assim como ao fortalecimento da inclusão social dos acolhidos. Outrossim, alguns registros dos monitores no 2º monitoramento, entre as entidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme”, indicam a ausência ou baixa oferta de cursos de capacitação profissional em diversas entidades. Em alguns casos, os responsáveis afirmaram estar aguardando parcerias para viabilizar futuras capacitações.

Além disso, uma leitura da **Figura 108** permite uma melhor compreensão sobre as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos. Esse procedimento possibilita observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo.

Figura 108: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento quanto às atividades de capacitação, de promoção da aprendizagem, de formação e as práticas inclusivas que buscam a inserção e a reinserção social, o resgate ou a formação de novas habilidades profissionais, práticas ou para a vida, bem como o aprendizado de novos conhecimentos, de modo a promover o empoderamento e o desenvolvimento das habilidades sociais do acolhido



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Segundo o que se constata, 231 entidades (71,3%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as demais, 43 (13,3%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação. Em contrapartida, 26 (8,0%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando alguns casos de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Não é demasiado lembrar que, para esse tipo de análise, ancoramo-nos no conceito de que ambiente ético e protegido em comunidades terapêuticas deve ser compreendido como um local que oferece suporte e tratamento seguros, livres de drogas e violência. Além disso, esses espaços devem ser orientados por princípios éticos e diretrizes técnicas e legais, objetivando a garantia do bem-estar, da dignidade da pessoa humana e da segurança dos residentes durante o processo de acolhimento (Anvisa, 2011).

E, quanto à comparação entre os dois monitoramentos sobre manutenção de um ambiente ético e protegido nas atividades práticas desenvolvidas pelas entidades, a Tabela 107 apresenta informações relevantes a respeito.

Tabela 107: Distribuição da conformidade do registro referente ao ambiente ético e protegido nas atividades práticas

Ambiente ético e protegido nas atividades práticas	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	296	96,1%	293	93,9%
A melhorar	11	3,6%	17	5,4%
Não conforme	1	0,3%	2	0,6%
Não informado	16	4,9	12	3,7%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

De todas as 324 entidades que participaram de ambos os monitoramentos, 16 não apresentaram resposta no 1º. Semelhante, 2 no 2º também não. Nota-se ainda que a maioria delas encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 296 (96,1%) para 293 (93,9%). Sendo assim, essa variação representa uma leve redução de 2,2 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

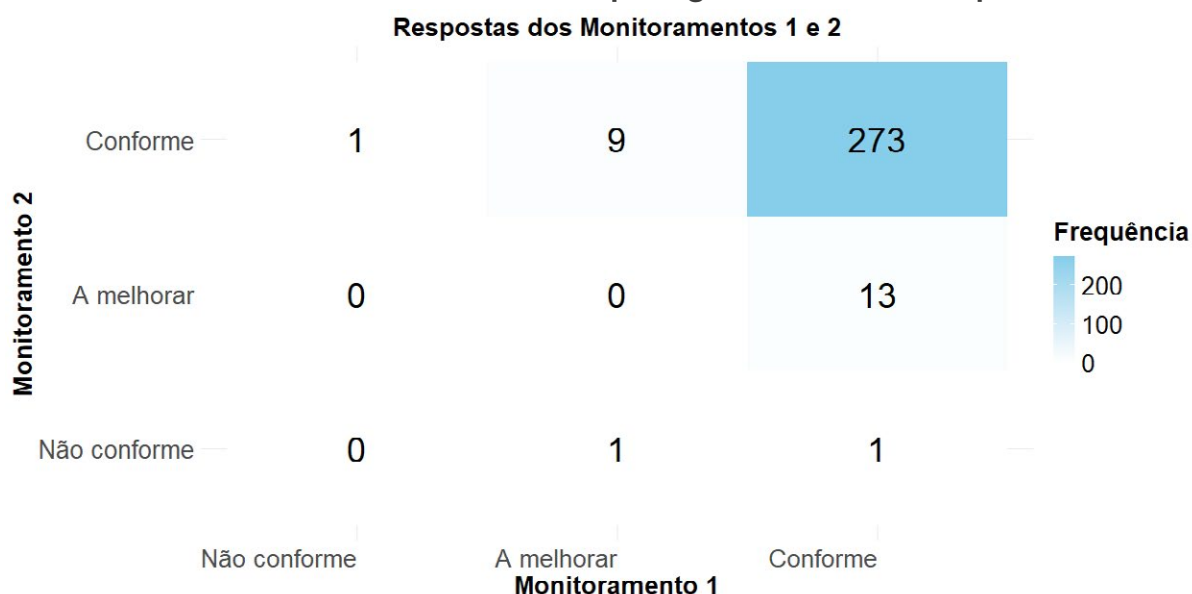
Por outro lado, aquelas classificadas como “a melhorar” aumentaram de 11 (3,6%) para 17 (5,4%), enquanto as “não conformes” tiveram uma pequena elevação de 1 (0,3%) para 2 (0,6%). Isso indica uma leve tendência de regressão no cumprimento dos critérios avaliados.

Desse modo, os dados da Tabela 107 sugerem uma leve redução no cumprimento das práticas voltadas à preservação de um ambiente ético e protegido, ainda que com oscilações pontuais que reforçam a importância de acompanhamento contínuo e de ações de aprimoramento. Vale, porém, ressaltar o alto percentual de conforme, apesar da leve oscilação.

Ademais, os registros de alguns monitores no 2º monitoramento, entre as entidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme”, apontam a ausência de atividades práticas inclusivas em diversas entidades. Além disso, os números indicam a falta de espaço físico adequado, haja vista que muitas não dispõem de uma sala própria destinada às atividades.

Das 324, 298 (92%) instituições responderam haver registro referente ao ambiente ético e protegido nas atividades práticas. Por sinal, a análise a seguir diz respeito somente a essas entidades. E para isso, a Figura 109 detalha as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, permitindo observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo.

Figura 109: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Ambiente ético e protegido nas atividades práticas



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Entre todas, 273 entidades (91,6%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Quanto às outras, observa-se que 10 (3,4%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo pontual de adequação. No entanto, 14 (4,7%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando alguns casos de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

O próximo tópico a ser analisado diz respeito à existência de mecanismo de registro de queixas e sugestões à disposição de cada acolhido e de sua família, possibilitando a manifestação de insatisfações e opiniões voltadas à melhoria do serviço. E, em prol desse expediente, a partir da **Tabela 108** será construída uma comparação entre os dois monitoramentos.

Tabela 108: Distribuição da conformidade do registro referente à existência de um mecanismo de registro de queixas e sugestões à disposição de cada acolhido e família, em que seja possível expor quaisquer insatisfação e opiniões voltadas à melhoria do serviço

Possui um mecanismo de registro de queixas e sugestões à disposição de cada acolhido e família, em que seja possível expor quaisquer insatisfação e opiniões voltadas à melhoria do serviço	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	247	76,2%	237	73,1%
A melhorar	36	11,1%	67	20,7%
Não conforme	41	12,7%	20	6,2%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Consoante a esses dados, a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, porém com uma redução de 247 (76,2%) para 237 (73,1%). Esse decréscimo representa uma queda de 3,1 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

Verifica-se, por outro lado, um aumento das entidades classificadas como “a melhorar”, que passaram de 36 (11,1%) para 67 (20,7%). Já aquelas “não conformes” apresentaram redução de 41 (12,7%) para 20 (6,2%).

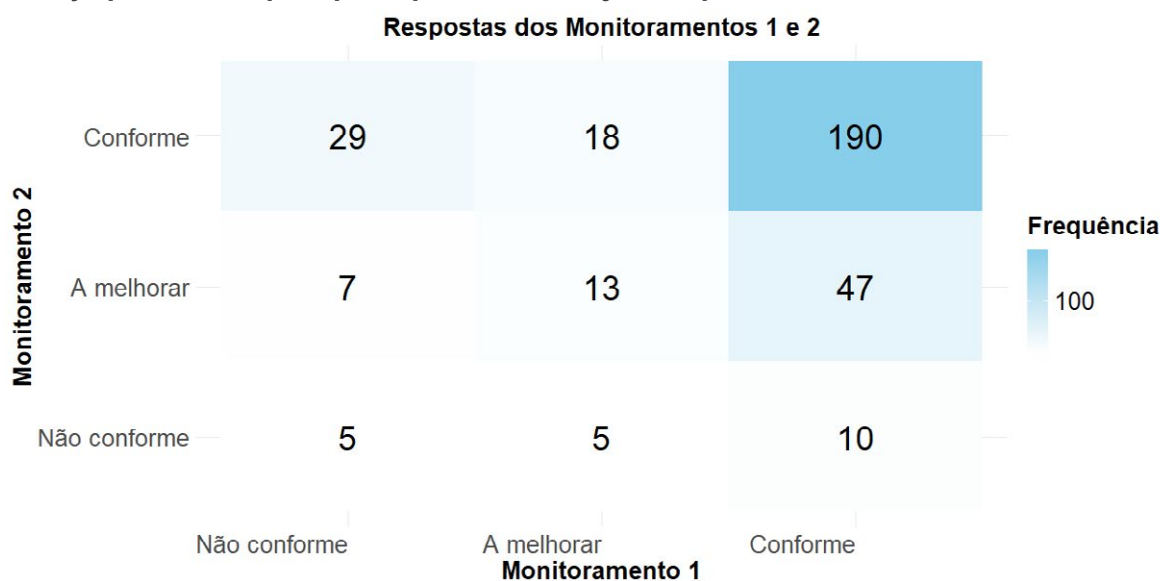
Em linhas gerais, esses números sugerem que, apesar de uma leve redução no grau de conformidade, houve também acréscimo no número de casos a melhorar. Além disso, ocorreu ainda um decréscimo na não conformidade relacionados à existência de um mecanismo de registro de queixas e sugestões.

Cumprе assinalar que a Constituição Federal estabelece que “é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas”, sendo um direito fundamental garantido pelo artigo 5º, Inciso XII. Portanto, qualquer medida de segurança no setor privado deve respeitar o direito à intimidade e à privacidade do indivíduo.

Por conseguinte, garantir um ambiente livre de drogas em uma comunidade terapêutica (CT), sem violar direitos fundamentais, exige a implementação de protocolos claros, transparentes e baseados na legislação vigente, sempre com o consentimento informado do acolhido. Sendo assim, o desafio das instituições está em não violar a intimidade e, concomitantemente, garantir a segurança do ambiente terapêutico livre de drogas.

Complementando, a **Figura 110** detalha as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, permitindo observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo.

Figura 110: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Possui um mecanismo de registro de queixas e sugestões à disposição de cada acolhido e família, em que seja possível expor quaisquer insatisfação e opiniões voltadas à melhoria do serviço



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Apura-se que 190 entidades (58,6%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Quanto às outras, 47 (14,5%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação. Em contrapartida, 57 (17,6%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando uma grande transição entre as entidades nos dois monitoramentos.

E, concernente à privacidade dos acolhidos, assegurando que não haja violação de correspondências e que as ligações telefônicas possam ser realizadas com privacidade, a **Tabela 109**, na sequência, demonstra que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 290 (89,5%) para 298 (92,0%). Essa elevação representa uma melhoria de 2,5 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

Por sua vez, aquelas classificadas como “a melhorar” apresentaram redução de 30 (9,3%) para 20 (6,2%). Sobre as “não conformes”, tiveram um pequeno aumento, passando de 4 (1,2%) para 6 (1,9%), o que indica uma leve oscilação, porém sem prejuízo à tendência geral de aprimoramento observada.

De modo geral, pode-se afirmar que os dados da **Tabela 109** sugerem um avanço consistente na consolidação de práticas que asseguram o respeito à privacidade e aos direitos individuais dos acolhidos no âmbito institucional.

Tabela 109: Distribuição da conformidade referente à não violação, em nenhuma instância, à correspondência do acolhido, bem como a garantia de as ligações telefônicas serem realizadas com privacidade

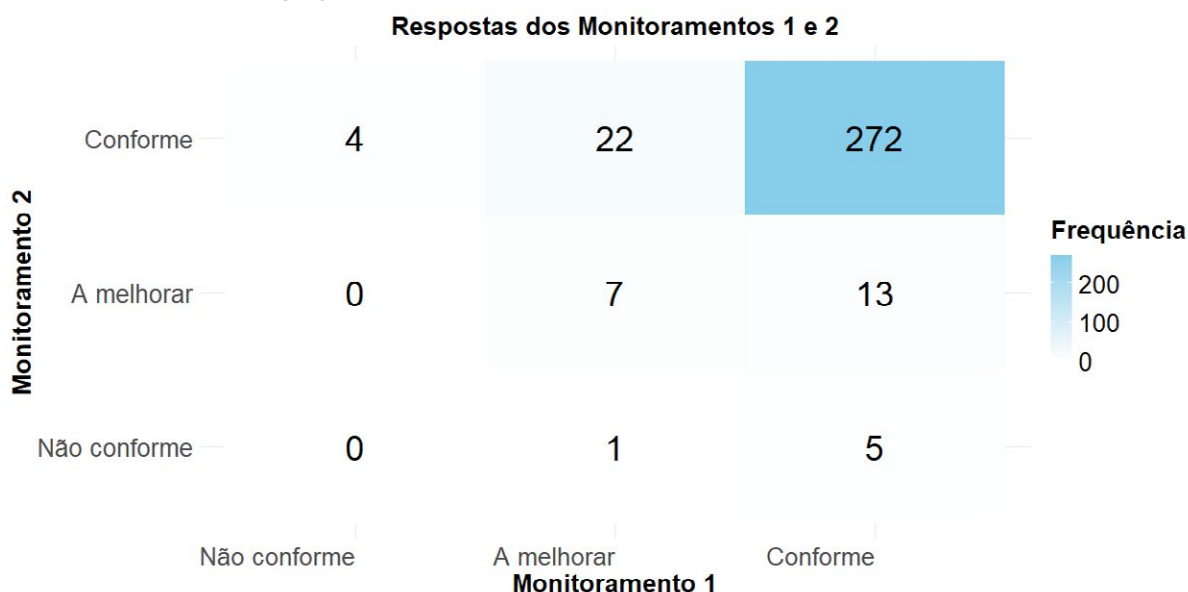
Não se viola, em nenhuma instância, a correspondência do acolhido, como também as ligações telefônicas podem ser realizadas com privacidade	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	290	89,5%	298	92,0%
A melhorar	30	9,3%	20	6,2%
Não conforme	4	1,2%	6	1,9%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

De acordo com o que foi relatado pelos monitores no 2º monitoramento, as entidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme”, indicam algumas fragilidades na proteção da privacidade dos acolhidos. Em algumas, os monitores permanecem presentes durante ligações telefônicas ou visitas familiares, reduzindo a confidencialidade desses contatos. Além disso, foi observado que cartas escritas pelos acolhidos são compartilhadas por telefone com familiares.

Desse modo, a comparação entre os dois monitoramentos, conforme a **Figura 111**, demonstra que 272 entidades (86,1%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Entre as outras, observa-se que 26 (8,2%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação. Em contrapartida, 18 entidades (5,7%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando alguns casos de discontinuidades da prática avaliada.

Figura 111: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Não se viola, em nenhuma instância, a correspondência do acolhido, como também as ligações telefônicas podem ser realizadas com privacidade



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Na sequência, agora sobre o monitoramento quanto à comunicação aos familiares ou a representantes legais do acolhido em casos de evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave ou falecimento, no prazo máximo de 24 horas, a Tabela 110 apresenta a comparação entre os dois períodos.

Tabela 110: Distribuição da conformidade do registro referente à comunicação aos familiares ou representantes legais do acolhido em caso de evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave e falecimento no prazo máximo de 24 horas

Comunicação aos familiares ou representantes legais do acolhido em caso de evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave e falecimento, sendo comunicados aos familiares ou representante legal do acolhido, no prazo máximo de 24 horas	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	322	99,4%	324	100,0%
A melhorar	1	0,3%	0	0,0%
Não conforme	1	0,3%	0	0,0%
Total	324	100%	324	100%

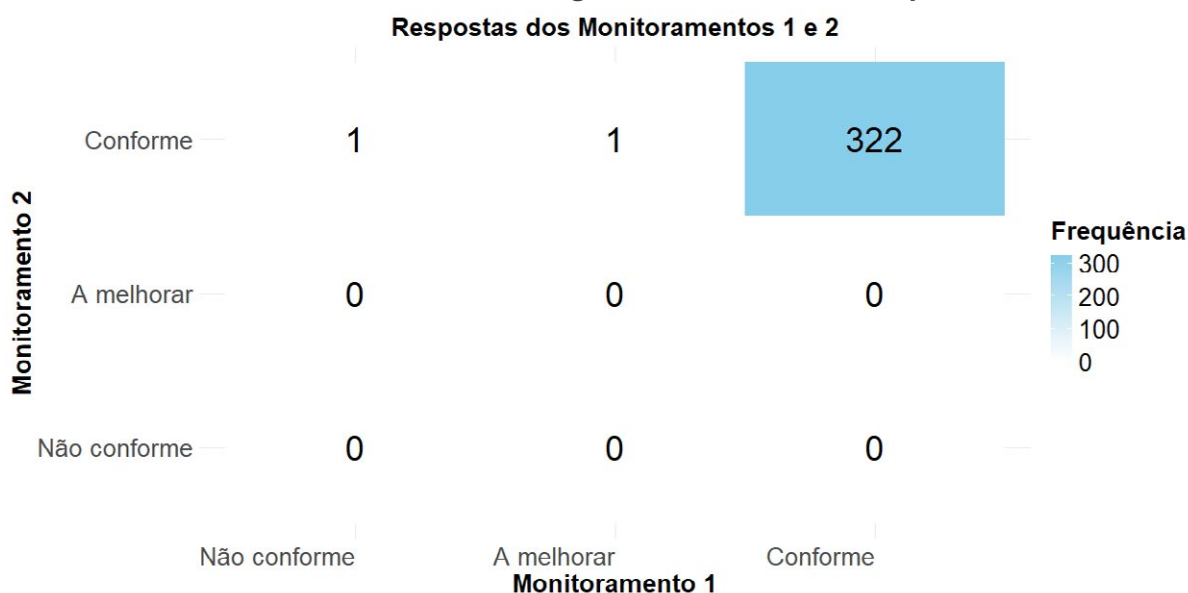
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Nesse aspecto, quase totalidade das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 322 (99,4%) para 324 (100,0%). Essa variação representa a consolidação plena da conformidade nesse aspecto das práticas avaliadas. Porém, as entidades classificadas como “a melhorar” e as “não conformes” reduziram-se de 1 (0,3%) para 0 (0,0%), evidenciando a eliminação completa de casos de inadequação.

Assim, de modo sintético as informações da **Tabela 110** sugerem um cenário de plena conformidade. Demonstra, portanto, que as entidades vêm garantindo, de forma efetiva, a comunicação de situações críticas aos familiares ou representantes legais dos acolhidos.

Já a **Figura 112**, com detalhamento das transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, aponta que 322 entidades (99,4%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Do restante, 2 (0,6%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação. Entretanto, nenhuma entidade regrediu de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando que não houve casos de descontinuidade da prática avaliada.

Figura 112: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Comunicação aos familiares ou representantes legais do acolhido em caso de evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave e falecimento no prazo máximo de 24 horas



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Por fim, a **Tabela 111** apresenta a comparação entre o 1º e o 2º monitoramento quanto à não utilização de ações como contenção física, psicológica e medicamentosa, bem como quaisquer tipos de isolamento ou restrição que infrinjam a liberdade da pessoa acolhida.

Sobre esse tópico, quase totalidade das instituições encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 322 (99,4%) para 324 (100,0%). Essa variação representa a consolidação da conformidade total nas práticas avaliadas.

Por outro lado, as entidades classificadas como “a melhorar” reduziram-se de 2 (0,6%) para 0 (0,0%), e não foram registrados casos de “não conformidade” em nenhum dos monitoramentos. Esses números evidenciam a completa adequação das instituições quanto à prática avaliada.

Logo, de modo sintético, os dados da **Tabela 111** apontam plena conformidade, bem como indicam a consolidação das boas práticas relacionadas ao registro sistemático das ações e intercorrências

clínicas. De certo modo, esse cenário reforça o compromisso das entidades com a qualidade e com a transparência no acompanhamento dos acolhidos.

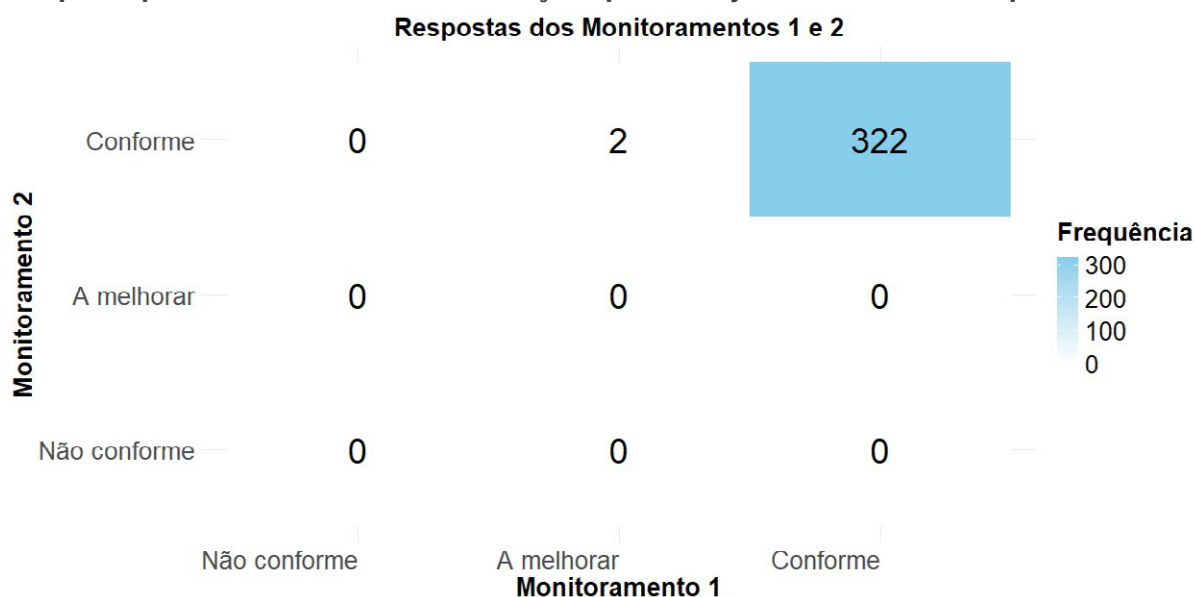
Tabela 111: Distribuição da conformidade referente a não se utilizar de ações como contenção física, psicológica e medicamentosa, bem como quaisquer tipos de isolamento ou restrição que infrinjam a liberdade da pessoa acolhida

Não se utilizam ações como contenção física, psicológica e medicamentosa, bem como quaisquer tipos de isolamento ou restrição que infrinjam a liberdade da pessoa acolhida	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	322	99,4%	324	100,0%
A melhorar	2	0,6%	0	0,0%
Não conforme	0	0,0%	0	0,0%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

E, de acordo com a **Figura 113**, um número expressivo, ou seja, 322 entidades (99,4%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Quanto às demais, 2 (0,6%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” para “conforme”, indicando um movimento positivo de adequação. De outra forma, nenhuma entidade (0,0%) regrediu de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando a inexistência de casos de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Figura 113: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Não se utilizam ações como contenção física, psicológica e medicamentosa, bem como quaisquer tipos de isolamento ou restrição que infrinjam a liberdade da pessoa acolhida



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

1.27 Gestão de Infraestrutura

Nesta seção, serão apresentados os dados sobre a infraestrutura existente nas entidades para que elas possam exercer as atividades de acolhimento. E, para um melhor compreensão a respeito, a **Tabela 112** apresenta a comparação entre o 1º e o 2º monitoramento quanto à **adequação dos alojamentos oferecidos pelos serviços, considerando a compatibilidade com o número de vagas de acolhimento e a separação por público (adulto masculino/feminino)**.

Tabela 112: Distribuição da conformidade do registro referente à disponibilidade de alojamento adequado para o número de vagas de acolhimento oferecidas, separadas por público (adulto masculino/feminino)

O serviço dispõe de alojamento adequado para o número de vagas de acolhimento oferecidas, separadas por público (adulto masculino/ feminino)	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	307	94,8%	308	95,1%
A melhorar	13	4,0%	14	4,3%
Não conforme	4	1,2%	2	0,6%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Como observado, a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 307 (94,8%) para 308 (95,1%). Essa elevação representa uma ligeira melhoria de 0,3 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas. Ademais, vale salientar o alto grau de conformidade em ambos os monitoramentos.

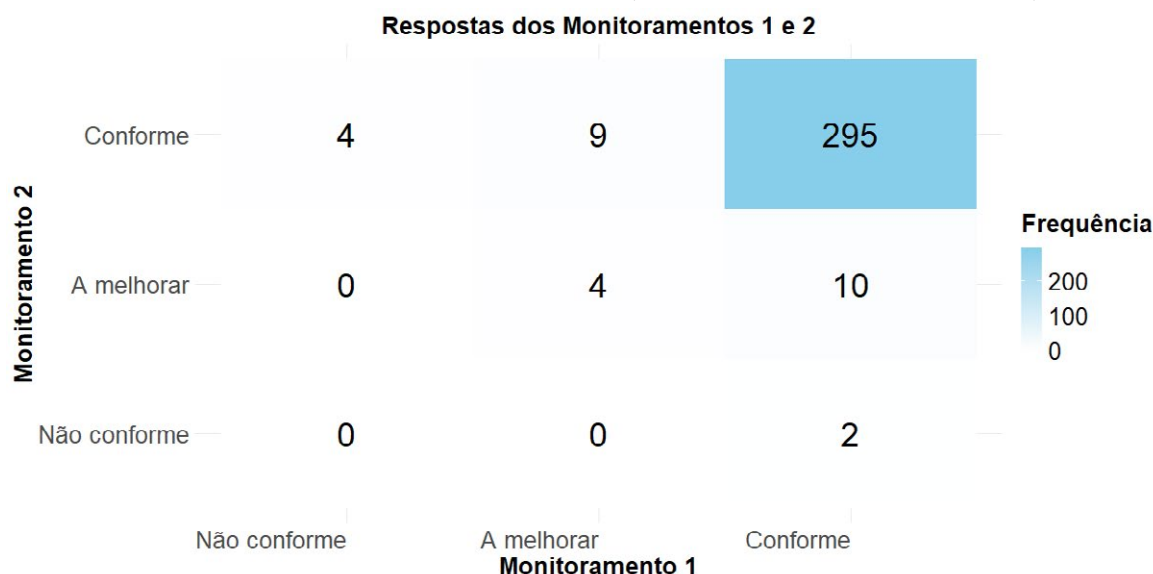
Por outro lado, as entidades classificadas como “a melhorar” apresentaram um pequeno aumento, de 13 (4,0%) para 14 (4,3%). Além disso, as “não conformes” reduziram-se de 4 (1,2%) para 2 (0,6%), indicando ajustes pontuais e manutenção de um padrão elevado de conformidade.

De modo geral, esses números sugerem estabilidade com tendência de aprimoramento. Essa observação demonstra que as entidades continuam assegurando condições adequadas de alojamento e organização dos espaços segundo o público atendido.

Outrossim, alguns relatos dos monitores no 2º monitoramento, entre as unidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme”, apontam insuficiência na infraestrutura de alojamento. Essa constatação é demonstrada com a falta de quartos adequados, além da incompatibilidade entre o número de camas ou colchões, bem como a quantidade de acolhidos.

E, a fim de observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo, a **Figura 114** detalha as transições individuais das entidades.

Figura 114: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. O serviço dispõe de alojamento adequado para o número de vagas de acolhimento oferecidas, separadas por público (adulto masculino/ feminino)



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Verifica-se que 295 entidades (92,3%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Outras 13 (4,0%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo pontual de adequação. Entretanto, 12 (3,7%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando uma quantidade equivalente de casos de descontinuidade na prática avaliada.

E, por sua vez, a **Tabela 113** apresenta a comparação entre o 1º e o 2º monitoramento quanto à quantidade de quartos disponíveis para os acolhidos nas entidades. Em ambos os períodos, a maioria das entidades possuía entre 1 e 10 quartos, passando de 237 (73,1%) para 228 (70,4%), o que representa uma leve redução de 2,7 pontos percentuais nessa faixa.

Diferentemente, verificou-se um aumento no número de entidades com a capacidade de 11 a 20 quartos, de 66 instituições (20,4%) para 74 (22,8%); além disso, daquelas com 21 a 30 quartos, de 12 (3,7%) para 16 (4,9%), indicando uma leve ampliação da capacidade de acolhimento em algumas instituições. As faixas superiores apresentaram pequenas variações: as entidades com 31 a 50 quartos reduziram-se de 7 (2,2%) para 5 (1,5%), enquanto aquelas com mais de 50 quartos diminuíram de 2 (0,6%) para 1 (0,3%).

De modo geral, pode-se afirmar que esses dados sugerem estabilidade no perfil das entidades quanto à quantidade de quartos disponíveis, com predominância de unidades de menor porte e pequenas variações que não alteram significativamente o padrão geral de capacidade de acolhimento.

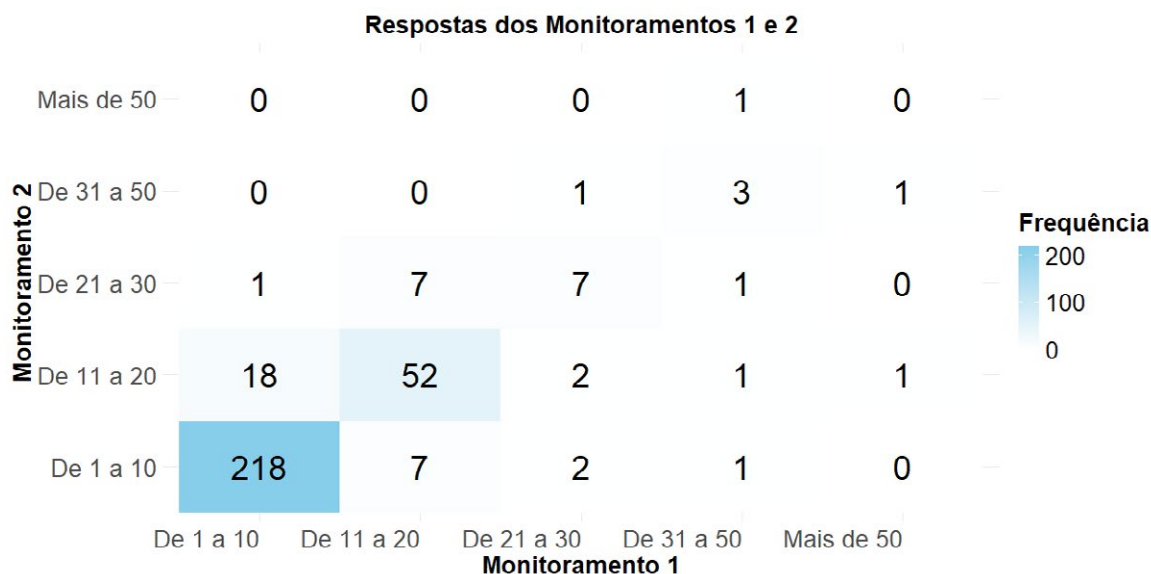
Tabela 113: Distribuição da conformidade do registro referente à quantidade de quartos disponíveis para os acolhidos na entidade

Quantidade de quartos disponíveis para os acolhidos na entidade	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
De 1 a 10	237	73,1%	228	70,4%
De 11 a 20	66	20,4%	74	22,8%
De 21 a 30	12	3,7%	16	4,9%
De 31 a 50	7	2,2%	5	1,5%
Mais de 50	2	0,6%	1	0,3%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

A seguir, a **Figura 115** detalha as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos. Isso permite observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo.

Figura 115: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Quantidade de quartos disponíveis para os acolhidos na entidade



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

De todas as entidades, 218 (67,3%) mantiveram-se cerca de 1 a 10 quartos disponíveis nos dois períodos. Entre as demais, observa-se que 28 (8,6%) melhoraram sua situação, havendo um acréscimo do número de quartos e alcançando uma faixa superior, o que indica um movimento positivo de ampliação da capacidade de acolhimento. Em contrapartida, 16 entidades (4,9%) regrediram para uma faixa inferior de número de quartos, demonstrando alguns casos de redução da capacidade. Por fim, 62 (19,1%) permaneceram com mais de 10 quartos em ambos os monitoramentos.

Também foram coletadas informações sobre a existência de conjuntos para dormir (cama/colchão) compatíveis com o número de acolhidos, incluindo área para guarda de roupas e pertences. A respeito, **Tabela 114** apresenta a comparação entre os dois monitoramentos.

Tabela 114: Dispõe de conjuntos (cama/colchão) compatíveis com o número de acolhidos, incluindo área para guarda de roupas e pertences

Dispõe de conjuntos (cama/colchão) compatíveis com o número de acolhidos, incluindo área para guarda de roupas e pertences	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	306	94,4%	281	86,7%
A melhorar	14	4,3%	32	9,9%
Não conforme	4	1,2%	11	3,4%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

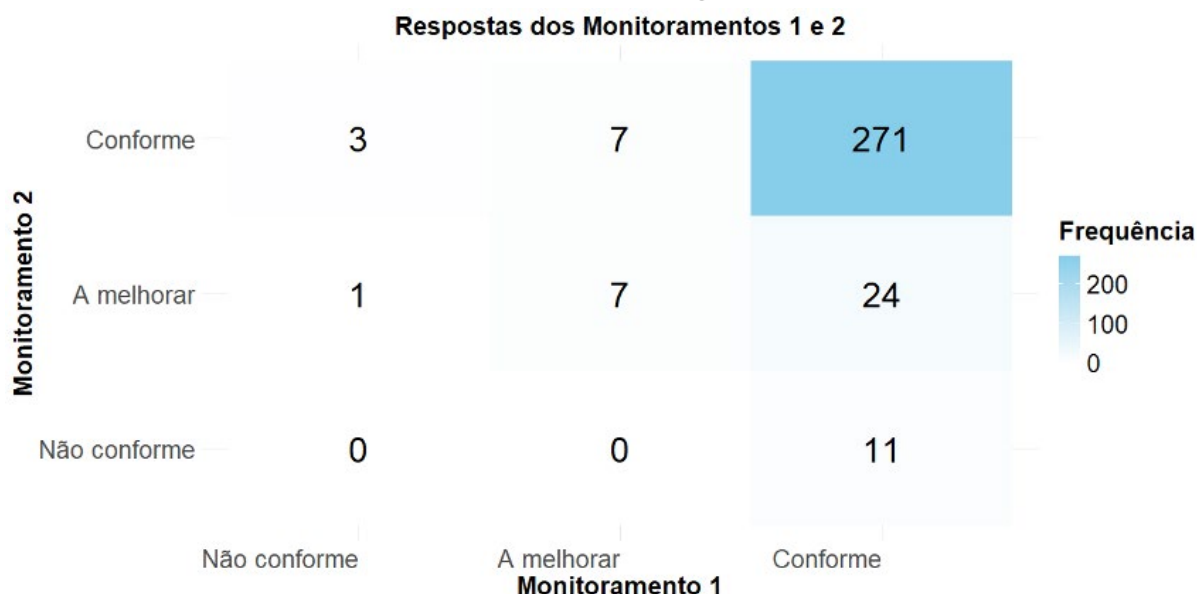
Os números revelam que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 306 (94,4%) para 281 (86,7%). Essa variação representa um decréscimo de 7,7 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas. Por outro lado, aquelas classificadas como “a melhorar” aumentaram de 14 (4,3%) para 32 (9,9%), enquanto as “não conformes” cresceram de 4 (1,2%) para 11 (3,4%), evidenciando um cenário de regressão na adequação das condições de acomodação e organização dos espaços destinados aos acolhidos.

Esses dados, em linhas gerais, sugerem a necessidade de atenção e reforço nas ações voltadas à manutenção e à reposição dos conjuntos de cama e colchão, bem como à garantia de áreas apropriadas para guarda de pertences, assegurando conforto e condições adequadas de acolhimento.

E, de acordo com a **Figura 116**, considerável número, ou seja, 271 entidades (83,6%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas. Outras 10 (3,1%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo pontual de adequação.

Em contrapartida, 35 (10,8%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando casos de incompatibilidade entre as quantidades de conjuntos e o número de acolhidos. Por fim, 7 entidades (2,2%) permaneceram “a melhorar” em ambos os monitoramentos.

Figura 116: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Dispõe de conjuntos (cama/colchão) compatíveis com o número de acolhidos, incluindo área para guarda de roupas e pertences



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

A partir do que consta da **Tabela 115**, observa-se que, no 1º monitoramento, 3 (0,9%) entidades não apresentaram essa informação, totalizando 321 registros válidos. Por sua vez, no monitoramento seguinte houve o preenchimento completo dos dados pelas 324 entidades participantes.

Verifica-se que a maioria das entidades dispunha de mais de 50 conjuntos, passando de 132 (40,7%) para 145 (44,8%). Isso representa um aumento de 4,1 pontos percentuais e indica ampliação da capacidade de acomodação.

Já as entidades na faixa de 31 a 50 conjuntos mantiveram-se praticamente estáveis, de 98 (30,2%) para 99 (30,6%). Enquanto isso, as demais faixas apresentaram pequenas reduções: a) de 21 a 30 conjuntos, um decréscimo de 58 (17,9%) para 59 (18,2%); b) de 11 a 20, um decréscimo de 30 (9,3%) para 21 (6,5%); c) e, por fim, de 1 a 10, ou seja, um decréscimo de 3 (0,9%) para 0 (0,0%).

Logo, os dados sugerem um cenário de estabilidade com leve tendência de ampliação na quantidade de conjuntos de cama e colchão disponíveis. Revela-se o esforço das entidades na garantia de uma estrutura adequada de acolhimento.

Tabela 115: Distribuição da conformidade do registro referente à quantidade de conjuntos (cama/colchão) disponíveis

Quantidade de conjuntos (cama/colchão) disponíveis	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
De 1 a 10	3	0,9%	0	0,0%
De 11 a 20	30	9,3%	21	6,5%
De 21 a 30	58	17,9%	59	18,2%
De 31 a 50	98	30,2%	99	30,6%
Mais de 50	132	40,7%	145	44,8%
Não informado	3	0,9%	0	0,0%
Total	324	100%	324	100%

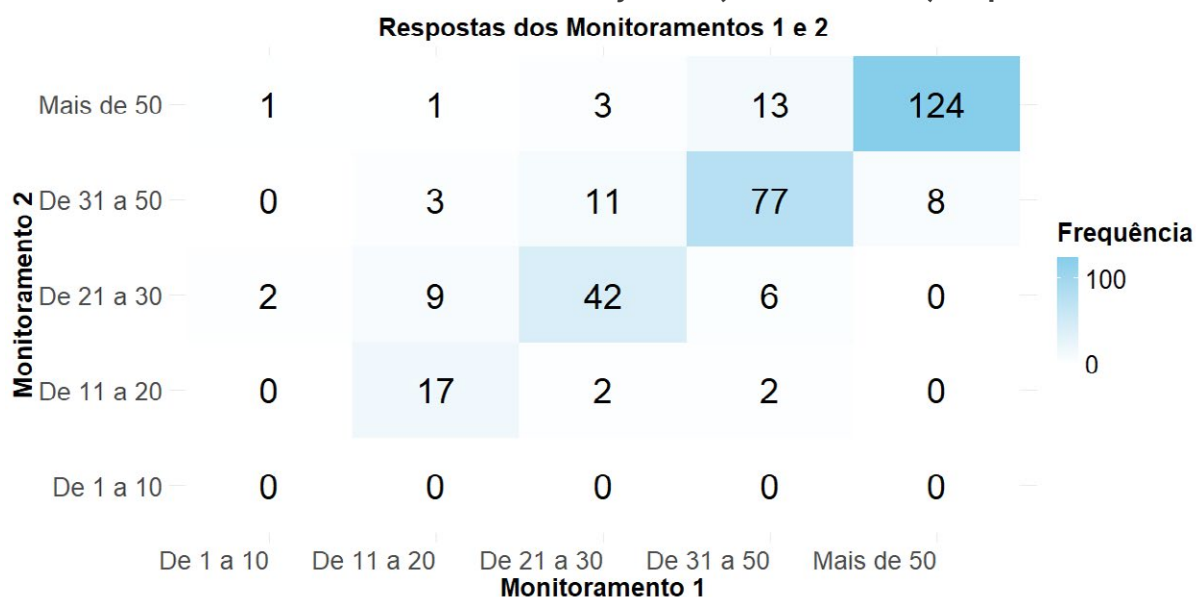
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Ressalte-se que, das 324 entidades, somente 321 (99,1%) apresentaram informações sobre o indicador nos dois monitoramentos. Portanto, somente estas serão consideradas na análise a seguir.

A partir da **Figura 117**, constata-se que 124 entidades (38,6%) mantiveram-se com mais de 50 conjuntos disponíveis nos dois períodos, reforçando a predominância de condições estruturais adequadas. Outras 43 (13,4%) melhoraram sua situação, aumentando o número de conjuntos e alcançando pelo menos uma faixa superior, o que indica um movimento positivo de ampliação da capacidade.

Entretanto, 18 entidades (5,6%) regrediram para uma faixa inferior de conjuntos disponibilizados, demonstrando casos pontuais de retrocesso. E, por fim, 136 (42,4%) permaneceram com suas respectivas faixas de conjuntos, situando-se abaixo de 50 quartos nos dois períodos, o que representa estabilidade com impacto expressivo no quadro geral.

Figura 117: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Quantidade de conjuntos (cama/colchão) disponíveis



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Na sequência, outro tópico observado nos dois monitoramentos. Desta vez, quanto à disponibilidade de banheiros compatíveis e adequados ao número de acolhidos por alojamento, com separação por público (adulto masculino/feminino).

Foi apurado, conforme a **Tabela 116**, que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, porém com uma redução de 283 (89,2%) para 272 (84,0%). Essa variação representa uma diminuição de aproximadamente 5,2 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

Por outro lado, aquelas classificadas como “a melhorar” aumentaram de 34 (10,5%) para 50 (15,4%), enquanto as “não conformes” apresentaram leve elevação de 1 (0,3%) para 2 (0,6%). Portanto, mostra-se um cenário de regressão pontual na garantia de infraestrutura adequada aos acolhidos.

Portanto, esses dados sugerem uma necessidade de atenção e reforço nas condições estruturais dos banheiros. Tais práticas devem assegurar padrões adequados de conforto, higiene e privacidade conforme o número de acolhidos, bem como sua separação por público.

Tabela 116: Distribuição da conformidade do registro referente à disponibilidade de banheiro para acolhidos, compatíveis e adequados ao número de pessoas por alojamento, separadas por público (adulto masculino/feminino)

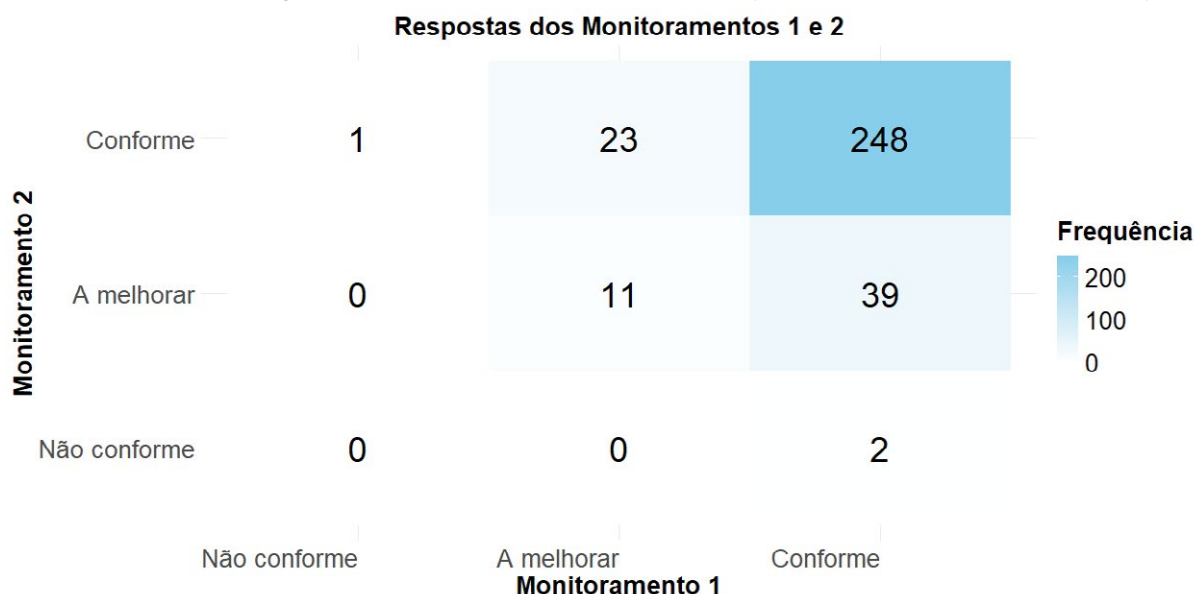
Dispõe de banheiro para acolhidos compatíveis e adequados ao número de pessoas por alojamento, separadas por público (adulto masculino/feminino)	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	283	89,2%	272	84,0%
A melhorar	34	10,5%	50	15,4%
Não conforme	1	0,3%	2	0,6%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Cumpra assinalar que, no 2º monitoramento, os relatos dos monitores, entre as entidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme”, apontam necessidade urgente de melhorias nos banheiros, devido à presença de vazamentos, infiltrações e mofo, evidenciando falhas de manutenção. Além disso, vários registros destacam o número insuficiente de sanitários em relação à quantidade de acolhidos.

Por seu turno, a **Figura 118** pontua que 248 entidades (65,2%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas e consistentes. Entre as demais, 24 (6,3%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento de aprimoramento nos procedimentos. Porém, 41 (10,8%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando casos de descontinuidades nos registros ou no acompanhamento.

Figura 118: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Dispõe de banheiro para acolhidos compatíveis e adequados ao número de pessoas por alojamento, separadas por público (adulto masculino/feminino)



Agora, no que tange ao próximo tópico, isto é, à quantidade de banheiros para as pessoas acolhidas disponíveis nas entidades de acolhimento, a **Tabela 117** apresenta a comparação entre os dois monitoramentos.

Tabela 117: Distribuição da conformidade do registro referente à quantidade de banheiros (sanitários) para os acolhidos

Quantidade de banheiros (sanitários) para os acolhidos	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
De 1 a 10	214	66,0%	214	66,0%
De 11 a 20	92	28,4%	90	27,8%
De 21 a 30	13	4,0%	14	4,3%
De 31 a 50	5	1,5%	6	1,9%
Total	324	100%	324	100%

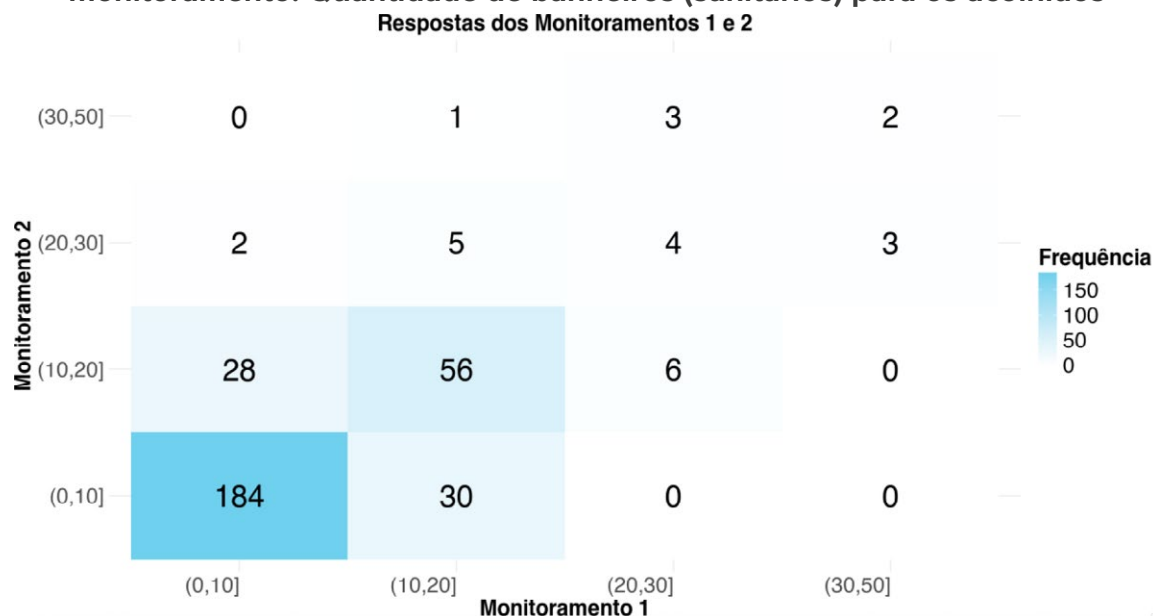
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Verifica-se que a maioria das entidades dispunha de 1 a 10 sanitários, totalizando 214 (66%) em ambos os monitoramentos. Outras, com um número de 11 a 20 sanitários, mantiveram-se praticamente estáveis, de 92 (28,4%) para 90 (27,8%). As demais faixas apresentaram pequenos aumentos ou estabilidade: a) de 21 a 30 conjuntos, de 13 (4,0%) para 14 (4,3%); b) de 31 a 50, de 5 (1,5%) para 6 (1,9%).

Logo, essas informações sugerem um cenário de estabilidade na quantidade de banheiros para os acolhidos disponíveis.

E quanto às transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, deve-se recorrer ao que aponta a **Figura 119**, a seguir, o que permite observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo.

Figura 119: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Quantidade de banheiros (sanitários) para os acolhidos



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Indica-se que 184 entidades (56,8%) mantiveram-se na faixa de 1 a 10 banheiros disponíveis nos dois períodos. Quanto às outras, nota-se que 39 entidades (12%) melhoraram sua situação, aumentando a quantidade, alcançando-se, desse modo, pelo menos uma faixa superior, o que indica um movimento positivo de ampliação de sanitários. No entanto, outras 39 (5,6%) regrediram para uma faixa inferior de sanitários disponibilizados, demonstrando uma transição moderada entre entidades entre os monitoramentos

Ainda sobre à disponibilidade de banheiros, mas, desta vez sobre os adaptados para pessoas com deficiência, conforme os parâmetros da ABNT NBR 9050, a próxima tabela apresenta a comparação entre o 1º e o 2º monitoramento.

Em consonância com a **Tabela 118**, observa-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 223 (68,8%) para 226 (69,8%). Essa variação representa uma leve elevação de 1 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas. Por outro lado, aquelas classificadas como “a melhorar” aumentaram de 36 (11,1%) para 47 (14,5%), e as “não conformes” reduziram de 65 (20,1%) para 51 (15,7%).

De modo geral, os dados da **Tabela 118** sugerem que, embora haja manutenção do predomínio de conformidade, ainda persiste um número expressivo de instituições que necessitam adequar suas instalações físicas às normas de acessibilidade. Posto isso, reforça-se a importância de investimentos estruturais voltados à inclusão e ao atendimento universal.

Tabela 118: Distribuição da conformidade do registro referente à disponibilidade de 1 banheiro adaptado para portadores de necessidades especiais (ABNT NBR 9050)

Dispõe de 1 banheiro adaptado para portadores de necessidades especiais (ABNT NBR 9050)	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	223	68,8%	226	69,8%
A melhorar	36	11,1%	47	14,5%
Não conforme	65	20,1%	51	15,7%
Total	324	100%	324	100%

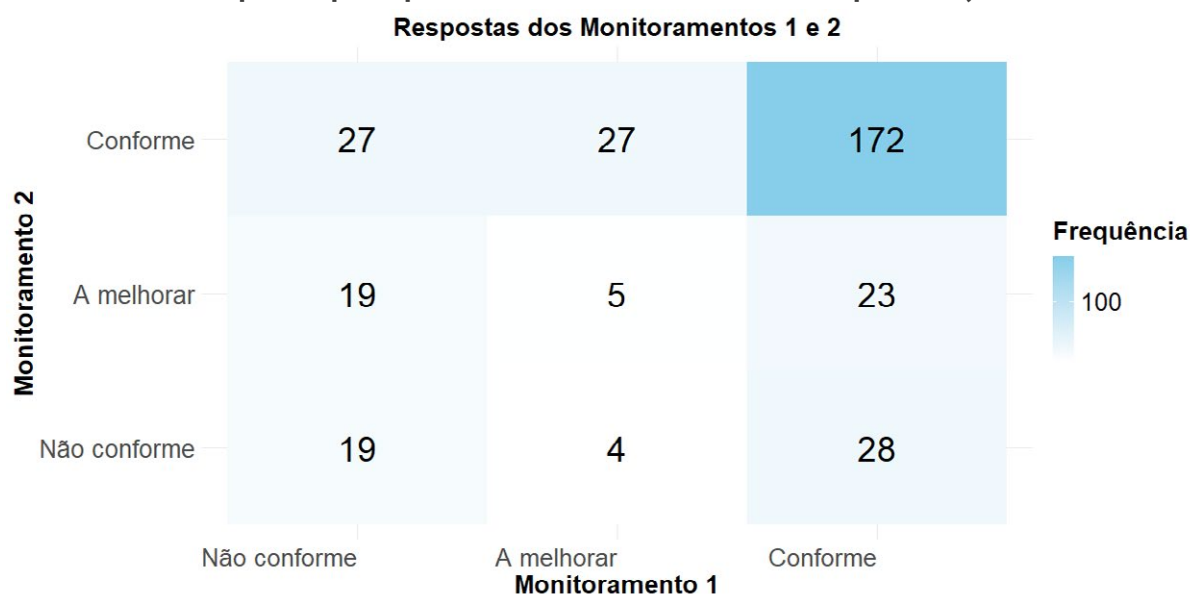
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Os relatos dos monitores no 2º monitoramento, entre as entidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme”, corroboram a ausência de banheiros adaptados para pessoas com deficiência em várias entidades, assim como a falta de estruturas essenciais, como barras de apoio, nos poucos banheiros adaptados existentes. Essas informações necessitam de atenção do Depad, considerando o arcabouço legal que se estende às pessoas com necessidade especiais e os seus direitos correlatos no acesso aos serviços públicos ou financiados com recursos públicos.

Por seu turno, a **Figura 120** detalha as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, permitindo observar a estabilidade ou mudança de situação ao longo do tempo. Nota-se que 172 entidades (40,8%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas, ainda que com margem de melhoria considerável.

Entre as demais, 54 entidades (12,8%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação. Em contrapartida, 51 (12,1%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando casos de descontinuidades nos registros ou no acompanhamento. Vale ressaltar ainda que 19 (5,8%) encontravam-se em situação de não conformidade em ambos os monitoramentos.

Figura 120: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Dispõe de 1 banheiro adaptado para portadores de necessidades especiais (ABNT NBR 9050)



Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Complementando essa análise, a **Tabela 119** apresenta que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 210 (64,8%) para 221 (68,2%). Essa variação representa uma melhoria de 3,4 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

De modo distinto, as entidades classificadas como “a melhorar” apresentaram um aumento de 29 (9,0%) para 37 (11,4%). Já aquelas classificadas como “não conformes” diminuíram de 85 (26,2%) para 66 (20,4%), o que indica avanços graduais, ainda que concentrados na redução dos casos de não conformidade.

Resumidamente, esses dados sugerem uma tendência positiva de aprimoramento na adequação das estruturas físicas. Demonstram também uma melhora na garantia da acessibilidade e inclusão por meio de instalações adaptadas às necessidades das pessoas com deficiência, apesar de existir uma margem de melhora elevada.

Tabela 119: Distribuição da conformidade do registro referente a cada entidade. Dispõe de quarto/apartamento com acessibilidade (adaptado) para portadores de necessidades especiais (ABNT NBR 9050)

Dispõe de quarto/apartamento com acessibilidade (adaptado) para portadores de necessidades especiais (ABNT NBR 9050)	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	210	64,8%	221	68,2%
A melhorar	29	9,0%	37	11,4%
Não conforme	85	26,2%	66	20,4%
Total	324	100%	324	100%

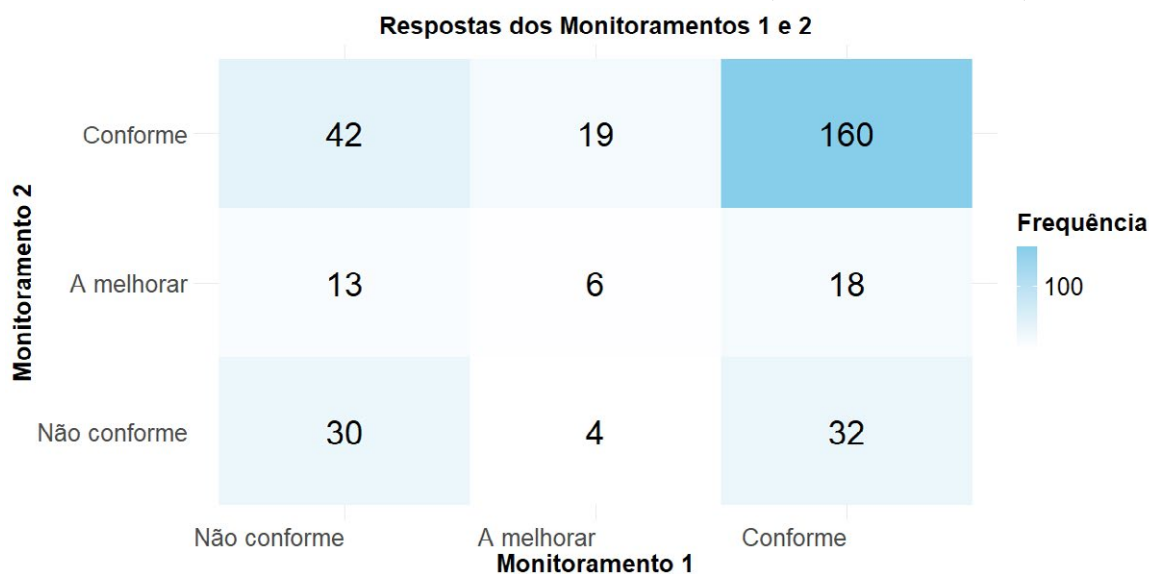
Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

No 2º monitoramento, os relatos dos monitores, sobre as entidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme”, apontam a ausência de quartos acessíveis em diversas entidades, indicando limitações estruturais para acolher pessoas com deficiência. Além disso, ressaltou-se, algumas instituições relataram não atender acolhidos com necessidades especiais.

Sobre a estabilidade ou mudança de situação ao longo do tempo, a **Figura 121** aponta que 160 entidades (49,4%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas, ainda que com margem de melhoria relevante. Somado a isso, 61 delas (18,8%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação.

No entanto, outras 50 (15,4%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando casos de descontinuidades da prática avaliada. Vale ressaltar ainda que 30 (9,3%) instituições encontravam-se em não conformidade em ambos os ciclos de monitoramento.

Figura 121: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento: Dispõe de quarto/apartamento com acessibilidade (adaptado) para portadores de necessidades especiais (ABNT NBR 9050)



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Referentemente ao próximo tópico, ou seja, à disponibilidade de quartos, para funcionários noturnos, com dimensões adequadas e área destinada ao armazenamento de pertences, a **Tabela 120** apresenta que a maioria das entidades informou dispor desses espaços em ambos os períodos, passando de 283 (87,3%) para 276 (85,2%). Essa variação representa uma leve redução de 2,1 pontos percentuais na adequação das condições estruturais avaliadas.

Porém, as instituições que não dispõem de quartos para funcionários noturnos diminuíram de 41 (12,7%) para 28 (14,8%), indicando uma pequena regressão no cumprimento desse requisito. Em síntese, esses dados constantes nessa tabela sugerem um crescimento na falta de espaços adequados para os profissionais que atuam em regime noturno, de modo a garantir condições apropriadas de descanso e organização pessoal durante o período de trabalho.

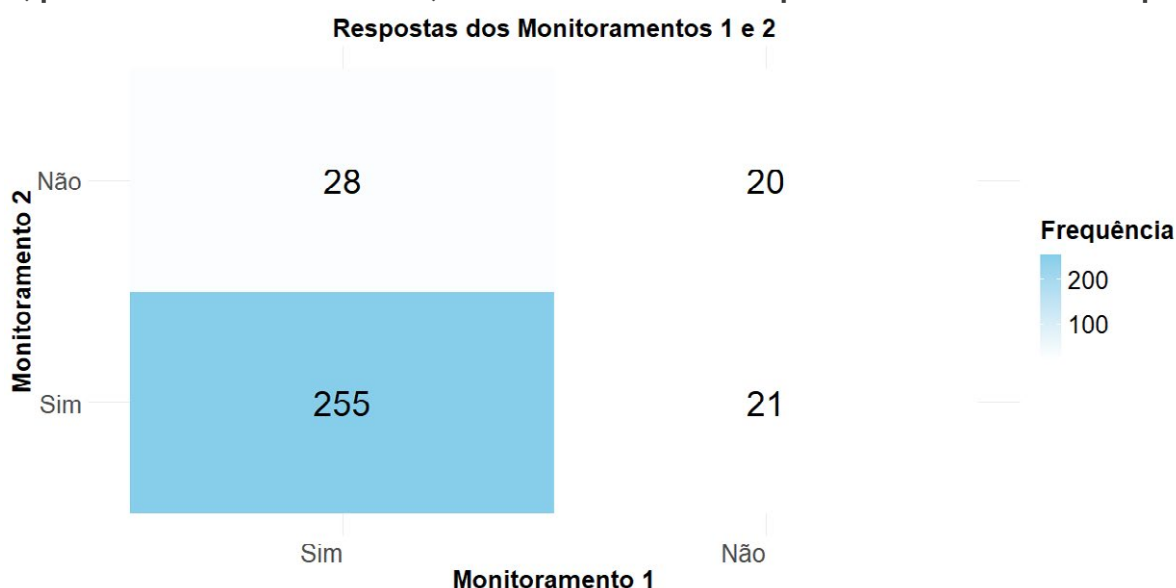
Tabela 120: Distribuição da conformidade do registro referente à existência de quartos, para funcionários noturnos, com dimensões e área para armazenamento de pertences

Quartos para funcionários noturnos, com dimensões e área para armazenamento de pertences	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Sim	283	87,3%	276	85,2%
Não	41	12,7%	48	14,8%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A partir da **Figura 122**, a seguir, é possível observar que 255 entidades (78,7%) mantiveram-se com quartos disponíveis nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas e condições estruturais estáveis. Entre as demais, 21 (6,5%) melhoraram sua situação, migrando de “*não*” para “*sim*”, o que indica um movimento positivo de adequação e aprimoramento das condições físicas. Entretanto, 28 entidades (8,6%) regrediram de “*sim*” para “*não*”, demonstrando casos de piora ou perda de infraestrutura. Por fim, as transições menos frequentes envolveram instituições que permaneceram sem quartos nos dois monitoramentos, ou seja 20 (6,2%).

Figura 122: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Quartos, para funcionários noturnos, com dimensões e área para armazenamento de pertences



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

No que concerne às condições da cozinha nas entidades de acolhimento, a maioria das entidades, conforme **Tabela 121**, encontrava-se em situação “*conforme*” em ambos os períodos, passando de 295 (91,0%) para 309 (95,4%). Essa variação representa uma melhoria de 4,4 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

Além disso, as entidades classificadas como “*a melhorar*” reduziram-se de 28 (8,6%) para 14 (4,3%), enquanto as “*não conformes*” mantiveram-se estáveis em 0,3%. Esse cenário indica a ocorrência de avanços na estrutura e na organização dos espaços destinados à alimentação.

Em síntese, os dados da **Tabela 121** sugerem uma tendência positiva de aprimoramento das condições das cozinhas, refletindo o fortalecimento das práticas voltadas à higiene, funcionalidade e qualidade no preparo das refeições oferecidas aos acolhidos.

Tabela 121: Distribuição da conformidade do registro referente à cozinha

Cozinha	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	295	91,0%	309	95,4%
A melhorar	28	8,6%	14	4,3%
Não conforme	1	0,3%	1	0,3%
Total	324	100%	324	100%

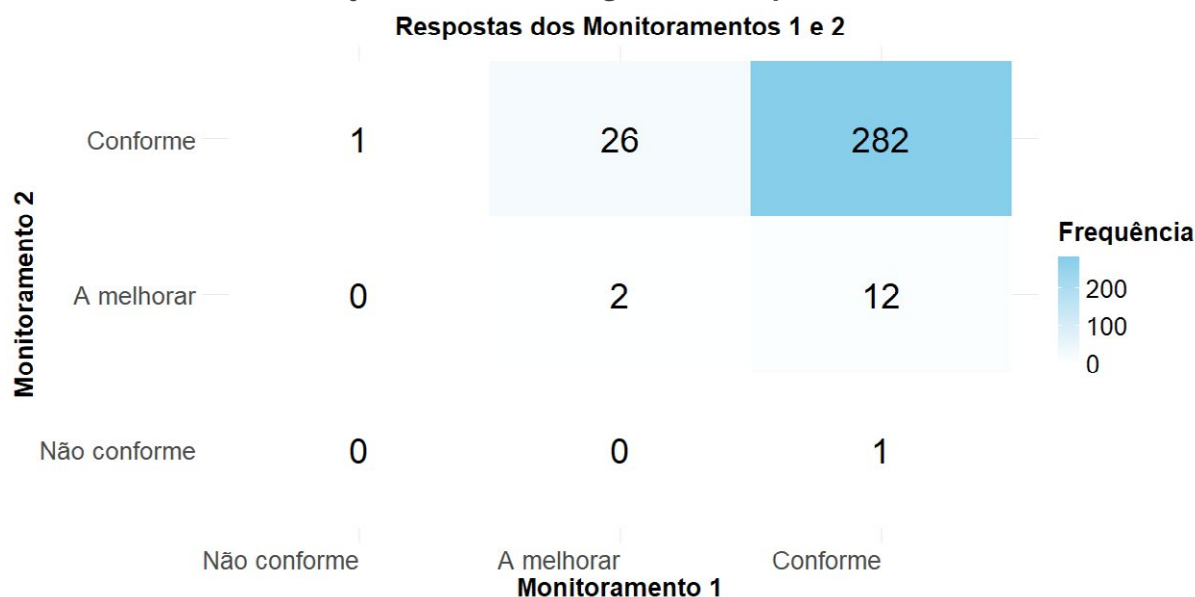
Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Os relatos dos monitores no 2º monitoramento, entre as entidades que apresentam critério “*a melhorar*” ou “*não conforme*”, apontam problemas estruturais nas cozinhas, incluindo presença de mofo, infiltrações e outras deteriorações que comprometem a higiene do ambiente. Em alguns casos, também foi constatada a necessidade de melhorias no armazenamento de utensílios e alimentos.

Além disso, segundo informações da **Figura 123**, um total de 282 entidades (87,0%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas e consistência nos registros. Entre as demais, observa-se que 27 (8,3%) melhoraram sua situação, migrando de “*a melhorar*” ou “*não conforme*” para “*conforme*”, o que indica um movimento positivo de adequação e aprimoramento nos processos.

Em contrapartida, 13 delas (4,0%) regrediram de “*conforme*” para “*a melhorar*” ou “*não conforme*”. Tal realidade demonstra casos pontuais de descontinuidade nos registros ou fragilidades no acompanhamento.

Figura 123: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Cozinha



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

E, quanto ao tópico das condições do refeitório nas entidades de acolhimento, conforme **Tabela 122**, a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 312 (96,3%) para 308 (95,1%). Essa variação representa uma leve redução de 1,2 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas.

Já aquelas classificadas como “a melhorar” apresentaram um acréscimo de 12 (3,7%) para 16 (4,9%). Destaque para o fato de não serem registrados casos de “não conformidade” em nenhum dos monitoramentos. Esse quadro demonstra a manutenção de um padrão geral elevado de adequação.

Diante disso, os dados da **Tabela 122** sugerem estabilidade na qualidade e na estrutura dos refeitórios. Indica, ainda, que as instituições mantêm, de forma consistente, ambientes apropriados para as refeições e a convivência dos acolhidos.

Tabela 122: Distribuição da conformidade do registro referente a refeitório

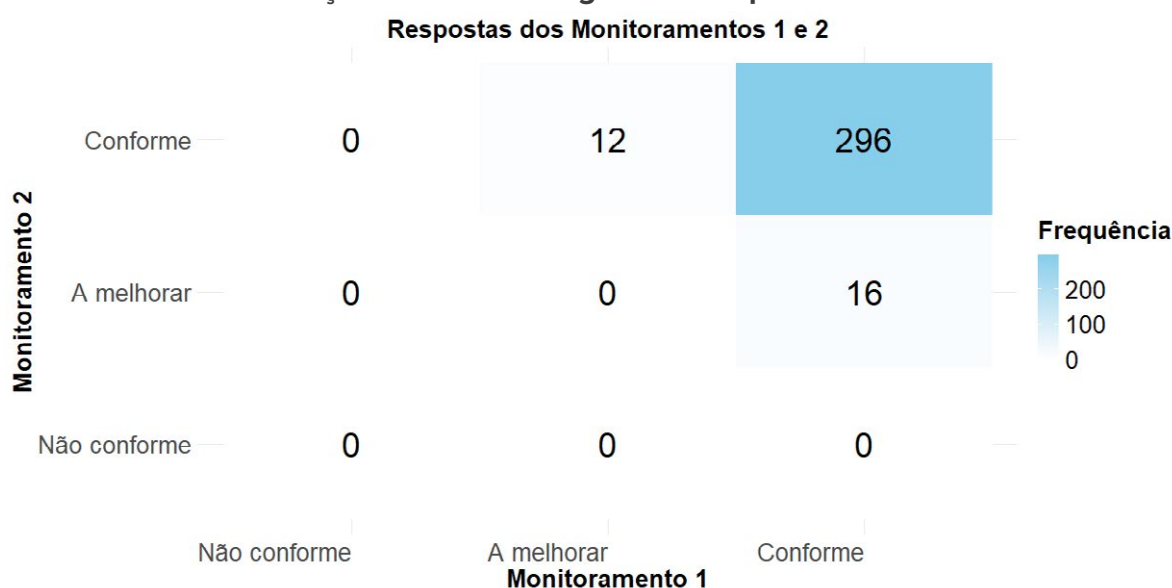
Refeitório	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	312	96,3%	308	95,1%
A melhorar	12	3,7%	16	4,9%
Não conforme	0	0,0%	0	0,0%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Segundo os relatos dos monitores no 2º monitoramento, entre as entidades que apresentam critério “a melhorar”, há mau estado de conservação dos mobiliários e da sala do refeitório. Em alguns casos, foi relatado que o ambiente do refeitório é de multiuso, e não, necessariamente, voltado exclusivamente para alimentação.

Verifica-se que, nos dois monitoramentos, conforme a **Figura 124**, que 296 entidades (91,3%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas e consistentes no acompanhamento dos acolhidos. Quanto às outras, 12 (3,7%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação e aprimoramento das práticas institucionais. Em contrapartida, 16 (4,9%) regrediram de “conforme” para “a melhorar”, demonstrando alguns casos de descontinuidades nos registros ou no acompanhamento.

Figura 124: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Refeitório



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

E, quanto à existência de local apropriado para o armazenamento de alimentos, assegurando que estejam dentro do prazo de validade e devidamente acondicionados, a **Tabela 123** apresenta a comparação entre o 1º e o 2º monitoramento. Aqui, a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, mantendo-se estável em 286 (88,3%). Essa estabilidade indica a continuidade das boas práticas relacionadas à conservação e ao controle de qualidade dos alimentos.

Por outro lado, aquelas classificadas como “a melhorar” apresentaram uma leve redução de 11,1% para 10,2%. Enquanto isso, as “não conformes” aumentaram de 0,6% para 1,5%, o que demonstra pequenas oscilações, mas sem impacto expressivo sobre o quadro geral.

De modo geral, os dados da **Tabela 123** sugerem manutenção de um nível de conformidade, indicando que as entidades seguem adotando medidas adequadas para o armazenamento seguro e higiênico dos alimentos destinados aos acolhidos.

Tabela 123: Distribuição da conformidade do registro referente a local apropriado para armazenamento de alimentos, bem como os alimentos estão dentro do prazo de validade e bem acondicionados

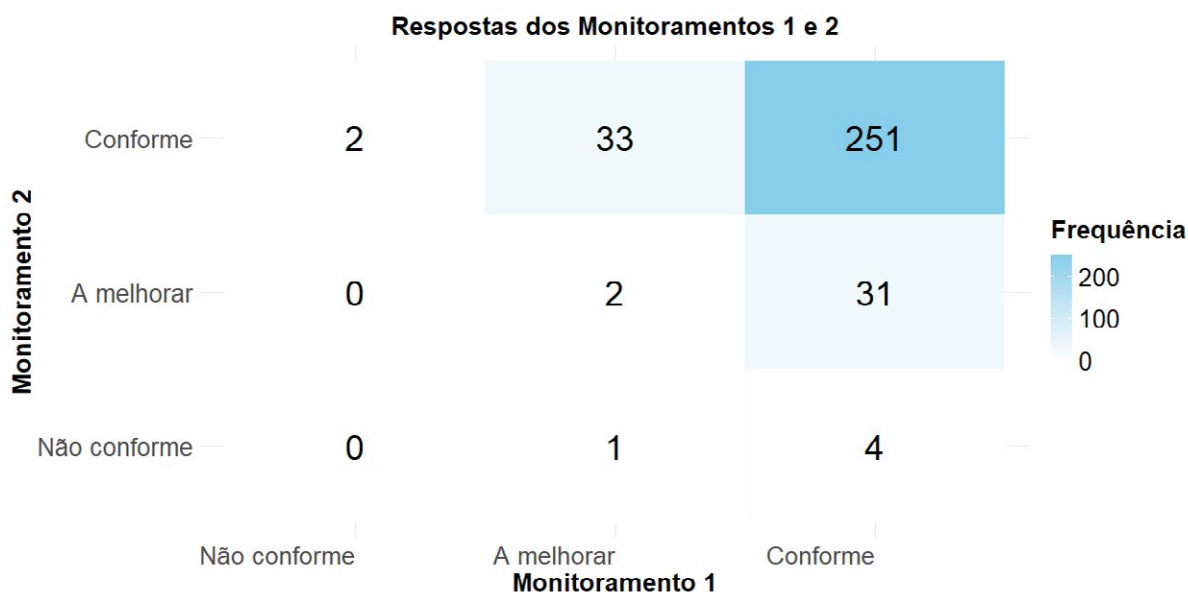
Local apropriado para armazenamento de alimentos, bem como os alimentos estão dentro do prazo de validade e bem acondicionados	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	286	88,3%	286	88,3%
A melhorar	36	11,1%	33	10,2%
Não conforme	2	0,6%	5	1,5%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Cumpra-se asseverar que os relatos dos monitores no 2º monitoramento, entre as entidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme” apontam para a presença de alimentos vencidos e mau estado de conservação dos eletrodomésticos que os acondicionam. Tal configuração deve ter atenção direta do Depad, considerando os direitos fundamentais da pessoa humana, no que diz respeito à alimentação de qualidade.

Constata-se, a partir da **Figura 125**, que 251 entidades (77,5%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas e consistentes na gestão e acompanhamento das atividades. Quanto às outras, 35 (10,8%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação e aperfeiçoamento institucional. Porém, 35 delas (10,8%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando casos pontuais de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento, mostrando que as transições de melhoria e de piora foram na mesma proporção.

Figura 125: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Local apropriado para armazenamento de alimentos, bem como os alimentos estão dentro do prazo de validade e bem acondicionados.



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Para o tópico seguinte, quanto às condições estruturais e de conservação dos ambientes, considerando a integridade e facilidade de limpeza de pisos, tetos, paredes e mobiliários, bem como a manutenção de espaços limpos, organizados e livres de infiltrações e de mofo, a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 236 (72,8%) para 219 (67,6%), conforme a [Tabela 124](#). Essa variação representa uma redução de 5,2 pontos percentuais na adequação das condições avaliadas.

De outro modo, aquelas classificadas como “a melhorar” aumentaram de 83 (25,6%) para 102 (31,5%). Já as “não conformes” reduziram de 5 (1,5%) para 3 (0,9%), o que indica uma leve regressão geral, principalmente quanto à manutenção preventiva e à conservação dos espaços.

Nesse sentido, os dados sugerem uma leve regressão das condições estruturais e de limpeza dos ambientes. Esse quadro, portanto, reforça a importância de assegurar locais adequados, salubres e bem conservados para o acolhimento.

Tabela 124: Distribuição da conformidade do registro referente a piso, teto, paredes, mobiliários íntegros e de fácil limpeza, bem como a ambientes limpos e organizados e livres de infiltrações e mofo

Piso, teto, paredes, mobiliários íntegros e de fácil limpeza. Ambientes limpos e organizados. Ausência de infiltrações e mofo	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	236	72,8%	219	67,6%
A melhorar	83	25,6%	102	31,5%
Não conforme	5	1,5%	3	0,9%
Total	324	100%	324	100%

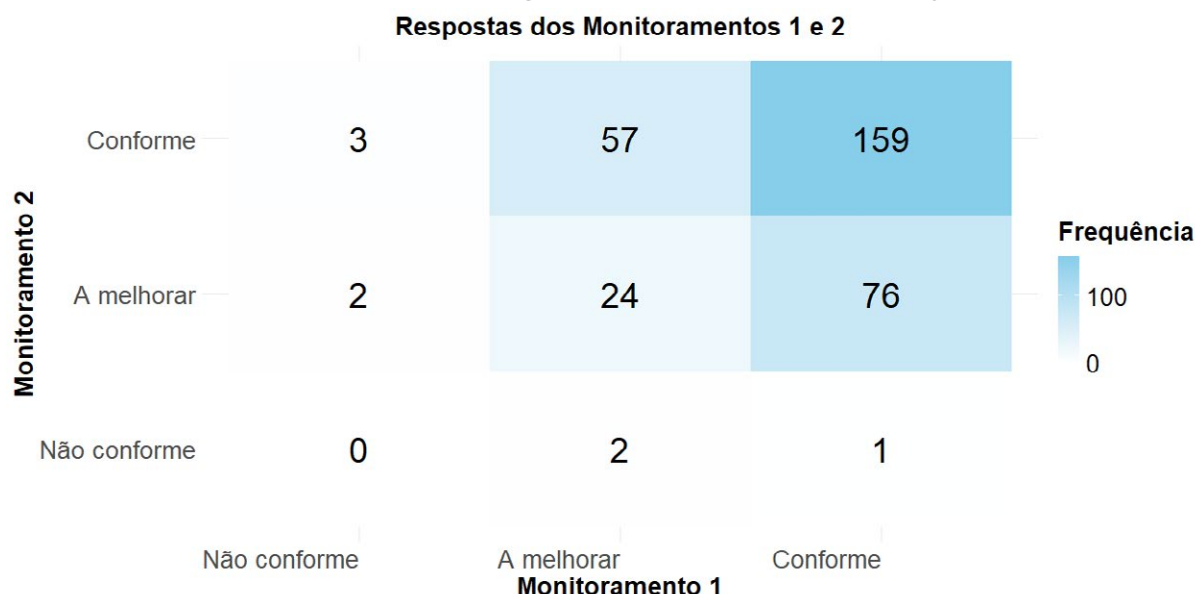
Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre as entidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme”, os relatos dos monitores no 2º monitoramento apontam para o mau estado de conservação e de limpeza dos espaços, com a presença de mofos, infiltrações e materiais danificados. Vale destacar que um local com problemas físico-estruturais compromete ainda mais as possibilidades de sucesso do tratamento, devendo ser ponto de atenção do Depad.

Do que consta da **Figura 126**, observa-se que, referentemente às transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, o que permite observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo, 159 entidades (49,1%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas, ainda que com menor estabilidade em relação a outros indicadores. Entre as outras, 60 (18,5%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo e relevante de adequação.

Em contrapartida, 77 entidades (23,8%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando descontinuidades consideráveis nos registros ou no acompanhamento. Outros 7,4% encontravam-se na situação “a melhorar” em ambas as visitas.

Figura 126: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Piso, teto, paredes, mobiliários íntegros e de fácil limpeza, bem como ambientes limpos e organizados e livres de infiltrações e mofo



E, sobre a manutenção dos ambientes de uso dos acolhidos livres de trancas, chaves ou grades, admitindo-se apenas o travamento simples, a **Tabela 125** apresenta a comparação entre os dois períodos.

Tabela 125: Distribuição da conformidade do registro referente à manutenção dos ambientes de uso dos acolhidos livres de trancas, chaves ou grades, admitindo-se apenas o travamento simples

Mantém os ambientes de uso dos acolhidos livres de trancas, chaves ou grades, admitindo-se apenas o travamento simples	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	316	97,5%	314	96,9%
A melhorar	5	1,5%	5	1,5%
Não conforme	3	0,9%	5	1,5%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Registra-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 316 (97,5%) para 314 (96,9%). Essa variação representa uma leve redução de 0,6 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas.

Por outro lado, aquelas classificadas como “a melhorar” mantiveram-se estáveis em 5 (1,5%), enquanto as “não conformes” aumentaram ligeiramente de 3 (0,9%) para 5 (1,5%). Em outras palavras, há pequenas oscilações, mas sem impacto significativo sobre o quadro geral.

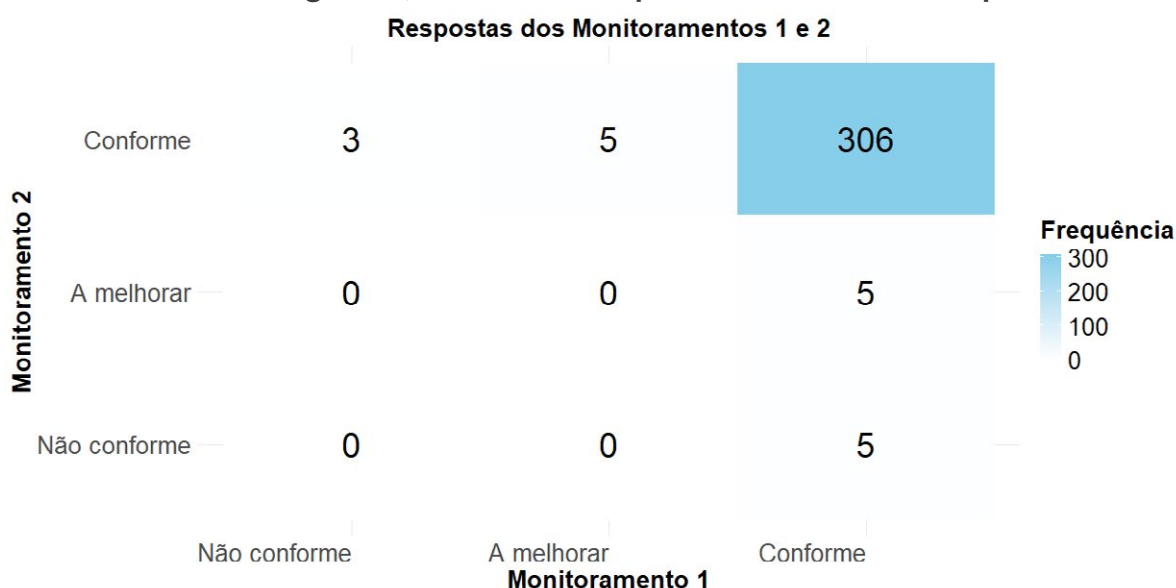
Sendo assim, de modo sintético é possível afirmar que os dados da **Tabela 125** sugerem manutenção de um elevado padrão de conformidade, demonstrando que as instituições continuam assegurando o livre acesso e a segurança dos acolhidos em seus ambientes de uso coletivo. De acordo com o relatos dos monitores durante o 1º monitoramento, nas entidades classificadas como “a melhorar” ou “não conforme” foram identificadas algumas situações. Em 1, algumas áreas permanecem sob controle exclusivo da gestão, a exemplo da queijaria e de determinados armários, os quais se mantêm constantemente trancados.

E, no que se refere aos alojamentos em outra instituição, constatou-se que a área é cercada e mantida sob cadeado, quando as acolhidas estão em atividades em outros locais, sendo que o portão de acesso à ala feminina permanece trancado. Os quartos também ficam fechados durante o dia, visando à segurança dos pertences e do local, segundo os relatos. Foi encontrado ainda, em outra entidade, alguns banheiros trancados, sendo liberados apenas em horários de banho.

Já os relatos no 2º monitoramento, sobre as entidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme”, apontam o trancamento do alojamento durante o período noturno, bem como o fechamento de algumas salas. Segundo opinião dos acolhidos, esses espaços deveriam ser, a eles, de livre acesso.

Conforme a **Figura 127**, nota-se que 306 entidades (94,4%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas e a consistência das ações institucionais. Ademais, outras 8 (2,5%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo, ainda que pontual, de adequação. Todavia, 10 entidades (3,1%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando alguns casos de descontinuidades nos registros ou no acompanhamento.

Figura 127: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Mantém os ambientes de uso dos acolhidos livres de trancas, chaves ou grades, admitindo-se apenas o travamento simples



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Já do tópico seguinte, o que apresenta monitoramento quanto à manutenção das instalações físicas dos ambientes externos e internos em boas condições de conservação, segurança, organização, conforto e limpeza, observa-se, a partir do que consta da **Tabela 126**, que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 274 (84,6%) para 261 (80,6%). Essa variação representa uma retração de aproximadamente 4 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

De modo distinto, aquelas classificadas como “a melhorar” aumentaram de 49 (15,1%) para 60 (18,5%), enquanto as “não conformes” cresceram de 1 (0,3%) para 3 (0,9%). Esse quadro indica uma leve regressão na manutenção das condições físicas e de conservação das estruturas.

Logo, esses dados sugerem uma leve retrocesso nas ações voltadas à preservação e à limpeza dos espaços, de modo a assegurar ambientes seguros, confortáveis e adequados para o acolhimento.

Tabela 126: Distribuição da conformidade do registro referente à manutenção das instalações físicas dos ambientes externos e internos em boas condições de conservação, segurança, organização, conforto e limpeza

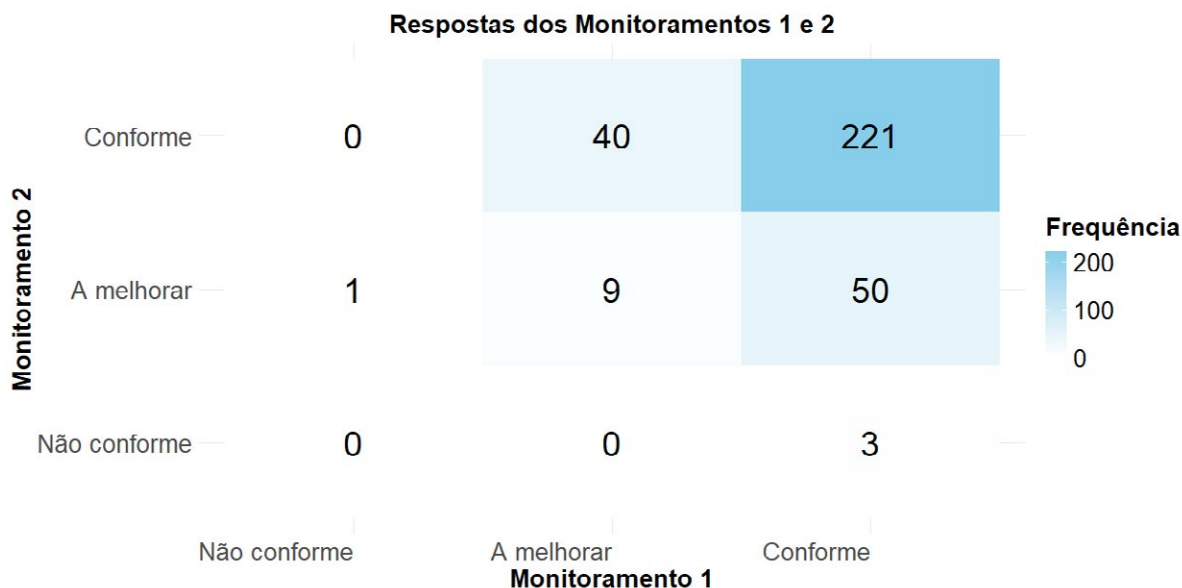
Mantém as instalações físicas dos ambientes externos e internos em boas condições de conservação, segurança, organização, conforto e limpeza	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	274	84,6%	261	80,6%
A melhorar	49	15,1%	60	18,5%
Não conforme	1	0,3%	3	0,9%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Segundo o que os monitores no 2º monitoramento apontam, há, entre as entidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme”, cômodos com necessidades de manutenção e limpeza. Neles, constam rachaduras, vazamentos, bem como o indicativo da presença de mofo.

Nota-se que, conforme a **Figura 128**, sobre as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, que 221 entidades (68,2%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando a presença de práticas adequadas e a consolidação de procedimentos consistentes, porém com grande margem de melhora. Entre as demais, 40 (12,3%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação. Em contrapartida, 53 entidades (16,4%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando que os casos de transição para uma piora do indicador foram superiores aos de melhora.

Figura 128: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento.
Mantém as instalações físicas dos ambientes externos e internos em boas condições de conservação, segurança, organização, conforto e limpeza



Já, no que se refere à disponibilidade de sala de atendimento individual nas entidades de acolhimento, a maioria das entidades encontrava-se, segundo a [Tabela 127](#), em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 305 (94,1%) para 311 (96,0%). Essa variação representa uma melhoria de 1,9 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas.

Diferentemente, aquelas classificadas como “a melhorar” reduziram de 17 (5,2%) para 10 (3,1%), enquanto as “não conformes” aumentaram ligeiramente de 2 (0,6%) para 3 (0,9%). Trata-se, pois, de indicadores de pequenas oscilações, mas com tendência geral de aprimoramento.

Em síntese, os dados da [Tabela 127](#) sugerem um avanço na adequação das estruturas físicas destinadas ao atendimento individual, reforçando o compromisso das entidades com a privacidade e a qualidade do acolhimento oferecido.

Tabela 127: Distribuição da conformidade do registro referente à presença de sala de atendimento individual

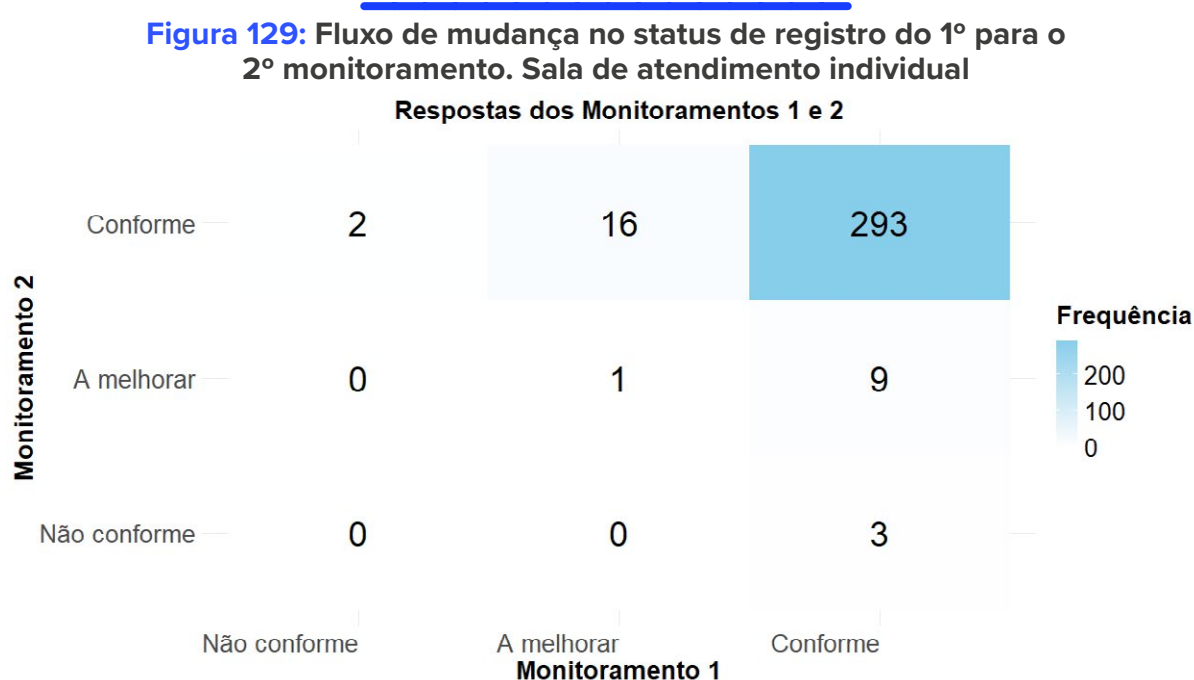
Sala de atendimento individual	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	305	94,1%	311	96,0%
A melhorar	17	5,2%	10	3,1%
Não conforme	2	0,6%	3	0,9%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Os relatos dos monitores no 2º monitoramento, sobre as entidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme”, apontam para aquelas que não apresentam um cômodo próprio para

sala de atendimento, sendo utilizados outros espaços para tal finalidade. Diante desse contexto, a **Figura 129** apresenta as transições individuais das entidades ao longo dos períodos analisados, possibilitando a identificação de padrões de estabilidade ou de mudança em sua situação.

Nesse caso, 293 entidades (90,4%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas e a consistência nas ações adotadas pelas instituições. Entre as demais, 18 (5,6%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo pontual de adequação. Contudo, 12 entidades (3,7%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando casos pontuais de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.



Um outro aspecto estrutural observado no monitoramento foi a presença de sala de visitas nas entidades. Para uma breve análise, a **Tabela 128** apresenta a comparação entre o 1º e o 2º monitoramento quanto à disponibilidade desse espaço. Concluiu-se, a partir de então, que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 296 (91,4%) para 290 (89,5%). Essa variação representa uma leve redução de 1,9 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas.

Por outro lado, aquelas classificadas como “a melhorar” aumentaram de 16 (4,9%) para 23 (7,1%). Enquanto isso, as “não conformes” apresentaram leve redução de 12 (3,7%) para 11 (3,4%), indicando pequenas oscilações, porém sem impacto expressivo sobre o quadro geral.

Em resumo, os dados da **Tabela 128** sugerem manutenção de um bom nível de conformidade, reforçando a importância da continuidade das ações voltadas à preservação e melhoria dos espaços destinados ao convívio entre acolhidos e familiares.

Tabela 128: Distribuição da conformidade do registro referente à presença de salas de visitas adequadas

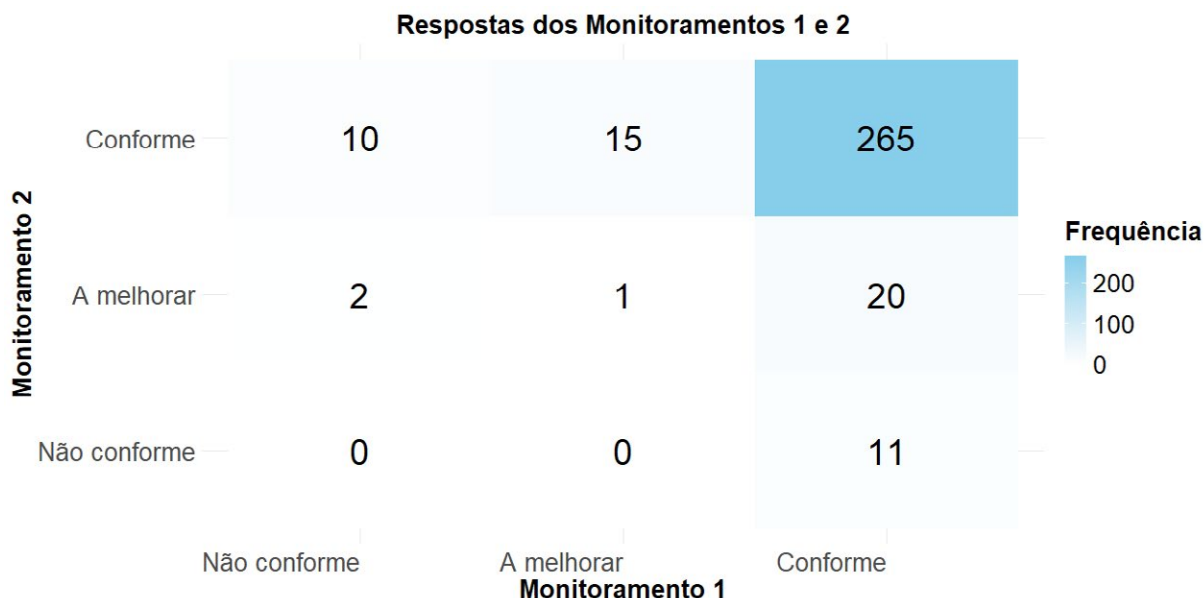
Sala de visitas	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	296	91,4%	290	89,5%
A melhorar	16	4,9%	23	7,1%
Não conforme	12	3,7%	11	3,4%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Entre as entidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme”, segundo os relatos dos monitores no 2º monitoramento, não há um cômodo próprio para sala de visitas ou, em alguns casos, seu espaço é insuficiente. Em face disso, buscou-se elaborar um detalhamento entre os dois períodos, conforme consta na **Figura 130**.

Os registros salientam que 265 entidades (81,8%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas e a consistência das ações desenvolvidas pelas instituições. Quanto às outras, 25 (7,7%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação e aperfeiçoamento dos procedimentos. Em contrapartida, 31 (9,6%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando casos pontuais de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Figura 130: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Sala de visitas



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

O próximo tópico analisado diz respeito à existência e adequação da sala de atendimento coletivo nas entidades de acolhimento. A partir do que consta na **Tabela 129**, ou seja, uma comparação

entre os dois monitoramentos, observa-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 308 (95,1%) para 307 (94,8%). Essa variação representa uma leve redução de 0,3 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas.

Já aquelas classificadas como “a melhorar” mantiveram-se estáveis em 16 (4,9%). Além disso, as instituições descritas como “não conformes” passaram de 0 (0,0%) para 1 (0,3%), o que demonstra pequenas oscilações, mas sem alteração significativa no panorama geral.

Portanto, os dados da **Tabela 129** sugerem estabilidade na manutenção de espaços destinados aos atendimentos coletivos, indicando que as entidades seguem garantindo ambientes adequados para a realização das atividades em grupo e o fortalecimento da convivência entre os acolhidos.

Tabela 129: Distribuição da conformidade do registro referente à existência de sala de atendimento coletivo

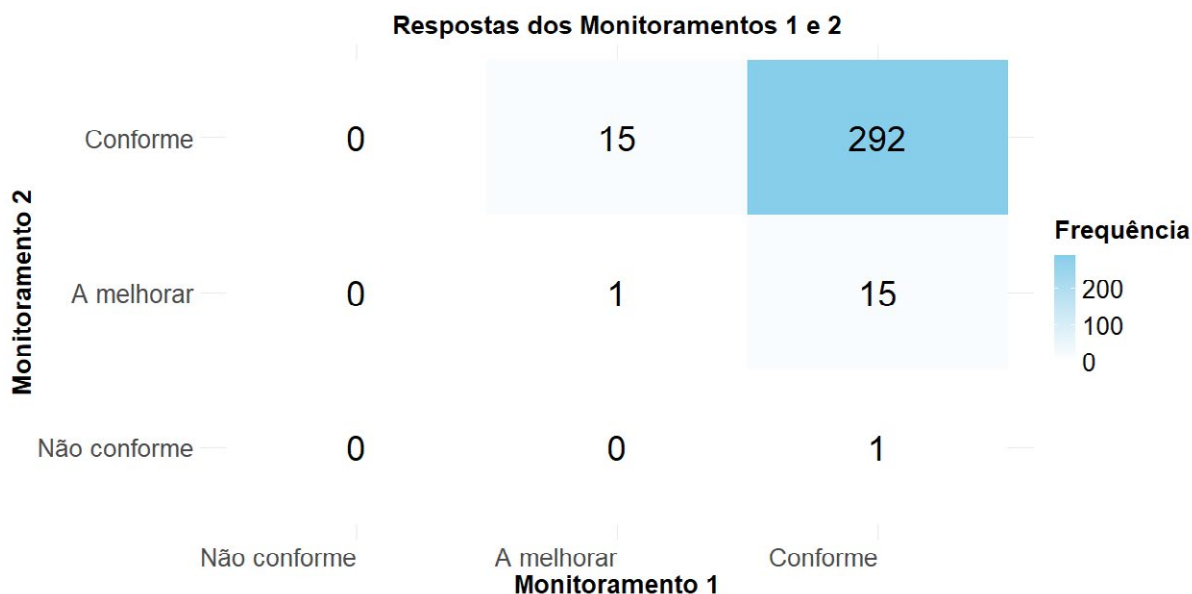
Sala de atendimento coletivo	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	308	95,1%	307	94,8%
A melhorar	16	4,9%	16	4,9%
Não conforme	0	0,0%	1	0,3%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Nota-se que 292 entidades (90,1%), conforme a **Figura 131**, mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas e a consolidação de padrões estáveis de funcionamento. Entre as demais, 15 (4,6%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo pontual de adequação e aprimoramento dos processos.

No entanto, 16 entidades (4,9%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”. Esse cenário demonstra casos isolados de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Figura 131: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Sala de atendimento coletivo



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

E quanto à disponibilidade de áreas destinadas à realização de oficinas de trabalho nas entidades, espaços importantes para o desenvolvimento de atividades práticas e profissionalizantes, a Tabela 130 descreve que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 265 (81,8%) para 257 (79,3%). Essa variação representa uma redução de 2,5 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

Por outro lado, as entidades classificadas como “a melhorar” aumentaram de 30 (9,3%) para 48 (14,8%), enquanto as “não conformes” diminuíram de 29 (9,0%) para 19 (5,9%). Indica-se, assim, um cenário de leve regressão geral, com necessidade de reforço na estruturação de espaços voltados às atividades laborais e de capacitação.

Em linhas gerais, os dados da Tabela 130 sugerem uma leve regressão na estrutura das áreas destinadas às oficinas de trabalho, promovendo o desenvolvimento de habilidades práticas e a inserção social dos acolhidos.

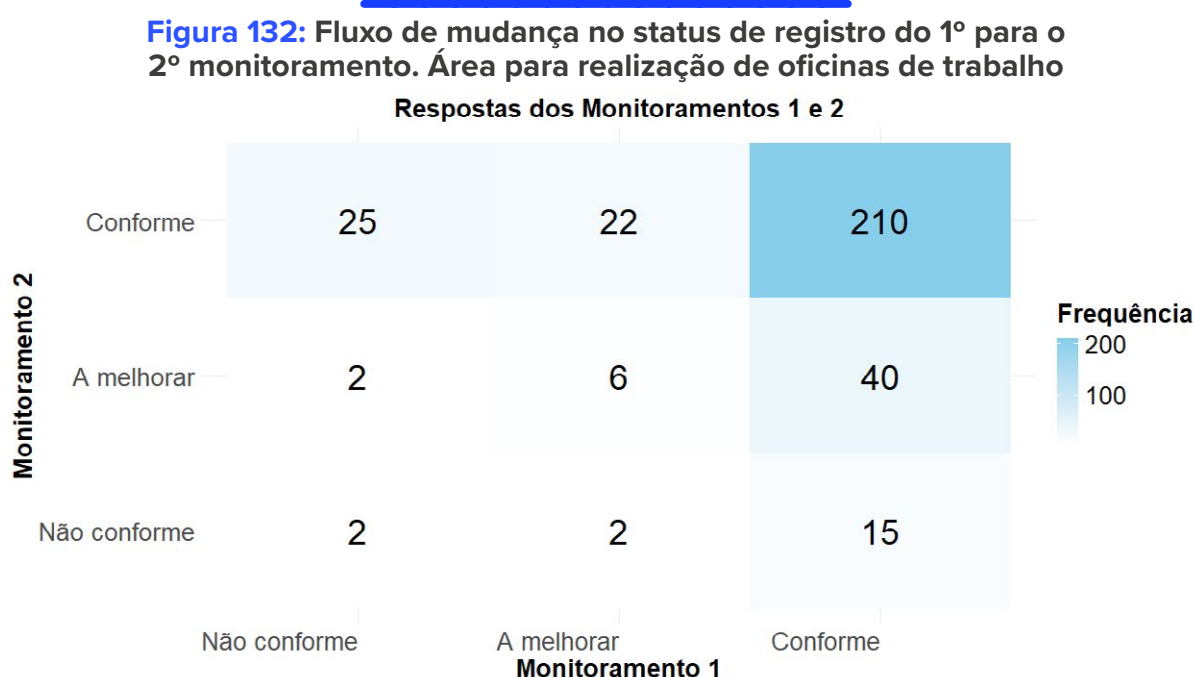
Tabela 130: Distribuição da conformidade do registro referente à área para realização de oficinas de trabalho

Área para realização de oficinas de trabalho	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	265	81,8%	257	79,3%
A melhorar	30	9,3%	48	14,8%
Não conforme	29	9,0%	19	5,9%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Por sua vez, os relatos dos monitores nos monitoramentos, sobre as entidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme”, apontam que elas não dispõem de uma área própria para a realização de oficinas de trabalho. Algumas não oferecem oficinas de trabalho, enquanto outras ainda estão com esses espaços em fase de construção. Essas informações, cumpre asseverar, demanda atenção pelo Depad, considerando que as práticas realizadas em oficinas de diferentes tipos contribuem para superar o período de abstinência, bem como recuperar a rotina e disciplinas necessárias à vida em sociedade.

Contribuindo com a análise, a **Figura 132** detalha as transições individuais das entidades entre os dois monitoramentos, permitindo observar a estabilidade ou a mudança de situação ao longo do tempo.



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Constata-se que 210 entidades (64,8%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas e a continuidade de processos estruturados. Outras 47 (14,5%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação e fortalecimento das práticas institucionais.

Em contrapartida, 55 entidades (17,0%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”. Esse quadro demonstra, vale pontuar, casos de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento, que merecem atenção na gestão da informação.

O monitoramento também contemplou a verificação da existência de áreas destinadas à realização de atividades inclusivas nas entidades de acolhimento. E, sobre esse tópico, a **Tabela 131** indica que a maioria delas encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 272 (84,0%) para 269 (83,0%). Essa variação representa uma leve redução de 1 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas.

Outrossim, aquelas descritas como “*a melhorar*” aumentaram de 29 (9,0%) para 33 (10,2%). Por sua vez, as instituições “*não conformes*” apresentaram pequena decréscimo de 23 (7,1%) para 22 (6,8%), indicando oscilações pontuais, mas sem alterações significativas no panorama geral.

Resumidamente, é possível afirmar que os dados da **Tabela 131** sugerem estabilidade no cumprimento dos requisitos referentes à disponibilização de áreas para práticas inclusivas.

Tabela 131: Distribuição da conformidade do registro referente à sua área para realização de atividades de práticas inclusivas

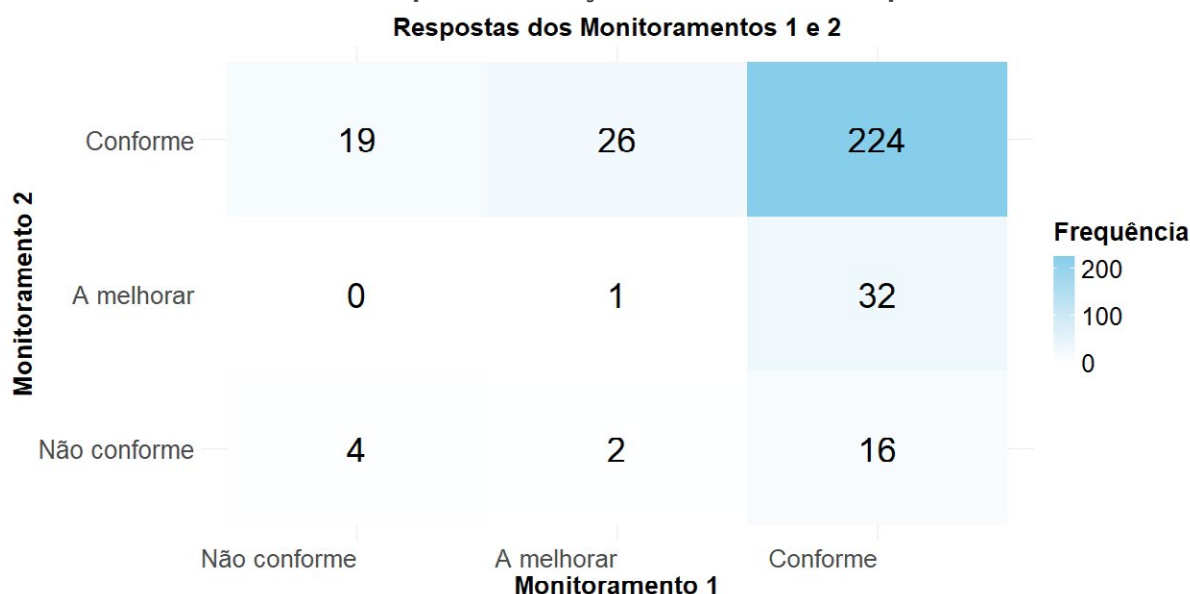
Área para realização de atividades de práticas inclusivas	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	272	84,0%	269	83,0%
A melhorar	29	9,0%	33	10,2%
Não conforme	23	7,1%	22	6,8%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Quanto aos relatos dos monitores no 2º monitoramento, há indicação de que as entidades que apresentam critério “*a melhorar*” ou “*não conforme*” não dispõem de uma área própria para a realização de atividades práticas inclusivas. Algumas delas não oferecem, enquanto outras ainda estão com esses espaços em fase de construção ou de manutenção.

Consta da **Figura 133**, que 224 entidades (69,1%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas e a continuidade de procedimentos consistentes. Além disso, entre as demais, 45 (13,9%) melhoraram sua situação, migrando de “*a melhorar*” ou “*não conforme*” para “*conforme*”, o que indica um movimento positivo de adequação e aprimoramento institucional. Em contrapartida, 48 (14,8%) regrediram de “*conforme*” para “*a melhorar*” ou “*não conforme*”, indicando casos de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento, que podem refletir fragilidades pontuais na gestão. Esses dados, cumpre notar, evidenciam que as transições de melhora e piora do indicador foram equivalentes.

Figura 133: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Área para realização de atividades de práticas inclusivas



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Cumpra ainda acrescentar que, tendo em vista a promoção da saúde física dos acolhidos, durante o monitoramento, foram coletadas informações sobre a existência de área para prática de atividades desportivas nas entidades monitoradas. Observa-se, a partir da Tabela 132, que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 267 (82,4%) para 264 (81,5%). Essa variação representa um leve decréscimo de 0,9 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas.

Não obstante, as entidades classificadas como “a melhorar” aumentaram de 45 (13,9%) para 54 (16,7%), enquanto as “não conformes” diminuíram de 12 (3,7%) para 6 (1,9%). Percebe, pois, um quadro de pequenas oscilações, mas com manutenção de um bom nível de conformidade geral.

Em suma, os dados da Tabela 132 sugerem estabilidade nas condições oferecidas para a realização de atividades desportivas, reforçando a importância da continuidade, bem como a ampliação dessas práticas para o bem-estar e o fortalecimento físico e social dos acolhidos.

Tabela 132: Distribuição da conformidade do registro referente à área para prática de atividades desportivas

Área para prática de atividades desportivas	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	267	82,4%	264	81,5%
A melhorar	45	13,9%	54	16,7%
Não conforme	12	3,7%	6	1,9%
Total	324	100%	324	100%

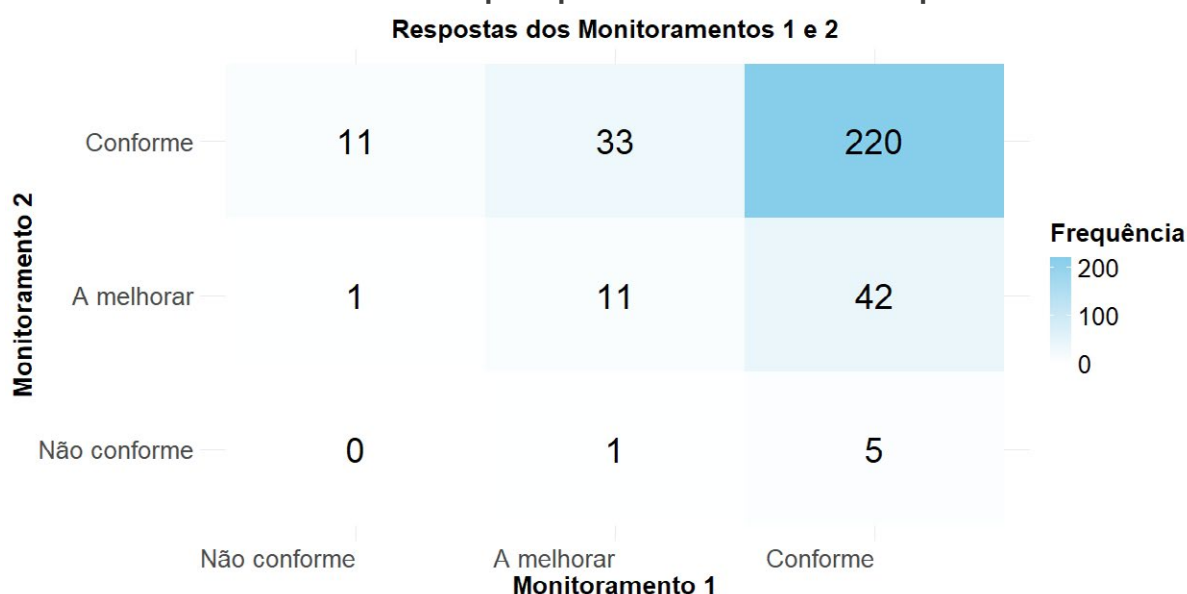
Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No 2º monitoramento, os relatos dos monitores, sobre as entidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme”, apontam que as áreas designadas se encontram em péssimas condições. Inclusive, algumas não apresentam um espaço para atividades desportivas.

Após um detalhamento das transições individuais das instituições entre os dois períodos, conforme a **Figura 134**, um total de 220 entidades (67,9%) mantiveram-se em conformidade nos dois monitoramentos, reforçando o predomínio de práticas adequadas e a continuidade de procedimentos consistentes.

Outras 44 (13,5%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação e aprimoramento das práticas institucionais. Porém, 47 instituições (14,5%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando casos pontuais de descontinuidade nos registros ou fragilidades na manutenção das rotinas de acompanhamento.

Figura 134: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Área para prática de atividades desportivas



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Também na lista de monitoramentos, inclui-se o tópico da estrutura organizacional das entidades. Observou-se, nesse contexto, a existência de sala administrativa nas instituições monitoradas. Para tanto, comparou-se entre o 1º e o 2º monitoramento a existência e a adequação da sala administrativa nas entidades de acolhimento, conforme dados apresentados na **Tabela 133**.

Constata-se que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 316 (97,5%) para 321 (99,1%). Essa variação representa uma melhoria de aproximadamente 1,6 ponto percentual na adequação das práticas avaliadas.

De modo distinto, aquelas descritas como “a melhorar” reduziram de 7 (2,2%) para 2 (0,9%). Enquanto isso, as entidades classificadas como ‘não conformes’ mantiveram-se estáveis em 1 (0,3%), refletindo a consolidação de um elevado padrão de conformidade entre a maioria das instituições.

De modo sintético, é possível afirmar que os dados da **Tabela 133** sugerem um cenário de aprimoramento e estabilidade, evidenciando que as entidades seguem garantindo espaços administrativos adequados para a gestão das atividades e o funcionamento institucional.

Tabela 133: Distribuição da conformidade do registro referente à sala administrativa

Sala administrativa	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	316	97,5%	321	99,1%
A melhorar	7	2,2%	2	0,9%
Não conforme	1	0,3%	1	0,3%
Total	324	100%	324	100%

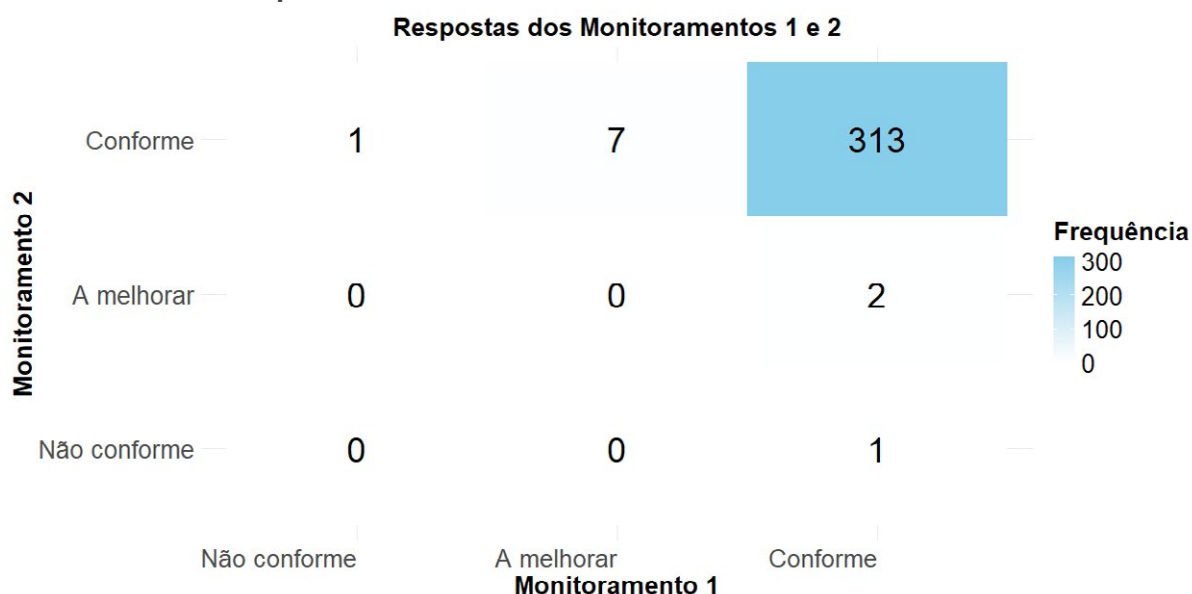
Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre as entidades que apresentam critério “a melhorar” ou “não conforme”, os relatos dos monitores no 2º monitoramento apontam para aquelas que não apresentam um local destinado à sala administrativa. Já outras, cabe mencionar, relataram que o espaço está em construção.

Por sua vez, a **Figura 135** detalha as transições individuais das entidades ao longo dos dois monitoramentos, possibilitando a identificação de padrões de estabilidade ou mudança de situação. Examina-se, para tanto, que 313 (96,6%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas e a consolidação de rotinas institucionais estáveis.

Entre as outras, 8 (2,5%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo, ainda que pontual, de adequação. Em contraste, 3 entidades (0,9%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, demonstrando casos isolados de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Figura 135: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Sala administrativa



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Ainda na área administrativa, foram coletadas informações sobre a existência de área para arquivo das fichas (PIA/PAS) dos acolhidos que permita a manutenção do sigilo das informações, seja física ou eletronicamente. E, em comparação entre o 1º e o 2º monitoramento, a Tabela 134 expõe que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 299 (92,3%) para 281 (86,7%). Essa variação representa uma redução de 5,6 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

Por outro lado, as entidades classificadas como “a melhorar” aumentaram de 23 (7,1%) para 39 (12,0%). Também houve um crescimento daquelas descritas como “não conformes”, haja vista o aumento registrado de 2 (0,6%) para 4 (1,2%), o que indica uma leve regressão na garantia de espaços adequados para o armazenamento sigiloso das informações.

Em síntese, esses dados sugerem a necessidade de reforçar as medidas voltadas à segurança da informação e à confidencialidade dos registros, assegurando que o tratamento dos dados dos acolhidos continue sendo realizado de forma ética e protegida.

Tabela 134: Distribuição da conformidade do registro referente à existência de área para arquivo das fichas (PIA/PAS) dos acolhidos que permita a manutenção do sigilo das informações, seja física ou eletronicamente.

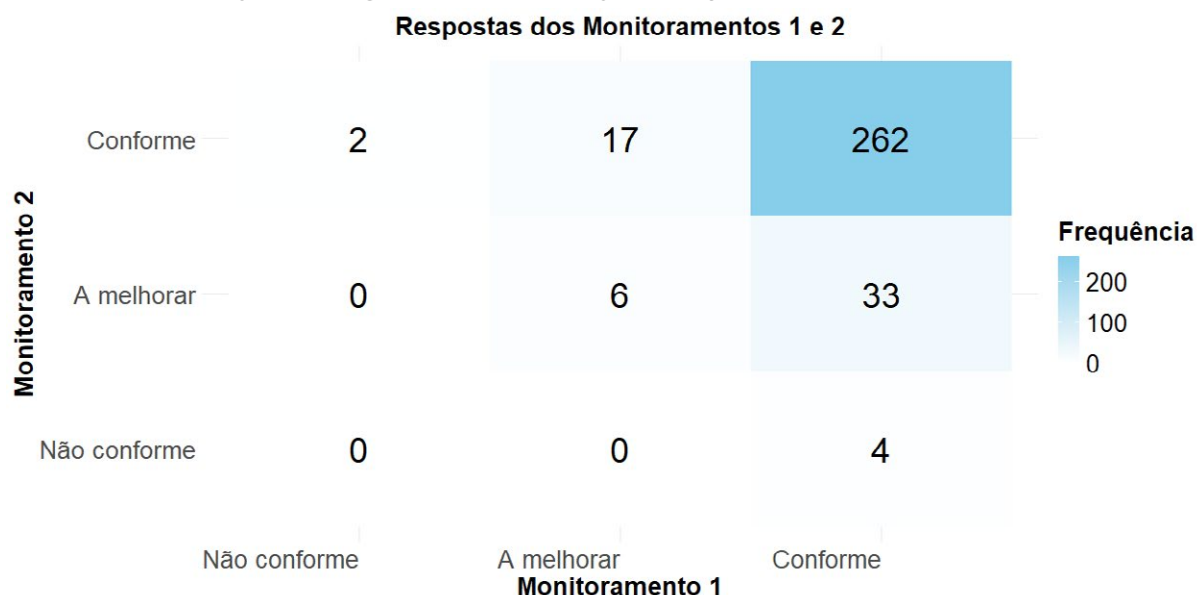
Área para arquivo das fichas (PIA/PAS) dos acolhidos que permita a manutenção do sigilo das informações, seja física ou eletronicamente	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	299	92,3%	281	86,7%
A melhorar	23	7,1%	39	12,0%
Não conforme	2	0,6%	4	1,2%
Total	324	100%	324	100%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

E, concernente aos relatos dos monitores no 2º monitoramento, entre as entidades que apresentaram critério “a melhorar” ou “não conforme”, apontam que o armário de armazenamento dos arquivos não possuem trancas. Em alguns casos, estão em salas fechadas, mas sem tranca nos armários. Em outros, estão em locais abertos, porém em armários trancados.

É ainda possível perceber, a partir da **Figura 136**, que 262 entidades (80,8%) mantiveram-se em conformidade nos dois períodos, reforçando o predomínio de práticas adequadas e a consolidação de rotinas institucionais estáveis. Outras 19 (5,9%) melhoraram sua situação, migrando de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, denotando um movimento positivo de adequação e aprimoramento dos registros. Entretanto, 37 entidades (11,4%) regrediram de “conforme” para “a melhorar” ou “não conforme”, indicando casos de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Figura 136: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento. Área para arquivo das fichas (PIA/PAS) dos acolhidos que permita a manutenção do sigilo das informações, seja física ou eletronicamente



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Por fim, como último ponto de análise da gestão da infraestrutura, verificou-se durante o monitoramento a existência de sanitários para funcionários/visitantes (ambos os gêneros) nas entidades de acolhimento. Sobre esse tópico, a **Tabela 135** apresenta que a maioria das entidades encontrava-se em situação “conforme” em ambos os períodos, passando de 291 (89,8%) para 301 (92,0%). Essa variação representa um avanço de 2,2 pontos percentuais na adequação das práticas avaliadas.

Já aquelas classificadas como “a melhorar” reduziram de 30 (9,3%) para 23 (7,1%), enquanto as “não conformes” deixaram de ser registradas, passando de 3 (0,9%) para 0 (0,0%). Tal quadro evidencia um avanço na adequação das instalações sanitárias voltadas ao público interno e aos visitantes.

Em síntese, os dados da **Tabela 135** sugerem um cenário de aprimoramento e consolidação das boas práticas de infraestrutura, tendo condições adequadas de higiene e acessibilidade nos sanitários destinados aos diferentes públicos das entidades.

Tabela 135: Distribuição da conformidade do registro referente à sanitários para funcionários/visitantes (ambos os gêneros)

Sanitários para funcionários/ visitantes (ambos os gêneros)	1º monitoramento		2º monitoramento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conforme	291	89,8%	301	92,0%
A melhorar	30	9,3%	23	7,1%
Não conforme	3	0,9%	0	0,0%
Total	324	100%	324	100%

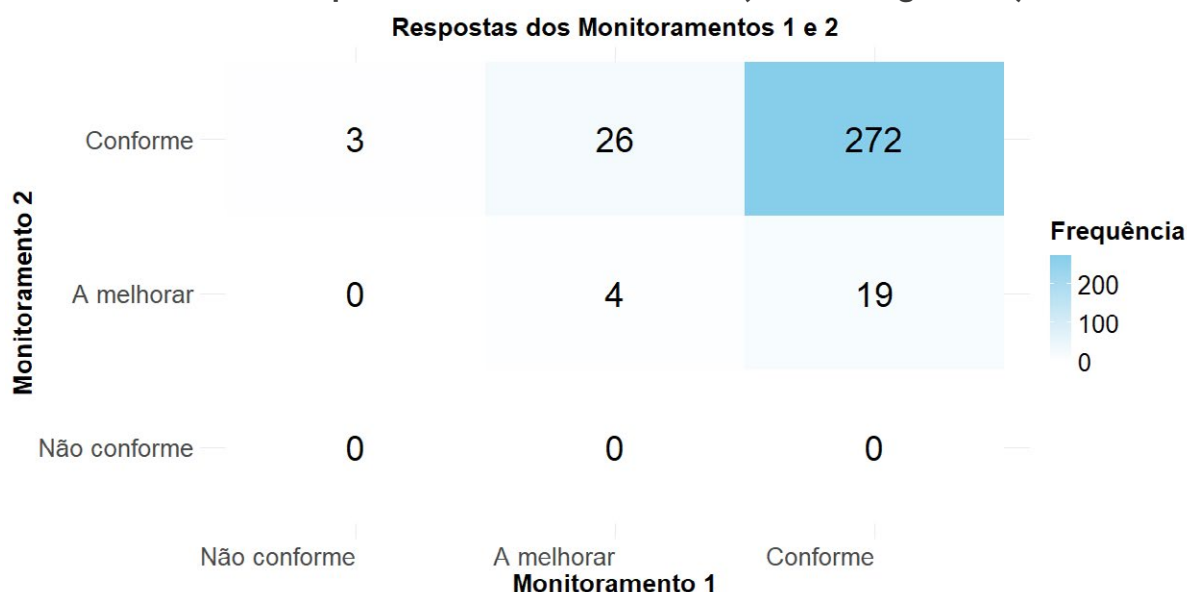
Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Considerando os relatos dos monitores no 2º monitoramento sobre as entidades que apresentam critério “a melhorar”, apontam-se a necessidade de reparos dos sanitários e a falta de estrutura e/ou conservação de limpeza dos locais, bem como a presença de banheiros unissex. Este último, ressaltou-se, visto como um elemento negativo pelos acolhidos.

Por sua vez, em uma comparação entre os dois períodos, consta da **Figura 137** que 272 entidades (84,0%) mantiveram-se em conformidade, reforçando o predomínio de práticas adequadas e a continuidade de procedimentos institucionais consolidados.

Em relação ao restante, 29 (9,0%) melhoraram sua situação, uma vez que migraram de “a melhorar” ou “não conforme” para “conforme”, o que indica um movimento positivo de adequação e aprimoramento dos registros. No entanto, outras 19 (5,9%) regrediram de “conforme” para “a melhorar”, demonstrando casos pontuais de descontinuidade nos registros ou no acompanhamento.

Figura 137: Fluxo de mudança no status de registro do 1º para o 2º monitoramento.
Sanitários para funcionários/visitantes (ambos os gêneros)



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Cumpre destacar que a análise dos dados coletados no monitoramento, de acordo com a meta 3 do projeto, precisa permear reflexões sobre os impactos ao cidadão atendido, familiares, atores que atuam na área de apoio, bem como acolhimento de pessoas e qualidade dos serviços prestados nas entidades de acolhimento. Diante desse contexto, foram criados alguns indicadores principais que complementam as análises realizadas até este momento.

A utilização de indicadores constitui uma ferramenta fundamental para a sistematização, mensuração e interpretação dos dados coletados durante uma pesquisa, além de facilitar análises comparativas a partir do cruzamento de variáveis. Sendo assim, é essencial que o indicador criado seja relevante para os objetivos da investigação, como também seja mensurável de forma válida e confiável (Cano, 2004; Cohen, 1993; Jacuzzi, 2003).

Nesse sentido, que ele (indicador) se apresenta como “*ligação entre os modelos explicativos da teoria social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados [...], uma medida quantitativa, dotada de significado social*” (Jacuzzi, 2003, p.15). Portanto, vale observar o que se propõe a seguir.

1.28 Indicador de protagonismo do acolhido no tratamento

O indicador de protagonismo apresenta a proporção de entidades de acolhimento nas quais ocorrem práticas participativas do acolhido, da família ou de pessoa por ele indicada no processo de elaboração do Plano de Atendimento Singular¹ (PIA/PAS).

¹ As instituições de acolhimento têm até 20 dias, a partir do ingresso do beneficiário, para elaborar o PIA/PAS. No presente caso, não foram obtidas informações detalhadas sobre esse procedimento, como apontamos no início do anuário, ponto importante a ser levado em consideração.

Descrição: indicador positivo/negativo, considerando positivo a resposta “**conforme**”, para a pergunta 13 do Bloco VII [O acolhido e seu familiar, ou pessoa por ele indicada, participam/participaram na construção e no cumprimento do PAS, observando o protagonismo do acolhido, o respeito e o diálogo como princípios norteadores do acolhimento?].

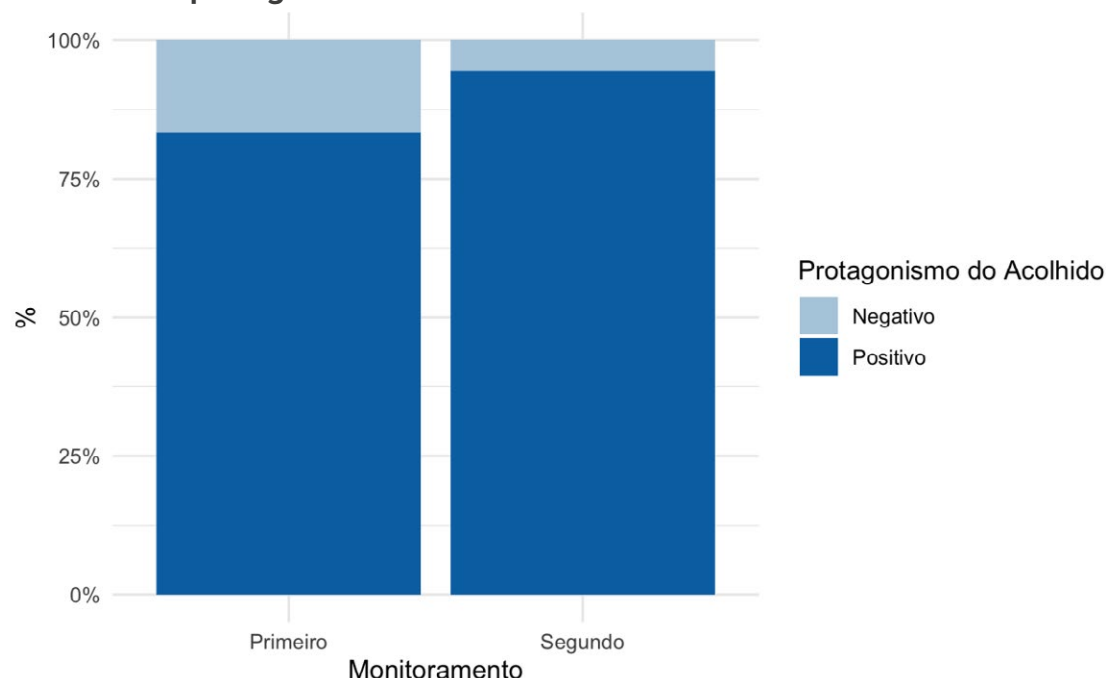
Entre os 324 estabelecimentos analisados, percebe-se que houve um aumento desse indicador, passando de 270 (83,33%) no 1º monitoramento para 306 (94,44%) no posterior.

Tabela 136: Indicador de protagonismo do acolhido: 1º e 2º monitoramentos

Monitoramento	Total de instituições	Indicador de protagonismo do acolhido	Taxa de protagonismo do acolhido
1º monitoramento	324	270	83,33%
2º monitoramento	324	306	94,44%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Figura 138: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de protagonismo do acolhido nos dois monitoramentos



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

1.29 Taxa de reacolhimento

O indicador avalia a taxa de acolhidos, participantes da roda de conversa, que estão na entidade pesquisada pela segunda vez ou mais. Trata-se de uma informação importante para futuras reflexões sobre a efetividade do serviço de acolhimento. Também suscita questões sobre reinserção social e abstinência após a saída de uma entidade de acolhimento atuante em álcool e drogas.

Descrição: Razão entre o número de acolhidos participantes da roda de conversa e o número correspondente à pergunta 23 do Bloco II [**Do total de acolhidos presentes na roda de conversa, quantos estão passando pela entidade de acolhimento pela segunda vez ou mais?**].

Fórmula: Número de acolhidos presentes na roda de conversa que estão na entidade pela segunda vez ou mais ÷ Total de acolhidos presentes na roda de conversa × 100.

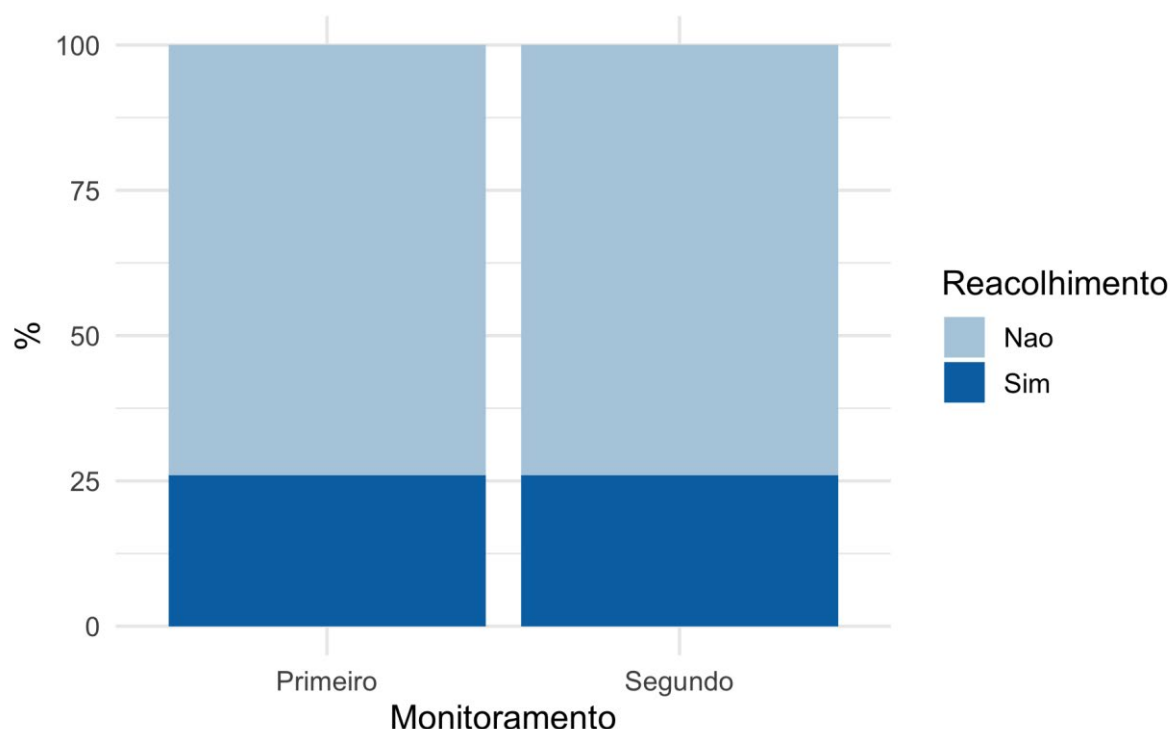
No 1º monitoramento, foi observado um total de 7.577 acolhidos que participaram das rodas de conversa, dos quais 1.967 afirmaram estar naquela entidade de acolhimento pela segunda vez ou mais, o que corresponde a uma taxa de reacolhimento na entidade monitorada de 25,96%. Já no 2º período, foi observado um total de 6.688 acolhidos que participaram das rodas de conversa, dos quais 1.734 relataram estar naquela entidade de acolhimento pela segunda vez ou mais, o que corresponde a uma taxa de reacolhimento na instituição monitorada de 25,93%. Por conseguinte, foi indicada uma estabilidade do indicador de reacolhimento nos dois períodos.

Tabela 137: Taxa de reacolhimento na entidade de acolhimento - 1º e 2º monitoramentos

Indicador	1º monitoramento	2º monitoramento
Total de acolhidos participantes das rodas de conversa	7.577	6.688
Total de acolhidos que já estiveram duas ou mais vezes na entidade	1.967	1.734
Taxa de reacolhimento (%)	25,96%	25,93%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Figura 139: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de reacolhimento nos dois monitoramentos



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

1.30 Taxa de múltiplos acolhimentos nos últimos 5 anos

O indicador avalia a taxa de múltiplos acolhimentos em outras entidades nos últimos 5 anos, entre os acolhidos participantes das rodas de conversa. Também se trata de um dado importante para futuras reflexões sobre a efetividade do serviço de acolhimento, assim como suscita questões sobre reinserção social e a abstinência após a saída de uma entidade de acolhimento atuante em álcool e drogas.

Descrição: Razão entre o número de acolhidos participantes da roda de conversa e o número correspondente à pergunta 23.1 do Bloco II [**Nos últimos 5 anos, do total de acolhidos presentes na roda de conversa, quantos já passaram por duas ou mais nas entidades de acolhimento?**].

Fórmula: Número de acolhidos com passagem por ≥ 2 entidades nos últimos 5 anos $\div$ Total de acolhidos presentes na roda $\times 100$.

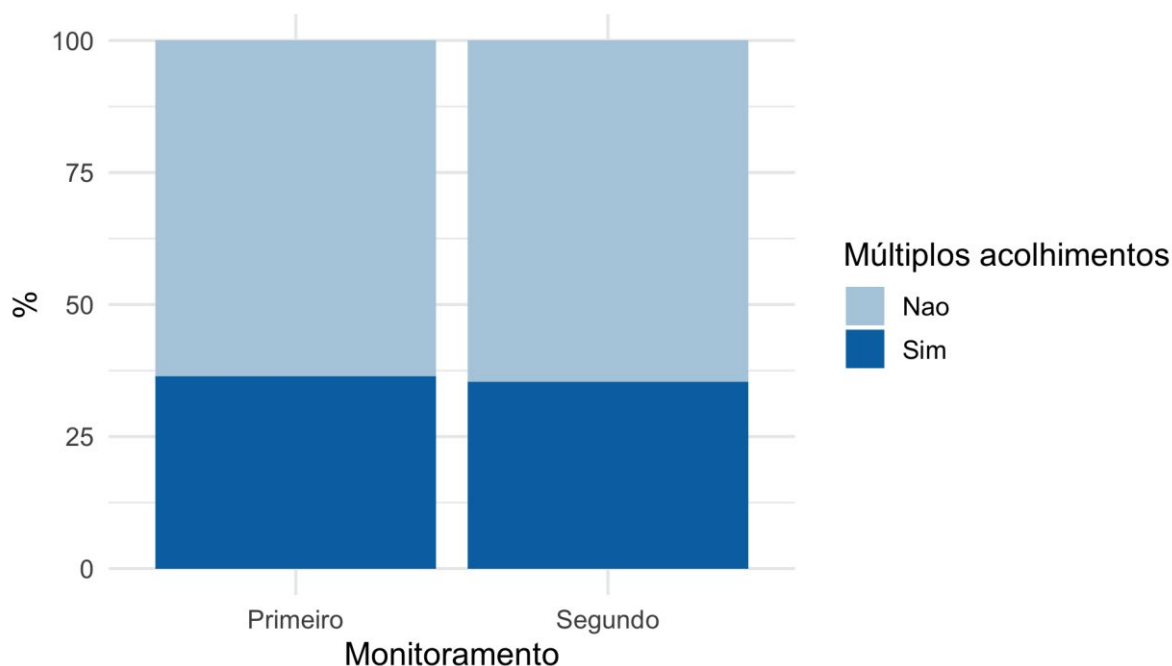
No 1º monitoramento, foi observado um total de 7.577 acolhidos que participaram das rodas de conversa, dos quais 2.762 afirmaram que nos últimos 5 anos passaram por duas ou mais outras entidades de acolhimento, o que corresponde a uma taxa de múltiplos acolhimentos de 36,45%. Já no 2º monitoramento, verificou-se um total de 6.688 acolhidos que participaram das rodas de conversa, dos quais 2.368 relataram que nos últimos 5 anos passaram por duas ou mais outras entidades, o que corresponde a uma taxa de múltiplos acolhimentos de 35,40%. Como resultado, apura-se uma estabilidade do indicador de múltiplos acolhimentos nos dois monitoramentos.

Tabela 138: Taxa de múltiplos acolhimentos nos últimos 5 anos - 1º e 2º monitoramentos

Indicador	1º monitoramento	2º monitoramento
Total de acolhidos participantes das rodas de conversa	7.577	6.688
Total de acolhidos que já estiveram duas ou mais vezes em outras instituições nos últimos 5 anos	2.762	2.368
Taxa de múltiplos acolhimentos nos últimos 5 anos (%)	36,45%	35,40%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Figura 140: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de múltiplos acolhimentos nos dois monitoramentos



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

1.31 Indicador de acesso a cursos e capacitações

O indicador avalia se os acolhidos tiveram ou têm acesso a ações de capacitação profissional ou educacional no período atual de acolhimento.

Descrição: Indicador positivo/negativo. Para isso, considera-se positivo a resposta “*sim*” para a pergunta 25 do Bloco II [Os acolhidos tiveram ou têm acesso a cursos de capacitação/especialização?].

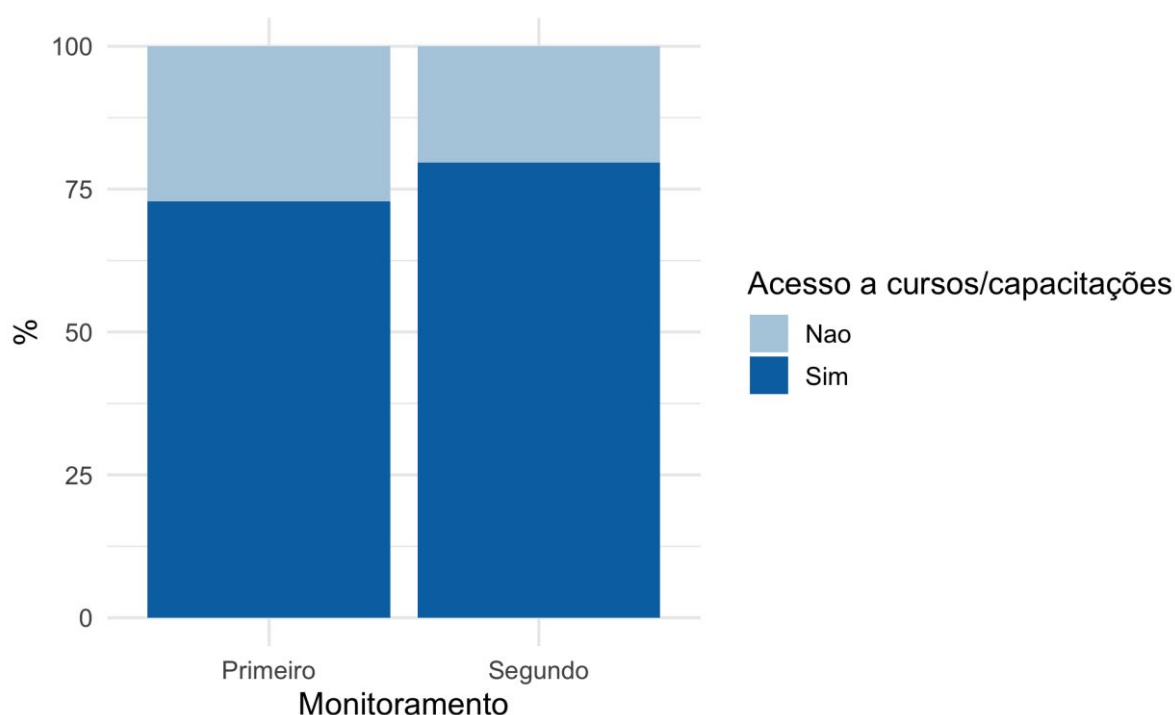
Entre os 324 estabelecimentos analisados, percebe-se um aumento do indicador de acesso a cursos/capacitações, passando de 236 (72,83%) no 1º monitoramento para 258 (79,62%) no 2º.

Tabela 139: Indicador de acesso a cursos/capacitações

Monitoramento	Total de instituições	Indicador de acesso a cursos/capacitações	Taxa de acesso a cursos/capacitações
1º monitoramento	324	236	72,83%
2º monitoramento	324	258	79,62%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Figura 141: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de cursos/capacitações nos dois monitoramentos



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

1.32 Indicador de participação da entidade em conselhos de políticas sobre drogas

O indicador avalia se a entidade de acolhimento está integrada em espaços institucionais de diálogo, controle social e de participação social, por meio de sua inserção em conselhos de política sobre drogas. Somado a isso, deve-se considerar que alguns estados brasileiros ainda não dispõem de conselhos específicos responsáveis pela condução da política sobre drogas, bem como é preciso mencionar não ser obrigatória a participação da instituição.

Descrição: Indicador positivo/negativo. Para isso, considera-se positivo a resposta “*sim*” para a pergunta 7 do Bloco IV [**Há inscrição em conselho estadual/municipal de políticas sobre drogas?**].

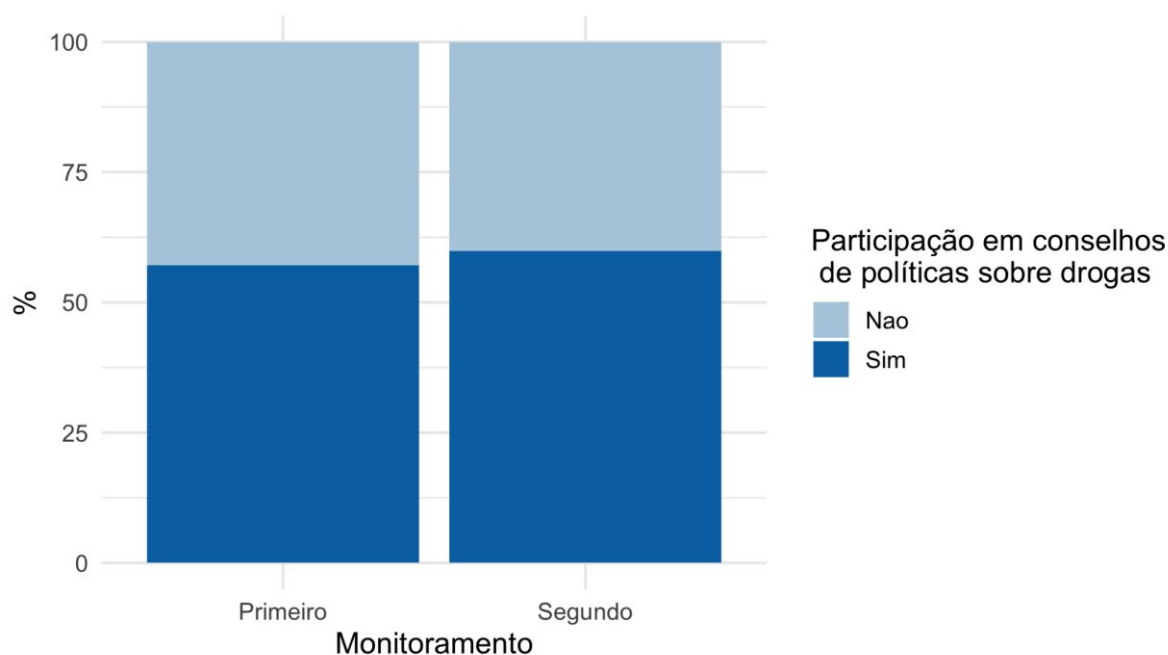
Entre os 324 estabelecimentos analisados, apura-se um aumento do indicador de participação da entidade em conselhos de políticas sobre droga, passando de 185 (57,1%) no 1º monitoramento para 194 (59,9%) no seguinte.

Tabela 140: Indicador de participação da entidade em conselhos de políticas sobre drogas

Monitoramento	Total de instituições	Indicador de participação da entidade em conselhos de políticas sobre drogas	Indicador de participação da entidade em conselhos de políticas sobre drogas
1º monitoramento	324	185	57,1%
2º monitoramento	324	194	59,9%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Figura 142: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de participação em conselhos de políticas sobre drogas nos dois monitoramentos



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

1.33 Indicador de ações de reinserção social do acolhido

O indicador avalia se, por meio de atividades educativas e/ou profissionalizantes, a instituição promove ações voltadas à inserção ou reinserção do acolhido na sociedade.

Descrição: Indicador positivo/negativo, considerando a resposta **“conforme”** para a pergunta 6.2 do tópico 6 do Bloco IX [As atividades de capacitação, de promoção da aprendizagem, de formação e as práticas inclusivas buscam a inserção e a reinserção social, o resgate, a formação de novas habilidades profissionais, práticas ou para a vida, bem como o aprendizado de novos conhecimentos, de modo a promover o empoderamento e o desenvolvimento das habilidades sociais do acolhido?] e a resposta **“conforme”** para a pergunta 9 do tópico 2 do Bloco VII [Nos PIA/PAS, constam: Todos os encaminhamentos, visando à reinserção social, incluídos os projetos de educação, capacitação profissional e geração de trabalho e renda?].

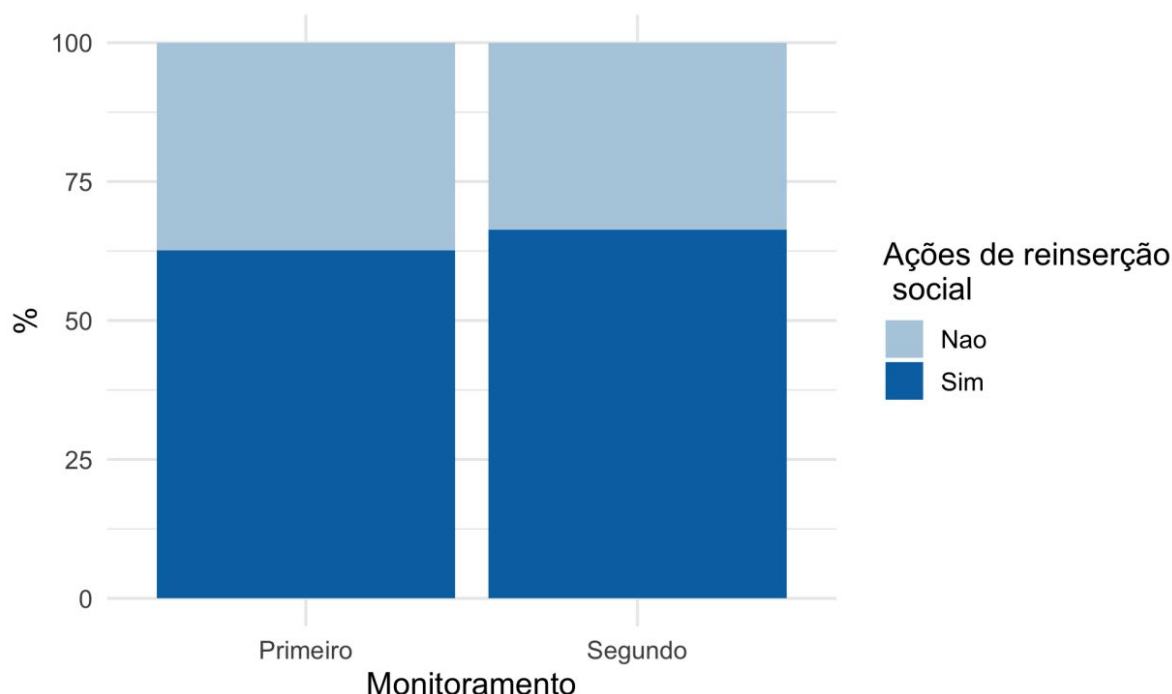
Entre os 324 estabelecimentos analisados, percebe-se um aumento do indicador de ações de reinserção social, passando de 203 (62,65%) no 1º monitoramento para 215 (66,35%) no 2º.

Tabela 141: Indicador de ações de reinserção social

Monitoramento	Total de instituições	Indicador de ações de reinserção social	Taxa de ações de reinserção social
1º monitoramento	324	203	62,65%
2º monitoramento	324	215	66,35%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Figura 143: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de ações de reinserção social nos dois monitoramentos



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

1.34 Indicadores de capacidade institucional

A seguir, os indicadores que serão apresentados avaliam a capacidade institucional das entidades de acolhimento quanto às condições administrativas, técnicas, estruturais e organizacionais, visando identificar a execução dos serviços prestados com qualidade e dentro das normas estabelecidas pela legislação que permeia as entidades de acolhimento. Tratam-se de um conjunto de 5 indicadores que, juntos, nos fornecem um panorama acerca da regularidade, conformidade técnica, bem como da adequação das instalações físicas das instituições monitoradas.

1.35 Indicador de gestão técnica e de recursos humanos

Descrição: Indicador positivo/negativo, considerando a resposta “**conforme**” para a pergunta 1 do Bloco VI [**Mantém responsável técnico de nível superior?**], a resposta “**conforme**” para a pergunta 3 do Bloco VI [**Possui profissional que possa responder pelas questões operacionais durante todo de funcionamento da entidade, podendo ser o próprio responsável técnico ou pessoa designada para tal fim?**], a resposta “**conforme**” para a pergunta 4 do Bloco VI [**Dispõe de equipe multidisciplinar em quantidade e com formação compatível às atividades oferecidas no programa de acolhimento?**], a resposta “**conforme**” para a pergunta 5 do Bloco VI [**Promove, de forma permanente, a capacitação dos membros da equipe que atuam no serviço, garantindo capacitação compatível com a função a ser executada?**], a resposta “**conforme**” para a pergunta 6 do Bloco VI [**Dispõe de escala de serviço ou outro mecanismo de controle da permanência dos profissionais na entidade?**] e, por fim, a resposta “**conforme**” para a pergunta 7 do Bloco VI [**Mantém ficha de registro de empregados?**].

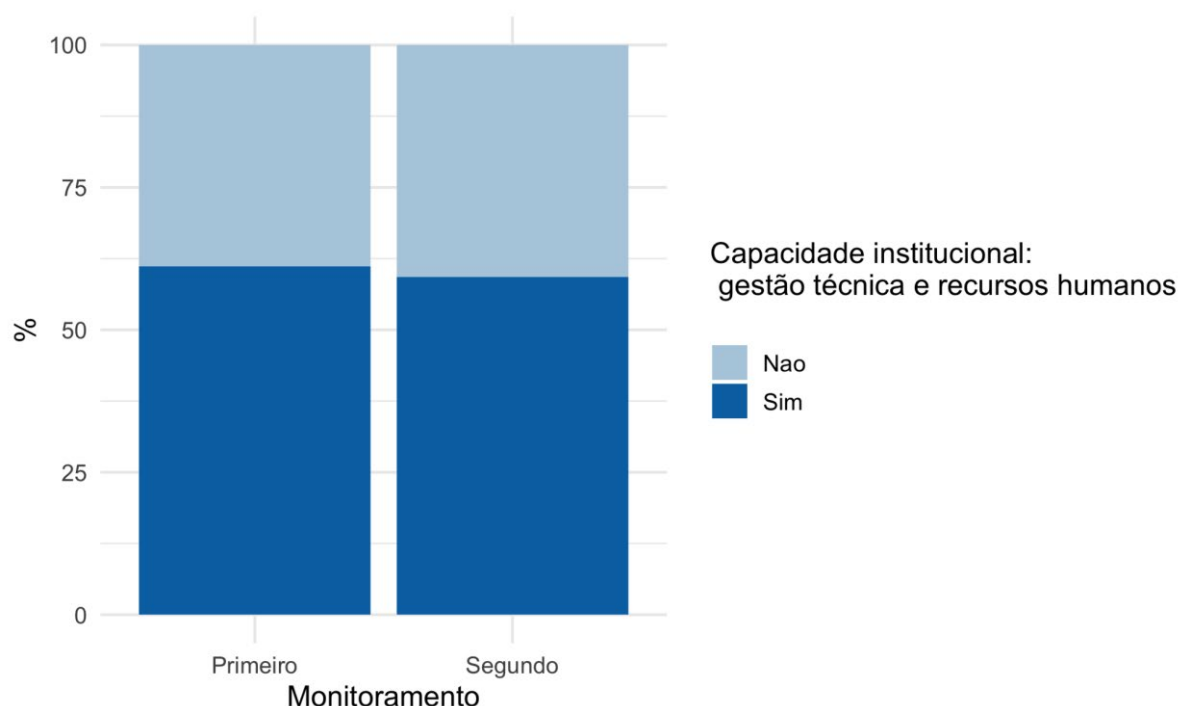
Entre os 324 estabelecimentos analisados, verifica-se que houve uma leve redução do indicador de capacidade institucional – gestão técnica e de recursos humanos, passando de 198 (61,11%) no 1º monitoramento para 192 (69,25%) no 2º.

Tabela 142: Indicador de capacidade institucional. Gestão técnica e de recursos humanos

Monitoramento	Total de instituições	Indicador de gestão técnica e de recursos humanos	Taxa
1º monitoramento	324	198	61,11%
2º monitoramento	324	192	59,25%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Figura 144: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de capacidade institucional. Gestão técnica e de recursos humanos nos dois monitoramentos



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

1.36 Indicador de estrutura e infraestrutura da entidade de acolhimento

Descrição: Indicador positivo/negativo, considerando a resposta “conforme” para a pergunta 3 do Bloco IX [Todos os medicamentos sujeitos a controle especial estão guardados em armário fechado com chave?], resposta “conforme” para a pergunta 4.1 do Bloco X [Possui cozinha?], a resposta “conforme” para a pergunta 4.2 do Bloco X [Possui refeitório?], a resposta “conforme” para a pergunta 4.3 do Bloco X [Possui local apropriado para armazenamento de alimentos, bem como os alimentos estão dentro do prazo de validade e bem acondicionados?], a resposta “conforme” para a pergunta 5.1 do Bloco X [Possui lavanderia coletiva?], a resposta “conforme” para a pergunta 7 do Bloco X [Mantém os ambientes de uso dos acolhidos livres de trancas, chaves ou grades, admitindo-se apenas o travamento simples?], a resposta “conforme” para a pergunta 9 do Bloco X [Possui sala de atendimento individual?], a resposta “conforme” para a pergunta 10 do Bloco X [Possui sala de visitas?], a resposta “conforme” para a pergunta 12 do Bloco X [Possui área para realização de oficinas de trabalho?], a resposta “conforme” para a pergunta 13 do Bloco X [Possui área para realização de atividades de práticas inclusivas?], a resposta “conforme” para a pergunta 14 do Bloco X [Possui área para prática de atividades desportivas?], a resposta “conforme” para a pergunta 15 do Bloco X [Possui sala administrativa?], a resposta “conforme” para a pergunta 16 do Bloco X [Possui área para arquivo das fichas (PIA/PAS) dos acolhidos que permita a manutenção do sigilo das informações, seja física ou eletronicamente?] e, por fim a resposta “conforme” para a pergunta 17 do Bloco X [Possui sanitários para funcionários/visitantes (ambos os gêneros?)].

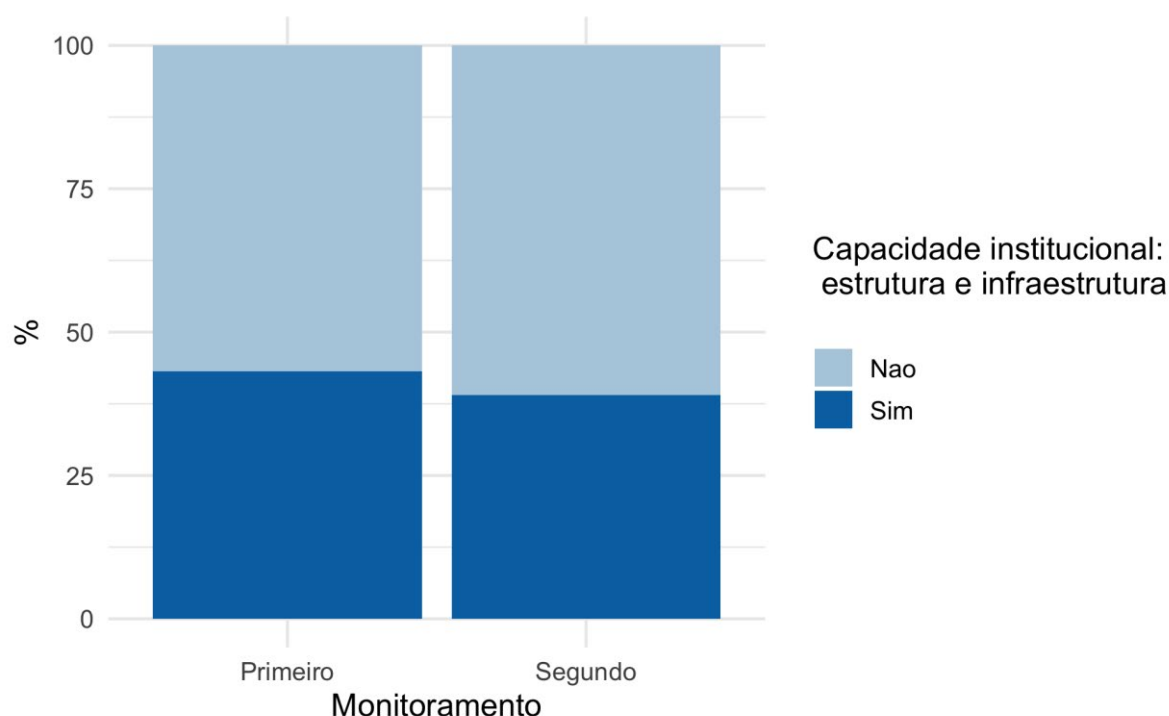
Entre os 324 estabelecimentos analisados, percebe-se que houve uma redução do indicador de capacidade institucional – estrutura e infraestrutura, passando de 141 (43,20%) no 1º monitoramento para 128 (39,05%) no 2º.

Tabela 143: Indicador de capacidade institucional. Estrutura e infraestrutura

Monitoramento	Total de instituições	Indicador de estrutura e infraestrutura	Taxa
1º monitoramento	324	141	43,20%
2º monitoramento	324	128	39,05%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Figura 145: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de capacidade institucional. Estrutura e infraestrutura nos dois monitoramentos



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

1.37 Indicador de condições de alojamento da entidade de acolhimento

Descrição: Indicador positivo/negativo, considerando a resposta “conforme” para a pergunta 2.2 do Bloco X [O serviço dispõe de alojamento adequado para o número de vagas de acolhimento oferecidas, separadas por público (adulto masculino/feminino?)]; a resposta “conforme” para a pergunta 2.3 do Bloco X [Dispõe de conjuntos (cama/colchão) compatíveis com o número de acolhidos, incluindo área para guarda de roupas e pertences dos acolhidos?]; a resposta “conforme” para a pergunta 3 do Bloco X [Dispõe de banheiro para acolhidos compatíveis e adequados ao número de pessoas por alojamento, separadas por público (adulto masculino/feminino?)]; a resposta “sim”

para a pergunta 3.5 do Bloco X [Dispõe de quarto para funcionários que permanecem no período noturno (separados por gênero), com dimensionamento compatível, incluindo área para guarda de roupas e pertences dos funcionários?].

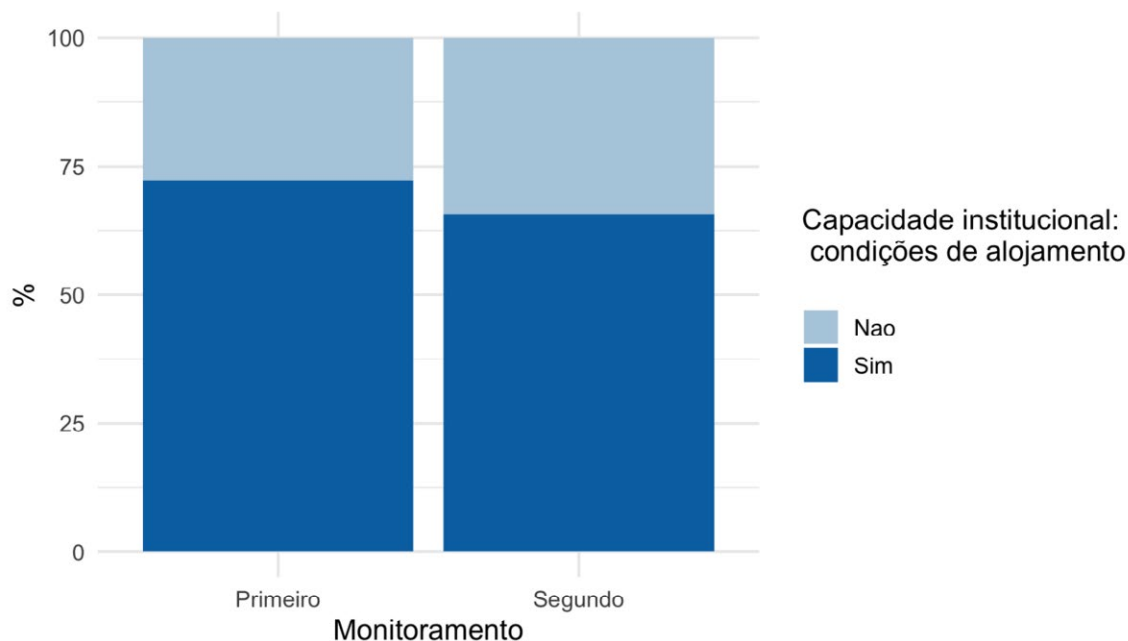
Entre os 324 estabelecimentos analisados, observa-se uma redução do indicador de condições de alojamento, passando de 235 (72,25%) no 1º monitoramento para 213 (65,74%) no 2º.

Tabela 144: Indicador de capacidade institucional. Condições de alojamento

Monitoramento	Total de instituições	Indicador de condições de alojamento	Taxa
1º monitoramento	324	235	72,25%
2º monitoramento	324	213	65,74%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Figura 146: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de capacidade institucional. Condição de alojamento nos dois monitoramentos



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

1.38 Indicador de conservação da infraestrutura e instalações

Descrição: Indicador positivo/negativo, considerando a resposta “conforme” para o critério de avaliação [Piso, teto, paredes, mobiliários íntegros e de fácil limpeza. Ambientes limpos e organizados. Ausência de infiltrações e mofos]; a resposta “conforme” na pergunta 8 do Bloco X [Mantém as instalações físicas dos ambientes externos e internos em boas condições de conservação, segurança, organização, conforto e limpeza?]

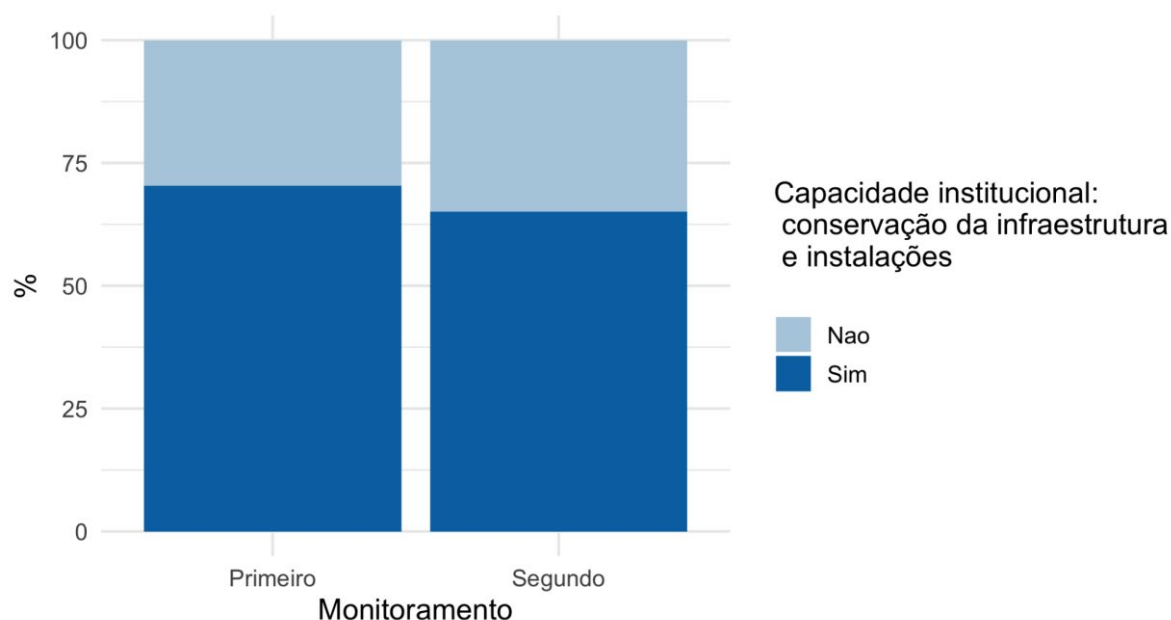
Entre os 324 estabelecimentos analisados, percebe-se uma redução do indicador de capacidade institucional – conservação da infraestrutura e instalações, passando de 228 (70,37%) no 1º monitoramento para 211 (65,12%) no 2º.

Tabela 145: Indicador de capacidade institucional. Conservação da infraestrutura e instalações

Monitoramento	Total de instituições	Indicador de conservação da infraestrutura e instalações	Taxa
1º monitoramento	324	228	70,37%
2º monitoramento	324	211	65,12%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Figura 147: Gráfico de barras empilhadas referente ao indicador de capacidade institucional. Conservação da infraestrutura e instalações nos dois monitoramentos



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2

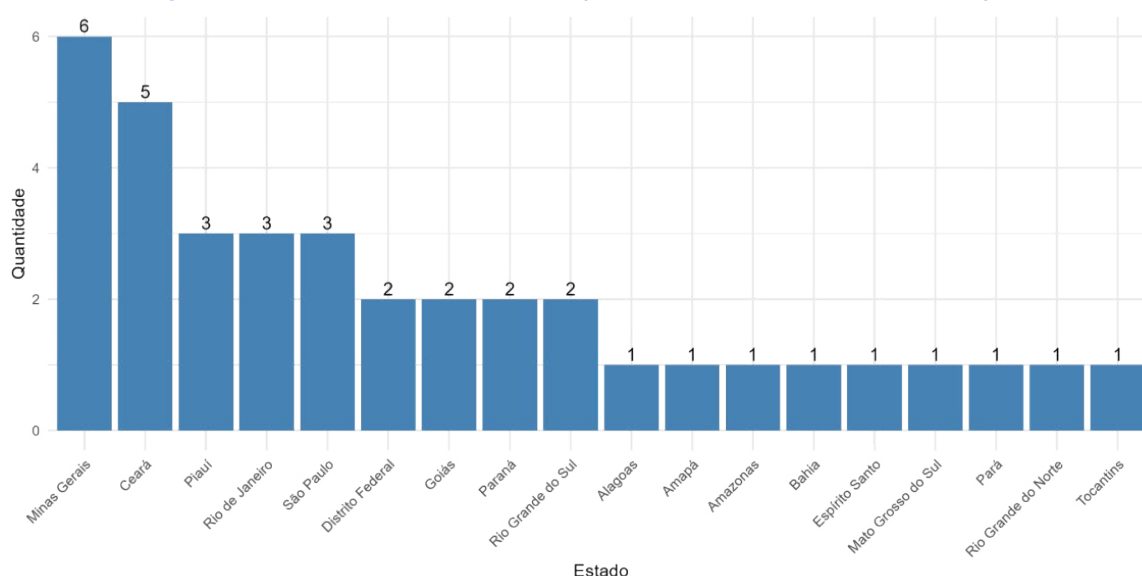
Análise dos dados coletados em entidades monitoradas apenas da segunda rodada anual

2.1 Perfil das Instituições

O segundo monitoramento, realizado entre os meses de maio e setembro de 2025, registrou a participação de 37 (trinta e sete) entidades de acolhimento distribuídas por 17 estados e Distrito Federal (**Figura 148**). Entre eles, Minas Gerais foi aquele com o maior número de participantes neste grupo monitorado, com 6 unidades (16,22%), seguido do Ceará, com 5 unidades (13,51%), bem como do Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo, com 3 unidades cada um (8,11%). Logo, do total de entidades de acolhimento analisadas, um percentual de 54,06% é representado por esse grupo, segundo o levantamento realizado.

Além da concentração da análise (mais de 50% das instituições monitoradas) nesses cinco estados, é possível destacar que esse monitoramento permitiu aprofundar as análises no eixo Sul-Sudeste. Isso porque o percentual de unidades monitoradas neste ciclo totaliza mais de 43,24% do total.

Figura 148: Gráfico das instituições por estados da Federação



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

E, quanto à distribuição espacial das entidades de acolhimento por unidade da Federação, pode ser visualizada na **Figura 149**, a seguir.

Referentemente ao número de pessoas acolhidas que participaram das rodas de conversa nas entidades visitadas, observa-se uma variação significativa no número de participantes por entidade, o que pode ser atribuído, em parte, à heterogeneidade das instituições em termos de tamanho, assim como de capacidade de acolhimento, como indica a **Tabela 146**. No total, foram compiladas participações de 720 pessoas nas rodas de conversa nas 37 entidades onde houve registro.

Tabela 146: Distribuição do número de acolhidos que participaram das rodas de conversa

	Frequência	Porcentagem
De 1 a 10	11	29,73
De 11 a 20	10	27,03
De 21 a 30	11	29,73
De 31 a 50	3	8,11
Mais de 50	2	5,4
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.2 Financiamento

O nível de conhecimento das pessoas acolhidas sobre o financiamento público destinado às entidades nas quais estão inseridas constitui um aspecto fundamental para a promoção da transparência, a garantia do direito à informação, como ainda do fortalecimento do controle social sobre as ações estatais. Nesse sentido, cumpre destacar que, na maior parte das entidades (62,16%), todas as pessoas acolhidas responderam terem ciência sobre a existência de financiamento do Poder Público às instituições.

No que concerne a esse mesmo tópico, em 27,02% das instituições, a maioria das pessoas respondeu saber do financiamento público destinado. Diferentemente de outras 3, onde uma minoria declarou possuir conhecimento a respeito. E, por fim, em 1 (2,71%) delas nenhum acolhido informou estar ciente desse tipo de suporte.

Tabela 147: Conhecimento dos acolhidos sobre a existência de financiamento do Poder Público para as entidades de acolhimento

	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos têm conhecimento sobre a existência de financiamento do poder público para as entidades terapêuticas	23	62,16
A maioria dos acolhidos tem conhecimento sobre a existência de financiamento do poder público para as entidades terapêuticas	10	27,02
Uma minoria de acolhidos tem conhecimento sobre existência de financiamento público para as entidades terapêuticas	3	8,11
Nenhum acolhido tem conhecimento sobre a existência de financiamento do poder público para as entidades terapêuticas	1	2,71
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Sobre os relatos dos monitores, estes apontam que na instituição em que nenhum, uma minoria ou mesmo uma maioria dos acolhidos possui conhecimento sobre esses recursos, existem vagas nas modalidades federal e estadual e que, mesmo com programações diferentes para cada tipo de acesso, o tratamento terapêutico é igual para todos. Desse modo, o desconhecimento sobre o financiamento tem, muitas vezes, relação com a chegada recente à entidade, com os processos de abstinência ou, até mesmo, com a falta de explicitação pela instituição sobre o tipo de vaga ofertada.

E, no que tange à informação acerca da voluntariedade do acolhimento, coletada durante a realização das rodas de conversa, aponta-se que em 37 das entidades (100%) “*todos os acolhidos estão na entidade de forma voluntária*”.

Tabela 148: Acolhimento voluntário dos acolhidos na entidade

	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos estão na entidade de forma voluntária	37	100
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A informação referente à participação do acolhido na elaboração do PIA/PAS, coletada durante a realização das rodas de conversa (**Tabela 149**), indica que em 31 entidades (83,8%) “*todos participam/participaram*” de sua elaboração. Somado a isso, em 4 delas (10,8%) “*a maioria participa/participou*”, enquanto em 1 instituição (2,7%), “*uma minoria de acolhidos participa/participou*”. Vale mencionar que somente em 1 delas, o que corresponde a (2,7%), a resposta foi que “*nenhum acolhido participa ou participou*” da construção do plano.

Tabela 149: Participação dos acolhidos na elaboração do PIA/PAS

	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos participam/participaram da elaboração do PIA/PAS	31	83,8
A maioria dos acolhidos participa/participou da elaboração do PIA/PAS	4	10,8
Uma minoria de acolhidos participa/participou da elaboração do PIA/PAS	1	2,7
Nenhum acolhido participa/participou da elaboração do PIA/PAS	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Cumpre observar que os relatos dos monitores, ao longo dos monitoramentos sobre as entidades em que não há registro de cumprimento do critério em sua totalidade, revelam que parte dos acolhidos não tem conhecimento sobre o que é o PIA/PAS, tanto do ponto de vista do significado da sigla quanto, em especial, sobre a sua função no processo terapêutico. Outros, sobre o desconhecimento, estão relacionados à chegada recente, sendo, dessa forma, ainda dentro do prazo legal para elaboração do referido documento. Entretanto, de modo geral, a falta de conhecimento revela a necessidade de padronização e informatização do processo de elaboração do documento em questão.

Em relação ao conhecimento das normas e regulamentos da entidade por parte dos acolhidos, observa-se que em 37 entidades (100%), “*todos os acolhidos conhecem*” as normativas da instituição (Tabela 150).

Tabela 150: Conhecimento das normas e regulamentos pelos acolhidos

	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos conhecem as normas e regulamentos da entidade	37	100
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Também durante a roda de conversa, foram coletadas informações sobre a existência de sanções quando há quebra de regras que norteiam a convivência entre os pares, preceito basilar estabelecido na entidade de acolhimento. Sobre esse tópico, verificou-se que em 24 instituições, o que corresponde a 64,9% do total de entidades visitadas, não há recorrência a esse expediente. Já em 13 (35,1%), essa prática ocorre (Tabela 151).

Tabela 151: Sanção coletiva por quebra de normas da entidade

	Frequência	Porcentagem
Sim	13	35,1
Não	24	64,9
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Sobre os relatos dos monitores, estes indicam que as sanções coletivas incidem especialmente sobre as atividades coletivas de lazer, tais como jogos de mesa, futebol e/ou vôlei. Nas asserções, é possível identificar um conjunto de medidas punitivas voltadas para o disciplinamento dos acolhidos em caráter individual, a partir do descumprimento das regras fixadas pelas entidades de acolhimento. Entre as respostas, chamou atenção a existência, em uma das entidades monitoradas, de “*proibições de visitas e ligações para familiares, medidas laborais extremas (muito trabalho braçal em um curto espaço de tempo), corte de alimentação e humilhações*”. Tal configuração, ressalte-se, necessita de atenção do Depad, haja vista figurar como possível situação de violação dos direitos do acolhido.

Em outros casos, os relatos dão conta da existência de protocolos para dosimetrar as sanções em função da gravidade das regras descumpridas, o que também pode ser analisado e incorporado pelo Depad como prática para todas as entidades.

Outra questão sensível, que demanda atenção quanto à possibilidade de contribuição financeira dos acolhidos às entidades, é a exigência de contrapartidas financeiras dos acolhidos em entidades com financiamento da União (excluindo-se aqui doações voluntárias). No universo pesquisado, em 32 entidades (86,5%), foi coletado durante as rodas de conversa que “*nenhum acolhido*” com financiamento da União/MDS oferece qualquer contrapartida financeira à unidade acolhedora.

Nas instituições com financiamento da União, os registros dos monitores revelam que em nenhuma delas “*todos os acolhidos*” ofereceram algum tipo de contrapartida financeira à instituição. Todavia, em 1 (2,7%), “*a maioria dos acolhidos*” já realizou tal prática. E, por fim, em 4 (10,8%), “*uma minoria*” já realizou. Esses percentuais estão dispostos na **Tabela 152**.

Tabela 152: Exigência de bens ou contrapartida financeira ao acolhido com financiamento da União/MDS

	Frequência	Porcentagem
A maioria dos acolhidos que tem financiamento União/MDS dão uma contrapartida financeira à entidade e não é doação	1	2,7
Uma minoria de acolhidos que tem financiamento da União/MDS dão uma contrapartida financeira à entidade e não é doação	4	10,8
Nenhum acolhido que tem financiamento da União/MDS dá contrapartida financeira à entidade	32	86,5
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que diz respeito ao relatos dos monitores, especialmente quanto às 5 entidades em que a “*minoria*” ou a “*maioria*” dos acolhidos dão contrapartida financeira às entidades, foi possível identificar as seguintes situações: a) 2 acolhidos relataram pagar mensalidade, mesmo com sua vaga sendo financiada pelo Depad, o que representaria uma irregularidade do ponto de vista das normas traçadas por esse departamento; b) outro caso de contrapartida financeira está relacionado ao custeio de uma consulta com psiquiatra antes do acolhimento.

Cabe pontuar que as duas situações demandam atenção no processo de fiscalização para otimização das estratégias de financiamento de vagas, considerando os sujeitos que fazem uso do serviço. Sendo assim, é preciso reforçar junto às entidades a necessidade de explicitar, de modo mais enfático, aos acolhidos por meio do Depad, a natureza do financiamento de seu tratamento.

Somado a esses tópicos, uma das questões do formulário aplicado aos acolhidos teve como objetivo identificar se todos os beneficiários de vagas subsidiadas pelo Depad estavam presentes na roda de conversa. Para tanto, constatou-se que em 13 (35,1%) instituições a resposta foi positiva. Porém, em 24 (64,9%), negativa (**Tabela 153**).

Tabela 153: Presença da totalidade dos acolhidos com financiamento da União/MDS na roda de conversa

	Frequência	Porcentagem
Sim	13	35,1
Não	24	64,9
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Por sua vez, a **Tabela 154** sistematiza informações relativas aos acolhidos com financiamento do Depad que realizam contribuições financeiras voluntárias à entidade acolhedora. Os dados

evidenciam que essa prática ainda apresenta baixa disseminação no conjunto das instituições analisadas. Em 29 entidades (78,4%), não há registro de acolhidos com financiamento da União/MDS que efetuem qualquer tipo de doação voluntária, enquanto em 6 entidades (16,2%) tal contribuição ocorre apenas entre uma minoria dos acolhidos financiados.

Em proporção significativamente menor, observa-se que em apenas 1 entidade (2,7%) todos os acolhidos com financiamento da União/MDS realizam contribuições financeiras voluntárias. De modo semelhante, em outra entidade (2,7%), a doação é efetuada pela maioria desses acolhidos.

Tabela 154: Acolhidos com financiamento da União/MDS que realizam doações financeiras voluntárias

	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos que têm financiamento da União/MDS fazem, voluntariamente, doações financeiras para a entidade	1	2,7
A maioria dos acolhidos que tem financiamento da União/MDS faz, voluntariamente, doações financeiras para a entidade	1	2,7
Uma minoria acolhidos que tem financiamento da União/MDS faz, voluntariamente, doações financeiras para a entidade	6	16,2
Nenhum acolhido acolhidos que tem financiamento da União/MDS faz, voluntariamente, doações financeiras para a entidade	29	78,4
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Por sua vez, os relatos dos monitores, no que diz respeito às entidades em que “*todos*”, “*uma minoria*” ou “*uma maioria*” dos acolhidos com financiamento da União realizam doações financeiras, indicam que as contrapartidas financeiras geralmente acontecem no início do acolhimento. Verifica-se que, em situações específicas, quando do ingresso do acolhido na entidade e diante da inexistência de vagas disponibilizadas pelo Depad, ocorre a cobrança de mensalidade até que haja a oferta de vaga pública. Essa informação reforça a necessidade de explicitação mais enfáticas pelas entidades quanto à origem dos recursos referentes aos acessos às unidades terapêuticas.

2.3 Alimentação

A alimentação dos acolhidos é outro tema sensível por se tratar de uma questão essencial, notadamente para pessoas que estão na condição de institucionalizadas, haja vista sua dependência para ter acesso ao seu consumo diário. Diante desse contexto, questões sobre o acesso, a qualidade e sua quantidade foram temas abordados nas rodas de conversa.

Na maioria das instituições, em 31 delas (83,8%), constatou-se que todos os acolhidos consideram a qualidade da alimentação adequada. Em 3 (8,1%), apenas uma minoria dos acolhidos compartilha dessa avaliação. Em outras 2 (5,4%), a maioria dos acolhidos considera a alimentação adequada, enquanto em 1 instituição (2,7%) nenhum acolhido manifestou essa percepção.

Diante do exposto, cabe destacar que a maioria dos acolhidos considera a qualidade da alimentação adequada. No entanto, o fato de 4 delas não apresentarem a mesma percepção merece atenção, levando-se em conta o direito básico à alimentação de qualidade, especialmente em serviço prestado com financiamento público.

Tabela 155: Qualidade da alimentação para os acolhidos

	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos consideram a qualidade da alimentação adequada	31	83,8
A maioria dos acolhidos considera a qualidade da alimentação adequada	2	5,4
Uma minoria de acolhidos considera a qualidade da alimentação adequada	3	8,1
Nenhum acolhido considera a qualidade da alimentação adequada	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Quanto aos relatos monitores sobre a qualidade da alimentação nas entidades, nos casos em que “a maioria”, “a minoria” ou “nenhum” acolhido considera a qualidade da alimentação adequada, pode-se dizer que o fato esteja relacionado à percepção sobre o excesso de alimentos processados ou à não existência de carne vermelha no cardápio.

Outros depoimentos indicam que, às vezes, não há proteína nas duas refeições ou a qualidade, ou mesmo a quantidade, da proteína não é compatível com as necessidades. No entanto, vale ressaltar que em apenas 1 instituição nenhum acolhido avalia a qualidade da alimentação adequada, o que demonstra uma preponderância de uma boa aderência aos cardápios das entidades.

Segundo o Ministério da Saúde (2014), às necessidades calóricas e o número de refeições de uma pessoa ou de um grupo humano específico divergem segundo uma série de variáveis. Nesse sentido, deve ser estabelecido um intervalo de 3 a 6 refeições por dia como quantidades a serem observadas como padrões.

Em face disso, a **Tabela 156** expressa as informações coletadas nas rodas de conversa, a respeito do número de refeições oferecidas diariamente nas instituições de acolhimento.

Tabela 156: Frequência de refeições diárias oferecidas

	Frequência	Porcentagem
3 refeições	1	2,7
4 refeições	29	78,38
5 ou mais refeições	7	18,92
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Verifica-se que a maioria das instituições, 29 (78,38%), oferece 4 refeições diárias. Por sua vez, outras 7 (18,92%) distribuem 5 ou mais refeições no mesmo período. Em apenas 1 (2,7%), há a oferta de 3 refeições por dia. Esses dados revelam que, mesmo que uma minoria indique, com base nas

análises do indicador anterior, que a porção alimentar não seja adequada, a totalidade dos acolhidos denota que, no que tange à variável “*quantidade de refeições*”, há adequação às diretrizes traçadas pelo Ministério da Saúde.

Quanto ao número de refeições oferecidas nas instituições de acolhimento, os dados obtidos por meio das rodas de conversa com os acolhidos indicam que, em 32 entidades (86,5%), todos os acolhidos consideram a quantidade de alimentação adequada. Em 3 (8,1%), a maioria dos acolhidos compartilha dessa avaliação. Em 1 instituição (2,7%), apenas uma minoria considerou a quantidade adequada, enquanto em outra (2,7%) nenhum acolhido manifestou essa percepção (**Tabela 157**)

Tabela 157: Quantidade de refeições oferecidas aos acolhidos

	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos consideram a quantidade da alimentação adequada	32	86,49
A maioria dos acolhidos considera a quantidade da alimentação adequada	3	8,11
Uma minoria de acolhidos considera a quantidade da alimentação adequada	1	2,7
Nenhum acolhido considera a quantidade da alimentação adequada	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.4 Trabalho

Segundo informações coletadas, em 36 das 37 entidades monitoradas (97,3%), nenhum acolhido relatou ter saído para vender produtos em vias públicas em nome da instituição. Porém, em 1 (2,7%), uma minoria dos acolhidos declarou já ter participado de atividades desse tipo (**Tabela 158**).

Tabela 158: Acolhidos que venderam produtos em vias públicas em nome da entidade

	Frequência	Porcentagem
Uma minoria de acolhidos já saiu, em algum momento, para vender em vias públicas algum produto para a entidade	1	2,7
Nenhum acolhido saiu para vender em vias públicas algum produto para a entidade	36	97,3
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Referentemente aos relatos dos monitores sobre a referida atividade, apenas “*uma minoria*” dos acolhidos faz essa atividade. Vale pontuar que a prática está relacionada com a venda de produtos produzidos pelos próprios acolhidos, na panificação existente no espaço. Quanto a outros relatos, há menções não da venda de produtos, mas do estímulo à mendicância em vias e comércios por doação de comida, em função do baixo estoque de alimentos na entidade. Constata-se, diante disso, que tal prática precisa ser acompanhada e coibida pelo Depad, considerando que configura violação de direitos do acolhido, podendo comprometer o processo terapêutico de superação da dependência.

Ainda em relação a outras atividades laborais, com a utilização da força de trabalho dos acolhidos pela entidade de acolhimento, foi apurado nas rodas de conversa o uso dessa prerrogativa para serviços particulares fora da instituição. Em 35 delas (94,6%), “nenhum acolhido em algum momento saiu da entidade para executar serviços particulares”. Diferentemente, em outras 2 (5,4%), uma minoria já realizou.

Tabela 159: Acolhidos que realizaram serviços particulares fora da entidade

	Frequência	Porcentagem
Uma minoria de acolhidos já saiu da entidade, em algum momento, para executar serviços particulares	2	5,4
Nenhum acolhido já saiu da entidade, em algum momento, para executar serviços particulares	35	94,6
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Nas 2 entidades em que “uma minoria” de acolhidos já saiu da entidade, em algum momento, para executar serviços particulares, os relatos dos monitores indicam que eles preferem realizar atividades externas do que resolver as demandas internas das instituições. Algumas respostas sobre saída estão relacionadas à aprendizagem de profissões e à imersão em contextos de trabalho, sendo classificados como voluntários. Outras duas declarações, no entanto, demandam atenção, uma vez que dizem respeito à discordância sobre a prestação de serviços nas entidades de forma obrigatória. Numa delas, por exemplo, a acolhida declarou ter sido “punida” com prestação de serviços domésticos à responsável técnica da instituição.

2.5 Contenção Física e/ou por Medicamento

As informações coletadas nas rodas de conversa indicam que, na quase totalidade das instituições acolhedoras (97,3%), em 36, nenhum acolhido foi, em algum momento, contido fisicamente ou por meio de medicamentos. Em (2,7%), ou seja, em 1 instituição, uma minoria já passou por algum tipo de contenção, seja física ou medicamentosa (Tabela 160).

Tabela 160: Acolhidos contidos fisicamente ou por medicamentos

	Frequência	Porcentagem
Uma minoria de acolhidos já foi contida, em algum momento, fisicamente ou por medicamentos	1	2,7
Nenhum acolhido já foi contido, em algum momento, fisicamente ou por medicamentos	36	97,3
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas(2025).

Cumprir notar que na unidade em que “uma minoria” dos acolhidos revela ter sido contida em algum momento, os relatos dos monitores indicam que duas acolhidas foram isoladas e contidas em

um momento e distúrbio interno, incluindo o uso da força por parte da equipe da instituição. Essa eventualidade diz respeito à necessidade de manutenção da ordem e disciplinas necessárias às entidades e ao processo de superação da dependência.

E, no que se refere a atendimento psicológico, os dados do monitoramento indicam que a ampla maioria das entidades de acolhimento oferece esse benefício aos acolhidos. Em 31 instituições (83,8%), todos recebem esse acompanhamento, o que representa um resultado positivo e demonstra a centralidade do cuidado em saúde mental no processo de acolhimento. No entanto, chama ainda mais atenção o grupo de 3 entidades (8,1%) onde nenhum acolhido recebe esse tipo de atendimento.

Tabela 161: Atendimento psicológico oferecido aos acolhidos (dentro ou fora da entidade)

	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos recebem atendimento psicológico	31	83,8
Uma minoria de acolhidos recebe atendimento psicológico	3	8,1
Nenhum acolhido recebe atendimento psicológico	3	8,1
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Os relatos dos monitores revelam um conjunto de configurações entre as entidades em que “uma minoria” ou “nenhum” acolhido teve acesso a serviço de atendimento psicológico. Em algumas, o serviço é oferecido sob demanda, na instituição ou na rede conveniada, a partir da solicitação dos acolhidos. Em alguns casos, os acolhidos que não tiveram acesso ao serviço oferecido chegaram recentemente à entidade.

Sobre a frequência desse tipo de atendimento nas entidades (Tabela 162), tivemos apenas a resposta de 34 entidades dentre as 37. Desse total, observa-se uma predominância de serviços com regularidade semanal ou superior a isso. Em 14 delas (41,2%), os acolhidos recebem atendimento semanalmente, enquanto em 9 (26,5%) esse suporte ocorre mais de uma vez por semana. Juntas, essas duas categorias representam 67,7% das instituições, o que evidencia uma prática consistente de acompanhamento psicológico intensivo.

Além disso, em 3 unidades (8,8%), o atendimento ocorre de forma quinzenal, assim como em 3 (8,8%) com realização mensal. Os relatos dos monitores revelam que, em algumas, o atendimento é mensal, mas pode ser adiantado sob demanda dos acolhidos.

Por outro lado, um ponto de atenção se encontra nas 5 entidades (14,7%) em que o atendimento psicológico ocorre com intervalos superiores a um mês. Nesse caso, essa assistência é prestada tanto nas unidades de acolhimento quanto na rede pública conveniada.

Tabela 162: Frequência de atendimento psicológico aos acolhidos, considerando as entidades onde tal serviço é oferecido

	Frequência	Porcentagem
Mais de uma vez por semana	9	26,5
Semanalmente	14	41,2
Quinzenalmente	3	8,8
Mensalmente	3	8,8
Maior do que um mês	5	14,7
Total	34	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere ao atendimento social, conforme apresentado na **Tabela 163**, seja ele realizado no âmbito da própria entidade ou por meio de serviços externos, as informações coletadas indicam que, em 32 instituições (86,49%), todos os acolhidos recebem esse tipo de atendimento. Em 3 instituições (8,11%), verificou-se que nenhum acolhido teve acesso a esse serviço. Por outro lado, em 1 instituição (2,7%), a maioria dos acolhidos é contemplada com atendimento social, enquanto, em outra (2,7%), apenas uma minoria recebe esse tipo de assistência.

Tabela 163: Atendimento social oferecido aos acolhidos (dentro ou fora da entidade)

	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos recebem atendimento social	32	86,49
A maioria dos acolhidos recebe atendimento social	1	2,7
Uma minoria de acolhidos recebe atendimento social	1	2,7
Nenhum acolhido recebe atendimento social	3	8,11
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Quanto aos relatos em relação à oferta de atendimento social nas entidades onde “a maioria”, “uma minoria” ou “nenhum acolhido” indicou não ter sido oferecido o serviço, não foram identificadas observações dos monitores. Cabe registrar que, muitas vezes, a própria compreensão do que sejam esse atendimento e o profissional que o presta dificulta o posicionamento coerente dos acolhidos em relação à questão.

Ainda no que concerne ao atendimento social, quando o tema da pergunta se referia à sua frequência (Tabela 164), a informação coletada nas rodas de conversa aponta que em 13 (38,24%) delas, o atendimento ocorre mais de uma vez por semana. Em 10 (29,41%), é maior do que um mês. Já em 8 instituições (23,53%), ocorre semanalmente. E, quanto ao intervalo de atendimento mensal, foi verificado em 2 instituições (5,88%). Por fim, em 1 (2,94%) a frequência era quinzenal. Mesmo diante desses números, é importante ressaltar que a frequência do serviço está relacionada à demanda dos acolhidos.

Tabela 164: Frequência de atendimento social aos acolhidos, considerando as entidades em que tal serviço é oferecido

	Frequência	Porcentagem
Mais de uma vez por semana	13	38,24
Semanalmente	8	23,53
Quinzenalmente	1	2,94
Mensalmente	2	5,88
Maior do que um mês	10	29,41
Total	34	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere aos relatos dos monitores acerca da frequência do atendimento social, foi possível identificar que nas entidades em que o atendimento ocorre com espaço de um mês ou mais, a assistência é realizada pela rede CRIAS/SUAS. Em outros casos, isso acontece sob demanda, considerando a necessidade dos acolhidos de acesso a serviços de assistência social.

2.6 Privacidade e Acomodações

Também o direito à privacidade e à individualidade no ambiente do convívio das unidades acolhedoras foi levantado nas rodas de conversa.

Tabela 165: Privacidade dos acolhidos (vestuário, corte de cabelo e objetos pessoais)

	Frequência	Porcentagem
É assegurada entre todos os acolhidos a privacidade (uso de vestuário, corte de cabelo e objetos pessoais próprios)	34	91,9
É assegurada entre a maioria dos acolhidos a privacidade (vestuário, corte de cabelo e objetos pessoais próprios)	1	2,7
É assegurada entre uma minoria dos acolhidos a privacidade (vestuário, corte de cabelo e objetos pessoais próprios)	1	2,7
A nenhum acolhido é assegurada a privacidade (uso de vestuário, corte de cabelo e objetos pessoais próprios)	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Em 34 instituições (91,9%), todos os acolhidos têm assegurada a privacidade, abrangendo o uso de vestuário, corte de cabelo e objetos pessoais. Em 1 instituição (2,7%), a privacidade é garantida à maioria dos acolhidos, enquanto em outra (2,7%) é assegurada apenas à minoria. Por fim, em outra (2,7%), nenhum acolhido dispõe dessa garantia.

Quanto aos relatos dos monitores sobre as entidades em que a “uma minoria” ou a “nenhum” acolhido é garantida a privacidade, são descritos casos de controle do tipo de vestimenta a partir de um recorte moral imposto na instituição. Além disso, também existe um código de conduta em

relação ao tamanho do cabelo e da barba dos homens. Entretanto, não foram verificados relatos de violações, considerando que as situações descritas foram motivadas a partir das regras internas das entidades.

2.7 Visitas

Os dados demonstram que, na grande maioria das entidades, os acolhidos mantêm contato presencial com familiares ou amigos durante o período de acolhimento. Em 30 instituições (81,1%), por exemplo, todos os acolhidos recebem visitas, o que reforça a importância atribuída ao vínculo familiar e ao suporte afetivo como parte integrante do processo terapêutico. Em outras 6 (16,2%), apenas a maioria recebe, enquanto em 1 (2,7%) esse contato é restrito a uma minoria dos usuários.

Em face ao exposto, é preciso que as entidades busquem estratégias para fortalecer os vínculos familiares, considerando sua importância na superação da dependência.

Tabela 166: Visitas de familiares e/ou amigos aos acolhidos

	Frequência	Porcentagem
Todos os acolhidos recebem visita de familiares e/ou amigos	30	81,1
A maioria dos acolhidos recebe visita de familiares e/ou amigos	6	16,2
Uma minoria dos acolhidos recebe visita de familiares e/ou amigos	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Em relação à frequência dessas visitas nas unidades onde elas ocorrem, destaca-se que em 17 instituições (45,94%) a periodicidade é mensal. Em 14 (37,84%), quinzenal. Por sua vez, em 6 (16,22%) elas ocorrem semanalmente.

Tabela 167: Frequência das visitas de familiares e/ou amigos, considerando as entidades em que os acolhidos recebem visitas

	Frequência	Porcentagem
Semanalmente	6	16,22
Quinzenalmente	14	37,84
Mensalmente	17	45,94
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.8 Religião

As informações coletadas apontam que, em 31 instituições (83,9%), há percepção de liberdade religiosa. No entanto, em 6 delas (16,2%), não, conforme declarações dos atendidos.

Tabela 168: Liberdade religiosa dos acolhidos na entidade de acolhimento

	Frequência	Porcentagem
Sim	31	83,9
Não	6	16,2
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Sobre os relatos dos relatos dos monitores nas unidades em que não há percepção da liberdade religiosa, os acolhidos foram pressionados a aderir a orientação cristã, especialmente evangélica, geralmente em função da orientação ideológica e do projeto terapêutico das entidades. Nesse sentido, tanto a imposição de uma nova fé quanto o impedimento de exercício da preexistente revela violação dos direitos dos acolhidos, especialmente considerando que alguns acolhidos revelaram a existência de punições para quem não participa das atividades religiosas das instituições.

2.9 Reincidência

Em 26 entidades (70,3%), um grupo de 1 e 10 acolhidos encontrava-se na instituição pela segunda vez ou mais. Já em outras 5 (13,5%), eles não haviam sido previamente atendidos pela entidade. Também em outras 5 unidades (13,5%), entre 11 e 20 acolhidos estavam nessa situação. Adicionalmente, em 1 unidade (2,7%), de 21 a 30 deles já haviam passado, duas ou mais vezes, pela instituição.

Vale notar que o elemento mais importante a apontar é que entre as 37 entidades monitoradas, somente em 13,5% delas não foram identificados acolhidos que não haviam estado naquele espaço em momento anterior.

Tabela 169: Acolhidos que estão na entidade pela segunda vez ou mais

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhum)	5	13,5
De 1 a 10	26	70,3
De 11 a 20	5	13,5
De 21 a 30	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Em relação a passagens por outras entidades de acolhimento (duas ou mais) e, considerando especificamente o intervalo temporal que compreende os últimos 5 anos (**Tabela 170**), constatou-se que em 29 instituições (78,4%), uma quantidade de 1 a 10 acolhidos já havia passado pela situação.

Em 6 (16,2%), entre 11 e 20 acolhidos já haviam recebido atendimento, nos últimos 5 anos, em duas ou mais instituições. Já em 1 (2,7%), nenhum acolhido estava nessa situação, porém em outra (2,7%), entre 21 e 30 acolhidos já haviam passado por duas ou mais unidades de acolhimento durante esse intervalo temporal.

Tabela 170: Acolhidos que passaram por duas ou mais entidades de acolhimento nos últimos 5 anos

	Frequência	Porcentagem
0	1	2,7
De 1 a 10	29	78,4
De 11 a 20	6	16,2
De 21 a 30	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.10 Distribuição das Vagas

Uma modalidade de vaga refere-se à de “Mãe Nutriz”. Vagas desse tipo são destinadas a acolher mães nutrizes em entidades de acolhimento, ou seja, mães e seus filhos recém-nascidos até um ano de idade, oportunizando que permaneçam juntos para receberem suporte no período de amamentação e cuidados com o bebê. Visam, portanto, proteger a saúde e o bom desenvolvimento da criança, garantindo a amamentação e o cuidado materno.

Segundo o monitoramento, em 36 instituições (97,3%) não se identificou oferta de vagas para essa modalidade. Somente em única unidade terapêutica (2,7%), havia disponível 1 vaga (**Tabela 171**).

Tabela 171: Vagas para mães nutrizes

	Frequência	Porcentagem
0	36	97,3
1	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Em relação às vagas para adultos do sexo masculino, em 11 instituições (29,7%) a oferta situava-se entre 21 e 30. A faixa de 11 a 20 vagas estava disponível em 7 instituições (18,9%), enquanto de 31 a 50 eram oferecidas por 6 unidades (16,2%). Outras 6 instituições (16,2%) reservaram 50 vagas para esse público. Já em 5 instituições (13,5%), a oferta correspondia a uma quantidade de 1 a 10 vagas, e em 2 instituições (5,4%) não havia alguma disponível para adultos masculinos.

Tabela 172: Vagas destinadas ao público adulto masculino

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	2	5,4
De 1 a 10	5	13,51
De 11 a 20	7	18,92
De 21 a 30	11	29,73
De 31 a 50	6	16,22
Mais de 50	6	16,22
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere às vagas destinadas a adultos do sexo feminino, 34 instituições de acolhimento não oferecem esse tipo de vaga. Em contrapartida, 2 (5,4%) disponibilizam entre 1 e 10, enquanto 1 instituição (2,7%) oferece de 11 a 20 (Tabela 173).

Tabela 173: Vagas destinadas ao público adulto feminino

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	34	91,89
De 1 a 10	2	5,4
De 11 a 20	1	2,7
De 21 a 30	0	0
De 31 a 50	0	0
Mais de 50	0	0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Do total de 37 entidades, em 34 (91,9%) não há vagas ofertadas para a população adulta do gênero feminino. Portanto, somente 3 delas oferecem-nas. Apesar disso, o anuário apresenta a capacidade de vagas para 2 entidades, e não 3. Entre elas, 1 tem capacidade total do público adulto feminino de 20 acolhidas, enquanto a outra de 45 (Tabela 174)

Tabela 174: Capacidade total do público adulto feminino na entidade

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	35	94,6
De 1 a 10	0	0
De 11 a 20	1	2,7
De 21 a 30	0	0
De 31 a 50	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Observou-se também que, nas 2 entidades com capacidade total de adulto feminino diferente de zero, ambas apresentavam entre 1 e 10 vagas ocupadas na data da visita do monitoramento (**Tabela 175**).

Tabela 175: Vagas para o público adulto feminino ocupadas na entidade na data da visita

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	35	94,6
De 1 a 10	2	5,4
De 11 a 20	0	0
De 21 a 30	0	0
De 31 a 50	0	0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Na sequência, as **Tabelas 176, 177, 178 e 179** apresentam a distribuição das vagas conforme os contratos destinados à população adulta do sexo feminino. No que se refere às 2 instituições de acolhimento que atendem esse público, verifica-se a seguinte configuração: a) ambas possuem vagas contratadas e ocupadas pela União (Depad); b) 1 instituição dispõe de vagas contratadas e ocupadas pelo Estado; c) nenhuma apresenta vagas contratadas e ocupadas pelo Município; d) e ambas contam com vagas contratadas e ocupadas de forma particular.

Tabela 176: Vagas destinadas ao público adulto feminino contratadas/ocupadas por órgão: União (Depad)

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	35	94,6
De 1 a 10	1	2,7
De 11 a 20	1	2,7
De 21 a 30	0	0
De 31 a 50	0	0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Tabela 177: Vagas destinadas ao público adulto feminino contratadas/ocupadas por órgão: Estado

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	36	97,3
De 1 a 10	0	0
De 11 a 20	0	0
De 21 a 30	1	2,7
De 31 a 50	0	0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Tabela 178: Vagas destinadas ao público adulto feminino contratadas/ocupadas por órgão: Município

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	37	100
De 1 a 10	0	0
De 11 a 20	0	0
De 21 a 30	0	0
De 31 a 50	0	0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Tabela 179: Vagas destinadas ao público adulto feminino contratadas/ocupadas por órgão: Particular

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	35	94,6
De 1 a 10	2	5,4
De 11 a 20	0	0
De 21 a 30	0	0
De 31 a 50	0	0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere às vagas destinadas a adultos do sexo masculino, os dados apresentados na **Tabela 180** indicam que a maior parte das instituições, 18 (48,7%), possui capacidade superior a 50 vagas, evidenciando que esse público é o mais amplamente contemplado. Em seguida, observa-se um grupo composto por 10 instituições (27,0%), com capacidade entre 31 e 50 vagas, e por 5 instituições (13,5%), que comportam entre 21 e 30 acolhidos. No extremo inferior da distribuição, 2 instituições (5,4%) apresentam capacidade de 11 a 20 vagas, enquanto outras 2 (5,4%) declararam não dispor de vagas para esse público.

Tabela 180: Capacidade total de adultos masculinos na entidade

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	2	5,41
De 1 a 10	0	0
De 11 a 20	2	5,41
De 21 a 30	5	13,5
De 31 a 50	10	27,03
Mais de 50	18	48,65
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Adicionalmente, as **Tabelas 181, 182, 183 e 184** apresentam a distribuição das vagas conforme os contratos (União, Estado, Município e Particular) destinados à população adulta do sexo masculino. Das 37 instituições que atendem esse público, 2 não possuem vagas contratadas pela União, por meio do Depad. Entre as 35 instituições com vagas contratadas, observa-se a seguinte distribuição: 5 instituições (13,5%) dispõem de 1 a 10 vagas; 8 (21,6%) oferecem de 11 a 20 vagas; 11 (29,7%) contam com um número de 21 a 30 vagas; 5 (13,5%) possuem de 31 a 50 vagas; e, por fim, 6 instituições (16,2%) dispõem de mais de 50 vagas contratadas pela União.

Tabela 181: Vagas contratadas para o público adulto masculino na entidade: União (Depad)

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	2	5,4
De 1 a 10	5	13,5
De 11 a 20	8	21,6
De 21 a 30	11	29,7
De 31 a 50	5	13,5
Mais de 50	6	16,2
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Em relação às vagas contratadas pelo Estado: a) 26 (70,3%) entidades não as oferecem; b) 3 (8,1%) oferecem entre 1 e 10; c) 1 (2,7%) entre 11 e 20; d) 2 (5,4%) entre 21 e 30 vagas; e) 4 (10,8%) entre 31 e 50 vagas; f) e, por fim, em 1 (2,7) instituição, há mais de 50 vagas (**Tabela 182**).

Tabela 182: Vagas contratadas para o público adulto masculino na entidade: Estado

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	26	70,3
De 1 a 10	3	8,1
De 11 a 20	1	2,7
De 21 a 30	2	5,4
De 31 a 50	4	10,8
Mais de 50	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Sobre as vagas contratadas pelo Município: a) 33 (89,2%) entidades não as oferecem; b) 1 (2,7%) oferece entre 1 e 10 vagas; c) 2 (5,4%) entre 11 e 20; d) e, por fim, 1 (2,7%) entidade oferece entre 31 e 50 vagas (**Tabela 183**).

Tabela 183: Vagas contratadas para o público adulto masculino na entidade: Município

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	33	89,2
De 1 a 10	1	2,7
De 11 a 20	2	5,4
De 21 a 30	0	0
De 31 a 50	1	2,7
Mais de 50	0	0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Em relação às vagas contratadas de forma Particular: a) 10 (27,0%) entidades não as oferecem; b) 4 (10,8%) oferecem entre 1 e 10; c) 9 (24,3%) entre 11 e 20; d) 8 (21,6%) entre 21 e 30; e) 4 (10,8%) entre 31 e 50 vagas; f) e, por fim, em 2 (5,4) entidades há mais de 50 vagas (**Tabela 184**).

Tabela 184: Vagas contratadas para o público adulto masculino na entidade: Particular

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	10	27,0
De 1 a 10	4	10,8
De 11 a 20	9	24,3
De 21 a 30	8	21,6
De 31 a 50	4	10,8
Mais de 50	2	5,4
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

E, no que tange às vagas para mãe nutriz, estas são disponibilizadas em somente 1 (2,7%) das 37 entidades. Nela, verifica-se a disponibilidade de 2 vagas ([Tabela 185](#)).

Tabela 185: Capacidade total de mãe nutriz na entidade

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	36	97,3
De 1 a 10	1	2,7
De 11 a 20	0	0
De 21 a 30	0	0
De 31 a 50	0	0
Mais de 50	0	0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Considerando a única instituição, entre as 37 analisadas, que oferece essa modalidade de vaga, verificou-se a seguinte configuração: a) 1 vaga contratada e ocupada por meio de contrato com a União (Depad); b) nenhuma vaga contratada e ocupada por contratos firmados com as esferas estadual ou municipal; c) e 1 vaga contratada e ocupada por meio de contrato particular. Essas informações serão apresentadas nas [Tabelas 186, 187, 188, 189 e 190](#).

Tabela 186: Vagas contratadas para o público de mãe nutriz: União (Depad)

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	36	97,3
De 1 a 10	1	2,7
De 11 a 20	0	0
De 21 a 30	0	0
De 31 a 50	0	0
Mais de 50	0	0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Tabela 187: Vagas contratadas para o público de mãe nutriz: Estado

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	37	100
De 1 a 10	0	0
De 11 a 20	0	0
De 21 a 30	0	0
De 31 a 50	0	0
Mais de 50	0	0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Tabela 188: Vagas contratadas para o público de mãe nutriz: Município

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	37	100
De 1 a 10	0	0
De 11 a 20	0	0
De 21 a 30	0	0
De 31 a 50	0	0
Mais de 50	0	0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Tabela 189: Vagas contratadas para o público de mãe nutriz: Particular

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	36	97,3
De 1 a 10	1	2,7
De 11 a 20	0	0
De 21 a 30	0	0
De 31 a 50	0	0
Mais de 50	0	0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.1 Características da Instituição

Nesta seção, serão apresentadas algumas características gerais das entidades de acolhimento, a começar pela sua localização geográfica. A maioria daquelas abarcadas por este monitoramento está localizada na área rural dos municípios (59,5%), conforme **Tabela 190**.

Tabela 190: Localização da entidade de acolhimento

	Frequência	Porcentagem
Urbana	15	40,5
Rural	22	59,5
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

E, no que diz respeito à relação ao acesso à internet de banda larga, todas as entidades de acolhimento (100%) afirmaram possuir acesso (**Tabela 191**).

Tabela 191: Acesso à internet banda larga

	Frequência	Porcentagem
Sim	37	100
Não	0	0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Quanto à existência de controle administrativo informatizado, observa-se que a maior parte das instituições, 32 (86,5%), adota um controle parcialmente informatizado. Em 4 (10,8%), os procedimentos são totalmente manuais, enquanto 1 (2,7%) apresenta controle totalmente informatizado (**Tabela 192**).

Tabela 192: Forma de controle administrativo na instituição (informatizado ou manual)

	Frequência	Porcentagem
Totalmente informatizado	1	2,7
Parcialmente informatizado (combinado com controles manuais)	32	86,49
Totalmente manual	4	10,81
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

E, com relação à adequação aos requisitos locais para funcionamento, constatou-se que 31 (83,8%) entidades possuíam alvará para funcionamento e dentro da vigência de validade na ocasião da resposta ao formulário. Já 4 delas (10,8%) informaram não possuir o referido documento. Outras 2 entidades (5,4%) possuíam alvará, mas com prazo de vigência expirado.

Os relatos dos monitores indicam que, para os casos em que o alvará estava vencido, não foram encontrados formulários ou documentos que sintetizassem pedidos de renovação. Esse quadro, resalte-se, revela a necessidade de atenção do Depad em relação a essa configuração.

Tabela 193: Alvará de funcionamento

	Frequência	Porcentagem
Sim e está vigente	31	83,8
Sim, mas não está vigente	2	5,4
Não	4	10,8
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Em relação às 4 entidades sem alvará de funcionamento, 2 não apresentaram qualquer observação sobre esse fato. Por sua vez, 1 argumentou que, de acordo com o art. do Decreto 625/2015, sua atividade é dispensada da obtenção desse documento, podendo iniciar seu funcionamento logo após o seu registro no órgão de constituição, bem como de sua inscrição municipal. Por fim, outra apresentou um alvará com endereço desatualizado e validade até 06/04/2023, e não foi apresentado requerimento para sua renovação.

Referentemente ao Alvará Sanitário, conforme **Tabela 194**, verificou-se que a maioria das entidades monitoradas (28 unidades ou 75,7%) possuía o documento em vigência no momento da coleta realizada pelos monitores. Porém, 5 (13,5%), não possuíam. Já em outras 4 (10,8%), a autorização não estava vigente. E, sobre essas situações, é importante destacar que, para a contratação de vagas pelo Depad, a instituição de acolhimento deve, obrigatoriamente, possuir o referido documento.

Tabela 194: Alvará Sanitário

	Frequência	Porcentagem
Sim e está vigente	28	75,7
Sim, mas não está vigente	4	10,8
Não	5	13,5
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Segundo os dados coletados, 27 entidades (73%) afirmaram que possuem alvará em vigência. Outras 5 (13,5%) alegaram não possuir o documento, uma vez que a legislação local não o exige. Por sua vez, 3 instituições (8,1%) informaram que não possuem alvará do Corpo de Bombeiros, apesar da exigência legal. Enquanto isso, em 2 (5,4%) o documento existe, mas não está vigente.

Tabela 195: Alvará do Corpo de Bombeiros

	Frequência	Porcentagem
Sim e está vigente	27	73
Sim, mas não está vigente	2	5,4
Alvará dispensado pela legislação local	5	13,5
Não	3	8,1
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Quanto às práticas de retenção de documentos pessoais e/ou de cartões de benefícios das pessoas acolhidas, 23 (62,2%) entidades responderam que assim procedem, enquanto 14 (37,8%) alegaram não adotar essa prática (Tabela 196).

Tabela 196: Retenção de documentos pessoais e/ou cartões de benefícios dos acolhidos pela entidade

	Frequência	Porcentagem
Sim	14	37,8
Não	23	62,2
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Especificamente dentre as 14 instituições de acolhimento que apontaram reter documentos ou cartões de benefícios das pessoas acolhidas, 10 (71,4%) afirmam que o procedimento ocorre a partir de um pedido formal da pessoa acolhida. Enquanto isso, em 4 (28,6%) a retenção acontece sem formalização de pedido (Tabela 197).

Tabela 197: Pedido formal do acolhido para retenção de documentos ou cartões, considerando as entidades que realizam a retenção

	Frequência	Porcentagem
Sim	10	71,4
Não	4	28,6
Total	14	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre as 4 entidades que responderam reter os documentos dos acolhidos sem um pedido formal, observou-se que 1 não apresentou justificativa alguma para esse fato. Em outra, o representante informou que, preliminarmente a essa prática, ocorre um pedido verbal.

Por sua vez, o representante de uma 3ª instituição relatou que documentos e demais itens dos acolhidos são retidos, ressaltando a existência de uma lista, assinada pelo acolhido, onde são elencados os itens. Porém, não há um texto na lista, declarando que o acolhido deposita espontaneamente seus pertences no CT.

Além disso, a responsável técnica da 4ª entidade respondeu que realiza a retenção dos documentos sem autorização dos acolhidos. Ao ser questionada, alegou desconhecer a obrigatoriedade dessa autorização, demonstrando desconhecimento da Resolução 01, de agosto de 2025, do Conad.

Sobre a existência de cronograma das atividades diárias afixado em local visível, 34 instituições (91,9%) informaram haver uma rotina de atividades das pessoas acolhidas registrada em cronograma visível. Em contrapartida, 3 instituições (8,1%) declararam não possuir, conforme apresentado na **Tabela 198**.

Tabela 198: Cronograma das atividades diárias visível na entidade

	Frequência	Porcentagem
Sim	34	91,9
Não	3	8,1
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Por fim, no que concerne à participação na esfera pública (Tabela 199), 20 instituições (54,05%) afirmaram possuir inscrição em conselho estadual/municipal de políticas sobre drogas. Todavia, 5 (40,54%) declararam que não estão inscritas, enquanto 2 entidades (5,41%) responderam que não sabiam dessa possibilidade ou mesmo não reconheciam (NS/NR).

Tabela 199: Inscrição da entidade em conselho estadual/municipal de políticas sobre drogas

	Frequência	Porcentagem
Sim	20	54,05
Não	15	40,54
NS/NR	2	5,41
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Em relação à inscrição da entidade em outros conselhos, 13 entidades (35,14%) entidades informaram que participam de outros conselhos, enquanto para a maioria 22 (59,45%) a resposta foi não. Já em outras 2 (2,1%), a resposta foi NS/NR, como informa a **Tabela 200**.

Tabela 200: Inscrição da entidade em outros conselhos

	Frequência	Porcentagem
Sim	13	35,14
Não	22	59,45
NS/NR	2	5,41
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.12 Documentos institucionais, comprovantes e declarações

Quanto à existência de comprovantes de doações nas entidades, apenas 8 instituições apresentaram registros referentes a essa informação. Nas demais 29 instituições (78,4%), os formulários indicaram valores ausentes para essa questão. Entre as 8 instituições com respostas registradas, 6 (16,2%) possuíam comprovantes de doações, enquanto em 2 (5,4%) não apresentaram registros documentais a respeito.

Tabela 201: Comprovantes de doação encontrados na entidade

	Frequência	Porcentagem
Sim	6	16,2
Não	2	5,4
Valor ausente	29	78,4
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

E, no que tange a registro de comprovantes de contrapartidas financeiras que não foram identificadas como doações, em apenas 5 entidades houve inscrição dessa resposta. Para as demais 32, o formulário apresenta valores ausentes para essa questão. Cabe notar que, sobre os 5 registros realizados, os documentos pertinentes não foram apresentados ao monitor (Tabela 202).

Tabela 202: Comprovantes de contrapartida financeira encontrados nas entidades

	Frequência	Porcentagem
Sim	0	0
Não	5	13,5
Valor ausente	32	86,5
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à documentação, foi indagado ao responsável técnico da entidade acerca da existência de registro de declaração das pessoas em situação de acolhimento voluntário, na qual conste a concordância com o tratamento proposto. A partir de então, conforme Tabela 203, verificou-se que, nas 37 entidades de acolhimento (100%), houve o cumprimento de todas as condutas exigidas sobre esse documento.

Tabela 203: Declaração assinada pelos acolhidos, concordando com o tratamento e sua permanência voluntária

	Frequência	Porcentagem
Conforme	37	100
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

As entidades de acolhimento também foram questionadas sobre a existência de um projeto terapêutico como instrumento institucional que garanta coerência técnica, ética e legal para o seu funcionamento. Observou-se que 35 (94,6%) entidades possuíam tal assistência em conformidade com a legislação. Outras 2 (11,9%) informaram que o projeto existe, mas precisa de aprimoramentos.

Tabela 204: Existência do projeto terapêutico da entidade

	Frequência	Porcentagem
Conforme	35	94,6
A melhorar	2	5,4
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Quanto ao Contrato ou Estatuto Social da entidade, os dados registram que, entre as 37 entidades, 35 (94,6%) apresentam a documentação em conformidade com a exigência. Outras 2, ou 5,4%, estão em situação “a melhorar”, enquanto 1 está com o documento, e outra com necessidade de adequar o prazo do mandato da gestão, segundo o relato dos monitores.

Tabela 205: Contrato ou Estatuto Social

	Frequência	Porcentagem
Conforme	35	94,6
A melhorar	2	5,4
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

E, sobre a ata de eleição da diretoria ou outro órgão gestor da entidade de acolhimento, 35 entidades (ou 94,6%) responderam que o documento está “conforme”. Outras 2 (5,4%) relataram que há questões “a melhorar”, em função da necessidade de adequação do mandato da diretoria.

Tabela 206: Ata de eleição da diretoria atual ou órgão equivalente

	Frequência	Porcentagem
Conforme	35	94,6
A melhorar	2	5,4
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.13 Recursos humanos

Segundo informações coletadas, **todas as entidades, 37, ou 100%, contam com responsáveis técnicos de nível superior.**

Tabela 207: Manutenção de responsável técnico de nível superior

	Frequência	Porcentagem
Sim	37	100
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Outrossim, das 37 unidades terapêuticas, **34 (91,9%) mantêm um profissional substituto como responsável técnico de nível superior**, conforme **Tabela 208**.

Tabela 208: Manutenção de substituto para o responsável técnico de nível superior

	Frequência	Porcentagem
Sim	34	91,9
Não	3	8,1
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

E, ao se questionar se a instituição possuía profissionais que respondiam pelas questões operacionais durante todo o período de funcionamento da entidade de acolhimento, podendo ser o responsável técnico ou outra pessoa designada para tal fim, constatou-se a resposta “sim” nas 37 unidades, ou seja, em 100% delas (**Tabela 209**).

Tabela 209: Profissionais responsáveis pelas questões operacionais durante o funcionamento da entidade

	Frequência	Porcentagem
Sim	37	100
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Somado a isso, de todas as unidades que mantinham profissionais que respondiam pelas questões operacionais durante todo o período de funcionamento da entidade de acolhimento, em 20 delas (54,1 %) não possuíam **diplomas de nível superior**, enquanto que para a minoria, 17 entidades (45,9%), a resposta foi “sim”, possuíam (**Tabela 210**).

Tabela 210: Profissionais responsáveis pelas questões operacionais com curso superior

	Frequência	Porcentagem
Sim	17	45,9
Não	20	54,1
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

E, quando indagadas se possuíam equipe multidisciplinar em quantidade e com formação compatível às atividades oferecidas no programa de acolhimento, 34 instituições (91,3%) se qualificam como “conforme”, enquanto 2 (5,8%) estão na situação de “não conforme”, e outra (2,9%) está “a melhorar” (Tabela 211).

Tabela 211: Equipe multidisciplinar compatível com as atividades do programa de acolhimento

	Frequência	Porcentagem
Conforme	34	91,3
A melhorar	1	2,9
Não conforme	2	5,8
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Depreende-se, a partir dos relatos, que a maior parte da equipe é composta por monitores, com poucos profissionais capacitados para exercício das complexidades demandadas pelo trabalho nas entidades.

Ademais, quanto indagadas se promovem, de forma permanente, a qualificação dos membros da equipe que atuam no serviço, garantindo formação compatível com a função a ser executada, 28 instituições (75,67%) estão na condição de “conforme”, enquanto 7 (18,92%) estão “a melhorar” e as 2 restantes (5,41%) não estão em conformidade com essa demanda (Tabela 212).

Tabela 212: Qualificação permanente da equipe com ênfase na função exercida

	Frequência	Porcentagem
Conforme	28	75,67
A melhorar	7	18,92
Não conforme	2	5,41
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Os relatos dos monitores sobre tais entidades demonstram que não foram realizados cursos ou capacitações para toda a equipe, mas apenas para um dos membros da equipe. E, considerando que esse elemento é extremamente importante para a eficiência do serviço, é preciso ressaltar que as capacitações devem ser contínuas e voltadas para toda a equipe de trabalho.

Sobre a existência de escala de serviço ou outro mecanismo de controle da permanência dos profissionais na entidade, 28 (75,7%) das unidades monitoradas estão na condição em conformidade. Enquanto isso, 7 (18,9%) estão “a melhorar”. De aspecto distinto, estão outras 2 (5,4%), isto é, em desconformidade (**Tabela 213**).

Tabela 213: Controle de permanência dos profissionais na entidade

	Frequência	Porcentagem
Conforme	28	75,7
A melhorar	7	18,9
Não conforme	2	5,4
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Segundo dos monitores, as entidades não possuem escala fixa de serviço, mas somente relação de profissionais associados à comunidade e que ali exercem funções. Em um caso, consta que os horários são organizados apenas verbalmente, sem a materialização física do controle de permanência. Cumpre dizer que tal configuração prejudica o planejamento articulado das ações das instituições, comprometendo a eficácia do projeto terapêutico, levando-se em conta as diferentes atividades e a necessidade de profissionais capacitados para orientação.

Por fim, em relação à manutenção da ficha de registro de empregados, 26 unidades terapêuticas (70,27%) estão, segundo a **Tabela 214**, na condição de “conforme”, enquanto 9 (24,32%) “a melhorar”. Outras 2 (5,41%) estão em desconformidade.

Tabela 214: Manutenção de ficha de registro de empregados

	Frequência	Porcentagem
Conforme	26	70,27
A melhorar	9	24,32
Não conforme	2	5,41
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Cabe também pontuar, a partir dos relatos dos monitores, que alguns contratos de prestação de serviços ou voluntariado não foram apresentados (psicólogo, fisioterapeuta e psicanalista). Em um instituição, por exemplo, os documentos não estavam presentes na comunidade, mas estariam, infere-se, a partir das informações prestadas, na sede da entidade.

2.14 Plano de atendimento singular (PIA/PAS)

O Plano Individual de Atendimento (PIA) e o Plano de Atendimento Singular (PAS) são documentos fundamentais e individualizados, norteadores do tratamento de cada acolhido na unidade terapêutica. E, considerando sua grande relevância, nesta seção apresentaremos os dados beneficiários no monitoramento junto às entidades de acolhimento em que há vagas para acolhidos por meio da contratação da União pelo Depad, com o objetivo de compreender as questões concernentes ao cumprimento desses planos nesses espaços.

Em um primeiro momento, as instituições foram questionadas sobre o registro periódico do atendimento dispensado ao acolhido no PIA/PAS, bem como eventuais intercorrências clínicas (Tabela 215). Nesse caso, 35 (94,59%) delas estavam classificadas como “conforme” em relação aos planos, enquanto para outras 2 (5,41%) houve a necessidade de adequações, e nenhuma se apresentou em desconformidade.

Tabela 215: Cada acolhido possui PIA/PAS com o registro periódico do atendimento dispensado, bem como eventuais intercorrências clínicas são observadas, ressalvadas as de natureza sigilosa constante no art. 8º da Portaria MDS nº 926

	Frequência	Porcentagem
Conforme	35	5,41
A melhorar	2	94,59
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Como é possível notar, os dados revelam um alto índice de conformidade entre as instituições. Todavia, há de se atentar à pequena parcela que não atendeu aos requisitos.

Além disso, cabe pontuar que os relatos dos monitores indicam que, durante a leitura dos documentos, nas normas constava a proibição de “práticas de homossexualismo”. Revela-se, portanto, flagrante prática de homofobia, situação a ser atentamente observada pelo Depad com vistas à correção da incoerência.

Em um dos casos, o PIA/PAS dos acolhidos não estava adequadamente preenchido com as informações exigidas pelos parâmetros de conformidade documental. Em outras duas situações, os prontuários encontravam-se parcialmente preenchidos. Adicionalmente, em um caso o documento ainda estava dentro do prazo regulamentar de elaboração, enquanto em outro o prazo já havia expirado.

As informações dos acolhidos presentes no PIA/PAS também foram um ponto de questionamento aos responsáveis técnicos das unidades monitoradas (Tabela 216). E, no que diz respeito aos dados pessoais do indivíduo em acolhimento, em 100% dos casos, ou seja, em 37 instituições há conformidade quanto aos planos.

Tabela 216: No PIA/PAS, constam dados pessoais do acolhido

	Frequência	Porcentagem
Conforme	37	100
A melhorar	0	0,00
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Ainda sobre o PIA/PAS, outro tópico analisado diz respeito à indicação dos familiares ou de pessoas indicadas pelo acolhido, dos seus contatos e à evolução do vínculo familiar durante o período de acolhimento.

Tabela 217: No PIA/PAS, constam indicação dos familiares ou de pessoas indicadas pelo acolhido, os respectivos contatos, bem como a evolução do vínculo familiar durante o período de acolhimento

	Frequência	Porcentagem
Conforme	36	97,30
A melhorar	1	2,70
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Confere-se, a partir do que consta na **Tabela 217**, que 36 entidades (30%) apresentam-se em conformidade. Apenas 1 carece de melhoria nesse quesito, considerando que, a partir do relato dos monitores, não consta registro escrito sobre a participação da família na elaboração do referido documento.

Ainda no que se refere às informações contidas no PIA/PAS, agora sobre o histórico de acompanhamento psicossocial, abrangendo internações, acolhimentos e outras modalidades de tratamento, conforme **Tabela 218**, constam-se 33 (89,19%) entidades em conformidade com os requisitos. No entanto, em 3 (8,11%) há necessidade de adequações. E, por fim, em 1 (2,70%) a situação não está em conformidade.

Tabela 218: No PIA/PAS, consta histórico de acompanhamento psicossocial, incluindo eventuais internações, acolhimento e outras formas de tratamento

	Frequência	Porcentagem
Conforme	33	89,19
A melhorar	3	8,11
Não conforme	1	2,70
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Considerou-se ainda, junto aos responsáveis técnicos, a indicação de profissional de referência da equipe da instituição para o acompanhamento do acolhido no PIA/PAS. Para esse tópico, vale notar o que apresenta a **Tabela 219**.

Tabela 219: No PIA/PAS, consta indicação do profissional de referência da equipe da instituição para acompanhamento do acolhido

	Frequência	Porcentagem
Conforme	29	10,81
A melhorar	4	78,38
Não conforme	4	10,81
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Quanto a esse tópico, 29 (78,38%) unidades estão em conformidade com a exigência de nomear um profissional de referência para acompanhar o acolhido. E, embora a maioria das instituições demonstre a observância necessária, ainda há uma parcela significativa que necessita de adequação, visto que em 4 delas (10,81%) é preciso aperfeiçoamento, enquanto outras 4 (10,81%) não estão em conformidade. Não será excessivo afirmar que essa indicação é crucial para o acompanhamento individualizado e contínuo do acolhido.

E, no que se refere à informação constante no PIA/PAS sobre a(s) substância(s) psicoativa(s) utilizada(s) pelo acolhido que motivou(ram) sua inclusão no tratamento, 37 unidades terapêuticas, ou seja, 100%, estão em conformidade.

Tabela 220: No PIA/PAS, consta(m) qual(is) a(s) substância(s) psicoativa(s) utilizada pelo acolhido que motivou(ram) sua inclusão no tratamento

	Frequência	Porcentagem
Conforme	37	100
A melhorar	0	0,00
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Os responsáveis técnicos das entidades também foram questionados sobre as informações que constam no PIA/PAS em relação à motivação para o acolhimento (**Tabela 221**). Nesse contexto, 32 instituições (86,49%) estão em conformidade, enquanto outras 4 (10,81%) devem melhorar no que tange à inserção dessa informação. Todavia, 1 (2,70%) delas está em desconformidade quanto à referida orientação.

Tabela 221: No PIA/PAS, consta motivação para o acolhimento

	Frequência	Porcentagem
Conforme	32	86,49
A melhorar	4	10,81
Não conforme	1	2,70
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Outrossim, o monitoramento das entidades de acolhimento também revela que 26 de 37, ou seja, 70,27% das instituições estão em conformidade com as informações do PIA/PAS, conforme art. 12 da Resolução 01/2015 - Conad (Tabela 222). Essa regularidade inclui tanto a presença quanto a frequência de todas as atividades, como espiritualidade e autocuidado. Porém, 7 (18,92%) instituições foram classificadas como “a melhorar”, enquanto em desconformidade estão outras 4 (10,81%).

Tabela 222: No PIA/PAS, constam todas as atividades a serem exercidas pelo acolhido, dentre aquelas do art. 12 da Resolução 01/2015-Conad, e a frequência de suas realizações, de desenvolvimento da espiritualidade e de promoção do autocuidado

	Frequência	Porcentagem
Conforme	26	70,27
A melhorar	7	18,92
Não conforme	4	10,81
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Também se questionou os responsáveis técnicos das entidades sobre as informações do PIA/PAS referentes aos encaminhamentos dos acolhidos aos serviços da rede do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e de outros órgãos (Tabela 223).

Tabela 223: No PIA/PAS, constam todos os encaminhamentos do acolhido aos serviços da rede do SUS, SUAS e demais órgãos

	Frequência	Porcentagem
Conforme	30	81,08
A melhorar	4	10,81
Não conforme	3	8,11
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Em conformidade, estão 30 (81,08%) das unidades monitoradas, contrariamente de outras 3 (8,11%). Outras 4 (10,81%) foram descritas como “a melhorar”. E, apesar do elevado grau de conformidade geral, deve-se ressaltar que a articulação com a rede SUS, SUAS e demais órgãos permanece essencial.

Adicionado a esses tópicos até aqui apresentados, está o que faz referência aos encaminhamentos para a reinserção social, abrangendo projetos de educação, capacitação profissional e geração de trabalho e renda. Para esse caso, os técnicos das entidades foram indagados sobre a inclusão dessas informações a respeito no PIA/PAS.

Resumidamente, a **Tabela 224** revela que 23 (62,16%) das instituições estão em conformidade, enquanto 4 (10,81%) não estão. Somadas a essas, outras 10 (27,03%) necessitam de adequações.

Em linhas gerais, considerando a importância dos encaminhamentos visando à reinserção social, a taxa de 37,81% de não conformidade, ou mesmo a necessidade de melhoria, se apresenta como um indicador preocupante.

Tabela 224: No PIA/PAS, constam todos os encaminhamentos visando à reinserção social, incluídos os projetos de educação, capacitação profissional e geração de trabalho e renda

	Frequência	Porcentagem
Conforme	23	62,16
A melhorar	10	27,03
Não conforme	4	10,81
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Outro tópico analisado diz respeito às informações que constam no PIA/PAS, em relação à evolução do acolhimento, seus resultados e o planejamento de saída do acolhido. Segundo a **Tabela 225**, um total de 27 (72,97%) instituições está em conformidade. Já 1 delas (2,70%), não. Enquanto isso, outras 9 (24,32%) estão “a melhorar.”

Tabela 225: No PIA/PAS, constam evolução do acolhimento, seus resultados e o planejamento de saída do acolhido

	Frequência	Porcentagem
Conforme	27	72,97
A melhorar	9	24,32
Não conforme	1	2,70
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Prosseguindo, agora com informações referentes ao número de acolhidos em vagas da União com previsão de saída até três meses após o monitoramento, observa-se, conforme **Tabela 226**, que do total de 37 entidades, 6 (16,22%) responderam que não há acolhidos nessa situação. Todavia, 27 (72,98%) responderam que entre 1 e 10 acolhidos fazem uso dessas vagas.

Outras 3 (8,10%) unidades terapêuticas responderam que entre 11 e 20 acolhidos alocados nessas vagas têm previsão de saída até três meses após o monitoramento. Além disso, 1 (2,70%) afirmou

que entre 21 e 30 estão na mesma situação, caso semelhante em outras 3 (8,10%) instituições, entre 11 e 20 acolhidos, bem como outra com um contingente entre 21 e 30 acolhidos.

Tabela 226: Acolhidos em vagas da União com previsão de saída até três meses após o monitoramento

	Frequência	Porcentagem
0 (nenhuma)	6	16,22
De 1 a 10	27	72,98
De 11 a 20	3	8,10
De 21 a 30	1	2,70
De 31 a 50	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

E, quanto aos critérios de admissão, permanência e saída, os responsáveis foram indagados se o programa de acolhimento da instituição e o PIA/PAS têm a anuência prévia, por escrito, do acolhido. E, se houver, de seu familiar ou pessoa por ele indicada, conforme **Tabela 227**.

Tabela 227: Quanto aos critérios de admissão, permanência e saída, o programa de acolhimento da instituição e o PIA/PAS têm a anuência prévia, por escrito, do acolhido. E, se houver, de seu familiar ou pessoa por ele indicada

	Frequência	Porcentagem
Conforme	36	97,30
A melhorar	1	2,70
Não conforme	0	0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Como observado, em 36 (97,30%) entidades os critérios estão em conformidade. Note-se que apenas 1 (2,70%) está “a melhorar”, o que segundo o relato dos monitores, apresentou apenas um formulário sem a assinatura do acolhido, como também foi possível identificar que o prazo legal para elaboração do referido documento já havia expirado.

Além desse tópico, os responsáveis técnicos das entidades foram questionados se o acolhido e seu familiar/pessoa por ele indicada participam na construção e no cumprimento do PAS, observando o protagonismo do acolhido, o respeito e os diálogos, bem como os princípios norteadores do acolhimento, conforme Tabela 228.

Tabela 228: O acolhido e seu familiar/pessoa por ele indicada participam na construção e no cumprimento do PIS/PAS, observando o protagonismo do acolhido, o respeito e os diálogos, bem como os princípios norteadores do acolhimento

	Frequência	Porcentagem
Conforme	33	89,19
A melhorar	4	10,81
Não conforme	0	0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Os registros demonstram que, na maioria das entidades, ou seja, em 33 (89,19%), a construção e o cumprimento do PIS/PAS estão em conformidade. Todavia, 3 (10,81%) foram classificadas como “a melhorar”.

Sobre essas entidades, as observações dos monitores indicam que constam no plano apenas registros dos contatos dos familiares e relatos de visita. Não há, vale dizer, descrição detalhada sobre as formas de participação dos acolhidos na elaboração do documento.

Por fim, os responsáveis técnicos das entidades foram questionados se a elaboração do PIA/PAS é realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data do acolhimento. Das 37 instituições analisadas, conforme Tabela 229, também a maioria delas, isto é, um total de 33 (89,19%), está em conformidade. Já outras 4 (10,81%) estão “a melhorar”, enquanto nenhuma se apresentou na condição de “não conforme”.

Tabela 229: Elaboração do PIA/PAS no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do acolhimento, considerando as entidades responsáveis pelas questões operacionais durante o funcionamento da entidade

	Frequência	Porcentagem
Conforme	33	89,19
A melhorar	4	10,81
Não conforme	0	0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Cumprir notar que os relatos dos monitores indicam que as situações de não conformidade têm relação com a chegada recente dos beneficiários às entidades. Desse modo, estão ainda dentro do prazo previsto para apresentação do referido documento.

2.15 Protocolo de Admissão

As informações apresentados na **Tabela 230** indicam se a **admissão do acolhido na entidade é realizada mediante prévia avaliação médica diagnóstica**. Sobre esse tópico, a maioria das entidades monitoradas, 32 (86,49%), está na classificada como “conforme”. Outras 5 (13,51%) estão “a melhorar”, considerando o que é proposto pela RDC 29/2011, exigindo das instituições que o acolhimento só possa ser realizado mediante avaliação médica diagnóstica prévia.

Tabela 230: Admissão do acolhido mediante avaliação médica diagnóstica

	Frequência	Porcentagem
Conforme	32	86,49
A melhorar	5	13,51
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Outro aspecto em pauta diz respeito à **responsabilidade do técnico da instituição pelos medicamentos prescritos aos acolhidos**, o que é previsto na RDC 29/2011.

Tabela 231: Responsabilidade do técnico da instituição pelos medicamentos prescritos aos acolhidos

	Frequência	Porcentagem
Conforme	33	89,19
A melhorar	3	8,11
Não conforme	1	2,70
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 231**, a grande maioria das instituições, 33 (89,2%), atende a esse requisito. Outras 3 (8,11%) foram classificadas como “a melhorar”. Contudo, uma pequena porcentagem, 1 (2,70%), não cumpre com o que é proposto pela normativa referente à responsabilidade com o cuidado com os medicamentos prescritos aos acolhidos.

Nos casos “a melhorar”, observou-se que a responsabilidade pela medicação, embora formalmente atribuída a profissionais habilitados, é frequentemente compartilhada com outros membros da equipe, como monitores ou responsáveis técnicos. Em alguns contextos, esses colaboradores atuam no oferecimento ou na administração dos medicamentos em situações de ausência do técnico responsável, ainda que, em certos casos, apresentem capacitação oficial para essa função.

Também foi relatado que, quando o responsável técnico não está presente, outra pessoa designada por ele (como uma madrinha ou colaboradora de referência) assume o controle e a administração dos medicamentos, assegurando a continuidade do cuidado.

Sobre o caso descrito como “*não conforme*”, evidencia-se uma situação mais crítica. Nesse caso, cumpre observar, a responsabilidade pela medicação é assumida diretamente pelo gestor da unidade, e não pelo responsável técnico (RT).

Em relação ao armazenamento de medicamentos sujeitos a controle especial, questionou-se aos responsáveis técnicos da entidade se os fármacos estão guardados em armário fechado e com chave. Os dados apresentados na **Tabela 232** indicam que em grande maioria das instituições, ou seja, em 31 (83,78%), há conformidade. Todavia, 5 instituições (13,51%) estão classificadas como “*a melhorar*”, enquanto outra (2,70%) está em desconformidade.

Tabela 232: Todos os medicamentos sujeitos a controle especial estão guardados em armário fechado e com chave

	Frequência	Porcentagem
Conforme	31	83,78
A melhorar	5	13,51
Não conforme	1	2,70
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Somado a esses, está outro tópico também de grande relevância para o processo de atendimento. Desta vez, buscaram-se informações se todos os medicamentos possuem prescrição médica. Para esse caso, os dados apresentados na **Tabela 233** indicam que na quase totalidade das instituições, 36 (97,30%), todos os medicamentos possuem prescrição médica. Por sua vez, em 1 (2,70%) esse aspecto está a receber adequações.

Tabela 233: Todos os medicamentos possuem receita e/ou prescrição médica

	Frequência	Porcentagem
Conforme	36	97,30
A melhorar	1	2,70
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

E, quando questionados sobre a percepção de respeito à pessoa e à família, independente da etnia, credo religioso, ideologia, nacionalidade, orientação sexual, antecedentes criminais ou situação financeira, 36 (97,30%), entre os entrevistados, responderam que o respeito é mantido nas instituições, conforme informa a **Tabela 234**. Porém, 1 (2,70%) está “*a melhorar*”. Vale notar que nenhuma delas se apresenta em desconformidade com a questão.

Tabela 234: Respeito à pessoa e à família, independente da etnia, credo religioso, ideologia, nacionalidade, orientação sexual, antecedentes criminais ou situação financeira

	Frequência	Porcentagem
Conforme	36	97,30
A melhorar	1	2,70
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre os tópicos analisados, está o que concerne à orientação ao acolhido ou a seu responsável sobre as normas e rotinas da instituição, incluindo: critérios relativos a visitas e à comunicação com familiares e amigos; à linha de espiritualidade seguida pela instituição; às atividades de autocuidado e às práticas inclusivas; bem como sobre a admissão do acolhido com concordância formal por escrito, conforme Tabela 235.

Ressalte-se que, em todas as 37 instituições, essa orientação é repassada. Há, segundo as respostas, a concordância, por escrito, por parte do acolhido ou de familiares e amigos.

Tabela 235: Orientação clara ao usuário e a seu responsável sobre as normas e rotinas da instituição, incluindo: critérios relativos a visitas e à comunicação com familiares e amigos; à linha de espiritualidade seguida pela instituição; às atividades de autocuidado e às práticas inclusivas; bem como sobre a admissão do acolhido com concordância formal por escrito

	Frequência	Porcentagem
Conforme	37	100
A melhorar	0	0,00
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Quanto ao questionamento sobre a forma de permanência dos acolhidos nas instituições, as respostas dos responsáveis técnicos, expostas na Tabela 236, evidenciam que em todas as entidades a permanência dos acolhidos ocorre voluntariamente. Desse modo, nenhuma delas foi classificada como “a melhorar” pelos monitores ou mesmo os beneficiários apontaram estar de forma involuntária na entidade de acolhimento.

Tabela 236: A permanência voluntária

	Frequência	Porcentagem
Conforme	37	100
A melhorar	0	0,00
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

E, no que se refere à possibilidade de os acolhidos interromperem o acolhimento a qualquer momento, a **Tabela 237** indica que todas as 37 entidades estão em conformidade, segundo informações prestadas pelo responsável técnico da entidade.

Tabela 237: Possibilidade de o acolhido interromper o acolhimento a qualquer momento

	Frequência	Porcentagem
Conforme	37	100
A melhorar	0	0,00
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Por sua vez, a **Tabela 238** apresenta informações sobre o respeito ao sigilo de acordo com as normas éticas e legais, o que inclui o anonimato.

Tabela 238: O sigilo segundo normas éticas e legais, incluindo o anonimato

	Frequência	Porcentagem
Conforme	37	100
A melhorar	0	0,00
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Como se observa, em todas as instituições monitoradas, esse aspecto está conforme, de acordo com a resposta do responsável técnico. Para nenhuma delas, descreve-se “a melhorar” ou não conformada pelos avaliadores

E, quanto à divulgação de informação a respeito do acolhido, assim como sua imagem ou outra modalidade de exposição somente poderá ocorrer com prévia autorização, segue a **Tabela 239**.

Tabela 239: A divulgação de informação a respeito da pessoa, imagem ou outra modalidade de exposição somente pode ocorrer com prévia autorização, por escrito, da pessoa ou de seu responsável

	Frequência	Porcentagem
Conforme	33	89,19
A melhorar	3	8,11
Não conforme	1	2,70
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Em 33 instituições (89,19%), esse aspecto está conforme. Porém, tendo em vista a importância do respeito à imagem e intimidade do acolhido, deve-se chamar a atenção aos dados que

mostram que em 3 (8,11%) das entidades a situação é de “a melhorar”, assim como 1 (2,70%) não está em conformidade.

Sobre aquelas “a melhorar”, os relatos dos monitores revelam situações em que a exigência é parcialmente atendida. Em um dos casos, não foram apresentadas autorizações formais para o uso de imagem dos acolhidos. Em outro, as informações importantes sobre o consentimento estão incluídas no Termo de Adesão. Há ainda o registro de uma instituição em que o termo de uso de imagem está titulado como “Contrato Social”. Já sobre a observação “não conforme”, há um caso no qual a instituição não possui autorização formal dos beneficiários para o uso de suas imagens.

E, no que concerne ao cuidado com o bem-estar físico e psíquico do acolhido, em um ambiente livre de álcool e outras drogas, assim como violência, a Tabela 240 indica que, na grande maioria das instituições, 34 (91,89%), há conformidade. Todavia, em 3 (8,11%), tal aspecto foi classificado como “a melhorar”.

Tabela 240: O cuidado com o bem-estar físico e psíquico da pessoa, em um ambiente livre de álcool e outras drogas, assim como de violência

	Frequência	Porcentagem
Conforme	34	91,89
A melhorar	3	8,11
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Quando as entidades foram questionadas a respeito do fornecimento de alimentação (quantidade de refeições diárias), a resposta de 1 das instituições (2,70%) indica que são fornecidas três refeições diárias; já em 36 (97,30%) delas foi de que são fornecidas mais de três refeições diárias, como informa a **Tabela 241**.

Tabela 241: Fornecimento de alimentação (quantidade de refeições diárias)

	Frequência	Porcentagem
Sim, fornece três refeições diárias	1	2,70
Sim, fornece mais de três refeições diárias	36	97,30
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

E, sobre os cuidados de higiene prestados aos acolhidos, conforme Tabela 242, da grande maioria, 35 (94,60%), das respostas estão para a conformidade com as normas padrão. Diferentemente, em 1 instituição há melhorias a serem realizadas, além da não conformidade em outra.

Tabela 242: Cuidado de higiene

	Frequência	Porcentagem
Conforme	35	94,60
A melhorar	1	2,70
Não conforme	1	2,70
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que tange à proibição de castigos físicos, psíquicos ou morais, segundo a Tabela 243, do total de 37 entidades, em 36 (97,30%) há situação de conformidade. Já em 1, a situação está “a melhorar”. Note-se que, em nenhum caso, há desconformidade.

Cumpra observar que, para a ocorrência classificada como “não conforme”, foram relatados por diversas acolhidas episódios de abusos, maus-tratos e agressões físicas cometidas por membros da equipe institucional e detalhadas pelos monitores. Tal configuração foi comunicada ao Depad durante o monitoramento, para que fossem tomadas as devidas providências quanto à fiscalização da entidade.

Tabela 243: Proibição de castigos físicos, psíquicos ou morais

	Frequência	Porcentagem
Conforme	36	97,30
A melhorar	0	0,00
Não conforme	1	2,70
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Prosseguindo, agora com o tópico sobre a aplicação de sanções por descumprimento de regras na comunidade terapêutica, verifica-se que das 37, 64,86%, ou seja, 24 das instituições afirmam que aplicam sanções, enquanto 13 (35,14%) declaram não realizar. Em síntese, evidencia-se que mais da metade opta por utilizar algum tipo de sanção.

Tabela 244: Aplicação de sanções pelo descumprimento de regras na comunidade terapêutica

	Frequência	Porcentagem
Sim	24	64,86
Não	13	35,14
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Dentre as sanções observadas e descritas nos relatos dos monitores, entre as medidas que variam conforme a gravidade da infração, as mais comuns incluem advertências verbais e escritas, diálogo e aconselhamento com os acolhidos. E, em alguns casos, são aplicadas atividades de reflexão, como a escrita de redações ou projetos voltados para que o beneficiário repense suas atitudes.

Também foram mencionadas sanções de caráter prático, como lavar painéis por determinado período, aumento no tempo das tarefas internas e restrição de atividades de lazer ou esportivas. E, nos casos considerados mais graves, especialmente em situações de agressão física ou ameaça, é aplicado o desligamento imediato do acolhido, podendo ocorrer o retorno à etapa inicial do tratamento ou mesmo à casa de triagem.

Quando as entidades foram questionadas a respeito do registro de reingresso de acolhidos na entidade, conforme Tabela 245, a maioria delas, 22 (59,46%) não mantêm esse procedimento, enquanto 15 (40,54%) registram algum(ns) caso(s).

Tabela 245: Registro de reingresso de acolhidos na entidade

	Frequência	Porcentagem
Sim	15	40,54
Não	22	59,46
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Cumprir pontuar que essa expressiva ausência de registro é motivo de atenção. Isso porque essas informações são importantes não somente para a definição de estratégias de acolhimento, mas também por serem um possível indicador de efetividade ou não dos projetos terapêuticos implementados nas entidades.

E, de acordo com a Tabela 246, os responsáveis técnicos das entidades foram questionados sobre a exposição dos acolhidos a situações de constrangimento ou vulnerabilidade, como ações em vias públicas de vendas, arrecadação de recursos ou outras atividades congêneres para a entidade de acolhimento. Na grande maioria das instituições, 36 (97,30%), a prevenção está em conformidade, enquanto em 1 (2,70%) está “a melhorar”.

Pelos relatos, a observação classificada como “a melhorar” refere-se a uma situação durante a roda de conversa com os acolhidos em que foi informado que os beneficiários com mais tempo de permanência na comunidade terapêutica saem para vender produtos nas paróquias. Quando indagada sobre a prática, a responsável técnica afirmou que essas saídas não têm finalidade de arrecadação para a autossustentabilidade da instituição, mas que ocorrem apenas com os mais antigos, com o intuito de auxiliá-los no processo de reinserção social.

Tabela 246: Expõe o acolhido a situações de constrangimento ou de vulnerabilidade, como ações em vias públicas de vendas de produtos ou de arrecadação de recursos, ou outras atividades congêneres para a entidade de acolhimento?

	Frequência	Porcentagem
Conforme	36	97,30
A melhorar	1	2,70
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Somado a esse tópico, questionou-se também sobre as atividades de capacitação, de promoção da aprendizagem, de formação, das práticas inclusivas voltadas à inserção, da reinserção social dos acolhidos, bem como do desenvolvimento habilidades profissionais, práticas ou para a vida (Tabela 247). Em 25 (67,57%) unidades terapêuticas, a situação é de conformidade em prol desses objetivos. Já 7 (18,92%) estão “a melhorar”. Por fim, em 5 (13,51%) a situação é de não conformidade.

Tabela 247: As atividades de capacitação, de promoção da aprendizagem, de formação e as práticas inclusivas, buscam a inserção e a reinserção social, o resgate, a formação de novas habilidades profissionais, práticas ou para a vida, bem como o aprendizado de novos conhecimentos, de modo a promover o empoderamento e o desenvolvimento das habilidades sociais do acolhido?

	Frequência	Porcentagem
Conforme	25	67,57
A melhorar	7	18,92
Não conforme	5	13,51
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Como é possível notar, o monitoramento aponta para um cenário majoritariamente positivo. Porém, deve-se atentar à existência de uma demanda de universalização de tais práticas entre as entidades monitoradas.

E, de acordo com os dados da Tabela 248, a seguir, foi verificado no monitoramento se nas entidades há atividades práticas desenvolvidas em ambiente ético e protegido. Observou-se que 31 delas (96,88%) estão em conformidade. Outra (3,45%) estava “a melhorar”. Entretanto, em 5 unidades não foi informada a situação. Pelos relatos, a observação como “a melhorar” não apresenta atividades práticas inclusivas pela instituição.

Tabela 248: Ambiente ético e protegido nas atividades práticas

	Frequência	Porcentagem
Conforme	31	96,88
A melhorar	1	3,45
Não conforme	0	0,00
Total	32	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

No monitoramento, também foi pesquisado se as entidades possuem mecanismos de registro de queixas e sugestões à disposição de cada acolhido e família, de modo que seja possível expor quaisquer insatisfações e opiniões voltadas à melhoria do serviço (Tabela 249). Sobre isso, os números apontam que em 15, ou 40,54% das instituições, a situação é de conformidade. Por sua vez, 11 (29,73%) estão “a melhorar”, enquanto em 11 (29,73%) não há conformidade.

Apesar de majoritariamente positivo, tais dados apontam para a necessidade de fortalecimento de canais de comunicação e participação dos beneficiários do programa e/ou suas famílias.

Tabela 249: Possui um mecanismo de registro de queixas e sugestões à disposição de cada acolhido e família, de modo que seja possível expor quaisquer insatisfação e opiniões voltadas à melhoria do serviço

	Frequência	Porcentagem
Conforme	15	40,54
A melhorar	11	29,73
Não conforme	11	29,73
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Entre os relatos apresentados, observa-se uma ampla variação quanto aos mecanismos de registro de queixas e sugestões disponíveis nas comunidades terapêuticas. A maior parte das instituições relatou possuir caixas físicas de sugestões, queixas ou críticas, frequentemente identificadas como “caixa de sugestões”, “caixinha de registro” ou equivalentes. Em alguns casos, foram observadas formas mais estruturadas, como totens eletrônicos e sistemas próprios de comunicação com canais via e-mail e número de contato institucional.

Referentemente às situações classificadas como “a melhorar”, foram mencionadas instituições que realizam pesquisas de satisfação trimestrais, reuniões semanais ou rodas de conversa para escuta das demandas dos acolhidos, mas que não dispõem de instrumentos anônimos de manifestação, limitando a confidencialidade dos registros. Em um dos casos, verificou-se que a caixa física foi confeccionada apenas durante a visita de monitoramento, o que demonstra fragilidade na manutenção do mecanismo. Somado a isso, houve registros de caixas de sugestões não expostas ao público ou instaladas em locais inadequados, como dentro da área administrativa, comprometendo o anonimato.

Já entre as instituições classificadas em desconformidade, destacam-se aquelas que não apresentaram qualquer meio de registro formal de queixas ou sugestões, restringindo-se ao diálogo direto com a equipe. Além disso, registra-se a inexistência total de canal estruturado para manifestações.

Para o próximo tópico, ou seja, a respeito da privacidade dos acolhidos, questionou-se acerca da violação da correspondência e das ligações telefônicas, conforme o que consta da **Tabela 250**.

Tabela 250: Não se viola, em nenhuma instância, a correspondência do acolhido, e as ligações telefônicas podem ser realizadas com privacidade

	Frequência	Porcentagem
Conforme	34	91,89
A melhorar	3	8,11
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

De acordo com as respostas obtidas, em 34 (91,89%) unidades os procedimentos estavam em conformidade. Enquanto isso, 3 (8,11%) se apresentaram “a melhorar”. E, destaque para o fato de que nenhuma estava na situação de não conformidade.

Também no monitoramento entraram em pauta questões relacionadas à comunicação aos familiares ou a representante legal do acolhido, no prazo máximo de 24 horas, em casos de evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave e falecimento dos acolhidos. A respeito, os dados da **Tabela 251** apontam que em todas as 37 entidades os procedimentos estavam em conformidade.

Tabela 251: Casos de evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave e falecimento deverão ser comunicados os familiares ou representante legal do acolhido, no prazo máximo de 24h

	Frequência	Porcentagem
Conforme	37	100
A melhorar	0	0,00
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Por fim, no monitoramento foram coletadas informações sobre a existência de ações de contenção física, psicológica e medicamentosa, ou isolamento e restrição de liberdade (Tabela 252).

Tabela 252: Não se utilizam ações como contenção física, psicológica e medicamentosa, bem como quaisquer tipos de isolamento ou restrição que infrinjam a liberdade da pessoa acolhida

	Frequência	Porcentagem
Conforme	36	97,30
A melhorar	1	2,70
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Para este último tópico, em 36 (97,30%) espaços terapêuticos, a situação é de conformidade. Já em 1, os procedimentos estão “a melhorar”. E, por fim, é relevante mencionar que, em nenhuma das entidades, tal questão se apresenta em desconformidade.

2.16 Gestão de Infraestrutura

Nesta seção, serão elencados diferentes tópicos sobre a infraestrutura disponível nas entidades para que cada uma possa exercer as atividades de acolhimento.

Sendo assim, a começar pela existência de alojamento adequado para o número de vagas de acolhimento, recorre-se à Tabela 253, a fim de uma melhor compreensão do quadro geral das instituições. E, nesse cenário, 31 (83,78%) apresentam sua estrutura em conformidade, enquanto 6 (16,22%) necessitam de melhorias em seus alojamentos.

Tabela 253: O serviço dispõe de alojamento adequado para o número de vagas de acolhimento oferecidas, separadas por público (adulto masculino/feminino)

	Frequência	Porcentagem
Conforme	31	83,78
A melhorar	6	16,22
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Cumprir notar que os relatos sobre as observações classificadas como “a melhorar” indicam que, embora a maioria das comunidades terapêuticas apresente alojamentos adequados ao número de vagas ofertadas, algumas ainda enfrentam limitações estruturais e de capacidade. Em um dos casos, não foi possível identificar área disponível para acomodação de novas camas, mesmo com a alegação da existência de leitos armazenados.

Outra instituição apresentou discrepância entre o número de camas disponíveis e o total de vagas informadas, sugerindo superlotação potencial. Também foram relatadas reformas e processos de ampliação em andamento, com o objetivo de adequar os alojamentos aos padrões exigidos, incluindo a construção de sanitários adicionais e a mudança de endereço para nova sede. Além disso, uma

das entidades informou atender exclusivamente ao público masculino, estando em fase de expansão para melhor organização dos espaços.

E, no que diz respeito à quantidade de quartos disponíveis para o acolhimento em cada instituição: a) 30 unidades (81,09%) informaram ter entre 1 e 10 quartos; b) 5 (13,51%) entre 11 e 20; c) 1 (2,70%) entre 21 e 30; d) enquanto outra possui entre 31 e 50 quartos destinados ao atendimento.

Tabela 254: Quantidade de quartos disponíveis para os acolhidos na entidade

	Frequência	Porcentagem
De 1 a 10	30	81,09
De 11 a 20	5	13,51
De 21 a 30	1	2,70
De 31 a 50	1	2,70
Mais de 50	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No monitoramento, também foram coletadas informações sobre a existência de conjuntos para dormir (cama/colchão) compatíveis com o número de acolhidos, incluindo área para guarda de roupas e pertences dos acolhidos. No tocante a esse caso, para 29 instituições (78,38%) a situação é de conformidade. Quanto às outras, 7 (18,92%) estão “a melhorar”, e somente 1 (2,70%) não se apresenta em conformidade (Tabela 255).

Tabela 255: Dispõe de conjuntos (cama/colchão) compatíveis com o número de acolhidos, incluindo área para guarda de roupas e pertences dos acolhidos

	Frequência	Porcentagem
Conforme	29	78,38
A melhorar	7	18,92
Não conforme	1	2,70
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre ocorrências descritas “a melhorar”, verificou-se que algumas instituições não apresentaram quantidade suficiente de camas ou colchões para a capacidade informada, havendo casos de camas em manutenção ou em processo de reforma, além de diferenças entre o número de leitos disponíveis e as vagas declaradas. Também foram relatadas unidades em processo de melhoria estrutural, incluindo fabricação própria de mobiliário para regularizar a oferta.

Na única ocorrência classificada como “não conforme”, constatou-se que a instituição possuía apenas 42 conjuntos completos de cama e colchão, além de mais de 15 colchões sem cama.

E, ainda sobre a quantidade de conjuntos de cama/colchão disponíveis, especialmente para o atendimento do público masculino na unidade de acolhimento, em: a) 3 unidades (8,57%) existiam

entre 11 e 20 conjuntos; b) 5 (14,28%) ente 21 e 30; c) 8 (22,87%) a oferta era de 31 a 50; d) enquanto 19 (54,28%) delas disponibilizavam mais de 50 conjuntos. Vale ressaltar que das 37 instituições, 2 não apresentaram uma resposta para esse item (**Tabela 256**).

Tabela 256: Quantidade de conjuntos de cama/colchão disponíveis para o atendimento do público masculino

	Frequência	Porcentagem
De 1 a 10	0	0,00
De 11 a 20	3	8,57
De 21 a 30	5	14,28
De 31 a 50	8	22,87
Mais de 50	19	54,28
Total	35	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (/2025).

Com relação à infraestrutura de banheiros, num primeiro momento foram coletadas informações sobre a conformidade da disponibilidade de sanitários compatíveis e adequados à quantidade de pessoas acolhidas separados por público masculino e feminino. Nesse caso, em 32 (86,49%) unidades a situação é de conformidade, e, por sua vez, 5 (13,51%) estão “a melhorar”, conforme **Tabela 257**.

Tabela 257: Dispõe de banheiros para acolhidos compatíveis e adequados ao número de pessoas por alojamento, separados por público (adulto masculino/feminino)

	Frequência	Porcentagem
Conforme	32	86,49
A melhorar	5	13,51
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

E, no que se refere à quantidade de banheiros disponíveis para as pessoas acolhidas, conforme **Tabela 258**, do total de 37 instituições, 28 (75,68%) informam possuir entre 1 e 10 unidades. Outras 6 (16,22%) declaram ter entre 11 e 20, enquanto 2 instituições (5,40%) contam com números entre 21 e 30 sanitários. E, por fim 1 entidade (2,70%) declara ter disponíveis de 31 a 50 unidades sanitárias.

Tabela 258: Quantidade de banheiros (sanitários) para os acolhidos na entidade

	Frequência	Porcentagem
De 1 a 10	28	75,68
De 11 a 20	6	16,22
De 21 a 30	2	5,40
De 31 a 50	1	2,70
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Com relação à acessibilidade dos banheiros para pessoas com necessidades especiais, 19 (51,35%) entidades informam possuir instalações de acordo com as normas (ABNT NBR 9050). Outras 6 (16,22%) declaram que estão “a melhorar”. Cabe mencionar, por fim, que 12 delas, ou seja 32,43%, não possuem instalações em conformidade (Tabela 259).

Tabela 259: Dispõe de 1 banheiro adaptado para portadores de necessidades especiais (ABNT NBR 9050)

	Frequência	Porcentagem
Conforme	19	51,35
A melhorar	6	16,22
Não conforme	12	32,43
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Revela-se, a partir dos relatos sobre os casos em desconformidade com as normas, que a maioria das instituições não dispõe de qualquer estrutura adaptada, apresentando ausência de barras de apoio, corrimãos ou sanitários acessíveis. E, quanto à inexistência da referida adaptação, é, em alguns casos, justificada, segundo os representantes das instituições, pela não presença de acolhidos com deficiência.

Nos registros classificados como “a melhorar”, foram identificadas adaptações parciais ou obras em andamento voltadas à adequação dos banheiros. Note-se que algumas instituições possuem ambientes parcialmente adaptados, mas faltam elementos essenciais de acessibilidade, como suportes de apoio, corrimãos ou chuveiros adaptados para pessoas com deficiência. Também foram relatadas unidades em fase de conclusão das obras.

Quanto à disponibilidade de quarto/apartamento com acessibilidade ou adaptado para portadores de necessidades, 22 (59,46%) entidades, conforme a Tabela 260, informam estar em conformidade com as exigências normativas (ABNT NBR 9050). Além delas, 3 (8,11%) estão “a melhorar”, bem como 12 (32,43%) estão em desconformidade.

Tabela 260: Dispõe de quarto/apartamento com acessibilidade (adaptado) para portadores de necessidades especiais (ABNT NBR 9050)

	Frequência	Porcentagem
Conforme	22	59,46
A melhorar	3	8,11
Não conforme	12	32,43
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

As justificativas dos casos “a melhorar” indicam situações em que há algum avanço parcial, mas ainda com pendências estruturais. Entre as instituições, destacam-se casos em que “há um quarto com entrada maior e banheiros com rampas para mobilidade do acolhido cadeirante”, demonstrando esforço para atender pessoas com deficiência, ainda que sem plena adequação, bem como a menção de que “necessita terminar a obra”, o que evidencia processos de adaptação em andamento. Além disso, observa-se uma unidade que “possui quarto designado para PNE, mas faltam adaptações de apoio”, reforçando a necessidade de complementação das melhorias físicas para garantir acessibilidade total.

Já entre as justificativas para os casos de desconformidade, predominam respostas que indicam ausência completa de estrutura adaptada ou a não prestação de atendimento a pessoas com deficiência. Foram citadas expressões como “não possui quarto adaptado”, “não dispõe de quarto com acessibilidade”, “não existem adaptações para pessoas com necessidades especiais na instituição”, “não possuem”, “a entidade não possui ambientes adaptados a Portadores de Necessidades Especiais”, “não possui quarto adaptado para PNE”, e, por fim, “não atendem acolhimento de necessidades especiais”.

Cumprir pontuar que, em alguns casos, as instituições justificam a ausência de adaptação, afirmando que não atendem esse público, o que, ainda assim, configura não conformidade perante as exigências de acessibilidade.

O monitoramento também buscou compreender a disponibilidade de quartos, com dimensionamento compatível (incluindo área para guarda de roupas e pertences dos funcionários), bem como separados entre femininos e masculinos para a equipe que permanece na entidade no período noturno. E, conforme Tabela 261, em 30 (81,08%) unidades existem esses espaços, diferentemente de outras 7 (18,92%) que não possuem.

Tabela 261: Quartos para, funcionários noturnos, com dimensões e área para armazenamento de pertences

	Frequência	Porcentagem
Sim	30	81,08
Não	7	18,92
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Ainda no que se refere à infraestrutura, no monitoramento foram coletadas informações sobre as instalações de cozinha. Em 36 (97,30%) entidades, as instalações estavam em conformidade, enquanto em 1 (2,70%) estava “a melhorar”. Cabe notar que, em nenhuma unidade, as instalações não estavam em desconformidade (**Tabela 262**).

Tabela 262: Infraestrutura da cozinha

	Frequência	Porcentagem
Conforme	36	97,30
A melhorar	1	2,70
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Além desses tópicos, foram coletadas informações sobre as instalações de refeitório nas unidades de acolhimento. Para esse caso, 35 (94,59%) delas apresentam-se em conformidades. Por sua vez, 2 (5,41%) estão “a melhorar” (**Tabela 263**).

Tabela 263: Instalações de refeitório

	Frequência	Porcentagem
Conforme	35	94,59
A melhorar	2	5,41
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

As justificativas para os casos “a melhorar” indicam que as entidades estão em fase de adequação das condições estruturais do refeitório, embora ainda não plenamente em conformidade. Um dos relatos dos monitores menciona que “o refeitório está em processo de reforma e ampliação”, apontando para uma ação concreta de melhoria do espaço físico. Outro caso relata que “o refeitório faz divisa com um canil, separado por portão, e devido ao mau cheiro vindo desse terreno, os acolhidos almoçam no salão multiuso ao lado”, o que evidencia uma solução provisória diante de um problema ambiental externo. Portanto, em ambos os casos se percebem iniciativas de correção ou adaptação em curso, mas ainda com condições inadequadas para o uso pleno e adequado do espaço, justificando a classificação como “a melhorar”.

Durante o monitoramento, foram avaliados a existência de local apropriado para armazenamento de alimentos e se os alimentos estavam dentro do prazo de validade e bem acondicionados. Nesse caso, as instalações devem ser analisadas como componente importante na experiência cotidiana dos acolhidos. Constatou-se que em 31 entidades (83,78%), a situação é de conformidade, enquanto em 6 (16,22%) estão “a melhorar”. Por fim, nenhuma entidade estava em desconformidade.

Tabela 264: Local apropriado para armazenamento de alimentos, bem como os alimentos estão dentro do prazo de validade e bem acondicionados

	Frequência	Porcentagem
Conforme	31	83,78
A melhorar	6	16,22
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Este monitoramento incluiu ainda a avaliação do estado de conservação das unidades, observando como se apresentam pisos, teto, paredes, mobiliários íntegros e de fácil limpeza, ambientes limpos e organizados, bem como a ausência de infiltrações e mofo nas entidades. Sobre esse tópico, segundo a **Tabela 265**, um total de 20 (54,05%) instituições estão em conformidade. Enquanto isso, outras 17 (45,95%) estavam “a melhorar”.

Tabela 265: Piso, teto, paredes, mobiliários íntegros e de fácil limpeza. Ambientes limpos e organizados. Ausência de infiltrações e mofo.

	Frequência	Porcentagem
Conforme	20	54,05
A melhorar	17	45,95
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

De acordo com os relatos, as justificativas para os casos “a melhorar” revelam um conjunto de problemas estruturais e de conservação recorrentes nas entidades, especialmente relacionados à presença de mofo, infiltrações, rachaduras e desgaste de pintura. Diversos depoimentos destacam que “o teto do local onde estão armazenados os colchões apresenta mofo e infiltração”, bem como há “infiltração em um dos quartos”, assim como existem “paredes com infiltração e mofo”. Além disso, relatam sobre a presença de “rachaduras” e de “pinturas descascadas”, como ainda a “necessidade de reposição de cerâmicas”, evidenciando falta de manutenção preventiva.

Em outros casos, há menções de que “alguns espaços estão em processo de reforma e não estão com as aplicações de revestimentos finalizadas”, ou que “locais como banheiros, refeitório e lavanderia necessitam de reformas e manutenções”, indicando obras em andamento ou estrutura já comprometida pelo tempo e uso. Há ainda registros de degradação física específica, como “degraus quebrados”, “portas enferrujadas” e “paredes e pisos trincados”, reforçando a necessidade de reparos estruturais amplos.

Além das questões físicas, algumas justificativas abordam condições de limpeza e organização, como “ambientes mais sujos e desorganizados”. Somado a isso, “diversos ambientes apresentam mofo, falta de cuidado e teias de aranha”, e até falhas em boas práticas de higiene e armazenamento de alimentos, com menções a “frutas mofadas” e à “ausência de controle de validade”.

Um outro aspecto observado durante o monitoramento diz respeito aos ambientes destinados ao uso dos acolhidos, mais especificamente no que se refere à presença de trancas, chaves ou grades, admitindo-se apenas o travamento simples nesses espaços.

Tabela 266: Mantém os ambientes de uso dos acolhidos livres de trancas, chaves ou grades, admitindo-se apenas o travamento simples

	Frequência	Porcentagem
Conforme	36	97,30
A melhorar	1	2,70
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Esses dados revelam que em 36 (97,30%) entidades a situação está em conformidade. Apenas em 1 (2,70%) está “a melhorar”. Note-se, segundo os relatos dos monitores, que nenhuma entidade se apresenta como “não conforme”.

As sugestões de melhoria concentram-se na indicação da necessidade de reforma em alguns locais, como banheiros, lavanderias, cozinhas e áreas de convivência. Além disso, sugere-se troca de alguns móveis.

As instalações apresentam problemas estruturais e de manutenção. Nesse contexto, foram observadas infiltrações, mofo e rachaduras. Ademais, em uma das instalações a raiz de uma árvore está comprometendo a estrutura do local. Trata-se de um depósito que não é utilizado pelas beneficiárias, como informado pela instituição.

Também há a necessidade do término das reformas e ampliações. Em adição, constam adequação do refeitório e lavanderia específica.

Registram-se ainda banheiros sujos, alguns tetos com pontos de infiltrações, quartos com cheiro de mofo. Os ambientes se encontram empoeirados e cheios de teias de aranha. Ademais, diversos ambientes necessitam de manutenção por conta de azulejos soltos, infiltrações e de vazamentos.

Outro tópico analisado se refere às condições de conservação, segurança, organização, conforto e limpeza dos ambientes internos e externos, conforme tabela a seguir.

Tabela 267: Mantém as instalações físicas dos ambientes externos e internos em boas condições de conservação, segurança, organização, conforto e limpeza

	Frequência	Porcentagem
Conforme	29	78,38
A melhorar	8	21,62
Não conforme	0	0,00
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Esses dados demonstram que, do total de 37 unidades monitoradas, 29 (78,38%) delas estão em conformidade. Já em 8 (21,62%), a situação demanda melhoria nesse quesito. Nenhuma, nota-se, foi descrita como “*não conforme*”.

As justificativas para os casos “*a melhorar*” revelam um conjunto de situações relacionadas à necessidade de manutenção, reparos e melhor conservação dos ambientes. Diversas instituições apontaram que “*alguns espaços estão com reforma e ampliação em andamento*” ou que “*alguns ambientes se encontram em reforma e em construção*”, evidenciando esforços de melhoria física, ainda que inacabados.

Outros registros mencionam desgaste na pintura, paredes descascadas e presença de mofo. Além das questões estruturais, observaram-se problemas de organização e limpeza. Em uma das justificativas, destacam-se que “*é necessária maior organização, por exemplo, e “o armário que guarda as pastas PIS/PAS também armazena roupas e materiais de higiene*”, demonstrando acúmulo inadequado de itens em um mesmo espaço.

Enquanto isso, outras avaliações mencionam que os ambientes estavam “*sujos*” ou que apresentavam “*cheiro forte nos banheiros e pia entupida*”. Esse cenário reflete, de certo modo, deficiências nas rotinas de higiene.

Por fim, há casos em que, embora o funcionamento geral seja considerado adequado, os prédios, “*por serem antigos, precisam de reparos*”. Sobre isso, a equipe relata que já está “*fazendo os reparos para melhorar as condições*”.

Em síntese, todas as justificativas de “*a melhorar*” denotam comprometimento parcial de conservação e limpeza, porém com iniciativas em curso para sanar as irregularidades.

Outrossim, a presença de espaços adequados para atendimentos individualizados também é um aspecto essencial. Nesse sentido, foram coletados dados sobre a existência de salas de atendimento individual nas entidades de acolhimento (**Tabela 268**).

Tabela 268: Sala de atendimento individual

	Frequência	Porcentagem
Conforme	34	91,89
A melhorar	2	5,41
Não conforme	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Observa-se que 34 instituições (91,89%) estão em conformidade. No entanto, outras 2 (5,41%) estão “*a melhorar*”, e apenas 1 (2,70%) não se apresenta conforme o que é necessário para um atendimento de qualidade.

Nesse cenário, as respostas classificadas como “*a melhorar*” indicam que as entidades ainda não possuem um espaço específico para o atendimento individual, mas têm recorrido a soluções improvisadas para sua viabilização. Em um dos casos, por exemplo, os depoimentos são de que

“nesta nova casa ainda não há este espaço, mas improvisa no quarto do monitor”, enquanto outro menciona que “o atendimento ocorre na sala da enfermaria ou na sala da administração”, conforme informado pelo responsável técnico.

Por outro lado, a justificativa utilizada para o caso “não conforme” é a de que “não há espaço, e que os mesmos são conduzidos à capela”. Tal situação evidencia ausência total de local apropriado, assim como o uso de um ambiente inadequado e não destinado a essa finalidade.

Outro aspecto estrutural observado no monitoramento foi a presença de sala de visitas nas entidades, conforme dados expostos na **Tabela 269**.

Tabela 269: Sala de visitas

	Frequência	Porcentagem
Conforme	33	89,18
A melhorar	2	5,41
Não conforme	2	5,41
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Registra-se que 33 unidades de acolhimento, ou seja 89,18%, estão em conformidade quanto a esse requisito. Por outro lado, em 2 (5,41%) a situação é “a melhorar”, necessitando de aprimoramentos, ao passo que, em 5 (5,41%) é de não conformidade.

Quanto às justificativas para os casos “a melhorar”, indica-se que, embora haja algum espaço utilizado para visitas, ele não é exclusivo nem plenamente adequado para esse fim. Em uma das instituições, por exemplo, foi relatado que “como sala de visitas, utiliza-se a sala de atendimento coletivo, não existindo sofás ou poltronas”.

Em outro esclarecimento, menciona-se que “não há um espaço destinado exclusivamente para tal, logo as visitas são normalmente recebidas em áreas comuns da CT”, revelando improvisação e ausência de um ambiente próprio que garanta privacidade e acolhimento adequado às famílias. Essas situações apontam condições parciais de atendimento, com necessidade de adequação mobiliária e de melhor definição dos espaços.

Já as justificativas para os casos de não conformidade demonstram a ausência total de um local apropriado para as visitas. Algumas instituições, por exemplo, relataram que “utilizam uma edícula da casa” ou que “utilizam o pátio como espaço de visita”.

Também no processo de monitoramento, buscou-se analisar a estrutura disponível para atividades em grupo, observando especificamente a presença de sala de atendimento coletivo (**Tabela 270**).

Tabela 270: Sala de atendimento coletivo

	Frequência	Porcentagem
Conforme	35	94,6
A melhorar	1	2,7
Não conforme	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre as 37 unidades monitoradas, 35 (94,6%) apresentam conformidade, demonstrando ampla adequação nesse aspecto. Por sua vez, 1 (2,7%) está “a melhorar”, enquanto outra foi descrita como “não conforme”.

Outro aspecto analisado refere-se à disponibilidade de áreas destinadas à realização de oficinas de trabalho nas entidades. Tratam-se de espaços importantes para o desenvolvimento de atividades práticas e profissionalizantes.

A **Tabela 271** aponta que 34 entidades (81,9%) estão em situação de conformidade. No entanto, 3 (8,1%) ainda não atendem plenamente esse critério, sendo 2 (5,4%) classificadas como “a melhorar” e 1 (2,7%) em situação de não conformidade.

Tabela 271: Área para realização de oficinas de trabalho

	Frequência	Porcentagem
Conforme	34	81,9
A melhorar	2	5,4
Não conforme	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

De acordo com os relatos, as respostas para os casos “a melhorar” indicam que as referidas unidades terapêuticas realizam oficinas e atividades, porém de forma improvisada, fazendo uso de espaços que não foram projetados para esse fim. Em um dos casos, por exemplo, menciona-se que “utilizam a capela” como local para as oficinas, enquanto outro relata que “não há espaço específico para a realização de oficinas, que ocorrem nos espaços disponíveis a depender da necessidade”.

Por sua vez, a justificativa da instituição em desconformidade reforça essa limitação, ao informar que “não há áreas específicas para a realização de oficinas”. Por sinal, infere-se sobre esse caso, uma ausência completa de espaço destinado a esse fim.

O monitoramento também contemplou a existência de áreas destinadas à realização de atividades inclusivas nas entidades de acolhimento. Para tanto, verificou-se, conforme **Tabela 272**, que do total de 37 instituições, 33 (89,2%) estão em conformidade. Quanto as demais, 3 (8,1%) estão “a melhorar”, e 1 (2,7%) em desconformidade para o pleno desenvolvimento das atividades de inclusão.

Tabela 272: Área para realização de atividades de práticas inclusivas

	Frequência	Porcentagem
Conforme	33	89,2
A melhorar	3	8,1
Não conforme	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

E, tendo em vista a promoção da saúde física dos acolhidos, durante o monitoramento, foram coletadas informações sobre a existência de área para prática de atividades desportivas nas entidades monitoradas (Tabela 273). Como resultado, das 37 unidades monitoradas, 30 (81,1%) apresentaram situação “conforme”. Outras 6 (16,2%) estão “a melhorar”, enquanto 1 (2,7%) apresenta desconformidade para o desenvolvimento das referidas atividades.

Tabela 273: Área para prática de atividades desportivas

	Frequência	Porcentagem
Conforme	30	81,1
A melhorar	6	16,2
Não conforme	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

O monitoramento também buscou analisar a estrutura organizacional das entidades. Nesse sentido, verificou-se a existência de sala administrativa nas instituições monitoradas. E, a partir do que apresenta a Tabela 274, 35 (94,6%) delas apresentam-se em conformidade quanto a esse espaço. Outras 2 (5,4%) estão “a melhorar”.

Tabela 274: Sala administrativa

	Frequência	Porcentagem
Conforme	35	94,6
A melhorar	2	5,4
Não conforme	0	0,0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre as observações enquadradas como “a melhorar”, indica-se que as entidades estão em fase de implantação ou adequação do espaço, com obras e ajustes ainda em curso. Em um dos casos, há menção de que o ambiente está “em construção”, enquanto outro relata que o espaço “encontra-se em processo de construção e provisoriamente funciona no quarto do monitor”.

No monitoramento, também foram coletadas informações sobre a existência de área para arquivo das fichas (PIA/PAS) dos acolhidos que permita a manutenção do sigilo das informações,

seja física ou eletronicamente. Sobre esse aspecto, a **Tabela 275** apresenta que, entre as 37 unidades monitoradas, 32 (86,5%) estão em situação de conformidade. Quanto as demais, 5, ou seja, 13,5% estão ainda “a melhorar”.

Tabela 275: Área para arquivo das fichas (PIA/PAS) dos acolhidos que permita a manutenção do sigilo das informações, seja física ou eletronicamente

	Frequência	Porcentagem
Conforme	32	86,5
A melhorar	5	13,5
Não conforme	0	0,0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Vale observar que as observações classificadas como “a melhorar” revelam fragilidades na forma de armazenamento e organização dos documentos dos acolhidos, especialmente dos prontuários PIA/PAS. Em alguns casos, observa-se que “as pastas PAS ficam armazenadas em sala trancada, mas fora de armário ou arquivo com trancas”, ou que “nem todos os documentos relativos aos acolhidos estão dispostos em armários com tranca”, evidenciando proteção parcial das informações.

Há também relatos de uso de “armário das fichas PIA/PAS dividindo espaço com roupas e materiais de higiene” e de arquivos separados em diferentes lugares, o que indica falta de padronização e de controle centralizado. Além disso, foi mencionado que o arquivo “fica localizado em um quarto”, reforçando a inadequação do espaço destinado ao armazenamento.

Em conjunto, essas observações demonstram que, embora existam iniciativas de guarda dos documentos, ainda há necessidade de aprimorar a segurança, a organização e a exclusividade do ambiente para o correto arquivamento dos prontuários.

Por fim, um último ponto de análise da gestão da infraestrutura, verificou-se durante o monitoramento a existência de sanitários para funcionários/visitantes (ambos os gêneros) nas entidades de acolhimento. Quanto a esse tópico, 35 (94,6%) instituições estão em conformidade para os seus fins. No entanto, outras 2 (5,4%) estão “a melhorar” o seu aspecto.

Tabela 276: Sanitários para funcionários/visitantes (ambos os gêneros)

	Frequência	Porcentagem
Conforme	35	94,6
A melhorar	2	5,4
Não conforme	0	0,0
Total	37	100

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Ao chegar ao término da lista de tópicos analisados, vale ressaltar que, ancorada na meta 3 do projeto, a análise dos dados coletados no monitoramento precisa permear reflexões sobre o impacto

ao cidadão atendido, bem como a familiares e a atores que atuam na área de apoio e acolhimento de pessoas, incluindo a qualidade dos serviços prestados nas entidades de acolhimento. Diante desse contexto, foram construídos alguns indicadores principais que complementam as análises realizadas até este momento.

Cumpra mencionar que a utilização de indicadores constitui uma ferramenta fundamental para a sistematização, mensuração e interpretação dos dados coletados durante uma pesquisa, além de facilitar análises comparativas a partir do cruzamento de variáveis. É, vale dizer, essencial que o indicador construído seja relevante para os objetivos da investigação, como também seja mensurável de forma válida e confiável (Cano, 2004; Cohen, 1993; Jacuzzi, 2003). Nesse sentido, ele se apresenta como “ligação entre os modelos explicativos da teoria social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados [...] uma medida quantitativa, dotada de significado social (Jacuzzi, 2003, p. 15).

Vejamos, portanto, os indicadores propostos a seguir.

2.17 Indicador de protagonismo do acolhido no tratamento

O indicador apresenta a proporção de entidades de acolhimento nas quais ocorrem práticas participativas do acolhido, familiar ou de pessoa por ele indicada no processo de elaboração do Plano de Atendimento Singular¹ (PIA/PAS).

Descrição: indicador positivo/negativo, considerando positivo a resposta “**conforme**” para a pergunta 13 do Bloco VII [O acolhido e seu familiar, ou pessoa por ele indicada, participam/participaram na construção e no cumprimento do PAS, observando o protagonismo do acolhido, o respeito e o diálogo como princípios norteadores do acolhimento?].

Entre os 37 estabelecimentos visitados, 33 apresentam indicador positivo, o que corresponde a 89,19% deles, conforme a tabela e o gráfico a seguir.

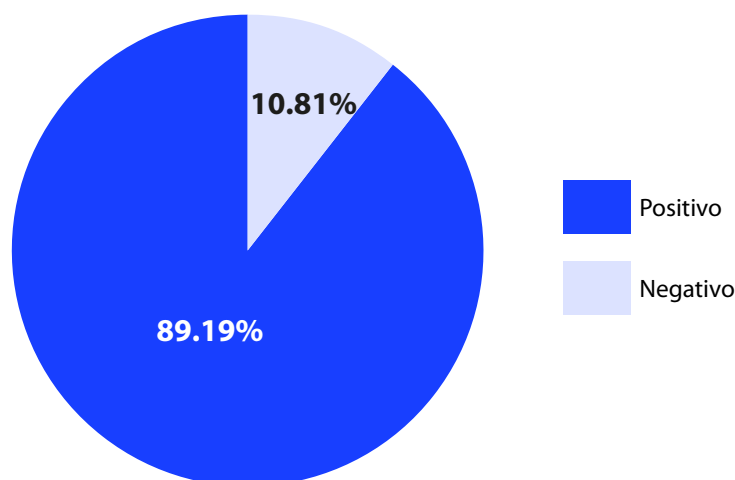
Tabela 277: Indicador de protagonismo do acolhido

Total de instituições	Indicador de protagonismo do acolhido	Taxa de protagonismo do acolhido
37	33	89,19%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

¹ As instituições de acolhimento têm até 20 dias, a partir do ingresso do beneficiário, para elaborar o PIA/PAS. No presente caso, não foram obtidas informações detalhadas sobre esse procedimento como apontamos no início do anuário, ponto importante a ser levado em consideração.

Figura 151: Gráfico do indicador de protagonismo do acolhido



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.18 Taxa de Reacolhimento

O indicador avalia a taxa de acolhidos, participantes da roda de conversa, que estão na entidade pesquisada pela segunda vez ou mais. Trata-se de uma informação importante para futuras reflexões sobre a efetividade do serviço de acolhimento, assim como levanta questões sobre reinserção social e abstinência após a saída de uma entidade de acolhimento atuante em álcool e drogas.

Descrição: Razão entre o número de acolhidos participantes das rodas de conversas e o número correspondente à pergunta 23 do Bloco II [**Do total de acolhidos presentes na roda de conversa, quantos estão passando pela entidade de acolhimento pela segunda vez ou mais?**].

Fórmula: Número de acolhidos presentes na roda de conversa que estão na entidade pela segunda vez ou mais ÷ Total de acolhidos presentes na roda de conversa × 100.

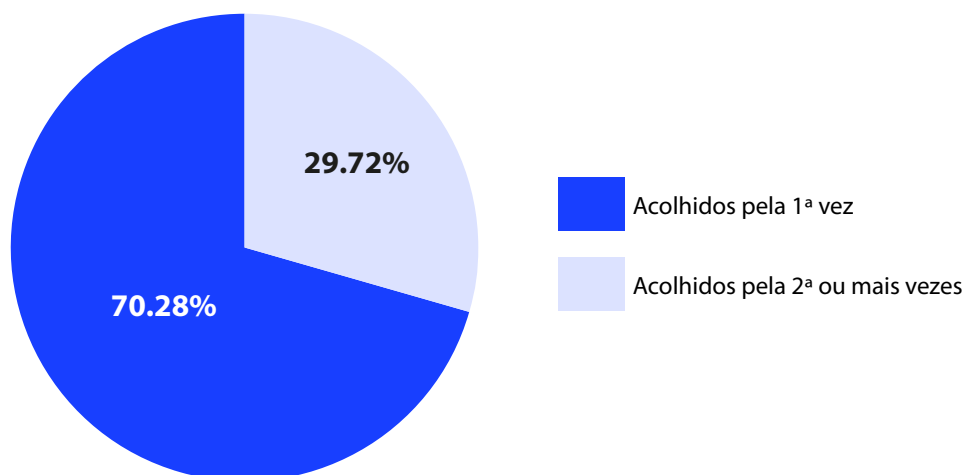
Entre o total de 720 acolhidos que participaram das rodas de conversa, 214 afirmaram estar na aquela entidade de acolhimento pela segunda vez ou mais, o que corresponde a uma taxa de recolhimento na instituição monitorada de 29,72%, como é possível observar na tabela e no gráfico a seguir.

Tabela 278: Taxa de recolhimento na entidade de acolhimento

Indicador	Quantidade
Total de acolhidos participantes das rodas de conversa	720
Total de acolhidos que já estiveram duas ou mais vezes na entidade	214
Taxa de recolhimento (%)	29,72%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Figura 152: Gráfico da taxa de recolhimento na entidade



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.19 Taxa de múltiplos acolhimentos nos últimos 5 anos

Entre os acolhidos participantes das rodas de conversa, o indicador avalia a taxa de múltiplos acolhimentos em outras entidades nos últimos 5 anos. Aqui, também se trata de uma informação relevante para futuras reflexões sobre a efetividade do serviço de acolhimento, assim como permite suscitar questões sobre reinserção social e abstinência após a saída de uma entidade de acolhimento atuante em álcool e drogas.

Descrição: Razão entre o número de acolhidos participantes da roda de conversa e o número correspondente à pergunta 23.1 do Bloco II [**Nos últimos 5 anos, do total de acolhidos presentes na roda de conversa, quantos já passaram por duas ou mais entidades de acolhimento?**].

Fórmula: Número de acolhidos com passagem por ≥ 2 entidades nos últimos 5 anos $\div$ Total de acolhidos presentes na roda $\times 100$.

Entre o total de 720 acolhidos que participaram da roda de conversa, 278 afirmaram que, nos últimos 5 anos, passaram por duas ou mais outras entidades de acolhimento, o que corresponde a uma taxa de recolhimento em outras instituições de 38,61% entre o total de acolhidos ouvidos, como é possível observar na tabela e no gráfico a seguir.

Tabela 279: Taxa de múltiplos acolhimentos nos últimos 5 anos

Indicador	Quantidade
Total de acolhidos participantes das rodas de conversa	720
Total de acolhidos que já estiveram duas ou mais vezes em outras instituições nos últimos 5 anos	278
Taxa de múltiplos acolhimentos nos últimos 5 anos (%)	38,61%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

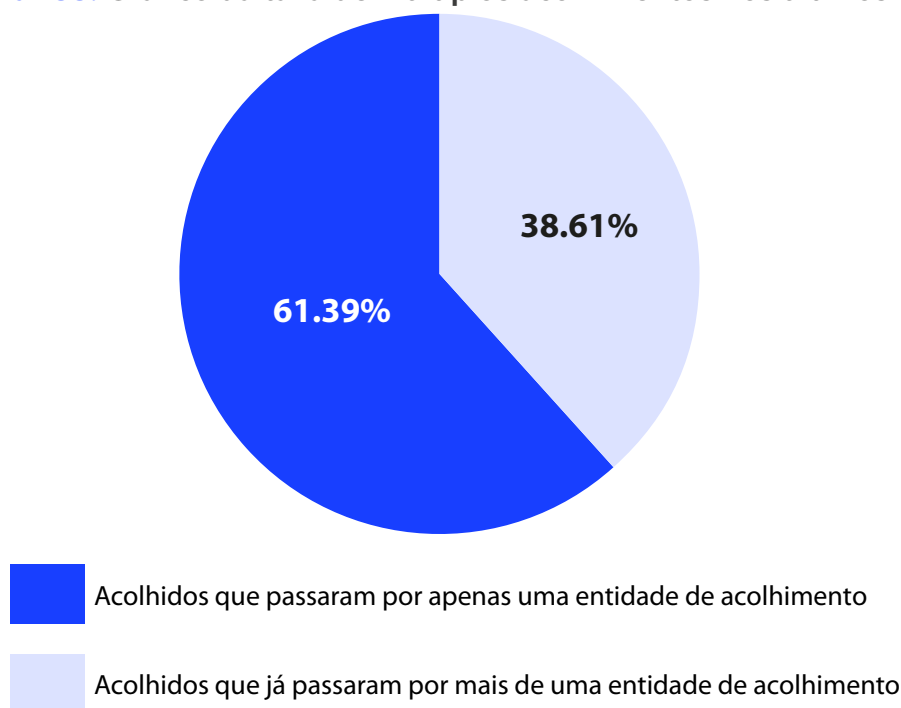
Os relatos apontam que as recaídas e os retornos às comunidades terapêuticas (CTs) estão fortemente associados a interrupções prematuras do tratamento, a problemas familiares, à reintegração social difícil, bem como à influência de ambientes e a relacionamentos prejudiciais. Ressalte-se que muitos depoimentos descrevem o ciclo recorrente de alta terapêutica seguida por recaída, em que os acolhidos retornam à CT em busca de apoio e recomeço, como exemplificado nas falas que mencionam: *“voltar foi a melhor saída”* ou *“pediram ajuda à família e à própria CT”*.

Também há um aspecto emocional marcante. Vergonha, tristeza e sentimento de fracasso são citados. Porém, acompanhados por reconhecimento da importância do acolhimento e da espiritualidade no processo de recuperação.

Vários participantes ressaltam que, embora o retorno seja doloroso, representa uma nova oportunidade de amadurecimento e fortalecimento, tanto pessoal quanto espiritual. Corrobora-se, nesse contexto, o destaque ao papel da fé, do apoio da equipe e do acolhimento humanizado, fatores percebidos como diferenciais positivos das instituições atuais em comparação com experiências anteriores, algumas descritas como autoritárias, sem empatia ou com tratamento inadequado.

Além disso, as falas revelam reflexões sobre aprendizado e crescimento, haja vista que os acolhidos afirmam que cada passagem pela CT contribui para maior consciência sobre si mesmos, seus limites e sobre a importância de se manterem distantes de ambientes que favorecem o uso de substâncias. Há também menções de melhor estrutura física, oferta de cursos e de atenção à reinserção social nas unidades atuais, o que reforça o sentimento de esperança e recomeço.

Figura 153: Gráfico da taxa de múltiplos acolhimentos nos últimos 5 anos



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.20 Indicador de acesso a cursos e capacitações

O indicador avalia se os acolhidos tiveram ou têm acesso a ações de capacitação profissional ou educacional no período atual de acolhimento.

Descrição: Indicador positivo/negativo, considerando positivo a resposta “*sim*” para a pergunta 25 do Bloco II [Os acolhidos tiveram ou têm acesso a cursos de capacitação/especialização?].

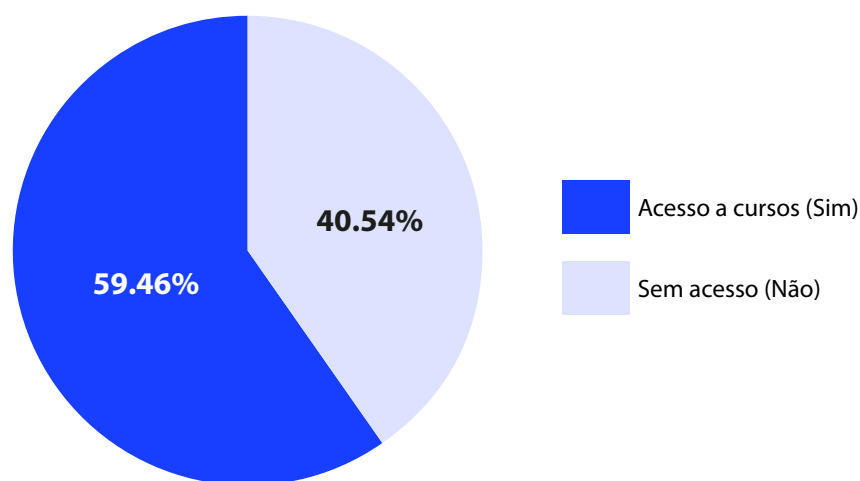
Entre as 37 instituições visitadas, 22 apresentam indicador positivo no que concerne ao acesso dos beneficiários a cursos/capacitações, correspondendo a 59,46% das entidades pesquisadas, conforme a tabela e o gráfico a seguir.

Tabela 280: Indicador de acesso a cursos/capacitações

Total de instituições	Indicador de acesso a cursos/capacitações	Taxa de acesso a cursos/capacitações
37	22	59,46%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Figura 154: Gráfico de indicador de acesso a cursos/capacitação



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.21 Indicador de participação da entidade em conselhos de políticas sobre drogas

O indicador avalia se a entidade de acolhimento está integrada em espaços institucionais de diálogo, controle social e de participação social por meio de sua inserção em conselhos de política sobre drogas. Entre os aspectos, deve-se considerar que alguns estados brasileiros ainda não dispõem de conselhos específicos responsáveis pela condução da política sobre drogas, além de não ser obrigatória a participação da instituição.

Descrição: Indicador positivo/negativo, considerando positivo a resposta “**sim**” para a pergunta 7 do Bloco IV [**Há inscrição em conselho estadual/municipal de políticas sobre drogas?**].

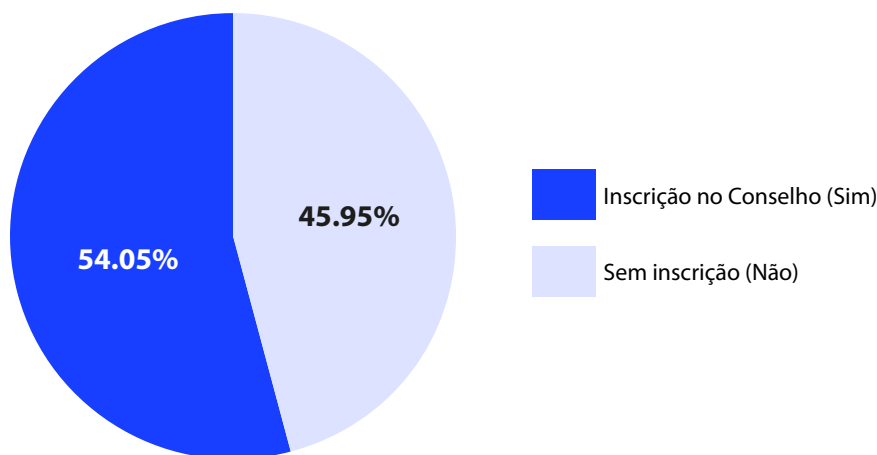
Entre o total das 37 entidades de acolhimento monitoradas, 20 delas apresentam indicador positivo de articulação com conselhos de políticas sobre drogas, o que corresponde a 54,05% do total de instituições visitadas, conforme a tabela e o gráfico a seguir.

Tabela 281: Indicador de participação do entidade em conselhos de políticas sobre drogas

Total de instituições	Indicador de participação da entidade em conselhos de políticas sobre drogas	Taxa de participação da entidade em conselhos de políticas sobre drogas
37	20	54,05%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Figura 155: Gráfico de indicador de participação em conselhos de políticas sobre drogas



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.22 Indicador de ações de reinserção social do acolhido

O indicador avalia se a instituição promove ações voltadas à inserção ou reinserção do acolhido na sociedade por meio de atividades educativas e/ou profissionalizantes.

Descrição: Indicador positivo/negativo, considerando a resposta “**conforme**” para a pergunta 6.2 do tópico 6 do Bloco IX [**As atividades de capacitação, de promoção da aprendizagem, de formação e as práticas inclusivas buscam a inserção e a reinserção social, o resgate ou a formação de novas habilidades profissionais, práticas ou para a vida, e o aprendizado de novos conhecimentos, de modo a promover o empoderamento e o desenvolvimento das habilidades sociais do acolhido?**] e a resposta “**conforme**” para a pergunta 9 do tópico 2 do Bloco VII [**No PIA/PAS, constam todos os encaminhamentos visando à reinserção social, incluídos os projetos de educação, capacitação profissional e geração de trabalho e renda?**].

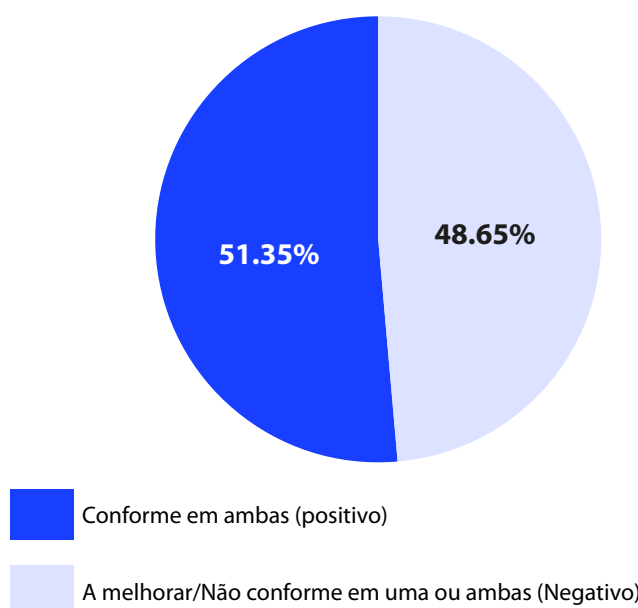
Entre o total das 37 entidades de acolhimento monitoradas, 19 delas apresentam indicador positivo de articulação com ações de inserção/reinserção dos acolhidos, o que corresponde a 51,35% do total de instituições visitadas, conforme a tabela e o gráfico a seguir.

Tabela 282: Indicador de ações de reinserção social

Total de instituições	Indicador de ações de reinserção social	Taxa de ações de reinserção social
37	19	51,35%

Fonte: Monitoramento das Entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas (2025)

Figura 156: Gráfico de indicador de ações de reinserção social



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.23 Indicadores de capacidade institucional

Os indicadores que serão apresentados a seguir avaliam a capacidade institucional das entidades de acolhimento quanto às condições administrativas, técnicas, estruturais e organizacionais, visando identificar a execução dos serviços prestados com qualidade e dentro das normas estabelecidas pela legislação que permeia os serviços de acolhimento. Trata-se de um conjunto de 5 indicadores que, juntos, nos fornecem um panorama acerca da regularidade, conformidade técnica, bem como da adequação das instalações físicas das instituições monitoradas.

2.24 Indicador de gestão técnica e de recursos humanos

Descrição: Indicador positivo/negativo, considerando a resposta “conforme” para a pergunta 1 do Bloco VI [Mantém responsável técnico de nível superior?], a resposta “conforme” para a pergunta 3 do Bloco VI [Possui profissional que possa responder pelas questões operacionais durante todo o seu período de funcionamento da entidade, podendo ser o próprio responsável técnico ou pessoa designada para tal fim?], a resposta “conforme” para a pergunta 4 do Bloco VI [Dispõe de equipe multidisciplinar em quantidade e com formação compatível às atividades oferecidas no programa de acolhimento?], a resposta “conforme” para a pergunta 5 do Bloco VI [Promove, de forma permanente, a capacitação dos membros da equipe que atuam no serviço, garantindo capacitação compatível com a função a ser executada?], a resposta “conforme” para a pergunta 6 do Bloco VI [Dispõe de escala de serviço ou outro mecanismo de controle da permanência dos profissionais na entidade?], assim como a resposta “conforme” para a pergunta 7 do Bloco VI [Mantém ficha de registro de empregados?].

Entre o total das 37 entidades monitoradas, 18 apresentaram indicador positivo quanto à gestão técnica e de recursos humanos, o que corresponde a 48,64% do total de unidades pesquisadas.

Tabela 283: Indicador de capacidade institucional. Gestão técnica e de recursos humanos

Total de instituições	Indicador de gestão técnica e de recursos humanos	Taxa
37	18	48,64%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.25 Indicador de estrutura e infraestrutura da entidade de acolhimento

Descrição: Indicador positivo/negativo, considerando a resposta “conforme” para a pergunta 3 do Bloco IX [Todos os medicamentos sujeitos a controle especial estão guardados em armário fechado com chave?], a resposta “conforme” para a pergunta 4.1 do Bloco X [Possui cozinha?], a resposta “conforme” para a pergunta 4.2 do Bloco X [Possui refeitório?], a resposta “conforme” para a pergunta 4.3 do Bloco X [Possui local apropriado para armazenamento de alimentos, bem como os alimentos estão dentro do prazo de validade e bem acondicionados?], a resposta “conforme” para a pergunta 5.1 do Bloco X [Possui lavanderia coletiva?], a resposta “conforme” para a pergunta 7 do Bloco X [Mantém os ambientes de uso dos acolhidos livres de trancas, chaves ou grades, admitindo-se apenas o travamento simples?], a resposta “conforme” para a pergunta 9 do Bloco X [Possui sala de atendimento individual?], a resposta “conforme” para a pergunta 10 do Bloco X [Possui sala de visitas?], a resposta “conforme” para a pergunta 12 do Bloco X [Possui área para realização de oficinas de trabalho?], a resposta “conforme” para a pergunta 13 do Bloco X [Possui área para realização de atividades de práticas inclusivas?], a resposta “conforme” para a pergunta 14 do Bloco X [Possui área para prática de atividades desportivas?], a resposta “conforme” para a pergunta 15 do Bloco X [Possui sala administrativa?], a resposta “conforme” para a pergunta 16 do Bloco X [Possui área para arquivo das fichas (PIA/PAS) dos acolhidos que permita a manutenção do sigilo das informações, seja física ou eletronicamente?] e a resposta

“conforme” para a pergunta 17 do Bloco X [**Possui sanitários para funcionários/visitantes (ambos os gêneros)?**].

Entre o total de 37 entidades monitoradas, 11 apresentaram indicador positivo quanto à estrutura e infraestrutura, o que corresponde a 29,72% das unidades.

Tabela 284: Indicador de capacidade institucional – estrutura e infraestrutura

Total de instituições	Indicador de estrutura e infraestrutura	Taxa
37	11	29,72%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.26 Indicador de condições de alojamento da entidade de acolhimento

Descrição: Indicador positivo/negativo, considerando a resposta **“conforme”** para a pergunta 2.2 do Bloco X [**O serviço dispõe de alojamento adequado para o número de vagas de acolhimento oferecidas, separadas por público (adulto masculino/feminino)?**], a resposta **“conforme”** para a pergunta 2.3 do Bloco X [**Dispõe de conjuntos (cama/colchão) compatíveis com o número de acolhidos, incluindo área para guarda de roupas e pertences dos acolhidos?**], a resposta **“conforme”** para a pergunta 3 do Bloco X [**Dispõe de banheiro para acolhidos compatíveis e adequados ao número de pessoas por alojamento, separadas por público (adulto masculino/feminino)?**], assim como a resposta **“sim”** para a pergunta 3.5 do Bloco X [**Dispõe de quarto para funcionários que permanecem no período noturno (separados por gênero), com dimensionamento compatível, incluindo área para guarda de roupas e pertences dos funcionários?**].

Entre o total das 37 entidades monitoradas, 19 apresentaram indicador positivo quanto às condições de alojamento, o que corresponde a 51,35% do total de unidades pesquisadas.

Tabela 285: Indicador de capacidade institucional – condições de alojamento

Total de instituições	Indicador de condições de alojamento	Taxa
37	19	51,35%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.27 Indicador de conservação da infraestrutura e instalações

Descrição: Indicador positivo/negativo, considerando a resposta “**conforme**” para o critério de avaliação [Piso, teto, paredes, mobiliários íntegros e de fácil limpeza. Ambientes limpos e organizados. Ausência de infiltrações e mofos], a resposta “**conforme**” para a pergunta 8 do Bloco X [Mantém as instalações físicas dos ambientes externos e internos em boas condições de conservação, segurança, organização, conforto e limpeza?].

Entre o total das 37 entidades monitoradas, 19 apresentaram indicador positivo quanto à conservação da infraestrutura e instalações locais, o que corresponde a 51,35%.

Tabela 286: Indicador de capacidade institucional – conservação da infraestrutura e instalações

Total de instituições	Indicador de conservação da infraestrutura e instalações	Taxa
37	19	51,35%

Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3

Avanços e perspectivas para o monitoramento de entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas

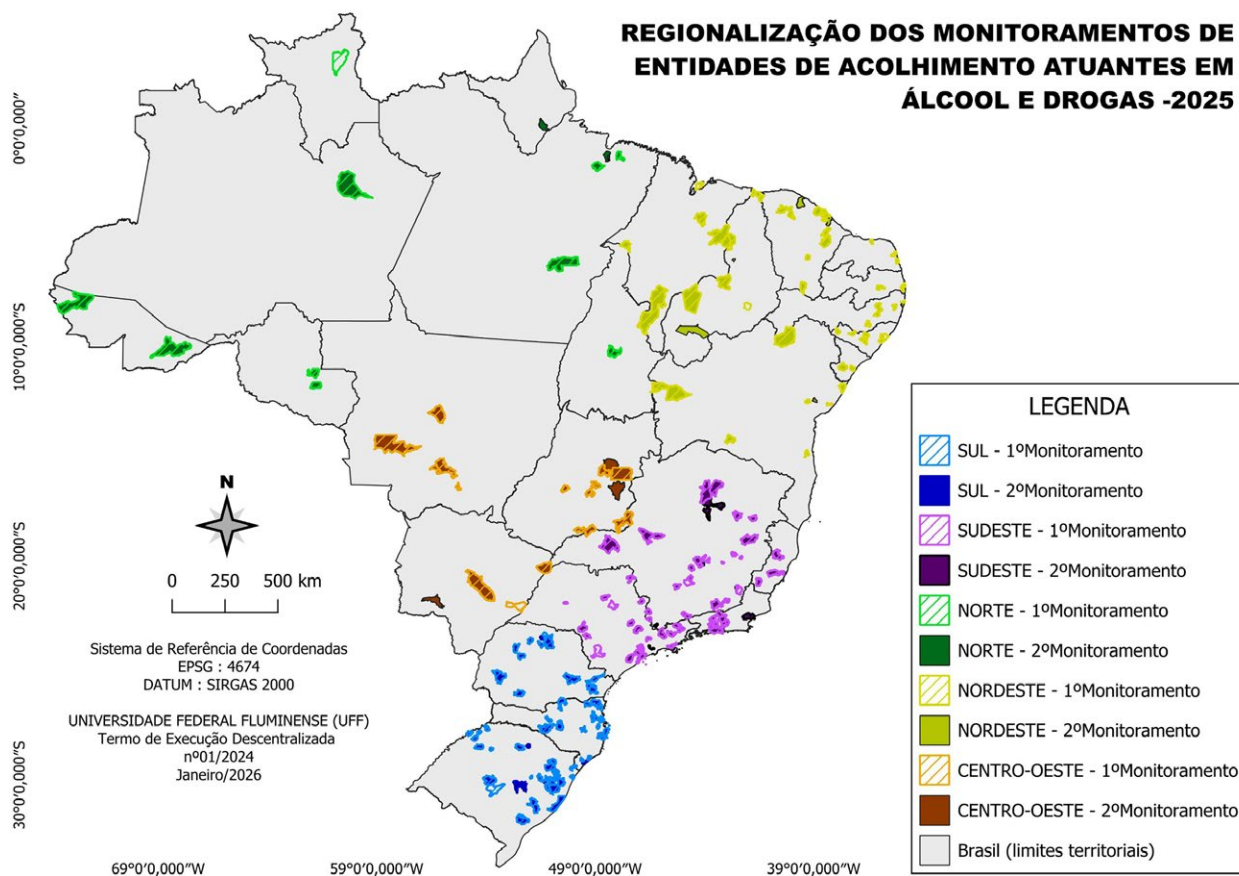
Os monitoramentos apresentados neste Anuário são instrumentos centrais para o fortalecimento, bem como para a qualificação deste projeto, uma vez que permitiram a realização de análises sistemáticas, além da elaboração de diagnósticos mais precisos das Entidades de Acolhimento. Somado a isso, a atuação integrada entre o Depad e a UFF permitiu a consolidação de uma rotina de trabalho articulada, com participação conjunta e em tempo real das equipes administrativa, de pesquisa, de monitoramento e de processamento de dados tanto na identificação de desafios como na construção de soluções ao longo de todo o trabalho de coleta, processamento e de análises propostas no Termo de Execução Descentralizada 01/2024/UFF/MDS.

Durante o primeiro monitoramento, ficaram evidentes os desafios relacionados à ampliação da equipe técnica e à padronização dos registros que basearam as análises, especialmente no que diz respeito aos relatos dos monitores de campo. Já a partir da segunda rodada de monitoramento, observou-se um maior alinhamento entre as normativas do MDS, resultando em avanços significativos na confiabilidade e na consistência das informações coletadas. Nesse sentido, a evolução observada entre as rodadas indicou o fortalecimento da governança interinstitucional, o que permitiu a ampliação do número de entidades monitoradas no segundo período.

Cumprе pontuar que a expertise construída a partir da vivência no processo de monitoramento, com também os dados apresentados e analisados neste Anuário, indicam a necessidade de ampliação do fomento público destinado a tais instituições. Essa ampliação, portanto, mostra-se condição para o fortalecimento qualificado da política de acolhimento, assegurando a expansão de sua capacidade institucional e de seus padrões de qualidade. Evidentemente, esse movimento deve estar indissociavelmente associado ao incremento do rigor regulatório, bem como à consolidação de um sistema de monitoramento contínuo e permanente dessas instituições.

Nesse cenário, e considerando a espacialização dos dois monitoramentos, produzida pelo **Mapa 4**, verifica-se que as regiões Sudeste, Sul e Nordeste mantêm-se como estruturantes da política, dada a maior concentração de instituições, com uma distribuição mais homogênea das Entidades de Acolhimento entre os estados; enquanto as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam poucas instituições em relação a dimensão territorial dos estados dessas regiões, concentradas nas proximidades das capitais, o que pode restringir o acesso do serviço às populações mais interioranas. Portanto, tal configuração aponta para necessidade de uma expansão qualificada, especialmente mediante apoio institucional do Depad, com foco no fortalecimento das capacidades locais.

Mapa 4: Distribuição espacial dos municípios, por região geográfica, que abrigam entidades que participaram dos dois Monitoramentos de Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas.



Fonte: Monitoramento das Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

No âmbito metodológico, os monitoramentos caracterizaram-se pela adoção de estratégias participativas, com destaque para as rodas de conversa, observações qualificadas e resposta a questionários com geolocalização. Essas metodologias contribuíram para a ampliação da escuta dos acolhidos, o incremento da transparência nos processos de coleta, assim como para o fortalecimento da comunicação entre instituições e a comunidade das entidades, conferindo maior legitimidade às informações produzidas.

Sob a perspectiva estratégica, os monitoramentos cumprem adequadamente sua função diagnóstica, além de demonstrar um processo progressivo de amadurecimento institucional. É também preciso mencionar que as fragilidades identificadas devem ser interpretadas como oportunidades de aprimoramento, especialmente nos eixos de comunicação institucional, voluntariedade do trabalho nas entidades e territorialização das análises em diferentes contextos espaciais. Além disso, a partir da segunda rodada, consolidou-se uma base técnica que viabiliza a utilização dos monitoramentos como instrumentos estratégicos de gestão e indução de qualidade na prestação dos serviços financiados pelo poder público.

Diante disso, como encaminhamentos para o aprimoramento contínuo de uma política permanente de monitoramento das entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas, sugere a implementação ao longo dos ciclos previstos para o ano de 2026, as seguintes ações:

- a) fortalecimento da comunicação institucional, por meio do desenvolvimento de materiais padronizados e acessíveis que orientem os acolhidos quanto ao financiamento público, aos direitos e deveres, bem como na elaboração do PIA/PAS;
- b) consolidação da garantia de adesão voluntária do acolhimento, mediante a implementação de protocolos claros e uniformes para o registro da manifestação de vontade dos acolhidos, capazes de promover segurança jurídica e fortalecimento da autonomia individual para organização do seu projeto terapêutico;
- c) aprimoramento do uso estratégico dos dados, com o aperfeiçoamento na elaboração de indicadores sintéticos e relatórios consolidados que subsidiem análises comparativas e decisões baseadas em evidências;
- d) capacitação contínua e permanente das equipes, com ampliação da formação continuada dos profissionais, com foco em linguagem acessível, direitos dos usuários e em aplicação homogênea das normativas;
- e) estímulo a políticas territoriais diferenciadas, com apoio prioritário às instituições localizadas em regiões com menor capacidade instalada, visando à promoção do equilíbrio regional e à expansão qualificada do acolhimento.

Desse modo, a partir dos dados analisados, evidencia-se um conjunto de monitoramentos em processo contínuo de evolução, sustentado por uma base técnica consistente e dotado de elevado potencial de impacto na formulação e no aprimoramento das políticas públicas. Nesse contexto, o fortalecimento da comunicação institucional, a padronização dos procedimentos e a melhor qualificação dos processos de coleta, uso e tratamento estratégico das informações assumem papel central para a consolidação desse arranjo técnico-operacional. Por fim, os monitoramentos tendem a afirmar-se como ferramentas permanentes de governança, de qualificação institucional, como também de garantia de direitos para pessoas com transtornos por uso de substâncias psicoativas.

Reinaldo Azevedo

Coordenador Executivo do
Termo de Execução Descentralizada
TED N° 01/2024/UFF/MDS

Considerações finais

Esse anuário apresentou a dinâmica do ciclo anual de monitoramento a partir de dados coletados em 324 (trezentas e vinte e quatro) instituições que participaram de dois períodos de acompanhamento. O primeiro ciclo foi realizado entre os dias 30 de janeiro e 3 de abril de 2025, enquanto o segundo entre 22 de maio e 05 de setembro do mesmo ano, permitindo uma visão integrada do desempenho institucional. Adicionalmente, são apresentadas as análises quantitativas e qualitativas dos dados coletados em 37 (trinta e sete) instituições que passaram pelo segundo ciclo de monitoramento, realizado também neste último período, em paralelo com as 324 instituições monitoradas nos dois ciclos anuais desenvolvidos no âmbito do Termo de Execução Descentralizada (TED) 01/2024, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), por intermédio do Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (Depad) e da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Os dados referem-se às informações coletadas na 1ª e na 2ª rodada de monitoramento das entidades de apoio e acolhimento atuantes no enfrentamento ao uso abusivo de álcool e de outras drogas. Permitiu reunir um conjunto expressivo de informações quantitativas e qualitativas sobre a conformidade das instituições em relação aos parâmetros definidos na Portaria nº 926/2023 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Por sua vez, o levantamento apontou que, de modo geral, a maior parte das entidades avaliadas apresentou índices satisfatórios de conformidade em aspectos essenciais ao acolhimento, como respeito à voluntariedade, condições de infraestrutura, cuidados com a saúde física e psíquica, além de oferta de ambiente livre de substâncias psicoativas. Entretanto, verificaram-se pontos que demandam atenção imediata, como a ocorrência de situações “a melhorar” ou “não conforme”, precisando, em face dos fins a que designam as entidades de acolhimento, serem mais bem qualificadas, como ainda investigadas pelo Depad, com vistas a que as instituições se adequem às condições previstas legalmente.

Do ponto de vista metodológico, cabe registrar que a estratégia de coleta de dados por meio de rodas de conversa mostrou-se devidamente adequada para construir uma percepção coletiva sobre a vivência dos acolhidos na Entidade de Acolhimento a partir do fomento a um ambiente participativo entre os diferentes agentes que constituem a experiência prática de acolhimento. Tais percepções coletivas, apresentadas nesse Anuário, serão analisadas de forma vertical a partir dos resultados do Primeiro Ciclo de Pesquisa Diagnóstica em Entidades de Acolhimento previsto no projeto e finalizado em dezembro de 2025. Nesse sentido, os resultados dessa pesquisa, voltada para a obtenção de informações individualizadas e precisas, especialmente no que diz respeito a temas que envolvem autodeclaração (raça/cor, religião, tempo de acolhimento, histórico de uso de substâncias e participação no PIA/PAS), permitirão realizar uma série de cruzamento de dados para exame de tendências para a concepção, organização e implementação de políticas diretivas para grupos sociais ainda mais vulneráveis na política pública de acolhimento.

Faz-se necessário, nesse sentido, aperfeiçoar os processos de registro na coleta, especialmente no que se refere aos relatos dos monitores. Cumpre, portanto, mencionar que esses dados permitem qualificar os dados com foco na tomada de decisão pelo Depad, especialmente no que tange à intensificação das ações de fiscalização e aperfeiçoamento do serviço.

Vale ainda considerar que os dados apresentados neste anuário apresentam um panorama relevante e mais geral. Todavia, não esgotam a compreensão sobre as realidades complexas vividas no interior das entidades de acolhimento. Logo, aqui não se representa um diagnóstico definitivo, mas sim um retrato inicial que deverá ser ampliado e aprofundado nas próximas etapas do monitoramento e por meio da pesquisa diagnóstica prevista no projeto.

Em linhas gerais, a análise comparativa permitiu indicar uma tendência de aperfeiçoamento das práticas a partir das diretrizes traçadas pelos contratos firmados entre Depad e entidades. Esse dado revela uma plasticidade das entidades, no que concerne à adaptação às normas traçadas pela política de acolhimento.

Vale estar atento ao fato de que a variação de alguns índices para baixo referentes a algumas entidades parece ter relação, na maior parte das vezes e muito mais, com a flutuação do público nas entidades. Saídas e entradas entre os monitoramentos impactam em critérios de análise como: 1. conformidade de PIA/PAS; 2. voluntariedade do acolhimento; 3. e, por fim, conhecimento das normas das entidades, pois marcam o atravessamento temporal do acolhimento, imprescindível para o engajamento do acolhido no processo de superação da dependência, inclusive a partir dos atravessamentos da abstinência.

Sendo assim, a continuidade do processo, associada a uma análise crítica dos instrumentos e procedimentos utilizados, contribuirá para o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao acolhimento de pessoas em situação de uso abusivo de álcool e drogas, garantindo que sejam cada vez mais efetivas, humanizadas e alinhadas aos princípios constitucionais e aos direitos fundamentais. Tal correlação poderá resultar na inferência, por exemplo, de uma rede colaborativa maior entre os estados com mais instituições e/ou, vale dizer, maiores dificuldades das instituições mais distantes dos centros de concentração populacional, pela limitação das trocas com instituições geograficamente mais próximas.

Por fim, a ideia de uma rede multiescalar formada por entidades situada nos mesmos estados, em colaboração interestadual e orquestrada pelo MDS, permitirá a ampliação das possibilidades de sucesso da política de acolhimento para usuários de álcool e drogas. Tal integração, materializada no monitoramento, na pesquisa e na atualização constante dos protocolos de qualificação do serviço permitirá ao MDS, juntamente com a UFF, propor a incorporação dos estados-membros do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, numa rede sulamericana e, posteriormente, latino-americana e caribenha, voltada para a definição de políticas públicas comuns e colaborativas para a mitigação dos efeitos políticos, econômicos e culturais da dependência.



Anuário Brasileiro de Monitoramento de Entidades de Acolhimento em Álcool e Drogas constitui-se como um instrumento estratégico para a compreensão, o acompanhamento e o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao cuidado de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do uso problemático de álcool e outras drogas. Nesse sentido, ao reunir informações sistematizadas, indicadores e análises sobre a atuação dessas entidades, evidencia que o acolhimento ultrapassa a dimensão assistencial, integrando cuidado, proteção social, saúde e garantia de direitos. Reafirma-se, desse modo, o caráter estruturante do acolhimento como política pública de atenção integral às necessidades dos indivíduos.

Nesse processo, as entidades de acolhimento desempenham papel social relevante ao ofertarem serviços essenciais, como alimentação diária, moradia temporária e um ambiente protegido, capaz de assegurar condições mínimas de dignidade e segurança aos acolhidos. Para muitos indivíduos, esses espaços representam a oportunidade concreta de interromper trajetórias marcadas pela exclusão social, pela violência e pela ausência de acesso a políticas públicas. Assim, o acolhimento configura-se como resposta necessária e estruturante no campo do cuidado integral, fortalecendo processos de proteção e inclusão social.

Vale realçar que a atuação dessas entidades, em grande medida orientada pelo modelo de ajuda mútua, fortalece processos coletivos baseados na solidariedade, na troca de experiências e no apoio entre pares. Nelas, os espaços de convivência e socialização favorecem a construção de vínculos, o exercício do respeito mútuo e a valorização da escuta, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo, além das habilidades sociais dos acolhidos. Isso porque tais práticas, quando realizadas em ambientes éticos e protegidos, potencializam a corresponsabilização e o engajamento dos sujeitos em seus próprios processos de cuidado.

Outrossim, a valorização dos vínculos familiares e comunitários constitui outro elemento central do acolhimento, uma vez que o fortalecimento das relações com familiares e amigos amplia as redes de apoio, favorecendo, não há dúvida, a reinserção social. O acolhimento, desse modo, não se limita à permanência institucional, mas se articula com o território, promovendo o acesso dos acolhidos à rede socioassistencial e de saúde. Logo, essa articulação reconhece a centralidade da família e da comunidade na construção de projetos de vida sustentáveis, contribuindo para a continuidade do cuidado.

Nesse contexto, o monitoramento assume papel fundamental para a efetividade, a transparência e para a legitimidade da política pública de acolhimento. Por conseguinte, o acompanhamento sistemático dessas entidades permite avaliar a qualidade dos serviços prestados, verificar a conformidade com as normativas vigentes, bem como identificar não apenas boas práticas, mas, para além disso, fragilidades e desafios. Mais do que instrumentos de controle, o monitoramento constitui mecanismos de qualificação pública, orientando a tomada de decisão e o aperfeiçoamento das práticas institucionais.

Sendo assim, a realização de visitas in loco, conduzidas por uma universidade federal de reconhecido prestígio nacional e internacional, como a Universidade Federal Fluminense (UFF), confere robustez metodológica e legitimidade técnica ao processo de monitoramento. Ao lançar uma verdadeira “lupa” sobre as atividades desenvolvidas no cotidiano das entidades, esse acompanhamento

direto possibilita uma leitura precisa da realidade dos serviços prestados. Trata-se de um olhar qualificado, capaz de ir além de registros formais, captando práticas, dinâmicas institucionais e condições concretas de funcionamento.

Decisivamente, esse processo contribui para a desconstrução de ideias generalizantes e estigmatizadas presentes no senso comum sobre as comunidades terapêuticas. Ao evidenciar dados empíricos e análises técnicas, o Anuário permite diferenciar as entidades que mantêm parceria com o Estado – submetidas a critérios, normativas, monitoramento contínuo – daquelas que atuam à margem das políticas públicas. Essa distinção é, cumpre mencionar, fundamental para não somente qualificar o debate público, como ainda reconhecer experiências que cumprem seu papel social e fortalecer os modelos de acolhimento alinhados aos princípios dos direitos humanos.

Por fim, reafirma-se a função indelegável do Estado como formulador, financiador, regulador e indutor das políticas de cuidado e acolhimento. Logo, o poder público não se restringe à garantia de recursos, mas a ele também cabe estabelecer diretrizes, promover o contínuo monitoramento e assegurar elementos para fiscalização responsável das entidades de acolhimento pelo Depad. Desse modo, fortalece-se uma rede de cuidado comprometida com os princípios da dignidade humana, da integralidade do atendimento e, cumpre realçar, da defesa da vida.

Sendo assim, ao tornar visíveis dados, análises e evidências, este Anuário contribui decisivamente para o aprimoramento da gestão pública e para a transparência das ações estatais. Ademais, consolida uma política de acolhimento orientada por evidências, responsabilidade e compromisso ético, reafirmando a importância de decisões fundamentadas para a qualificação e efetividade das práticas de cuidado.

Osmar Torres

Mestre em Administração e Pesquisador Integrante
do Projeto junto ao Departamento de Entidades de
Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas

Referências

BRASIL. **Portaria MDS n. 926, de 20 de outubro de 2023.** Estabelece diretrizes em âmbito nacional para fiscalização e monitoramento dos serviços prestados por Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas. Biblioteca Jurídica. Disponível em: <http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br/legislacao/portaria-mds-no-926-de-20-10-2023-estabelece-diretrizes-em-ambito-nacional-para-fiscalizacao-e-monitoramento-dos-servicos-prestados-por-entidades-de-apoio-e-acolhimento-atuantes-em-alcool-e-drogas/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania (2019). **Portaria n. 562, de 19 de março de 2019.** Cria o Plano de Fiscalização e Monitoramento de Comunidade Terapêutica no âmbito da Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas - SENAPRED. Brasília: Diário Oficial da União, (54):4.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

CANO. Ignácio. **Introdução à avaliação de programas Sociais.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COHEN, Ernesto e Franco, Rolando. **Avaliação de projetos sociais.** Petrópolis: Vozes, 1993.

GARCIA, Frederico Duarte; CARVALHO, João Gabriel Malheiros Andrade de. **Pesquisa do monitoramento das entidades de apoio e acolhimento atuantes em álcool e drogas contratadas pelo governo federal: relatório final 2023/2024.** 1. ed. Belo Horizonte: Itrium Consultoria; Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (Depad/MDS); Núcleo de Pesquisa em Vulnerabilidade e Saúde (NAVES/UFMG), 2024. 72 p.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Comunidades terapêuticas: temas para reflexão. Organização: Maria Paula Gomes dos Santos. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8025>. Acesso em: 22 jun. 2025.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2001. 141p

JORGE, A *et. al.* **Monitoramento, fiscalização e pesquisa em entidades de acolhimento: um guia prático.** Niterói - RJ; Editora dos Autores, 2024.

MARTINS, P. D. G. ; CORNACCHIONE, P. D. E. Editorial. **Contabilidade Vista & Revista**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 1–5, 2021. DOI: 10.22561/cvr.v32i1.6776. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/6776>. Acesso em: 19 jun. 2025.

R CORE TEAM. **R: A Language and Environment for Statistical Computing.** R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2025. Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em 21 de Janeiro de 2026.

LEVANTAMENTO NACIONAL DE ÁLCOOL E DROGAS (LENAD III). Caderno Temático - **Resultados Consumo de Cannabis e outras Substâncias Psicoativas na População Brasileira.** São Paulo: UNIFESP, 2025. D Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/86789194-7e02-4a6e-bea9-08257d1bb07f>. Acesso em 08 de janeiro de 2026

